

REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2

Eduardo do Nascimento
(Organizador)



REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2

Eduardo do Nascimento
(Organizador)



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes editoriais

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Rede contestado de educação, ciência e tecnologia 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizador: Eduardo do Nascimento

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R314 Rede contestado de educação, ciência e tecnologia 2 /
Organizador Eduardo do Nascimento. – Ponta Grossa -
PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-375-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.757210508>

1. Educação. 2. Ciência e Tecnologia. I. Nascimento,
Eduardo do (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de e-commerce, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A FORMAÇÃO DA COLÔNIA DE RIO DAS ANTAS E A GUERRA DO CONTESTADO (1911-1916)	
Márcia Janete Espig	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105081	
CAPÍTULO 2	12
A INCLUSÃO DIGITAL DE IDOSOS NA REGIÃO DO CONTESTADO	
Mônica Grandó	
Jane Suzete Valter	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105082	
CAPÍTULO 3	24
A PEDAGOGIA PRÁTICA DE JOÃO MARIA DE AGOSTINI	
Cleber Duarte Coelho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105083	
CAPÍTULO 4	33
A PERSPECTIVA DE UMA PROFESSORA DA EPT NÃO LICENCIADA SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE	
Emanuelle Alves de Medeiros	
Eduardo do Nascimento	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105084	
CAPÍTULO 5	44
COMPARAÇÃO ENTRE DOIS MÉTODOS DE MAPEAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM UNIÃO DA VITÓRIA/PR	
Cléria Maria de Melo	
Bruna Aparecida Alves da Silva	
Mariane Félix da Rocha	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105085	
CAPÍTULO 6	56
CONSERVAÇÃO, INSERÇÃO E EXPANSÃO DE ABELHAS NATIVAS SEM FERRÃO NA APP E NO ENTORNO DO IFSC CÂMPUS JARAGUÁ DO SUL-RAU	
Anderson José Antonietti	
Mário Cesar Sedrez	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105086	
CAPÍTULO 7	69
CORES E FRAGMENTOS NO MOSAICO ARTÍSTICO DO CONTESTADO	
Rita Inês Petrykowski Peixe	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105087	

CAPÍTULO 8..... 82

CULTURA E TECNOLOGIA NA REGIÃO DO CONSTESTADO: PERFIL DOS PARTICIPANTES DO PROJETO GRUPO DE DANÇA GAÚCHA DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE CÂMPUS VIDEIRA

Leila Lisiane Rossi
Bruno Pergher
Angela Maria Crotti da Rosa
Lizete Camara Hubler
Maurício Natanael Ferreira
Luiz Gustavo Moro Senko

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105088>

CAPÍTULO 9..... 91

DISPUTAS PELA MEMÓRIA DO TERRITÓRIO CONTESTADO: UM MAPEAMENTO DE PRESERVAÇÃO DA CULTURA CABOCLA

João Felipe Alves de Moraes
Diego Gudas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105089>

CAPÍTULO 10..... 103

ELEMENTOS PARA A PRÁTICA EXTENSIONISTA COMO INSTRUMENTO DE REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES NO CONTEXTO INTERIORANO BRASILEIRO

William Douglas Gomes Peres
Letíssia Crestani

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050810>

CAPÍTULO 11 115

ESTUDO DO USO DE DETERGENTE NO CONCRETO NA REGIÃO OESTE CATARINENSE

Simone Aparecida da Silva Souza
Débora Fátima Alberici

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050811>

CAPÍTULO 12..... 126

ESTUFA PARA CULTIVO DE PLANTAS UTILIZANDO ILUMINAÇÃO ARTIFICIAL LED: MONITORANDO GRANDEZAS ELÉTRICAS E AMBIENTAIS ATRAVÉS DE UM APLICATIVO PARA INTERNET DAS COISAS

Cláudio Eduardo Justin de Freitas
Lucas José da Rosa
Yuri Matheus Scheuer
Anna Baasch Raizer

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050812>

CAPÍTULO 13..... 139

IMIGRAÇÃO HAITIANA NA MICRORREGIÃO DE CONCÓRDIA: ASSOCIAÇÃO COMO FORMA DE RESISTÊNCIA

Jordan Brasil dos Santos

Jonathan Viana da Silva
Leon Mclouis Borges de Lucas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050813>

CAPÍTULO 14..... 151

INQUÉRITOS FORJADOS NO FIO DA DEGOLA: MAURICIO DE LACERDA E O DEBATE NACIONAL ACERCA DO CONTESTADO

Viviani Poyer

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050814>

CAPÍTULO 15..... 164

JOGOS PEDAGÓGICOS COMO FERRAMENTA DE ENSINO PARA ALUNOS COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Mariquiel dos Santos

Claudio Adão da Rosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050815>

CAPÍTULO 16..... 174

MEMÓRIA REDIMIDA: O PROCESSO DA CONSTRUÇÃO DO MONGE JOSÉ MARIA COMO PERSONAGEM DE RPG

Christian Yuri Machowski

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050816>

CAPÍTULO 17..... 184

O NOVO VALE DOS IMIGRANTES: O CONFLITO ENTRE ECONOMIA E CULTURA

Alexandre Lima de Oliveira

Francine Soares de Almeida

Karen Wesseler Jung

Daniel Granada da Silva Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050817>

CAPÍTULO 18..... 192

O PATRIMÔNIO CULTURAL E INDUSTRIAL PRESENTE NO MUSEU HISTÓRICO E ANTROPOLÓGICO DA REGIÃO DO CONTESTADO

Lara Lima Felisberto

Merilena Alves de Lima Bueno

Juliana Aparecida Biasi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050818>

CAPÍTULO 19..... 205

OS HABITANTES DA GUERRA DO CONTESTADO (1912 – 1916): UMA ANÁLISE SOBRE O USO DO TERMO “CABOCLO” NA LITERATURA SOBRE O CONFLITO

Nathan Marcos Buba

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050819>

CAPÍTULO 20.....218

PERFIL SÓCIOECONÔMICO E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NAS UNIDADES DE TRIAGEM DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Mariana da Silva Barreto
Eduarda de Magalhães Dias Frinhani
Renata Fornari

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050820>

CAPÍTULO 21.....231

PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS E IMIGRANTES: A EXPERIÊNCIA DO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA CÂMPUS CAÇADOR

Bianca Gonçalves Sousa de Moraes
David Ferreira Severo
Diogo Moreno Pereira Carvalho
Marta Ferreira da Silva Severo
Mayara Tsuchida Zanfra
Patricia Frangelli Bugallo Lopes do Nascimento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050821>

CAPÍTULO 22.....243

PROTAGONISMO DISCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA OPORTUNIDADE PARA A DESCOBERTA DA AUTONOMIA

Ana Claudia Viero
Patricia Frangelli Bugallo Lopes do Nascimento
Eduardo do Nascimento Karasinski

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050822>

CAPÍTULO 23.....253

SALTOS DA HISTÓRIA: PERMANÊNCIAS DO CONTESTADO EM GODOFREDO DE OLIVEIRA NETO

Natan Schmitz Kremer
Alexandre Fernandez Vaz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050823>

CAPÍTULO 24.....265

SIMBOLOGIA CEMITERIAL NO CONTESTADO: LINGUAGEM, ARTE E RELIGIOSIDADE PROPOSITIVAS TEÓRICAS

Alcimara Aparecida Föetsch

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050824>

CAPÍTULO 25.....277

SUCESO DA ATER EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO DO CONTESTADO EM SANTA CATARINA: CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA A PARTIR DE UMA REDE DE ATORES

José Antônio Louzada
Guilherme Radomsky

Marcelo Antônio Conterato

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050825>

CAPÍTULO 26.....289

TERRITORIALIDADE CABOCLA E DESENVOLVIMENTO NA PERSPECTIVA DA JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

Gabriela Haswany de Almeida

Katya Regina Isaguirre-Torres

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050826>

CAPÍTULO 27.....300

TERRITÓRIO E TENSÕES DE TERRITORIALIDADES: UM DEBATE SOBRE O PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL DO CONTESTADO

Marcia Chmura

Diane Daniela Gemelli

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050827>

CAPÍTULO 28.....314

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: O RETRATO DE UMA REALIDADE A SER ENFRENTADA

Andrea Alves Cavalet

Hillevi Maribel Haymussi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050828>

SOBRE O ORGANIZADOR.....326

CAPÍTULO 1

A FORMAÇÃO DA COLÔNIA DE RIO DAS ANTAS E A GUERRA DO CONTESTADO (1911-1916)

Data de aceite: 23/07/2021

Márcia Janete Espig

Professora Associada, Universidade Federal de Pelotas UFPel

RESUMO: Através do presente trabalho, cadastrado como projeto de pesquisa junto a Universidade Federal de Pelotas, venho apresentar os passos iniciais de uma investigação em andamento sobre a vila de Rio das Antas. Localizado na margem esquerda do Rio do Peixe, em plena região conflagrada pela Guerra do Contestado, esse vilarejo foi alvo de um ataque rebelde em novembro de 1914, sendo abandonado por parte dos colonos que ali haviam adquirido terras. O atual estudo deseja averiguar com maior detalhe os primeiros momentos de sua formação e demais aspectos relevantes, tais como a ocupação de terras e os grupos humanos colonizadores, contribuindo assim para aprofundar conhecimentos sobre a história regional e para traçar relações significativas com a ocorrência da Guerra do Contestado. Para tanto, irei utilizar referenciais teórico metodológicos oriundos da micro história italiana, através de autores como Carlo Ginzburg, Giovanni Levi, dentre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra do Contestado; Rio das Antas; micro história.

1 | INTRODUÇÃO

O Movimento do Contestado, como

um todo, e a Guerra do Contestado, mais especificamente, é tema de pesquisa que atualmente goza de grande vitalidade nos estudos historiográficos. Além de vasta produção acadêmica, expressa em livros, artigos, dissertações e teses, o assunto vem ganhando cada vez mais visibilidade através de eventos voltados não apenas para o público acadêmico, mas também para a comunidade em geral, sobretudo na região de ocorrência do conflito.

Recentemente realizei uma pesquisa acerca do combate de Rio das Antas, episódio ocorrido em novembro de 1914, no transcorrer da Guerra do Contestado, que resultou em duas publicações (ESPIG, 2019; ESPIG e WITTE, 2020). Através desse estudo pude perceber que a temática em questão é muito ampla e carece de aprofundamento. As investigações acerca da colonização daquela região, sobre a apropriação da terra e os grupos humanos envolvidos, revelaram lacunas e ensejaram perguntas significativas. Por esse motivo elaborei um novo projeto de pesquisa, intitulado “Memórias e Histórias sobre a Guerra do Contestado: o caso da colônia de Rio das Antas (1911-1916)”, que visa aprofundar e ampliar o objeto a ser estudado, tratando não apenas do combate de Rio das Antas, mas de todo seu entorno espacial e histórico. A formação da Vila de Rio das Antas, ligada à *Brazil Railway Company* (BRC), sua colonização, as regras

estabelecidas aos colonos, e mesmo o perfil desses colonos, fazem parte da presente discussão.

Sendo assim, o objetivo principal dessa investigação é o de verificar em detalhe a primeira formação da colônia de Rio das Antas, identificando seus colonizadores e analisando sua atuação durante a Guerra do Contestado. Nesse percurso, desejo colocar sob uma lupa a vila de Rio das Antas em seus primeiros momentos de existência. Esse processo foi mediado pela inserção capitalista na região e pela expulsão dos habitantes anteriores, os caboclos, de suas terras, fator de agravamento das tensões locais. Importa ainda tentar determinar o perfil dos colonos e sua destinação após o combate, bem como as memórias produzidas acerca desses episódios históricos.

A continuidade da investigação sobre o combate, seus preâmbulos e desdobramentos, também se impõe. Durante o combate de Rio das Antas, o então comandante dos caboclos, Chico Alonso, foi alvejado e morto, o que teve como desdobramento a ascensão de Adeodato à liderança do movimento (sobre as lideranças do Contestado, vide MACHADO, 2004). Busca-se, portanto, maior aprofundamento e continuidade para a investigação anteriormente realizada, contribuindo não apenas para a historiografia sobre o Contestado, mas também para o avanço dos estudos de história regional e para o preenchimento de alguns espaços lacunares de sua história.

O trabalho ampara-se nos fundamentos da micro história. Essa linha teórica, surgida inicialmente através de debates historiográficos na Itália da década de 1970, possibilita a compreensão e aprofundamento de objetos de talhe restrito. Por muitas décadas, temáticas como combates e a formação de uma pequena Vila, tal como Rio das Antas, foram consideradas assuntos de pesquisa menores ou de pouca importância. Contudo, as contribuições teórico metodológicas da micro história italiana contribuem intensamente para pesquisas como essas.

Uma das principais discussões trazidas por essa linha teórica é a variação da escala de análise, trabalhada por historiadores como Giovanni Levi, Carlo Ginzburg, Jacques Revel. Esses autores nos apontam que a escolha por uma escala de observação microscópica pode modificar a trama e a forma de um fenômeno, o que traria, de acordo com Ginzburg, a possibilidade de transformar em pesquisa relevante algo que, para outros estudiosos, restringe-se a uma mera nota de rodapé. Em suas palavras, “reduzir a escala de observação queria dizer transformar num livro aquilo que, para outro estudioso, poderia ter sido uma simples nota de rodapé numa hipotética monografia sobre a Reforma protestante no Friul” (GINZBURG, 2007, p. 264).

A redução da escala de observação qualifica-se como um procedimento extremamente útil, a fim de se atingir a riqueza de um tema e desvendar aspectos que de outra forma não seriam alcançados. Assim, partir de um objeto de tamanho limitado e recortado ao extremo no interior de uma temática mais ampla, vem proporcionar o clareamento de aspectos tais como o destaque aos sujeitos históricos, a relação destes

entre si, os processos de ocupação da terra e mesmo a defesa de uma vila. Deseja-se, com isso, uma “[...] reconstituição do vivido impensável noutros tipos de historiografia [...]” (GINZBURG, 1991, p. 177 - 178). Mais que um apoio ao recorte do objeto, a variação de escala possibilita estratégias de conhecimento diferenciadas e permite alcançar mais decididamente a riqueza de um tema de pesquisa. Conforme Revel:

[...]a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimento. Variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama (REVEL, 1998, p. 20).

A valorização do sujeito histórico, trazida por essa linha teórica, tenta perceber como as transformações ocorrem ao nível dos comportamentos concretos e individuais (seja do indivíduo uno ou coletivo). Com isso, seria possível dar visibilidade à multiplicidade de itinerários de indivíduos e grupos, às incertezas, às estratégias relacionais utilizadas, às formas de agregação e desagregação do grupo, atingindo espaços inovadores, complexificando e enriquecendo o material do historiador. Coloca-se em jogo não apenas o acontecido, mas também as possibilidades de destino dos atores, ou a reconstituição de um “espaço dos possíveis”, conforme Revel (1998, p. 26), aspecto muito importante ao repensarmos as destinações dos imigrantes ao abandonar Rio das Antas.

Outro vetor teórico relevante para a reflexão necessária para essa pesquisa será dado pelas discussões sobre memória. Conforme Michel Pollak (1992) a memória possui características de espontaneidade e de seletividade. As memórias traumáticas, em especial, são trabalhadas no intuito de guardar o que o inconsciente e o consciente têm condições de reter, visto serem muito dolorosas. Segundo Nora (1993) a memória, diferentemente da história, inscreve-se no campo do afetivo e do presente. Haveria uma tendência daquela em destruir a memória espontânea, devido a criticidade particular ao conhecimento científico. Assim, a seletividade da memória atua não apenas para o encobrimento de lembranças dolorosas, tais como aquelas referentes ao combate, mas também através da positivação das experiências e vivências dos primeiros colonos na Vila.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Metodologicamente, a micro história nos instiga a considerar os elementos experimentais existentes nas diferentes pesquisas. Segundo Giovanni Levi, o problema da escala relaciona-se não apenas à realidade observada, mas também a uma “observação para propósitos experimentais”, que deve “enfatizar o papel das contradições sociais na geração da mudança social”, ou seja, mostrar que, além das restrições que emanam dos sistemas normativos, o indivíduo possui diferentes relacionamentos que determinam escolhas e reações frente a estes sistemas (LEVI in BURKE, 1992, p. 139). Através dessa redução, faz-se possível explorar elementos da realidade do passado que não seriam

perceptíveis em outra escala.

Complementarmente, essa exploração de elementos desconhecidos do passado só acontece se conjugada a uma busca profunda das documentações e a uma considerável profundidade analítica. Portanto, para o método micro-histórico, é fundamental que se proceda a uma varredura completa das fontes documentais, visto que por vezes cada fonte colabora como um pequeno grão para uma investigação extremamente complexa. Conforme Levi, “A micro-história como uma prática é essencialmente baseada na redução da escala de observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental” (LEVI in BURKE, 1992, p. 136). Assim, os documentos serão submetidos a essa leitura “intensiva”. Além disso, sua interpretação receberá uma leitura orientada metodologicamente pela noção de “desconfiança atenta” que propõe E. P. Thompson (1981, p. 38). O sentido de um documento não deve ser buscado em sua superficialidade, mas sim obtido através de uma constante interrogação que o coteje a demais documentos e à historiografia produzida sobre o assunto. Nesse percurso, deve-se atentar para a tipologia, origem, produção e conservação de cada fonte, em um percurso de análise qualitativa. Como nos lembra Ginzburg, “[...] é preciso ler os testemunhos às avessas, contra as intenções de quem os produziu” (2002, p. 43). Só assim conseguiremos alcançar a complexidade da documentação existente, contribuindo para sua desmistificação, visto que

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio (LE GOFF, 1996, p. 547).

No que se refere a fontes orais, teremos como principais apoios metodológicos o clássico estudo de Paul Thompson (1992) e os importantes trabalhos de Verena Alberti (2004) e Marieta Ferreira em parceria com Janaína Amado (1996) a fim de melhor embasar procedimentos e práticas. Através destas referências, deveremos aprofundar aspectos tais como o preparo de um roteiro, a abordagem do entrevistado, bem como o respeito e cuidado na condução da entrevista, dentre muitos outros.

Serão etapas da presente pesquisa: o levantamento de bibliografias referentes à temática em estudo e debate entre autores; a discussão teórico-metodológica em torno dos principais conceitos abordados na investigação; a coleta de fontes documentais para embasar a investigação; a realização de entrevistas com moradores locais que sejam guardiães de memórias familiares acerca do período de colonização da região; a elaboração de texto final acerca desses estudos, sua publicação e apresentação em eventos e se possível na comunidade local. Irei detalhar a seguir algumas das previsões acerca da busca de fontes documentais em arquivos.

A coleta de fontes a ser realizada inclui a busca por documentação referente à

colonização de Rio das Antas, ao levantamento de dados sobre os colonos e às relações da Vila com a Guerra do Contestado, sobretudo a partir do combate de novembro de 1914. Prevê-se a busca em variados locais e instituições. Um dos locais será o Arquivo Histórico Municipal Deputado Waldemar Rupp, em Campos Novos, pois guarda vasta documentação sobre a Vila, que pertencia então ao município de Campos Novos. Nesse Arquivo, continuarei as buscas pelo processo acerca do combate de Rio das Antas, ainda não localizado. Deverei ainda ampliar a busca por documentações no cartório local. Caso seja necessário, irei realizar buscas em outros cartórios da região, tendo em vista que a produção e o depósito das documentações não seguiram à risca a divisão política institucional da época.

Se porventura o processo acerca do combate de Rio das Antas não possa ser localizado em Campos Novos, deverei visitar o Museu do Judiciário, no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, e mesmo o Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. Nessa mesma cidade acessarei o Arquivo do Exército, buscando relatórios, partes de combate, ou qualquer tipo de documentação que aborde o episódio do combate de Rio das Antas. Deverei ainda buscar documentação sobre a colônia de Rio das Antas e paralelamente sobre o combate em acervos tais como Biblioteca Nacional, Instituto Histórico-Geográfico e CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). O acervo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) poderá ainda fornecer dados sobre Campos Novos e Rio das Antas.

O levantamento e coleta de fontes jornalísticas já foi efetuado. Caso seja necessária alguma complementação dessa documentação a busca será realizada através da hemeroteca virtual da Biblioteca Nacional (<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>) ou através de pesquisa *in loco* na Biblioteca Pública de Santa Catarina. A Hemeroteca Catarinense, site que disponibiliza grande variedade de publicações periódicas referentes a esse estado, também poderá ser consultada (<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/>). Tendo realizado uma entrevista com um descendente dos colonos, tenho a intenção de ampliar a coleta de fontes memorialísticas que proporcionem informações sobre as reminiscências existentes na cidade, sobre o início da colônia e sua primeira formação.

Ressalte-se, contudo, que esse processo de pesquisa depende, em grande parte, das condições sanitárias adequadas para sua realização. Durante o ano de 2020, quando deveria ter início a rodada de viagens de pesquisa, não foi possível realizá-las devido à pandemia do novo Coronavírus. No atual momento, em junho de 2021, ainda não é possível a realização de viagens de pesquisa e nem mesmo de entrevistas, não havendo segurança para nenhuma dessas atividades. Parte das instituições de pesquisa permanece fechada e a interação com possíveis entrevistados oferece riscos para a saúde dos envolvidos.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A *Brazil Railway Company* foi uma empresa americana de capital multinacional que adquiriu inúmeras concessões no Brasil no início do século XX. Entre seus empreendimentos estava a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (EFSPRG), que cortava de norte a sul a região do Contestado (ESPIG, 2011). Sua inauguração ocorreu em dezembro de 1910, e no ano seguinte a empresa iniciou o processo de retirada (por vezes violenta) de moradores tradicionais das terras que recebeu através de concessão. Por decreto, a empresa deveria promover a colonização da região e assim o fez em alguns locais situados à margem da ferrovia. Nesse processo, atuou também uma subsidiária da BRC, a *Brazil Development & Colonization Co.* Segundo Rosângela Cavallazzi, os trabalhos de medição e demarcação teriam iniciado ainda por volta de 1909 / 1910 (CAVALLAZZI, 2003, p. 92/93). Locais como Rio das Antas, Herval, Rio Capinzal, Rio do Peixe e Rio Uruguay, todos na margem esquerda do Rio do Peixe e possuidores de estações de trem, receberam núcleos coloniais a partir de 1911. As mudanças ocorridas na Lei de Terras, ainda no século XIX, aliadas a alterações político administrativas trazidas pela implantação da República e questões econômicas relacionadas à inserção de investimentos estrangeiros na região contestada, colaboraram para a valorização das terras, que transitaram de uma condição de bem de uso para a condição de mercadoria, situação bem analisada por Cavallazzi (2003, p. 67/69).

É bastante provável que a organização inicial da colônia Rio das Antas tenha ocorrido em 1911. Posteriormente, a conflagração da zona devido à guerra do Contestado passou a preocupar os moradores da vila. Esse processo se intensificou entre agosto e setembro de 1914. Após o ataque a São João e Calmon, em setembro de 1914, tropas do Exército passaram a guarnecer várias estações da EFSPRG, inclusive a estação Rio das Antas. No contexto da Guerra do Contestado, a referência ao ataque é uma das principais, e por vezes a única menção feita àquela vila. Isso ocorre em trabalhos como Luz (1999, p. 227), Cabral (1979, p. 246), Tota (1983, p. 62 - 63) ou Auras (1995, p. 122 - 123), que inserem esse episódio em narrativas cronológicas. Em trabalhos mais recentes e com problemas de pesquisa particulares, a referência ao combate ou à morte de Chico Alonso surgem de forma incidental, pois foge dos objetivos particulares de cada estudo. Nessa situação estão os estudos de Machado (2004, p. 276), Espig (2011, p. 357), Tomporoski (2012, p. 79 - 80) e Poyer (2016, p. 4), dentre outros. A obra que mais aprofundou o assunto foi o clássico de Maurício Vinhas de Queiroz (1966, p. 231 e 232), que aborda o episódio em breves 40 linhas. Recentemente, meus estudos tiveram como resultado a produção de dois artigos (ESPIG, 2019; ESPIG e WITTE, 2020), porém ainda há muito a estudar com relação a essa temática.

Sabe-se que as primeiras tentativas de colonização do Vale do Rio do Peixe não foram tão bem sucedidas quanto se esperava. “Entre as causas desse insucesso, podem-se citar a falta de infraestrutura ou ainda a decepção dos novos ocupantes ao encontrarem

suas terras recém-adquiridas ocupadas por posseiros” (CAVALLAZZI, 2003, p. 93). No caso de Rio das Antas, o ataque enfrentado pelos colonos em novembro de 1914 certamente contribuiu para o malogro do projeto.

As bibliografias que abordam os primórdios da formação da Vila de Rio das Antas o fazem de maneira breve e superficial, pouco avançando no detalhamento acerca da formação dessa colônia. Raras são as menções a sua formação inicial, tal como a trazida por Nilson Thomé, que destaca que

[...] em 1911, ao Sul do eixo Porto União-Mafra, agora no Alto Vale do Rio do Peixe, a companhia ferroviária fez uma das primeiras tentativas de colonização das terras marginais aos trilhos, com a instalação do pioneiro núcleo de famílias alemãs imigrantes na Estação de Rio das Antas, e na Colônia Rio do Peixe (hoje Piratuba). O plano de colonização foi interrompido em 1914 por causa da Guerra do Contestado, sendo reiniciado em 1918 (THOMÉ, 2007, p. 78).

É interessante notar que uma boa parte das obras estuda o início da colonização na Região a partir desse “reinício” apontado por Thomé. As pesquisas acerca da colonização do Oeste e Meio Oeste Catarinense aprofundam-se em datas posteriores a 1917, quando um volume maior de imigrantes ou migrantes movimentaram-se para a região e as companhias colonizadoras ampliaram sua atuação (ONGHERO, 2013). O término da Campanha do Contestado e a assinatura do Acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina (1916) são fatores decisivos para se compreender esse processo. Com isso, se minimiza a tentativa anterior de colonização feita pela BRC, que tanto contribuiu para o acirramento das tensões sociais regionais.

Além de abordarem um marco temporal posterior ao que nos interessa, boa parte dos trabalhos sobre a colonização concentra-se em outras espacialidades, tais como Alceu Werlang (1992), que estuda o extremo Oeste catarinense, e José Carlos Radin (2006), cujo recorte espacial é o município de Cruzeiro, atual Joaçaba. A colonização na região, durante o período 1910-1920, é definido por Radin como “incipiente” (2006, p. 8). Daí a afirmação de Nilson Thomé, para quem “A década de 1920 marcaria o início da introdução da modernidade, da efetiva ocupação e do desenvolvimento do Planalto Catarinense, integrando o sertão à faixa litorânea” (2012, p.7).

Devido a essa carência de estudos, o recorte temporal da presente pesquisa irá de 1911 (ano das primeiras tentativas de colonização feitas pela BRC) até 1916, quando tem fim a Guerra do Contestado. A carência de fontes certamente ajuda a explicar a dificuldade em abordar o período entre a inauguração da EFPSRG (dezembro de 1908) e os anos 1920, quando entram em cena inúmeras Companhias Colonizadoras na região (RADIN, 2006). Além disso, o aprofundamento do estudo desse marco temporal, concentrado sobre a realidade específica de uma pequena Vila, poderá iluminar aspectos referentes aos conflitos pela terra, as ações da companhia colonizadora, as disputas, etc.

Outra questão que se encontra lacunar nas bibliografias diz respeito aos grupos

humanos que formaram a Vila de Rio das Antas nesse primeiro momento de colonização. Embora essa colônia seja tradicionalmente vista como uma colônia alemã, uma primeira aproximação a documentações de época apontou um volume interessante de indivíduos da etnia polonesa, bem como descendentes de alemães oriundos do litoral catarinense. Faz-se interessante investigar mais detalhadamente as origens desses colonos.

Devido às dificuldades com relação à coleta de documentação nos Arquivos, que poderia esclarecer vários dos objetivos do presente projeto de pesquisa, os resultados não avançaram muito desde seu início, um problema bastante comum nas condições sanitárias atuais. Esperamos que em breve essa situação possa ser revertida, e possamos ampliar nossos conhecimentos acerca dos primórdios da Vila de Rio das Antas.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como destacado acima, essa pesquisa ainda não foi concluída. Persistimos nos objetivos de esclarecer com mais detalhes os primeiros momentos da colonização da Vila de Rio das Antas, traçando debates com a bibliografia existente e avançando na proposição de novas análises, embasados por documentos históricos inéditos e considerações teóricas da micro história italiana. O aprofundamento produzido sobre uma pequena vila da região do Contestado deverá ser capaz de iluminar aspectos relevantes do processo histórico regional, ao abordar questões tais como a presença de colonos imigrantes na região, suas condições de vida, relações com os moradores anteriores da região, sua participação na Guerra do Contestado, dentre vários outros. O embate ocorrido quando do ataque rebelde à vila, em novembro de 1914, naquele que denominamos “combate de Rio das Antas”, foi a porta de entrada para todos os questionamentos trazidos pela atual pesquisa. A partir dessa indagação, prosseguimos e esperamos em breve trazer novas considerações e análises.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla**. 2ª ed. Florianópolis : Editora da UFSC, 1995.

COMASSETTO, Carlos Fernando. Colônia Rio Uruguay, colonos-camponeses e a posse da terra [1920-50]. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011. 16 p.

DUBY, George. **O domingo de Bouvines: 27 de Julho de 1214**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **A Campanha do Contestado**. 2ª ed. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1979.

CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. **Contestado: espaço do camponês, tempo da propriedade privada**. Florianópolis: Fundação Boiteux Ed., 2003.

ESPADA LIMA, Henrique. **A Micro-história Italiana: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

ESPIG, Márcia Janete. **Personagens do Contestado: os turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (1908 – 1915)**. Pelotas, Editora Universitária/UFPel, 2011.

_____. O combate de Rio das Antas (novembro de 1914): algumas considerações iniciais. **CADERNOS DO CEOM**, v.32, p.92 - 103, 2019.

ESPIG, Márcia Janete; WITTE, Gerson. Memória do combate de Rio das Antas: descobrindo vestígios sobre a trincheira dos colonos. In: **Rede Contestado de Educação, Ciência e Tecnologia**. (1a.ed.) Ponta Grossa: Atena Editora, 2020. p. 9-20.

ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro (orgs). **A Guerra Santa revisitada: novos estudos sobre o Movimento do Contestado**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro; VALENTINI, Delmir José. **Nem Fanáticos nem Jagunços: reflexões sobre o Contestado (1912-2012)**. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 2012.

FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaina. (coord.) **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GAERTNER, Carlos. Um cinqüentenário em Rio das Antas. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo XV, n. 10, p. 180-185, out. 1974.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1991. GINZBURG, Carlo. **Relações de força – história, retórica, prova**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4ª Ed. Campinas: UNICAMP, 1996.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992. p. 133 - 161.

LINO, Jaisson Teixeira. A guerra do Contestado no Sul do Brasil: Um Enfoque Arqueológico. In: LEAL, Elisabete e PAIVA, Odair da Cruz (orgs.). **Patrimônio e História**. 1ª ed. Londrina: Editora Unifil, 2014, p. 125-138.

LUDKA, Vanessa Maria. A região do Contestado, a fome e a pobreza como permanência da guerra. **REVISTA NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses)**, Curitiba, v.2, n.5, p. 1-24, dezembro 2016.

LUZ, Aujor Ávila da. **Os fanáticos: crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos (contribuição para o estudo da antropológica criminal e da história do movimento dos fanáticos em Santa Catarina)**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.

_____. A invasão de Curitiba: retratos de uma “guerra fraterna”? in: ESPIG, Márcia; MACHADO, Paulo (org.). **A Guerra Santa revisitada**: novos estudos sobre o movimento do Contestado. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008. p. 73-89.

_____. Contestado: o centenário da Guerra e o conflito sem fim In: PRIORI, Angelo; GRUNER, Clóvis (org.). **Contestado: 100 anos de uma guerra sem fim: movimentos e conflitos sociais no sul do Brasil**: estudos sobre Santa Catarina e Paraná (séculos XIX e XX). Curitiba, PR: ANPUH, 2016. p. 13 – 28.

MONTEIRO, Douglas Teixeira. **Os errantes do novo século**: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2011.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10. dez. 1993. p. 7-28.

ONGHERO, André Luiz. Colonização e constituição do espaço rural no oeste de Santa Catarina. **XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH** - conhecimento histórico e diálogo social, 2013, Natal-RN.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. **La “Guerre Sainte” au Brésil**: Le mouvement messianique du “Contestado”. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1957.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200 - 212.

POYER, Viviani. Fronteiras de uma guerra: diplomacia e relações internacionais no movimento do Contestado. In: **XVI Encontro Estadual de História da ANPUH - SC** - História e Movimentos Sociais. Chapecó: UFFS - ANPUH-SC, 2016. p. 1 - 13.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social** (a guerra sertaneja do Contestado - 1912-1916). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RADIN, José Carlos. **Companhias colonizadoras em Cruzeiro**: representações sobre a civilização do sertão. Tese de Doutorado em História. Florianópolis: UFSC, 2006.

REVEL, Jacques (org.) **Jogos de escala**: a experiência da micro-análise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RICHTER, Fábio Andreas. A Guerra do Contestado: elaborações e transformações na Memória e Patrimônio Cultural. In: **XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH** - conhecimento histórico e diálogo social, 2013, Natal-RN.

RODRIGUES, Rogério Rosa. **Veredas de um grande sertão**: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército brasileiro na Primeira República. Tese de Doutorado em História, UFRJ, 2008.

SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional - 1889-1930. In: FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989. tomo III, v. 1.

THOMÉ, Nilson. A nacionalização no Contestado, centro-oeste de Santa Catarina, na primeira metade do século XX. **LINHAS**, Florianópolis, v. 8, n. 1, jan. / jun. 2007. p. 74-98.

_____. Caminhos de tropeiros nos séculos XVIII e XIX como fatores pioneiros de desbravamento do Contestado. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**. Ano 2, n. 1, jul. 2012. p. 5-30.

THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria** ou um planetário de erros - uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro : Zahar, 1981.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Unicamp, 2001.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado** – História Oral. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TOMASI, Gilberto. Cultura popular e religiosidade de jovens do Contestado. **Revista Professare**, Caçador, v.2, n.1, p. 73-92, 2013.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. “**O pessoal da Lumber!**” Um estudo acerca dos trabalhadores da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* e sua atuação no planalto norte de Santa Catarina, 1910-1929. Florianópolis: UFSC, 2006. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. Do antes ao depois: A influência da *Lumber Company* para a deflagração do Movimento Sertanejo do Contestado e seu impacto na região fronteira entre Paraná e Santa Catarina. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 19, n. 28, p. 68-87, dez. 2012.

TOTA, Antônio Pedro. **Contestado**: a guerra do novo mundo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

VALENTINI, Delmir José. **Da Cidade Santa à Corte Celeste**: Memórias de sertanejos e a Guerra do Contestado. Caçador: Universidade do Contestado, 1998.

VALENTINI, Delmir; RODRIGUES, Rogério Rosa. **Contestado**: fronteiras, colonização e conflitos. Chapecó: Ed. Da UFFS, 2015.

WERLANG, Alceu Antônio. **A colonização às margens do rio Uruguai no extremo-Oeste catarinense**: atuação da Cia. Territorial Sul Brasil, 1925-1954. Florianópolis, UFSC, 1992. (Dissertação História).

CAPÍTULO 2

A INCLUSÃO DIGITAL DE IDOSOS NA REGIÃO DO CONTESTADO

Data de aceite: 23/07/2021

Mônica Grandó

Licenciada em Pedagogia, Instituto Federal
Catarinense IFC
Videira

Jane Suzete Valter

Docente do Curso de Licenciatura em
Pedagogia, Instituto Federal Catarinense IFC
Videira

RESUMO: O Instituto Federal Catarinense (IFC) câmpus Videira está localizado na região meio-oeste de Santa Catarina. Nessa região viviam caboclos que tinham ocupado as chamadas “terras livres”. No final do século XIX os governos do estado do Paraná e Santa Catarina disputavam a região, que acabou sendo dividida uma parte para cada estado. No início do século XX, a região novamente foi espaço de disputa, desta vez entre caboclos que viviam na terra e o estado que, a partir da construção da estrada de ferro que ligava Rio Grande do Sul a São Paulo, o que acabou por desencadear a Guerra do Contestado. As consequências desse fato estão presentes até o momento, com uma invisibilidade por parte do poder público em relação à região onde ocorreu a guerra, além da falta de políticas públicas e investimentos na região. Nesse contexto, o IFC tem o papel de contribuir com a inclusão de populações que foram excluídas historicamente do acesso aos bens produzidos pela sociedade. O presente trabalho tem por objetivo discorrer sobre a inclusão digital de

idosos, por meio da utilização dos recursos tecnológicos a fim de que os mesmos pudessem se comunicar com amigos, parentes e buscar informações de seu interesse possibilitando melhor qualidade de vida, na convivência familiar e social. O curso foi ofertado através de um projeto de extensão, o qual foi de extrema relevância, pois possibilitou, através do acesso e utilização das tecnologias, maior autonomia na inclusão digital dessas pessoas.

PALAVRAS-CHAVE: Região do Contestado; Inclusão Digital; Idosos; Autonomia.

1 | INTRODUÇÃO

Videira está localizada na região meio-oeste no estado de Santa Catarina. A região começou a ser ocupada por uma “geração cabocla” após o “processo de ocupação de terras livres e, outra parte, chegou após 1850, quando a lei de terras viabilizou sua instalação em pequenas e médias propriedades, contrastando com o modelo anterior de sesmarias, que havia permitido o surgimento de grandes fazendas” (THOMÉ, 2005, p. 8).

A história da região foi marcada por grandes disputas, primeiramente entre Espanha e Portugal e, depois, entre Paraná e Santa Catarina. Era uma região rica em mata de araucária e erva-mate que englobava o meio-oeste e planalto central e norte catarinense e o planalto sul do Paraná às margens do Rio do Peixe e do Rio Canoinhas. No final do século XIX, essas terras foram ocupadas pelo governo

paranaense (Rio Negro, Porto União, Três Barras, Itaiópolis e Palmas) e pelo governo catarinense (Lages, Curitiba, Campos Novos e Canoinhas).

Segundo Thomé (2005), com a construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul, iniciada na primeira década do século XX, a empresa *Brazil Railway Company*, responsável pela obra, recebeu do governo federal a concessão para explorar até 15 km de terras devolutas ao lado de cada margem da ferrovia. Além dessa empresa, a madeireira *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, recebeu juntamente com as concessões para construir e explorar a região, a incumbência da difícil tarefa de colonizá-la e a *Brazil Development and Colonizations Company* passou a incentivar a venda de lotes de terras na região para imigrantes (THOMÉ, 2005). Mas essas regiões eram habitadas por posseiros que viviam da agricultura de subsistência e da coleta da erva-mate, mas que não tinham qualquer documento de propriedade da terra.

O município de Videira faz parte dessa região onde ocorreu a guerra, porém percebe-se uma certa invisibilidade dessa história, tanto por parte do poder público quanto da população. Em alguns municípios o movimento do Contestado está presente no imaginário, memórias e cotidiano das pessoas (VALENTINI, 2002). Portanto, é necessário retomar a história desse movimento que foi relegada e também buscar formas de contribuir com a comunidade local, que historicamente foi excluída do acesso a muitas políticas públicas. Essas afirmações podem ser constatadas quando, por exemplo, apresentam-se os mais baixos índices de desenvolvimento humano da maioria dos municípios que foram território da Guerra.

Considerando esse cenário, o Instituto Federal Catarinense, enquanto instituição federal, tem um importante papel no que se refere a redução das desigualdades. Além de ofertar o acesso à educação, também deve contribuir com o acesso aos bens produzidos pela humanidade a quem foi excluído desse processo, pois sua missão é “Proporcionar educação profissional, atuando em Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com a formação cidadã, a inclusão social, a inovação e o desenvolvimento regional”. Nessa perspectiva, considerando o contexto dos avanços tecnológicos, percebeu-se que os idosos tinham dificuldades em utilizar tais recursos e acabavam sendo excluídos desse acesso.

A sociedade tem apresentado grandes desafios à população no sentido de construir conhecimentos que acompanhem os avanços tecnológicos. Em relação aos idosos, questiona-se como os mesmos podem utilizar a informática de forma que ela contribua para sua valorização social, o desenvolvimento de qualidades inteligentes e da cidadania, a reconstrução de suas concepções de envelhecimento? O que é necessário para ultrapassar essa barreira da tecnologia?

Nesse contexto, o sujeito na terceira idade tem dificuldades em acompanhar esse progresso tecnológico. Para Kashar (2000) a própria pessoa idosa se exclui de projetos por acharem que se precisa de um maior prazo e uma melhor escolarização para certos assuntos. Para alguns desses sujeitos, as tecnologias como computadores, celulares,

smarts TV, são inovações inalcançáveis para eles. No entanto, observa-se que essas modernizações estão cada vez mais presentes no cotidiano, exigindo-se uma modernização por parte deles. São relógios digitais, caixas eletrônicos, celulares com diferentes funções, internet, compras online entre muitas outras que acabam por excluir quem não as consegue dominar. (KACHAR, 2000)

A população com idade acima dos sessenta anos tem crescido em muito no País. Segundo Kashar (2000) esse envelhecimento decorre da melhoria da qualidade de vida e da elaboração de programas que tenham os idosos como público alvo. Políticas governamentais também têm influenciado na longevidade desses sujeitos. Segundo o Estatuto do Idoso (2013, p. 5) “Sabe-se que hoje há no Brasil aproximadamente 20 milhões de pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos; que, em 2025, esse número chegará a 32 milhões”. Portanto, pensar em políticas públicas que pensem nessa parcela da população, é necessária para que continuem exercendo seu papel de sujeito de direito.

O Estatuto do Idoso (2013), estabelece os direitos dos idosos e quais ações pode-se tomar para que se efetivem. Entre eles está ao de acesso à educação, cultura, esporte e lazer, onde em seu artigo 21, estabelece que,

O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados.

§ 1.º Os cursos especiais para idosos incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna.

Portanto é necessário pensar em cursos que atendam a essa demanda, pensando na inclusão desses idosos na sociedade de forma que possam se sentir parte da mesma. Em vista disso, o projeto de extensão idealizado pelo Instituto Federal Catarinense – Campus Videira, busca atender ao estipulado ao ofertar o curso de inclusão digital dos Idosos no Município de Videira/SC.

Desta forma, este estudo busca relatar e analisar a experiência proporcionada pelo projeto a partir do curso de inclusão digital de idosos. Assim, o projeto teve por objetivos possibilitar aos idosos o contato e aprendizagem, a utilização dos recursos tecnológicos existentes permitindo-lhes o uso dessas ferramentas para comunicar-se, manter-se atualizados e informados, incentivar a autonomia e independência desses sujeitos em atividades cotidianas, além de possibilitar a esses sujeitos a exercerem seus direitos como sujeitos pertencentes a sociedade moderna.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o curso, foi efetivada uma parceria com a prefeitura de Videira, junto ao centro de atendimento ao idoso, onde os idosos ali já inseridos, poderiam participar do projeto. Para o edital divulgado foram destinadas vinte vagas para o curso, na qual puderam se inscrever

tanto idosos já inseridos no centro de idoso, quanto idosos advindos da comunidade local. Os critérios usados para a seleção foi pessoas com idade acima de sessenta anos, que não tinham participado de nenhum outro curso de inclusão digital oferecido pelo IFC câmpus Videira e que tivessem pouco ou nada de conhecimento quanto a utilização de ferramentas tecnológicas. O interesse pelo curso fez com que o número de interessados excedesse o número de vagas disponibilizadas. Quanto a isso, ficou estabelecido, que as inscrições remanescentes permaneceriam em uma lista de espera, caso alguém desistisse. No entanto, as desistências aconteceram com mais de seis meses de curso, assim optando-se por não convocar os nomes da lista.

O projeto foi desenvolvido com base nos princípios de Morin (2001), “método este que pressupõe desenvolvimento da habilidade para articular/desarticular/associar ideias entre si”. Foi desenvolvido sob princípios metodológicos capazes de agrupar pontos de vista opostos/complementares/concorrentes, contemplando a discussão sobre a realidade do sujeito idoso.

O curso foi realizado em um dos laboratórios de informática do IFC câmpus Videira, este dispunha de vinte computadores, podendo assim, ser disponibilizado uma máquina por pessoa. Por ser computadores pertencentes a uma instituição federal, o sistema operacional usado era baseado no sistema Linux, o Ubuntu. Mas também era possível acessar programas do sistema operacional da Microsoft. A partir da organização da turma foi planejado para a primeira aula em que se realizou uma dinâmica, onde todos se apresentaram e contaram porque decidiram fazer o curso. Após esse momento, foi pedido a todos que respondessem ao questionário semiestruturado. Esse questionário buscou mapear alguns dados, como quem possui computador em casa, quem já havia usado e quais seus interesses. Esses dados auxiliariam posteriormente na elaboração do planejamento, já que o mesmo buscava delinear interesses e dúvidas quanto ao uso de tecnologias. Após realizado o diagnóstico, foram apresentados aos cursistas, os elementos que compunham o computador, explicando e mostrando o nome de cada parte.

Com o planejamento elaborado, começaram a ser introduzidos comandos básicos, como ligar e desligar o computador, fechar abas e localizar elementos como pastas. Estes eram repetidos todas as aulas para uma boa fixação de todos. No decorrer do curso foram organizados materiais de passo – a – passo impressos sobre como utilizar certos recursos do computador no programa do Linux. Também foram apresentadas alternativas para trabalhar com as ferramentas que compõem o pacote Office da Microsoft, entre elas: como salvar e copiar arquivos, mudar fontes, inserir e editar fotos, confecção de cartão, digitação de textos, entre outros. Conforme o ritmo da turma, começou-se a introduzir recursos básicos da internet, como correios eletrônicos, sites de pesquisa, redes sociais, acesso a informações e notícias, entre outros. Com relação a utilização desses recursos, objetivou-se contribuir para a inclusão digital destes idosos para que os mesmos pudessem utilizá-los em atividades do seu cotidiano e em situações sociais.

O projeto ocorria todas as quinta-feira, no período matutino, com a duração de duas horas, das nove horas às onze horas da manhã, podendo ter sua duração flexível. O curso teve sua primeira aula no dia dezoito de agosto de 2016 e seu encerramento no dia trinta de junho de 2017. Para os alunos, foram disponibilizados, uma pasta, um caderno ¼ de 96 folhas e uma caneta, usados para as anotações e registros das aulas. Eram também confeccionados materiais impressos com o passo a passo dos conteúdos, e estes tinham a intenção de se melhor organizar a aprendizagem e facilitar consultas ao conteúdo. As requisições de atendimento individual durante as aulas foram constantes, principalmente quando alguém sentia dificuldades em desenvolver uma determinada proposta. Além de trabalhar toda a utilização dos recursos tecnológicos, sempre era proposto um tempo de digitação de assuntos atuais, dos quais eram feitos a leitura e discussão para depois a digitação. Nessas atividades, orientava-se algumas práticas como: o uso de ambas as mãos para digitar, a localização das letras, o uso de atalhos no teclado e a pontuação e uso de acento.

O recurso tecnológico usado como suporte durante as aulas, era o Data Show. Este era usado como base para a demonstração de como realizar certos comandos, sendo realizado ao mesmo tempo que os alunos, facilitando a visão de como fazer. Estes momentos, de introdução de novos recursos, eram realizados mais lentamente, já que, como dito anteriormente, os atendimentos individuais eram solicitados com mais frequência.

Durante todo o período do curso, foram realizados diálogos com o objetivo de se poder delimitar quais eram as dúvidas e os novos interesses que surgiram. Após trabalhados os conteúdos básicos, foram introduzidas compras pela internet, localização de ruas, cidades e pontos turísticos pelo serviço do Google Maps, entre outros. Alguns dos conteúdos demandavam uma retomada semanal dos conteúdos. Para finalizar, foi realizado um diálogo avaliativo com a intencionalidade de verificar se os objetivos propostos foram atingidos.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A evolução tecnológica que ocorreu nos últimos anos, com a disseminação em massa de computadores, smartphones e outras tecnologias digitais, levou a um rápido desenvolvimento da sociedade atual. No entanto, algumas pessoas acabam por não conseguir acompanhar essa demanda tecnológica por vários fatores. Entre eles está o envelhecimento, que passou a significar uma estagnação no tempo, sendo o idoso desta forma excluído da sociedade, falta de acesso a esses bens produzidos pela humanidade e a falta de conhecimento sobre a utilização destes recursos.

No entanto, o Estatuto do Idoso, Lei 10.741/ 2003, em seu artigo 3º, dispõe como dever do Poder Público, da Sociedade e da família, “[...] assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação,

à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária”. O estatuto ainda garante o acesso a cursos com conteúdos relativos à computação. A sociedade está em contínuo processo de transformação, assim como a cultura, portanto exige-se que as pessoas estejam em constante processo de atualização e aprendizagem. Desta forma, entende-se que as pessoas que estejam na terceira idade, tem o direito de serem incluídas na era tecnológica, principalmente pessoas que não tiveram acesso algum a esses bens, situação muito comum na região do Contestado.

Estudos demográficos nacionais realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Síntese de Indicadores Sociais (SIS): uma análise das condições de vida da população brasileira 2016, mostram que a população idosa cresceu de 9,8% em 2005 para 14,3% em 2015. E segundo o IBGE este número irá aumentar até 2050. É neste sentido, que autores como Kachar (2010) defende a criação de políticas públicas voltadas para as áreas da saúde, serviços sociais, cultura, educação e entre outros, que proponham medidas que subsidiem um envelhecimento saudável desta parte da população.

A qualidade de vida para um indivíduo na terceira idade, está diretamente ligada ao exercício de sua cidadania. Pensar na inclusão dos idosos em uma sociedade que os exclui e desvaloriza suas experiências de vida, é reintegrá-los à sua dignidade, sua cultura e seus saberes. Segundo Roldão (2009, p. 63) “Qualidade de vida é o resultado de uma construção social”, portanto, realizado em conjunto a sociedade e o Estado. Ainda segundo este autor a formação continuada é fundamental para a não-exclusão dos idosos e sua segregação.

O que para os mais jovens, que já nasceram em uma era de transformações tecnológicas, torna-se mais fácil, para os idosos acaba sendo intimidador, causando receios. Segundo Kachar (2010) os indivíduos na terceira idade, demandam um maior tempo para a assimilação de novas aprendizagens, pois “trata-se de uma geração que nasceu e foi educada em uma época em que o tempo transcorria em outra velocidade e as situações tendiam a estabilidade” (KACHAR, 2000, p. 9). Portanto, a realização de tarefas básicas, como ir ao banco, operar eletrodomésticos e o uso de celulares para ligações tornam-se atividades que demandam auxílio de alguém mais jovem.

Nesta perspectiva, pensar na ampliação de oportunidades de acesso a novas tecnologias, é pensar em cursos que tenham por objetivo a aprendizagem da nova era digital, e assim reafirmar o proposto pelo estatuto do idoso, além de incentivar a autonomia e independência dos mesmos. Segundo a autora, possuir o domínio sobre a tecnologia, é deixar de ser estigmatizado como ultrapassado e passar a ser realocado na comunidade digital, ou seja,

Dominar o computador é um ritual de passagem para a modernidade. A possibilidade de entrar nesse mundo está relacionada diretamente a inserir-se no atual, a acompanhar as gerações novas, a estabelecer um espaço de

Para a autora, as pessoas idosas buscam, a partir desses cursos, uma forma de criar novos vínculos com a sociedade atual, uma forma de mostrar que ainda estão/são capazes. E nesta perspectiva que as universidades públicas e institutos federais têm criado projetos de extensão, que atendam as demandas sociais deste público. Disponibilizar e possibilitar a volta aos estudos depois dos 60 anos, é colaborar para um envelhecimento saudável e uma forma de inclusão destes sujeitos na sociedade. (SILVEIRA et al, 2010)

O que se percebeu da primeira aula, quando aplicado o questionário semiestruturado e realizado um diálogo com toda a turma, foi o quanto eles primavam pela autonomia no uso do computador e aparelhos tecnológicos. Muitos relataram que os filhos não tinham paciência para ensiná-los, além de terem receio de danificar algum componente. Uma fala que nos chamou a atenção, foi quando uma cursista questionou, se ela, que não sabia escrever muito bem, poderia realizar o curso. Isso chama a atenção para o fato de que se cria a ideia de que apenas quem possui um certo grau de educação, poderia dominar determinadas tecnologias. Outro aspecto relevante nessa situação, é que a região do Contestado, por falta de políticas públicas, tem altos os índices de analfabetismo.

Dos idosos participantes do curso, poucos possuíam computador em casa, e ainda os que utilizavam esses recursos em casa, eram de propriedade de filhos/as ou netos/as. Ao introduzir os componentes do computador, muitos mostravam dificuldades, desde a forma como segurar o mouse, na digitação até na coordenação das mãos. Buscou-se durante todo o curso, pensar em formas de ensinar, que se adaptassem ao ritmo de cada um. A prática da repetição foi algo presente em todas as aulas, percebia-se que de uma semana para outra, alguns comandos eram totalmente esquecidos, necessitando o auxílio na realização das tarefas. Segundo Kachar (2000, p. 8) “A repetição contribui para a memorização, pois age na função sináptica”. Desta forma, comandos como salvar documentos, conectar à internet, acessar correios eletrônicos e mídias sociais, eram repetidos semanalmente, para assim ocorrer uma boa fixação.

O interesse por ter o domínio desse tipo de tecnologia, era o que os incentivava a continuar. Buscou-se sempre disponibilizar materiais impressos para todos, na intenção de uma melhor visualização e entendimento do conteúdo. Esse material também serviria como fonte de consulta em casa nos momentos de dúvidas. Durante todo o curso a autonomia e independência foram incentivados, conforme eles foram demonstrando domínio do conteúdo, menos ajuda requisitavam. O medo e a insegurança eram sensações presentes nas primeiras aulas, quando travava um computador ou abriam uma guia por engano, demonstravam apreensão até perceberem que não tinha problema em acontecer essas situações. Na figura 1 abaixo podemos observar alguns dos idosos que faziam parte do curso nos primeiros dias de aula.



Figura 1. Alunos durante as aulas do curso de inclusão digital de idosos.

Fonte: do próprio autor.

No decorrer do curso buscou-se atender aos interesses colocados no questionário semiestruturado. Assim, como realizar compras na internet com segurança, acesso a redes sociais, a rede de notícias, a localizar endereços usando serviços de mapas, acesso a plataforma de vídeos, além do uso do celular e demais aplicativos de mensagens. Priorizou-se pensar o planejamento de forma contextualizada às suas realidades, levando em consideração os conhecimentos prévios dos idosos e suas experiências de vida. No entanto, houveram algumas desistências durante o curso. Em relação aos motivos, alguns alegavam grande dificuldade e outros falta de um equipamento em casa para poder exercitar. Nesse sentido, é possível constatar que, embora o curso tenha sido desenvolvido com o objetivo de proporcionar inclusão e a maior autonomia para esses sujeitos, as barreiras econômicas acabam interferindo no processo, o que evidencia a desigualdade social.

No decorrer do curso, foram sendo realizados diálogos no intuito de identificar novas dúvidas, novos interesses e também realizar um processo de avaliação do curso e como estava sendo sua abrangência. Para a finalização, foi realizada uma revisão de todos os conteúdos trabalhados durante o ano e, apesar de terem ainda alguma dificuldade, foi visível a autossatisfação dos idosos por terem conseguido dominar uma tecnologia, que no início parecia distante de suas capacidades.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a finalização do curso de inclusão de idosos, foi possível fazer uma avaliação de todo o processo e segundo os participantes os conhecimentos adquiridos foram muito além do esperado. Desta forma, entendeu-se que atingiu os objetivos propostos. As contribuições foram relevantes proporcionando maior autonomia e independência, contribuindo para uma evolução pessoal, social, emocional, ética e educacional, além de questões físicas, como coordenação das mãos, exercício da memória e da visão. Mas o mais importante foi o quanto ampliou a autoestima desses idosos, que foi perceptível na convivência durante o curso. Percebeu-se que estar em um ambiente acadêmico, dentro de uma instituição federal, rodeado por pessoas jovens e cheias de energia, fez o estado de espírito de cada um aumentar e se revigorar, auxiliando na continuação do curso e muitas vezes, era comum ouvir falas dos idosos se orgulhando de estar estudando nessa instituição.

Com a convivência, vieram as risadas, a troca de experiências e de conhecimentos, os momentos embaraçosos, de timidez, mas também de descoberta. Descoberta de talentos, como um contador de histórias e de piadas, um escritor, um poeta. Com certeza, além da imensa vontade de se apropriar de novos conhecimentos, novas aprendizagens, saber que estava em um local onde a sua experiência de vida era valorizada auxiliou na continuação e conclusão do curso. Também, foi opção de todos por se realizar uma cerimônia para a entrega dos certificados do curso, pois segundo o relato deles nunca tinham participado enquanto sujeitos de uma formatura e esse momento representava um grande orgulho para eles e familiares. A formatura, como mostrada nas figuras 2 e 3 abaixo, foi realizada com a presença da Diretora do Campus IFC Videira, representantes do Centro de Idosos do município, servidores do setor de extensão e as professoras responsáveis pelo desenvolvimento do curso (professora e bolsista). A cerimônia contou com todas as solenidades de uma formatura de graduação. Foi escolhido um orador de turma, para realizar os discursos e feitas homenagens. Também contou com a presença da imprensa do IFC – Câmpus Videira e posteriormente foi feita a divulgação da formatura via meios de comunicação digital.



Figura 2. Entrega dos certificados no dia da formatura.

Fonte: do próprio autor.



Figura 3. Formatura do curso de inclusão digital de idosos.

Fonte: do próprio autor.

A avaliação do curso realizada na última aula e no dia da formatura, foi de que o curso atingiu sim seus objetivos de possibilitar a independência e autonomia perante a

sociedade e foi uma solicitação unânime do grupo que a instituição pudesse ofertar um segundo curso mais avançado na área. Com esta formação, entendemos que foi possível cumprir com o que está estabelecido em Lei, e também confirmar o que encontramos na teoria sobre o tema. Portanto, assim como eles, nós mudamos algumas concepções e olhares perante esses sujeitos de direitos, cidadãos com responsabilidades políticas, que ainda tem muito a viver e a ensinar, principalmente as novas gerações. Enquanto papel institucional, houve uma significativa contribuição na inclusão digital desses sujeitos e certamente reflete no sentido de diminuir, mesmo que de forma inicial, as desigualdades tão evidenciadas em nossa sociedade e, principalmente na região do Contestado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os alunos do curso de inclusão digital de idosos, que contribuíram, de alguma forma, para a realização deste trabalho. A professora Jane Suzete Valter que contribuiu diretamente no desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, enriquecendo o meu processo de aprendizado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto do Idoso**. - 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estatuto_idoso_3edicao.pdf>. Acesso em: 19 Mar. 2018

BRASIL, Ministério da Educação. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências**. Lei nº10.741, de 1º de outubro de 2003. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm>. Acesso em: 16 Mar. 2018

FRAGA, N.C. **Contestado em Guerra: 100 anos do massacre insepolto do Brasil**. Florianópolis: Insular, 2012.

GOHN, M. G. **Teorias sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais**. **Caderno CRH**, v. 32, n. 85, p. 63-81, 2019.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Perfil socioeconômico por Agência de Desenvolvimento Regional: Perfil socioeconômico ADR Caçador. Florianópolis, 2016.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **CENSOS 2016**. Síntese de Indicadores Sociais (SIS): uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

KACHAR, Vitória. Envelhecimento e perspectivas de inclusão digital. **Revista Kairós Gerontologia**, v. 13, n. 2, p. 131 – 147, Nov. 2010.

KACHAR, Vitória. A terceira idade e o computador: interação e transformações significativas. **Revista A terceira idade**, v. 11, n. 19, p. 5 - 21, Abr. 2000. Disponível em: <<https://www.sescsp.org.br/online/artigo/8170>> Acesso em: 16 Mar 2018.

MORIN, Edgar. **O método 2: A vida da vida**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

ROLDÃO, Flávia Diniz. Aprendizagem contínua de adulto-idosos e qualidade de vida: refletindo sobre possibilidades em atividades de extensão nas universidades. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, Passo Fundo, v. 6, n. 1, p. 61 – 73, Jan./Abr. 2009.

SILVEIRA, Michele Marinho da; et al. Educação e inclusão digital para idosos. **Revista Renote: novas tecnologias na educação**, Rio Grande do Sul, v. 8, n. 2, Jul. 2010.

THOMÉ, Nilson. **Breve história da Guerra do Contestado**. Caçador: UNC/Museu do Contestado/ INCON, 2005.

VALENTINI, Delmir José. **Da cidade santa à corte celeste: memórias de sertanejos e a Guerra do Contestado**. Florianópolis: Insular, 2002.

A PEDAGOGIA PRÁTICA DE JOÃO MARIA DE AGOSTINI

Data de aceite: 23/07/2021

Cleber Duarte Coelho

Professor do Departamento de Metodologia de Ensino, Universidade Federal de Santa Catarina UFSC
Florianópolis

RESUMO: Pretende-se neste trabalho analisar o itinerário teológico, religioso e existencial desenvolvido por João Maria de Agostini. Considerado monge por onde transitava, Agostini foi peregrino pelos países da América no século XIX, teve forte influência na tradição religiosa cabocla no contexto que antecedeu a Guerra do Contestado. Seus ensinamentos remetem à tradição ascética e peregrina dos padres do deserto, em especial Santo Antão, por quem Agostini alimentava profunda devoção. Objetiva-se neste trabalho demonstrar como Agostini fez de seus princípios teológicos, religiosos e filosóficos um modo de vida, um modo de ser e agir no mundo, uma pedagogia do exemplo. Deste modo, este trabalho propõe um diálogo interdisciplinar entre História e Filosofia, enfatizando a eminente influência deste peregrino italiano na fé, religiosidade e devoção dos caboclos da região contestada.

PALAVRAS-CHAVE: Religiosidade, Agostini, Monge, Pedagogia.

1 | INTRODUÇÃO

Objetiva-se neste trabalho analisar

o itinerário teológico, religioso e existencial desenvolvido por João Maria de Agostini, numa tentativa de demonstrar que este peregrino italiano conduziu sua existência de acordo com uma filosofia prática, uma teologia filosófica que se exercia como um modo de ser no mundo. Agostini, dito monge, peregrino pelos países da América no século XIX, teve forte influência na tradição religiosa cabocla no contexto que antecedeu a Guerra do Contestado. Pretende-se aqui apontar alguns dos principais eventos que marcaram o caminho vivenciado por Agostini, sobretudo em sua peregrinação pela região Sul do Brasil, que influenciou fortemente o imaginário religioso do povo caboclo que habitava a região posteriormente contestada. Objetiva-se também apontar como os princípios teológicos, religiosos e filosóficos inerentes a Agostini fizeram dele um peregrino pedagogo, porque ensinava não somente através de suas palavras, mas também e, sobretudo, pelo seu exemplo. Assim, o itinerário aqui traçado objetiva demonstrar que Agostini, embora exercesse um ministério leigo, impunha à própria vida uma espécie de sacerdócio que educava pelas palavras e pela ação: uma pedagogia prática.

O caminho trilhado por Agostini na região contestada envolve o culto a Santo Antão (251 – 356), que viveu numa época denominada na História da Filosofia como período Patrístico. *Grosso modo*, podemos afirmar que as filosofias da Antiguidade (usamos aqui o termo nos

referindo aos gregos e primeiros séculos do cristianismo) tinham em grande parte um caráter prático, uma teoria que estava intrinsecamente ligada a um modo de vida e vice-versa. E Agostini bebeu neste testemunho dado por Santo Antão à posteridade: consagrou sua vida à busca da elevação moral e dos exercícios espirituais que envolviam suas peregrinações, seu ascetismo, a busca do cume das montanhas para refúgio, o exemplo vivo de um cristianismo prático.

21 O PEREGRINO JOÃO MARIA DE AGOSTINI

Antes de dissertarmos sobre quem foi João Maria de Agostini, precisamos aqui especificar que todo o nosso esforço visa demonstrar que não havia dicotomia entre pensamento e vida na trajetória deste peregrino. Não intencionamos apresentar uma ordem cronológica que dê conta da complexa vida deste personagem histórico. Nosso intento consiste em apontar como Agostini, na condição de devoto do Abade Antão, imprimiu à própria existência a encarnação de princípios religiosos, teológicos e filosóficos que conduziram sua vida prática, seu caráter.

João Maria de Agostini (1801 – 1869), natural de Piemonte na Itália, como nos aponta Karsburg (2014, p. 404) almejou ao sacerdócio em sua mocidade. Uma deficiência na mão esquerda o impediu de ordenar-se, como atesta Karsburg:

Antes de fazer votos de eremita e se tornar seguidor de Santo Antão, Agostini, de acordo com seus papéis, almejou o sacerdócio, no caso ser monge cartuxo e trapista, tentativa essa que aconteceu na Espanha no início da década de 1830. No entanto, em que pese a não adaptação à vida de recluso, Agostini tinha um “defeito físico” na mão esquerda que o impedia de ser ordenado, pois as regras da Igreja Católica, desde Trento (1545-1563), talvez antes, colocavam empecilhos a alguém com deformidades físicas aparentes que causassem escândalo ou nojo a quem as visse (KARSBURG, 2014, p.404).

João Maria de Agostini mesmo tendo sua ordenação não aprovada pela Igreja, anos depois saiu da Europa, como peregrino, para nunca mais voltar. Exercia um ministério leigo, embora tenha sido denominado monge pelo imaginário popular nos lugares onde peregrinou. Não era, portanto, sacerdote ou monge peregrino a serviço de alguma ordem religiosa. Este aparente detalhe foi divisor de águas na vida do peregrino Agostini, pois deu a ele maior autonomia para se guiar conforme seus próprios princípios e mudar de sítio conforme lhe determinava sua própria consciência. Conhecido como o primeiro monge João Maria que peregrinou pela região contestada, Agostini usava vestimentas que lhe assemelhavam a um religioso ordenado (talvez propositalmente) e “tinha uma relação bastante próxima com a estrutura oficial da Igreja Católica” (MACHADO, 2004, p. 164). Esta boa relação com a estrutura da Igreja oficial certamente foi bastante importante para a trajetória de Agostini no Brasil, pois um estrangeiro autodenominado “solitário eremita”, que fazia pregações por onde passava e atraía devoção em seu entorno, poderia representar

perigo à ordem estatal oficial. Neste sentido, Agostini parecia compreender bem a importância de manter uma boa relação com o poder instituído, seja ele o Estado ou a própria Igreja, mas sempre para poder dar continuidade à sua tarefa escolhida. Evidencia-se que o peregrino italiano demonstrava também ter uma espécie de prudência prática na conduta para propagar seus ensinamentos.

Agostini chega ao Brasil em 1843, após ter passado por Caracas na Venezuela, em 1838. “Entre grutas, cavernas e montanhas, ele esteve em vilas e povoados da Colômbia, do Equador e do Peru, antes de iniciar a travessia amazônica em território brasileiro” (KARSBURG, 2014, p. 111). Alexandre Karsburg também atesta que o peregrino “entra na Amazônia brasileira por Tabatinga, uma pequena aldeia na divisa entre Brasil, Peru e Colômbia” (KARSBURG, 2014, p. 112). O peregrino italiano passou por Belém do Pará, onde embarcou num navio rumo ao Rio de Janeiro. Após permanecer cerca de quatro meses na então capital do Império, se dirige ao interior paulista, “chegando a Sorocaba em 24 de dezembro de 1844” (KARSBURG, 2014, p. 126).

Esta chegada de Agostini a Sorocaba é de extrema importância no que se refere à fonte documental. Nesta cidade o peregrino registra sua chegada em cartório, diz ter a profissão de “solitário eremita”, e atesta-se a deficiência que o viajante oriundo da Europa possuía na mão esquerda. Vejamos o que consta neste documento:

Frei João Maria d’Agostinho, natural de Piemonte, Itália, idade 43 anos, solteiro, profissão de solitário Eremita, vindo para exercer o seu Ministério. Declarou residir nas matas do Termo desta cidade, muito principalmente na do Morro da Fábrica de ferro de Ipanema, e ter chegado no dia 24 de dezembro de 1844. Veio do Rio de Janeiro, onde chegou do Pará no Vapor Imperatriz a 19 do mês de Agosto do presente anno de 1844: apresentou um documento que fica arquivado neste Cartório: e para constar lavrei este termo d’apresentação que assigno como o apresentado, eu Procópio Luiz Leitão Freire, Escrivão Serventuário o escrevi e assigno. (Livro de Registros de Estrangeiros, folha 18, 1842 – 1865, Apresentação de Estrangeiros – Delegacia, Sorocaba – SP *apud* KARSBURG, 2014, p. 139)

O documento foi assinado pelo escrivão e pelo próprio Agostini. Karsburg (2014, p. 139 – 140) atesta que à margem esquerda do termo de apresentação, constam descrições físicas do autodeclarado solitário eremita: “Estatura baixa, Cor clara, Cabelos grisalhos, Olhos pardos, Nariz regular, Boca dita (regular), Barba cerrada, Rosto comprido, Sinais particulares: Aleijado dos três dedos da mão esquerda”.

O fato de João Maria de Agostini declarar que possui profissão de solitário eremita é bastante importante para tentarmos traçar um itinerário teológico vivenciado, não apenas teoricamente, mas fundamentalmente, de modo prático, pelo andarilho vindo da Europa. A vocação para a vida religiosa evidentemente surgiu muito cedo para o devoto de Santo Antônio. Como já vimos acima, Agostini teve contato com a ordem dos Cartuxos e dos Trapistas na Espanha, enquanto ainda vivia em continente europeu. É importante destacar que ambas as ordens possuem características voltadas para o recolhimento, silêncio, e

abnegação do mundo. Teria sido por mero acaso que Agostini tenha buscado justamente estas ordens? Acreditamos que não. Se a ordenação ao sacerdócio foi negada a Agostini muito provavelmente por conta de seus aleijões nos dedos da mão esquerda, sua índole eremítica e andarilha não lhe foi tirada, e este peregrino demonstrou tantas vezes ser devoto de Santo Antão. Mesmo não sendo ordenado sacerdote, Agostini fez de sua existência um sacerdócio e um testemunho prático de alguém que imprimia à própria existência a vivência conforme os princípios religiosos, teológicos e filosóficos aos quais acreditava: modo de vida simples, difusão do evangelho e devoção a Santo Antão, peregrinação penitente, a vida nos ermos das montanhas: nunca se demorando entre as gentes. Desde que saiu da Europa Agostini viveu assim, por décadas, fiel incansável aos seus propósitos. A coerência encontrada no itinerário traçado por Agostini demonstra que o peregrino viveu fiel às próprias crenças. Imprimindo em seu cotidiano a experiência de viver fazendo dos princípios teóricos uma pedagogia prática, o devoto de Antão ensinava pelo exemplo.

Agostini lutou fortemente para difundir os ensinamentos de Antão Abade, sua imagem e seu culto, como ocorreu de modo bastante destacado no Campestre, em Santa Maria, no ano de 1848. Para termos noção precisa do tamanho da devoção que Agostini tinha por Santo Antão, convém evidenciar que o eremita muito provavelmente atravessou grande parte do território do Rio Grande do Sul caminhando, em 1848, para ter acesso a uma imagem de Antão e poder alocá-la numa capela erguida no Campestre. Agostini, como se evidencia, não queria devoção a si, mas àquele que seguia e considerava verdadeiramente santo. Afirma Paulo Pinheiro Machado:

O padre Thomé Luís de Souza, em Porto Alegre (vigário-geral do Rio Grande do Sul, subordinado ao bispo do Rio de Janeiro), autorizou João Maria de Agostinho a retirar uma imagem de santo Antão das antigas missões jesuíticas e levá-la à capela que o mesmo monge erguera em homenagem a este santo no cerro do Campestre, próximo a Santa Maria em 1848 (MACHADO, 2004, p. 165).

É neste cerro do Campestre que Agostini, “com a ajuda de moradores, ergueu uma ermida para colocar nela a imagem de Santo Antão Abade” (KARSBURG, 2014, p 20). Agostini era estrangeiro e suas pregações, bem como sua descoberta das águas que passaram a ser consideradas santas pelo suposto poder curativo que tinham, atraíram pessoas para a localidade, que visavam buscar estas águas santas para encontrarem a cura para suas enfermidades. Água, fonte de vida, estas fontes que não secavam, colocaram ainda mais em evidência o devoto de Antão. O monge, como já enfatizamos, não objetivava autopromoção ou reconhecimento, não se corrompeu com a lisonja. Sua intenção era fundar o culto ao seu santo de devoção, Antão do deserto. As águas santas, no entanto, atraíram imensa quantidade de pessoas, o que gerou desconfiança por parte do poder constituído em relação ao eremita que, aos olhos do Estado, estava promovendo ajuntamentos (algo muito perigoso na época, para os poderes públicos, em função de

possíveis rebeliões populares) e, possivelmente, difundindo falsas curas.

Diante dos rumores acerca das aglomerações, ajuntamentos e supostas curas promovidas pelas “águas santas do monge” no Campestre e no Botucarái (localidades distantes cerca de cem quilômetros), Agostini passa a ser vigiado pelas autoridades locais. Havia receio estatal de que o peregrino fosse um religioso farsante, um espião estrangeiro. Devoção e centenas de pessoas aglomeradas ao redor de um suposto monge tido como milagreiro não era algo prudente aos olhos do general Francisco José de Souza Soares Andréa, então presidente da província gaúcha. Deste modo, Agostini tem sua liberdade restrita em outubro de 1848. Karsburg detalha o ocorrido:

Ao ser “detido” no dia 17 de outubro de 1848 no cerro Botucarái, por ordens do chefe de polícia da província – tarefa executada pelo delegado local e alguns soldados (talvez Guarda Nacional, já que o cerro ficava próximo a quilombos que se procurava exterminar) –, o *monge* foi escoltado até a vila de Rio Pardo, pois dali tomaria o vapor para Porto Alegre. Embarcou para a capital e lá chegou dia 21 de outubro de 1848, sendo colocado nas dependências do quartel do Corpo Policial, aguardando ser interrogado pelo presidente da província (KARSBURG, 2014, p. 69).

O presidente da província percebe que o eremita não é um espião, “mas o considerou um “impostor religioso”, talvez por não ter ordens sacras nem pertencer a qualquer comunidade monástica” (KARSBURG, 2014, p.70). Agostini, como já vimos, exercia um ministério leigo, sempre é importante lembrar. Não seria muito prudente manter este líder considerado milagreiro e ajuntador de devotos em sua província, e o general Andréas decide enviar Agostini para Santa Catarina, com ordens expressas de não regressar ao Rio Grande do Sul. Apresentaremos aqui, de modo reduzido, a trajetória de Agostini em território brasileiro a partir disso: o eremita chega na cidade de Desterro em Dezembro de 1848. Seguindo seu espírito eremítico, solicita às autoridades locais poder ficar isolado na ilha do Arvoredo e tem seu pedido atendido. Permanece na ilha por volta de quatro meses, onde pescadores de comunidades locais o visitam e o reverenciam. Agostini, no entanto, não queria reverência para si, e isso é demonstrado ao longo de sua trajetória. Em maio de 1849 recebe o aval de autoridades locais e um passaporte: dirige-se num vapor para a cidade do Rio de Janeiro, onde lá travou contato com D. Pedro II. Buscou abrigo na Serra dos Órgãos em Petrópolis. Alexandre Karsburg indica que é provável que Agostini tenha tomado o caminho do interior paulista após deixar o Rio de Janeiro ao final de 1849, “vivendo nos sertões meridionais do Brasil – passando por lugares que já conhecia, como Sorocaba, Castro, Lapa e região oeste do Paraná e Santa Catarina – até decidir entrar no Paraguai” (KARSBURG, 2014, p 298.). Como não tinha documentos para permanência no Paraguai, o eremita retorna ao Brasil em busca de um passaporte. No natal de 1851 estava em São Borja, e caminha até Porto Alegre “em aproximadamente quarenta dias” (KARSBURG, 2014, p. 302). Quando consegue seu passaporte na capital dos gaúchos, Agostini faz o caminho inverso, com ordens de se retirar do Rio Grande do Sul no prazo

máximo de trinta dias (uma vez que em 1848 foi enviado para Desterro com ordens expressas de jamais regressar). Em novembro de 1852 Agostini deixa o território brasileiro para jamais regressar. É possível mapear o itinerário percorrido pelo peregrino italiano sem estar imbuído de um misto de espanto e admiração? Por quantas, cidades, povoados e vilas Agostini passou, dando testemunho prático de sua fé cristã e devoção a Santo Antão? Quantas centenas de quilômetros este homem, dito monge, caminhou com suas próprias pernas para dar testemunho vivo de sua fé, mostrando através de seu exemplo quais valores um cristão deve buscar exercer em sua vida? Não por acaso, Agostini possui devotos nos três estados do sul deste Brasil continental, mesmo tendo peregrinado pelo Brasil há mais de cento e cinquenta anos. A devoção a Agostini é encontrada inclusive dentro da própria estrutura da Igreja oficial, pois em algumas localidades do Contestado encontramos referência ao *monge*, como é o caso da capela Nossa Senhora Aparecida, no Distrito de Hercilópolis (município de Água Doce – SC). Nesta capela, há uma torneira e uma placa ao lado (de quê?) com os seguintes dizeres: “Água do profeta João Maria. Passou neste lugar em 1850”. Na placa consta o nome do pároco e do Bispo diocesano. Há também um quadro com uma imagem representando o peregrino italiano. É uma prova viva de que em algumas comunidades a própria Igreja oficial acolhe e introduz esta devoção a Agostini como parte do culto local.

Após sair do Brasil, Agostini percorre vários países, grande parte deste trajeto feito como eremita andarilho. Podemos afirmar categoricamente que o peregrino caminhou milhares de quilômetros ao longo de sua vida, incluindo lugares ermos, montanhosos e inóspitos. Agostini, após deixar o território brasileiro, passou pelo Paraguai, Argentina, Chile, Bolívia, Peru, Panamá, Guatemala, México, Cuba, Canadá e Estados Unidos. Em todos esses países exerceu seu ministério de eremita andarilho e pregador. A exceção foi o Canadá, em 1862, onde o poliglota Agostini esbarrou na barreira da língua, e sofreu em demasia: “a verdade é que o homem que dominava várias línguas, impressionando seus interlocutores, experimentou, da pior maneira, o distanciamento do idioma. Foi tratado com indiferença pelos canadenses, que não conseguiram compreendê-lo, fazendo-o se sentir um mendigo” (KARSBURG, 2014, p. 386). Do Canadá Agostini regressa aos Estados Unidos, onde tem sua vida abruptamente interrompida por assassinato, em abril de 1869, no Estado do Novo México. Após deixar sua terra natal, o peregrino eremita jamais regressou ao seu país de origem, portanto.

O legado de Agostini no Brasil é inegável. Cultuado como santo popular em diversas comunidades do interior dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, inaugurou uma tradição vinculada à fé nos “monges do Contestado”. A tradição que inaugurou no Campestre do culto a Santo Antão Abade é divisora de águas para a localidade, pois “é um importante ponto de peregrinações até os dias atuais” (LINO, 2012, p. 356).

Parece-nos que Agostini viu em Antão Abade alguém em quem poderia se espelhar

para manter-se fiel aos seus propósitos. Podemos inferir, com tranquilidade, que João Maria de Agostini leu minuciosamente a *Vida de Santo Antão*, escrita por Santo Atanásio, pois o Abade era seu santo de devoção. O mais importante a ser ressaltado aqui é que Antão Abade foi um exemplo de virtude a fez da própria vida um exemplo daquilo que defendia, uma vida de oração, renúncia e ascetismo:

Só comia uma vez por dia, depois que o sol se havia posto, ou de dois em dois dias, e tinha como todo alimento pão e sal, e como bebida, água. Quando queria repousar um pouco, tinha como leito uma esteira de junco e um cilício, mas, no mais das vezes, deitava-se sobre a terra nua. (LACARRIÈRE, 1975, p. 59)

O ideal ascético e a vida peregrina se constituíram para Agostini, conjuntamente, princípios religiosos, teológicos e filosóficos. Pensamento e vida se articulavam nas caminhadas por tantas léguas diárias, vida simples, alimentação frugal, pedagogia prática, pedagogia do exemplo. Nesse sentido, podemos afirmar que Agostini, assim como Antão, fez de sua própria vida o testemunho maior de seus princípios religiosos, teológicos e filosóficos.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo objetivou demonstrar que João Maria de Agostini conduziu sua vida pautado numa completa junção entre teoria e prática, fazendo de suas convicções religiosas, filosóficas e teológicas um modo de vida, um modo de ser no mundo. Agostini encarnou um ideal de santidade que recusava os valores dominantes da época – poder, cargos, riqueza, dinheiro, vida cidadina, para se refugiar na solidão e levar vida totalmente religiosa, consagrada à penitência e à oração. Viveu até o fim de seus dias deste modo. Inspirado em Santo Antão Abade, o peregrino italiano guiou sua vida pautado em valores e práticas tais como: solidão voluntária, a vida no ermo das montanhas e cavernas, exercícios espirituais (oração, frugalidade, penitência) buscando a conexão constante com o divino. Agostini demonstrou incômodo quando foi exaltado, retirando-se em sua escolha eremítica. Buscou a antítese do sepulcro caiado: não objetivava viver bem ornamentado por fora. Antes, buscava internamente o alimento espiritual e partilhava sua simplicidade e sua devoção por onde peregrinava. Seu ministério se constituía numa pedagogia prática, uma pedagogia do exemplo.

Em sua trajetória escolhida, cumprindo sua profissão de solitário eremita, o peregrino italiano fabricava o próprio artesanato e o vendia para comprar provisões, aproveitando para difundir e evangelho e os ensinamentos antoninos entre as pessoas. Agostini vivenciava sua religiosidade atrelada ao modo de vida eremítico e andarilho. Karsburg atesta que, ao longo de sua trajetória, o peregrino italiano num único momento hesitou (KARSBURG, 2014, p. 374) “entre ser peregrino ou ordenar-se padre, conforme convite de um bispo chileno, Dom

Justo Donoso, que em 1854 convida Agostini a deixar os votos de viver solitariamente e se tornar-se sacerdote”. Como todo homem de caráter elevado e fiel às próprias convicções íntimas, Agostini agradece a proposta e segue seu caminho, percorrendo novas andanças e pregações itinerantes.

É extremamente importante ressaltarmos que, embora João Maria de Agostini (1801 – 1869) não tenha tido uma relação direta com a Guerra do Contestado, pois não viveu no tempo histórico da guerra, podemos dizer que ele teve uma forte influência sobre a mesma, pois fundou aquilo que Tânia Welter chama de tradição joanina: “a afirmação a respeito de sua simplicidade vem geralmente acompanhada de uma autoidentificação: “era simples, como nós”” (WELTER, 2018, p. 97). Este é o ponto central deste singelo artigo: o modo de vida e o exemplo cotidiano apresentado pelo peregrino italiano falaram mais ao coração do povo caboclo que o catolicismo oficial que algumas décadas depois tentou se instalar entre estas pessoas. Agostini, ao percorrer o caminho dos tropeiros, deixou seus ensinamentos no imaginário popular. A religiosidade vivenciada pelos caboclos, imbuída de simbolismos sincréticos, atenta aos sinais da natureza e alicerçada na simplicidade de um povo oprimido e expropriado, pouca relação tinha com o catolicismo oficial que tentava se impor. “A solidariedade e os compromissos coletivos, valores fundamentais dos modos de vida dos caboclos, encontram inspiração numa ética própria do catolicismo popular, do qual o monge é uma referência importante” (MARCON, 2008, p. 152). Além de uma referência importante, este homem que exercia um ministério leigo tornou-se educador no sentido mais profundo do termo. Pedagogo prático, que ensinou pelo exemplo, Agostini não transita pelo cânone dos filósofos estudados pela academia, porque sua obra não habita as bibliotecas. Sua obra habita o imaginário daqueles que conhecem suas façanhas pela oralidade dos ancestrais, das fontes curativas, deste que se tornou santo popular por ser simples como os mais simples, santo pela conduta, pedagogo pela prática e pelo exemplo.

Não estranharemos se pesquisadores da área de Filosofia questionarem o diálogo aqui buscado entre História e Filosofia. É necessário lembrar, no entanto, que santo Antão é conhecido fundamentalmente pela obra de Santo Atanásio (*Vida de Santo Antão*), que se encontra numa famosa coleção de Estudos Patrísticos aqui no Brasil. Embora o abade Antão tenha sido constantemente aqui referenciado, nosso objetivo fundamental esteve ligado ao imaginário teológico, religioso e filosófico de Agostini, que tinha o abade Antão como santo de devoção. Por conta disso, ousamos dizer que a Filosofia não está somente na academia, muito menos existe apenas nos gabinetes. Como questiona João Lupi: “Será que não nos acostumamos a limitar demais o conceito de Filosofia, e, junto com esse limite, não restringimos demais a ideia de modernidade?” (LUPI, 2014, p. 14). Agostini objetivou fazer da sabedoria a provisão para a viagem, eis o que concluímos. Conquistou respeito e devoção não só pelas palavras que proferia, mas pelo exemplo que transmitia, pela pedagogia silenciosa de seu agir, que ensinava muito mais pelas ações que pelo discurso. A Filosofia, por séculos, também se construiu deste modo.

Percorrer um itinerário quase que inimaginável pelo Brasil e por tantos países das três Américas, grande parte com as próprias pernas, como pregador itinerante, faz de Agostini um personagem excepcional. Um homem que cumpriu sua vida fazendo da penitência, da vida simples e devota um exercício cotidiano, difundindo o evangelho e os ensinamentos de Antão. Um peregrino italiano que, deixando a Europa no século XIX, é até hoje cultuado pelo povo caboclo da região contestada como um santo em função de sua simplicidade e seu modo de vida. Um homem que conseguiu unir princípios filosóficos e teológicos ao seu modo de ser e agir no mundo, ensinando, acima de tudo, pelo seu exemplo. A religiosidade foi também uma pedagogia prática na vida de João Maria de Agostini.

REFERÊNCIAS

ATANÁSIO, S. **Vida e conduta de Santo Antão**. Tradução: Orlando Tiago Loja Rodrigues Mendes. 2 ed. São Paulo: Paulus, 2010.

KARSBURG, A. **O eremita das Américas: A odisséia de um peregrino italiano no século XIX**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2014.

LACARRIÈRE, J. **Padres do deserto: Homens embriagados de Deus**. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Ed. Loyola, 1975.

LUPI, J. Prefácio. In: COELHO, C. D. **O homem, o bem e a felicidade na Consolação de Boécio**. Curitiba: Ed. CRV: 2014.

LINO, J. T. Monges sacralizando a paisagem: grutas, fontes d'água e outras formações naturais no viés da arqueologia do sagrado. In: VALENTINI, D. J.; ESPIG, M. J.; MACHADO, P.P. (Orgs.) **Nem fanáticos, nem jagunços: reflexões sobre o Contestado**. Pelotas: Ed. Ufpel, 2012. pp. 353 - 373

MACHADO, P. P. **Lideranças do Contestado**. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

MARCON, T. Cultura e religiosidade: a influência dos monges do contestado. In: **A Guerra Santa Revisitada**. In: ESPIG, M. J.; MACHADO, P.P. (Orgs.) Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008. pp. 139 - 168

WELTER, T. **Encantado no meio do povo: A presença do profeta São João Maria em Santa Catarina**. São Bonifácio: Edições do Instituto Egon Schaden, 2018.

A PERSPECTIVA DE UMA PROFESSORA DA EPT NÃO LICENCIADA SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE

Data de aceite: 23/07/2021

Emanuelle Alves de Medeiros

Pós-graduação em Docência para Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Santa Catarina IFSC

Eduardo do Nascimento

Professor, Instituto Federal de Santa Catarina IFSC
Caçador

RESUMO: Este trabalho é fruto de uma pesquisa no âmbito da especialização em docência para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). A pesquisa objetivou levantar dificuldades encontradas no início da docência para professores não licenciados. Realizou-se uma revisão da literatura em relação à formação docente, destacando os aspectos da EPT e o papel do professor. Optou-se por um caminho investigativo que se efetiva na observação da prática docente. As principais dificuldades encontradas no início da docência enquanto profissional não licenciado foram: a diversidade de alcance dos alunos, a falta de competências da formação pedagógica, as condições de trabalho e a relação aluno-professor. Por fim, demonstrou-se que no contexto atual da EPT faz-se necessário os saberes da prática profissional da área de atuação profissional e dos saberes docentes da área de formação pedagógica indissociavelmente.

PALAVRAS-CHAVE: Educação profissional e

tecnológica; Formação docente; Professor não licenciado.

1 | INTRODUÇÃO

Na região do Contestado estão instaladas algumas escolas técnicas, que no âmbito federal são os câmpus do Instituto Federal Catarinense de Fraiburgo, Luzerna, Concórdia e Videira, além dos câmpus do Instituto Federal de Santa Catarina de Caçador e Canoinhas. A partir da interiorização da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) com a criação da lei nº 11.892, de 29 dezembro de 2008, houve uma grande ampliação da oferta desta modalidade extremamente importante para o desenvolvimento regional. No entanto, tais instituições sofrem com a falta de profissionais docentes para suprir as vagas disponíveis. Então, profissionais com uma formação mais qualificada dos diversos estados brasileiros ocupam essas vagas. De acordo com a lei nº 8.112, de 11 dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da união e da lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, que altera dispositivos da lei nº 8.112, os servidores podem requerer processos de remoção, redistribuição e permuta. Na prática o que se observa é que, tais profissionais prestam concursos públicos para as vagas destinadas ao interior, na qual a concorrência é menor e, em seguida, buscam

por estes processos para ocuparem vagas nas cidades litorâneas e capitais. Portanto, nas instituições do interior há uma grande rotatividade de servidores, dificultando o processo de formação do corpo docente.

Atualmente a realidade da formação dos professores que atuam na maioria das instituições públicas da EPT é bem diferente do que seria esperado, isto é, professores graduados nas respectivas áreas de atuação profissional e licenciados em docência para a modalidade em que atua. Esta realidade por muitos anos não foi um problema para a sociedade, pois a função do professor era ensinar a prática que se enquadrasse no perfil da função do futuro profissional técnico (RODRIGUES, 2002). Devido a não exigência por profissionais com formação adequada para a docência, muitos ainda estão estagnados quanto à evolução da forma de ensinar. Segundo Nogueira e Lima (2012), não foi exigido que o professor soubesse ensinar, mas que fosse bom na prática de sua profissão. Essa condição bastaria para que fosse um bom professor. O que se torna uma continuação da atividade profissional e não uma profissão que requer conhecimento específico para desenvolvê-la.

As instituições da EPT enfrentam vários desafios para cumprir a função que lhes demanda a sociedade. Um desses desafios diz respeito à atender a demanda da sociedade em geral e do mundo do trabalho por profissionais cada vez mais capazes de gerar soluções e estratégias para enfrentar problemas ou antecipar-se a eles (MOURA, 2008). Ainda para Moura (2008), é imprescindível firmar entendimento sobre o papel do professor na EPT, que não pode mais ser o de quem apenas ministra aulas e transmite conteúdos, repetindo exemplos para a memorização dos discentes. Conseqüentemente, os professores da EPT precisam ser formados na perspectiva de que a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico devem estar voltados para a produção de bens e serviços que tenham capacidade de melhorar as condições de vida dos coletivos sociais e não apenas para produzir bens de consumo para fortalecer o mercado (MOURA, 2004b). Diante desta problemática, este trabalho tem como objetivo levantar aspectos importantes sobre as dificuldades encontradas no início da docência na EPT para professores não licenciados.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Do ponto de vista econômico os investimentos tendem a expandir-se sob as atuais inovações tecnológicas que inauguraram novos modos de viver e de produzir do século XXI. Nesse contexto surge a necessidade de efetivar uma “educação tecnológica, numa perspectiva de formação de trabalhadores como sujeitos coletivos e históricos” (MANFREDI, 2002, p. 57). Para Moura (2008), quando se trata da formação de professores, as relações entre educação e mundo do trabalho convergem para concepção sobre o “tipo” de pessoa que se quer formar e para qual sociedade. Em parte, devido à instabilidade histórica a formação dos professores da EPT ficou marcada por uma “política de não formação”, “sendo

tratada, no país como algo especial, emergencial, sem integridade própria e viabilizando propostas de formação aligeirada e superficial, que carece de marco regulatório” (GARÍGLIO e BURNIER, 2012, p. 213). Diante disso, o que de fato é necessário para a formação do docente na EPT, e conseqüentemente, uma melhor contribuição deste para o aprendizado?

É a partir do ensino profissional, não generalizando, que o cidadão começa a contribuir com a sociedade e a economia. E é aí que entra um grande desafio para a educação no ensino profissional, a demanda da sociedade por indivíduos que sejam profissionais com autonomia, capazes de transformar e solucionar antecipadamente os problemas, somando-se ao caráter instrumental. A mesma sociedade que busca por essas qualidades em um profissional, exige uma experiência já consolidada em algo engessado pelo mercado de trabalho. Nesse contexto, fica evidente que o papel da educação deve considerar suas possibilidades e limitações.

Daí surge a contradição inerente do ensino do trabalho: exige-se um profissional mais bem preparado em meio às limitações do desenvolvimento intelectual humano que essas diretrizes político-educacionais sugerem ao processo de ensino e aprendizagem no ensino técnico. Destarte, muitas pessoas são induzidas a acreditarem que, exclusivamente pela experiência do fazer e da prática adquiridas no trabalho, é possível comprovar a efetividade de uma ideia, esta última caracterizada pela materialidade de um objeto em particular e pelo sucesso apenas dos resultados obtidos (ARRUDA e MORETTI, 2019, p.3).

Algumas mudanças podem contribuir para esse cenário, abandonar o enfoque que atribui os insucessos educacionais, exclusivamente, às reformas e contrarreformas e seus efeitos como rigidez da legislação, instabilidade nas políticas e crise econômica nos investimentos na educação, condições sólidas que repercutem diretamente sobre elementos como método, avaliação, conteúdo, qualidade dos processos e dos resultados (CABELLO,1998). Outra sugestão a esse cenário é a aproximação das instituições de ensino profissional à realidade social, econômica e laboral onde estão inseridas. Segundo Moura (2004a), o diálogo social poderá contribuir para compreender a realidade socioeconômica onde as instituições estão imersas e, atender as demandas e necessidades existentes de forma mais visível, antecipando e potencializando os processos voltados para a transformação da realidade vigente na direção já delineada. Diante da mudança no ensino profissional, já evidenciada anteriormente, que está acontecendo gradativamente no contexto da história da educação, é indubitável que o papel do professor também acompanhe essa tal mudança.

No passado, não tão distante, existia a ideia de que bastava ser um bom profissional em sua área de atuação que estava apto para ensinar, mostrando na prática como se fazia. De acordo com Masetto (2003, p. 12), “até a década de 1970, embora já estivessem em funcionamento inúmeras universidades brasileiras, praticamente só era exigido do candidato a professor, o bacharelado e o exercício competente da sua profissão”.

O fato é que não foi exigido desse professor que soubesse ensinar, mas que fosse bom na prática de sua profissão, cuja condição bastaria para que fosse um bom professor. O que torna ainda mais complexo o entendimento da profissionalização docente, uma vez que essa é vista como continuação da atividade profissional e não entendida como profissão que requer conhecimentos específicos para desenvolvê-la (NOGUEIRA e LIMA. 2012, p. 4).

No contexto atual, tanto a EPT, quanto os cursos superiores, “formam profissionais que são formados por profissionais que atuam como professores, embora, na maioria das vezes, não tenham formação específica para esse fim” (MOURA, 2008, p. 31). Ou seja, o fazer docente está baseado em suas práticas profissionais, na reprodução da prática de seus professores, nas suas experiências enquanto alunos e não em uma formação adequada que corporifique a sua prática pedagógica. “Pode-se dizer que os professores estão integrados num ambiente socioprofissional que determina, de antemão, certas exigências de racionalidade no interior dos quais o trabalho docente encontra-se preso, estruturado, condicionado” (TARDIF, 2014, p. 205). Grillo e Lima (2008, p. 22) buscam explicar que aquilo que fazemos na sala de aula tem, muitas vezes como fundamento “modelos de professores que tivemos durante o período escolar ou sugestões dadas por colegas mais experientes, ou ainda, representação de professor, difundida na sociedade ocidental”. Mizukami (1986) afirma que,

Os modelos aos quais o professor esteve submetido ao longo do seu próprio processo de escolarização contribuem muito mais decisivamente para a estruturação de sua prática pedagógica do que os modelos pedagógicos aos quais foi exposto ou que lhe foram transmitidos nos cursos de formação de professores (MIZUKAMI, 1986, p. 115).

Ainda não há muito rigor na exigência de formação para professores no ensino profissional, embora existam saberes próprios da profissão de docente, ela não tem reconhecimento compatível com sua importância para a sociedade (MOURA, 2008). Os saberes docentes são elementos que constituem a prática do professor. Os saberes docentes englobam os conhecimentos, as competências, as habilidades e as atitudes, isto é, o saber, saber-fazer, saber-ser; sem considerar crenças, ideologias e ideias pré-concebidas como saberes docente (GARÍGLIO e BURNIER, 2012). Os saberes docentes vêm de várias fontes e cada professor tem uma relação diferente com eles. Tardif (2014) classifica em quatro saberes: formação profissional, disciplinares, curriculares e experienciais.

Saberes da formação profissional (das ciências da educação e da ideologia pedagógica), compreendido como conjunto de saberes transmitidos pelas instituições de formação de professores; saberes disciplinares, correspondentes aos diversos campos do conhecimento sob a forma de disciplina – são saberes sociais definidos e selecionados pela instituição universitária e incorporados na prática docente; saberes curriculares, que correspondem aos discursos, objetivos, conteúdos e métodos a partir dos quais a instituição escolar categoriza e apresenta os saberes sociais por ela

definidos e selecionados como modelos da cultura erudita e de formação para a cultura erudita; e por fim, saberes experienciais, que são aqueles saberes que brotam da experiência e são por ela validados, incorporando a experiência individual e coletiva sob a forma de *habitus* e da habilidades, de saber-fazer e de saber-ser (ALMEIDA e BIAJONE, 2007, p. 286).

Considerando saberes docentes voltados para EPT, Moura (2008) elenca os seguintes aspectos como imprescindíveis na construção desses saberes: questões didático-político-pedagógicas, a função social da EPT, o papel do docente, as relações ensino-pesquisa e a discussão política. Tais aspectos efetivam-se mediante quatro aspectos: atividades escolares propriamente ditas; interação com o entorno escolar; espaços de (re)inserção laboral; orientação pedagógica e profissional. Esses espaços são importantes na futura atuação do professor, no planejamento, para considerar diversas especificidades e na interdisciplinaridade. Sobretudo, a unidade ensino-pesquisa é fundamental na perspectiva do trabalho individual e coletivo, uma vez que esta permite visualizar o desenvolvimento da autonomia do professor que se forma, na capacidade de aprender a aprender (DEMO, 2006).

Atualmente na EPT pode encontrar profissionais licenciados e não licenciados, com atuação distinta à sua formação. Diante disso, aponta-se agora para a realidade de muitos professores da EPT, sua formação e a construção dessa formação. O ensino necessita de professores formados adequadamente e qualificados profissionalmente, mas além disso, que sejam priorizados aspectos humanos do trabalho. O papel do professor deixa de ser apenas um transmissor de conteúdos, para ser um mediador ao aluno. O estudante se torna um agente do processo ensino-aprendizagem, conseqüentemente, se torna um agente da reconstrução do próprio conhecimento e assim, de sua formação em um sentido mais amplo (MOURA, 2008). Nesse processo educativo, o professor deve assumir outra atitude forjada a partir de outro tipo de formação, que deve ser crítica, reflexiva e orientada pela responsabilidade social. Deixando de ser um transmissor de conteúdos acrílicos e definidos por especialistas externos para assumir uma atitude a problematizar e mediar o processo ensino-aprendizagem sem, no entanto, perder sua autoridade nem a responsabilidade com a competência técnica dentro da sua área de conhecimento (FREIRE, 1996).

Os saberes inerentes à profissão docente são incorporados através do tempo, pela formação em serviço. A docência é aprendizagem para a vida (TARDIF, 2014). Contudo, a formação de professores deve promover a base do conhecimento pedagógico especializado, pois, será exigido dos professores que saibam utilizar as ferramentas didático-pedagógicas, além do trabalho com os conteúdos curriculares. Sendo assim, alguns conhecimentos são imprescindíveis, tais como a elaboração de planejamentos, a relação professor-aluno, entre outros (IMBERNÓN, 2011; RAMALHO, FIALHO e NUÑEZ, 2014).

A maioria dos professores atuantes na EPT são profissionais graduados, engenheiros, arquitetos, contadores, administradores e outros bacharéis que atuam como docentes,

mas não têm formação específica na esfera educacional, pois, tornaram-se professores e, muitas vezes, dividem seu tempo entre o exercício da docência e o daquela para a qual se formaram nas universidades. Diante deste cenário, sem preparação pedagógica para tal, os professores encontram dificuldades no início da docência. É preciso, sobretudo, refletir sobre a prática pedagógica, voltada para desenvolver profissionais comprometidos com a formação profissional atrelada às necessidades sociais (MOURA, 2008).

Para professores não licenciados pode-se destacar dois pontos em que se concentram as dificuldades em exercer a profissão, são eles: a elaboração de planejamentos e a relação aluno-professor. De acordo com Libâneo (2013) no planejamento devem-se inserir objetivos, conteúdos e métodos que deverão ser trabalhados com os estudantes, considerando a realidade social na qual está inserido e suas condições individuais. Ele auxilia o professor na preparação de sua aula, pois permite “selecionar o material didático em tempo hábil, saber que tarefas professor e alunos devem executar, replanejar o trabalho frente às novas situações que aparecem no decorrer das aulas” (LIBÂNEO, 2013, p. 247). O planejamento por sua vez, deve ser flexível, pois o processo de ensino é vivo e pode sofrer modificações para se adequar a realidade, assim como o plano de aula, pois imprevistos podem acontecer e o professor deverá reorganizar seu trabalho.

Outro aspecto relevante na profissão de docente é a relação aluno-professor. Libâneo (2013) aponta que nessa relação existem processos cognoscitivos, que podem ser percebidos na ação de ensinar do professor. É salutar que o professor saiba se comunicar adequadamente e ensine os conteúdos da maneira mais clara possível. O autor ainda aponta processos socioemocionais, que são referentes aos vínculos afetivos, estabelecidos entre o professor e os alunos, onde se precisa equilibrar severidade e respeito, logo que, a disciplina da sua turma está relacionada à conduta prática adotada. Esses aspectos envolvem o que se costuma chamar de domínio de turma, algo que dificilmente se aprende a partir de experiências de terceiros, mas que com prática e exercícios pode se tornar menos penoso.

3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é classificada como qualitativa, pois há uma relação entre o conhecimento objetivo e a subjetividade do observador. A observação da prática foi realizada em uma instituição de ensino público estadual, Centro de Educação Profissional Diomício Freitas - CEDUP, na cidade de Tubarão em Santa Catarina, no curso Técnico de Segurança do Trabalho, na modalidade subsequente e no período noturno, por uma docente-pesquisadora bacharel em engenharia civil nas disciplinas de núcleo de desenho técnico durante o ano de 2020.

Observar não é simplesmente olhar. É preciso saber ver, identificar e descrever diversos tipos de interações e processos humanos. A observação envolve principalmente

a visão, porém, certos dados podem ser obtidos por intermédio de outros sentidos, pois a observação é um processo empírico por intermédio do qual usamos a totalidade dos nossos sentidos para reconhecer e registrar eventos factuais (VIANNA, 2003). A observação, dentro de uma pesquisa participante, não teve um roteiro pré-definido, deixando que o ambiente fosse a principal fonte de coletas de dados.

Alguns pontos relevantes tiveram mais destaques na observação da prática docente. A conversa informal com os discentes, esse critério é importante para conhecê-los e consequentemente identificar a realidade de cada um perante a sociedade. Algumas questões foram levantadas de modo geral, como: a idade, a colocação no mercado de trabalho e o porquê da escolha do curso. Outro aspecto destacado foram as questões mais levantadas em sala de aula pelos alunos. Esse critério é de suma importância para identificar de onde vêm e quais são as maiores dificuldades deles, seja em relação ao conteúdo ou de assimilação com a prática. O tempo de preparação de aula, distribuição regular das atividades e adequado planejamento pedagógico foram critérios importantes para a avaliação dos procedimentos pedagógicos. Também se destacou momentos de interação aluno-professor. A coleta de dados deu-se por meio do diário de campo, realizando anotações em um caderno no intervalo ou ainda posterior ao período de aula, relatando os acontecimentos. Evidenciou-se os pontos que mais chamaram a atenção da professora-pesquisadora baseado na prática docente.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Grande parte dos alunos está na faixa entre 25 a 60 anos, sendo trabalhadores que estão voltando aos estudos depois de um tempo, em busca de mudar ou de uma nova profissão, ou ainda, estão estudando em consequência da reabilitação profissional. Isto mostra que a formação profissional de caráter instrumental é tido como a principal expectativa para o trabalhador-estudante. Fontes e Duarte (2019) estudaram a variação motivacional dos estudantes para a aprendizagem em geral e encontraram em primeiro lugar a motivação instrumental. Porém, revelaram um padrão degradado de motivação dado o contexto do ensino técnico brasileiro.

Adicionalmente, o professor está diante de um grande desafio, logo que, se requer dedicação para alcançar de modo geral a turma, dado que o perfil do alunado é bastante diversificado. Alguns estudantes entendem o conteúdo com clareza conforme as primeiras explicações, assimilando até mesmo assuntos interdisciplinares. Outros necessitam de um olhar mais figurativo e repetitivo para inteirar-se do assunto. De acordo com Arruda e Moretti (2019) os trabalhadores são induzidos a acreditarem que exclusivamente a prática adquirida leva ao êxito profissional. Essa crença dificulta a atuação do professor em sala de aula, mesmo que o docente se esforce para aguçar os saberes dos alunos. Por isso, alguns alunos criam uma barreira por ter o mesmo pensamento de que somente

a prática profissional leva ao sucesso, deixando de lado a oportunidade de ampliar seu conhecimento.

A primeira questão levantada em sala de aula pelos discentes foi: “Professora, onde irei aplicar esse conteúdo? Por que aprendê-lo?” Cabe ao professor desenvolver sobre o assunto e mediar da melhor maneira possível usando suas competências. É importante ressaltar o aspecto fundamental e indissociavelmente de articulação entre todos os níveis cognitivos. Diante de uma situação como essa o professor incorpora todos os seus saberes existentes até o momento para tentar responder de forma clara, associando a teoria com a prática e ilustrando suas experiências sobre o assunto. Porém, em alguns casos, esta ilustração traçada pelo docente se esmaece na interpretação do discente por falta de conhecimentos básicos, trazendo grande dificuldade de aprendizado sem a aplicação prática deste. Na maior parte das situações as condições para aplicação prática dos conhecimentos é prejudicada pela falta de condições de trabalho, como turmas grandes, falta de recursos e pouco tempo para preparação de aulas. Desta forma, constata-se que conhecimentos didáticos poderiam auxiliar em situações como esta.

No contexto da instituição estudada, muitos dos professores são profissionais graduados que atuam como professores não licenciados. Embora alguns deles estivessem procurando se qualificar para a função, isso corrobora Moura (2008), os cursos técnicos formam profissionais que são formados por profissionais que atuam como professores, os quais na maioria das vezes não têm formação específica para este fim. A formação do professor não licenciado se constrói inicialmente, pelo exemplo, do que é entendido por ser professor. A partir do momento que entra-se em sala de aula, descobre-se que falta algo, mas só então, percebe-se que esse algo é uma bagagem, não de experiência profissional técnica, pois a maioria tem, mas de conhecimento sobre assuntos pedagógicos, de saber lidar com o planejamento de aula. Então, conclui-se que a falta de preparo pedagógico é a principal dificuldade no início da docência. Na falta de uma preparação pedagógica, aprende-se com erros, acertos, testagens e cópias de procedimentos vivenciados. Tardif (2014) está correto em dizer que as competências inerentes à profissão docente são adquiridas com a experiência. Contudo, a base de conhecimento pedagógico, como a elaboração de planejamentos, vem da formação de professores. O professor é um profissional e, como os demais, deve passar por um processo de formação inicial específico, mesmo que, o conhecimento ali obtido não seja absoluto ou acabado, mas um entre tantos outros que ocorrerão no decorrer da vida desse profissional, seja ele licenciado ou bacharel.

Durante a observação da prática a falta de momentos de interação entre aluno e professor também causaram dificuldades. Em alguns casos os alunos e o professor não conseguiram assimilar adequadamente suas dificuldades. Pinto e Kleiman (2021) analisaram elementos que dão indícios dessa dificuldade na relação aluno-professor. Destaca-se aqui o impacto da abordagem inicial e apresentação do professor em sala. Neste caso, constatou-se que uma professora colocada à frente da turma numa situação

improvisada de substituição, apresentou dificuldades de interação e controle da turma, levando à uma situação de tensão. Em outro caso, no qual o docente foi adequadamente orientado e introduzido na turma pode-se criar uma situação amistosa na qual os estudantes tiveram maior abertura ao aprendizado. Bejarano e Carvalho (2003) apontam que a maneira com que os professores lidam com as preocupações profissionais derivam em grande parte de suas crenças preexistentes e sua disposição para mudá-las. Assim, são importantes na relação aluno-professor variáveis como dados biográficos e entendimento dos contextos escolares no qual começaram a lecionar. Pereira e Mouraz (2015) salientam que a percepção dos professores tem como primeira fonte a relação pedagógica que desenvolvem com os alunos e a ação instrumental sobre as atividades que desenvolvem. Diante disso, é fundamental que as instituições EPT criem processos de aproximação e façam a intermediação entre alunos e professor no início da docência, ao invés de o professor lidar sozinho com esta situação.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa contribui para futuros professores não licenciados a atentar-se aos pontos aqui evidenciados, a fim de aprimorar seu desempenho durante as suas pretensões de seguir carreira como docente na EPT. Como resultado desta pesquisa levantou-se questões importantes sobre as dificuldades encontradas no início da docência. Concluiu-se que são dificuldades significativas para um professor não licenciado: a diversidade de alcance dos alunos, a falta de competências da formação pedagógica, as condições de trabalho e o relacionamento aluno-professor. Os saberes tecnológicos nos dizem o que fazer, mas os saberes do magistério nos dizem como ensinar. Assim, a junção desses saberes se completa para o exercício da docência na EPT. E ainda, o planejamento de uma aula a torna um balé, do contrário, um caos. O professor que iniciou sua carreira na EPT sem uma preparação adequada precisa procurar por especializações e ser motivado durante esse percurso, pois mudará seu olhar, pensar e agir sobre a profissão, acrescentará novos saberes essenciais para sua prática. Como opção de trabalhos futuros sugere-se o aprofundamento nas questões que envolvem a sociedade, sobretudo como a atuação dos professores da EPT pode contribuir para o desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P.A. BIAJONE, J. Saberes docentes e formação inicial de professores: implicações e desafios para as propostas de formação. **Educação e Pesquisa**, v. 33, n. 2, p. 281-295, 2007.

ARRUDA, F.P.; MORETTI, V.D. Desenvolvimento do pensamento teórico na educação profissional: em busca da superação dialética da prática. **Educação e Pesquisa**, v. 45, e201768, 2019.

BEJARANO, N.R.R.; CARVALHO, A.M.P. Tornando-se professor de ciências: crenças e conflitos. **Ciência e Educação**, v. 9, n. 1, p. 1–15, 2003.

CABELLO, M.J. Aprender para conviver: concepciones y estrategias en educación de personas adultas. **Revista diálogos**, vol. 14, 1998.

DEMO, P. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FONTES, M.A.; DUARTE, A.M. Aprendizagem de estudantes do ensino técnico brasileiro: motivos, investimento e satisfação. **Educação e Pesquisa**, v. 45, e192610, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARIGLIO, J.A.; BURNIER, S. Saberes da docência na educação profissional e Tecnológica: um estudo sobre o olhar dos professores. **Educação em Revista**, Belo Horizonte. v. 28, n. 01, p. 211-236. Mar. 2012.

GRILLO, M.; LIMA, V.M.R. A aula universitária como espaço de parceria. IN: FREITAS, A.L.S.; et al. **A gestão da aula universitária na PUCRS**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LIBÂNEO, J.C. **Didática**. 2ª ed. São Paulo, São Paulo: Cortez, 2013.

MANFREDI, S.M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MASETTO, M. **Competência pedagógica do professor universitário**. 4ª ed. São Paulo: Sammus editorial, 2003.

MOURA, D.H. A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 01, p. 23-38. 2008.

_____. A gestão socialmente produtiva de instituições de educação profissional In: **1º Encontro Internacional de Turismo, Hospitalidade e Desenvolvimento Sustentável**. Natal: CEFET-RN, 2004a.

_____. La gestión socialmente productiva de instituciones de educación profesional y tecnológica In: **IV Encuentro Europa-América Latina sobre formación y cooperación profesional y tecnológica**. Isla de Margaritas: no prelo, 2004b.

MIZUKAMI, M.G.N. **Ensino, as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986.

NOGUEIRA, A.E.S; LIMA, U.C. **Os professores não licenciados e a docência no ensino superior: uma proposta de curso de formação inicial**. Educação e Contemporaneidade. São Cristovão, SE: VI Colóquio Internacional, 2012.

PEREIRA, F.; MOURAZ, A. Crise da educação escolar e percepções dos professores sobre o seu trabalho: identidade profissional e clima de escola em análise. **Educação em Revista**, v. 31, n.01, p.115-138, 2015.

PINTO, A.L.G.; KLEIMAN, A.B. O dizer do outro na constituição identitária de professores em formação. **Cadernos de Pesquisa**, v.51, e07039, 2021.

RAMALHO, B.L.; FIALHO, N.H.; NUÑEZ, I.B. Por um saber pedagógico e didático para profissionalizar a docência. In: RAMALHO, B.L.; NUNES, C.P.; CRUSOÉ, N.M.C. **Formação para a docência profissional: saber e práticas pedagógicas**. Brasília: Liber Livro, 2014. p. 39-59.

RODRIGUES, J. Celso Suckow da Fonseca e a sua “História do ensino industrial no Brasil”. **Revista Brasileira de História da Educação**, nº 4, 2002.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

VIANNA, H.M. **Pesquisa em educação: a observação**. Brasília: Plano Editora, 2003.

COMPARAÇÃO ENTRE DOIS MÉTODOS DE MAPEAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM UNIÃO DA VITÓRIA/PR

Data de aceite: 23/07/2021

Cléria Maria de Melo

Universidade Estadual do Paraná UNESPAR
União da Vitória

Bruna Aparecida Alves da Silva

Universidade Estadual do Paraná UNESPAR
União da Vitória

Mariane Félix da Rocha

Universidade Estadual do Paraná UNESPAR
União da Vitória

RESUMO: A violência contra a mulher apresenta números alarmantes no Brasil. Decorre da relação desigual de poder entre homens e mulheres e pode ser analisada através de diversos prismas. Esse estudo teve o intuito de mapear os casos de violência contra a mulher em União da Vitória (PR), a partir de duas fontes de dados diferentes e utilizando diferentes recursos cartográficos a fim de espacializar as ocorrências desse tipo de violência no município e de apontar qual mapeamento melhor representou o fenômeno. O primeiro mapeamento utilizou os dados do Fórum da Comarca de União da Vitória (PR) e materiais de papelaria para indicar os casos de violência através de forma pontual e com o uso da variável visual cor. O segundo foi feito a partir das respostas a um questionário online e apresentou os resultados em um mapa digital, com os casos de violência por bairro mostrados com a variável visual valor. Como resultado, ambos os mapas mostraram uma concentração

dos casos nos bairros centrais e da área leste da cidade, bem como a ausência de casos reportados na área rural do município. Quanto à forma de mapeamento, constatou-se que a que melhor representaria o fenômeno seria a feição de pontos com dados oficiais, tal como o primeiro mapeamento, mas deve-se pensar em formas de abarcar os casos que não constam nas estatísticas oficiais.

PALAVRAS-CHAVE: Cartografia temática; violência contra a mulher; aquisição de dados cartográficos; variáveis visuais.

1 | INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher, de acordo com o Artigo 1 do decreto nº 1.973/1996 – referente à Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994 – é definida como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”. Tal convenção ainda frisa a necessidade de eliminar esse tipo de violência enquanto condição para o pleno desenvolvimento e participação igualitária das mulheres (BRASIL, 1996). No Brasil, de acordo com dados do Monitor da Violência (um estudo em parceria do G1 com o núcleo de estudos da violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública), uma mulher é morta a cada duas horas vítima da violência (G1, 2019).

A pandemia do Covid-19 e a necessidade de isolamento social contribuiu para o agravamento dessa situação. Segundo reportagem do site *Isto é* (2021), a violência doméstica dobrou nesse período. Os casos de violência contra a mulher aumentaram especialmente no que se refere ao feminicídio, segundo dados apresentados em outubro de 2020 no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

Além da violência contra a mulher no Brasil ser bastante significativa, o estado do Paraná também apresenta índices alarmantes. Nishida e Castro (2016) apontaram a ocorrência de 22.362 casos de violência contra a mulher de 2009 a 2014 no estado, sendo o ano de 2013 com maior número de casos registrados. A maioria dos registros ocorreram contra a mulher negra ou parda (62,6%), e 41,52% das vítimas possuíam apenas o Ensino Fundamental ou menos de oito anos de estudo. Das notificações dos casos de violência, a maioria foram de violência física, sendo 46,04% de espancamento, seguido de ameaças (21,22%) e estupro, com 7,62%. As mesmas autoras, alicerçadas nos dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), citam que por todo o mundo pelo menos 35% das mulheres já sofreram alguma violência, perpetrada pelo companheiro ou desconhecido.

De acordo com a Agência Brasil (2020, online), devido à subnotificação, ou seja, a falta de notificação ou registro dos casos, “os números oficiais não refletem a realidade dos casos no país. Ou seja, existem episódios de violência que não entram nas estatísticas oficiais”. Neste caso, a Agência Brasil (2020) fala ainda sobre a importância de criar novas ferramentas para que as denúncias sejam feitas. Conforme o portal Congresso em Foco (2020), a maior dificuldade das mulheres é em fazer a denúncia devido ao receio do processo e pela falta de leis mais rigorosas que possam efetivamente protegê-las. Nesse sentido, Kind e colaboradores (2013) pontuam que poderiam ser utilizados os próprios serviços de saúde como canais de denúncias, a fim de evitar a subnotificação.

Lima, Buchele e Clímaco (2008) apontam a violência contra as mulheres como uma das formas de violência que por mais tempo permaneceu aceita socialmente. Sublinham, assim, a necessidade de se compreender as diferentes formas de violência a partir de seu contexto histórico. Esses autores citam Cornell (1995) e a ideia de um modelo hegemônico de masculinidade, que trata da posição de dominação dos homens e o papel de subordinação das mulheres, para mostrar os comportamentos e atitudes masculinas que trazem limitações às mulheres e às crianças, e também aos próprios homens.

Araújo (2008) reitera essa afirmação, adicionando que isso decorre da ordem patriarcal, que concede ao homem o direito de dominar e controlar a mulher, utilizando, inclusive, da violência. Todavia, segundo a autora, a violência contra a mulher não é um fenômeno único nem ocorre da mesma forma em todos os contextos, haja vista que nem todos os homens utilizam a prerrogativa da dominação masculina da mesma forma, e nem todas as mulheres se submetem da mesma maneira. Assim, tem-se diversos arranjos possíveis dentro dessas relações.

No estudo dessa temática, a análise geográfica pode contribuir de modo a

especializar o fenômeno da violência contra a mulher, possibilitando outras interpretações sobre esse assunto. Existem várias possibilidades de se estudar a violência contra a mulher a partir de uma perspectiva espacial, e este artigo busca cartografar essas violências e comparar 2 métodos de mapeamento dos casos de violência contra a mulher relatados em União da Vitória, município localizado no sul do Paraná. O objetivo desses mapeamentos foi o de comparar duas formas de se mapear os casos de violência contra a mulher no município, do ponto de vista da apresentação cartográfica e da aquisição dos dados, a fim de indicar a representação mais eficaz e dar visibilidade ao problema, apontando locais com concentração de casos no município.

Ao se analisar outros mapeamentos da violência contra a mulher, um método utilizado consiste em utilizar como fonte de dados os registros oficiais, com os casos denunciados em delegacias e fóruns. Para representar esses dados, indica-se o número de casos de violência contra a mulher ocorridos por bairro. Isso foi verificado nos trabalhos de Ribeiro, Silva e Silva (2015) e de Silva et al. (2019).

A pesquisa de Silva et al. (2018), embora também tenha utilizado os dados da Delegacia para as mulheres de Novo Hamburgo/RS, inovou na forma de mapeá-los: primeiramente, foram tabulados os endereços das ocorrências e, então, utilizando a ferramenta de localização de pontos do *software Google Earth* e depois tratando essas informações no *software ArcGIS*, foi criado um mapa de calor por densidade de pontos em uma área. Assim, o produto cartográfico final indica zonas de maior hostilidade para as mulheres, que podem ficar ocultas em mapas que coloreem todo o bairro ou unidade administrativa com a mesma cor.

Incluindo análises e indicadores estatísticos está a pesquisa de Lucena et al. (2012), que estudou a violência contra a mulher em João Pessoa/PB a partir dos mapas de incidência (que representam o número de casos por grupo de mil habitantes em cada bairro), de intensidade de risco relativo para a violência contra a mulher por bairro (em comparação à média da cidade) e índice de aglomeração espacial dos casos de violência contra a mulher. A fonte de dados desse mapeamento também consistiu nos registros das ocorrências de violência contra a mulher da Delegacia Especializada de Atendimento da Mulher do município estudado.

A forma de apresentação do mapeamento, em todos os estudos supracitados (exceto Silva et al. (2018), que não apresentou o mapa), foi a cartografia temática digital. A cartografia temática tem como fundamento o processo de comunicação visual, apresentando uma solução analítica ou explicativa (FITZ, 2008; SILVEIRA, 2020). O mapa temático, de acordo com Fitz (2008), é aquele que, utilizando outros mapas como base, possui um tema principal a ser representado por meio de uma simbologia específica. Martinelli (2003, p. 25) complementa, afirmando que a cartografia temática tem a função de “registrar e tratar dados, bem como comunicar informações por eles reveladas.” Esses dados, ainda segundo o autor, podem ser provenientes do contato direto do pesquisador com o tema, através de

trabalhos de campo, por exemplo, ou a partir de outras fontes secundárias de dados.

Os fenômenos podem ser representados por formas lineares, pontuais ou zonais. As primeiras representam as feições espaciais que requerem um traçado em forma de linha contínua ou não, tais como rios e estradas. A forma pontual é utilizada para representar as informações que podem ser traduzidas por pontos ou figuras geométricas, como casas e indústrias. A forma zonal indica os fenômenos que ocupam uma determinada extensão, utilizando os polígonos. Tem-se como exemplos desse último a vegetação, climas e geologia (FITZ, 2008).

Ainda de acordo com Fitz (2008), a forma zonal é utilizada quando se necessita representar áreas previamente demarcadas, com base em um levantamento de dados, ao passo que a forma pontual pode ser útil para apresentar quantidades de determinados elementos de forma mais agradável visualmente. Bertin (1967 apud SILVEIRA, 2020) aponta que os temas nessas representações gráficas são imprimidos a partir das variáveis visuais, que correspondem às seis propriedades perceptivas que o olho humano consegue distinguir graficamente: cor, valor ou intensidade da cor (diferentes tonalidades da mesma cor), forma (símbolos), tamanho, orientação (linhas na diagonal ou na vertical, por exemplo), e textura ou granulação (diferenças de espessura em uma hachura, por exemplo).

Cada uma dessas variáveis visuais é mais adequada para representar diferentes temas, pois indicam relações de diversidade (elementos diferentes entre si; aspecto qualitativo da informação), de ordem (determinada organização ou hierarquia entre os elementos representados) ou de proporcionalidade (referente aos aspectos quantitativos) com maior ou menor facilidade (MARTINELLI, 2003). Por exemplo, o autor aponta a variável visual cor para indicar aspectos qualitativos, em que cada cor, por ser diferente, indicaria elementos distintos entre si, e o tamanho como um bom indicativo de proporcionalidade, para mapear aspectos quantitativos.

Dessa forma, explica-se por que a maioria dos mapeamentos de violência contra a mulher descritos anteriormente utilizam a variável visual valor, que diz respeito à utilização de uma mesma cor em diferentes tonalidades. Essa variável visual expressa melhor dados de ordem sobre uma temática, indicando maiores ou menores intensidades de ocorrência, em que valores mais baixos são representados por tons mais claros e os valores mais altos aparecem em tons mais escuros, facilitando a interpretação dos dados (MARTINELLI, 2003; FITZ, 2008). Dada essa diversidade de formas de se mapear um determinado tema é que se encontra a justificativa do artigo em questão: testar duas formas de se mapear a violência contra a mulher a fim de apontar a técnica que mais facilmente expressa as informações.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As informações do primeiro mapeamento foram cedidas pelo Fórum da Comarca

de União da Vitória (PR) em um relatório com dados de 5 anos, de 2014 a 2019, dos casos sentenciados de violência contra a mulher no município. O recorte temporal adotado deveu-se ao tempo restrito de pesquisa. Tentou-se utilizar os dados da Delegacia da Mulher de União da Vitória, mas eles não foram disponibilizados a tempo da conclusão do mapeamento. A partir dos dados do Fórum, então, elaborou-se uma planilha para organizar os processos, acrescentando uma coluna para inserir o endereço da ocorrência e outra com o tipo de violência perpetrada contra a mulher, classificada de acordo com a leitura dos processos em: agressão; agressão e ameaça; ameaça e injúria; ameaça, injúria e lesão corporal; estupro e lesão corporal; homicídio doloso; lesão corporal; lesão corporal e ameaça; violência doméstica. Os nomes indicados nos processos não foram incluídos na planilha para manter o sigilo, por questão de ética.

Para a elaboração do primeiro mapa, foram utilizadas imagens impressas do *Google Maps* onde foram feitas as delimitações dos bairros à caneta. A montagem dessas imagens foi feita sobre chapas de EPS (isopor), revestido com TNT, com auxílio de fita auto colante dupla face. A localização dos casos de violência no mapa foi feita com alfinetes com cabeça colorida, no qual a cor representava o tipo de violência sofrida. A opção pelo mapa feito com artigos de papelaria se deveu ao pouco domínio das técnicas de cartografia digital pelas autoras do mapa à época desse primeiro mapeamento, realizado em 2019 (MELO, SILVA e ROCHA, 2019). Esse primeiro mapa, todavia, só continha os casos de violência contra a mulher que foram efetivamente denunciados e processados. Assim, na tentativa de abarcar os casos que não chegam ao conhecimento das autoridades, foi elaborado um segundo mapa da violência contra a mulher em União da Vitória (PR).

A fonte de dados desse segundo mapeamento foi um questionário disponibilizado online. A opção por esse formato se deu para alcançar o maior número possível de mulheres do município, bem como deixá-las mais confortáveis para responder, em casa e de forma anônima (diferentemente do que ocorreria se fosse, por exemplo, um entrevistador com um questionário). Além disso, a aplicação desses questionários ocorreu durante os meses de março e abril de 2020, em meio à pandemia de Covid-19, que demandou medidas de isolamento social para sua contenção, o que corroborou a opção pelo formato online.

Para fins de mapeamento, foram feitas duas perguntas: a primeira, do tipo fechada e que só permitia assinalar uma opção, acerca da violência sofrida; a segunda, aberta, pedia para especificar onde ocorreu a violência (quadro 1). A ideia inicial do mapa era utilizar as feições de pontos para indicar o local preciso da ocorrência, de modo a complementar aquele primeiro mapa. Todavia, a fim de deixar as mulheres mais confortáveis para responder, sem ter o receio de localizar com precisão onde aconteceu o fato (sobretudo se tiver ocorrido em local de trabalho ou no ambiente doméstico), permitiu-se apontar uma localização aproximada ou apenas o bairro. Dessa forma, o resultado final do mapeamento foi representado por bairro, utilizando as feições de polígono, o que também ocasionou a mudança de objetivo da pesquisa. Com os dados desse questionário, o mapeamento dos

casos de violência contra a mulher relatados se deu no *software ArcGIS 10.8*, classificando cada bairro de acordo com o número total de ocorrências, a partir da tabela de atributos. As indicações dos tipos de violência contra as mulheres foram retiradas do código penal brasileiro.

<p>Tipo de violência sofrida:</p> <ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> Ameaça ou tentativa de assassinato por namorado/marido/companheiro (atual ou ex);<input type="checkbox"/> Agressão física por namorado/marido/companheiro (atual ou ex): espancamento; atirar objetos contra você; sacudir; apertar o braço; estrangulamento ou sufocamento; ferimentos causados por facas, armas de fogo, queimaduras ou outras formas; tortura;<input type="checkbox"/> Agressão verbal, psicológica ou moral por namorado/marido/companheiro (atual ou ex): constrangimento; humilhação; manipulação; perseguição; proibir de estudar, trabalhar, viajar ou manter contato com parentes e amigos; ciúme doentio (vigilância constante); chantagem; xingamentos; ridicularização; limitação do direito de ir e vir; expor sua vida íntima (como a divulgação de fotos e vídeos íntimos, ou conversas de aplicativos);<input type="checkbox"/> Agressão patrimonial/financeira por namorado/marido/companheiro (atual ou ex): controlar seu dinheiro; destruir seus documentos ou outros objetos; deixar você sem sustento;<input type="checkbox"/> Estupro: obrigá-la a fazer sexo (qualquer prática sexual) contra sua vontade pelo uso de violência, ameaça ou outros meios, mesmo que seja seu namorado/marido/companheiro, e mesmo que você estivesse bêbada e/ou inconsciente;<input type="checkbox"/> Importunação sexual (atos libidinosos sem consentimento): passar a mão em partes íntimas contra sua vontade; beijos forçados; “enchochamento” ou outras formas de contato físico forçados;<input type="checkbox"/> Assédio sexual: quando um superior hierárquico, como seu patrão ou professor, utiliza-se do cargo, função ou influência para tentar te forçar a ter relações sexuais com ele;<input type="checkbox"/> Assédio verbal (sem contato físico): “cantadas”, assobios, buzinas na rua ou coisas do tipo;<input type="checkbox"/> Outro tipo de violência. <p>Qual o endereço aproximado onde ocorreu essa violência? (Favor indicar o local mais preciso possível, para que possamos incluir no mapa. Caso não queira apontar o endereço exato, indique um local próximo, ou o bairro/localidade onde ocorreu) – APENAS NO MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA/PR</p> <p>Resposta aberta longa.</p>

Quadro 1. Questionário aplicado online para aquisição dos dados para mapeamento.

Fonte: das próprias autoras.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro mapa (figura 1) mostrou que a incidência de violência sofrida pelas mulheres se dá principalmente em bairros mais periféricos da região sul da cidade, mas os casos mais violentos, inclusive com atos de feminicídio, ocorreram em bairros da região leste. A área central da cidade também demonstrou certa concentração de casos de violência contra a mulher. Dentro dos bairros é possível notar áreas com concentração de pontos, sobretudo no Centro e nos bairros da região sul (figura 1). Os casos com maiores ocorrências foram agressão, lesão corporal e ameaça (MELO, SILVA e ROCHA, 2019). A implantação da Delegacia da Mulher no Município de União da Vitória, em 2015, aparentemente favoreceu as denúncias por parte das mulheres, pois o pico de processos julgados entre 2015 e 2016 foi bastante representativo.



Figura 1. Mapeamento dos casos de violência contra a mulher em União da Vitória com dados do fórum.

Fonte: das próprias autoras.

O segundo mapeamento, que utilizou como fonte de dados o questionário online, teve como resultado cartográfico o que mostra a figura 2. No total, 72 mulheres responderam ao questionário disponibilizado online. Desse total, 26 respostas não foram mapeadas por que relatam violências ocorridas fora de União da Vitória (em cidades vizinhas, como Porto União/SC e Paula Freitas/PR); por localizarem as ocorrências no distrito de São Cristóvão, que engloba vários bairros; por serem impossíveis de mapear (aquelas respostas imprecisas, como “União da Vitória”, “por todo lugar”, “casa”, “apps” etc.) ou por suscitarem dúvidas quanto à localização, como no caso de uma ocorrência no Parque Ambiental e na Ponte de Ferro, que se localizam em mais de um ou entre 2 bairros.

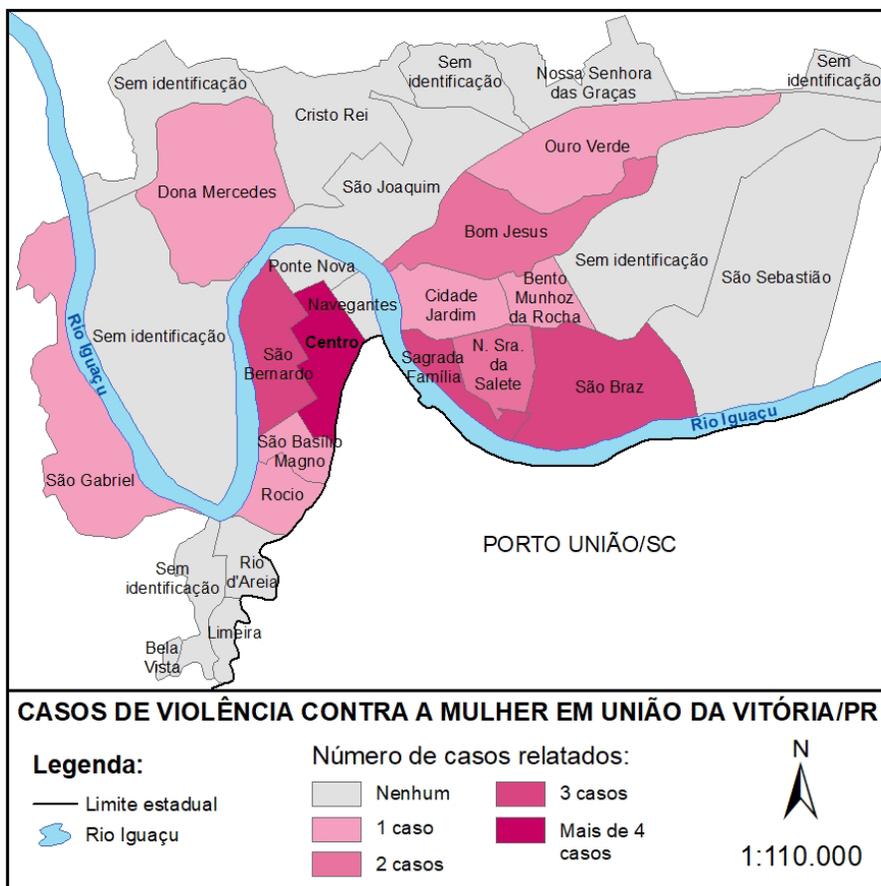


Figura 2. Mapeamento dos casos de violência contra a mulher em União da Vitória com dados do questionário online.

Fonte: das próprias autoras.

Nesse caso, percebeu-se que a melhor opção seria ter deixado essa pergunta do questionário, sobre a localização da ocorrência, fechada e com a possibilidade de marcar apenas uma opção (um bairro, no caso). A escolha por mantê-la aberta foi uma tentativa de conseguir elaborar o mapa com feições de pontos (caso fossem relatadas as localizações precisas), semelhante ao que foi feito no primeiro mapeamento, e também para registrar possíveis violências que tenham ocorrido fora da área urbana do município.

Quanto aos casos efetivamente mapeados, o bairro Centro foi o que concentrou a maior quantidade de ocorrências: foram 27 relatos, sendo 14 de assédio verbal. Chama a atenção o fato de o campus da UNESPAR ter sido citado 5 vezes, com 4 relatos de assédio verbal por parte de alunos e professores, e um caso de assédio sexual (quando pressupõe o uso da superioridade hierárquica para intimidar a vítima). Todavia, a opção por representar os dados com a feição de polígonos, isto é, por bairro, ocultou essa concentração de casos

nessa área.

Nos demais bairros foram relatadas poucas ocorrências de violência contra a mulher, tendo sido citados os bairros São Braz, São Bernardo e Sagrada Família em 3 casos; Nossa Senhora da Salete e Bom Jesus em 2 casos e Rocio, Cidade Jardim, Bento Munhoz da Rocha, Ouro Verde, São Gabriel, São Basílio Magno e Dona Mercedes em 1 ocorrência. Nos demais bairros não foram relatados casos de violência contra a mulher, assim como na área rural do município.

A espacialização dos casos demonstra uma certa tendência à concentração das ocorrências de violência contra a mulher na região da ferradura (arredores do Centro, no meandro do rio Iguaçu) e na parte leste da cidade. Entretanto, considerando a baixa adesão à pesquisa e os poucos casos efetivamente mapeados - apenas 46, em um município com 57.913 pessoas segundo estimativa do IBGE (2020) – o mapeamento serviu mais como teste de metodologia para aquisição e tratamento de dados do que para efetivamente espacializar os casos de violência contra a mulher em União da Vitória (PR).

Outra imprecisão notada nesse tipo de mapeamento é a dificuldade de se representar os tipos de violência sofrida. Da forma como foi feito o mapeamento, destaca-se apenas a quantidade de ocorrências relatadas. Uma solução poderia ser uma coleção de mapas, em que cada mapa representa um tipo de violência sofrida e suas respectivas quantidades, expressas na variável visual valor (a mesma utilizada na figura 2). Todavia, isso demanda maior esforço na elaboração dos mapas e na interpretação dos dados, uma vez que se apresenta mais de um mapa para leitura.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em ambos os mapas, os bairros próximos ao Centro e localizados na parte leste da cidade de União da Vitória/PR, seguindo a margem direita do rio Iguaçu, são os que apresentaram maior número de casos de violência contra a mulher, demandando, assim, maior atenção do poder público. No primeiro mapeamento, os bairros Rio d'Areia, Limeira e Bela Vista também apresentaram certa concentração de casos, o que não se repetiu no segundo mapeamento. Nos dois mapas também se percebe a invisibilidade dos casos de violência contra a mulher ocorridos na área rural do município, indicando, talvez, um menor acesso à justiça e/ou à informação.

Com a elaboração dos dois mapeamentos, concluiu-se que a melhor forma de mapear os casos de violência contra a mulher é através da feição de pontos. Essa forma demonstra com mais precisão a distribuição espacial dessas ocorrências e a quantidade de ocorrências. Essas são informações valiosas que podem ficar ocultas em um mapa de polígonos, com as informações mapeadas por bairros. Por exemplo, um loteamento ou área dentro do bairro que concentre os casos de violência contra a mulher ficarão ocultos em um mapa que pinta todo o bairro de uma cor apenas. Ademais, fica visível o número

exato de ocorrências.

A utilização dos pontos também permite a classificação por tipo de violência sofrida, enquanto o mapa quantitativo por bairro expôs apenas o número de ocorrências. A elaboração de uma coleção de mapas para representar os tipos de violência resolveria o problema, porém demanda mais trabalho de elaboração para o cartógrafo e de interpretação pelos leitores. Todavia, no mapeamento com a feição de pontos, é necessária atenção na escolha da forma de apresentação do mapeamento, a fim de não expor o local exato da violência, que poderia trazer constrangimento à vítima. Algumas soluções poderiam ser o uso de transparência sobre as imagens de satélite ou utilizar apenas os limites dos bairros sob os pontos no mapa final.

Quanto à forma de aquisição dos dados para o mapeamento, o ideal é recorrer a fontes mais precisas, como os dados advindos de denúncias dos casos de violência. Por isso torna-se fundamental o incentivo à denúncia e registro de boletim de ocorrência pelas mulheres, mesmo dos casos de violência aparentemente sem importância. Para identificação dos casos não denunciados, especialmente os de assédio verbal, talvez melhor do que a utilização do questionário online seriam as estratégias de cartografia social, trabalhando por um maior período de tempo com um ou vários grupos de mulheres. Dessa forma, evitam-se as dúvidas relativas às questões (como ocorreram, no caso dessa pesquisa, na questão sobre a localização da violência) e permite-se maior apropriação do mapa e do tema por parte das participantes. Além disso, com o auxílio de um profissional de saúde mental, pode-se utilizar desse espaço e desse momento para amparar as vítimas que precisem de orientação. Uma continuação dessa pesquisa seria a organização dos dados acerca dessa temática existentes em delegacias de polícia e também em jornais e portais de notícias, acrescentando esses casos ao mapeamento das ocorrências registradas no fórum da cidade.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todas as mulheres que corajosamente contribuíram com essa pesquisa, e também à professora Patrícia Baliski pela base cartográfica dos bairros de União da Vitória, utilizada no segundo mapeamento. Também agradecemos ao Fórum de União da Vitória que prontamente nos atendeu e nos forneceu materiais para a confecção do primeiro mapa.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Lei Maria da Penha**: subnotificações escondem número real da violência. 08/08/2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-08/lei-maria-da-penha-subnotificacoes-escondem-numero-real-da>>. Acesso em: 05/06/2021.

ARAUJO, M. F. Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. **Psicol. Am. Lat.**, México, n. 14, out. 2008. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000300012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05/05/2021.

BRASIL. **Decreto nº 1.973 de 1 de agosto de 1996**. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Brasília, DF, 1996.

CONGRESSO EM FOCO. **Feminicídio e subnotificação de violência contra mulher crescem na pandemia**. 19 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/direitos-humanos/feminicidio-e-subnotificacao-de-violencia-contra-mulher-crescem-na-pandemia/>>. Acesso em: 06/05/2021.

FITZ, P. R. **Cartografia básica**. São Paulo: Oficina de textos, 2008.

G1. **No Brasil, uma mulher é morta a cada duas horas vítima da violência**. 08/03/2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/03/08/no-brasil-uma-mulher-e-morta-a-cada-duas-horas-vitima-da-violencia.ghtml>>. Acesso em: 08/05/2021.

IBGE. **Cidades** – União da Vitória. 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/uniao-da-vitoria/panorama>>. Acesso em: 25/03/2021.

ISTO É. **Casos de violência doméstica dobram durante a pandemia**. 07/04/2021. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/casos-de-violencia-domestica-dobram-durante-a-pandemia/>>. Acesso em: 03/05/2021.

KIND, L.; ORSINI, M. L. P.; NEPOMUCENO, V.; GONÇALVES, L.; SOUZA, G. A.; FERREIRA, M. F. F. Subnotificação e (in) visibilidade da violência contra mulheres na atenção primária à saúde. **Cad Saúde Pública**. v. 29, n. 9, p.1805-1815, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102311X2013000900020&script=sci_arttext&lng=pt> Acesso em: 05/05/2021.

LIMA, D. C.; BUCHELE, F.; CLÍMACO, D. A. Homens, Gênero e Violência Contra a Mulher. **Saúde Soc.**, v. 17, n. 2, p. 69-81, 2008.

LUCENA, K. D. T.; SILVA, A. T. M. C.; MORAES, R. M.; SILVA, C. C.; BEZERRA, I. M. P. Análise espacial da violência doméstica contra a mulher entre os anos de 2002 e 2005 em João Pessoa, Paraíba, Brasil. **Cad Saúde Pública**, v. 28, n. 6, p. 1111-1121, jun./2012.

MARTINELLI, M. **Mapas da Geografia e Cartografia Temática**. São Paulo: Contexto, 2003. E-book (link restrito). Acesso em: 20/04/2021.

MELO, C. M.; SILVA, B. A. A.; ROCHA, M. F. Uma análise e um despertar para a violência e os abusos contra a mulher em União da Vitória-PR. In: XIII Simpósio de Geografia, 2019, União da Vitória/PR. **Anais...** União da Vitória/PR: UNESPAR, 2019.

NISHIDA, F. S.; CASTRO, V. C. Violência contra a mulher no Paraná: aspectos epidemiológicos. **Enciclopédia Biosfera**, v. 13, n. 24, 1516-1524, 2016.

RIBEIRO, M. I. C.; SILVA, R. D.; SILVA, M. G. S. N. Criminalidade e Espaço: uma representação espacial dos crimes de violência contra a mulher no município de Porto Velho - Rondônia. **RPGeo**, v. 2, n. 1, 2015, p. 56-67.

SILVA, A. L. S.; PLANGG, R.; MARTINS, P. R.; TESTOLIN, M. J.; DULIUS, R. G.; STAUDT, J. L. A produção de mapas de calor como ferramenta para os estudos sobre violência contra as mulheres. In: VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade, 2018, Rio Grande/RS. **Anais...** Rio Grande/RS: Ed. da FURG, 2018.

SILVA, G. C. B.; NÓBREGA, W. F. S.; MELO NETO, O. M.; SOARES, R. S. C.; OLINDA, R. A.; CAVALCANTI, A. L.; CAVALCANTI, S. A. L.B. Distribuição espacial e perfil epidemiológico das notificações da violência contra a mulher em uma cidade do nordeste brasileiro. **Arch Health Invest**, v. 8, n. 10, p. 580-585, 2019.

SILVEIRA, R. M. P. **Cartografia temática**. Curitiba: Contentus, 2020. E-book (link restrito). Acesso em: 20/04/2021.

CAPÍTULO 6

CONSERVAÇÃO, INSERÇÃO E EXPANSÃO DE ABELHAS NATIVAS SEM FERRÃO NA APP E NO ENTORNO DO IFSC CÂMPUS JARAGUÁ DO SUL-RAU

Data de aceite: 23/07/2021

Anderson José Antonietti

Instituto Federal de Santa Catarina IFSC
Jaraguá do Sul-Rau

Mário Cesar Sedrez

Instituto Federal de Santa Catarina IFSC
Florianópolis

RESUMO: As abelhas-sem-ferrão (ASF) são insetos sociais que desempenham serviços ecossistêmicos importantes como a produção de mel e polinização de muitas espécies vegetais em diferentes biomas. Dada a importância das ASF para o meio ambiente, objetiva-se com este trabalho propor meios que possibilitem a conservação, inserção e expansão das espécies de abelhas nativas sem ferrão na comunidade do entorno e Área de Preservação Permanente (APP) do IFSC Câmpus Jaraguá do Sul-Rau. Para isso realizou-se a revisão de literatura em sites, artigos científicos e livros. O trabalho de campo ocorreu paralelamente à confecção de ninhos-isca e caixas racionais. Os ninhos-isca foram instalados em troncos de árvores na APP e entorno e as ASF capturadas foram identificadas e transferidas para as caixas racionais no meliponário, dispostas em suportes, ao longo da trilha ecológica e da APP do IFSC Câmpus Jaraguá do Sul-Rau. O mapeamento das ASF permitiu a identificação de apenas quatro espécies: Jataí (*Tetragonisca angustula*), Mirim-guaçu-amarela (*Plebeia remota rufis*), Mirim-droryana (*Plebeia droryana*) e Boca-de-sapo

(*Partamona helleri*), um resultado preocupante, pois foram identificadas poucas espécies, tanto nas capturas com ninhos-isca quanto em observações no ambiente natural. Os pequenos quintais agroflorestais desenvolvidos no câmpus auxiliaram no estabelecimento das condições necessárias para a manutenção dos enxames no meliponário. A execução deste estudo contribuiu de modo significativo para a recuperação da APP, incluindo a Mata Ciliar do córrego do IFSC Câmpus Jaraguá do Sul-Rau e a conscientização da comunidade em relação à importância das ASF para a continuidade da vida humana e do meio ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: Abelhas-sem-ferrão. Meliponicultura. Conservação da biodiversidade. Serviços ecossistêmicos. Meliponíneos.

1 | INTRODUÇÃO

O Brasil é o país que abriga a maior biodiversidade do planeta, totalizando mais de 116 mil espécies animais e mais de 46 mil espécies vegetais (MMA, 2021). Entre os diversos grupos de animais destacam-se os insetos, pequenos artrópodos Hexapoda, com importância ainda pouco compreendida para o equilíbrio ambiental e econômico (DE ASSIS VOLPI; KOPP, 2021).

Segundo Villas-Bôas (2012), existem dois grupos de insetos que ocupam uma posição destacada de valor econômico para o homem: o bicho-da-seda, por produzir uma fibra de alto valor comercial, e as abelhas,

pelo mel, cera, própolis, pólen, geleia real, entre outros produtos. Esse autor destaca ainda que se estima que cerca de um terço da alimentação humana dependa direta ou indiretamente da polinização realizada por abelhas, dentre as quais as abelhas nativas sem ferrão, conhecidas também como meliponíneos, abelhas indígenas ou ainda abelhas-sem-ferrão (ASF). As ASF pertencem a Ordem Hymenoptera, Família Apidae, Subfamília Apinae, Tribo Meliponini, caracterizadas por apresentarem ferrão atrofiado (MMA, 2020). Por serem nativas, estão presentes no Brasil muito antes da exploração comercial das abelhas *Apis mellifera* Lineu, 1758, popularmente conhecidas como abelhas europeias, italianas ou africanas (IMPERATRIZ-FONSECA et al., 2012). As ASF há muito tempo são criadas pelos povos indígenas e agrupam inúmeras espécies de abelhas nativas, com comportamentos sociais elaborados e papel ecológico importante na reprodução e autorregeneração da vegetação nativa através da polinização das flores (DANTAS et al., 2021). Para Imperatriz-Fonseca et al. (2012), a polinização tem papel fundamental na base da cadeia alimentar e seu valor é imensurável para a biodiversidade e ambientes naturais. Entretanto, para Ballivian (2008), ações antrópicas como o desmatamento, uso indiscriminado de agrotóxicos e o manejo inadequado das colmeias pelos meleiros, têm colocado em risco a sobrevivência das ASF.

Assim, tendo em vista a acelerada fragmentação de habitats e a destruição dos ecossistemas, com a ameaça de extinção de diferentes espécies de ASF, faz-se necessário adotar formas de conservar a natureza, aliadas a práticas de produção mais sustentáveis (BALLIVIAN, 2008; DA COSTA JR, et al., 2009), como por exemplo a criação de ASF. Para Ballivian (2008), isso é de fundamental importância, pois garante a conservação das espécies e da natureza, a polinização de 40% a 90% das árvores nativas, além da produção de alimentos (mel, frutos e sementes) para aves, mamíferos e para o próprio homem. Neste viés, Villas-Bôas (2012) reforça que dominar certas técnicas de multiplicação de colônias e fundar um meliponário legalizado, além de contribuir com a conservação das ASF, pode representar um ganho econômico para os meliponicultores, com a venda ou o aluguel de colônias, fundamentais para a polinização agrícola, bem como para o meio ambiente. De fato, a criação racional de ASF tem se mostrado uma excelente alternativa na geração de renda para populações tradicionais (EMBRAPA, 2017). Entretanto, essa atividade deve estar de acordo com a Resolução CONAMA nº 496, de 19 de agosto de 2020, que regulamenta a criação de ASF em cativeiro e a comercialização de seus produtos (MMA, 2020).

Para Venturieri (2008), a criação de ASF pode ser integrada com êxito em sistemas agroflorestais, visto que a meliponicultura tem sido facilmente aceita e adotada pelos agricultores. Segundo Ballivian (2008), a criação de ASF além de combinar com os sistemas agroflorestais, diversos estudos comprovam a eficiência desses insetos na polinização de inúmeras culturas, como o morango, a berinjela e o tomate. Assim, os quintais agroflorestais podem melhorar a qualidade ambiental, contribuir para a diversificação, aumentar a renda

familiar e garantir a segurança alimentar da família (DAS CHAGAS et al., 2012). Dada a importância das ASF e a justificativa da realização deste trabalho considerando-se o contexto apresentado, este estudo tem como objetivo propor meios que possibilitem a conservação, inserção e expansão das espécies de abelhas nativas sem ferrão na comunidade do entorno e APP do IFSC Câmpus Jaraguá do Sul-Rau e que possam ser aplicados independentemente da região geográfica considerada.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo foi desenvolvido em um fragmento de Mata Atlântica, pertencente ao IFSC Câmpus Jaraguá do Sul-Rau, região Norte de Santa Catarina, com cerca de 5000m² e contém uma Área de Preservação Permanente (APP), incluindo um pequeno córrego que corta essa área. Como objetivos específicos propôs-se: confeccionar e instalar ninhos-isca para as capturas e caixas racionais para a transferência e manejo das ASF; mapear as abelhas-sem-ferrão (ASF), na APP e no entorno do IFSC Câmpus Jaraguá do Sul-Rau; pesquisar a ocorrência natural de ASF em Santa Catarina; construir um meliponário e pequenos quintais agroflorestais no IFSC Câmpus Jaraguá do Sul-Rau.

A revisão de literatura e a pesquisa sobre a ocorrência natural de ASF em Santa Catarina ocorreu através de sites, artigos científicos e livros. Já, o trabalho de campo foi realizado através da observação de ninhos naturais, da captura de enxames através de ninhos-isca e da identificação das espécies de ASF, presentes no entorno e na APP do IFSC Câmpus Jaraguá do Sul-Rau, permitindo o seu mapeamento.

Os ninhos-isca foram distribuídos no entorno e na APP do IFSC Câmpus Jaraguá do Sul-Rau. Cada enxame capturado foi identificado com o catálogo de Moure et al. (2012) e permaneceu no local de captura de 45 a 60 dias. Após esse tempo foram transportados até o local delimitado para a instalação do meliponário e ali transferidos para as caixas racionais. Os suportes de fixação para as caixas racionais no meliponário foram confeccionados com tubos de PVC, utilizados como colunas de sustentação, além de madeira de Imbuia reaproveitada, para o assentamento e fixação da caixa.

O local para a instalação do meliponário na APP do câmpus foi definido com base nos critérios de borda de mata, sombreamento, disponibilidade de água e acesso para o manejo. Para isso, inicialmente foi realizada a limpeza do local, a fim de torná-lo adequado e acessível às pesquisas atuais e futuras. As caixas racionais que compõem o meliponário são do tipo INPA e foram fabricadas adaptando o modelo descrito por Venturieri (2008) e Villas-Bôas (2012). As dimensões internas das caixas foram consideradas com base nas características das espécies que seriam abrigadas.

Paralelamente ao desenvolvimento do meliponário foram iniciadas as ações de implantação dos quintais agroflorestais e de recuperação de áreas degradadas na APP, em parceria com o órgão ambiental municipal, a Fundação Jaraguense do Meio Ambiente

(FUJAMA), através de orientações técnicas e da doação de mudas de espécies de plantas nativas.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico serão apresentados os principais resultados da pesquisa e as ações executadas de modo a alcançar os objetivos propostos.

3.1 Capturas de ASF através de ninhos-isca

A captura de abelhas através de ninhos-isca é uma prática comum entre os meliponicultores e os que tem por *hobby* a criação de ASF. Segundo Villas-Bôas (2012), existem diversos modelos de ninhos-isca concebidos para otimizar as possibilidades de capturar um enxame. Os ninhos-isca devem ser preparados de forma à imitar os locais de nidificação das ASF e com isso, atrair os enxames no período em que as colônias dividem-se naturalmente (EMBRAPA, 2017).

Considerando-se que no processo de enxameagem os locais previamente ocupados por outras colônias têm a preferência das abelhas, o que traz bons resultados é fazer os ninhos-isca se parecerem com cavidades já ocupadas (VILLAS-BÔAS, 2012). Ainda para esse autor e para a Embrapa (2017), impregnar os ninhos-isca com atrativos preparados com cerume e/ou própolis, dissolvidos em álcool, é o método mais eficiente para o sucesso de uma captura de enxame de ASF na natureza.

Na confecção de ninhos-isca pode-se dar preferência para materiais recicláveis e que podem ser reaproveitados como garrafas pet, papel, papelão, jornal, embalagens de leite UHT, sobras de cano flexível, mangueiras, tubos de PVC de 3/4” de diâmetro e plástico preto. Os ninhos-isca devem ser instalados em locais sombreados, presos ou amarrados de preferência em árvores mais grossas e posicionados na vertical, de modo a imitem o espaço interno encontrado nos troncos ocos, entre 0,5 e 1,5m de altura (EMBRAPA, 2017).

Após a realização das capturas, os enxames devem permanecer nos ninhos-isca por um período de 45 a 60 dias. Então, os enxames deverão ser transferidos para uma caixa racional, que permita o seu desenvolvimento e manejo adequado. A Embrapa (2017) recomenda a transferência do enxame a um local definitivo, com cerca de 30 dias após a captura, porém, destaca que esse tempo pode ser maior, dependendo da espécie.

3.2 Mapeamento das abelhas-sem-ferrão (ASF) na área de estudos

O mapeamento das ASF na APP e entorno do IFSC Câmpus Jaraguá do Sul-Rau, por meio de ninhos-isca, possibilitou a identificação de duas espécies: a *Tetragonisca angustula* Latreille, 1811 (Fig. 1a) e a *Plebeia remota rufis* Holmberg, 1903 (Fig. 1b), conhecidas popularmente, como Jataí e Mirim-guaçu-amarela, respectivamente. Já a observação de troncos de árvores, na APP do IFSC Câmpus Jaraguá do Sul-Rau, permitiu

a descoberta de outras duas espécies em ninhos naturais: a *Plebeia droryana* Friese, 1900 (Fig. 2a) e a *Partamona helleri* Friese, 1900 (Fig. 2b), conhecidas como Mirim-droryana e Boca-de-sapo, respectivamente.



Figura 1. Capturas de ASF em ninho-isca. (a) Jataí (*T. angustula*); (b) Mirim-guaçu-amarela (*Plebeia remota rufis*).

Fonte: Fotografias dos autores (2019).



Figura 2. Ninhos naturais em troncos de árvores, na APP do IFSC Câmpus Jaraguá do Sul-Rau. (a) Mirim-droryana (*P. droryana*); (b) Boca-de-sapo (*P. helleri*).

Fonte: Fotografia dos autores (2020).

Segundo Villas-Bôas (2012), a obtenção dos enxames de ocorrência natural em uma região através de ninhos-isca, é o método ecologicamente mais indicado de captura-na natureza, pois não agride o sistema natural das espécies e se beneficia do processo de enxameação, processo que ocorre anualmente e varia conforme o clima de cada região. Esse autor destaca ainda que no caso da região Sul do Brasil, o processo de enxameação das ASF tem início na primavera e término em meados do verão. Na região Sul, mais precisamente em Santa Catarina, um estudo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) registrou as principais espécies de ASF que ocorrem naturalmente nesse estado, conforme a Tabela 1.

Nomes Populares	Nomes Científicos
Canudo, Tubuna	<i>Scaptotrigona bipuctata</i>
Jataí, Abelhas-Ouro, Mariola, Moça-Branca, Jaty, Maria-Seca, Mosquito-Amarelo	<i>Tetragonisca angustula</i>
Mandaçaia	<i>Melipona quadrifasciata</i>
Guaraipo, Guarupu	<i>Melipona bicolor</i>
Monduri	<i>Melipona mondury</i>

Tabela 1. Espécies de ASF de ocorrência natural no estado de Santa Catarina.

Fonte: Embrapa (2017).

Um fato que chamou a atenção na APP e entorno do IFSC Câmpus Jaraguá do Sul-Rau foi a ausência de capturas ou de visualizações de espécies do gênero *Melipona* e *Scaptotrigona*. Entretanto, nessa área existem condições ambientais e biológicas favoráveis e capazes de abrigar outras espécies de ASF, como a Mandaçaia e a Tubuna, presentes em meliponários da região e que se adaptaram bem ao clima local.

3.3 Caixas racionais para manejo das ASF

Segundo Villas-Bôas (2012), os modelos de caixas racionais utilizados na meliponicultura podem ser divididos em duas categorias principais: as caixas horizontais (Fig. 3a), empregadas de forma maciça na região norte do Brasil e as caixas verticais (Fig. 3b), que procuram seguir o padrão natural da nidificação encontrados nos troncos das árvores e facilitam o manejo. O dimensionamento interno da caixa deve levar em consideração o diâmetro máximo dos discos de cria que cada espécie é capaz de construir (VILLAS-BÔAS, 2012). Esse autor orienta ainda que, em geral, o espaço interno da caixa deverá ser dois ou três centímetros maior que o diâmetro máximo dos discos de cria encontrados. A Figura 3c apresenta a disposição dos discos de cria em uma caixa racional. Neste trabalho, optou-se pela caixa racional vertical, modelo INPA, construída em módulos (fundo, ninho, sobreninho, melgueiras e tampa), sendo confeccionadas com madeira de Itaúba e Eucalipto.

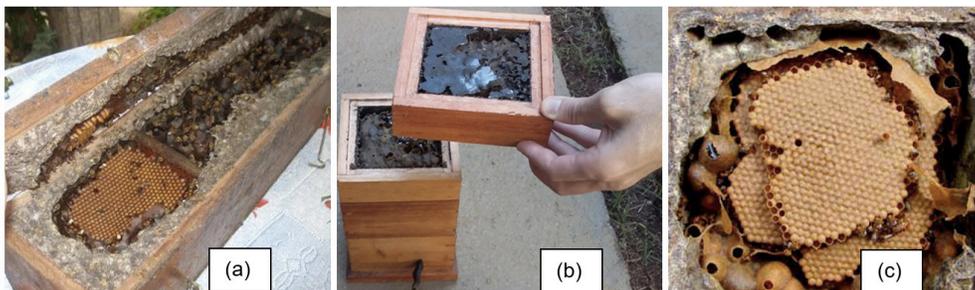


Figura 3. (a) Enxame de Uruçu (*Melipona scutellaris*) em caixa horizontal.

Fonte: Meliponário do Sertão (2021).

(b) Enxame de Jataí (*Tetragonisca angustula*) em caixa vertical tipo INPA.

Fonte: Meliponário Tapajós (2021).

(c) Espaçamento dos discos de cria em relação às paredes internas da caixa racional.

Fonte: Meliponário Pivoto (2012).

A madeira de Itaúba que compõe o revestimento externo das caixas racionais, apresenta grande durabilidade quando exposta ao tempo, o que as garante boa vida útil, porém apresenta um custo elevado. Já, a madeira de Eucalipto, utilizada internamente, possui propriedades inferiores à Itaúba e apresenta menor custo. A função principal do revestimento interno é aumentar a espessura da caixa e garantir um bom isolamento térmico ao enxame (Fig. 4a). Assim, tem-se uma caixa resistente às intempéries e termicamente isolada.



Figura 4. (a) Revestimento interno das caixas racionais do meliponário do IFSC Câmpus Jaraguá do Sul-Rau, em detalhe; (b) Melgueira acoplada ao sobreninho da caixa.

Fonte: Fotografia dos autores (2019).

As dimensões internas para o ninho e sobreninho das caixas racionais do meliponário do IFSC Câmpus Jaraguá do Sul-Rau (Fig. 4b) foram de 105 mm x 105 mm. A altura do ninho foi de 90 mm e do sobreninho de 60 mm, totalizando 150 mm para a área de cria.

As melgueiras não contam com revestimento interno, pois o mel não exige um controle de temperatura preciso. Assim, as dimensões internas das melgueiras foram de 155 mm x 155 mm x 60 mm. As dimensões consideradas são apropriadas para enxames de abelha Jataí, podendo ser a altura da melgueira variável de acordo com a oferta de alimento disponível para as ASF, o que impacta diretamente na produção de mel. Para Villas-Bôas (2012), uma boa premissa para a escolha do modelo de caixa é que ele seja compatível com o clima de cada região, com as espécies de abelhas disponíveis e com o objetivo de sua criação. Este pesquisador reforça ainda que boas caixas são aquelas que conseguem garantir a proteção do ninho, otimizar o processo de divisão de colônias e facilitar a coleta do mel.

3.4 Meliponário

A expressão meliponário corresponde ao local onde são criadas, de forma racional, espécies de abelhas nativas da tribo Meliponini, os meliponíneos e, foi utilizada pela primeira vez pelo Dr. Paulo Nogueira Neto, um dos maiores pesquisadores brasileiros de abelhas nativas sem ferrão (EMBRAPA, 2006). As ações desenvolvidas durante o período de execução deste estudo possibilitaram a criação de um meliponário modelo, inicialmente desenvolvido em um local mais restrito da APP (Fig. 5a). Posteriormente, com vistas a utilização do meliponário como uma ferramenta para o desenvolvimento da educação ambiental na comunidade, passou a compreender toda a extensão da trilha ecológica, presente na APP do IFSC Câmpus Jaraguá do Sul-Rau (Fig. 5b).



Figura 5. (a) Local escolhido inicialmente para abrigar o meliponário; (b) Ampliação do meliponário com caixas racionais instaladas ao longo da trilha ecológica;

Fonte: Fotografia dos autores (2020).

Os pesquisadores da Embrapa (2017) destacam que a escolha do local do meliponário deve estar diretamente ligada à flora, pois quanto maior a facilidade de exploração da flora pelas ASF, maior será o potencial de produção das colônias. De acordo com Embrapa (2006), as colmeias em um meliponário podem ser dispostas basicamente de duas formas, 1 - Colmeias instaladas isoladamente em cavaletes ou suportes individuais: Neste tipo de disposição (Fig. 6a), as colmeias são instaladas próximas umas das outras, a uma

distância mínima de 1,5 m de raio. Essa instalação tem a desvantagem de necessitar de uma área consideravelmente grande, principalmente se for considerado o número mínimo recomendável de 44 colônias de uma mesma espécie, para que não haja problemas de consanguinidade dessas colônias, situação indesejada para um bom desenvolvimento das colônias e boa produtividade. 2 - Colmeias instaladas em prateleiras ou suportes coletivos: Esse tipo de disposição das colmeias (Fig. 6b), permite um maior adensamento das colônias em uma pequena área, facilita o manejo e reduz os custos, compensando os gastos necessários para a construção da estrutura em função da possibilidade da instalação de um grande número de colônias.



Figura 6. (a) Colmeias instaladas em suportes individuais.

Fonte: Meliponário Abelhas do Sul (2013).

(b) Colmeias instaladas em suportes coletivos.

Fonte: Meliponário Campos Verdes (2015).

Assim, dispondo do espaço necessário e agindo de forma a manter as características do ambiente natural da APP do IFSC Câmpus Jaraguá do Sul-Rau, optou-se pelo desenvolvimento de um meliponário com colmeias instaladas separadamente. Os suportes utilizados para a instalação das caixas no meliponário foram do tipo coluna, confeccionados a partir de um tubo de PVC com 100 mm de diâmetro e 1200 mm de comprimento (Fig. 7a), e dois pedaços de madeira unidos em forma de “T” (Fig. 7b), o primeiro nas dimensões de 90 mm x 90 mm x 30 mm e o segundo nas dimensões de 180 mm x 30 mm x 8 mm. As caixas racionais, modelo INPA (Fig. 8a), foram fixadas aos suportes por meio de parafusos, o que garante boa estabilidade a mesma. A Figura 8b mostra uma das caixas racionais instaladas no meliponário do câmpus.

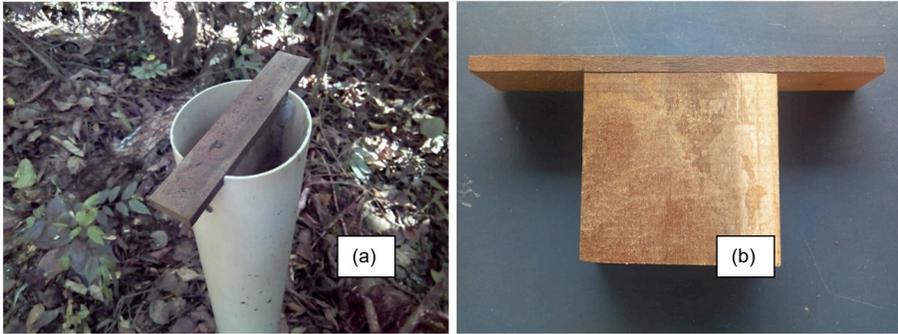


Figura 7. (a) Suporte tipo coluna; (b) Suporte para a fixação da caixa na coluna, ambos utilizados no meliponário do IFSC Câmpus Jaraguá do Sul-Rau.

Fonte: Fotografia dos autores (2020).



Figura 8. (a) Caixa racional tipo INPA; (b) Caixa INPA instalada no meliponário do IFSC Câmpus Jaraguá do Sul-Rau.

Fonte: Fotografia dos autores (2019).

3.5 Quintais Agroflorestais

A criação de ASF deve ser acompanhada de medidas que possibilitem as condições necessárias à manutenção dos enxames, como o desenvolvimento de quintais agroflorestais e ações para a recuperação de áreas degradadas. De acordo com Instituto das Águas da Serra da Bodoquena - IASB (2009), o quintal agroflorestal é fundamentado na associação de espécies florestais, agrícolas, medicinais, ornamentais e animais, ao redor da residência, com o objetivo de fornecer várias formas de bens e serviços. Essa prática de implantação de quintais agroflorestais é corroborada por outros pesquisadores como Gemim e De Melo Silva (2017), que sustentam sobre a sua importância para a manutenção dos enxames em um meliponário.

Assim, a APP do IFSC Câmpus Jaraguá do Sul-Rau recebeu 55 novas mudas de árvores nativas com o objetivo de recuperar as áreas degradadas na mata, seja por ação humana ou natural. Dentre as espécies doadas pela FUJAMA estão o ipê-amarelo (*Tabebuia*

ochracea) (Fig. 9a), o ingá-feijão (*Inga marginata*), a aroeira (*Shinus teribinthifolia*), o araçá (*Psidium cattleyanum*), a cerejeira (*Eugenia involucrata*), a paineira (*Ceiba speciosa*) e a goiabeira (*Psidium guajava*).

Além disso, como forma de implantação dos conceitos de quintais agroflorestais, foram criados pequenos espaços em determinados locais do câmpus para o plantio de mudas frutíferas como acerola (*Malpighia emarginata*), pitaya (*Selenicereus undatus*), jaboticaba (*Myrciaria jaboticaba*) e morango (*Fragaria vesca*). Foram plantadas também mudas de ora-pro-nóbis (*Pereskia aculeata*), plantas utilizadas na culinária e excelentes fornecedoras de néctar e pólen para as abelhas, além de outras mudas nativas e medicinais como o Sabugueiro (*Sambucus ebulus*). A Figura 9b ilustra parte do trabalho que foi realizado para a adequação destes espaços ao conceito de quintal agroflorestal. Assim, um quintal agroflorestal pode oferecer os recursos necessários às ASF, como néctar, pólen e resina, ao mesmo tempo em que a polinização realizada por elas resulta numa produção de alimentos maior e com qualidade superior (GEMIM; DE MELO SILVA, 2017).



Figura 9. (a) Muda de ipê-amarelo (*T. ochracea*) plantada na APP do IFSC Câmpus Jaraguá do Sul-Rau; (b) Espaço sendo preparado nas dependências do IFSC Câmpus Jaraguá do Sul-Rau para a aplicação do conceito de quintal agroflorestal.

Fonte: Fotografia dos autores (2019).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu aprofundar os conhecimentos acerca da APP do IFSC Câmpus Jaraguá do Sul-Rau e entorno, especialmente em relação as abelhas-sem-ferrão (ASF), que são sensíveis bioindicadores da qualidade ambiental. O mapeamento das ASF permitiu a identificação de apenas quatro espécies diferentes: Jataí (*Tetragonisca angustula*), Mirim-guaçu-amarela (*Plebeia remota rufis*), Mirim-droryana (*Plebeia droryana* Friese) e Boca-de-sapo (*Partamona helleri*). Esse resultado é preocupante, visto que foram poucas as espécies identificadas por meio das capturas em ninhos-isca e através da observação no ambiente natural.

Por outro lado, na troca de experiências em visitas aos meliponicultores da região, constatou-se a possibilidade de inserção de novas espécies não identificadas nesta área de estudos, porém, bem adaptadas ao clima e frequentes em meliponários da região como a Mandaçaia (*Melipona quadrifasciata*) e a Tubuna (*Scaptotrigona bipunctata*). Os ninhos-isca foram construídos e instalados em troncos de árvores da APP e entorno e as capturas, transferidas para as caixas racionais e dispostas em suportes, ao longo da trilha ecológica e da APP do IFSC Câmpus Jaraguá do Sul-Rau, estruturando-se um meliponário modelo.

Este meliponário também será utilizado como ferramenta pedagógica para o desenvolvimento da educação ambiental no câmpus e para a comunidade externa. Além disso, iniciou-se o desenvolvimento de pequenos quintais, seguindo o conceito agroflorestal, visando o estabelecer as condições alimentares necessárias para as ASF. Espera-se que com o tempo, considerando a presença do meliponário, ocorra um processo natural de expansão das espécies de ASF na APP e no entorno, através da enxameação, aumentando a ocorrência de ninho naturais. A execução deste estudo contribuiu de modo significativo para a recuperação da APP, incluindo a Mata Ciliar do córrego e a conscientização da comunidade em relação à importância das ASF para a continuidade da vida humana e do meio ambiente.

AGRADECIMENTOS

Ao IFSC, FAPESC e FUJAMA, por apoiarem os projetos de pesquisa e extensão que são desenvolvidos na APP e no entorno do IFSC Câmpus Jaraguá do Sul-Rau.

REFERÊNCIAS

BALLIVIAN, José Manoel P. P. **Abelhas nativas sem ferrão**. São Leopoldo: Oikos, 2008. 128p.

DA COSTA JR, Edgar Alves et al. Estratégias inovadoras em ATER voltados à transição agroecológica e ao desenvolvimento de SAFs: o caso do Assentamento Ipanema, Iperó/SP. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 2, p. 4332-4336, 2009.

DANTAS, Marília et al. Utilização de abelhas sem ferrão (apidae) em práticas de educação ambiental com estudantes de Governador Mangabeira, Bahia, Brasil. **Brazilian Journal of Animal and Environmental Research**, v. 4, n. 1, p. 1176-1183, 2021.

DAS CHAGAS, Jolemia Cristina Nascimento et al. Importância dos quintais agroflorestais na conservação de plantas aromáticas e condimentares em duas comunidades de várzea no amazonas. In: **Alternativas comunitárias de conservação da bio e sociodiversidade**. VI Encontro Nacional da Anppas, Belém, 2012.

DE ASSIS VOLPI, Thais; KOPP, Claudia. Comparação do conhecimento entomológico entre alunos de zona urbana e rural. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, v. 7, n. 20, 2021.

EMBRAPA. **Meliponário**: localização e instalação. Teresina/PI, 2006. Folder. Disponível em <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/104143/1/Meliponario0001.pdf>. Acesso em: 06/11/2019.

EMBRAPA. **Criação de abelhas-sem-ferrão**. Teresina/PI, 2017. Folheto. Disponível em <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/1079116>. Acesso em: 19/06/2021.

GEMIM, Bruna Schmidt; DE MELO SILVA, Francisca Alcivania. Meliponicultura em sistemas agroflorestais: alternativa de renda, diversificação agrícola e serviços ecossistêmicos. **Revista Agro@mbiente On-line**, v. 11, n. 4, p. 361-372, 2017.

IMPERATRIZ-FONSECA, Vera L. et al. **Desaparecimento das abelhas melíferas e a perspectiva do uso de outras abelhas na polinização**. Documentos. Petrolina: Embrapa Semiárido, v. 249, p. 213-226, 2012.

INSTITUTO DAS ÁGUAS DA SERRA DA BODOQUENA - IASB. **Sistemas Agroflorestais**: Uma alternativa para manter a floresta em pé. 2009. Cartilha. Disponível em http://iasb.org.br/projetos/arquivos/arquivo_37_18.pdf. Acesso em: 10/04/2019.

MELIPONÁRIO ABELHAS DO SUL. **Abelhas resistentes ao frio**, 2013. Disponível em: <http://meliponarioabelhasdosul.blogspot.com/>. Acesso em: 28/11/2019.

MELIPONÁRIO CAMPOS VERDES. **Café com meliponicultura**. 2015. Disponível em <http://meliponariocamposverdes.blogspot.com/>. Acesso em: 22/06/2020.

MELIPONÁRIO DO SERTÃO. **Caixas para ASF**. Disponível em <https://meliponariodosertao.blogspot.com/p/caixas-para-asf.html>. Acesso em: 17/06/2021.

MELIPONÁRIO PIVOTO. **Identificando discos de cria verde e maduro**. Campinas - SP, 2012. Disponível em <http://meliponariopivoto.blogspot.com/2012/11/identificando-discos-de-cria-verde-e.html>. Acesso em: 22/06/2021.

MELIPONÁRIO TAPAJÓS. **Como produzir mel de abelha Jataí no jardim de casa sem prejudicar a colmeia**. Disponível em <https://www.meliponario.com/como-produzir-mel-de-abelha-jatai-no-jardim-de-casa-sem-prejudicar-a-colmeia/>. Acesso em: 17/06/2021.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. 2021. Disponível em <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade>. Acesso em: 19/06/2021.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA nº 496, de 19 de agosto de 2020**. Disponível em <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=747>. Acesso em: 06/05/2021.

VENTURIERI, Giorgio Cristino. **Criação de Abelhas Indígenas sem Ferrão**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2008. 55p.

VILLAS-BÔAS, Jerônimo. **Manual Tecnológico**: mel de abelhas sem ferrão. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza, 2012.

CAPÍTULO 7

CORES E FRAGMENTOS NO MOSAICO ARTÍSTICO DO CONTESTADO

Data de aceite: 23/07/2021

Rita Inês Petrykowski Peixe

Instituto Federal de Santa Catarina IFSC
Itajaí

RESUMO: Tendo por base as reflexões e discussões já empreendidas, no intuito de situar, reunir conhecimentos, analisar e dar visibilidade às produções artísticas que versam sobre a Guerra Sertaneja do Contestado, o conteúdo aqui descrito se consolida a partir da inclusão, no acervo visual que vem sendo construído sobre as artes do Contestado, de uma arte pública que faz uso da técnica do mosaico. Trata-se da produção dos artistas Rodrigo de Haro e Idésio Leal, destinada à entrada da cidade de Caçador, em Santa Catarina, localizada no Km 04 da SC 350, Rodovia Lourenço Faoro. A partir de um projeto governamental contratado em 2006 e inaugurado no ano de 2008, o Portal Turístico O Contestado foi proposto pelos artistas, que o desenvolveram em forma de mosaico: técnica compositiva que utiliza fragmentos cerâmicos coloridos. Em uma estrutura de formas irregulares, construída em alvenaria, com duas partes simétricas – uma em cada lado da rodovia –, cenas da Guerra Sertaneja do Contestado foram retratadas. Por meio de investigação bibliográfica e documental, bem como entrevistas e o uso de imagens, será desenvolvida a presente proposição, objetivando refletir acerca dessa manifestação pública enquanto construção de caráter social, detentora de inúmeros elementos simbólicos.

Nesse sentido, além de situar e considerar os aspectos que vão desde a ideiação e os projetos para captação dos recursos, construção, até a execução e criação artística desse Portal e suas relações com a história, será possível estabelecer conexões entre essa arte e as demais imagens já compiladas, que tratam dos aspectos visuais da Guerra Sertaneja do Contestado.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra Sertaneja do Contestado; Acervo visual; Mosaico; Arte Urbana; Portal de Caçador;

1 | REVISITANDO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS SOBRE A GUERRA SERTANEJA DO CONTESTADO

Há algum tempo venho catalogando e empreendendo estudos investigativos acerca das imagens produzidas que versam a Guerra Sertaneja do Contestado (1912-1916). Em minha tese de doutoramento, defendida há pouco menos de 10 anos, sob o título “Imagens que (re) constroem história: alegoria e narratividade visual da Guerra Sertaneja do Contestado” (PETRYKOWSKI PEIXE, 2012), propus uma significativa compilação de artistas com o levantamento de um volume superior a mil obras. Das produções desses doze artistas catalogados, temos inúmeras linguagens que vão desde pinturas com técnicas diversas, até artesanias, esboços e desenhos, esculturas, fotografias, instalações, gravuras, painéis, entre outras. Em cada uma delas, nos são apresentadas distintas percepções sobre o

episódio, sendo um mesmo tema tratado sob diferentes narrativas visuais. Isso nos leva a pensar que,

As centenas de imagens captadas ou criadas sugerem os diferentes ângulos pelos quais é possível olhar e transitar [por essas produções] sem, contudo, a crença de que um mais adequado ou correto possa se apresentar diante dos nossos olhos (PETRYKOWSKI PEIXE, 2012, p. 28).

Sob esse enfoque e relações, empreendo inúmeras discussões em minha tese doutoral, das quais criei conexões com o presente texto, no sentido de aportar elementos que possam elucidar as ilimitadas experiências que essas imagens sugerem, deflagradas também pela inclusão de mais uma produção artística a esse acervo imagético da Guerra Sertaneja do Contestado.

Todavia, é importante voltar às motivações que suscitaram o meu interesse investigativo pelas imagens do Contestado, ou seja, o que despertou em mim, anteriormente à escritura da tese, o desejo de abordar esse assunto que, invariavelmente, fez parte do meu imaginário desde a infância. Foi por meio das histórias e dos “causos” que eventualmente emergiam nos relatos familiares, que tomei contato com o episódio, sem que, à época frequentando o Ensino Fundamental ou Médio em escolas da chamada “região contestada”, tivesse havido alguma menção ou contextualização a esse respeito.

Assim, a primeira aproximação mais fundamentada se deu por meio da produção de um artigo, tendo como protagonista o painel “O Contestado: Terra Contestada”, de autoria do artista Hiedy de Assis Correa – Hassis (1926-2001), que posteriormente alavancou uma pesquisa acadêmica no âmbito da Universidade do Contestado, iniciada em 2004. Essa investigação resultou em um material visual intitulado “Retratos do Contestado: a história através da arte” (PETRYKOWSKI PEIXE, 2006), do qual se produziu um número reduzido de cópias. Neste trabalho, foram catalogados sete artistas e, com o uso das imagens resultantes dessas produções artísticas investigadas, foi realizada uma narrativa visual sobre a Guerra Sertaneja do Contestado em forma de vídeo documentário. Essa primeira aproximação, que deflagrou a ampliação de outros processos investigativos, possibilitou aproximações importantes, considerando que:

a despeito das muitas lacunas sobre a Guerra Sertaneja do Contestado ao longo da História, o discurso no âmbito da arte a faz falar, dá voz às imagens e aos seus conteúdos que, por sua vez, instigam e provocam a se falar sobre elas: que se mostram e nos mostram, convidandonos a ver. Elas gestam um ou muitos discursos, passíveis de serem compreendidos por aqueles que com elas compartilham os seus códigos. Narrativas visuais, registros plasmados em painéis e telas, formas construtivas, escultóricas e gravações situam-se na fronteira entre o dito e o não dito, o visto e o não visto, o compartilhado e o sonogado, entre os efeitos de realidade e a imaginação (PETRYKOWSKI PEIXE, 2012, p. 28).

Os movimentos e apropriações que ora descrevo, trazem para esse cenário, artistas de diversas épocas históricas, com produções distintas, a partir de visões particulares sobre

o episódio, sendo: Claro Jansson, Willy Alfredo Zumblick, Hiedy de Assis Corrêa, Renato Perré, Dea Catharina Reichmann, Poty Lazarotto, Meinrad Anton Friedrich Horn, Eleutério Nicolau da Conceição, Grupo Cabeça Oca, Leandro Vitto, Gerson Witte e Itacir Bortoloso. Mais recentemente a esse importante conjunto de artistas e obras, procurei incluir outro nome, cuja produção em aquarelas, tendo como tema a Guerra Sertaneja do Contestado, revela grande força expressiva e potencialidade, quer seja no uso das cores, quer seja no traço fluido utilizado por Manih, nome artístico de Márcia Elizabéte Schüler.

Do texto curatorial sob o título “Desenhar com água e cor”, escrito para a Mostra “Contestado em Cores”, que foi apresentada em 2014 no II Simpósio Nacional sobre o Centenário do Movimento do Contestado: fronteiras, colonização, conflitos e meio ambiente, ocorrido na Universidade da Fronteira Sul – UFFS em Chapecó/SC, trago um excerto, no qual aponto que na obra de Márcia Schuler,

[...] a violência e melancolia da Guerra Sertaneja do Contestado não estão sendo mitigadas pelo colorismo ou pela delicadeza da arte. Ao contrário, Manih as quer desvelar suavemente, convidando o espectador a lançar um olhar mais atento e cuidadoso, que transite pelo emaranhado linear e pictórico das suas produções. Uma linha difusa e lírica ondula, brinca e se desfaz, mesclando-se entre os intensos matizes do conjunto compositivo, no qual cada personagem se complementa, nas suas formas, cores e vazios (PETRYKOWSKI PEIXE, 2014, s.p.).

A partir do cenário ora descrito, que revisita estudos anteriores e traz um breve panorama da trajetória investigativa que justifica a proposição desse artigo, apresento, em linhas gerais, algumas motivações que me levaram a propô-lo. Ele nasce de um antigo interesse em incluir essa importante manifestação de arte urbana e os dois artistas que a produziram, sendo apresentada em forma de portal com uma face de mosaico, cuja narrativa versa sobre a Guerra Sertaneja do Contestado. Isso tem a ver, tanto com o aspecto territorial, enquanto espaço de pertencimento, quanto com os contextos que aludem às questões identitárias. Considerando tal proposição, vale ressaltar que,

A territorialidade associa-se à promoção de identidade. Neste sentido, agência solidariedades e arregimenta interesses, criando campos de ação balizados e, por vezes, inéditos em relação àqueles envolvidos, delineando um lastro de relações simbólicas que os situa social e culturalmente (PALLAMIN, 2000, p. 31).

Assim, a presente investigação tem como objetivo assegurar a inclusão, no acervo visual que vem sendo construído sobre as artes do Contestado, de uma proposta pública que faz uso da técnica do mosaico. Trata-se da produção dos artistas catarinenses Rodrigo de Haro e Idésio Leal, que fez parte do projeto governamental que, à época, estava sendo planejado sob o título “Portais de Santa Catarina”, sendo que o de Caçador, município localizado no meio-oeste Catarinense, foi destinado à entrada da cidade, estando localizado na SC 350, Rodovia Lourenço Faoro, Km 04 (Fig. 1).

De modo a compreender as iniciativas e os aspectos que vão desde a ideação e os

projetos para captação dos recursos e sua construção, até a execução e criação artística desse Portal, busquei recuperar importantes elementos que nortearam cada uma de suas etapas. Com isso, a partir de referenciais bibliográficos, entrevistas e levantamento de informações, bem como do uso de imagens, me foi possível estabelecer conexões, ligando alguns pontos, de modo a ampliar e organizar os conhecimentos, com vistas a inferir acerca dessa manifestação de arte urbana.



Figura 1. Portal inaugurado em 2008 que apresenta, em uma de suas faces, as duas partes que compõem o Mosaico “O Contestado” de Rodrigo de Haro e Idésio Leal.

Fonte: Rafael Seidel (2021).

2 | UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO PARA APRESENTAR OS ARTISTAS FOCO DA INVESTIGAÇÃO

Rodrigo de Haro (Paris/1939-Florianópolis/2021) era filho do já consagrado artista Martinho de Haro e, desde sua infância, pelo seu acesso à arte e à cultura, convivendo com o meio artístico e cultural, foi destaque. O artista,

Transformou-se, já na adolescência, numa das maiores expressões intelectuais da sua geração. Aglutinava amigos, artistas, produtores e expressões culturais para analisar e debater o que de mais moderno acontecia no Brasil e no mundo, em relação a cinema, teatro, música, literatura, etc. Anos depois, já maduro, desponta em Florianópolis, em Santa Catarina e no Brasil pela sensibilidade artística, erudição, inteligência e sabedoria como poeta, intelectual, pensador, mosaicista e artista multifacetado, com uma trajetória de vida absolutamente mágica (PEREIRA, 2018, p. 27).

Muito se tem pesquisado sobre a fortuna crítica desse artista no âmbito acadêmico, considerando a sua vasta produção literária, poética e artística, principalmente na produção de mosaicos, como o Mosaico do Prédio da Reitoria da Universidade Federal de Santa

Catarina, em Florianópolis, o Tarot da Pedra Branca, ou ainda a produção “O Contestado” que é objeto do presente estudo. A ideia do artista (detalhadamente desenhada) previa a construção de um conjunto de portais (inicialmente sete, e posteriormente reduzidos para cinco). De todos os seus projetos, o único concretizado foi o de Caçador (SC), o qual será descrito na sequência.

Por se permitir desde cedo a exercitar o que acredita, Rodrigo possui um poder transformador ao seu redor. Idésio Leal, seu amigo há 30 anos, se descobriu artista plástico aos 17 anos, quando conheceu Rodrigo na reforma do Teatro Adolpho Melo, em São José. Na época, Idésio trabalhava como segurança na boate Beijos e Beijos, em frente ao teatro e, nos intervalos, ofereceu ajuda para preencher desenhos, enquanto Rodrigo trabalhava em outras figuras do mural. O jovem tinha passado a infância rabiscando cadernos e desenhando tudo que lhe chamasse a atenção, mas nunca havia levado a sério o ofício. Ao conhecer Rodrigo, foi tomado por uma epifania (SCHIOCHET, 2010, p. 27).

O excerto desse livro apresenta aspectos do que artista e mosaicista Idésio Leal (1962) amigo e parceiro de trabalho do artista Rodrigo de Haro também relatou em uma das entrevistas que realizamos para esse estudo. Idésio trabalhou por algum tempo com Martinho de Haro, na preparação de suas telas e, em conjunto com Rodrigo de Haro, desde as primeiras incursões que empreendeu, por meio dos mosaicos, uma das suas linguagens artísticas, além da pintura, que realiza em seu atelier. Trabalha com Rodrigo desde os 17 anos, conforme relatou na entrevista concedida no mês de abril de 2021.

Sempre gostei de desenhar, desde criança. Quando Rodrigo percebeu meu talento, chamou-me para trabalhar com ele e, de lá para cá, temos trabalhado juntos em inúmeros projetos, ou seja, desde 1980. Comecei com a pintura, depois participei de uma coletiva e, posteriormente, fiz algumas individuais, tendo várias exposições. Depois disso, entraram os mosaicos, que tanto o Martinho quanto o Rodrigo desenhavam na escala e mandavam confeccionar em São Paulo. [...] Após a ideia de utilizarmos diretamente com os fragmentos cerâmicos oriundos da indústria, passamos a trabalhar em outra perspectiva, com o uso desses fragmentos que já eram recorrentes (LEAL, 2021, vídeo).

Embora idealizado e coordenado pelo artista Rodrigo de Haro, Idésio Leal teve uma participação efetiva e um expressivo protagonismo na construção do mosaico “O Contestado”, sendo um dos seus autores (Fig. 2).



Figura 2. Fachada direita do Portal “O Contestado” onde está visivelmente configurada a autoria, com o nome dos artistas do Mosaico: Rodrigo de Haro e Idésio Leal.

Fonte: Rafael Seidel (2021).

3 | ARTE EM MOSAICO PARA UMA PROPOSTA DE PORTAIS: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, ETAPAS DA INVESTIGAÇÃO E DESAFIOS

Ao chegar em Caçador (SC), transitando por uma das rodovias de acesso que conecta a cidade a pontos distintos da região, é inevitável não reduzir a velocidade e olhar com atenção para essa imponente obra de arte que nos recebe, como duas mãos que se estendem ladeando a rodovia, dotadas de simbologias, com impactantes alegorias e elementos cromáticos que evidenciam, por meio de uma narrativa histórica, aspectos da cultura regional. E, colada a essa oportunidade para fruição estética, na sequência há um irremissível questionamento: a que vem essa proposta?

Etimologicamente originária do francês *portail*, segundo o dicionário Houaiss (2001, p. 2266), a palavra portal designa “a entrada principal, geralmente ornamentada, de uma igreja, de um grande edifício, etc. Fachada principal onde fica tal entrada”. Relacionados a essa designação, também aparecem verbetes como: frontispício, porta, pórtico, portela, portada, entre outras acepções. Monumentos com essas características, que contam histórias ou prestam homenagens a deuses, heróis e imperadores, são propostas recorrentes, desde os tempos mais longínquos, como é o caso do portal de Ishtar, na

Babilônia, de Nabucodonosor II (575 a.C), “que foi reconstruído a partir dos milhares de tijolos esmaltados que cobriam sua superfície” (JANSON, 1996, p. 38). Há também que se pensar nas estruturas colonadas das cidades antigas ou fortificações medievais, por onde passavam pessoas, cavaleiros, carros de guerra, etc. Ao abordar sobre os estilos arquitetônicos, Koch (2001, p. 199) define portal como sendo uma “entrada modelada artisticamente” e usa de exemplo os arcos de triunfo romano. Em cada período, portais ou pórticos apresentam mais ou menos decorações e elementos que lhe são característicos.

Muito se poderia discorrer sobre essas produções que, ao longo da história, possibilitam uma leitura acerca do que tais edificações representaram nos contextos desses espaços urbanos. Todavia, retomo aqui a ideia que me mobilizou a essa investigação: o meu interesse em incluir esse portal e seu mosaico, enquanto manifestação artística, ao acervo visual do Contestado. Vale ressaltar que os mosaicos trazem uma importante marca da história, uma vez que,

Oriunda do Oriente, a técnica do mosaico data de séculos anteriores à era cristã, sendo os primeiros encontrados na Macedônia. Os gregos adoraram depois a mesma arte. Com a conquista da Grécia pelos romanos e sua expansão, os mosaicos foram difundidos em várias partes do mundo (PEREIRA, 2018, p. 69)

Assim, uma primeira ação para concretizar essa proposta, foi a aproximação às fotografias, gentilmente cedidas pelo amigo Edson Fezer, que possibilitou o contato com o fotógrafo Rafael Seidel. Na oportunidade, recebi as belíssimas imagens desse fotógrafo e, a partir delas, busquei outras aproximações, que me propiciassem: de um lado, o desafio de chegar às articulações políticas, iniciativas e verbas governamentais e tramitações urbanísticas que referenciaram a proposição, o projeto e posterior construção do Portal. Por outro lado, necessitava me comunicar com os artistas, de modo a me apropriar dos contextos e motivações que os levaram a propor, por meio de processos estéticos e criativos, as representações da Guerra do Contestado em um painel em forma de mosaico.

Por fim, a entrevista realizada com a arquiteta e urbanista Karina Pompermayer que, à época da construção do Portal, presidia a autarquia municipal IPHUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador (gestão 2006 a 2011) foi decisiva e abriu caminhos para outras articulações com profissionais que possibilitaram informações importantes, dentre eles o também arquiteto e urbanista Reno Luiz Caramori Filho e a produtora audiovisual Caroline (Carol) Marins. Por meio dessas entrevistas, foi possível obter, além de imprescindíveis dados sobre os projetos e tramitações para consecução dessa obra, um acervo de imagens, algumas das quais são compartilhadas nesta pesquisa.

4 | APROXIMAÇÕES E RELAÇÕES: A PROPOSTA DE UM PROJETO OUSADO E... POLÊMICO

Mantendo certa distância da cidade e instalado em um local estratégico, o portal

“O Contestado”, se encontra intacto desde a sua construção e inauguração em 2008 – contrariando as muitas afirmações de que, passado um tempo, essa também seria uma obra vítima de depredação. A despeito da rejeição e das muitas polêmicas que envolveram esse projeto, vivenciadas desde a sua proposição inicial, ele parece resistir e reiterar a importância das narrativas ali configuradas – presentes na histórica luta dos sertanejos no Contestado.

Segundo Reno Caramori (2021), a proposição e os desenhos tiveram como ponto de partida a iniciativa do artista Rodrigo de Haro que, a princípio, apresentou como sugestão a construção de cinco portais, em uma proposta intitulada “Portais de Santa Catarina”. Essa ideia foi transformada em Projeto e, a partir de um recurso federal, oriundo do Ministério do Turismo e destinado ao fim específico de construção de Portais Turísticos (verba carimbada), a mobilização e organização para o seu desenvolvimento teve início. A princípio foi acolhida apenas a proposta para construção do portal de Caçador – sendo essa a primeira e única que foi levada a termo (Fig. 3).



Figura 3. Esboço do Projeto para o Portal de Caçador, proposto por Rodrigo de Haro e que constava da proposta para os cinco Portais de Santa Catarina.

Fonte: Reno Caramori (2008).

Cercada desde o início de muita polêmica e críticas severas, a proposição foi tomando corpo, principalmente porque contou com o engajamento da Fundação Instituto Silvino Caramori. De acordo com Karina Pompermayer (2021), o Instituto promoveu um start importante, uma vez que gerenciou todos os aspectos do projeto e execução, desde a questão técnica e escolha do local onde o portal seria instalado, até os aspectos da logística. A gestão 2005-2008 de Saulo Sperotto, juntamente com o IPHUC, também abraçou a ideia e empreendeu importantes esforços para a sua concretização.

Para Caroline Marins (2021), que trabalhou na fase de planejamento do Projeto,

inúmeros fatores necessitavam ser levados em conta na sua execução, não apenas o fator técnico construtivo, que ficou sob a responsabilidade do arquiteto Reno Caramori. Embora a questão técnica requeresse pensar o tipo de terreno para instalar a obra, a metragem necessária nas laterais que margeiam a rodovia e a avaliação técnica viária do órgão responsável, além do projeto arquitetônico – dentro das proporções – e do projeto estrutural, seria necessário considerar as questões artísticas (Fig. 4 e 5).



Figuras 4 e 5. Início do pastilhamento do Portal, supervisionado pelos artistas Rodrigo de Haro (sentado, de costas) e o artista Idésio Leal. Ao lado, projeto sendo estudado e discutido.

Fonte: Reno Caramori (2008).

Um fator importante apontado por todos os entrevistados foi com relação às adversidades geradas em lidar com a opinião pública. O fato de o projeto ter sido conduzido por muitas mãos – dificultando os consensos –, aliado a questões de justificação da destinação/aplicação dos recursos alocados, bem como os aspectos de ordem estética relativos à estrutura e ao local da instalação do portal e ainda a escolha dos artistas que o executariam, criaram desgastes significativos à equipe gestora e também aos próprios artistas criadores. Não obstante, conforme Pompermayer (2021) a dimensão e notoriedade outorgada à cidade e aos seus habitantes, com a presença de uma obra pública carregada de simbolismos, representa um marco relevante e projeta o município no âmbito de um importante circuito artístico (Fig. 6 e 7).

5 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A despeito das adversidades geradas no decorrer dos processos ora descritos, as experiências advindas de proposições como essa, que apresentam uma arte pública envolvendo a história e a identidade regional, são amplamente significativas. Reunir elementos para pensar tais proposições por meio da pesquisa, garante que esses conhecimentos possam ser mantidos e, ainda, aprofundados. Isso significa gerar novas possibilidades de diálogo a partir daquilo que tem sido proposto no âmbito das investigações

sobre a Guerra Sertaneja do Contestado.



Figura 6 e 7. Acompanhamento e exposição dos artistas às autoridades e equipe gestora do Projeto Portal. Desenvolvimento dos trabalhos na confecção do mosaico.

Fonte: Reno Caramori (2008).

Dado que a “imaginação social constrói-se sobre as experiências dos agentes sociais, mas também sobre seus desejos, interesses, temores e esperanças” (PALLAMIN, 2000, p. 55) o que busquei aqui intenta criar aproximações ao imaginário por meio de narrativas que consideram uma manifestação construtiva de arte urbana (portal) e uma proposta artística em forma de mosaico, que se identificam com um fato histórico, qual seja, a Guerra Sertaneja do Contestado. Certamente essa arte tem muito que “dizer” sobre todos esses aspectos (Fig. 8 e 9).



Figura 8 e 9. As duas faces do portal onde está configurado o Mosaico “O Contestado” de autoria de Rodrigo de Haro e Idésio Leal.

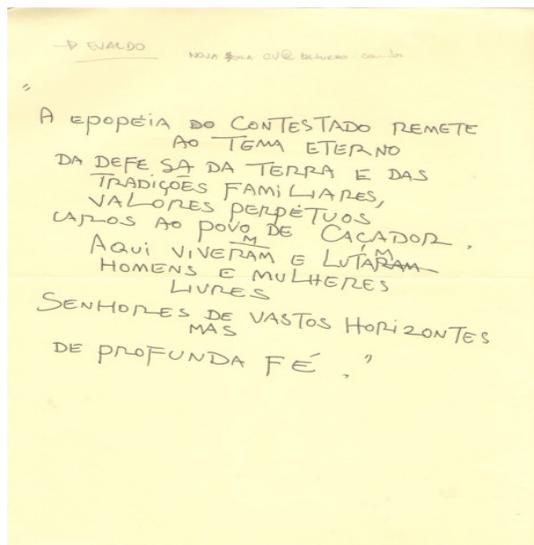
Fonte: Rafael Seidel (2021).

Um aspecto importante a considerar, a partir das imagens que compõem esse conjunto de elementos, refere-se ao seu formato e ao conteúdo das superfícies ladrilhadas, suas cores e dinâmicas. O imaginário do Contestado ali configurado, propicia àqueles que por ali transitam, formas de ver e perceber esse episódio, criando conexões importantes. Assim,

Em meio aos espaços públicos, as práticas artísticas são apresentação e representação dos imaginários sociais. Evocam e produzem memória podendo, potencialmente, ser um caminho contrário ao aniquilamento de referências individuais e coletivas, à expropriação de sentido, à amnésia cidadina promovida por um presente produtivista. É nestes termos que, influenciando a qualificação de espaços públicos, a arte urbana pode ser também um agente de memória política (PALLAMIN, 2000, p. 57).

E, em se tratando de memória, proponho refletir a partir das palavras de Caramori (2021) quando afirma que *“Há uma comunicação, uma narrativa histórica em cada um dos lados do portal. Uma história construída e reconstruída e, o fato de o visitante ou quem estiver transitando nessa rodovia, entrar e passar no centro dessa história, possibilita pensar-se parte dela”*.

A partir dessas ideias, apresento o poema (Fig.10) que foi manuscrito por Rodrigo de Haro, tendo sido planejado para ser realizado na parte oposta do mosaico, de modo que pudesse ser lido por aqueles que estivessem saindo da cidade (em oposição àqueles que vêem o mosaico, entrando na cidade). O poema propõe pensar a epopeia do Contestado como um marco de luta pela defesa territorial.



→ EIVALDO
A epopeia do CONTESTADO REMETE
AO TEMA ETERNO
DA DEFESA DA TERRA E DAS
TRADIÇÕES FAMILIARES,
VALORES PERPÉTUOS
CAROS AO POVO DE CAÇADOR.
AQUI VIVERAM E LUTARAM
HOMENS E MULHERES
LIVRES
SENHORES DE VASTOS HORIZONTES
MAS
DE PROFUNDA FÉ."

Figura 10. Poema escrito por Rodrigo de Haro, para ser transcrito no lado oposto do mosaico, no sentido de quem sai da cidade de Caçador.

Fonte: Reno Caramori (2008).

Por fim, é importante considerar que essa manifestação artística é uma das muitas que propõe reflexões e amplia a percepção acerca do episódio Guerra Sertaneja do Contestado, possibilitando que, por meio dos seus elementos iconográficos, possamos visibilizar e compreender as ações empreendidas pelos que nos antecederam, ressaltando que “a iconografia é, certamente, uma fonte histórica das mais ricas, que traz embutidas as escolhas do produtor e todo o contexto no qual foi concebida, idealizada, forjada ou inventada” (PAIVA, 2006, p. 17).

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seguramente o espaço destinado a esse artigo possibilitou algumas pistas e diálogos iniciais importantes acerca desse projeto, que comporta uma riqueza de dados a partir das incursões dele advindas. Contudo, ao desenvolver esses escritos, fui percebendo a necessidade de uma nova produção, que possibilite contemplar alguns desdobramentos fundamentais para se (re) conhecer de maneira mais completa essa produção artística. Isso inclui o detalhamento de cada uma das cenas configuradas nos dois painéis construídos para esse portal, a partir dos dados reunidos na presente investigação. Por isso, “tematizar a arte urbana é pensar sobre a vida social aproximando-se de um certo modo pelo qual as pessoas se produzem e são produzidas no âmbito da ordem simbólica. É pensar sobre cultura urbana” (PALLAMIN, 2000, p. 24).

Todavia, o que propus aqui, referenciou importantes pontos para estudos e conhecimentos dessa chamada cultura urbana, que se situam entre a ideia do projeto para o portal “O Contestado” até a sua execução – e isso passou, necessariamente, pelos campos técnicos, políticos e estéticos e seus desdobramentos. Nesse sentido, o que de mais relevante necessita ser considerado é a inclusão dessa manifestação e seus artistas, Rodrigo de Haro e Idésio Leal, ao acervo visual do Contestado, que se amplia, dando visibilidade e apresentando uma nova manifestação da linguagem artística. Isso se dá por meio de diálogos dotados de sentido, tanto para o campo da historiografia quanto para a área estética, constituindo esse mosaico artístico do qual fazem parte as artes da Guerra Sertaneja do Contestado.

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão sincera aos amigos que gentilmente colaboraram para a realização dessa pesquisa, por meio das entrevistas concedidas, na pessoa do artista Idésio Leal, aqui extensiva ao artista Rodrigo de Haro (*in memoriam*). Estendo meu agradecimento aos arquitetos e urbanistas Karina Pompermaier e Reno Luiz Caramori Filho, bem como à produtora audiovisual Caronile (Carol) Marins. Ao fotógrafo Rafael Seidel pela cedência das imagens. Homenageio, com esses escritos, ao artista Rodrigo de Haro, mentor e um dos artistas do portal “O Contestado”, que, infelizmente, nos deixou enquanto esse artigo

estava sendo escrito.

REFERÊNCIAS

CARAMORI JUNIOR, R. L. **Entrevista I**. [maio. 2021]. Entrevistador: Rita Inês Petrykowski Peixe. Florianópolis, 2021. 1 arquivo. Vídeo (1h20min).

HOUAISS, A. VILLAR, M.S. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LEAL, I. **Entrevista I**. [abril. 2021]. Entrevistador: Rita Inês Petrykowski Peixe. Florianópolis, 2021. 1 arquivo. Vídeo (1h13min).

JANSON, H. W. **Iniciação à história da Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

KOCH, W. **Dicionário dos estilos arquitetônicos**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARINS, C. **Entrevista I**. [maio. 2021]. Entrevistador: Rita Inês Petrykowski Peixe. Florianópolis, 2021. 1 arquivo. Vídeo (1h20min).

PAIVA, E.F. **História & imagens**. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.

PALLAMIN, V.M. **Arte urbana**: São Paulo: Região Central (1945-1988): obras de caráter temporário e permanente. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2000.

PEREIRA, M. **Rodrigo de Haro**: um poeta humanista. Florianópolis, SC: Editora Dois Por Quatro, 2018.

POMPERMAYER, K. **Entrevista I**. [abril. 2021]. Entrevistador: Rita Inês Petrykowski Peixe. Caçador, 2021. 1 arquivo. Vídeo (15min).

PETRYKOWSKI PEIXE, Rita Inês. **Imagens que (re) constroem História**: alegoria e narratividade visual da Guerra Sertaneja do Contestado. 2012. 370 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2012.

PETRYKOWSKI PEIXE, Rita Inês. **Desenhar com água e cor**. Texto curatorial para a mostra "Contestado em cores". II Simpósio Nacional sobre o Centenário do Movimento do Contestado: fronteiras, colonização, conflitos e meio ambiente. Universidade da Fronteira Sul – UFFS: Chapecó/SC, 2012.

SCHIOCHET, F. **Um Rodrigo**. TCC do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. 2010. 84p. Disponível em <http://tcc.bu.ufsc.br/Jorn299508.pdf> Acesso em maio de 2021.

CAPÍTULO 8

CULTURA E TECNOLOGIA NA REGIÃO DO CONSTESTADO: PERFIL DOS PARTICIPANTES DO PROJETO GRUPO DE DANÇA GAÚCHA DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE CÂMPUS VIDEIRA

Data de aceite: 23/07/2021

Leila Lisiane Rossi

Instituto Federal Catarinense IFC
Videira

Bruno Pergher

Instituto Federal Catarinense IFC
Videira

Angela Maria Crotti da Rosa

Instituto Federal Catarinense IFC
Videira

Lizete Camara Hubler

Instituto Federal Catarinense IFC
Videira

Maurício Natanael Ferreira

Instituto Federal Catarinense IFC
Videira

Luiz Gustavo Moro Senko

Instituto Federal Catarinense IFC
Brusque

RESUMO: Este artigo apresenta os principais resultados obtidos com a pesquisa envolvendo cultura e tecnologia, cujo objetivo foi organizar os dados e acompanhar o perfil dos integrantes do projeto Grupo de Dança Gaúcha do Instituto Federal Catarinense - IFC-Campus Videira, município este que faz parte da região do Contestado. Para isso foi desenvolvido um *Data Webhouse* que permite a realização de consultas analíticas *online* – *OLAPs*. Através dessas consultas é possível conhecer o perfil

dos participantes, como a cidade, o curso, o ano de entrada, entre outros, ou seja; por níveis de detalhamento, de forma analítica e auxiliando assim o coordenador do projeto no processo de tomada de decisão de acordo com o perfil e demanda dos integrantes. Para isso foram geradas algumas regras de associação através de técnicas de mineração de dados que permitem o descobrimento de padrões nos dados. Conseqüentemente poderão ser adotadas estratégias para atrair participantes tanto da comunidade interna quanto externa com base nas consultas da ferramenta desenvolvida e em conformidade com os objetivos do projeto. **PALAVRAS-CHAVE:** CTG, OLAP, perfil dos participantes.

1 | INTRODUÇÃO

A tecnologia está cada dia mais presente no cotidiano escolar, utilizar este recurso de modo consciente e como ferramenta para auxiliar e facilitar a vida das pessoas é de fundamental importância. Cientes de que a informática é uma área que tem muito a contribuir na dinâmica de análise e levantamento de dados, nos propomos a desenvolver um *software* para o levantamento de dados do projeto de extensão cultural denominado Grupo de Dança Gaúcha, do Instituto Federal *Campus* de Videira.

Entendemos que a participação da comunidade em atividades culturais é de extrema importância, contribui com a educação e cumpre o papel da indissociabilidade entre

o ensino, a pesquisa e a extensão, princípio presente na Lei de criação dos Institutos Federais, neste sentido os projetos de extensão são uma forma de aproximar o IFC e a comunidade. Esta prerrogativa está assegurada em diversos documentos institucionais, assim como podemos observar no PDI- Plano de Desenvolvimento Institucional do IFC, quando afirma que:

A concepção de educação profissional e tecnológica que subsidia as ações de Ensino, Pesquisa e Extensão nos Institutos Federais baseia-se na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual e participação cidadã. (PDI, 2019, p. 21).

Buscando atender as demandas aferidas aos Institutos federais, o campus busca integrar ensino, pesquisa e extensão. Assim, um dos projetos destaque do IFC *Campus Videira* é o Grupo de Dança Gaúcha – CTG que iniciou sua primeira edição no ano de 2012 e é mantido até os dias atuais, a cada ano o grupo se renova com o ingresso de novos integrantes. Com o objetivo de conhecer e identificar o perfil dos participantes e contribuir para a escolha adequada das ações da gestão para a melhoria da qualidade do ensino nas mais variadas áreas e modalidades, apresentamos o presente projeto. Este teve como objetivo criar uma ferramenta *web*, um *Data Webhouse* através do qual é possível identificar o perfil das participantes do projeto através de consultas analíticas online – *OLAPs* e algumas técnicas de mineração de dados como as de Associação. Através da ferramenta criada se tem disponível um suporte tecnológico que permite acompanhar os resultados do projeto, e dar direcionamento para a tomada de decisão, a partir da compreensão das necessidades da comunidade de acordo com o perfil dos integrantes.

Considera-se importante manter e cultivar a cultura da região do Contestado, entendemos que as atividades culturais são uma forma de agradecimento aos nossos antepassados que muito fizeram por esta terra. Os costumes gaúchos permanecem até hoje na região, como o chimarrão e a dança tradicionalista gaúcha. Com este intuito nasce o projeto artístico e cultural onde a dança tradicionalista gaúcha é utilizada para difundir a cultura do sul do país e especialmente da região do Contestado, possibilitando a criação de manifestações culturais na comunidade acadêmica (Figura 1).

A motivação inicial para o surgimento do projeto partiu de um pequeno grupo de alunos e servidores no ano de 2011 participara do XX Encontro Cultural e Tradicionalista da Região Sul, no qual tiveram contato com o grupo tradicionalista do IFC- Campus de Concórdia. Objetivando valorizar, disseminar a cultura regional, e desenvolver integração entre os discentes, surge o projeto do Grupo de Dança Gaúcha. Ano após ano, este projeto tem tido mais adesão pelos discentes, além disso, o reconhecimento da comunidade tem possibilitado apresentações na cidade e região em eventos nos quais o Campus Videira é representado pela participação do grupo (LIPPERT, 2017). O desenvolvimento humano

e profissional, inerente à formação acadêmica, é beneficiada a partir das características do projeto, garantindo recursos humanos qualificados e permanentes para coordenar e ministrar as atividades culturais, contribuindo para ampliação das mesmas, visando um caráter de educação permanente e integral por meio da cultura e da arte.

A cada ano letivo que o projeto é ofertado são disponibilizadas 40 vagas, neste sentido é importante acompanhar a evolução dos participantes para avaliar e propor melhorias, buscando alcançar cada vez mais qualidade na atividade ofertada. Assim as tecnologias digitais podem ser ferramentas que auxiliam no levantamento de dados sobre o projeto e o perfil dos integrantes. É buscando dar esta contribuição que nasce esse projeto de pesquisa. As ferramentas de gestão, principal foco do presente trabalho, auxiliam facilitando o processo de tomada de decisão para a escolha de ações com vistas a melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem. Bem como permitem observar a evolução deste trabalho ao longo destes quase dez anos.



Figura 1. CTG “Filiação Institucional”.

Fonte: do próprio autor.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Dentre as principais tecnologias para a gestão educacional se destacam o *Data Webhouse* (KIMBALL, 2002) e a Mineração de Dados (WITTEN, FRANK, 2005) descritas na metodologia, ambas tecnologias de Inteligência nos Negócios - *BI*, sendo que a primeira

permite a modelagem de dados de forma multidimensional facilitando posteriormente a realização de consultas Analíticas *Online* - *OLAP*, cujo objetivo é facilitar a análise dos dados na tomada de decisão. Já a mineração de dados permite a descoberta de padrões nos dados até então desconhecidos. No presente projeto, tendo como base dados de um projeto cultural, foram usadas as duas técnicas descritas, ou seja; o *Data Webhouse* e a Mineração de Dados.

Para isso a metodologia adotada para o desenvolvimento do projeto foi á similar à usada para outros projetos desenvolvidos no Instituto Federal Catarinense Campus Videira, como por exemplo a ferramenta para avaliar o perfil dos alunos da graduação em pedagogia do IFC-Videira, (ROSSI et.al., 2015b) e a ferramenta criada para avaliar o perfil dos alunos do curso de Ciência da Computação do IFC-Videira (ROSSI et.al., 2015a). Inicialmente realizamos a organização dos dados dos estudantes obtidos a partir dos formulários de inscrição no projeto, de todos os anos em que o projeto foi executado, como idade, curso, ano de entrada, entre outros.

Na sequência, os dados foram armazenados em um banco de dados relacional (ELMASRI,2011), o *PostgreSQL* (POSTGRESQL,2021) usando a linguagem de consulta *SQL*. Posteriormente foi desenvolvido o modelo multidimensional estrela (INMON,1997), composto por tabelas fato e dimensões para a criação das consultas Analíticas *Online* - *OLAP*, as quais permitirão a navegação dos dados de forma dinâmica. Na etapa seguinte, o cubo (modelo estrela) gerado será transformado para o formato *Extensible Markup Language* - *XML* e então interpretado por um servidor de *BI* da *Pentaho* (PENTAHO,2021), permitindo assim a visualização dos dados de maneira multidimensional, ou seja; os dados poderão ser analisados na web de maneira gráfica, analítica, com fácil interpretação (KIMBALL, 2002).

Vale ressaltar que no que se refere as consultas analíticas essas permitirão a visualização dos dados por níveis de granularidade, ou seja; níveis de detalhamento diferenciado dos dados. Como por exemplo, se essa ferramenta fosse utilizada em um modelo de vendas é possível visualizar somente o total de vendas anual, como também por semestre, mensal ou diário, desde que modelado para esta finalidade. Embora o volume de dados esperados não ser grande, como no exemplo citado, pretende-se aplicar algumas técnicas de mineração de dados, buscando assim, a descoberta de possíveis padrões até então desconhecidos, além de manter o registro do perfil discente que frequenta o projeto.

Precisamos lembrar que este projeto de pesquisa envolve alunos dos cursos de Informática, que por meio deste aprenderam a aplicar a teoria na prática por meio da construção de uma ferramenta tecnológica útil à comunidade escolar. Razão pela qual em um primeiro momento este projeto não envolvem um grande número de dados, mas é um trabalho inicial que poderá ser ampliado e no seu percurso agregar mais informações que a coordenação do Grupo de Dança entender como necessário.

A Figura 2 a seguir mostra um exemplo de consulta *OLAP* realizada sobre os dados

dos alunos do curso de Graduação em Ciência da Computação do IFC-Videira (ROSSI et.al., 2015). É possível visualizar a quantidade de alunos por ano e por situação no curso, como por exemplo, em 2014, 36 alunos se encontravam na situação em andamento. O exemplo apresentado também é uma atividade desenvolvida com os discentes com o intuito de iniciá-los na pesquisa, de moque que o que aprendem em sala de aula seja aplicado na prática. No projeto do CTG, a navegação permite identificar por exemplo a quantidade de integrantes por turma, idade e cidade dos participantes em um determinado ano em relação a anos anteriores. Dentre as técnicas mais usadas para este levantamento é possível destacar as Regras de Associação (WITTEN; FRANK, 2005), que permitem a descoberta de elementos que ocorrem em comum dentro de um conjunto de dados.

sexo	estado_civil	portador_diploma	publica_particular	situacao_curso	forma_entrada_curso	ano_entrada	curso	Measures
All sexos	All estado_civils	All portador_diplomas	All publica_particulares	All situacao_cursos	All forma_entrada_cursos	All ano_entradas	All cursos	total
				EM ANDAMENTO	All forma_entrada_cursos	All ano_entradas	All cursos	
						2011	All cursos	
							Computacao	6
						2012	All cursos	
							Computacao	15
						2013	All cursos	
							Computacao	20
						2014	All cursos	
							Computacao	36
				OUTRO	All forma_entrada_cursos	All ano_entradas	All cursos	
				TRANCADO	All forma_entrada_cursos	All ano_entradas	All cursos	

Figura 2. Consulta OLAP Situação em Andamento.

Fonte: do próprio autor.

Nestes mesmos moldes desenvolvemos uma ferramenta no IFC-Videira para avaliar o perfil dos integrantes do grupo de Canto Italiano, considerando que os descendentes de italianos, ainda são uma das etnias predominantes na região, além da alemã e da cabocla. A Figura 3 apresenta um exemplo de OLAP através da qual é possível identificar a situação no projeto italiano em andamento. Algumas regras de associação sobre os dados do projeto do Grupo de Danças Gaúchas foram geradas, buscando identificar o perfil dos alunos que o frequentam bem como os reflexos deste projeto para os processos de ensino e da aprendizagem. Com estes dados, se busca fazer os ajuste necessários a melhoria das atividades de extensão ofertados pelo campus, bem como encontrar formas de atender as demandas da comunidade e buscar maior participação da comunidade de Videira e região,

neste e em outros projetos ofertados.

				sexo		Feminino					Masculino		
				ano_entrada		2014	2015	2016	2017	2018	2014	2015	2016
situacao	raca	nacionalidade	cidade	total	total	total	total	total	total	total	total	total	
Andamento	Descendentelitaliano	Brasileira	Rio_das_Antas	-	-	-	-	-	-	1	-	1	
			Videira	5	2	2	-	2	1	-	1		
	Italiano	Italiana	Videira	-	-	-	-	-	1	-	-		
Desistente_2015	Descendentelitaliano	Brasileira	Videira	1	-	-	-	-	-	-	-	-	
Desistente_2016	Descendentelitaliano	Brasileira	Rio_das_Antas	-	-	1	-	-	-	-	-	1	
			Videira	2	4	-	-	-	2	3	-		
	Outro	Brasileira	Videira	-	1	-	-	-	-	-	-	-	
Desistente_2017	Descendentelitaliano	Brasileira	Videira	1	-	1	1	-	-	-	-	-	
Desistente_2018	Descendentelitaliano	Brasileira	Videira	-	-	1	1	1	-	-	-	1	
Outro_2016	Outro	Brasileira	Videira	-	-	-	-	-	-	1	-	-	

Figura 3. Consulta OLAP Situação em Andamento.

Fonte: do próprio autor.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

As atividades voltadas à comunidade em sua maioria são realizadas através de projetos, considerando sua importância estes precisam de um acompanhamento, facilitando assim seu andamento e a proporção de melhorias para atender as demandas do público a quem se destina. Nesse contexto, foi desenvolvida uma ferramenta *web* que permite o acesso aos dados de forma detalhada. Na Figura 4 podemos observar um exemplo de consulta *OLAP* obtida pela ferramenta na qual é possível identificar o perfil dos integrantes do projeto. Na Figura 4, através da consulta, é possível identificar que o curso de Técnico em Agropecuária Integrado possui um número maior de participantes em relação aos demais cursos. Dessa forma, algumas ações podem ser direcionadas, como ampliar a divulgação do projeto em outros cursos e ainda, para a toda a comunidade externa ao IFC.

A Figura 5 apresenta o modelo estrela do CTG elaborado com o software *Power BI* da *Microsoft*, versão *Demo*, considerando que é um software proprietário, sendo o foco do presente projeto priorizar o software livre. Em seguida apresentamos um exemplo de transformação com a ferramenta de extração *Kettle* (PENTAHO, 2021) obtendo assim o arquivo no formato apropriado para a aplicação de técnicas de mineração de dados Figura 6. Para o desenvolvimento deste software existem algumas regras de associação para gerar os dados do projeto para este se aplica o algoritmo *Tertius* conforme demonstra a Figura 7.

					Measures
sexo	ano_entrada	cidade	situacao	curso	total
All sexos	All ano_entradas	All cidades	All situacaos	All cursos	235
Feminino	All ano_entradas	All cidades	All situacaos	All cursos	136
				Agropecuaria_Integrado	101
				Eletroeletronica_Integrado	11
Masculino	All ano_entradas	All cidades	All situacaos	All cursos	99
				Agropecuaria_Integrado	53
				Agropecuaria_Subsequente	1
				Ciencia_da_Computacao	4
				Eletroeletronica_Integrado	28
				Informatica_Integrado	13

Figura 4. OLAP Total de alunos, sexo e curso.

Fonte: do próprio autor.

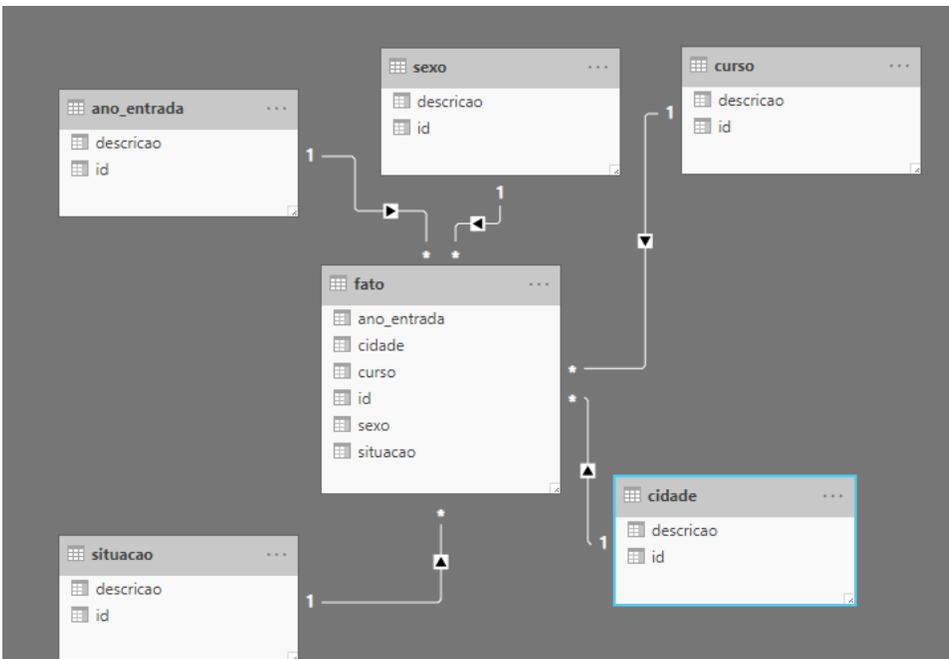


Figura 5. Modelo Estrela – Power BI – Demo.

Fonte: do próprio autor.



Figura 6. Kettle – ETL.

Fonte: do próprio autor.

Tertius

=====

```
1. /* 0,215313 0,059574 */ ano_entrada = 5 ==> cidade = 4 or curso = 3
2. /* 0,211309 0,025532 */ cidade = 4 ==> ano_entrada = 5
3. /* 0,183217 0,055319 */ curso = 2 and ano_entrada = 5 ==> cidade = 4
4. /* 0,180905 0,000000 */ cidade = 4 ==> curso = 2 or ano_entrada = 5
5. /* 0,174927 0,089362 */ ano_entrada = 5 ==> cidade = 4
6. /* 0,162737 0,004255 */ cidade = 4 ==> curso = 2
7. /* 0,158702 0,480851 */ curso = 2 ==> cidade = 4 or ano_entrada = 6
8. /* 0,140493 0,012766 */ ano_entrada = 6 ==> cidade = 1 or curso = 3
9. /* 0,129320 0,012766 */ curso = 2 and ano_entrada = 6 ==> cidade = 1
10. /* 0,128178 0,582979 */ curso = 2 ==> cidade = 4
```

Figura 7. Regras de Associação – WEKA.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas consultas *OLAPs* finalizadas e apresentadas acima é possível identificar o perfil dos participantes do projeto cultural CTG do IFC-Videira. A ferramenta *web* desenvolvida com a sua interface amigável e simplificada, permite realizar testes sobre as consultas Analíticas *Online* – *OLAPs* geradas a partir dos dados obtidos dos formulários de inscrição no projeto. Nesse contexto, é possível contribuir no processo de tomada de decisão, tanto dos gestores como dos coordenadores do projeto do Grupo de Danças Gaúchas para com os dados levantados por meio do *software* possam identificar pontos positivos e a melhorar. Enfim, a partir das consultas realizadas com a ferramenta *web*, é possível definir de forma mais correta e estratégica o direcionamento do projeto, sempre voltado à comunidade de Videira e região.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Instituto Federal Catarinense campus Videira pela oportunidade realizar o projeto contribuindo com a geração de tecnologias para o acompanhamento dos dados dos projetos de extensão, neste caso específico, o Projeto de Extensão – Grupo de Danças Gaúchas – CTG – IFC – Campus Videira. Não podemos deixar de agradecer a todos os coordenadores que este projeto já teve durante os anos de sua oferta, bem como os servidores que atuaram e atuam nos bastidores dando suporte para o seu desenvolvimento. Ao setor de extensão parceiro incansável deste e de todas as atividade de extensão desenvolvidas e aos demais setores que estão direta o indiretamente ligados as atividade de ensino, pesquisa e extensão. Um especial agradecimento aos alunos que fazem parte deste projeto de pesquisa, que ao longo do seu desenvolvimento mostraram a importância da integração entre ensino pesquisa e extensão.

REFERÊNCIAS

ELMASRI, NAVATHE – **Sistemas de Banco de Dados** – São Paulo - Addison Wesley, 2011

IFC. PDI- Plano de Desenvolvimento Institucional, 2019-2023. Disponível em: https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2019/01/pdi_2019-2023_verso_final_07.06.2019_-_ps_Consuper.pdf - Acesso em: 15/11/2019.

INMON, W.H - **Como Construir o Data Warehouse** – Rio de Janeiro – Campus, 1997

KIMBALL, R – **Data Warehouse Toolkit; o guia completo para modelagem multidimensional** – Rio de Janeiro – Campus – 2002

LIPPERT, José Augusto; DA ROSA, Angela Maria Crotti – **Grupo de Danças Tradicionalistas do IFC: Educação e Cultura aliadas para a disseminação das tradições** – Disponível em: https://eventos.fabricadesoftware.ifc.edu.br/media/upload/submissao/2017/09/14/2017-grupo-de-ancas-tradicionalistas-do-ifc-educacao-_9yt5mTH.pdf - X MICTI, 2017 -Acesso em: 21 de Junho de 2021

PENTAHO, **Pentaho Open Source Business Intelligence** - Disponível em <http://www.pentaho.com> – Acesso em: 02 de Agosto de 2020

POSTGRESQL, PostgreSQL Disponível em <http://www.postgresql.org> – Acesso em: 21 de Junho de 2021

ROSSI, Leila Lisiane, SENKO; Luiz Gustavo, HEINECK; Tiago, ROSA, Angela Maria Crotti da, - **Analytic - Ferramenta Web para Análise do Perfil Acadêmico do Curso de Ciência da Computação - IFC - Videira** - III Congresso Internacional de Educação Científica e Tecnológica – CECITEC URI, Santo Angelo, RS, 2015a

ROSSI, Leila Lisiane; SENKO, Luiz Gustavo; ROSA, Angela Maria Crotti da; HEINECK, Tiago ; HUBLER, Lizete C; **Ferramenta Analytic para Avaliar o Perfil Acadêmico do Curso de Pedagogia - IFC - Videira**. Revista Pedagogia UFMT, v. 2, p. 1-9, 2015b

WITTEN, Ian H.; FRANK, Eibe - **DATA MINING - Practical Machine Learning Tools and Techniques** - 2.ed. - ELSEVIER, San Francisco, CA, 2005

DISPUTAS PELA MEMÓRIA DO TERRITÓRIO CONTESTADO: UM MAPEAMENTO DE PRESERVAÇÃO DA CULTURA CABOCLA

Data de aceite: 23/07/2021

João Felipe Alves de Moraes

Mestrando em História, Universidade Federal
de Santa Catarina UFSC
Florianópolis
Professor da Educação Básica Municipal
Videira

Diego Gudas

Mestre em Desenvolvimento Regional,
Universidade do Contestado UnC
Canoíhas

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo apresentar uma proposta de produção de um mapa interativo sobre a presença cabocla na região do Contestado. A marginalização da história e da cultura cabocla no âmbito da narrativa oficial do Estado de Santa Catarina dificultou a preservação dos locais históricos da Guerra do Contestado. Neste trabalho discutimos o fato de que em dois momentos históricos distintos, as instituições públicas permitiram que esta população ficasse à margem da sociedade - no início do século XX com o esbulho da terra e em 2019 com a criação do IGR Vale do Imigrante. Para tal debate, utilizamos os conceitos de territorialidade de Paul Little (1994) e de memória de Michael Pollack (1989). A falta de um mapeamento de registro e divulgação; e a necessidade de preservação dos locais históricos e de memória da Guerra do Contestado fomentam a necessidade de um mapeamento da história cabocla.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra do Contestado, território, memória, mapa interativo.

1 | INTRODUÇÃO

Desde o século XX, houve uma disputa sobre a memória e história de Santa Catarina. A população cabocla do Contestado esteve à margem da memória oficial, sendo aproximada desta apenas na década de 1980. Em 2019, com a mudança de nome da Região Turística do Contestado para Vale dos Imigrantes, a narrativa oficial sobre a região voltou a excluir a população cabocla e a invocar a memória de um passado desbravador e pioneiro caracterizado pelo imigrante. Este artigo propõe uma discussão sobre esta memória em disputa, trazendo como conceitos de análise o de territorialidade proposto por Paul Little (1994) e de memória proposto por Michael Pollak (1989).

Na parte final do artigo, apresentamos um trabalho em andamento. Neste, projetamos a construção de um mapa interativo do Contestado, baseado no conceito de territorialidade. O mapa busca narrar a história da presença cabocla na região por meio das marcas sociais e culturais deixadas naquele espaço. O recorte temporal escolhido para esta investigação foi a Guerra do Contestado e a construção social proposta pelos caboclos naquele período.

2 | UMA MEMÓRIA EM DISPUTA

O Planalto Catarinense - palco da Guerra do Contestado – foi espaço de encontro de diversos grupos étnicos: caboclos, indígenas, negros, italianos, poloneses, alemães, etc. A guerra colocou frente a frente a população cabocla da região e as elites locais associadas ao projeto de modernização do Estado: construção da ferrovia e redistribuição das terras estatais para a colonização. Não havia espaço para o caboclo nesse projeto, o qual, paulatinamente, no início do século XX, foi esbulhado das terras nas quais vivia a gerações.

A fé nos monges João Maria e José Maria aglutinou os caboclos na comunidade do Taquaruçu, onde, após atacados, iniciaram uma ofensiva contra as vilas e os coronéis. Uma das motivações sertanejas era a injustiça trazida pelo Governo Republicano. Uma carta encontrada na Estação de São João denunciava que entre os motivos estava a luta pela terra: “O governo da República toca os Filhos Brasileiros dos terrenos que pertence à nação e vende para o estrangeiro, nós agora estemo disposto a fazer prevalecer os nossos direitos” (QUEIROZ, 1966, p. 202).

As narrativas oficiais desonravam as motivações dos caboclos para a guerra e classificava-os como fanáticos, bandoleiros, bandidos e ignorantes. Abdon Batista – conhecido político e empresário catarinense - em entrevista ao Diário da Tarde de Curitiba ao ser perguntado sobre as motivações dos caboclos respondeu que não eram ligadas à questão de limites ou pela ocupação de terras, mas sim, que “o que há no sul, a par de muito banditismo, é gente sem trabalho, que tem aderido ao grupo do monge José Maria” (Diário da Tarde, 14/10/1914. Curitiba – PR). O poder público buscou pacificar a região por meio da violência, fazendo uso do exército e de civis armados. O período final do conflito trouxe morte e desgraça para aquela população, que, ao se entregar, esteve à mercê de processos judiciais e de execuções. Aqueles que não tiveram este fim foram realinhados à estrutura dominante, retornados ao mandonismo dos coronéis ou remanejados para outras regiões para exercer o trabalho rural (MACHADO, 2004, p. 326).

O discurso de vitimização foi recorrente nos inquéritos militares dos rendidos, que não falavam mais das injustiças praticadas pelo governo, nem na fé no Monge que os guiava, mas sim nas violências de seu último líder – Adeodato Ramos – que os obrigou a permanecer nas cidades santas e a lutar (Processo crime de sedição, Curitiba, 1915. Réu: Firmino Alves Cardoso. Acervo do Museu do Judiciário Catarinense). Este discurso vitimista foi uma estratégia de defesa da população rendida ao enfrentar os mecanismos do poder público. Centrar a responsabilidade das ações de guerra dos caboclos na figura de Adeodato, foi feito para auxiliar aquela população no retorno ao sistema que enfrentaram, buscando não sofrer as penas da lei de que eram acusados.

A memória da população cabocla ficou marcada pelos acontecimentos do fim da guerra e o discurso dos vencedores prevaleceu inclusive entre os caboclos. Até a década

de 1980, o silêncio pairou entre os vencidos e o poder público catarinense. Como nos lembra Pollak (1989), o silêncio não significa esquecimento:

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (POLLAK, 1989, p. 5).

Este período de mudança foi paulatinamente construído pelos pesquisadores que, no decorrer da década de 1960, visitaram a região e registraram o que aquela população tinha a contar sobre a guerra. Extensos trabalhos foram realizados pelos sociólogos Maurício Vinhas de Queiroz e Maria Isaura Pereira de Queiroz na região, recolhendo fontes oficiais – processos, inquéritos, jornais, manuscritos, arquivos pessoais, telegramas – e relatos orais de caboclos participantes do conflito. Porém, foi somente no período de redemocratização do país que o Contestado passou a ser amplamente debatido como temática pelo movimento social, pesquisadores e pelo poder público (MACHADO, 2011, p. 178). Pesquisadores foram enviados pelo poder público para a região registrar as narrativas contadas pelos caboclos. Neste período, com fomento estadual foi gravado pela Irani Produções o documentário “Contestado – A Guerra Desconhecida”, além de um livro denominado “Contestado”, reimpresso em 1998 pelo Senado Federal. Nestas ações, o Contestado foi tema de debate, e a história da população cabocla esteve figurada na História do Estado. Nas palavras do então senador Esperidião Amin “O Estado de Santa Catarina vem procurando resgatar a inteireza dos acontecimentos que formam o complexo episódio da Questão e da Guerra do Contestado. Esta iniciativa homenageia o Povo Catarinense, seus valores e sua História.” (SENADO FEDERAL, 1998, p.4). A partir deste momento, o Estado passou a reconhecer a história da população cabocla. Pelas palavras do corpo editorial deste livro, foi perceptível que isto não foi feito naturalmente pelo poder público, mas sim como resultado da atenção dada pelo movimento social ao tema e pela pesquisa realizada por sociólogos e historiadores na região desde os anos 1960. As pesquisas do poder público viriam a “apaziguar” os ânimos dos descendentes daquela população e dos historiadores.

Com esta fórmula editorial esperamos estar contribuindo para uma melhor compreensão dos eventos históricos associados com este tema de natureza controversa; e que essa compreensão apazigue os ânimos dos muitos descendentes daqueles envolvidos nos conflitos e dos historiadores que vasculham este passado de guerra entre irmãos (SENADO FEDERAL, 1998, p.7)

Em 2007, foi institucionalizado pelo Governo Federal as Instâncias de Governança Regional (IGR) para o turismo dos Estados, com o intuito de regionalizar os planejamentos do Turismo, tendo, assim, maior participação da comunidade. Na região que abarca o Meio Oeste catarinense foi criada a IGR Vale do Contestado, que buscou promover o turismo

da região. Em nenhum momento, este IGR colocou como foco único o turismo voltado à história e à cultura cabocla, mas sim, promoveu igualmente o turismo da história e da cultura imigrante.

Em uma reunião do IGR Vale do Contestado em 04 de julho de 2019 – com representantes de 50 das 69 cidades - foi trocada a denominação de “Vale do Contestado” desta região turística por “Vale dos Imigrantes”, fazendo com que o espaço adquirido pelos caboclos na História de Santa Catarina fosse ameaçado pelas elites locais (Reportagem do jornal eletrônico “Portal Desacato”. <http://desacato.info/vale-do-contestado-uma-morte-anunciada-em-julho-de-2019-pelos-que-nao-aceitam-a-existencia-da-cultura-cabocla>. Acessado em:). Um pequeno grupo de municípios se reorganizou em uma nova IGR denominada Caminhos do Contestado.

Como afirma Pollak (1989, p. 3) são necessários “pontos de referência para a formação da memória coletiva” de um grupo social, sejam eles: monumentos, paisagens, personagens, tradições, costumes, datas, locais de adoração etc.; que cimentem um passado conjunto. A preservação destes pontos de referência fundamenta o sentimento de pertencimento do grupo social, assim como a diferenciação de outros grupos. A mudança da nomenclatura para “Vale dos Imigrantes” demonstrou o abandono do Estado a preservação e promoção dos pontos de referência da memória coletiva dos caboclos da região.

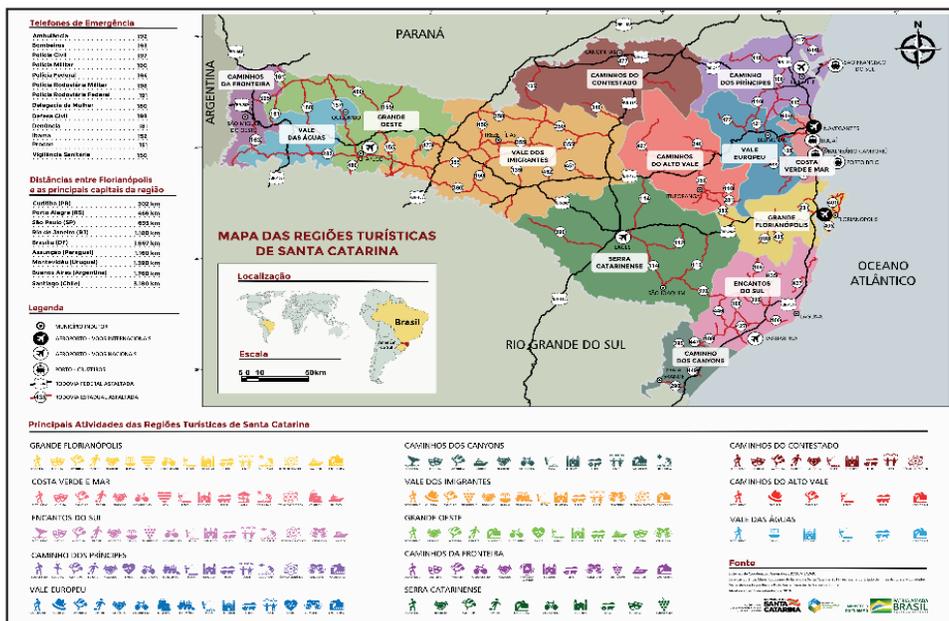


Figura 1. Mapa das Regiões Turísticas de Santa Catarina, que representa o desmembramento da região turística Vale do Contestado em Vale dos Imigrantes e Caminhos do Contestado. Fonte: Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina – SANTUR. http://santur.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5111:santur-lanca-mapa-do-turismo-atualizado-com-13-regioes&catid=22&Itemid=197. Acessado em: 10/02/2021.

Analisando o “Mapa das Regiões Turísticas de Santa Catarina”, foi possível perceber a consolidação do projeto aprovado por meio da mudança e desmembramento do “Vale dos Imigrantes”, este para a promoção da cultura do imigrante europeu. O símbolo utilizado para retratar o âmbito cultural desta região foi o chapéu tirolês -amplamente utilizado para a promoção da Oktoberfest (maior festa de promoção da cultura alemã do Brasil) – também utilizado para as regiões turísticas “Vale Europeu” e “Caminhos do Alto Vale”. Neste desmembramento, quase todos os municípios nos quais passa a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande foram para o “Vale dos Imigrantes”, representando novamente a exclusão dos caboclos deste espaço, em um primeiro momento – no início do século XX – com o esbulho das terras feito para a construção da ferrovia e para a colonização, e na atualidade para a promoção da cultura do imigrante.

Salvaguardar os pontos de referência da história e cultura de um grupo, em detrimento do outro - em um estado multicultural - levantou o debate sobre a disputa pela memória oficial da região. Ao salvaguardar e promover a cultura dos imigrantes, buscou-se reforçar o sentimento de pertencimento daquela população, assim como, delimitar a fronteira de sua cultura com as marginalizadas e excluídas.

3 | MAPA INTERATIVO: UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR

A presença de luso-brasileiros no planalto meridional deu-se por volta de 1700 - quando, por necessidade de muares para abastecer os trabalhos realizados em Minas Gerais na exploração do ouro - sulistas da região da Campanha no Rio Grande do Sul foram levados a cruzar o planalto com rebanhos de muares para o comércio na feira de Sorocaba. O caminho aberto viria a criar uma rede de sociabilidade particular ao redor do negócio de muares, tendo inclusive famílias se distribuído nas diferentes vilas que se criaram no trajeto. Vários meses eram gastos nas viagens. Para que os animais chegassem em boas condições para a comercialização, os viajantes invernavam nos campos naturais do trajeto (QUEIROZ, 1966, p. 15).

O caminho das tropas interligou a região, que no século XIX passou a aumentar seu povoamento por meio de uma frente pastoril e uma frente extrativista de erva-mate. Esses dois procedimentos criaram um estilo de vida pautado na lida com o gado: no dever do peão, que laçava e ferrava; e da extração da erva-mate: trabalho desenvolvido pelas famílias de peões e agregados, que durante o inverno adentravam as matas. Por meio desta narrativa histórica da região, encontramos a categoria sociocultural “caboclo” utilizada para denominar a parcela pobre do meio rural do planalto - que etnicamente pode descender de portugueses, afrodescendentes e indígenas. O termo “caboclo”, mais do que sua etnicidade, demonstra a condição de vida dos sertanejos pobres, além de seus costumes e cultura (MACHADO, 2004, p. 48). Na lógica social, os caboclos normalmente eram posseiros de pequenas extensões de terra às margens dos rios, ou a beira de matas

e utilizavam a agricultura e a extração para sua subsistência; eles também ocupavam os papéis de peões e agregados dos fazendeiros.

Segundo Brandt e Nodari (2011, p. 83) a população cabocla do planalto meridional apresentou algumas características próprias decorrentes do contato com uma pluralidade de grupos sociais, do conhecimento adquirido sobre espaço geográfico e o uso de seus recursos. São eles: a dependência dos recursos naturais, o que pode ser exemplificado pela extração da erva-mate para consumo e comércio, e a utilização de produtos da mata para consumo e alimentação de animais, entre eles: o pinhão, frutas e mel; o conhecimento sobre a natureza, transmitido de geração a geração por meio da oralidade – neste caso os monges possuem um papel importante, sendo eles defensores da natureza e transmissores de conhecimento; a noção de território; a valorização do trabalho de subsistência; a valorização do meio comunitário e familiar; a tecnologia simples e pouco acúmulo de capital; a autoidentificação; e a ampla utilização dos laços sociais do compadrio e de parentesco para a manutenção das atividades sociais, culturais e econômicas.

A territorialidade desta população se deu pelo fato de que suas atividades econômicas, sociais e culturais se desenvolveram a partir do espaço ao qual estavam inseridas. Uma das práticas econômicas é o puxirão, caracterizado pelo auxílio mútuo dos moradores da comunidade. Mesmo vivendo em propriedades distintas, os caboclos se reuniam para auxiliar seus vizinhos nas tarefas, revezando o local de trabalho pela necessidade do trabalho. Essa prática socioeconômica reforçava a cooperação da comunidade, além de contribuir para a realização de atividades culturais. A entrevista apresentada por Brandt e Nodari (2011, p. 84) – coletada em 2005 em Fraiburgo - reforça essa dinâmica social provocada pelo puxirão:

Nós fazíamos bailes de levantar poeira. [...] Eu fazia baile, eu e meu marido. [...] Fazia aquele puxirão fazia de tudo, homem trajado de bombacha. [...] Coisa mais linda aqueles bailes. [...] Dava baile, não dava briga não dava nada. Fazia aquele mundo de quítera pro puxirão, fazia bastante arroz e de noite tinha o baile. (BRANDT e NODARI, 2011, p. 84)

A religiosidade ligada à crença nos monges João Maria formou uma das principais características culturais dos caboclos do planalto. A passagem dos monges no século XIX criou uma tradição joanina entre os caboclos, que, ligados a um catolicismo popular, passaram a crer nos atributos sobrenaturais do monge. Welter (2007, p. 78), em pesquisa relacionada à tradição joanina no planalto, discorre sobre a coletividade dos atos religiosos dessa população, que coordenada por lideranças laicas e ampla participação da comunidade, recorrem a João Maria. A religiosidade interliga-se com a vida social dos caboclos: “o reforço dos laços de sociabilidade e das redes de reciprocidade, estímulo de valores sociais fundamentais como honra, hierarquia, solidariedade, respeito e justiça” (WELTER, 2007, p. 78).

Segundo Paul Little (1994, p. 2), a memória coletiva é “uma das maneiras mais

importantes pelas quais os povos se localizam num espaço geográfico”. O sentimento de pertencer está ligado a essa memória coletiva, que pode se pautar na relação com um espaço repleto de condições morais. Utilizando o conceito “paisagem moral”, Little descreve que uma população pode estabelecer a territorialidade atribuindo “à paisagem um significado moral e até redentor”. A territorialização dos caboclos no planalto catarinense pode ser explicada por meio da tradição joanina, utilizando o conceito de paisagem moral. A criação de lugares sagrados e a execução de rituais nesses lugares criam uma memória afetiva pelo espaço, entre os caboclos do planalto há uma ligação com determinadas nascentes de rios, pois elas seriam abençoadas pelo monge, tendo, inclusive, poderes curativos. Os batismos das crianças realizados por essa comunidade eram realizados nestas nascentes.

As disputas pela terra foram reforçadas com a chegada do capital internacional à região que em duas frentes – a construção da ferrovia e o loteamento de terras para colonização – passou a expulsar e ameaçar a presença do caboclo em seu território. Um novo grupo social se estabeleceu na região e passou a disputar a ocupação do espaço. A grande onda de migrantes para o meio-oeste ocorreu após a Guerra do Contestado - na década de 1920 – resultando do processo de ocupação das terras devolutas e da revenda das terras da Brazil Railway Company para descendentes de migrantes europeus moradores no Rio Grande do Sul (LINDENMEYER, 2009, p. 69). Segundo Little (1994, p. 9), cada deslocamento de um povo provoca uma manipulação complexa da memória coletiva, em prol de auxiliar no ajuste ao novo local. O migrante colonizador possui características específicas voltadas a uma visão de pioneirismo. Esse pioneirismo se desenvolveu pelo fato de que a memória está deslocada para o futuro, para onde essa população poderá chegar. Outra característica dessa memória de pioneirismo foi o fato de que, como política estatal, os imigrantes foram destinados a regiões consideradas despovoadas, sendo necessário o domínio da mata para então estabelecer os cultivos, criações e infraestrutura (TRUZZI e ZANINI, 2018, p. 5).

Este discurso sobre o pioneirismo foi um dos fatores para a reterritorialização das populações migrantes europeias na região, sendo determinante para a formação de uma memória coletiva que diferenciava o migrante do restante da população do planalto. Como apontou Brandt e Nodari (2011, p. 86), a partir deste momento houve dois extremos: a colonização – com total apoio político e econômico – na remodelação do território, e os caboclos na disputa pela preservação da sua maneira de uso e ocupação do território.

A disputa pela memória do Estado retornou, recentemente, a cultura cabocla para a subalternidade. Neste artigo, propomos, com o uso de uma linguagem específica, explorar a presença cabocla na região do Contestado no período da Guerra Sertaneja. A linguagem escolhida foi a cartografia temática, pois nos permite traçar uma narrativa em plano visual, o qual a escrita não atinge. Desde o início da humanidade, as formas de representação estavam presentes. A cartografia se desenvolveu como uma expressão da visão que o autor tem sobre o espaço estudado (MARTINELLI e GRAÇA, 2015, p. 914). Nesse sentido,

a cartografia externa a pesquisa e a aproxima do interlocutor.

Um dos principais problemas que os militares encontraram ao chegar na região foi a falta de um mapeamento. Este fato foi narrado pelo General Mesquita, responsável por uma das campanhas enviadas para acabar com a insurreição campesina. De forma a contornar este problema, Mesquita contou com os serviços do clérigo José Lechner, que confeccionou croquis sobre a topografia e ocupação da região (QUEIROZ, 1966, p. 174). Foi durante a campanha seguinte, realizada pelo General Setembrino de Carvalho, que uma cartografia voltada ao uso da guerra foi amplamente desenvolvida. Os mapas e croquis confeccionados pelos oficiais daquela campanha permitem-nos perceber traços da ocupação cabocla no período da guerra. Observando o mapa (Figura 2) foi possível perceber que esta região possuía muitas comunidades interioranas, conectadas por estradas diversas, que formavam uma teia de ocupação e interação social. Cada ponto azul deste mapa representa um ponto de ocupação: redutos e cidades santas caboclos, vilas ou comunidades; os traços representam as estradas da região.

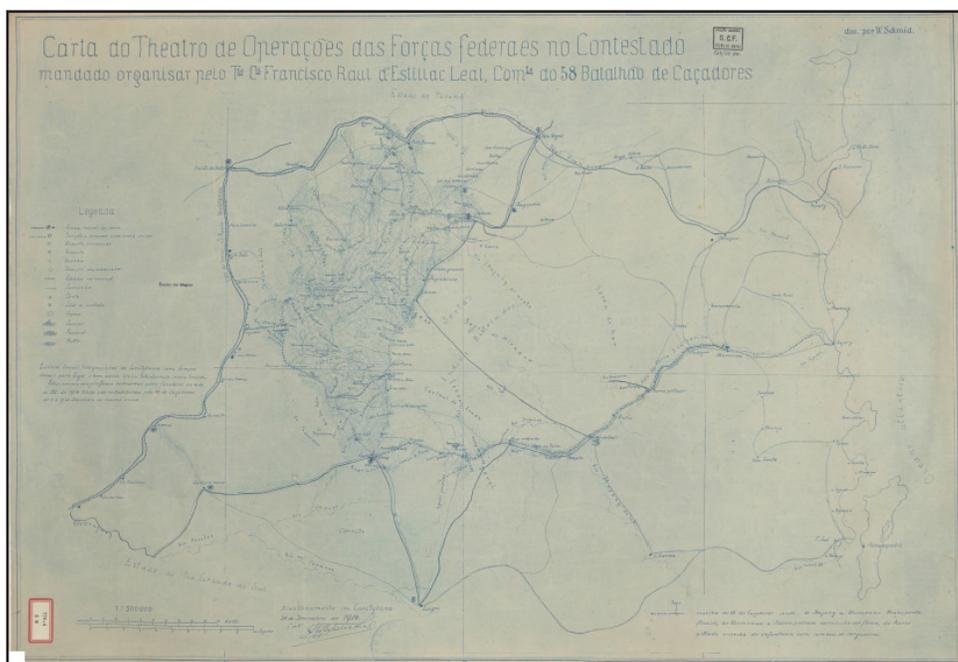


Figura 2. Croquis do teatro de operações no Contestado.

Fonte: Fundo Francisco Bhering. BR RJANRIO F4.O.MAP.668. http://querepublicaeessa.an.gov.br/images/conteudo/pdf/BR_RJANRIO_F4_0_MAP_0668_d0001-1.pdf acessado em 23/11/2020.

A ocupação do território por parte dos caboclos deixou traços de sua vida social, econômica e cultural. Por meio da pesquisa em documentos do período, visitas e auxílio de pesquisadores da temática propomos o desenvolvimento de um mapa que privilegie

a presença dos caboclos na região do Contestado. Os mapas elaborados pelos oficiais durante a Guerra nos permitem quantificar - de maneira estimada - as cidades santas, redutos e guardas levantadas pelos caboclos. Para os sertanejos, os redutos não eram apenas uma vila para a moradia, mas sim, um espaço para a realização de seu culto religioso, festas, reuniões em comunidade, refeições coletivas, preparação para os piquetes e demais eventos sociais. Nos redutos, encontravam-se todos os fatores que constituíam a territorialidade cabocla da região. Por este fato, buscamos neste primeiro momento mapear os redutos do período da guerra. Para a realização deste mapeamento contamos com a ajuda do pesquisador Gerson Witte, que realizou extensos trabalhos de campo na região, e nos cedeu suas anotações sobre as coordenadas dos redutos.

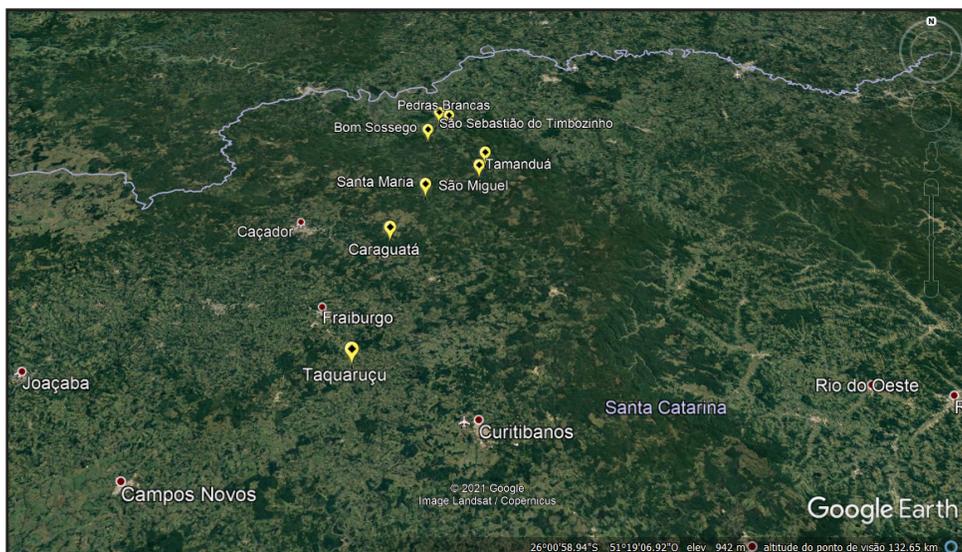


Figura 3. Mapa de marcações dos redutos da Guerra no Contestado em território Catarinense.

Fonte: do próprio autor.

O *software* utilizado para esta marcação foi o *Google Earth*, pois ele nos permite uma gestão de mapas em camadas, sendo possível escolher quais camadas estarão disponíveis para visualização. Além das marcações, tornou-se necessário o desenvolvimento de um banco de dados com uma ficha de cada lugar, com informações referentes a sua localização, assim como uma narrativa histórica do local. Ao acessar o mapa, o visualizador tem acesso às fichas dos locais, para assim, perceber uma narrativa histórica contada por meio de um mapa.

O campo cultural pode ser explorado por meio da marcação das fontes de água caracterizadas pela benção dada pelo monge João Maria, relembradas pela população cabocla - outros lugares representativos seriam as igrejas e cemitérios do período. O

mapeamento das “fontes do monge” pode servir como incentivo a preservação e tombamento destes espaços como patrimônio ambiental. Neste sentido, o patrimônio ambiental está ligado à natureza como herança intocada pelo homem, ou pouco modificada. De toda forma, é difícil dissociar patrimônio ambiental do cultural, como no caso das fontes de água do monge. Ao analisar a Constituição de 1988, Gerhardt e Nodari (2016, p. 58) relataram que o patrimônio ambiental foi utilizado como conceito para atribuir a responsabilidade – para o Estado e a sociedade - de preservação do meio ambiente equilibrado ecologicamente.

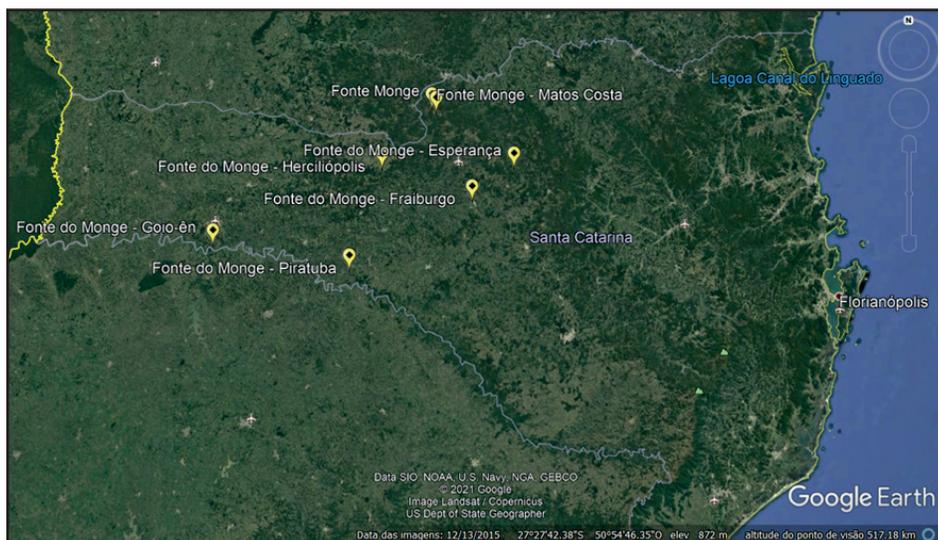


Figura 4. Mapa de marcações das “Fontes do Monge” em Santa Catarina.

Fonte: do próprio autor.

A sobreposição de várias camadas de mapa permite ao visualizador responder diversas perguntas sobre a temática, relacionando o grupo estudado e sua história ao espaço, percebendo os traços de sua territorialidade. Entre as perguntas estão: Onde as histórias se desenvolvem? Qual a movimentação dos personagens no território? Onde começa e onde termina? Qual função que o lugar possui para este grupo? E no campo do turismo é possível por meio de fotos e relatos discutir as permanências materiais encontradas nestes espaços. O modelo de mapa que serve como base metodológica e estrutural para a confecção deste foi o desenvolvido pelo programa “Santa Afro Catarina”, que busca propor roteiros de visitação temática em Florianópolis, tornando um mapa o marcador dos lugares de memória africana (Mapa Santa Afro Catarina. Disponível em: <http://santaafrocatarina.ufsc.br/santaafrocatarina/?secao=espaco>). Neste mapa do século XXI, o visualizador encontra as marcações de uma Desterro do século XIX. Nesta primeira versão em desenvolvimento manteremos como *software* o *Google Earth* e a lógica de

busca em camadas. O leitor pode selecionar as camadas as quais visualizar e ao clicar em um local específico recebe no próprio mapa uma descrição histórica daquele espaço.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do conceito de territorialidade proposto por Little, pudemos deslocar nossa análise sobre a história e cultura cabocla ao campo da interdisciplinaridade, percebendo uma cultura cabocla ligada ao espaço geográfico do planalto meridional. A reterritorialização de grupos imigrantes vindos para a região levou a uma disputa pelo território durante o século XX. Esta disputa pelo território ficou marcada nas narrativas daquelas populações, que até a atualidade estão em choque dentro de uma memória oficial do Estado. Os caboclos, utilizando o conceito de memória de Pollak, estiveram à margem de uma memória oficial até a década de 1980, quando finalmente foram ouvidos por pesquisadores, grupos sociais e enviados oficiais. O silêncio decorrido do trágico fim da Guerra do Contestado - até então encontrado na região - não se tratava de um apagamento da história cabocla, mas sim da marginalidade que esta população estava inserida após os acontecimentos.

As disputas pela memória oficial tiveram um novo capítulo em 2019, quando as lideranças políticas da região resolveram utilizar-se da gerência da IGR para mudar o nome da região turística para Vale dos Imigrantes, apagando a proteção e promoção dos traços culturais, sociais e históricos das populações caboclas. O espaço antigamente conhecido por Vale do Contestado no turismo agora representa apenas o território do imigrante.

Buscamos por meio da proposta de criação de um mapa interativo revigorar esta disputa pelo território do planalto meridional, reconhecendo e apontando os espaços históricos, culturais e sociais de presença cabocla. Em um primeiro momento, marcando os redutos e cidades santas levantadas por estes sujeitos durante a Guerra do Contestado e as fontes santas do Monge. Este mapa buscará narrar a história dos caboclos na região, e com sua confecção, auxiliar na criação de roteiros de visitação e projetos pedagógicos, para, assim, incentivar uma política pública de preservação da cultura e história cabocla no Vale dos Imigrantes.

AGRADECIMENTOS

Especial agradecimento ao professor Gerson Witte pela sua gentileza em compartilhar os resultados de sua pesquisa de campo na região do Contestado.

REFERÊNCIAS

BRANDT, Marlon; Nodari Eunice. Comunidades tradicionais da Floresta de Araucária de Santa Catarina: territorialidade e memória. **História Unisinos** 15 (1) : 80-90, Janeiro/Abril 2011– doi: 10.4013/htu.2011.151.09. Disponível em <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/964/0>

BRASIL. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Cadernos de Turismo.** Módulo Operacional 3 – Institucionalização da Instância de Governança Regional. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

GERHARDT, Marcos; NODARI, Eunice Nodari. Patrimônio Ambiental, História e Biodiversidade. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science.** Anápolis. v. 5, n. 3, 2016.

LINDENMEYER, Pedro Marcon. Colonização e devastação no planalto oeste catarinense. 2009. **Revista Santa Catarina em História.** Florianópolis. UFSC. Brasil., v.1, n.2, 2009. Disponível em: <http://www.nexos.ufsc.br/index.php/sceh/article/viewFile/140/159>. Acesso em: 12 out. 2019. ISSN: 1984-3968

LITTLE, Paul E. Espaço, memória e migração: por uma teoria da reterritorialização. **Textos de História,** Brasília, v. 2, n.4, p. 5-25, 1994 – Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27706>

MACHADO, Paulo Pinheiro. Guerra, Cerco, Fome E Epidemias: Memórias e Experiências Dos Sertanejos Do Contestado. **Topoi,** v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, p. 178-186.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado:** a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

MARTINELLI, M.; GRAÇA, A. J. S. Cartografia Temática: Uma breve história repleta de inovações. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Cartografia,** nº 67/4. Julho de 2015. P. 913-928.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Rio de Janeiro: **Revista Estudos Históricos,** vol. 2, n. 3, 1989.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social** (a guerra sertaneja do Contestado - 1912-1916). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SENADO FEDERAL. **Contestado.** Brasília, 1998.

TRUZZI, Oswaldo; ZANINI, Maria Catarina. **Italianidade nos interiores paulista e gaúcho:** uma perspectiva comparada. In: Imigração nas Américas: estudos de história comparada. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2018. Páginas 123-160.

WELTER, Tânia. **O Profeta São João Maria continua encantando no meio do povo.** Um estudo sobre os discursos contemporâneos a respeito de João Maria em Santa Catarina. Tese de Doutorado em Antropologia Social. UFSC. Florianópolis, 2007.

CAPÍTULO 10

ELEMENTOS PARA A PRÁTICA EXTENSIONISTA COMO INSTRUMENTO DE REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES NO CONTEXTO INTERIORANO BRASILEIRO

Data de aceite: 23/07/2021

William Douglas Gomes Peres

Técnico em Assuntos Educacionais, Instituto
Federal de Santa Catarina IFSC
Caçador

Letíssia Crestani

Museu Histórico e Antropológico do Contestado
Caçador

RESUMO: pode a extensão ocupar um importante espaço no contexto interiorano, ainda para contribuições na redução das desigualdades? Dada a recente interiorização da Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia, através dos Institutos Federais, locais antes não visitados, agora passam a contar com estruturas públicas de acesso à educação profissional, científica e tecnológica para formação e atendimento de interesses locais. Compondo a tríade de ensino, pesquisa e extensão, o processo de apresentação à comunidade de soluções se dá por meio de extensão, na qual as interações estão conectadas com o interesse local e do público envolvido. Considerando o escopo experimental do Contestado Catarinense, como local abandonado de serviços e estruturas públicas, a chegada da rede EPCT, possibilita pensar que a instrumentalização da extensão passe a ser uma ferramenta que permite transpassar políticas públicas para as comunidades, viabilizando oferta de serviços públicos, projetos e ações voltadas ao desenvolvimento local. Por fim, foram analisados instrumentos extensionistas

do IFSC Caçador, notando que estas interações auxiliaram na quebra de hiatos existentes que a extensão possibilitou como arte, cultura e a popularização da ciência, além de novos negócios e outros produtos advindos da interação. Dessa forma, pode a extensão ser um providencial instrumento para a redução das desigualdades no contexto interiorano brasileiro, anotado como espaço experimental, o Contestado Catarinense. **PALAVRAS-CHAVE:** Contestado, Desigualdades, Extensão.

1 | INTRODUÇÃO

Inicialmente, a tríade que norteia toda a rede federal de educação, ciência e tecnologia, são o ensino, pesquisa e extensão. O ensino como força motriz e o carro chefe da instituição, sendo ali a porta de entrada de formação profissionalizante e superior. Mas a extensão e a pesquisa podem desenvolver um importante papel para discussões mais aprofundadas referentes a conhecer a realidade em que o câmpus está inserido.

Vale destacar que esse olhar mais atento, enquanto condição interiorana, se dá às práticas do IFSC no câmpus Caçador em Santa Catarina. Nota-se que tais ações podem ser consolidadas e dialogadas como as iniciativas de outras instituições que já executam processos e práticas desenvolvimentistas no interior brasileiro. A chegada do IFSC, por exemplo, vem a somar as realidades executadas, sejam pelas Universidades Comunitárias da região,

bem como por outras organizações sociais que vêem oportunidades de transformação regional. Por isso da importância de extensão, especialmente.

Nesta celeuma introdutória, destaca-se que a região do Contestado proposta deste ensaio teórico, está com o índice de desenvolvimento humano ainda bem aquém de um número próximo ao adequado (SANTA CATARINA, 2016). Os números de violência são alarmantes e a distribuição de renda, bastante dificultosa. Assim, no critério regional, há de se concentrar os esforços num estudo propriamente dito em referência à qualidade do serviço público prestado e como esse reflete na construção de práticas que venham em acordo com o desenvolvimento regional onde o câmpus Caçador está inserido.

Dessa forma, considerando o modelo extensionista como vitrine do serviço público da escola, tem-se objetivos as descobertas de interesses da comunidade como produto da formação escolar, contribuindo no desenvolvimento local, e instigando pensadores a entender a extensão como política pública de desenvolvimento, ou ainda, como instrumento a ser aprimorado para compor o rol de instrumentos que combatem a redução das desigualdades em contexto interiorano, aqui, registre-se, o contestado catarinense como laboratório dessa interação.

Para isso foram analisados documentos institucionais do IFSC, bem como processos extensionistas executados de 2016 a 2020 visando compreender os dados encontrados como produtos de interações no Contestado Catarinense, encontrando elementos que podem sinalizar a percepção interiorana da extensão como forte instrumento para contribuir no arcabouço local de redução das desigualdades, desde que este produto seja objeto de interações reiteradas de fomento do poder público como financiamentos, bolsas e etc.

Por fim, nestas notas introdutórias, destaca-se que esses elementos superficiais trazem condição de pensar a extensão como meio de aproximação e conexão de outros atores para o desenvolvimento local, bem como para o desenvolvimento de práticas e ações para a redução das desigualdades locais. Uma delas é o próprio hiato que existe entre a ciência e a sociedade, sendo meio de popularização da ciência a própria redução das desigualdades fomentadas pela própria escola por processos extensionistas.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo desta pesquisa se soma ao de muitas outras: apresentar respostas aos problemas que são propostos como objetos de olhar e pesquisa. Essa problematização acontece quando não há elementos e informações capazes de responder ao problema de estudo, ou se a informação disponível está desorganizada, dificultando quaisquer análises relacionadas ao problema (Gil, 2010).

A pesquisa proposta nesta dissertação se delimita em entender processos extensionistas como elemento capaz de servir como meio de redução das desigualdades, visando o desenvolvimento, em contextos interioranos brasileiros, anotando como território

experimental a realidade do município de Caçador, na região do Contestado.

Assim, é preciso emprestar as lições de Godoi, et al, (2010) em que esta pesquisa se caracteriza, dado o seu enfoque, como qualitativa, vez que se pauta a responder uma grande questão, tendo epistemológica relação entre objeto e sujeito. É nessa experimentação qualitativa que o pesquisador vai precisar analisar e explicar este fenômeno, através das pessoas consultadas, partindo de sua subjetividade, sendo essa se não, a principal característica desse tipo de pesquisa.

Em suma, os critérios a serem adotados nesta pesquisa se alinham em grande maioria ao método qualitativo de pesquisa, com uma abordagem descritiva e exploratória. Isso porque a pesquisa qualitativa requer uma preocupação mais aprofundada em estudos que considerem as análises de aspectos e processos profundos do comportamento complexo humano. Nesta seara a análise dos dados se dá com uma quantidade menor do que o método quantitativo, porém de modo distinto em que se procura estudar o comportamento (Marconi e Lakatos, 2006). Ainda para Godoy (1995), é na abordagem qualitativa que reside o objetivo de construir dados descritivos de fatos e acontecimentos por meio da forma direta de contato entre o pesquisador e o pesquisado, visando compreender os espaços e nuances a fim de se traçar elementos esclarecedores dos problemas levantados.

Mas parece requerer em paralelo a esta percepção, buscar entender elementos que mobilizam a sociedade na procura do IFSC como portfólio além do comum que a universidade tem como formação no mercado de trabalho, vez que a integração se conecta com elementos de iniciativa e inovação local. Há ainda elementos que interligam agentes e pessoas da empresa e também do governo, através de políticas institucionais de aproximação. Destaca-se que a pesquisa se delimita a explorar a área extensionista tecnológica dada ainda a novidade do modelo de extensão tecnológica praticado pelas instituições federais de ensino profissional, técnico e tecnológico, componentes da EPCT. Dado a recente formação dessa estrutura seja administrativa, seja legal no âmbito do país, conquanto as estruturas de educação profissional e tecnológica, é uma estrutura que se consolida, mas que pode ofertar ações para o desenvolvimento regional.

A dificuldade complexa em se analisar as unidades de análise sugerem o caráter descritivo do estudo em tela, pois como objetivo se buscou descrever em detalhes como reagem, agem e se comportam individualmente os agentes nos processos de cooperação e por conseguinte inovação nas searas de interação em meios cooperativos, considerando o viés da universidade. Segundo Gil (2010) tem-se em pesquisa qualitativa descritiva aquela que registra as informações com alto nível de detalhe, sobre aspectos fenomenológicos, informacionais ou ações que de forma a exata condição que acontecem, considerando que isso permita ligar esses comportamentos as nuances e realidades das bases teóricas disponíveis (Gil, 2010).

Com as informações acima, é possível emprestar as características descritivas considerando a recente definição de extensão tecnológica em meados de 2013, pelo

CONIF. Nisso, revela o caráter inquiridor da proposta de modo bastante exploratório, dada a ausência de estudos sobre a política do IF para o tríplex-hélice. Se caracteriza a pesquisa, também, como uma pesquisa exploratória, dada a ausência de estudos e elementos sobre a temática na sociedade, ainda mais como elementos de aproximação por meio de extensão tecnológica.

Busca-se analisar os elementos já descritos enquanto capazes de impulsionar relações e amarras interinstitucionais considerando ser uma pesquisa exploratória, naquilo que Gil, (2010), explica como ferramenta capaz de entender a atuação na realidade, descrevendo e assim abrindo novas possibilidades e conexões para compreender a extensão como meio de redução das desigualdades.

O método, portanto, é o de estudo de caso, que consiste em observar um conjunto de decisões, como foram tomadas, implementadas e quais os resultados dela para um determinado foco ou momento oportuno (Yin, 2010). No estudo realizados, a escolha dos elementos extensionistas empregados pelo Campus Caçador com exercícios indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão, trazem indícios que podem oportunizar interações com a sociedade, e isso inclui as relações com a empresa, permitindo estudar aspectos que promovem a interação e formação de novas redes em tríplex hélice.

Dito isto, adotar-se-á quanto a resposta de elementos qualitativos da interação como um estudo de caso, considerando a proposta ser exploratória e descritiva. É bem sabido nas lições de Yin (2010), que a definição do método se dá com primordial importância, visto que é nele que se enxerga modos de operacionalizar esta pesquisa, e com isso permite que haja uma descrição ampla e aprofundada, de um fenômeno social. Dessa forma, os eventos que acontecem na vida real, contribuem no enfoque em eventos contemporâneos para esta visão.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Guerra do Contestado ocorreu no Meio-Oeste catarinense, entre uma parcela da população local, à época identificada como “caboclos”, e o Exército Brasileiro. O conflito durou quatro anos, de 1912 a 1916. As causas foram muitas: a questão de limites entre Paraná e Santa Catarina, que ficavam numa ampla área profícua em erva-mate e pinheiros (ambos de alto valor à época); a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul, pela *Brazil Railway*, uma tentativa do governo central interligar o Sudeste ao Sul e se tornar mais presente nesse território; a disposição de terras e florestas da região para o capital estrangeiro (empresa *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*); o difícil acesso às terras pela população mais pobre devido ao monopólio político e econômico dos coronéis e suas enormes fazendas; a economia da região baseada apenas na extração da erva-mate e das florestas de araucárias; as questões religiosas e místicas, e as ideias libertárias propagadas pelos monges errantes aos seus afilhados; os êxodos e as cidades-santas;

entre outros (AURAS, 1984; MACHADO, 2004; ESPIG, 2005; FRAGA, 2012; VALENTINI, ESPIG e MACHADO, 2012).

A história do Meio-Oeste catarinense foi construída a partir de tratados de limites e negociações políticas e comerciais, com toques de messianismo, culminando com o conflito bélico. Segundo Fraga (2012), o desenrolar dos quatro anos de batalhas campais e nos tribunais acabou deixando algumas marcas nas estruturas sociais, políticas e financeiras da região. A arrastada disputa político-geográfica entre Paraná e Santa Catarina teve seu fim somente em 1916, quando

[...] O desgastante desenrolar da guerra interminável contra os caboclos e a determinação do presidente Venceslau Brás que se utilizou do capitão-de-fragata Fleming como intermediário e se colocou pessoalmente como árbitro, apressaram o desfecho final da disputa até a assinatura do Acordo de Limites, em setembro de 1916. A cláusula 9 do Acordo de Limites viabilizou sua aceitação por parte de proprietários paranaenses que, vivendo em território contestado, ficavam agora sob jurisdição catarinense, mas teriam todas as certidões civis e de propriedades registradas em cartórios paranaenses validadas. (MACHADO, 2004, p. 137).

As consequências do conflito ainda são visíveis. Ainda em 2016, praticamente 100 anos depois, municípios do Meio-Oeste catarinense possuem as situações econômicas e sociais mais baixas do Estado. Parecem estar abandonados no tempo. Excetuando-se as cidades maiores, como Caçador e Videira, cidades de economia de ponta e crescente, os municípios vizinhos, como Lebon Régis e Matos Costa, possuem infraestrutura precária (RANKING IDHM MUNICÍPIOS, 2010). Essa realidade é explicitada por Santos (2006, p. 11),

O Contestado, porém, continua lá e também aqui [...], se quisermos olhar para lutas que continuam sendo travadas no dia-a-dia presente pelas populações espoliadas, desprovidas de capital e do futuro. Nesse caso, o Contestado serve como um providencial espelho onde podemos ver refletidas as incongruências de nossa sociedade no presente.

Com as “festividades”, em 2012, do centenário do início da Guerra do Contestado, os resquícios dos combates ficaram nas faces dos descendentes, nas almas dos que se foram e nas práticas de sociabilidade atuais das populações das cidades que hoje compõem a região do Contestado.

Quando vivem no campo são peões ou agregados de grandes fazendeiros, raros são proprietários de lotes formalizados de terra. Hoje estão cada vez mais proletarizados e vivendo na periferia das grandes e médias cidades do estado. Boa parte da região onde viviam os sertanejos antes da guerra foi, ao longo de 1930 a 1950, objeto de ação de companhias particulares de colonização que, agindo de acordo com as autoridades públicas, lotearam antigas terras dos caboclos posseiros para descendentes de segunda e terceira geração de imigrantes europeus provenientes do Rio Grande do Sul. (MACHADO apud INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2012).

Vemos, dessa maneira, um bom panorama para que os estudos sobre o Contestado continuem sendo feitos. Conforme Fraga (2012, p. 23), “parece que este será o ano [2012] do centenário da Guerra do Contestado que perpassará por muitas possibilidades de rompimento da sua invisibilidade, indo da política, passando pelas artes e chegando até os meios científicos”. As comemorações do centenário foram um recomeço para a história e as memórias da guerra na região do Contestado. Entretanto, essas memórias vinham, há muito tempo, sendo buscadas, seja por meio de produções historiográficas, seja a partir de locais de guarda.

Donaldo Schuller, na obra *Império Caboclo*, de 1994, destaca a importância do Contestado para amplitude nacional, no que segue: “O movimento de Taquaruçu foi o mais importante do que a semana de arte moderna, dez anos mais tarde. O Teatro Municipal de São Paulo não fez mais do que confirmar a história que o povo brasileiro tinha escrito com sangue nos pinhais de Santa Catarina” (SCHULLER, 1994.)

Aliado a esses fatores históricos, os investimentos públicos também privilegiavam as regiões litorâneas e demoraram muito na sua interiorização, deixando a região com décadas de atraso. A ciência, a chegada de tecnologias, e de arte e cultura, por exemplo, foram as mais sacrificadas nesse processo. Nesta celeuma, percebe-se que grande parte da população de Caçador é de famílias carentes que tem como principal fonte de renda o trabalho assalariado nas indústrias da cidade. A realidade de Lebon Régis é ainda mais dramática, pois seus moradores atuam no campo, sendo a industrialização da cidade algo dificultoso.

Na lei 11.892/2008, conhecida como lei dos Institutos Federais, têm-se as características que norteiam a ação do IF no art. 6º, ensejam na participação ativa do IFSC nas redes, no desenvolvimento regional, e fomentando processos de, além de ensino, ações de pesquisa e extensão visando a partilha de conhecimentos. Portanto, há o compromisso legal do IFSC em fornecer extensão e pesquisa que junto do fortalecimento dos arranjos produtivos locais, mapeamento de potencialidades regionais e locais de modo a fomentar o desenvolvimento local.

A tríade da universidade, e também dos Institutos Federais reúne ensino, pesquisa e extensão, preconizado no art. 207 da CRFB/88. Com o ensino se atende a missão preambular da universidade, mas sem pesquisa e extensão a universidade fica incompleta, pois são nesses meios que é permitido conhecer a sociedade, suas demandas e necessidades. Parece ser no anseio da extensão que residem as ações mais conectadas com a sociedade, enquanto beneficiária de ações práticas junto da comunidade. Assim, é impossível falar em separação dessa tríade, pois a universidade brasileira é concebida na indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão. (Moita e Andrade, 2009).

Nessa ótica Silva (2000), apresenta que a extensão aparece como terceiro elemento, em resposta às críticas e pressões que a universidade sofreu de setores ou demandas sociais. Com a extensão é possível construir pontes e diálogos com inúmeros

atores, estes dos quais oportunizam novas vivências sociais e novas observações para que a universidade possa então dialogar suas necessidades em havendo possibilidade pelas carreiras e cargas horárias docentes e de técnicos em educação, construindo laços capazes de dinamizar o campo de atuação da universidade ou IF. Há um apelo legal para que o IF esteja em consonância da comunidade de forma obrigatória e conectado, reduzindo espaços que antes eram desocupados e gerando ainda mais distância da academia com a sociedade (Brasil, 2008).

Um modo de atender as demandas dessa mesma comunidade perpassa a formação mercadológica, e avança conforme necessidades locais, ofertadas pelos cursos regulares da instituição e abrange ainda mais novas oportunidades de pensar novas ações comunitárias em vários níveis de interação através da tríade com pesquisa e extensão somadas ao ensino. Diante disso, vale lembrar que de não só no aspecto social reside o interesse de agir da extensão, mas também nas ações e práticas para inserção nos mais variados meios em que se faz esse diálogo, seja no meio social, como dito, mas também em outras searas de interação. E esse diálogo é fundamental para a construção de agenda entre ente público e comunidades, mas também entre empresas e outros órgãos da administração pública.

No caso em tela, observa-se os IFs, como diálogo intenso, dada a previsão legal, com a sociedade, se somando às iniciativas das universidades no intuito de democratizar o acesso às suas ferramentas de educação, pesquisa e por certo, de extensão. Deste modo é possível desenhar uma estrutura cada vez mais próxima dos anseios da comunidade, tornando o IF uma instituição respeitada e inserida no meio social e dos mais necessitados de acesso à educação técnica, tecnológica e profissional. Essa sistematização dos IFs permite uma compreensão sistêmica de sua atuação colaborando com o modelo similar entre os institutos desde tempos primórdios dos CEFETs, nos anos 90 (Campello, 2007).

A partir de 2008, um velho paradigma começa a ser quebrado no interior do Brasil. Com o acesso à universidade e a educação tecnológica gratuita, através da interiorização da rede federal, é possível então desenhar uma estrutura capaz de auxiliar ainda mais as regiões interioranas na persecução do desenvolvimento, com uma sinergia conectada nas necessidades do mercado local, para com também o ambiente social inserido. Dessa forma, discutir uma intervenção da extensão enquanto elemento capaz de formar relações duradouras para com a comunidade, a fim de viabilizar atividades nesta proposta de pesquisa e estudo.

Aliado a este compromisso legal, vemos iniciativas que visam não só a redução das desigualdades, mas o compromisso com o desenvolvimento local, esse já experimentado em algumas ações de extensão. Em junho de 2018, o câmpus Câmpus Caçador realizou a semana de cursos com justificativa de se fomentar a discussão de empreendedorismo, como bem detalhou a professora Sibeli Paulon Ferronato, coordenadora da ação:

“É possível ensinar e aprender empreendedorismo mediante trocas de conhecimento e experiências entre alunos e empresários, por isso, a

semana acadêmica tem um grande potencial na formação dos educandos, tanto para os técnicos integrados, concomitantes e subsequentes como para as graduações, bem como a integração da comunidade local e seus representantes de diversos arranjos produtivos.” (FERRONATO, 2018).

Desta maneira destaca-se o papel da extensão e pesquisa indissociável do ensino como ferramentas fomentadoras do desenvolvimento regional. Assim, conforme Tavares e Nogueira (2001) ao visitar a extensão como aglutinador das atividades que fomentam as ações externas, destaca-se que ela de fato pode ser vista como uma forma de constatar e avaliar a sociedade por ser a aplicação direta de conhecimentos dos bancos escolares na tríade do ensino, pesquisa e extensão, bem como sua função transformadora de ordem social, sendo a solução o uso de recursos como cursos e conferências, além das demonstrações práticas.

Dessa forma foram encontrados 148 processos extensionistas, todos com vieses de interações com demandas com a sociedade, apontando atendimento de diversos locais de atendimento com demandas culturais, científicas e práticas para interesses populares, gerando condições para entender a extensão tecnológica como forte instrumento para redução das desigualdades no contexto interiorano, considerando construções teóricas da escola, e também do próprio movimento contestado no interior catarinense.

Por fim, vale destacar que em razão da crescente ineficiência do estado que levou a sociedade em geral a não mais esperar pela máquina estatal e alcançar novas oportunidades e alternativas para resoluções de problemas da comunidade envolta, as exigências e por si só a carência da sociedade atual mostram que o Estado não tem estrutura para atender e absorver com qualidade todas as demandas ali propostas (PRADO et al, 2006; KANITZ, 2011).

De modo geral alicerçada a realidade histórica da região, as necessidades de desenvolvimento propriamente dito no tocante às realidades diárias, as iniciativas experimentadas em saúde, educação superior de modo comunitário, escancaram a necessidade de um pensar coletivo. A extensão exerce um importante papel social na consolidação das realidades de Caçador e região.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia de COVID-19 exigiu adaptações na pesquisa, sendo uma delas não observar processos físicos de extensão, pois estes estariam dentro do Campus, que adotou atividades não presenciais desde março de 2020. A amostragem de processos foi, como mencionado acima, desde 2016, quando do início do uso do sistema de gestão eletrônica adotado pelo IFSC. Na análise dos dados foi detectado que o IFSC possui grande capilaridade de ações, junto da comunidade, externando práticas pedagógicas e aprendizados dos alunos como produto de entrega da universidade à comunidade.

Ainda, é visível que o modelo extensionista que vigora, é o dependente do ensino,

tanto é que as ações devem ter expressa conexão com o ensino, sendo a extensão dependente do ensino, criando daí uma visão retrógrada institucional no entorno da extensão, que é indissociável, porém parece ser dependente do ensino. Mesmo assim, os processos conseguiram aproximar demandas da sociedade. Foi verificado três grandes eixos de atuação, uma na popularização da ciência, programa mulheres sim de empoderamento e empreendedorismo feminino e projetos que auxiliaram na formação do centro de inovação local denominado Inova Contestado.

A arte e a cultura foram grandes precursores das ações de extensão do Campus. Dezenas de projetos tiveram essa temática e grandes efeitos no meio em que o IFSC está inserido. Essas linguagens não eram tão acessíveis na região, sendo fruto bandas, grupos de teatro, artes visuais e demais interações com a comunidade para oferta de arte e cultura no itinerário local de serviços artísticos gratuitos, seja de formação ou produção de espetáculos e oportunidades de exposição de talentos.

A extensão agiu diretamente em consonância com demandas de empresas, porém foram tímidas e apenas frutos de ações dependentes do ensino, sem uma agenda propositiva que permitisse a escola ser mais atuante no segmento. Mas mesmo assim, as ações renderam frutos e reformulações de negócios que permitiram novos olhares do IFSC, e também o desejo de cooperar com a escola, permitindo novas interações desde que haja desburocratização e pessoal adequado e disponível à interação.

Isto posto, é visível que ao começar a interagir elementos de proximidade de interesses, seja do estado ou da empresa, começam a desenhar novos elementos de interação, criando a partir daí estruturas que dialoguem com outras demandas, incluindo então empresa, governo e universidade. Em 2019, os movimentos começam a criar as estruturas adequadas para o Inova Contestado, e outras interações nesse sentido. O IFSC estabelece por meio extensionista aproximação e relações de confiança para oferta de um serviço público de qualidade nas condições e razão de existir da instituição, e isso inclui ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável.

Os elementos dão conta de uma interação efetiva com a comunidade, e no contexto do interior vários pontos interessantes para pensar a ebulição de ações para atendimento dos interesses da comunidade. Para isso, o ambiente da instituição deve permitir que novas interações tenham espaço na instituição, sejam elas da própria universidade, ou de anseio da comunidade. Nisto, uma observação: o elemento de interação se dá no atendimento de preceitos legais e interesse de agir do IF, ou universidade localmente inserida. A interiorização deu condições para que espaços antes nunca visitados por investimentos públicos pudessem acessar qualidade tecnológica, científica e acadêmica, interiorizada com dificuldade. Prova disso, é que para acessar educação superior a região onde o Campus de estudo está hoje instalado, apenas ações comunitárias é que de fato interiorizam o ensino superior, como exemplo. A chegada do investimento público, é uma providencial ajuda e também atendimento da existência de demanda do IF na região.

Então, é nisso que os estados precisam pensar em investir. Com as dificuldades de ampliação dos recursos públicos por inúmeros motivos, pensar redução de desigualdades assimetrias locais convidam a pensar modelos interativos, e no caso do interior, completamente abandonado de investimentos, a cooperação é a medida que se impõe imediatamente. Não é preciso reinventar a roda, é preciso vontade política e experimentar novas interpretações e formas de interagir a luz de teorias consagradas e consolidadas, sob a luz de territórios que podem ser acessados por práticas e interações.

Por certo que o interior brasileiro guarda muitas inovações a serem investigadas nos estudos sobre interiorização de recursos e medidas para redução das desigualdades, lançando elementos e provocações de novos estudos considerando o papel da universidade pública como propulsora de ações, mesmo que isoladas, permitindo construção de novos negócios e continuidade da cooperação para o desenvolvimento local. Este estudo é um ensaio, permitindo por fim, abrir novos meios de pensar a redução das desigualdades, diante do contexto exaustivamente explanado neste artigo.

A principal limitação do estudo é que se observou o processo extensionista de apenas uma instituição, o que colabora para a interação, sem anotar a presença de outras instituições no sistema de interações com a comunidade. No estudo proposto apenas considerou a extensão, e não projetos e programas de pesquisa. Isso posto, verificou-se três grandes áreas de atuação das propostas extensionistas executadas no território.

A sugestão que fica para estudos posteriores é observar o modelo que abarque a indissociabilidade de ensino pesquisa e extensão, mas também a interação com os diversos setores da sociedade, colhendo resultados enquanto cidade, para melhor compreensão da interação entre empresa, governo e universidade em todos os espaços e ocupações que a universidade fornece na sociedade, especialmente na redução das desigualdades em territórios esquecidos por recursos públicos, seja na educação ou outras áreas que compõem os atores do modelo originalmente proposto.

Por fim, é preciso estender a pesquisa para as universidades de alguma determinada região, para sopesar o nível de interesse, e diálogos, olhando para questões locais e também sociais como instrumentos que sugerem meandros de atuação capazes de congregiar iniciativas e espaços antes dificilmente ocupados. São inquietações que persistem, pois é preciso tornar a pesquisa um pouco mais *lato sensu* para compreender o sistema de inovações de cooperação enquanto movimento da cidade.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os agitadores, pesquisadores, artistas e entusiastas que de algum modo acreditam que o Contestado pode ser palco de muitas conquistas, sendo uma delas a própria redução das desigualdades no território. Décadas de atraso podem contar, desde a interiorização da rede federal EPCT, com mais um instrumento de popularização

da ciência e construção de oportunidades para o Contestado.

Obrigado aos amigos do grupo de pesquisa, que permitem um debate e uma construção conjunta para novas interações e práticas nos campus de interior do IFSC e das universidades da região, construindo elementos para pensar novos meios de contribuir com este chão, com o Contestado Catarinense.

E por fim, agradecemos a equipe proponente do Congresso Nacional do Contestado que lançou luz sobre a produção científica produzida localmente, sem licença ou permissão dos grandes centros. É o caboclo do contestado contando com mais um espaço de guarda e fala diante de tantos ataques e destruições vividas diariamente, agora em seu solo e em sua cultura.

REFERÊNCIAS

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla**. Florianópolis: Ed. UFSC: Assembleia Legislativa. São Paulo: Cortez, 1984.

ESPIG, Márcia Janete. **Algumas reflexões sobre a historiografia do Movimento do Contestado: o caso dos operários da Estrada de Ferro São Paulo Rio-Grande**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23, 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0654.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2019.

FRAGA, Nilson Cesar (Org). **Contestado em guerra: 100 anos do massacre insepulto do Brasil -1912-2012**. Florianópolis: Insular, 2012.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Entrevistas. **Guerra do Contestado: os reflexos cem anos depois. Entrevista especial com Paulo Pinheiro Machado**. 2012. Disponível em:<<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/514385-guerra-do-contestado-os-reflexos-cem-anos-depois-entrevista-especial-com-paulo-pinheiro-machado>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

KANITZ, S. **O que é o Terceiro Setor?** Filantropia.org. Disponível em: . Acesso em: 23 out. 2011.

KARASINSKI, E.; PERES, W.; CRESTANI, L.; CORDEIRO, J.; ZANOTTI, F.; SCHÜLER, M. **A rede de educação, ciência e tecnologia no Contestado e a atuação para redução das desigualdades**. Revista Brasileira de Extensão Universitária, v. 11, n. 1, p. 33-46, 11 mar. 2020.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

NOGUEIRA, M. D. P. **Extensão Universitária no Brasil uma Revisão Conceitual**. In: FARIA, D. S. de. Conceitual da extensão universitária na América latina. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. p. 57-72.

OLIVEIRA, Beneval de. **Planaltos de frio e lama: os fanáticos do contestado, o meio, o homem, a guerra**. Florianópolis: FCC, 1985.

PRADO, R. et al. **Marketing para o terceiro setor**. São Paulo: Instituto Presbiteriano Mackenzie, 2006.

RANKING IDHM MUNICÍPIOS 2010. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx>>. Acesso em: 09 fev. 2021.

SANTA CATARINA, Governo do Estado. (2016). **Relatório do Programa Crescendo Juntos**.

SANTOS, Silvio Coelho dos. In: Academia Catarinense de Letras (Org.). **O Contestado na Historiografia e na Literatura**. Coleção ACL. v. 30. Florianópolis: Academia Catarinense de Letras, 2006.

TAVARES, M. G. M.. **Os Múltiplos Conceitos de Extensão**. In: FARIA, Dóris Santos de. Construção conceitual da extensão universitária na América latina. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. p. 73-84.

THOMÉ, Nilson. **Os iluminados: personagens e manifestações místicas e messiânicas no Contestado**. Florianópolis: Insular, 1999.

VALENTINI, Delmir José; ESPIG, Marcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro (Orgs.). **Nem fanáticos, nem jagunços: reflexões sobre o Contestado (1912-2012)**. 1. ed. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2012.

ESTUDO DO USO DE DETERGENTE NO CONCRETO NA REGIÃO OESTE CATARINENSE

Data de aceite: 23/07/2021

Simone Aparecida da Silva Souza

Instituto Federal de Santa Catarina IFSC
São Carlos

Débora Fátima Alberici

Instituto Federal de Santa Catarina IFSC
São Carlos

RESUMO: O presente trabalho surgiu com a necessidade de comprovação de informações chegadas até o campi São Carlos do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), de que todos os pedreiros da região oeste catarinense estariam utilizando detergente na execução do concreto. Durante a pesquisa realizada, foram entrevistados pedreiros nas cidades de São Carlos, Palmito, Saudades e Maravilha. Os resultados das entrevistas não comprovaram a informação, contudo foram coletados dados inerentes à pesquisa. Em sequência ao processo, determinou-se que a dosagem do concreto seria pelo método da Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP) e, portanto, os materiais para compor o concreto precisaram passar por ensaios laboratoriais para determinar suas características. Após a determinação da dosagem, foram executados dois tipos de concreto, um com e outro sem detergente em sua composição. Ao final dos ensaios e análises, verificou-se que, realmente, o detergente aumenta a trabalhabilidade do concreto, porém diminui sua resistência.

PALAVRAS-CHAVE: método ABCP; concreto;

agregado; resistência; trabalhabilidade.

1 | INTRODUÇÃO

Em 2019, chegaram até o campi São Carlos do IFSC relatos de que todos os pedreiros da região oeste catarinense estariam adicionando detergente na confecção do concreto, fato este que levantou indagações a respeito da segurança do uso deste produto que não é destinado pra este fim. A justificativa para o uso do detergente, segundo eles, é de que ele proporcionaria mais trabalhabilidade e resistência ao concreto.

A Associação Brasileira de Normas técnicas (ABNT), tem em sua coleção, normas que dão as diretrizes e os parâmetros para a melhor forma de se executar um concreto e assim verificar as características apontadas pelos pedreiros. Dentre as características, a trabalhabilidade é uma das propriedades do concreto fresco que pode ser conferida pelo ensaio de abatimento (NEVILLE; BROOKS, 2013). Resumidamente, essa medida é tomada exatamente quando o concreto diminui sua altura em relação ao tronco cônico (ABNT, 2014). Também, segundo Neville e Brooks (2013), consiste na exigência da realização de um trabalho para superar a força de atrito existente entre os grãos dos componentes do concreto em seu estado ainda fresco, facilitando seu espalhamento durante a aplicação na obra.

Outra característica do concreto ocorre quando ele já tomou sua forma, ou seja, quando ele já está endurecido; neste caso, realiza-se o ensaio de resistência à compressão (ABNT, 2018a), e sua determinação é obtida pela razão entre a força aplicada para romper um corpo de prova cilíndrico e sua área (ABNT, 2014). O concreto, segundo Carvalho e Figueiredo Filho (2010), pode ser feito utilizando apenas cimento, água, agregado miúdo (areia) e graúdo (brita), alterando o seu desempenho com a adição de aditivos. Porém antes de executar a confecção do concreto é necessário estudar as características dos agregados descritas na Norma Brasileira NBR 7211 (ABNT, 2009), para poder determinar a quantidade necessária de cada componente. Junto com os relatos, também surgiram questionamentos por parte dos estudantes, pois não existe na literatura a indicação desta prática. Portanto, pretende-se comprovar, com esta pesquisa, tais propriedades.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a pesquisa, serão realizadas entrevistas por meio de um questionário com perguntas abertas e fechadas a profissionais da construção civil da cidade de São Carlos e região; pesquisas bibliográficas em normas, artigos e livros; caracterização dos agregados conforme a NBR 7211 (ABNT, 2009); utilização do método de dosagem ABCP para determinação do traço do concreto; confecção de dois tipos de concreto, um com e outro sem adição de detergente; e ensaios laboratoriais para a verificação das características do concreto. No estado fresco, será realizado o ensaio de abatimento de tronco de cone, conforme a Norma Mercosul NM 67 (CMN, 1996), para verificação da consistência. E no estado endurecido, será realizado o ensaio de compressão de corpo de prova cilíndrico de concreto em conformidade com a NBR 5739 (ABNT, 2018a); por fim, serão realizadas a compilação dos dados e a análise dos resultados. Pretende-se, também, saber se há pedreiros realmente utilizando detergente no concreto e, então, comparar suas características e a eficácia.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

As entrevistas foram realizadas com 23 pedreiros nas cidades de São Carlos, Palmito, Saudades e Maravilha. Destes, 10% afirmaram utilizar detergente. Em uma das respostas foi fornecida a quantidade utilizada e, em outra, a marca do detergente, sendo, respectivamente, 200 ml por saca de cimento e a marca mencionada foi a Ypê. A justificativa apontada pelos entrevistados foi de que o uso do detergente serve para melhorar a trabalhabilidade, versatilidade, textura e a impermeabilidade. Após os resultados da entrevista, foi iniciada a caracterização dos agregados: o módulo de finura (MF) e a massa específica da areia (γ_m); a massa unitária (M_u), a massa específica (γ_b) e a dimensão máxima do agregado graúdo ($D_{m\acute{a}x}$). Os dados do cimento foram obtidos na embalagem do produto.

Para a determinação do traço foi utilizado o método de dosagem ABCP conforme descrita por Rodrigues (2020), porém as tabelas são as apresentadas por Curti (2020). Seguindo os passos do método, determinou-se que a resistência característica aos 28 dias de idade (f_{ck28}) desejada seria de 25 Mega Pascal (MPa), e considerou-se que este concreto deva ser utilizado em componentes estruturais e seu lançamento feito de forma convencional, portanto, considerando essas características, a consistência S100 foi a escolhida, conforme a NBR 8953 (ABNT, 2015a), determinando 100 mm para o seu abatimento. Admitindo-se que a execução do concreto em laboratório, seja sob condições controladas, o desvio padrão (Sd) determinado foi de 4 MPa. De posse destes dados, aplicou-se o cálculo da resistência de dosagem, conforme a equação da NBR 12655 (ABNT, 2015b), executada abaixo. Portanto, obteve-se a resistência média do concreto à compressão prevista para os 28 dias, f_{cm28} de 31,6 Mpa, segundo equação 1. O cimento utilizado é o CP II-Z-32, que, conforme a NBR 16697 (ABNT, 2018b), é um Cimento Portland composto por material pozolânico de classe de resistência de 32 MPa aos 28 dias. Com estes dois dados, f_{cm28} 31,6 MPa (concreto) e f_{ck} 32 (cimento), utilizou-se a curva de Abrans (Figura 1) para determinar a relação água/cimento (a/c) e obteve-se aproximadamente 0,51.

$$f_{cm28 \text{ dias}} = f_{ck28} + (1,65 \times Sd) \quad (1)$$

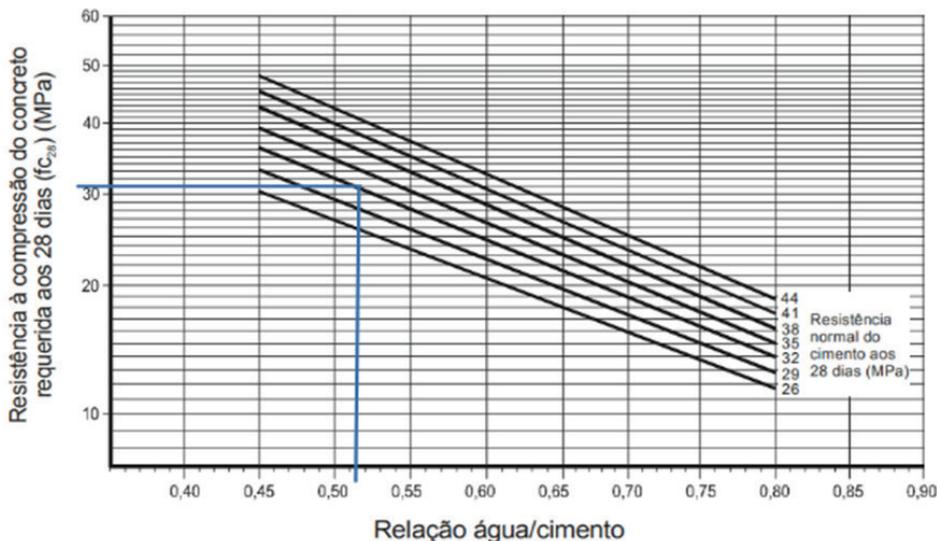


Figura 1. Determinação da relação água/cimento pela intersecção da resistência requerida de 31,6 MPa, à curva de 32 MPa do cimento, rebatendo no eixo da relação água/cimento, obtendo 0,51.

Fonte: adaptado de Rodrigues (1998) apud Assunção (2002).

Para o consumo da água (Ca), foi necessário determinar a $D_{máx}$ do agregado graúdo, obtido pelo ensaio de granulometria, que determinou um valor de 9,5 mm. Cruzando os

dados no quadro da Figura 2, abaixo, em que têm-se o abatimento desejado de 100 mm e o $D_{m\acute{a}x}$ de 9,5 mm, na intersecção dos valores chegou-se a 230 litros por metro cúbico (l/m^3).

Consumo de água aproximada (l/m^3)					
Abatimento (mm)	$D_{m\acute{a}x}$ agregado graúdo (mm)				
	9,5	19,0	25,0	32,0	38,0
40 a 60	220	195	190	185	180
60 a 80	225	200	195	190	185
80 a 100	230	205	200	195	190

Figura 2. Determinação do consumo de água (Ca), cruzando a coluna na $D_{m\acute{a}x}$ de 9,5 mm com a linha em que há o abatimento de 100 mm, obtendo em sua intersecção 230 litros de água para um metro cúbico de concreto.

Fonte: adaptado de CURTI (2020).

A seguir foi encontrado o consumo de cimento (Cc), determinado pela razão entre Ca e a relação a/c . Por um equívoco, foi utilizada a relação a/c com valor de 0,515, então o valor de Cc ficou com $447 \text{ kg}/m^3$. O volume da brita (Vb) foi encontrado utilizando a $D_{m\acute{a}x}$ do agregado graúdo e o módulo de finura (MF) de 1,67, obtido pelo ensaio de granulometria da areia. Como esse valor ficou abaixo dos valores encontrados na tabela, optou-se por fazer a interpolação. Considerou-se que para a $D_{m\acute{a}x}$ de 9,5 mm, o MF de 1,8 tem seu Vb de 0,645, enquanto para o MF 2,0 o Vb é de 0,625. Logo, para o MF 1,67, encontrou-se, o Vb com o valor de 0,667 ou 66,7%. Para definir o consumo da brita (Cb) foi necessário realizar o método A como procedimento de ensaio, conforme descrito na NM 45 (AMN, 2006), para encontrar a Mu de $1725 \text{ kg}/m^3$. Portanto, o Cb de $1147 \text{ kg}/m^3$ foi obtido pelo produto entre Vb e a Mu .

Para definir o volume de areia (Vm) foi necessário saber a massa específica de cada material. Por convenção, no laboratório, foram definidos: $3100 \text{ kg}/m^3$, a massa específica do cimento (γ_c), e $1000 \text{ kg}/m^3$ a massa específica da água (γ_a); porém, a massa específica da brita (γ_b) foi determinada por ensaio, conforme a NM 53 (AMN, 2009), obtendo o valor de $2920 \text{ kg}/m^3$. Durante o ensaio, observou-se que havia mais de 2% de material passante na malha da peneira, de 2,45 mm, e, ao realizar o ensaio conforme a norma preconizada, este material não se comportou conforme o agregado miúdo, optando-se em utilizá-lo em sua totalidade no ensaio da NM 53 (AMN, 2009).

Sabendo-se a proporção que cada componente ocupa em uma unidade cúbica, excetuando-se a areia, fez-se necessário encontrar a diferença entre as somas dessas

razões, conforme a fórmula matemática a seguir, encontrando Vm igual a 0,23, segundo equação 2.

$$v_m = 1 - \left(\frac{C_c}{\gamma_c} + \frac{C_b}{\gamma_b} + \frac{C_a}{\gamma_a} \right) \quad (2)$$

Para saber o consumo de areia (Cm) foi necessário encontrar sua massa específica (γ_m) pela NM 52 (AMN, 2002), obtendo-se 2440 kg/m³. Logo, para definir o Cm de 569 kg/m³ foi necessário encontrar o produto entre o Vm e a γ_m . A dosagem (traço) do concreto é definida pela massa do cimento, portanto, considera-se o cimento como sendo uma unidade e os demais materiais serão divididos pela sua massa, como na equação 3 abaixo, obtendo-se a razão 1 : 1,3 : 2,6 : 0,5.

$$\frac{C_c}{C_c} : \frac{C_m}{C_c} : \frac{C_b}{C_c} : \frac{C_a}{C_c} \quad (3)$$

O traço determina que para cada unidade de cimento, usam-se 1,3 unidades de areia (m), 2,6 unidades de brita (b) e 0,5 unidades de água (a), mas como o concreto foi realizado no laboratório, todos os itens foram pesados em massa, para um volume de 30 litros, considerada quantidade mínima, conforme determinação da NM 33 (CMN, 1994) e suficiente para os ensaios de verificação das características do concreto. O primeiro componente a ser encontrado, considerando sua massa, para 30 litros de concreto foi o cimento. Analogamente, determinou-se um volume de 0,03 m³ de concreto, que, portanto, deve ser dividido pela soma das razões dos componentes, conforme a fórmula a seguir, em que *m*, *b* e *a* são os coeficientes do traço, e o Cc encontrado foi de 13,36 kg, de acordo com a equação 4.

$$C_c = \frac{V}{\frac{1}{\gamma_c} + \frac{m}{\gamma_m} + \frac{b}{\gamma_b} + \frac{a}{\gamma_a}} \quad (4)$$

Encontraram-se os produtos entre 13,36 kg de massa de uma unidade de cimento, com o coeficiente de 1,3 da areia, 2,6 da brita e, por último, 0,5 da água, chegando-se a 17,37 kg de areia, 34,74 kg de brita e 6,68 kg de água. Para a execução das amostras de concreto, foi realizada a conferência da umidade da areia que chegou a 0,03%, que, no entanto, foi considerada zero, não alterando a massa da água de amassamento. O concreto foi executado em betoneira. Com seu tambor previamente umedecido e girando, iniciou-se a produção adicionando a brita, a maior parte da água, a areia, o cimento e, depois, o restante da água. Agitou-se por mais 3 minutos e desligou-se o equipamento, fazendo a coleta do material em um balde e já iniciando o ensaio com o molde tronco de cone de acordo com a NM 67 (CMN, 1996), também conhecido como “slump test”. O procedimento ocorreu, realizando-se três camadas com 25 golpes em cada camada e, após o desmolde, mediu-se com uma régua milimetrada o valor do abatimento, chegando a 180 mm (Figura 3).



Figura 3. Conferência do abatimento do tronco de cone com a régua milimetrada.

Fonte: das próprias autoras.

Imediatamente após este ensaio, misturou-se o concreto com o do tambor da betoneira e foi revolvido com uma colher de pedreiro para homogeneizar. Em seguida, encheu-se um balde para a moldagem (Figura 4) dos 8 corpos de prova (CPs). Os CPs atendem o que preconiza a NBR 5738 (ABNT, 2015c) que diz que o diâmetro da base do molde cilíndrico tem que ser três vezes maior que a $D_{\text{máx}}$ do agregado graúdo, portanto, utilizou-se o molde cilíndrico com 100 mm de base e 200 mm de altura. Devido ao adensamento ser manual, fez-se 2 camadas, com 12 golpes em cada camada.



Figura 4. Moldagem dos corpos de prova (CPs) cilíndrico de concreto, com 100 mm de diâmetro e 200 mm de altura.

Fonte: das próprias autoras.

Aguardou-se por 24 horas em local plano, para seu desmolde, identificação (Figura 5) e acondicionamento em cura submersa, conforme a NBR 5738 (ABNT, 2015c), mas sem adição de cal na água.



Figura 5. Na imagem a esquerda, os corpos de prova (CPs) acondicionados por 24 horas em local nivelado. A direita, os CPs já desmoldados e identificados, prontos para serem colocados no tanque com água.

Fonte: das próprias autoras.

A segunda amostra de concreto foi executada com a adição de 200 ml de detergente por saca de cimento e cada saca, corresponde a 50 kg. Para determinar a quantidade

necessária utilizou-se a regra de três, já que foram 13,36 kg de cimento, obtendo, assim, apenas 53 ml, o que foi incorporado à massa da água de amassamento. Dividiu-se a água em dois recipientes, um com 6 kg de água e em outro que, além da água, recebeu mais os 53 ml de detergente, somando 0,68 kg, conforme a Figura 6 abaixo.



Figura 6. Adição dos 53 ml de detergente em uma das partes da água de amassamento.

Fonte: das próprias autoras.

O processo de execução do concreto com detergente, na betoneira, foi o mesmo realizado anteriormente, com exceção da adição da água com detergente que foi adicionada no final. Logo, o ensaio de abatimento de tronco de cone foi semelhante, tendo como resultado 210 mm. E, em seguida, foram realizados também, 8 CPs e tendo os mesmos procedimentos de desmolde, identificação e cura. Os ensaios para determinar a resistência dos CPs de ambos os concretos foram realizados nas idades de 7, 14, 21 e 28 dias. Os resultados estão na Tabela 1 a seguir.

CP	Idade	Resistência dos Cps de concreto	
		Sem detergente	Com detergente
Identificação	(dias)	(MPa)	(MPa)
I	7	22,8	16,2
II	7	23,7	14,7
III	14	26,6	18,1
IV	14	26,7	18,2
V	21	29,1	18,8
VI	21	29,2	18,9
VII	28	28,9	20,8
VIII	28	29,6	20,7

Tabela 1. Resultados da resistência dos CPs de concreto submetidos a uma prensa hidráulica após a atingirem as respectivas idades de cura.

Fonte: das próprias autoras.

No figura 7, abaixo, é possível ver que a curva da resistência do concreto sem detergente, manteve-se com resultados superiores em 10 MPa. As entrevistas evidenciaram que não são a maioria dos pedreiros que utilizam o detergente. Porém, os que utilizam, o fazem pela melhora na trabalhabilidade, contudo, não mencionaram o aumento da resistência do concreto, conforme o relato chegado ao IFSC. O resultado da resistência do concreto com detergente foi 41% menor, porém o abatimento foi 17 % maior. Esses resultados corroboram os encontrados por Manhães, Souza e Violin (2016), em relação à perda de resistência e ao aumento do abatimento. Estes encontraram a resistência em torno de 50% inferior ao concreto sem detergente e o abatimento ficou 45% superior. Portanto, é fato que o detergente realmente melhora a trabalhabilidade, conforme mencionado pelos profissionais, porém derruba a resistência, algo que eles não têm como aferir na obra. Permanece, ainda, um questionamento quanto às reações químicas que podem ocorrer com o passar do tempo, preocupação também apontada por Demori e Silva (2015).

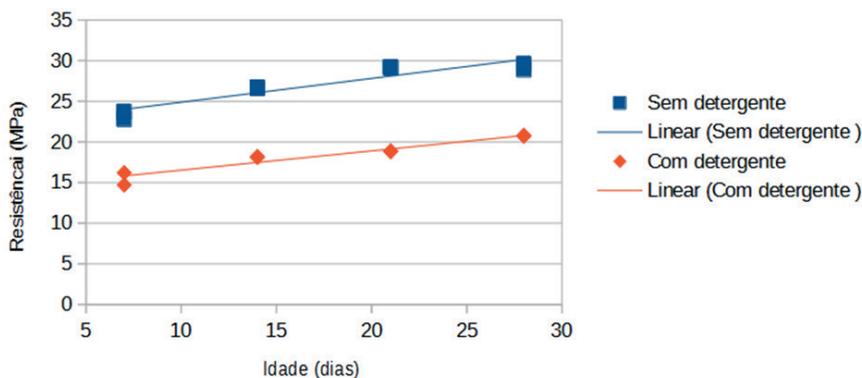


Figura 7. Curvas das evoluções das resistências em 7, 14, 21 e 28 dias, nos dois tipos de concreto.

Fonte: dos próprios autores.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi realizado para comprovar as informações que chegaram até o Campi São Carlos do IFSC, mas que, a partir dos resultados de pesquisa, verificou-se que apenas uma das informações se concretizou. O mais preocupante é a baixa resistência. Faz-se necessária, então, a divulgação e ampliação de pesquisas como esta, para disseminar o saber científico também nos canteiros de obras. Devido às limitações do laboratório, não foi cogitado, nesta pesquisa, a verificação das reações químicas que podem ocorrer com o passar do tempo, no concreto e, portanto, esta questão poderia ser estudada em uma próxima pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos ao Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), que possibilitou que esta pesquisa fosse executada; aos estudantes do primeiro ano do Curso Técnico em Edificações do Campi São Carlos, e à equipe de colegas que auxiliaram na execução deste artigo.

REFERÊNCIAS

ASOCIACIÓN MERCOSUR DE NORMALIZACIÓN. **NORMA MERCOSUR NM 45:2006** agregados: determinação da massa unitária e do volume de vazios. [S.l.]: AMN, 2006.

ASOCIACIÓN MERCOSUR DE NORMALIZACIÓN. **NM 52:2002**: agregado miúdo: determinação de massa específica e massa específica aparente. [S.l.]: AMN, 2002.

ASOCIACIÓN MERCOSUR DE NORMALIZACIÓN. **NM 53:2009**: agregado graúdo: determinação da massa específica, massa específica aparente e absorção de água. [S.l.]: AMN, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 8953**: concreto para fins estruturais: classificação pela massa específica por grupos de resistência e consistência. Rio de Janeiro: ABNT, 2015a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 12655**: concreto de cimento Portland: preparo, controle, recebimento e aceitação: procedimento. Rio de Janeiro: ABNT, 2015b.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 5738**: concreto: procedimento para moldagem e cura de corpos de prova. Rio de Janeiro: ABNT 2015c.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 5739**: concreto: ensaio de compressão de corpos de prova cilíndricos. Rio de Janeiro: ABNT, 2018a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 16697**: cimento Portland: requisitos. Rio de Janeiro: ABNT, 2018b.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 7211**: agregados para concreto: especificações. Rio de Janeiro: ABNT, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6118**: projeto de estruturas de concreto: procedimento. Rio de Janeiro: ABNT, 2014.

ASSUNÇÃO, José Wilson. **Curvas de dosagem para concretos convencionais e aditivados confeccionados com materiais da região noroeste do Paraná**. 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

CARVALHO, Roberto Chust; FIGUEIREDO FILHO, Jasson Rodrigues de. **Cálculo e detalhamento de estruturas usuais de concreto armado**: segundo a NBR 6118:2003. 3. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

COMITÉ MERCOSUR DE NORMALIZACIÓN. **NM 67:96**: concreto: determinação da consistência pelo abatimento do tronco de cone. [S.l.]: CMN, 1996.

COMITÉ MERCOSUR DE NORMALIZACIÓN. **NORMA MERCOSUR NM33/94**: concreto: amostragem de concreto fresco. [S.l.]: CMN, 1994.

CURTI, Rubens. **Dosagem do concreto pelo método ABCP**. In: ABCP ON LINE. 2020. Disponível em: <https://abcp.org.br/abcponline/dosagem-do-concreto-pelo-metodo-abcp/>. Acesso em: 5 nov. 2020.

DEMORI, Amanda Gomes; SILVA, Judson Ricardo Ribeiro da. Detergente como aditivo tensoativo na construção civil. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA UNICESUMAR, 9., 2015, Maringá. **Anais Eletrônico** [...]. Maringá: Unicesumar, 2015.

MANHÃES, Guilherme; SOUZA, Lucas Vinicius da Silva; VIOLIN, Ronan Yuzo Takeda. Análise de viabilidade da incorporação de detergente sintético em concreto de cimento Portland. In: MOSTRA INTERNA DE TRABALHOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 8.,; MOSTRA INTERNA DE TRABALHOS DE INICIAÇÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO, 1., 2016, Maringá. **Anais Eletrônico** [...]. Maringá: Unicesumar, 2016.

NEVILLE, A. M.; BROOKS, J. J. **Tecnologia do concreto**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

RODRIGUES, Públis Pena Firme. **Parâmetros para a dosagem racional do concreto**. Disponível em: <https://abcp.org.br/download/parametros-da-dosagem-racional-do-concreto/>. Acesso em: 6 nov. 2020.

ESTUFA PARA CULTIVO DE PLANTAS UTILIZANDO ILUMINAÇÃO ARTIFICIAL LED: MONITORANDO GRANDEZAS ELÉTRICAS E AMBIENTAIS ATRAVÉS DE UM APLICATIVO PARA INTERNET DAS COISAS

Data de aceite: 23/07/2021

Cláudio Eduardo Justin de Freitas

Instituto Federal de Santa Catarina
Jaraguá do Sul (Rau)

Lucas José da Rosa

Instituto Federal de Santa Catarina
Jaraguá do Sul (Rau)

Yuri Matheus Scheuer

Instituto Federal de Santa Catarina
Jaraguá do Sul (Rau)

Anna Baasch Raizer

Instituto Federal de Santa Catarina
Jaraguá do Sul (Rau)

RESUMO: A produção de alimentos é um fator crítico para o desenvolvimento da sociedade em todos os aspectos, e principalmente com a crescente elevação populacional, faz-se necessário promover novas técnicas de cultivo que sejam eficientes e sustentáveis. Como é o caso da prática da agricultura em ambientes internos, o chamado cultivo *indoor*, aliada a tecnologia, de forma a viabilizar a produção em escala comercial de alimentos orgânicos, e até mesmo em contextos urbanos, como a utilização desse método em residências ou indústrias. Como forma de diminuir os impactos da crescente elevação populacional, e escassez de áreas para o cultivo de plantas, foi construída uma estufa para o cultivo *indoor*, que utiliza uma fonte de luz artificial composta por *LEDs* (Diodo Emissor de Luz) para proporcionar um ambiente

de crescimento saudável para a planta, e de fácil manejo, em que foi possível comparar o crescimento com outra planta submetida à luz solar. A planta utilizada foi o feijão, e monitorada no período de 15 dias, com exposição de 15 horas diárias de luz artificial. Desta forma, com o protótipo desenvolvido foi possível obter medições de potência elétrica, umidades do solo e do ar, e temperatura no interior da estufa, onde essas informações puderam ser monitoradas via internet num aplicativo de *smartphone*. Assim, a exposição controlada da luminosidade, através da estufa, resultou em plantas maiores, aparentemente mais saudáveis em relação às plantas que cresceram sob a luz solar, o que possibilita alimentos mais saudáveis e até mesmo, servem como fonte de renda às famílias.

PALAVRAS-CHAVE: Cultivo *indoor*, horticultura instrumentação eletrônica, internet das coisas, luzes de crescimento.

1 | INTRODUÇÃO

A produção de alimentos é um fator crítico para o desenvolvimento da sociedade em todos os aspectos, e com a crescente elevação populacional, faz-se necessário promover novas técnicas de cultivo que sejam eficientes e sustentáveis. A prática da agricultura em ambientes internos, o chamado cultivo *indoor*, tem se mostrado uma alternativa promissora para viabilizar a produção em escala comercial de alimentos orgânicos, mesmo em contextos urbanos. A tecnologia tem o importante papel de fornecer meios para aproximar cada vez mais

essa realidade do cotidiano (RODRIGUES, 2020).

Dentre os avanços tecnológicos relacionados ao tema, o presente artigo aborda, em específico, a utilização de *LEDs* (Diodo Emissor de Luz) como fonte de luz artificial para o crescimento de plantas, o que tem sido objeto de estudo da *NASA* (Administração da Aeronáutica e Espaço), por exemplo, que encontrou nesses semicondutores a solução ideal para a produção de alimentos em ambientes de microgravidade, já que lâmpadas tradicionais, como as de vapor de sódio, produzem muito calor e tem alta demanda de energia (*NASA*, 2008). No campo de estudos genéticos, pesquisadores das universidades de Queensland e Sydney, da Austrália, e do Instituto John Innes Centre, do Reino Unido, compararam algumas técnicas de *speed breeding* (reprodução acelerada) com diferentes luminárias, expondo as plantas à 22 horas/dia à luz (natural e artificial), com uma estufa convencional, onde as plantas ficaram expostas de 12 a 16 horas por dia, à luz natural. Os resultados mostraram que através do *speed breeding*, no período de um ano, foi possível obter duas vezes mais colheitas de trigo, cevada, grão de bico e canola. Das luminárias utilizadas no estudo, como o *LED*, tiveram um custo-benefício superior às demais (WATSON et al., 2018). Dentre as fontes de luz artificiais disponíveis atualmente, os *LEDs* são os mais adequados para a horticultura, devido à sua característica espectral, tamanho miniatura e eficiência energética (ROMANOVICH et al., 2020).

O presente estudo interdisciplinar, envolvendo instrumentação eletrônica, microcontroladores, em consonância com a área ambiental, teve como objetivo principal monitorar algumas variáveis importantes para o crescimento de plantas. Para isso foi desenvolvida uma estufa com matrizes de *LEDs* azuis e vermelhos, espectros de luz que compreendem faixas de comprimentos de onda entre 400-500 nm e 600-700 nm, respectivamente, onde se observou uma máxima absorção de luz por parte das plantas em geral, favorecendo sua fotossíntese (MOHAGHEGHI; JIANG; MOALLEM, 2020). Foram plantadas sementes de feijão (*Phaseolus vulgaris*) em pequenos vasos dentro da estufa, para observar o crescimento da planta sob iluminação exclusivamente artificial, e fora da estufa, sob luz natural, sendo possível fazer comparações de seu desenvolvimento durante o mesmo período.

Alguns dos principais fatores que influenciam no crescimento de plantas são: a luz, a água e a temperatura. Cada espécie de planta tem necessidades específicas de proporções destes fatores (OLIVEIRA, 2000). As variáveis de interesse foram: potência elétrica, umidade do ar, umidade do solo e temperatura ambiente. Para medir a potência elétrica foi desenvolvido um circuito, que será descrito em detalhes na seção 2. Para medir a umidade do ar e a temperatura ambiente foi utilizado o sensor DHT11, que tem um *range* de medição de 0°C a 50°C, com precisão de 2°C, para a temperatura, e de 20% a 80%, com precisão de 4%, para a umidade do ar (MOUSER ELECTRONICS). Já para medir a umidade do solo foi utilizado um sensor higrômetro, que apresenta uma faixa binária proporcional à umidade do solo.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O desenvolvimento do projeto resume-se em cinco etapas: projeto e execução da estrutura da estufa, projeto e execução do circuito de medição, elaboração do código do microcontrolador, sincronização de dados com o aplicativo *Blynk*, e aferições de medidas (BLYNK, 2021). Como referência para as medições de tensão, corrente e temperatura foi utilizado o multímetro digital modelo ET-1649, da fabricante Minipa. Já para a leitura do fluxo luminoso no interior da estufa, foi operado um luxímetro digital, modelo LD - 400 da fabricante Instrutherm.

2.1 Projeto e Execução da Estrutura da Estufa

A estrutura foi inicialmente projetada em *software (SolidWorks)*, com medidas conforme a Fig. 1. Para a execução foram utilizados tubos de alumínio de 20 mm de diâmetro, duas chapas de aço galvanizado e rebites de alumínio.

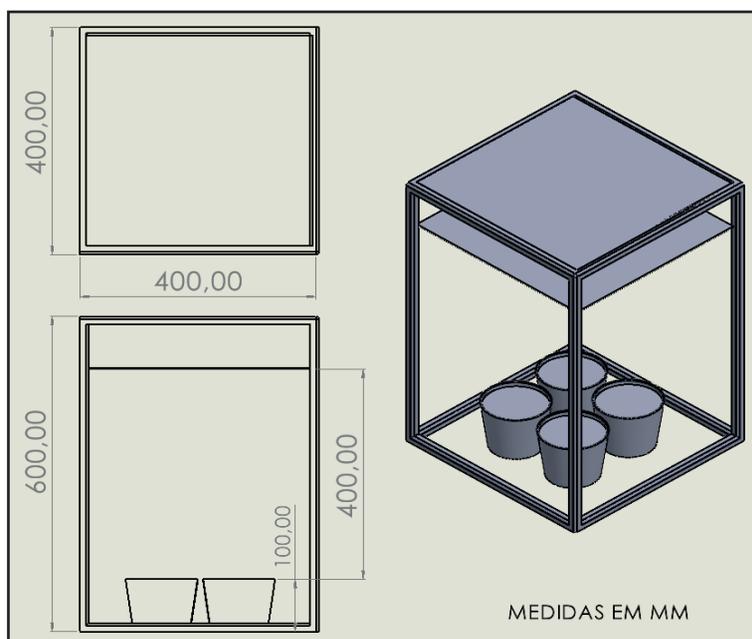


Figura 1. Dimensões do projeto da estufa.

Fonte: do próprio autor.

Uma chapa foi encaixada na parte superior da estufa, servindo de ponto de fixação para a segunda chapa, onde foi acondicionado o circuito. Na execução do projeto optou-se por fechar as laterais da estufa com material reflexivo, a fim de otimizar a incidência de luz em seu interior e minimizar a influência da luz externa.

2.2 Periféricos e Escolha do Microcontrolador

O diagrama de blocos na Fig. 2 apresenta a composição geral do projeto. As leituras do ambiente da estufa são feitas através dos sensores DHT11 e higrômetro. Já as medições elétricas são realizadas pelo circuito de medição, que será explicado em mais detalhes no subitem 2.4. O microcontrolador escolhido foi o ESP32-nodeMCU, pois tem quantidade de entradas analógicas e resolução suficientes para receber todos os sinais medidos, e também já possui um módulo *Wi-Fi* integrado, o que é fundamental para a proposta de realizar o monitoramento das variáveis de maneira remota.

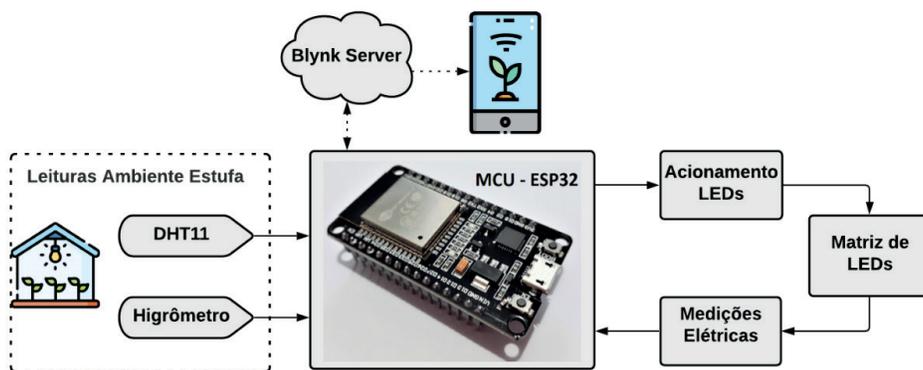


Figura 2. Diagrama de blocos do sistema.

Fonte: do próprio autor.

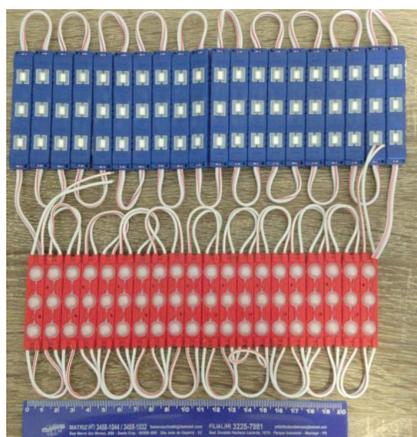
2.3 Medição de Lumens/m² pela Altura e Potência dos LEDs

Neste experimento foram coletados os dados de lumens/m² (lm/m²) para cinco valores diferentes de potência da matriz de LEDs. Gradualmente a potência foi ajustada de 0 a 7,5 W, à um passo de 1,5 W. Esse ajuste de potência foi feito em cinco alturas diferentes: de 0 a 50 cm, a partir do chão da estufa, em intervalos de 10 cm. Os LEDs foram posicionados a 55 cm de altura. A variação da potência foi feita manualmente, ajustando o *slider* na interface do aplicativo. Já na medição da altura, foi confeccionado um dispositivo que permite acondicionar o luxímetro na altura desejada, no centro da estufa, e assim efetuar a leitura do fluxo luminoso.

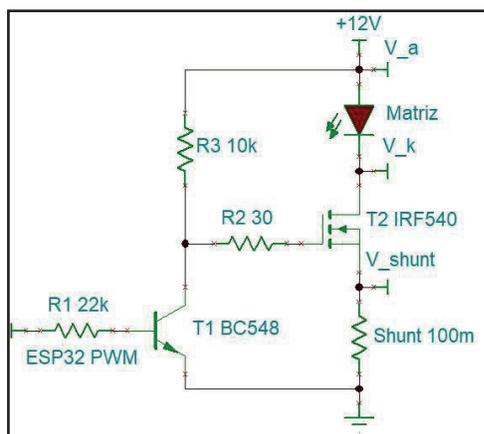
2.4 Circuito de Acionamento e Medição

A iluminação da estufa é feita através de uma matriz com 60 LEDs da cor azul e 60 LEDs da cor vermelha, dispostos em encapsulamentos conforme a Fig. 3a. Um circuito foi desenvolvido para regular a intensidade luminosa da matriz de LEDs, via PWM (Modulação por Largura de Pulso). O controle da largura do pulso pode ser realizado pelo usuário através de dois *sliders* presentes no aplicativo *Blynk*, um para cada cor. O princípio de

funcionamento do acionamento de cada matriz de LEDs é a interação entre o ESP32, que provê o sinal *PWM* e um elemento chaveador que pode ser acionado pelo *MCU*, e que suporte a potência exigida pela carga. O potencial fornecido pelo microcontrolador é insuficiente para comutar T2, portanto foi adicionado um estágio intermediário composto por T1, R1 e R3, desta forma o sinal *PWM* presente em T2 possui uma amplitude de 12 V, sendo anteriormente de 3,3 V. Para a medição da potência utilizada pelos LEDs, foram dimensionados dois circuitos diferentes para cada matriz (azul e vermelha): um responsável para medir a tensão e outro para corrente de alimentação.



(a)



(b)

Figura 3. Encapsulamento dos LEDs (a); Acionamento dos LEDs (b).

Fonte: do próprio autor.

O circuito de tensão consiste em dois estágios. O primeiro estágio (U1), configurado como um amplificador de diferenças, é responsável por ler a tensão entregue aos LEDs (0 a 12V) e realizar uma atenuação em sua magnitude. Esta atenuação deve ser feita para atender o valor de tensão máxima suportado pelo microcontrolador (0 a 3,3 V) de acordo com a equação 1, onde: V_1 é a Tensão de saída primeiro estágio (tensão) (V); R_7 e R_4 são os Resistores de atenuação (Ω); V_a é a Tensão ânodo (V); V_k é a Tensão cátodo (V).

$$V_1 = (R_7/R_4) \cdot (V_a - V_k) \quad (1)$$

O segundo estágio (U2) consiste em um filtro passa-baixas tendo sua frequência de corte igual a 10% da frequência do sinal de entrada (1 kHz). Esta etapa resulta em um sinal contínuo com amplitude proporcional ao nível médio da tensão *PWM*. Para a leitura de corrente também são necessárias duas etapas. A primeira tem como entrada a queda de tensão presente no resistor *shunt* (Fig. 3b). Como o sinal lido possui uma magnitude pequena (0,086 V), é proporcionado um ganho de 25, de acordo com a equação 2, onde:

V_2 é a Tensão de saída do primeiro estágio (corrente) (V); V_{shunt} é a Queda de tensão no resistor *shunt* (V); R_{11} e R_{10} são os Resistores de ganho (Ω).

$$V_2 = V_{shunt} \cdot (1 + R_{11}/R_{10}) \quad (2)$$

A segunda etapa possui a mesma finalidade descrita no segundo estágio da leitura de tensão. Ambos os circuitos descritos anteriormente foram dimensionados para proverem no máximo 2,5 V em sua saída. Esta estratégia foi adotada a fim de evitar uma faixa não linear de leitura presente nos canais analógicos do ESP32, proporcionando uma maior confiabilidade nos valores adquiridos. O valor da potência consumida pelos LEDs foi estimado a partir da equação 3, onde: P é a Potência ativa (W); V é a Tensão (V); I é a Corrente (A).

$$P = V \cdot I \quad (3)$$

O circuito foi, primeiramente, simulado em ambiente computacional, utilizando o *software* TINA-TI, onde foram obtidas as formas de onda da tensão e da corrente de acordo com o *duty cycle* (ciclo de trabalho). Em seguida, o circuito foi validado em uma *proto board* (placa de ensaio), e por fim, foi confeccionado em uma placa de circuito impresso ilhada. O resultado final é mostrado na Fig. 4, a seguir.

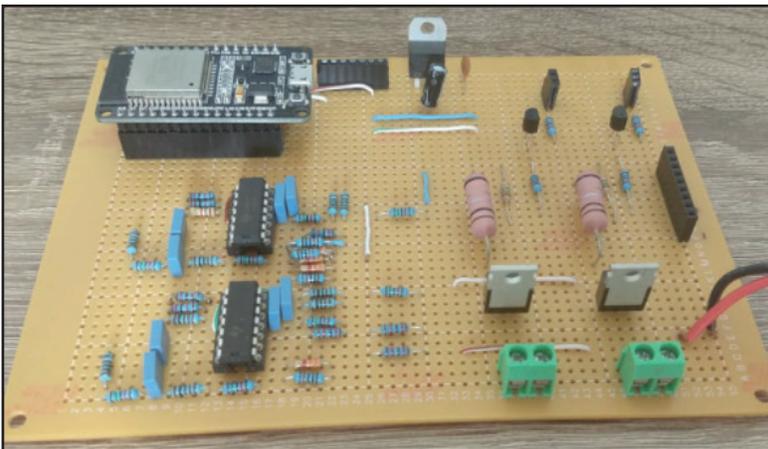


Figura 4. Circuito de controle de luminosidade e medição de tensão e corrente.

Fonte: do próprio autor.

2.5 Plantio e Acompanhamento das Plantas

As plantas foram semeadas da mesma forma e no mesmo período, tanto para o ambiente com luz solar, quanto para o ambiente com a luz artificial. Sendo assim, foram utilizados recipientes com as mesmas dimensões e com o mesmo substrato. Foram realizadas quatro regas ao longo de todo o período de observação, utilizando o mesmo

volume de 40 mL de água por recipiente. O acompanhamento do crescimento do feijão ocorreu ao longo de 15 dias sucessivos após o plantio das sementes, onde a cada dia foram coletadas as medidas da altura média dos caules e do comprimento médio das folhas. As plantas que foram deixadas na estufa foram submetidas à 15 horas diárias de luz direta providas pelos *LEDs*. Já as plantas de fora da estufa ficaram sujeitas às variações de luminosidade natural. Assim foi possível monitorar o desenvolvimento do feijão cultivado nos dois ambientes.

2.6 Configuração do Aplicativo Blynk

O aplicativo *Blynk* é uma plataforma modular, com vários recursos para controlar e monitorar dispositivos via *Wi-Fi*. Utilizando dois *sliders*, que são botões de ajuste de intensidade, foram controladas as intensidades de ambas as matrizes. Com os recursos de “*displays*” disponíveis no aplicativo, foi possível observar todas as variáveis de interesse em tempo real. Na Fig. 5, a seguir, é mostrada a interface do aplicativo com todas as funcionalidades propostas.

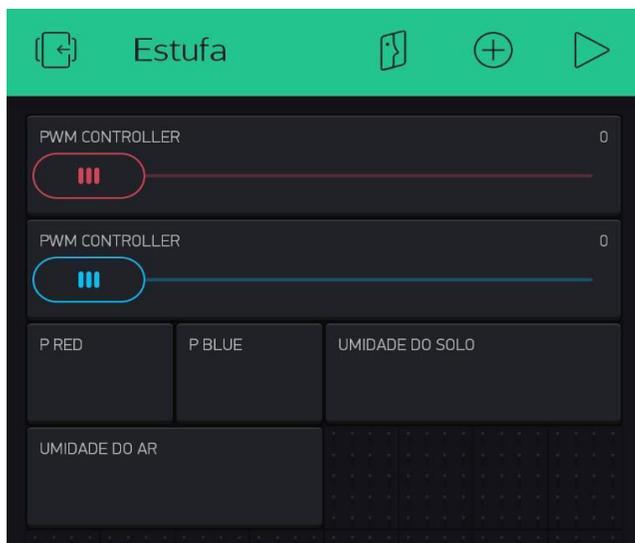


Figura 5. Interface do aplicativo Blynk.

Fonte: do próprio autor.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao realizar algumas simulações do circuito em um *software*, foi possível ajustar a largura de pulso gradualmente e observar seus resultados. Para 100% do *duty cycle*, que representa a potência máxima entregue aos *LEDs*, foram obtidas as seguintes formas de onda observadas na FIG. 6. Sendo V_{o_T} o sinal de saída de tensão e V_{o_C} o sinal de saída

da corrente para a matriz vermelha, enquanto V_{o_T2} e V_{o_C2} , respectivamente para a matriz azul. As curvas da tensão sob os *LEDs* estão sobrepostas, atestando a similaridade da diferença de potencial, enquanto para a corrente, é possível identificar que a matriz vermelha consome um valor absoluto maior, sendo esta diferença refletida nos resultados de potência discutidos adiante.

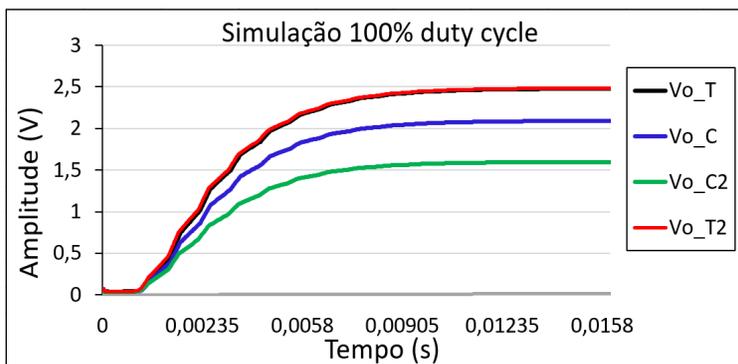


Figura 6. Simulação 100% *duty cycle*.

Fonte: do próprio autor.

Para a leitura de potência de ambas as cores, foram obtidos os dados mostrados na TAB. 1. Pode-se observar um maior erro percentual presente nos valores inferiores a 50% do *duty cycle*. Conforme os valores apresentados no Apêndice A, é possível concluir que este erro advém do valor da corrente. Com o roteiro descrito na da seção 2.3, foi possível obter o seguinte gráfico envolvendo a luminosidade, altura e a potência dos *LEDs*.

Com os *LEDs* à 55 cm de altura do chão da estufa e com o luxímetro posicionado no centro do ambiente, inicialmente à 0 cm do chão, foi obtido o gráfico 3-D através da variação simultânea da altura do medidor de intensidade luminosa e da potência dos *LEDs*. Conforme a Fig. 7, é possível observar que a intensidade luminosa, a depender da altura, tem um comportamento exponencial crescente, enquanto para a potência, tem-se um comportamento parcialmente linear. Com base nos dados de crescimento das plantas, coletados ao longo de quinze dias, foram realizadas comparações quantitativas e qualitativas entre elas. No âmbito quantitativo, foram coletadas informações referentes ao crescimento do caule e da área média das maiores folhas. Já no âmbito qualitativo, o caule e as folhas foram analisados visualmente, de maneira superficial. Houve pouca divergência com relação ao tempo de brotamento, já que a planta cultivada no ambiente controlado brotou no quarto dia, enquanto que a planta cultivada sob condições naturais brotou no quinto dia. Observou-se a partir de então, um distanciamento entre as curvas de crescimento.

Com relação ao crescimento do caule, o feijoeiro cultivado dentro do ambiente da

estufa mostrou notável superioridade, já a partir dos primeiros dias após o brotamento. Com o passar dos dias a diferença em relação à planta cultivada sob luz natural, aumentou ainda mais, conforme é observado na Fig. 8, a seguir.

Duty [%]	Calculada [W]	Blynk [W]	Erro [%]
0	0,00	0,00	...
25	1,37	1,23	10,22
50	3,51	3,74	6,55
75	6,45	6,56	1,71
100	10,20	9,89	3,04

(a)

Duty [%]	Calculada [W]	Blynk [W]	Erro [%]
0	0,00	0,12	...
25	1,21	1,00	17,36
50	2,86	2,79	2,45
75	4,97	5,09	2,41
100	7,58	7,49	1,19

(b)

Tabela 1. Potência dos LEDs vermelhos (a); Potência dos LEDs azuis (b).

Fonte: do próprio autor.

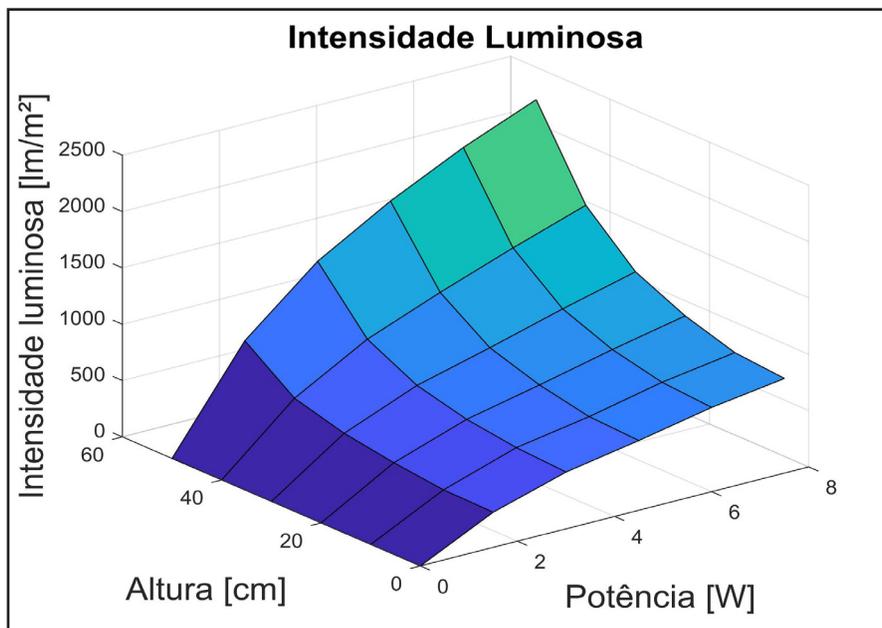


Figura 7. Intensidade Luminosa.

Fonte: do próprio autor.

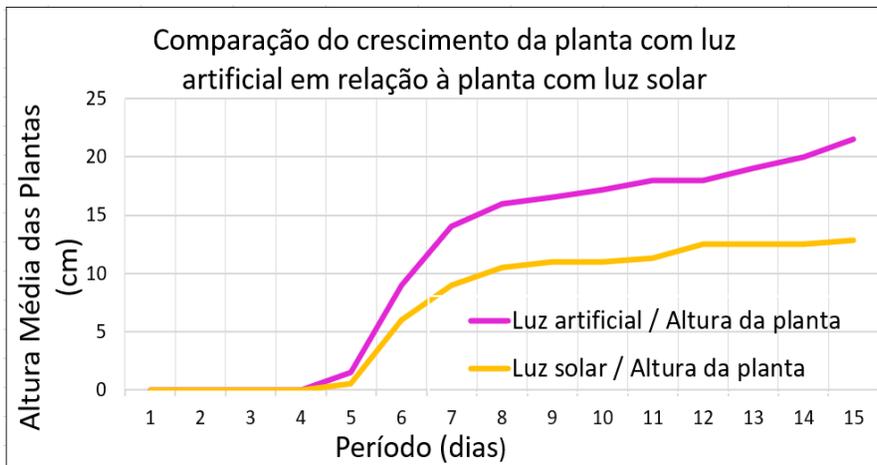


Figura 8. Comparação da taxa de crescimento do feijão.

Fonte: do próprio autor.

Já com relação à área média das maiores folhas, foi realizada uma comparação gráfica similar. Observou-se que até o décimo dia, aproximadamente, as áreas apresentaram um desenvolvimento similar. A partir de então, há um distanciamento entre as curvas, onde o feijoeiro cultivado sob luz artificial passa a ter áreas progressivamente superiores, sendo que ao final de quinze dias de observação foi constatado um desenvolvimento 98% superior neste quesito, conforme mostra a Fig. 9, a seguir.

Conforme mencionado anteriormente, as sementes germinaram após o quarto dia, entretanto no sexto dia já foi possível notar um aumento na altura do caule da planta da estufa em 50% em relação à planta com luz natural. No décimo dia, a altura do caule do feijão da estufa estava 56% maior em relação ao feijão com iluminação solar. Conforme a Fig. 10, no décimo quinto dia analisado, a altura do caule da planta da estufa à esquerda, estava 67% maior em relação à planta que recebeu luz natural, à direita. Percebeu-se, através de análise visual, que as folhas do feijoeiro cultivadas sob luz artificial tinham uma tonalidade de verde um pouco mais clara do que a planta que cresceu sob luz natural.

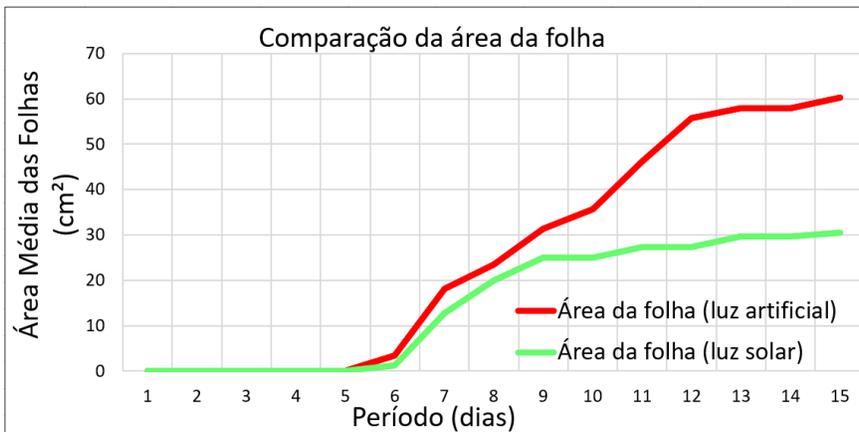


Figura 9. Comparação da área média da folha do feijão.

Fonte: do próprio autor.



Figura 10. Comparação dos feijões.

Fonte: do próprio autor.

A Fig. 11 apresenta o sistema completo de iluminação artificial em pleno funcionamento. Também foi realizado um teste de eficiência do material refletivo que cobre a estufa, na altura de 36 cm, de modo que, com o refletor o fluxo luminoso foi de 1442 lux, em contrapartida, sem o refletor o fluxo no mesmo ponto foi de 1185 lux, ou seja, a utilização do refletor aumenta em 21,7% o fluxo luminoso emitido na planta, na altura de 36 cm.



Figura 11. O sistema em funcionamento.

Fonte: do próprio autor.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação às medições elétricas, o primeiro comportamento observado foi que, mesmo para um *duty cycle* de 0%, ainda há um valor considerável de tensão sob os *LEDs* de ambas as matrizes. Para as finalidades do projeto, este comportamento não é considerado um problema, pois o controle da potência por *PWM* não visa ligar ou desligar totalmente os *LEDs*, apenas variar bruscamente sua intensidade luminosa.

A leitura de tensão em ambas as matrizes obteve uma maior precisão em geral quando comparadas com a corrente. Uma hipótese que pode ser levantada de acordo com este comportamento é que, para a leitura da corrente, foram aproveitadas as faixas de bits diferentes do canal de tensão. A faixa binária utilizada para leitura da corrente corresponde a valores de 0 a 151, para a matriz vermelha, e de 0 a 120, para a matriz azul. Diferente do que ocorre para a tensão, que aproveita de 65 a 174, para a matriz vermelha, e de 105 a 175 para a matriz azul.

Uma segunda hipótese está relacionada com a diferença no circuito de medição das duas grandezas, ambas possuem o mesmo filtro, porém se diferenciam no estágio de ganho/atenuação. Para a tensão há um amplificador diferenciador no primeiro estágio, enquanto para a corrente há um não inversor. Os resultados obtidos para a medição de potência são suficientemente precisos, já que tem como objetivo estimar a luminosidade no interior da estufa.

A exposição controlada da luminosidade, através da estufa, resultou em plantas maiores e, aparentemente, mais saudáveis em relação às plantas que cresceram sob a luz natural. Isso se explica principalmente devido à constância do período de exposição diária

à luz, já que outros fatores como frequência de irrigação e qualidade do solo foram iguais para ambos os casos. Então, com base nos dados coletados, a tendência é que a planta cultivada dentro da estufa tenha um desempenho de crescimento superior.

No decorrer do trabalho identificou-se algumas possibilidades de melhorias à serem implementadas no projeto, futuramente, como a implementação de sistemas automáticos de irrigação e de acionamento dos LEDs, detecção da altura das plantas e comparação entre os parâmetros de umidade e temperatura entre a planta cultivada dentro da estufa e a planta cultivada fora da estufa.

REFERÊNCIAS

BLYNK. **Join the most popular IoT platform to connect your devices to the cloud. Design apps to control them, analyze telemetry data, and manage your deployed products at scale.** Disponível em: <https://blynk.io/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MOHAGHEGHI, A.; JIANG, J.; MOALLEM, M. **Energy-efficient supplemental LED lighting control for a proof-of-concept greenhouse system.** IEEE Transactions on industrial electronics, Canadá, v. 67, n. 4, p. 3033-3042, 4 abr. 2020. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/8701607>. Acesso em: 11 fev. 2021.

MOUSER ELECTRONICS. **Temperature sensor development tools OSEPP humidity & temperature sensor module.** [S. l.]. Disponível em: <https://br.mouser.com/ProductDetail/OSEPP-Electronics/HUMI-01?qqs=%2Fha2pyFadujQC8bkVdJ9kUJ96kqCUskTFvd5xAFVcC0=>. Acesso em: 3 mar. 2021.

NASA, **LED device illuminates new path to healing.** [S. l.]: NASA Spinoff, 2008. Disponível em: https://spinoff.nasa.gov/Spinoff2008/hm_3.html. Acesso em: 14 jan. 2021.

OLIVEIRA, L. E. M. **Temas em fisiologia vegetal:** (UFLA) Fatores abióticos que afetam a germinação. [S. l.]. Disponível em: <http://www.ledson.ufla.br/metabolismo-da-germinacao/fatores-que-afetam-a-germinacao/fatores-abioticos/>. Acesso em: 15 fev. 2021.

RODRIGUES, Paula. **Pesquisa desenvolve modelos para produção de hortaliças em fazendas verticais.** [S. l.]: Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), 29 set. 2020. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/56018612/pesquisa-desenvolve-modelos-para-producao-de-hortalicas-em-fazendas-verticais>. Acesso em: 10 jan. 2021.

ROMANOVICH, Mariya M *et al.* **The optoelectronic semiconductor device based of the leds to improve plant growth.** IEEE Conference of Russian young researchers in electrical and electronic engineering (ElConRus), Moscow, Russia, v. 1, n.º. 1, p. 1123-1125, 27 jan. 2020. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/9039256>.

WATSON, Amy *et al.* **Speed breeding is a powerful tool to accelerate crop research and breeding.** Nature Plants, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 23-29, 1 jan. 2018. Disponível em: <https://www-nature.ez130.periodicos.capes.gov.br/articles/s41477-017-0083-8>. Acesso em: 4 fev. 2021.

IMIGRAÇÃO HAITIANA NA MICRORREGIÃO DE CONCÓRDIA: ASSOCIAÇÃO COMO FORMA DE RESISTÊNCIA

Data de aceite: 23/07/2021

Jordan Brasil dos Santos

Doutorando, Universidade Federal de Pelotas
UFPeL
Pelotas

Jonathan Viana da Silva

Doutorando, Universidade Federal de Pelotas
UFPeL
Pelotas

Leon Mclouis Borges de Lucas

Doutorando, Universidade Federal de Pelotas
UFPeL
Pelotas

RESUMO: A presente pesquisa busca analisar as principais causas do êxodo haitiano e o motivo do envio desses imigrantes para a microrregião de Concórdia/SC, como o lugar de reconstrução da vida. O objetivo desse trabalho é analisar quais foram as dificuldades enfrentadas pelos haitianos, na microrregião de Concórdia/SC, e quais caminhos foram encontrados para resistir a elas, superando-as e criando novas redes de apoio para reconstrução da vida. A presença desses imigrantes em terras concordienses gerou muitos desafios para os mesmos, a ponto de que resistir era fundamental para manter viva a cultura, lutar por garantias de direitos e ajudar seus familiares que ainda estavam no Haiti. A forma de resistência encontrada foi através da organização dos haitianos em forma de Associação. Enquanto Associação, os haitianos conseguiram inserção social e também ajuda

governamental para terem suas necessidades imediatas atendidas. Unindo as forças para resistir frente as principais dificuldades encontradas, entre elas o preconceito, falta de moradia e baixa remuneração no seu principal local de trabalho, a Brasil Foods - BRF, antiga Sadia. As fontes utilizadas serão as reportagens do site de notícias do município de Concórdia, pesquisa bibliográfica e também uma carta escrita pelo presidente da Associação Haitiana e Amigos de Imigrantes de Concórdia e região (AHAIC), Bellegard Louis Bornot, que está no Brasil há 8 anos.

PALAVRAS-CHAVE: Imigração, Racismo, Resistência.

1 | INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é analisar quais foram as dificuldades enfrentadas pelos haitianos, na microrregião de Concórdia/SC, e quais caminhos foram encontrados para resistir a elas, superando-as e criando novas redes de apoio para reconstrução da vida. A chegada massiva dos imigrantes haitianos no Brasil ocorre a partir dos anos de 2010, num primeiro momento como estudantes que vinham para aperfeiçoar seus estudos e posteriormente com pessoas fugindo das imensas dificuldades que o Haiti enfrentava na época. O Haiti passou uma das maiores dificuldades de sua história moderna, o terremoto de 2010. Esse terremoto destruiu quase todo o país fazendo com que sua população tivesse que (re)encontrar novos

lugares para trabalhar e estudar, “o terremoto lá destruiu tudo, escola, hospital, não tem nada lá, nem água potável, comida, casa, por isso todo o haitiano procurava um lugar para viver melhor e trabalhar” (BORNOT, p. 1, 2019).

Os haitianos, em sua grande maioria, entraram no Brasil via o estado do Acre. Houve, também, entrada de haitianos via aeroportos e por outras regiões de fronteiras. É importante notar que a imigração haitiana para o Brasil faz parte do processo de imigração que os haitianos vivenciaram ao longo de sua história, o primeiro movimento migratório foi em direção a República Dominicana do final do Século XIX até meados dos anos de 1930, depois foi o ciclo de migração para Cuba entre os anos de 1915 à 1930, e a partir de 1960 aconteceu a migração com destino aos Estado Unidos. Com as restrições de entradas de imigrantes nos Estado Unidos e França colocaram o Brasil na rota dos imigrantes haitianos (BAENINGER; PERES, 2017). Além disso, a diáspora haitiana também marcou destino em países no platô das Guianas, entre eles, Suriname, Guiana e Guiana Francesa (HANDERSON, 2015).

De 2011 a 2017 o Brasil concedeu aproximadamente 45 mil autorizações para imigrantes haitianos. Somente no ano de 2015 foram mais de 34 mil autorizações, mostrando como a imigração se intensificou na segunda metade da década de 2010 (Conselho Nacional de Imigração/ Ministério do Trabalho, 2011-2017 *apud* TONHATI, MACEDO, QUINTINO, 2018). No primeiro momento o Governo Federal forneceu o visto para aqueles que não conseguiam e entravam de forma irregular e garantia a dignidade básica para as pessoas (MAGALHÃES, et al; 2018).

A República do Haiti contribuiu com 21,3% do número total de registros para imigrantes e desse total de haitianos e haitianas que fizeram a solicitação 67,7% são homens e 32,3% são mulheres. Esses dados mostram duas alternativas: de que os homens foram os que mais saíram do Haiti em busca de uma vida melhor ou ainda que existem mais mulheres haitianas de forma ilegal no Brasil e que não aparecem nas estatísticas oficiais do estado brasileiro (OLIVEIRA, 2018).

Esses imigrantes começaram a ser distribuídos pelo país. Muitos foram para o Sudeste em busca de empregos e outros tantos vieram para o Sul, especialmente para o Oeste de Santa Catarina. Segundo dados do Cavalcanti, Brasil e Dutra (2018) o estado de Santa Catarina é um dos que mais contratou imigrantes entre os anos de 2017 e 2018. Entre os anos de 2010 a 2017 foram 76.183 carteiras de trabalho emitidas para imigrantes haitianos. Ainda de acordo com os dados as mulheres são menos da metade das contratações entre 2016 e 2017, foram aproximadamente admitidos 31.000 homens e 9.000 mulheres no mesmo período. Percebe-se que Santa Catarina está na liderança dos estados que mais teve saldo positivo nas contratações.

Por isso é relevante entender quais foram as formas que esses imigrantes encontraram de resistir em terras brasileiras, visto que, a grande maioria, num primeiro momento estavam sem seus familiares. A entrada de imigrantes negros em cidades de colonização

alemã e italiana acentuou diversos problemas sociais que estavam adormecidos, como o racismo estrutural existente na sociedade como um todo. Esse racismo foi manifestado de diversas formas, desde na sua forma mais pura e cruel, até a sua forma mais sutil e educada. Entender esses fenômenos e dar visibilidades para eles é essencial para que toda a sociedade reflita sobre as suas práticas com imigrantes haitianos.

A história da ocupação do Oeste de Santa Catarina é marcada pela expropriação, num primeiro momento do indígena, após isso os caboclos e sertanejos. A colonização foi o ápice desse processo de expropriação como afirma Renk (1991), além da expropriação das terras, gerou uma inferiorização e diminuição da forma como os caboclos e indígenas viviam e como se relacionavam com o mundo ao redor. A imposição de uma visão de trabalho e da forma como se trabalha criaram novas relações sociais de poder. Assim, aqueles que não se adaptavam as novas mudanças estabelecidas pela colonização eram marginalizados e surge fortemente o discurso de progresso e desenvolvimento econômico. Ou seja, o Oeste só se desenvolveu porque os imigrantes chegaram e modificaram o uso da terra e as relações sociais entre propriedades privadas e mercado (RENK, 1991).

Esse projeto modernizador para o Oeste Catarinense era um projeto branco e de descendência europeia. A visão de mundo que predominou nessa região foi a visão dos brancos oriundos da colonização e que tinham uma definição concebida sobre os caboclos e indígenas. Assim, essa colonização que aconteceu no Oeste Catarinense, foi marcadamente violenta com a população não branca.

A presença do negro na historiografia do Estado de Santa Catarina é completamente invisibilizada como aponta Leite (1996). A negação do outro fez com que os negros fossem invisibilizados da historiografia do estado, um programa de branqueamento da população. Essa marginalização do outro é reflexo das relações de poder que se estabeleceram no estado e no país como um todo. Nesse espaço geográfico de marginalização e inferiorização do negro, que os haitianos chegam para reconstruir a vida, e resistir tornou-se uma condição de sobrevivência.

A resistência pode ser compreendida pela definição de Foucault (2008), que identifica a existência de micropoderes na sociedade, o poder não está somente no governo mas está diluído num conjunto de costumes e práticas que mantém o estado, o poder dos governantes. Para ele, onde houver poder haverá resistência, principalmente nos movimentos de minoria, de imigrantes negros em regiões de maioria branca por exemplo.

Assim foi necessário resistir, segundo Silva (2017), a criação das associações nos locais onde os haitianos residem é uma forma de empoderamento dos imigrantes, de resistência, pois eles criam canais de diálogo com a sociedade, oportunizando trocas culturais, sociais e econômicas. Esse empoderamento abriu um campo de possibilidades, através de parcerias para a capacitação da população de imigrantes, como aulas de português, estabeleceram e fortaleceram redes de apoios para o enfrentamento do machismo e do racismo, e também criaram formas de realocar haitianos no mercado formal

de trabalho (BAENINGER; PERES, 2017).

2 I PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As dificuldades em terras brasileiras foram muitas, desde o enfrentamento ao preconceito racial, que ressurgiu de forma muito cruel, até para alugar casas para morar. Para enfrentar as muitas dificuldades que foram postas, em novas terras, os haitianos sentiram a necessidade de criar uma Associação Haitiana em Concórdia (AHAIC). O principal objetivo dessa associação de acordo com o seu estatuto é:

II. Incluir os Imigrantes na sociedade catarinense, proporcionando-lhes condições de sustentabilidade e desenvolvimento da cidadania.

IV. Congregar todos os seus membros, prestigiando datas cívicas e religiosas ao longo do ano como forma de integração, respeitando a origem cultural dos imigrantes e seus tradicionais costumes. (ESTATUTO DA AHAIC, p. 2, 2018).

A resistência que os haitianos travaram foi muito fortalecida pela constituição dessa associação. A partir dela, os imigrantes negros conseguiram reunir algumas forças de apoio que foram essenciais para combater o racismo e buscar recursos financeiros para eles. Duas entidades que se somaram para apoiar os imigrantes foram a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB) e a Niara – Associação de Negros de Concórdia.

Os objetivos específicos desse trabalho são apontar as principais formas de preconceitos que os haitianos enfrentaram na cidade de Concórdia, entender a forma encontrada para manter viva a cultura haitiana em terras brasileiras e definir qual foi a forma encontrada de resistir frente às dificuldades encontradas. A justificativa que norteia esse trabalho é de que a presença de imigrantes negros na cidade de colonização italiana e alemã, revelou um racismo que estava adormecido nas pessoas e também criou uma rede de apoio que possibilitou reunir forças para enfrentar e atenuar os problemas encontrados pelos imigrantes.

Os dados foram coletados a partir da carta do Bellegard Louis Bornot que escreveu para fazer o resgate da presença dos haitianos em Concórdia e que foi disponibilizada para consulta pela AHAIC, outra fonte de dados foi o estatuto da própria associação (AHAIC) que consta os objetivos, as páginas no Facebook da associação e da rádio local foram importantes meios de dados de manifestação cultural dos haitianos e reação da população local. Além dessas fontes, foram utilizadas fontes bibliográficas para auxiliar nos dados mais gerais sobre a imigração haitiana para o Brasil e para o Oeste Catarinense. A população estudada foram os haitianos e haitianas atendidos pela associação e por isso envolvem pessoas da microrregião de Concórdia, com o principal foco nos municípios em torno de Concórdia.

O objetivo da Associação é relacionado com a tentativa de conquistar algumas melhorias nas condições de vida frente ao poder público e privado. Uma das principais

dificuldades foi, no momento da oficialização da Associação, já que a lei brasileira não permite uma associação com somente estrangeiros, era necessário ter pessoas brasileiras na diretoria da Associação. Então, com o apoio da IEAB, a associação consegue ser formalizada. Membros da IEAB fizeram o que foi necessário para a oficialização da Associação com apoio jurídico e técnico e inclusive com a possibilidade de utilizar o espaço da Igreja para desenvolverem atividades para a geração de renda. Apesar de formalmente ter na diretoria brasileiros e brasileiras, efetivamente a diretoria é composta por haitianos e haitianas que realizam o trabalho da associação,

A AHAIC tem um ano, e criamos a AHAIC porque nós queremos ajudar aos haitianos que estão sem emprego, e para a AHAIC ajudar tem que ter apoio, nós estamos procurando apoio para ajudar haitianos que não estão trabalhando, nosso objetivo é ajudar e defender. Nós temos uma instituição que está nos ajudando desde o começo até agora que é a Igreja Anglicana de Concórdia e a Niara nos ajuda bastante. Mas, vai demorar para nós ajudar bem certinho os haitianos, né. A pior dificuldade que os haitianos enfrentam em Concórdia é a falta de serviço, se o haitianos [sic] tem serviço ele tem dinheiro para comprar comida, para mandar para o Haiti. (BORNOT, p. 1, 2019).

A oficialização foi um evento muito comemorado já que a vida de muitos haitianos e haitianas seria melhorada através da intervenção da associação. A Niara foi outro importante apoiador da causa da imigração haitiana em Concórdia. Ela realizou inúmeras atividades, para os haitianos e com eles, atividades de ajuda das necessidades básicas, mas também na capacitação e reflexão sobre o ser imigrante. A Niara já é uma referência na luta pela igualdade racial no município e por isso foi essencial que a AHAIC estivesse unida com a Niara.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

O atual Oeste Catarinense foi colonizado a partir da segunda metade do século XX, por imigrantes e migrantes descendentes de europeus, advindos das chamadas Colônias Velhas no Rio Grande do Sul. Sua maioria eram alemães e italianos que trabalharam na nova colônia, construíram estradas, criaram comércios com a exploração primeiramente da madeira e após com a exploração da agricultura com a cultura do milho e mais recente da soja. Um dos setores que foi e continua sendo de suma importância para a região do Alto Uruguai Catarinense é a agroindústria de exportação. A agroindústria é composta pela produção de suínos e aves em forma de parceria com o agricultor e a agricultora.

O município de Concórdia tem sua história marcada definitivamente pela presença da antiga Sadia, atual BRF (Brasil Foods) que surge da união da Sadia e Perdigão em 2008. Concórdia, atualmente, possui 74.106 mil habitantes e no último Censo de 2010 trouxe alguns dados importantes como por exemplo o IDH 0,80. Esse índice mede a qualidade de vida dos indivíduos, quanto mais próximo de 1 mais qualidade de vida os indivíduos

possuem. Então, pode-se perceber que apesar das dificuldades, tem-se um município com grande desenvolvimento econômico e humano.

A empresa BRF tinha uma demanda em vagas de trabalho e que não era suprida pela população concordiense, nem mesmo nas cidades da região, já que em cidades próximas tem outras agroindústrias, em Seara e Ipumirim por exemplo. Com isso, a empresa incentiva a vinda dos imigrantes haitianos para Concórdia, oferecendo-lhe emprego.

Cheguei direto para trabalhar na Aurora em Chapecó. Depois de Chapecó fui trabalhar em Joaçaba na Perdigão e fiquei lá 2 anos e saí de Joaçaba porque chegou uma hora que a Perdigão foi fechada e mudou para Campos Novos e eu não queria ir para lá, aí pedi para ser transferido para Concórdia, na BRF. (BORNOT, p. 1, 2019).

Conforme afirmam Soares; Andreola (2018), os imigrantes haitianos chegam no Oeste Catarinense e colocam em xeque o mito fundador dessa região que tem como protagonista o imigrante de origem europeia. Os haitianos são colocados como o 'outro', sendo estereotipados e assim segregados sofrendo os mais variados tipos de discriminação. Os imigrantes haitianos vieram para Concórdia para recomeçar suas vidas, mas esse processo não foi pacífico. Algumas pessoas da cidade começaram a se colocar em oposição a chegada deles. Isso pode ser perfeitamente notado nas caixas de diálogos dos sites das rádios de Concórdia, quando divulgam alguma notícia envolvendo haitianos. Abaixo será transcrito alguns desses comentários, preservando a identidade dos autores:

Esses também foram iludidos pelo governo do PT que prometiam um Brasil melhor para os imigrantes, conseguiram acabar com o emprego dos brasileiros, imaginem pra esse povo. Agora estão aí sem condições de sobrevivência. (P. P. [homem] comentando a reportagem de VILAS BOAS, 2016).

Este povão vem a mando da Dilma, e aí vamos ficar tratando [alimentando] e o fim da picada, com meu e seu dinheiro de impostos e só aqui mesmo. (P. [homem] comentando a reportagem de BORTOLI, 2016).

Só uma pergunta, para que trazer haitianos se a Dilma disse em campanha que temos 56 milhões de pessoas no bolsa família. Estas pessoas não precisam trabalhar? (M. [mulher] comentando a reportagem de FEIJÓ, 2014b).

Não sou racista. Porque eles são de cor, mas todas vezes que vem alguém de fora, vai ocupar a vaga de alguém de Concórdia.... Os empresários daqui é que são acostumados a pagar pouco aos seus funcionários e receber muito pelo serviço prestado. E quando não consegue um servidor pelo que ele pretende pagar, contrata um de fora e as vezes [sic] em condições sub-humanas. Mas isso os homens da lei não vê. (A. [homem] comentando a reportagem de FEIJÓ, 2014a).

A grande parte da população via com desconfiança a presença dos haitianos no município, e isso é claramente demonstrado nas mensagens das reportagens acima. Esses comentários são de homens e mulheres, que por questões éticas, omitimos os nomes, e não necessariamente, elas residem no município, já que a caixa de mensagem é aberta à todos. Mas, muito provavelmente, essas pessoas são residentes no município já que os

sites são de rádios locais.

Essa manifestação de xenofobia foi muito comum nas redes sociais. Isso foi tão forte, entre os moradores concordienses, que o racismo correu das páginas da internet para a vida real. A parada de ônibus foi pichada com uma frase racista, conforme a Imagem 02, trazida pela reportagem de Pacheco (2016), no site da Rádio Atual de Concórdia. Na caixa de mensagem dessa reportagem há muitos comentários criticando a pichação, mas ainda há comentários de pessoas tentando justificar o motivo dela.



Imagem 1. Parada de ônibus pichada em Concórdia.

Fonte: Site da Atual, PACHECO (2016)

Percebe-se que, apesar de a maioria dos concordienses não desejarem trabalhar na empresa de agroindústria, o grande argumento que foi utilizado por muitos era de que a presença dos haitianos retiraria vagas abertas de trabalho. Outro argumento muito utilizado foi o fato político, como na época, o Governo Federal era do Partido dos Trabalhadores (PT), muitos se colocaram contrários as políticas de imigração que o governo da presidente Dilma adotou. Com a AHAIC os haitianos puderam encontrar uma referência de atuação para a garantia dos direitos dos imigrantes, além de pleitear vagas de trabalho. Garantindo além de condições para a subsistência das famílias, a manutenção da cultura do Haiti através de danças, comidas típicas, língua, entre tantas outras manifestações culturais.

Em maio de 2019, foi realizado o I Almoço com comida típica haitiana, uma possibilidade de concordienses conhecerem a cultura e a comida típica dos haitianos. Também uma forma de arrecadar recursos para que a AHAIC desenvolva ajuda solidária aos mais necessitados. Nas palavras do Bornot (2019, p. 2) percebemos isso: “o almoço

haitiano tem por objetivo arrecadar dinheiro para comprar comida e roupas para os haitianos que estão sem emprego, está chegando o inverno e muitos estão em necessidade”.

A presença dos haitianos no Brasil ainda é uma esperança para os que ficaram no país, já que os haitianos enviam mensalmente dinheiro para o Haiti, para familiares, que segundo Bornot (2019) utilizam especialmente para alimentação. Principalmente, aqueles e aquelas que possuem famílias lá no Haiti.

Todo o mês eu envio dinheiro para o Haiti, o valor muda de acordo com a minha necessidade, não é todo o mês que eu envio o mesmo valor, depende do valor que ganho na empresa. Tem que mandar para eles todos os meses, eles usam o dinheiro para viver, para pagar aluguel, escola, para alimentação também, para fazer tudo, não tem uma coisa específica, todo o haitiano manda dinheiro para lá, aqui tem muitos haitianos que tem filhos lá e tem que enviar dinheiro direto para lá. (BORNOT, p. 1, 2019).

As necessidades daqueles que ficaram no país ainda são muitas. Principalmente nas questões básicas como alimentação, saúde e saneamento básico. As condições de vida, segundo Bornot (2019), são muito difíceis já que as políticas para a reconstrução do Haiti não são eficientes e não melhoram a situação da maioria da população.

É importante perceber que o racismo foi manifestado de forma explícita, um racismo estrutural a qual a sociedade brasileira está firmada. O racismo foi a base para a não aceitação dos haitianos nas cidades brasileiras. Isso é muito claro na fala das pessoas que escreveram nos comentários das reportagens, “o grande problema é que a política migratória no Brasil não se preocupa em fazer uma triagem dos que chegam e há um grande perigo de propagação de enfermidades com estes movimentos.” (B. [homem] comentando a reportagem de FEIJÓ, 2014b). Muitas pessoas associaram o fato dos haitianos serem negros com a disseminação de doenças na cidade ou ainda com o aumento da criminalidade.

Importante notar que até mesmo os próprios haitianos perceberam que o problema do racismo é um problema que afeta a todos os negros e negras, inclusive os brasileiros e brasileiras, como vemos nos relatos abaixo:

[...] quando cheguei em Concórdia só tinha um problema, o problema do racismo, mas não é grande, mas em todo o lugar tem, eu não vivi mas tem colegas meus que viveram [...] **se você é negro tu vai achar, tu vai encontrar esse problema do racismo, mas não é só com haitianos tem brasileiros negros que enfrentam também esse problema** [...] as **mulheres** enfrentam problemas de **serviço** e de **racismo** [...]. (BORNOT, p. 1, 2019, grifo nosso).

O problema é também mais perceptível quando o recorte de gênero entra para o campo de análise. Percebe-se que, as mulheres haitianas, são as que sofrem duplamente o preconceito, o de ser negra e imigrante. E isso é notado na quantidade de mulheres haitianas desempregadas no município. Conforme a entrevista do Bornot (p. 2, 2019) as mulheres “são a maioria dos desempregados entre os haitianos” um dos motivos, segundo ele, é porque “existe uma dificuldade para as empresas contratarem as mulheres porque eles acham que as mulheres podem engravidar.” (p. 2, 2019).

[...] haitiano gosta de trabalhar, se o haitiano recebe bem ele trabalha bem. Hoje tem em Concórdia 1200 mais ou menos e 700 haitianos estão trabalhando e os outros estão desempregados, e as mulheres é pior, porque nenhum lugar quer contratar elas, nem na BRF querem contratar as mulheres, eu não sei exatamente o motivo, dizem que as mulheres vão dar problemas. As mulheres enfrentam problemas de serviço e de racismo. (BORNOT, p. 1, 2019).

Muitas foram as pessoas que criticaram as empresas, especialmente a BRF, que incentivaram a vinda de haitianos como forma de baixar a remuneração da mão de obra da empresa. Abaixo tem-se uma fala de um homem que critica a escolha por haitianos, por parte das empresas, com o fornecimento de muitos benefícios, que nem sequer existiram, apenas no imaginário e no senso comum de parte da população. O que a empresa forneceu que foi além dos direitos trabalhistas, foi um local para residirem pelo período de três meses, até que pudessem alugar casas para morarem:

Não valorizam a nossa gente da qui para trabalha preferem pagar moradia comida e mais auxilios para estrangeiros [sic] sem qualificação e o que adianta falarem que o jovem e o futuro se não dão trabalho moradia, vergonha governo e estas empresas[sic] deveriam valorizar as pessoas pq tiveram origem aqui nao no haiti. Puuca [sic] VERGONHA” (J. [homem] comentando a reportagem de FEIJÓ, 2014b).

Importante destacar que a presença de imigrantes em uma cidade, seja casual ou constante, corresponde ao contato com outras culturas, o que em um viés social e econômico pode possibilitar atividades empreendedoras e movimentações políticas para fomentar a economia local, pois

na economia, a ideia de circulação também foi utilizada a partir do final do século XVII, quando a noção de valor monetário predominou sobre a ideia das trocas. A partir de todas essas inovações – aqui apenas citadas –, a circulação de bens, de pessoas, do ar, da água etc. começou a ser vista como benéfica em si, o que gerou economia, melhorias ambientais e de saúde, oportunidades e diversidades cultural e social, em certa medida (BALBIM, 2004, p. 25).

O que cabe relevância em observar as transformações saudáveis que são oportunizadas através da interação entre os imigrantes estrangeiros e a comunidade local.

Em consonância, cabe aqui destacar os trabalhos de Sayad (1998), em sua obra clássica “Imigração ou os paradoxos da alteridade”, que apresenta um estudo mais profundo, analisando que os imigrantes internacionais, em uma sociedade que os recebem, são vistos (principalmente) como mão de obra e ainda necessários (ou talvez indispensáveis) para a economia local; no entanto, apesar da contribuição esperada, sua participação na hierarquia social estaria à margem ou no canto inferior dessa relação junto à comunidade a qual buscou inserir-se (SILVA, 2019). O autor destaca ainda que a partir de uma visão contábil, a inserção dessa mão de obra migrante na economia local traz uma reflexão para as chamadas “vantagens” e “custos” que cada migrante teria junto à sociedade que o recebe, permitindo-nos com isso analisar os efeitos deste tipo de migração

(SILVA, 2019). Nas palavras de Sayad (1998, p. 54), “um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito [...], revogável a qualquer momento [...]”.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao mesmo tempo em que a cidade acolheu os imigrantes oriundos do Haiti, o imaginário de grande parte da população acreditou que a chegada dessas pessoas provocaria o caos tanto na ordem social estabelecida como na ordem econômica do município. A maior parte dos imigrantes haitianos, que estão no município, procuram trabalho ou estão trabalhando, na maior parte das vezes em locais onde os brasileiros não desejam trabalhar (trabalhos braçais). Não há casos de constantes transgressões dos imigrantes haitianos, há sim casos de ocorrências, mas que são normais em qualquer comunidade humana.

Para muitos estar no Brasil é um recomeço, para outros é uma oportunidade de ajudar seu país. Estar no Brasil não foi uma escolha da grande maioria, foi uma necessidade devido as situações difíceis que se somaram no Haiti, que antes do terremoto vivia uma situação política com inúmeras dificuldades. Apesar dos muitos problemas enfrentados pelos haitianos e haitianas, estar no Brasil e especialmente em Concórdia têm sido uma experiência de conquistas e de diversos apoios. Não se pode negar que existem as pessoas que são contrárias a entradas dos haitianos no estado e município, mas há as que apoiam e colaboram, como no caso da IEAB e da Niara, mas também de outras pessoas e empresas que colaboram anonimamente.

A presença dos haitianos no Brasil revelou um racismo que estava coberto pelo manto da civilidade. Isso levantou alguns debates essenciais para a sociedade, como: o racismo estrutural da sociedade como um todo e a constante presença dos negros e negras pelas ruas da cidade, de colonização alemã e italiana. Colonização essa que só foi possível porque houve a expropriação do índio e caboclo que aqui viviam. Os haitianos e haitianas chegaram para balançar algumas bases que antes eram sólidas e inquestionáveis e mostrar que apesar de ser uma cidade construída de imigrantes ainda tem dificuldades com a chegada de irmãos e irmãs de pele escura.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a AHAIC por sua importante atuação na luta por dignidade dos imigrantes haitianos em Concórdia e região.

REFERÊNCIAS

BAENINGER, R.; PERES, R. **Migração de crise**: a migração haitiana para o Brasil. Revista brasileira de Estudos de População, 2017; 34(1): 119-143.

BALBIM, R. **Mobilidade**: uma abordagem sistêmica. São Paulo: Secretaria Estadual do Meio Ambiente, 2004.

CAVALCANTI, L.; BRASIL, E.; DUTRA, D. A Movimentação dos Trabalhadores imigrantes no mercado formal de trabalho brasileiro. In: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. (org) **Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil**. Relatório Anual 2018. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2018.

FOUCAULT, M. 2008. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal.

HANDERSON, J. Diáspora. **As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

LEITE, I. B. (org.). **Negros no Sul do Brasil**: invisibilidade e territorialidade. Ilha de Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1996.

MAGALHÃES, L., F., A., et al. **Migrantes haitianos e bolivianos na cidade de São Paulo**: transformações econômicas e territorialidades migrantes. Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, 2018; 26(52): 75-94.

OLIVEIRA, A. T. R. de. **Movimentação e registro de migrantes no Brasil**: dados do STI e SINCRE. In: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. (org) **Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil**. Relatório Anual 2018. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2018.

RENK, A. **A colonização do oeste catarinense**: as representações dos brasileiros. Artigo publicado nos cadernos do CEOM v.5, n.1 (1991).

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SILVA, J. V. da. **A mobilidade de estrangeiros e sua influência socioeconômica na fronteira do Amapá (Brasil) com a Guiana Francesa (França)**. Relatório técnico-científico (Mestrado em Estudos de Fronteira) – Programa de Pós-graduação em Estudos de Fronteira, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2019, 141 f.

SILVA, S. A. da. **Imigração e redes de acolhimento**: o caso dos haitianos no Brasil. Revista brasileira de Estudos de População, 2017; 34(1): 99-117.

SOARES, C. G.; ANDREOLA, N. J. **Branquitude e representações sobre imigrantes haitianos no oeste catarinense**. Temáticas, 2017; 25(49): 85-114.

TONHATI, T.; MACEDO, M.; QUINTINO, F. **Autorizações concedidas pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg)**: Casos omissos e especiais. In: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. (org). Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil. Relatório Anual 2018. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2018.

FONTES

AHAIC. **Estatudo da Associação Haitiana e Amigos de Imigrantes de Concórdia e Região**. Concórdia, 2018.

BORNOT, B. L. **Compartilhando minha experiência**. Carta. Concórdia, 10 de junho de 2019.

BORTOLI, L. **Haitianos em situação de vulnerabilidade social serão cadastrados**. Rádio Rural, 2016. Disponível em: <http://www.radiorural.com.br/noticias/20860-haitianos-em-situacao-de-vulnerabilidade-social-serao-cadastrados>. Acesso em 06 de jun. 2019.

FEIJÓ, M. **Haitianos chegam a Porto Alegre procurando por Concórdia**. Rádio Rural, 2014a. Disponível em: <http://www.radiorural.com.br/noticias/14441-haitianos-chegam-a-porto-alegre-procurando-por-concordia-ouca>. Acesso em 06 de jun. 2019.

FEIJÓ, M. **Não há ocorrências policiais com haitianos em Concórdia**. Rádio Rural, 2014b. Disponível em: <http://www.radiorural.com.br/noticias/14487-nao-ha-ocorrencias-policiais-com-haitianos-em-concordia>. Acesso em 06 de jun. 2019.

PACHECO, A. **Intolerância: “Fora Gorilas Haitianos de Concórdia” diz frase escrita em parada de ônibus**. Rádio Atual FM, 2016. Disponível: <http://www.atualfm.com.br/site/intolerancia-fora-gorilas-haitianos-de-concordia-diz-frase-escrita-em-parada-de-onibus/>. Acesso em 28 de jun. 2019.

VILAS BOAS, E. **OSCIP quer saber quantos Haitianos estão passando dificuldades**. Rádio Rural, 2016. Disponível em: <http://www.radiorural.com.br/noticias/20903-oscip-quer-saber-quantos-haitianos-estao-passando-dificuldades>. Acesso em 06 de jun. 2019.

INQUÉRITOS FORJADOS NO FIO DA DEGOLA: MAURICIO DE LACERDA E O DEBATE NACIONAL ACERCA DO CONTESTADO

Data de aceite: 23/07/2021

Viviani Poyer

Pesquisadora do Grupo de Pesquisa sobre o Movimento do Contestado e do INCT Proprietas, Universidade Federal da Fronteira Sul UFFS Chapecó

RESUMO: O presente artigo apresenta parte da pesquisa realizada nos periódicos nacionais e anais da Câmara dos Deputados Federais, para o desenvolvimento da tese de doutorado intitulada: Fronteiras de uma guerra: imigração, diplomacia e política internacional em meio ao Movimento Social do Contestado 1907-1918. Além destas, outras fontes foram utilizadas e o método microhistórico foi o balizador para o seu desenvolvimento. Os discursos proferidos pelo deputado federal Maurício de Lacerda a partir de maio 1916 e publicizados por diversos periódicos da época, são o alvo deste recorte. Nestes o deputado exigia sobretudo, respostas formais ao Ministério da Guerra e ao general Setembrino de Carvalho, sobre aspectos mal resolvidos, durante a última campanha do Exército no Contestado. A partir da pesquisa realizada nos Anais da Câmara dos Deputados, foi constatado também a existência de longos e calorosos debates na pauta da Câmara, entre os meses de maio e julho de 1916. Naqueles, o parlamentar aponta diversos casos que envolviam a atuação das forças civis, sobretudo, dá ênfase à Chacina do Iguauçu, episódio em que 17 homens, na sua maioria imigrantes estrangeiros, foram degolados

às margens do rio Iguauçu.

PALAVRAS-CHAVE: Contestado, Chacina do Iguauçu, Maurício de Lacerda, debate nacional.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta um recorte da pesquisa realizada nos periódicos nacionais, para o desenvolvimento da tese de doutorado intitulada: Fronteiras de uma guerra: imigração, diplomacia e política internacional em meio ao Movimento Social do Contestado 1907-1918. O objetivo geral da tese, foi buscar compreender por meio da análise de casos que envolvem imigrantes europeus, aspectos da política internacional praticada pelo Brasil principalmente no que diz respeito à imigração europeia e questões diplomáticas, em meio a este movimento. Os diversos casos estudados na tese, entre eles o referente a chacina do Iguauçu, possibilitaram perceber, como imigrantes tomaram lugar de sujeito de ação e de articulação, e estabeleceram redes que mobilizaram meios os mais diversos, fazendo com que governos estaduais, federal e até mesmo de seus países de origem se alertassem às questões relacionadas à situação encontrada e vivida por eles aqui no Brasil.

A discussão aqui apresentada é fruto da análise desenvolvida sobre notas publicadas nos jornais da época, com ênfase aos discursos proferidos pelo deputado federal fluminense

Maurício de Lacerda, a partir de maio 1916. As diversas notas analisadas tratavam-se de transcrições praticamente integrais de seus discursos, por meio dos quais o deputado exigia respostas formais do Ministério da Guerra, e mais especificamente do general Setembrino de Carvalho, sobre aspectos mal resolvidos, durante a última campanha do Exército no Contestado.

Ao me utilizar dos periódicos como fontes, pude perceber a amplitude e o raio de ação que esses importantes veículos tinham na época. Os periódicos davam voz ao imigrante e/ou às famílias das vítimas, investigando e contando em detalhes os fatos ocorridos por meio da publicação de cartas e de depoimentos. Também supriam de informações os consulados e, muitas vezes, serviam até mesmo de sede para reuniões e discussões sobre medidas a serem tomadas pela comunidade imigrante. Como foi o caso dos jornais estrangeiros no Brasil, que publicaram notas sobre as reuniões da colônia espanhola e italiana a serem realizadas quando da ocorrência da chacina do Iguçu.

Por meio da presente pesquisa, pude mostrar como imigrantes de diferentes nacionalidades souberam fazer uso desse veículo como uma poderosa ferramenta. Fossem publicados na língua materna ou em português, no país ou fora dele, os jornais tiveram um importante papel na formação de opiniões, posturas e ações por parte até mesmo dos poderes públicos. Levaram ao conhecimento do público leitor aspectos muitas vezes velados no *front* de batalha ou discutidos longe dos olhos da sociedade, como no quartel general, nos Ministérios ou no Congresso Nacional.

O conhecimento dessas notas me levaram a constatar tais discursos registrados na íntegra nos Anais da Câmara dos Deputados, onde fora desenvolvida extensa pesquisa referente aos meses de maio e julho de 1916, e analisados os longos e calorosos debates travados entre os parlamentares envolvidos com a questão e possibilitaram descobrir questões reveladoras.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho foi possível graças aos registros encontrados em diferentes arquivos, que, tomados e analisados como fontes históricas, apontaram para diversas situações difíceis de serem estudadas se fossem casos que envolvessem apenas nacionais, justamente pela ausência de qualquer forma de registro. Por meio do olhar micro, pude compreender questões macro relacionadas à política imigratória, política internacional e, ainda, a aspectos da política nacional brasileira, bem como desenvolver uma percepção ampliada e mais próxima da realidade vivida por caboclos, sertanejos, nacionais pobres ou remediados, durante a Guerra do Contestado, principalmente na sua última fase, quando as perseguições aos redutos aumentaram, e as contendas pessoais se avultaram. Parafraseando LEVI (2017), a redução de escala me possibilitou não só reconstruir histórias individuais, como ver algo de ‘grande’ dentro do micro e explorar questões não perceptíveis

por meio de outra escala de análise.

Para o desenvolvimento da abordagem do tema a partir da perspectiva da micro-história, foi necessário além de intenso levantamento documental e sua problematização, um cruzamento entre as fontes que interpretadas como indícios me possibilitaram reconstituir não “o que realmente aconteceu”, mas sim “tudo o que produziu o que aconteceu e o que poderia ter acontecido” (ROSENTHAL, 1998, p. 172).

Os documentos tomados como fontes históricas precisam ser lidos a luz de questionamentos diversos. Como diria Le Goff (2003), precisam ser levadas em consideração as condições em que foram escritos e percebê-los também enquanto possíveis instrumentos de poder, “pois o que sobrevive não é um conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operaram no desenvolvimento atemporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores.” (LE GOFF, 2003, p. 525).

Ao acessar tais documentos, torna-se inevitável a sua crítica, é claro que isso não é tão novo assim, diria Foucault (2009), contudo atualmente a postura do historiador diante do documento vem se transformando, uma vez que o documento não é mais tratado como “matéria inerte” por meio da qual o historiador tenta reconstituir os feitos humanos. Cabe a história muito mais do que interpretar ou determinar se tais documentos dizem a verdade ou não, “trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações.” (Foucault, 2009, p.7). Mais do que interrogá-los e problematizá-los, temos que considerar quem os escreveu, em que momento, em que condições.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Se referindo aos reflexos da Guerra do Contestado no cenário político brasileiro e mais especificamente como o conflito repercutiu no Congresso Nacional, Paulo Pinheiro Machado, afirma que “[...] sobre as causas do conflito, o único debate sistemático é provocado por intervenção do deputado Maurício de Lacerda.” (MACHADO, 2004, p. 280). Contudo, o autor coloca em sua obra que, “[...] os exemplos de usurpação de terras apontados por Lacerda são quase todos procedentes do extremo-oeste do Paraná, onde grandes empresas argentinas mantinham latifúndios para produção de erva-mate, com emprego de mão-de-obra nacional em regime de semiescravidão.” (MACHADO, 2004, p. 280). De fato, durante o período/recorte temporal objeto da pesquisa de Machado, não existiram debates no Congresso Nacional que envolvessem de forma mais ampla a atuação do Exército e das forças civis, dando-se os mesmos somente a partir de meados de 1916 e constatados a partir do presente trabalho.

A voz solitária do deputado federal Maurício de Lacerda começou a ecoar e repercutir

nacionalmente a partir de uma longa entrevista concedida ao jornal, *O Imparcial* da Capital Nacional em 30 de abril. Nesta Lacerda fala de seus projetos de “pacificação” do Contestado e de anistia aos “fanáticos”, bem como aos criminosos de diferentes “categorias” que havia pela região. Projetos esses que tramitaram no ano de 1914, mas que, ao que tudo indica, acabaram não sendo colocados em prática. Porém, nessa longa nota, seu objetivo era outro, denunciar as ações do Exército brasileiro na última campanha do Contestado sob o comando do general Setembrino de Carvalho, bem como as consequências funestas ao utilizar os serviços dos vaqueanos como forças civis. Seu alvo direto era o coronel Fabrício Vieira e seus homens, que continuavam sob domínio de grande quantidade de armas fornecidas pelo governo federal, por meio do Exército, entre elas aproximadamente 150 fuzis Mauser,

O certo é que o chefe militar da expedição, com pasmosa solução de continuidade passava desses planos para as guerrilhas, que deviam ser chefiadas pelos bandoleiros de Fabrício, aos quais o governo passou, com as armas, que lhe forneceu, nada menos de cento e cinquenta fuzis Mauser ainda não restituídos o direito de baração e cutello sobre as populações, direito que elle exerceu pela degolla dos homens, pelo estupro e, defloramento das mulheres, pelo incendio das casas, pelo saque dos dinheiros nos cofres e nos bolsos dos prisioneiros, pela rapinagem do gado e até das gallinhas de revoltosos e neutros. (*O Imparcial*, Rio de Janeiro, 30 abr. 1916)

Diz ele que, preocupados o governo e os representantes do legislativo com a Guerra na Europa e com as barbáries cometidas por lá, esqueceram todos de olhar para as atrocidades que aconteciam aqui, em território nacional, e que os atos cometidos entre a Estrada de Ferro São Francisco e o rio Iguaçu foram, de certa forma, ocultados ou negligenciados pelas forças militares e, por fim, mandados atestar por delegados da região que,

[...] à vista dos ossos espalhados e das caveiras carregadas pelos corvos, [...] por uma comissão, que começou o inquerito em Barra Feia e o acabou em Curityba, attestaram que as victimas treze italianos, polacos, russos, hespanhoes e allemães e quatro brasileiros, haviam sido fuzilados nesses logares. (*O Imparcial*, Rio de Janeiro, 30 abr. 1916)

Mauricio de Lacerda, nesse trecho de sua entrevista se referia ao caso abordado por Demerval Peixoto (1995, v.3) em sua obra sobre a Campanha do Contestado, e aprofundado ao longo do desenvolvimento de minha pesquisa de doutorado ao qual intitulo, Chacina do Iguaçu.

Esta ocorreu na noite do dia 21 para 22 de novembro de 1914, envolveu 12 imigrantes estrangeiros estabelecidos na região e de diferentes nacionalidades: italianos, poloneses, russos, espanhóis, alemães, austríacos e portugueses e 5 brasileiros. Esses homens viviam a 3 meses aproximadamente, na margem direita do rio Iguaçu, trabalhando no cultivo de batata, criação de pequenos animais, bem como na coleta de nó de pinho, para servir de lenha para as locomotivas da Estrada de Ferro. O chefe do grupo José Lyro

Santi, imigrante italiano, era empreiteiro do Ramal São Francisco, mas como as obras estavam paralisadas durante aquele período, levou seu grupo para as terras, que ficavam na altura de Canoinhas no lado paranaense, para trabalhar e tirar algum sustento enquanto os serviços no Ramal não eram retomados. Esses foram sequestrados por homens de confiança do Coronel Fabrício Vieira, entre eles Isaias Daniel e João Ruas, e levados de lancha à margem esquerda do rio Iguaçu, região conflagrada pelo conflito armado.

Ao mesmo tempo, parte do grupo de vaqueanos liderados pelo afamado Dente de Ouro, desembarcou em outro ponto do rio, violentou a esposa de um comerciante local, incendiou seus pertences e o sequestrou, levando a vítima ao encontro dos demais que os aguardavam a beira do Iguaçu, para partir em direção ao local conhecido como Porto Jararaca, atual comunidade de Felipe Schmidt no município de Canoinhas em Santa Catarina. Ali foram degolados um a um e seus corpos, de acordo com o laudo cadavérico e com depoimentos de moradores da região, ficaram espalhados pelo chão.

Voltando a entrevista concedida por Lacerda, nessa consta que por meio de instruções governamentais, foram feitos “arranjos” no inquérito com o objetivo do governo federal não pagar à família de Giuseppe Lyra (José Lyro Santi) a indenização estipulada em 100 contos de réis, reclamada pelo consulado italiano; e que o italiano fora acusado por Fabrício Vieira de contrabandista de sal, acusação essa documentada pelo intendente de Barra Feia chamado Martins, que vendia sal à Giuseppe e forneceu uma espécie de nota/ atestado a pedido do próprio coronel Fabrício, com a intenção de dar origem a diligência e à acusação de prática de contrabando. O parlamentar complementava ainda que,

Quando um oficial, nesta cidade, denunciou essa degolla que os jornaes de Curityba descreveram, mostrando os sargentos cobrindo os rostos horrorizados durante a execução, o governo da Republica, em vez de punir o barbaro assassino, que o Diario de Curityba classificava de Banditismo dos banditismos, sendo acompanhado pelo Commercio do Paraná, e pela A Tribuna, de dezembro de 1914, ameaçando de punição o official denunciante, e para assim evitar o pagamento da indemnização diplomatica, forçou-o a declarar sob pena disciplinar que os executados tinham sido fuzilados e não degollados. (O Imparcial, Rio de Janeiro, 30 abr. 1916)

O deputado continua a denunciar os subordinados do coronel Fabrício por meio de outros casos acontecidos naquela região, como da morte de um italiano conhecido por Zamboni. Esse, mais uma das vítimas dos fabricianos, foi morto sem obedecer a qualquer “fórmula de direito”, apenas seguindo aos instintos violentos daqueles vaqueanos que o mataram a tiros no lugar denominado Sé do Iguaçu, cujo corpo permaneceu insepulto por cerca de cinco dias, até que a família de Candido Mozart, que possuía uma serraria próxima ao local do crime, reclamou contra o mal cheiro, e o corpo do dito homem foi enterrado em um curral.

Lacerda não cita os casos de forma a suscitar compaixão do público leitor em relação às mortes, na sua maioria, de inocentes ocorridas durante a Guerra do Contestado,

mas com a intenção de atingir o Governo Federal, Ministério da Guerra, Exército e, em última instância, o general Setembrino de Carvalho. Isso é perceptível quando, logo após relatar os crimes, ele faz cobranças do governo, em relação a punições dos criminosos, aos valores pagos às forças civis e às armas concedidas à esses grupos e nunca devolvidas ao Exército. Afirma ainda, que a punição dada aos vaqueanos foi o elogio feito pelo general Setembrino à Fabricio Vieira, bem como “[...] a distribuição dos mil contos votados pelo Congresso por folhas de pessoal viciadas, com quarenta por cento de nomes fantásticos, bem como em distribuição de armamentos e do direito que lhe deram de confisco sobre os bens dos vencidos.” (O Imparcial, Rio de Janeiro, 30 abr. 1916).

As acusações não cessam por aí, em tom alarmante denuncia que o crédito concedido pelo Congresso Nacional ao general, de cerca de mil contos, fora gasto nos passeios militares entre Curityba (sede do comando) e Porto União, bem como nos vinhos, licores, doces e ovos; e que os desvios de verbas existiram até no fornecimento de alfafa fornecida à coluna Leste, sob o comando do coronel Sócrates, que, solicitando 800 quilos, recebeu somente 300, contudo, ao registrar, fora colocada a quantia solicitada. O deputado finaliza a sua entrevista ao jornal afirmando que, para esclarecer tais fatos e aplicar anistia em determinados casos, iria solicitar informações ao governo e, de acordo com as mesmas, reclamar a responsabilidade dos autores sob os diversos crimes do Contestado.

Em 23 de maio de 1916, quase um mês depois das denúncias feitas por meio da entrevista concedida ao periódico *O Imparcial*, Mauricio de Lacerda apresenta o seguinte requerimento à Câmara dos Deputados:

Requeiro, por intermedio da Mesa, que o Governo informe quaes os termos dos relatorios apresentados pelos generaes Carlos Mesquita e Setembrino de Carvalho sobre as operações militares no Contestado, bem como os nomes dos cidadãos que tenham soffrido pena de morte, sua nacionalidade, idade, sexo e motivo da pena e os documentos relativos a seu processo até final condemnação.

No caso de terem sido summarissimas taes execuções, sem fórmula de processo e não ordenadas pelo chefe da expedição militar, quaes as providencias pelo Governo tomadas para punição dos autores desses actos criminosos. (Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, 23 mai. 1916, p. 398).

Tal requerimento não foi votado na referida sessão, ficando a sua deliberação adiada e retomada no dia 29 daquele mesmo mês. Nessa, o deputado pede a palavra e, após reapresentação do requerimento, procura fazer também uma espécie de recapitulação dos aspectos levantados anteriormente. Inicia sua fala lembrando que, quando Setembrino de Carvalho chegou na região do conflito, as palavras que imperavam até mesmo nas ordens do dia eram persuasão, sugestão, convite, bondade e carinho no tratamento aos revoltosos, antes de se utilizar de qualquer forma de represália. Essa impressão fez com que o deputado deixasse, naquela ocasião, até mesmo de apresentar o seu projeto de anistia, confiando nas providências que o governo federal tomaria por meio do comando

daquele general. Contudo, diz que é com muita tristeza e amargura que, embasado em documentos de sua posse, endossa tal requerimento, pedindo providências por parte do governo diante das dolorosas histórias que se passaram no Contestado a partir da organização das tropas em campanha, nas quatro colunas volantes.

Acusa a coluna Norte como a envolvida nos casos mais polêmicos, como o assalto à cidade de Canoinhas nas vésperas do Natal de 1914. Afirma ainda que o general Setembrino, cansado de usar de humanidade e de cordura para com os “jagunços”, resolvera tomar outra atitude. Lacerda se utiliza de parte do discurso do parlamentar paranaense João Pernetta, para reforçar a sua acusação, porém este último com uma postura defensiva do general Setembrino de Carvalho, diz que ele não mudara de opinião e sim de tática de guerra, que passara da forma defensiva para a ofensiva geral, termo utilizado pelo militar Demerval Peixoto (1995), para intitular o volume três de sua obra sobre a Campanha do Contestado.

Lacerda continua afirmando que as mortes por meio de degolas ou fuzilamentos iam se dando, se salvando somente mulheres e crianças menores de nove anos, porque as maiores poderiam pegar em armas contra as tropas militares. E que elementos civis, dos piquetes ou chamados batalhões patrióticos, comandados por Fabricio Vieira, eram o tipo mais completo de bandido das serras ou dos sertões. Sendo esse rodeado de criminosos que cometiam as mais horrendas atrocidades, como seu filho Maurilio Vieira, que tinha fama de matar crianças menores de dois ou três anos de idade com sua espada, de defloradores e/ou estupradores como Salvador Pinheiro Machado (o afamado Dente de Ouro) e ainda de degoladores profissionais como João Ruas. Seus homens roubavam dinheiro, armas, animais, arreios ou qualquer outro bem que pudesse ter valor, “[...] organizava expedições contra os homens mais ricos da região, e para que não restasse sombra dos seus furtos, mandava degollal-os, como fornecedores de fanaticos.” (Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, 29 mai. 1916, p. 525).

Após essa introdução, passa a narrar o episódio do Iguçu, contando em detalhes a sua versão dos fatos, apurada a partir de pesquisas realizadas em cartas e demais documentos enviados a ele. Como provas de suas acusações, Mauricio de Lacerda leu parte dos documentos reunidos e apresentou uma carta enviada pelo sargento Waldomiro Telles ao sargento Saturnino, que acompanhou os homens de Fabricio Vieira em todo o episódio:

“Caro amigo Saturnino”.

[...] “Ao tenente dei um pequeno relatório referente ao facto das mortes dos 17 homens...”

Vê-se que está provado que morreram 17 homens. (Fala de Lacerda)

“... mas este relatório muito simples em sua narração, disse que tu foste o commandante da força, mas o coronel Fabricio, escrevendo uma longa carta ao general, tomou a responsabilidade do facto a si e até agora não tivemos

ainda comunicação nenhuma do general sobre estas questões. O que acho muito propenso em muito breve tempo batermos em Curytiba, salvo si o general resolver entregar ao coronel Fabricio 600 homens a que elle alludiu. [...]. (Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, 29 mai. 1916, p. 529).

Dentre todas essas correspondências trocadas, a que mais chamou atenção foi a que Fabrício Vieira afirma terem sido instaurados dois inquéritos sobre o episódio do Iguazu, um policial civil e outro policial militar, que haviam de passar instruções ao sargento de como ele deveria proceder ao ser interrogado, e que tudo isso tinha por objetivo não pagar a indenização exigida pelo governo italiano.

[...] “O negocio é só para o nosso Governo não pagar aos italianos. Mandarei a esquadra do Joaquim para substituir a do Vianna e mando outra esquadra para substituir o compadre Adelinio, visto elle ir para o Porto das Moças. É tudo a nosso benefício como já disse aqui fallámmos. Saude e fraternidade. – Coronel Fabricio Vieira.” (Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, 29 mai. 1916, p. 529).

Após leitura dessa última missiva trocada entre os criminosos e cúmplices, o deputado coloca ainda, que bem provavelmente todo o processo de investigação, desde a formalização das denúncias, à instauração dos inquéritos e ao exame cadavérico, foi intencionalmente tardado para dar maior veracidade à versão contada pelos criminosos e, sobretudo, fortalecer a hipótese de que os homens haviam sido fuzilados e não degolados. Como forma de comprovar sua acusação, ele apresenta ainda uma outra informação, em que diz saber que um oficial do Exército do Rio de Janeiro, após denunciar o fato, foi ameaçado e teve de se retratar, revendo a sua declaração e assumindo a versão de que os homens haviam sido mortos não por meio de degola, mas por fuzilamentos.

O caso da chacina do Iguazu é tratado quase como uma raridade, numa terra sem lei, em que imperavam os mandos e desmandos dos coronéis locais, atitudes como a de Fabricio Vieira e seu bando de vaqueanos sempre passavam impunes quando não despercebidas pelos poderes públicos. Segundo o próprio Lacerda, “[...] ahi, ao menos, se procedeu a inquerito militar e policial” (Anais da Câmara dos Deputados, 29 mai. 1916, p. 529) e quantas outras mortes não houve nada disso! Como no caso de um vizinho chamado Manoel Machado, que Fabrício Vieira mandou matar por desavenças em torno da questão de terras, ficando o caso sem investigação alguma, e o aqui já relatado caso do italiano Zamboni. Também faz outras constatações curiosas como o de Francisco Vecchio, conhecido por Chico Fabricio, morto no local denominado Sede Iguassú por um vaqueano de Fabricio Vieira, chamado Heitor Vianna Silva. Sobre esse assassinato, “[...] ficou provado pelo inquerito que o autor da morte de Chico Fabricio, era o proprio morto [...].” (Anais da Câmara dos Deputados, 29 mai. 1916, p. 529).

Em caloroso debate entre Mauricio de Lacerda e o deputado paranaense João Pernetta, esse último em defesa do general Setembrino de Carvalho e suas ações ou estratégias de guerra tomadas no Contestado, Lacerda questionava por que até aquela data,

Setembrino de Carvalho ainda não havia apresentado publicamente seu relatório acerca da campanha? E por que o governo da República não publicava o referido documento e tratava de processar Fabrício Vieira por seus atos?

Enfatizava ainda que: “O coronel Fabricio degollou estrangeiros, degollou brasileiros, fusilou, procedeu morticionios de creanças, saqueou, roubou incendiou, e, sobre isto tudo paira o silencio, um silencio, como disse, que sendo impunidade, é um silencio de cumplicidade.” (Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, 29 mai. 1916, p. 546.) No dia 31 de maio o deputado Mauricio de Lacerda apresentou à Câmara dos Deputados um outro requerimento, agora bem mais amplo, constando 14 pontos a serem esclarecidos pelo governo federal. Segue alguns pontos requeridos:

3º, quaes os termos dos contractos de vaqueanos ou piquetes de civis de Pedro Ruivo, Fabricio Vieira e seus subordinados, numero do seu pessoal, prazo do contracto, vencimentos recebidos (soldo, etapa, gratificação), total das mais despezas com os respectivos civis ou “batalhões patrioticos”, nomes dos vaqueanos contractados e data da inclusão de cada;

6º, qual o armamento fornecido pelo Governo aos mesmos, si foi restituído, em que quantidade e onde se encontra; qual o numero de rezes, animaes, arreios, armas e outras mercadorias, bem como valores ou dinheiro, requisitados, confiscados, apprehendidos ou tomados pelos mesmos “batalhões” aos civis ou “fanaticos”, bem como o seu destino, e qual tambem o da lancha Rosa, de motor a gazolina, igualmente apprehendida;

7º, qual o numero e nome dos prisioneiros feitos pelos referidos “batalhões”, seu destino, seus nomes, idades e nacionalidades, bem como as datas e combates ou logares do respectivo aprisionamento;

8º, qual o motivo das execuções capitaes ou penas de morte impostas nesses “batalhões” aos jagunços aprisionados, bem como a cópia dos inqueritos relativos ás mortes de Giuseppe Lyra e 16 companheiros, nacionaes e estrangeiros, degolados ás margens do rio Iguassú, por Adelino Vieira e Domingos de tal, subordinado, este, e aquelle, genro de Fabricio, commandante do “batalhão patriotico”; destino de seus haveres, nome de cada um, nacionalidade e logar do aprisionamento; cópia do inquerito ou processo referente á morte ou fuzilamento de Francisco Vechio, vulgo “Chico Fabricio, ou italiano”, por Vianna, vaqueano de Fabricio; cópia do inquerito relativo ao fuzilamento de Manoel Machado, em Sé de Iguassú, e de Zamboni de tal, em frente á serraria de Candido Mozart; cópia do inquerito sobre a morte de Antonowsky, um seu camarada e filho, sob a direção de Adelino Vieira; cópia do inquerito sobre a morte do capataz de Arthur Paula e Souza; [...] (Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, 31 mai. 1916, p. 590-592.).

Essa citação traz alguns dos pontos exigidos pelo parlamentar, muitos com certeza, por melhores que fossem suas intenções, eram praticamente impossíveis de serem respondidos, outros eram uma questão de querer ou não os responder; o fato é que, a 07 de junho, foi aprovado o requerimento por meio de votação na Câmara dos Deputados na Capital Federal. Acredito que Lacerda tenha formulado tais questões com base nas

pesquisas realizadas nos periódicos da época, como também por meio de “depoimentos” e cartas, muitas vezes confidenciais, enviadas por militares que estiveram combatendo na região e que ele próprio cita.

A 13 de junho, Lacerda apresentou uma emenda a ser agregada ao requerimento que é colocada em discussão em 15 de junho, por meio desse texto requeria do Tribunal de Contas, por intermédio do Ministério da Fazenda, que fossem prestadas informações relativas às despesas com as expedições militares de 1914, 1915 e 1916 no Contestado, ou que tenham sido pelo referido Tribunal impugnadas cifras e espécie de cada uma. Essa emenda surgiu logo após o Deputado tomar conhecimento das conferências realizadas por Setembrino de Carvalho, no Clube Militar, importante centro de articulação política e corporativa dos militares na cidade do Rio de Janeiro. Dizia ele que, para justificar as barbáries cometidas por subordinados civis ou militares, o general citou os atos dessa natureza também praticados anteriormente por Aleixo Gonçalves, Antônio Tavares e Bonifácio Papudo.

Lacerda fez um grande discurso sobre as formas e consequentes justificativas que eram utilizadas pelo governo federal para reprimir as rebeliões que aconteciam no Brasil desde Canudos até o Contestado, condenando o sentimento de vingança que parecia imperar até mesmo entre os oficiais militares.

Após longos debates entre Mauricio de Lacerda, João Pernetta e também o deputado Antônio Carlos, líder do governo na Câmara, sobre as conferências de Setembrino de Carvalho, o deputado fluminense voltou a afirmar que o inquérito civil acerca do episódio do Iguazu tinha sido uma falcatura, em que as testemunhas haviam sido escolhidas a dedo, com nomes feitos a lápis e, posteriormente, cobertos a tinta. Esperava mais do inquérito militar, mas que esse também tinha sob suspeita a sua lisura, diante das circunstâncias em que fora elaborado.

Em sua fala sobre o episódio da Chacina do Iguazu, a questão mais polemizada por Lacerda, foi sobre a exumação realizada pelo perito militar acontecer muito tempo depois das mortes quando já não era mais possível constatar a forma como os homens haviam sido mortos. Contudo, dá destaque à questão de terem sido indiciadas como testemunhas, alguns dos responsáveis pelo crime. Dessa forma, a conclusão feita pelo responsável do inquérito era embasada unicamente nos depoimentos dos indiciados, que diziam que as vítimas teriam morrido em combate com as forças civis, ao se negarem supostamente mostrar os depósitos de produtos contrabandeados com os sertanejos em guerra.

Por sua vez o deputado Antonio Carlos (líder do governo na Câmara) afirmava que as acusações do colega parlamentar se tratavam de pura fantasia, que Lacerda pairava numa região de generalidades, que apresentava à Câmara degolamentos bárbaros, morticínios, devastações, saques, incêndios de povoações e tantos outros fatos graves sem apresentar provas cabais, e que esse, por não ter estado na zona onde se deu o conflito, ignorava as notícias honrosas acerca das expedições militares para lá enviadas. Dizia ainda que, “[...]”

como paladino de uma campanha que não tomou vulto, nem certamente tomará contra essa expedição, surge apenas o Sr. Mauricio de Lacerda.” (Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, 16 jun. 1916, p. 601)

As discussões sobre o requerimento se arrastaram até o dia 20 de junho, seguindo o líder do governo na Câmara, defendendo o general Setembrino de Carvalho, e Lacerda acusando-o de conivência com as ações dos vaqueanos de Fabrício Vieira e de admitir degolas feitas até por oficiais militares a partir de janeiro de 1915. Entre as falas de Lacerda está a reivindicação de submeter Setembrino de Carvalho ao conselho de guerra, uma vez que acreditava que somente assim poderia se apurar os culpados e definir suas responsabilidades.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A postura de conivência e de cumplicidade com os diversos atos criminosos praticados pelas forças civis durante a Guerra prova a dependência bélica e contingencial que o Exército tinha em relação aos diversos grupos de vaqueanos liderados por coronéis e fazendeiros da região, mas, sobretudo, prova o quanto esses chefes locais se aproveitaram do Exército, a fim de manter e assegurar privilégios. Já por sua vez o estudo acerca da Chacina do Iguazu pode ser tomado como uma prova de que o Exército brasileiro não havia se modernizado como tentavam mostrar. Ao fazer vistas grossas aos atos criminosos praticados pelos vaqueanos, o Exército alimentava o poderio local de Fabrício Vieira e de outros coronéis e fazendeiros, que diante das atrocidades, saques e falcatruas corroboram no sentido de demonstrar a ingerência do Exército sobre tais grupos durante a Guerra. A falta de respostas e a defesa do general Setembrino de Carvalho na última campanha no Contestado por parte de alguns membros do Congresso remetem, ainda, à impotência em fiscalizar os atos daquela instituição militar e do próprio poder executivo.

Os diversos discursos proferidos pela voz solitária do Deputado Federal Mauricio de Lacerda ganharam espaço em periódicos da Capital Federal e tornaram públicos, mesmo que tardiamente e com alguma inconsistência nas informações, aspectos que caracterizaram um lado até então desconhecido da sociedade acerca da Guerra do Contestado.

Independente das questões de ordem política partidária, que sempre influenciaram e influenciam a imprensa, utilizá-la como fonte, com os devidos discernimentos, possibilitou perceber aspectos que demonstram o persistente arcaísmo da sociedade brasileira naquele momento e evidenciam a força do poder local, estabelecido a partir das relações de coronelismo instituídas costumeiramente na região. Em vez de acuado e domado pelas forças federais esses chefetes locais, de forma inovadora, fortaleceram-se a partir das relações de cooperação e cumplicidade estabelecidas entre políticos locais, coronéis, vaqueanos e o Exército brasileiro.

Os inquéritos foram abertos, os responsáveis eram do conhecimento de todos,

mas os culpados nunca foram condenados! Contudo, se não tivéssemos o compromisso atribuído ao historiador, talvez coubesse aqui a frase de Demerval Peixoto, quando narra o episódio do Iguazu no terceiro volume de sua obra, sobre a última Campanha militar no Contestado: “deixemos este episódio mal narrado e passemos às narrativas mais suaves.” (PEIXOTO, 1995, p.17). Cabe ressaltar, contudo, que muitos casos como esses devem ter ocorrido no Contestado, envolvendo caboclos, pobres moradores da região e ou pequenos proprietários de origem nacional, mas esses na sua maioria tendem a se tornar invisíveis à história, principalmente pela falta de fontes que possam nos ajudar a dar a necessária visibilidade aos mesmos e desvelar outras nuances acerca do Movimento Social do Contestado.

REFERÊNCIAS

BRAUDEL, Fernand. **A identidade da França**. Rio de Janeiro: Globo, 1989, p. 262.

CARVALHO, Fernando Setembrino de. **Relatório apresentado ao general José Caetano de Faria, ministro da Guerra, pelo comandante das forças em operações de guerra no Contestado**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1916.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

LEVI, Giovanni. O pequeno, o grande e o pequeno. Entrevista com Giovanni Levi. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 37, n. 74, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v37n74/1806-9347-rbh-37-74-00157.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

PEIXOTO, Demerval. **Campanha do Contestado**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995, v.3.

ROSENTAL, Paul-André. Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a “microstoria”. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

VENÂNCIO, Renato Pinto. A história e a micro história: uma entrevista com Carlo Ginzburg. **LPH Revistas de História**. Departamento de História UFOP, MG, v. 1, NPI, 1990.

Periódico. O Imparcial – RJ

Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, 23 mai. 1916, p. 398. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp#>. Acesso em: 30 nov. 2016.

_____. Rio de Janeiro, 29 mai. 1916, p. 525. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp#>. Acesso em: 30 nov. 2016.

_____. Rio de Janeiro, 31 mai. 1916, p. 590-592. Disponível em: <[http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp#/> >. Acesso em: 30 nov. 2016.](http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp#/)

_____. Rio de Janeiro, 16 jun. 1916, p. 601. Disponível em: <[http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp#/> >. Acesso em: 02 dez. 2016.](http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp#/)

JOGOS PEDAGÓGICOS COMO FERRAMENTA DE ENSINO PARA ALUNOS COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Data de aceite: 23/07/2021

Mariquiel dos Santos

Pós-Graduada em Educação e Diversidade,
Instituto Federal de Santa Catarina
Canoinhas

Claudio Adão da Rosa

Docente da Educação Especial, Instituto
Federal de Santa Catarina
Canoinhas

RESUMO: As temáticas ferramentas pedagógicas, autismo e ludicidade são elementos importantes na atualidade, pois, apontam fatores que contribuem na composição da Educação Infantil. Influenciam no desenvolvimento integral do aluno nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social. Da mesma forma, possibilitam reconhecer as características e singularidades que constituem na formação dos alunos. O objetivo desse estudo foi analisar a criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no processo de ensino e aprendizagem na Educação Infantil, conduzidas pelas práticas pedagógicas dos jogos educativos. Trata-se de um levantamento bibliográfico de abordagem qualitativa para entender o que já foi escrito sobre o assunto, entrelaçando os fatores comuns entre os jogos pedagógicos, Educação Infantil e autismo, por meio de análises realizadas em artigos científicos disponíveis no Portal de Periódicos da Capes e no Google Acadêmico. Os resultados alcançados são positivos e demonstram relevância ao abordar que é possível o jogo ser importante

na formação do indivíduo. Sua aplicação é necessária e capaz de promover e estimular o desenvolvimento das habilidades de comunicação e interação social dentro e fora da escola. Os recursos pedagógicos proporcionam atividades lúdicas, criativas e dinâmicas no processo de desenvolvimento intelectual dos alunos com Transtorno do Espectro Autista. Conclui-se nessa pesquisa que o assunto abordado é necessário e através de políticas educacional, promoverá a conscientização e reconhecimento do indivíduo autista, possibilitando promover o acesso nos meios sociais e educacionais, já garantidos por leis.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo. Educação Infantil. Jogos Pedagógicos.

1 | INTRODUÇÃO

Conforme Durkheim (2008), a escola é uma sociedade, um grupo natural que a criança adquire o hábito da vida em comunidade, desperta a necessidade de vincula-se nas ações coletivas. Nesse espaço social possui o necessário para despertar na criança o “espírito de solidariedade”, o sentido da vida em grupo (DURKHEIM, 2008, p. 241). Portanto essa afirmação é fundamental para criança com Transtorno do Espectro Autista frequentar o ensino regular, desde a educação infantil, pois neste ambiente é possível promover o estímulo de experiências coletivas.

Nessa perspectiva, os autores abordados nesse estudo convergem sobre a importância

da temática no ensino infantil. Sanini e Bosa (2015, p. 175) dizem que “a educação infantil assinala, naturalmente, o ingresso de toda criança em um grupo social”. Para Marchiori e França (2018) é necessário reconhecer e valorizar as possibilidades de desenvolvimento do sujeito na relação com seus pares e os adultos. Da mesma forma que Dacroce e Frazão (2016) ressaltam a importância de estimular a prática do lúdico na educação infantil.

O lúdico é representado de diversas formas e contextos fazendo parte das atividades humanas na sociedade. Sua utilização é necessária para uma aprendizagem que valoriza a história e os aspectos socioculturais de cada indivíduo. Da mesma forma no ambiente escolar, a ludicidade permite aos alunos obterem melhores resultados em relação a compreensão do ensino. Nesse estudo, a identificação do lúdico se dará através dos jogos pedagógicos na estimulação da alfabetização, nos sentidos sensoriais e na coordenação motora.

Os jogos são instrumentos de ensino educativo e pedagógico que contribuem no processo de comunicação e interação dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Entre seus benefícios, possibilita ao ambiente escolar organizar intervenções saudáveis para aprendizagem, tornando-as mais prazerosas e compreensivas, pois, conforme destacado por Dacroce e Frazão (2016), os jogos apresentam valores importantíssimos para a construção do conhecimento e do sistema de representação na leitura e na escrita do mundo social.

Percebe-se que esse método de ensino aponta primordialidade na educação infantil e viabiliza a socialização da criança típica e atípica entre o meio, são suportes na estimulação na convivência com a coletividade e no desempenho educacional. Cujos, elementos de características peculiares constroem a personalidade e a compreensão da própria realidade (DACROCE; FRAZÃO, 2016). Ainda, nesse aspecto os jogos educativos aguçam a percepção, despertam a compreensão do grupo, estimulam o respeito das ideias no espaço educacional e possibilitam a aquisição das destrezas sociais necessárias para a vida adulta e a integração na sociedade.

O interesse em pesquisar esse assunto surgiu mediante inquietações profissionais sobre como explorar os campos de experiências na educação infantil, de modo que os alunos possam compreender e assimilar a aprendizagem por meio da educação mais dinâmica que contribua com o desenvolvimento integral dos alunos. Tem por intuito estimular a criatividade, diversão e imaginação do aluno. Entretanto, essa problemática é desafiadora, visto que esses elementos dependem da comunicação, linguagem e interação entre os sujeitos. Desse modo, o objetivo deste artigo é analisar a utilização de jogos pedagógicos como ferramenta de ensino para os alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação infantil.

Através destes marcos conceituais, nota-se que a discussão desenvolvida ao longo da pesquisa apresenta elementos pertinente aos profissionais da educação. Para além disso, aponta estratégias de qualificação no processo ensino-aprendizagem na educação infantil,

ultrapassando as práticas tradicionais. Os autores Dacroce e Frazão (2016) discorrem sobre esses jogos no crescimento cognitivo, social e emocional nos alunos. Do mesmo modo Sanini e Bosa (2015) dizem que os jogos facilitam a identificação das habilidades e potencialidades, possibilita direcionar práticas para o crescimento e desenvolvimento nos alunos com TEA. Para além disso, é importante ressaltar que esse estudo se refere a um Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em Educação e Diversidades, na Instituição Federal de Santa Catarina – IFSC.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para chegar ao objetivo proposto, foi realizado por meio de abordagem qualitativa, uma pesquisa bibliográfica de caráter descritiva. Segundo Gil (2002), a pesquisa descritiva tem como objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre as variáveis. Os materiais bibliográficos utilizados para as análises foram coletados no Site Google Acadêmico e no Portal de Periódicos da Capes, publicados nos últimos cinco anos (2015 a 2020). Os descritores utilizados foram “Transtorno do Espectro Autista AND Educação Infantil” – 15 resultados; “Transtorno do Espectro Autista AND Jogos Pedagógicos” – 02 resultados; e “TEA AND Jogos Pedagógicos” – 04 resultados. Os acessos aos sites ocorreram entre os meses de março a junho do ano de 2020.

A leitura e análise dos resumos dos trabalhos foram realizados de acordo com descritores encontrados, observando o critério apropriado para o desenvolvimento da pesquisa, ou seja, que nos artigos tivesse ao mesmo tempo as palavras: “autismo”, “educação infantil” e “jogos pedagógicos”. Realizou-se em seguida a etapa de refinamento dos artigos, aqueles que estavam mais próximos com o objetivo do estudo. Foram selecionados 3 artigos que estavam coerentes com o objetivo da pesquisa. Após feita a leitura dos três artigos selecionados, as análises e discussões foram estruturadas a partir de três eixos norteadores: 1. Neurodesenvolvimento humano; 2. A Educação Infantil como ambiente promotor do desenvolvimento integral; e 3. Jogos Pedagógicos como ferramenta de ensino para alunos com TEA. O objetivo específico para aplicação da metodologia é fazer o levantamento da bibliografia para atingir o objetivo geral e analisar os três eixos norteadores.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

O levantamento bibliográfico apresentou resultados significativos, levaram ao entendimento mais amplo dos jogos pedagógicos como forma de ensino e metodologia no desenvolvimento educacional dos alunos com TEA na educação infantil. Tais resultados estão expostos neste capítulo nos seguintes eixos: Neurodesenvolvimento Humano,

A Educação Infantil como ambiente promotor do desenvolvimento integral e Jogos Pedagógicos como Ferramenta de ensino para alunos com TEA.

3.1 Neurodesenvolvimento humano

Segundo Durkheim (2008), os indivíduos são seres pertencentes a um grupo que exprimem um sistema de ideias, sentimentos, hábitos, crenças e práticas morais, resultando desse conjunto a formação de um ser social. Constituir este ser em cada indivíduo é o objetivo da educação e do meio em que o indivíduo está inserido. Para isso, o meio deverá responder às suas necessidades e às suas aptidões sensório motoras e depois psicomotoras (GALVÃO, 1998).

A formação da personalidade do ser humano é decorrente, segundo Savoia (1989, p. 54), de “um processo de socialização, no qual intervêm fatores inatos e adquiridos”. Essa construção precisa de tempo: experimentar situações, estabelecer métodos, interagir com objetos e aprender muito mais do que somente os instintos. O cérebro humano trabalha para atingir alguns marcos de desenvolvimento, e as habilidades necessárias para sobreviver vão se desenvolvendo conforme as características genéticas e os estímulos ambientais. Conforme Agertt et al (2019), esses marcos seguem uma programação cerebral que definem como e quando irão se manifestar e, embora existam alterações, não é prudente aceitar os extremos como simples variação, ou seja, a demora em atingir esses marcos não deve ser negligenciada.

O atraso no desenvolvimento do indivíduo pode ser o ponto de partida para a identificação de transtorno do neurodesenvolvimento, como é o caso do Transtorno do Espectro do Autista (TEA). Esse transtorno se instala nos primeiros anos de vida quando os neurônios que coordenam a comunicação e os relacionamentos sociais falham em estabelecer as sinapses e redes necessárias. Devido a isso, é difícil compreender esse transtorno precocemente, quando os processos esperados e programados não se manifestam como deveriam (RODRIGUES; VILA NOVA, 2017).

O termo autismo vem do grego (*autos*) e denota o comportamento de voltar para si. O termo foi utilizado pela primeira vez em 1911, por Eugen Bleuler, um psiquiatra Suíço. No entanto, a denominação do autismo tomou uma proporção maior em 1943, por meio do psiquiatra Leo Kanner, que em suas primeiras pesquisas já abordava características do autismo de forma relevante. Entretanto, a etiologia do autismo ainda é desconhecida (MELLO, 2007).

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de transtornos mentais - DSM 5 (APA, 2014), os principais critérios utilizados para diagnosticar o TEA são os déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos e os padrões restritos e repetitivos de comportamento. A gravidade da condição é avaliada conforme o nível de apoio necessário a cada um desses critérios, conforme segue: Nível 1, exige apoio; Nível 2, exige apoio substancial e Nível 3, exige apoio muito substancial.

Detectar o TEA precocemente é fundamental para eficácia da intervenção e obter melhora no início do quadro clínico do autismo. Toda via na educação infantil é possível identificar algumas características dessa condição pelos professores por meio da observação da participação dos alunos nos jogos pedagógicos e atividades físicas que incluem elementos básicos das habilidades motoras: motricidade grosseira e fina, equilíbrio estático e dinâmico, esquema corporal, organização espacial, temporal e lateralidade (DACROCE; FRAZÃO, 2016).

No Brasil, os direitos das pessoas com TEA ganham maior destaque na lei n.º 12.764/2012 (BRASIL, 2012), onde, em seu art. 3º, afirma que são direitos da pessoa com TEA

I - A vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;

II - A proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

III - O acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo: a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo; b) o atendimento multiprofissional; c) a nutrição adequada e a terapia nutricional; d) os medicamentos; e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;

IV - O acesso: a) à educação e ao ensino profissionalizante; b) à moradia, inclusive à residência protegida; c) ao mercado de trabalho; d) à previdência social e à assistência social. (BRASIL, 2015, Art. 3º).

Essa lei, também conhecida como Lei Berenice Piana, reforça o direito dos sujeitos com TEA serem reconhecidos com suas características e peculiaridades perante a sociedade brasileira. A lei destaca para todos os efeitos legais, que o TEA passa a ser considerado como uma deficiência, garantindo direitos e acessos nos meios sociais e educacionais, já garantidos anteriormente às pessoas com deficiência.

3.2 A educação infantil como ambiente promotor do desenvolvimento integral

De acordo com Mendes (2010), o atendimento a crianças com deficiência menores de cinco anos de idade, durante muito tempo foi ofertado de forma separada daqueles serviços destinados às crianças com desenvolvimento típico. A partir dos anos de 1990, com a criação de políticas públicas e leis regidas por movimentos internacionais pela inclusão, a frequência na escola regular passa a ser um direito de todos os alunos em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino em todo território nacional.

Em 2008 foi publicada a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar (PNEEPEI) (BRASIL, 2008), reafirmando que a inclusão escolar tem início em todas as modalidades de ensino. Ou seja, inicia-se com a educação infantil, para desenvolver as bases necessárias na construção do conhecimento e desenvolvimento global. A Educação Infantil é definida como a primeira etapa da educação básica, que tem como finalidade complementar a ação da família e da comunidade, que se pretende

garantir as melhores oportunidades a todos os alunos (ANDRADE, 2010).

Nunes e Schirmer (2017) argumentam que a creche é, por excelência, um dos espaços para a realização de ações preventivas primárias e possibilita estímulos adequados para análise dos marcos do desenvolvimento na esfera biológica e educacional. Além de ser um ambiente favorável para disponibilizar recursos diversificados e possibilitar a manifestação das condutas de representatividades. Outro fator importante na educação infantil é o lúdico como forma diferenciada de acesso na comunicação e estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos e psicomotores. Que favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança.

Dessa forma, a aplicação metodológica voltada para os jogos pedagógicos na Instituição escolar resulta na contribuição da autonomia e o sentimento de segurança nos alunos com TEA. Além de permanecerem à vontade para serem avaliados e dispostos a intervenções, livres de pressões, ao excluir o caráter obrigatório. Mas proporcionar através dos jogos pedagógicos e das atividades lúdicas o processo de intervenção educacional.

3.3 Jogos pedagógicos como ferramenta de ensino para alunos com TEA

As sociedades Romanas e gregas constituíram seus processos civilizatórios baseados na prática do jogo. O jogo na Grécia servia como descanso do trabalho, como uma espécie de tônico, na medida em que daria repouso à alma. Enquanto, que na sociedade Romana os jogos estavam presentes na estrutura acentuadamente ritualística (HUIZINGA 2000). Para João Batista Freire (1991), os esportes como brincadeiras são considerados manifestações de um fenômeno maior denominado jogo. Para Tavares (2014), o jogo é uma atividade voluntária, exercida dentro de determinados limites de tempo e de espaço, promovendo sentimentos de tensão e de alegria.

Ariès (1981) complementa que na sociedade antiga, a criança já praticava alguns jogos e brincadeiras, como o arco, cartas e xadrez. Participava dos jogos dos adultos, como raquete e inúmeros jogos de salão. Jogos comuns aos de hoje eram mímicas, cabra-cega, esconde-esconde e o jogo de peteca. Piaget (1976) define o jogo como sendo a construção do conhecimento, principalmente nos períodos sensório-motor e pré-operatório.

Portanto, o indivíduo não é um ser que contém a si mesmo, é também um sistema de ideias, de hábitos, de tendências, é uma consciência que possui um conteúdo; por isso a lapidação desse conteúdo se dá na educação (DURKHEIM, 2008). Cujá, educação é responsável por vincular no processo de aprendizagem dos alunos com TEA a prática dos jogos pedagógicos, pois ao brincar e jogar os alunos são estimulados no processo de assimilação das crenças e hábitos do meio em que vive, agindo e reagindo às adversidades que o jogo lhe apresenta.

As crianças mostram um avanço na utilização de objetos individuais ou cooperativos, através de jogos concretos, representativos e imaginários. Na criança com autismo se percebe uma dificuldade no exercício de brincadeiras tanto no contexto social como no não

social, e essa dificuldade acaba sendo considerada uma das características precoces de crianças com autismo (WHITMAN 2015). Dessa forma, é fundamental ensinar habilidades que a criança não possui ou não está conseguindo desenvolver, e até certo ponto pode-se iniciar a estimulação de tais habilidades antes de confirmar o diagnóstico.

Segundo Montoya *et al* (2011, p. 320), a criança vê no brinquedo “a interação com seus pares na troca, no conflito e no surgimento de novas ideias”. Por meio do lúdico o aluno constrói novos significados, o que possibilita a construção de novas representações. Os jogos estimulam o aumento dos níveis cognitivos, particularmente na área das funções simbólicas; da ampliação, da comunicação, por meio de gestos, sinais e palavras; do crescimento social e emocional, através de relações interpessoais com adultos e seus pares (MARCHIORI; FRANÇA, 2018).

Na visão pedagógica do jogo ser um instrumento de ensino, é aconselhável estimular o jogar das crianças com autismo quando faz parte do jogo que ela começou, sem tentar ensinar, mas inserir passos, graduando a atividade. Realizar jogos que utilizam o sentido da propriocepção como empurrar, pular, quebra-cabeças, cartas de cores e materiais de encaixe, para auxiliar a criança a exercitar sua consciência de emoções faciais, coordenação motora fina e ampla, estimula a identificação de faces e aumenta a sensibilidade (LUNGAREZE, 2019).

Os jogos viabilizam a socialização entre os alunos, na criatividade e no espírito de competição, cooperação, elaboração de estratégias e meios para atingir o objetivo do jogo (DACROCE; FRAZÃO, 2016). No entanto, ao preparar um jogo para aplicar aos alunos, alguns questionamentos devem ser levados em consideração, tais como: o jogo propicia a espontaneidade na integração e comunicação? Facilita o aprendizado, a exploração do lúdico? Pode se tornar uma técnica facilitadora na elaboração de conceitos e no reforço dos conteúdos? É uma busca por responsabilidade e autonomia?

No caso dos alunos com TEA, a prática de jogos pedagógicos precisa ser considerada a funcionalidade do jogo, para melhor compreensão, é importante que existam elementos palpáveis e reforços na explicação da sua funcionalidade. Ainda tendo o discernimento que mesmo o jogo pedagógico tendo todos os critérios favoráveis para ter um resultado positivo, há a possibilidade do aluno com TEA não gostar do tal jogo ou naquele momento apresenta indisposição para desenvolvê-lo. Conforme aponta Semensato e Bosa (2013, p.13) “conviver com o autismo é abdicar de uma só forma de ver o mundo”. Por isso, é um desafio para instituição escolar estar atenta nas aplicações dessa ferramenta lúdica no desenvolvimento integral da criança com TEA na Educação Infantil.

As crianças autistas como qualquer outra criança tem suas próprias características que as tornam únicas, devemos parar de olhá-las como apenas um diagnóstico, e sim como qualquer outra criança como suas angústias e alegrias. Ter certeza de que elas são capazes a partir do momento que são estimuladas e inseridas na sociedade (LUNGAREZE, 2019, p.84).

A metodologia didática e lúdica são elementos norteadores na busca de resultados qualitativos, são recursos plausíveis para atingir o ensino desejado no ambiente educacional. Porém, esses benefícios serão visíveis a partir de um processo lento, metodológico e persistente, por parte da instituição. Em contrapartida reconhecer no aluno com TEA sua potencialidade para interagir e desenvolver suas peculiaridades é estar no caminho das intervenções psicopedagógica, preferencialmente por meio dos jogos proporciona a busca da aprendizagem e da convivência saudável com seus pares.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos levantamentos bibliográficos acerca dos jogos pedagógicos como estratégia de ensino para crianças com TEA na educação infantil, foi possível observar aspectos importantes para o desenvolvimento integral dos alunos. A forma metodológica permitiu atingir o objetivo da pesquisa, apresentou avanços positivos na interação com os alunos, abordou elementos para autonomia e condições para tornar o aluno um sujeito ativo dentro da sociedade quando incluídos nos Centros de Educação Infantil.

Os resultados encontrados apresentam uma nova forma de interagir no ambiente escolar através da aplicação de jogos pedagógicos na didática escolar, além de mostrar que essas ferramentas de ensino proporcionam o sentimento de pertencimento do aluno ao ambiente. Outro fator importante é a ludicidade, sendo perceptível seu resultado positivo no desenvolvimento criativo e imaginário. Portanto, é possível afirmar que o lúdico na Educação Infantil está associado à eficácia no processo de ensino e aprendizagem.

Esse estudo atribui critérios importantes para a compreensão de que a criança com TEA com suas peculiaridades e características próprias, através das estimulações e intervenções são capazes de atingir os marcos do desenvolvimento. Através disso reafirma a importância da inclusão e a permanência dos alunos com TEA na instituição de ensino regular, sendo possível a promoção de seu desenvolvimento social, cognitivo e emocional, ainda na Educação Infantil.

Conclui-se nessa pesquisa que a temática é pertinente e de imprescindível assimilação para o ensino, pois, para além das práticas pedagógicas acessíveis, evidencia a necessidade da inclusão dos alunos com TEA por meio e a partir da educação potencializando a equidade e solidariedade como valores sociais, fazendo jus aos direitos fundamentais do ser humano.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Instituto Federal de Santa Catarina câmpus Canoinhas, aos professores da instituição e a minha família por terem contribuído com minha formação acadêmica.

REFERÊNCIAS

AGERTT, F.; et al. Autismo: Um guia para famílias e professores. In: AGERTT, F. **Caminhos diagnósticos do autismo**. 1.ed. Joinville: Santorini, 2019. cap.1, p.11-30.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais- DSM-5**. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed. 2014.

ANDRADE, L. B. P. **Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais**, São Paulo: UNESP. 2010.

ARIÈS, P. História social da criança e da família: alternativas teóricas e práticas. Rio de Janeiro: 1981.

BRASIL. Lei nº 10.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm>, Acesso em: 15 jun. 2020.

_____. **Lei n. 13.146 de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 03 ago. 2020.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>>, Acesso em: 15 jun. 2020.

DACROCE, M.; FRAZÃO, C. S. O lúdico na educação infantil: Um relato de aprendizagem significativa no processo de desenvolvimento intelectual e de interação social da criança. **Revista Internacional de Apoio a la Inclusión, Logopedia, Sociedad y Multiculturalidad**. v. 2, n. 4, p. 114 – 128, mês out. 2016. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6941132>>, Acesso em: 10 maio. 2020.

DURKHEIM, E. **A educação moral**. Tradução: Raquel Weiss. Petrópolis: Vozes, 2008.

LUNGAREZE, F. F. A. O Transtorno do Espectro Autista: Um olhar a partir da Terapia Ocupacional. In: **Caminhos diagnósticos do autismo**. 1.ed. Joinville: Santorini, 2019. cap.4, p.71-84.

FREIRE, João Batista. De corpo e alma – o discurso da motricidade. São Paulo: Summus, 1991.

GALVÃO, I. **Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998. Disponível em: <https://petpedufba.files.wordpress.com/2016/02/galvao_henri-wallon-1.pdf>, Acesso em: 17 abr. 2020.

GIL, C. A. **Modelos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HUIZINGA, J. Homo Ludens: O jogo como elemento da cultura. Tradução: João Paulo Monteiro. São Paulo. Perspectiva S.A.2000.

MARCHIORI, F. A.; FRANÇA, A. A. C. Práticas e articulações pedagógicas na educação infantil: contribuições ao processo de desenvolvimento de uma criança com autismo. **Revista Zero-a-seis**, v. 20, n. 38 p. 488-513, jul-dez 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/1980-4512.2018v20n38p488>>, Acesso em: 10 maio. 2020.

MELLO, A. M. S. Ros de. **Autismo: guia prático**. 5 ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2007. Disponível em: <<http://www.autismo.org.br/site/images/Downloads/7guia%20pratico.pdf>> Acesso em: 20 ago. 2020.

MENDES, E. G. **Inclusão marco zero: começando pelas creches**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2010.

MONTOYA, D. O. A. et al. **Jean Piaget no século XXI escritos de epistemologia e psicologia genéticas**. Marília: Cultura Acadêmica, 2011.

NUNES, L. R. O. P.; SCHIRMER, C. R. (orgs.). **Salas abertas: formação de professores e práticas pedagógicas em comunicação alternativa e ampliada nas salas de recurso multifuncionais [online]**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2017.

PIAGET, J. A formação do símbolo na criança: imitação, jogo, imagem e representação. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

RODRIGUES, M. M.; VILA NOVA, L. C. P. **Tratado de Neurologia Infantil**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2017.

SEMENSATO, M. R.; BOSA, C. A. A família das crianças com autismo: contribuições empíricas e clínicas. In: SCHMIDT, C. (org.). **Autismo, educação e transdisciplinaridade**. Campinas, SP: Papyrus, 2013. cap. 5, p.59-67.

SANINI, C.; BOSA, A. C. Autismo e inclusão na educação infantil: Crenças e autoeficácia da educadora. **Revista Estudos de Psicologia**, Porto Alegre, vol. 20, n. 3, p. 173-183, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2015000300173&script=sci_abstr_act&tlng=pt>, Acesso em: 10 maio. 2020.

SAVOIA, M. G. **Psicologia social**. São Paulo: McGraw-Hill, 1989.

TAVARES M.I.S. **Jogos pedagógicos na Educação Infantil**. 2014. Monografia (Especialização)- Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira. 2014.

WHITMAN, T.L. **O desenvolvimento do autismo social, cognitivo, linguístico, sensório motor e perspectivas biológicas**. Ed Milton Mira de Assunção Filho. São Paulo: M.Books, 2008

CAPÍTULO 16

MEMÓRIA REDIMIDA: O PROCESSO DA CONSTRUÇÃO DO MONGE JOSÉ MARIA COMO PERSONAGEM DE RPG

Data de aceite: 23/07/2021

Christian Yuri Machowski

Universidade do Estado de Santa Catarina
UDESC
Florianópolis

RESUMO: Dentre as personagens históricas da Guerra do Contestado, o monge José Maria destaca-se como um personagem apresentado sob uma ótica vilanizada nos relatos do conflito. Apesar de ser citado em documentos legais e fontes da época, o mistério em relação a sua vida permanece, sendo que as informações fornecidas são desconhecidas e até mesmo contraditórias. Essa zona nebulosa sobre sua trajetória facilitou o posterior processo de demonização de sua memória. Distinguir o que é “verossímil” do que é “ficção histórica” é uma tarefa bastante difícil e muitas vezes inconclusiva. O caso de José Maria encaixa-se dentro dessa problemática, contudo, há a possibilidade de depurar as fontes primárias e secundárias no intuito de reabilitar a memória dos derrotados através da fala dos vencedores. Esse trabalho deriva-se da pesquisa de dissertação no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Esse projeto de pesquisa é orientado pelo Prof. Dr. Rogério Rosa Rodrigues e o processo de elaboração da dissertação são amplamente discutidos dentro do grupo de estudos chamado de “Estação Contestado”, coordenado pelo próprio orientador

e integrado por alunos da graduação e da pós-graduação da UDESC e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

PALAVRAS-CHAVE: Monge José Maria; Guerra do Contestado; Role-playing Game; Ensino de história.

1 | INTRODUÇÃO

Dentre as personagens históricas da Guerra do Contestado, o monge José Maria destaca-se como um personagem apresentado sob uma ótica vilanizada nos relatos do conflito. Apesar de ser citado em documentos legais e fontes da época, o mistério em relação a sua vida permanece, sendo que as informações fornecidas são desconhecidas e até mesmo contraditórias. Essa zona nebulosa sobre sua trajetória facilitou o posterior processo de demonização de sua memória. Distinguir o que é “verossímil” do que é “ficção histórica” é uma tarefa bastante difícil e muitas vezes inconclusiva. O caso de José Maria encaixa-se dentro dessa problemática, contudo, há a possibilidade de depurar as fontes primárias e secundárias no intuito de reabilitar a memória dos derrotados através da fala dos vencedores.

Esse trabalho deriva-se da pesquisa de dissertação no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Esse projeto de pesquisa é orientado pelo Prof. Dr. Rogério

Rosa Rodrigues e o processo de elaboração da dissertação são amplamente discutidos dentro do grupo de estudos chamado de “Estação Contestado”, coordenado pelo próprio orientador e integrado por alunos da graduação e da pós-graduação da UDESC e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Esse trabalho possui como objetivo a elaboração de um “perfil histórico” do monge José Maria através da análise das fontes impressas selecionadas sobre essa personagem. Esse perfil de José Maria será utilizado como “fio condutor” de uma sessão de jogo de *RPG* (*Role-playing game*, jogo de interpretação de personagens em tradução livre) denominado de “*Guerra Santa cabocla*” que está sendo desenvolvido ao longo do processo de elaboração da dissertação.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a montagem desse perfil de *NPC* (*Non-player character*, personagem não-jogável) serão analisados uma fotografia (de autoria desconhecida) atribuída ao monge José Maria, trechos da obra publicada pelo militar Demerval Peixoto “*A campanha do Contestado*” (1919) e trechos das publicações feitas pelos monges franciscanos alemães compilados por Frei Aurélio Stulzer no livro “*Guerra dos Fanáticos*” (1912-1916) (1983). Logo em seguida, será criada a ficha do personagem e, por fim, os alunos irão criar suas fichas de personagens e serão inclusos na sessão do jogo, iniciando-se a aventura na cidade de Curitiba em agosto de 1912 e a retirada do monge em direção ao Irani dentro do território contestado. A ficha de criação de personagem irá conter as informações gerais e três conjuntos de habilidades conforme a figura 1 abaixo.

Para a montagem dos personagens jogáveis e não-jogáveis serão montadas fichas de personagens que vão ter informações gerais sobre o personagem como seu nome, idade, origem, gênero, raça e profissão. Com exceção dos personagens não-jogáveis, todos os atributos gerais serão dados pelo próprio aluno conforme assim desejarem. Em relação aos personagens não-jogáveis, estes serão personagens históricos que realmente atuaram no conflito e os seus dados serão atribuídos em conformidade com as fontes disponíveis para a montagem da ficha.

		<i>Guerra Santa Cabocla</i>			
Nome do Personagem:	_____	Gênero:	_____		
Idade:	_____	Raça (como se identifica):	_____		
Origem:	_____	Profissão:	_____		
Habilidades (10/7/5)					
Habilidades Físicas					
Força	<input type="checkbox"/>				
Vigor	<input type="checkbox"/>				
Habilidade - Armas brancas	<input type="checkbox"/>				
Habilidade - armas de fogo	<input type="checkbox"/>				
Habilidades Sociais					
Carisma	<input type="checkbox"/>				
Lábia	<input type="checkbox"/>				
Oratória	<input type="checkbox"/>				
Política	<input type="checkbox"/>				
Habilidades Místicas					
Força de Vontade	<input type="checkbox"/>				
Misticismo(visões/sonhos)	<input type="checkbox"/>				
Teologia	<input type="checkbox"/>				
Curandeirismo	<input type="checkbox"/>				
Pontos de Vida					

Figura 1. Ficha padrão de personagens do jogo “Guerra Santa Cabocla”.

Fonte: do próprio autor.

Além das informações gerais, existem as habilidades a serem desempenhadas pelos personagens e variam do nível 01 (domínio básico da habilidade) ao nível 05 (domínio extraordinário da habilidade). O RPG consiste não somente na interpretação dos personagens, mas também na avaliação das habilidades dos personagens para tanto há a utilização de lance de dados para determinar os sucessos e fracassos das ações relacionadas a essa habilidade, sendo assim se um jogador com a habilidade mediana em manejo de armas de fogo (Nível 03, por exemplo, necessitar manejar uma arma de fogo em uma batalha campal será necessário fazer o lance de dados para verificar o seu sucesso e/ou fracasso. O sucesso ocorrerá caso ele obtenha o mesmo número equivalente ao seu nível (no caso, 03) ou superior, caso contrário a ação irá resultar em falha. Portanto, quanto maior for o nível de habilidade dominado pelo personagem maior será a possibilidade de sucesso nas ações que necessitam o uso daquela habilidade.

As habilidades do jogo dividem-se em três conjuntos que serão: Habilidades físicas: são as habilidades utilizadas para atividades que exigem força ou habilidade física para serem desempenhadas. Existe a força (referente à força muscular do personagem), vigor (capacidade de resistência física), habilidades com armas brancas (manejo de espadas, facões, etc) e habilidades com armas de fogo (manejo de revólveres, garruchas, espingardas, rifles, etc). Habilidades sociais: são as habilidades utilizadas para o desempenho de ações de interação com outros personagens sejam jogáveis ou não. São elas: o carisma (capacidade de provocar engajamento na comunicação com outros personagens); lúbia (capacidade de persuasão do personagem em relação aos outros); oratória (domínio das técnicas de fala a grandes multidões); e política (existência de rede de contatos políticos locais e estaduais para a obtenção de vantagens e favores). Habilidades místicas: São aquelas relacionadas ao conhecimento das crenças populares e a utilização dessas para diversos fins. Esse conjunto de habilidades é constituído por: Força de vontade (capacidade de crença em sua própria fé mesmo durante momentos difíceis), Misticismo (capacidade de ter visões e sonhos proféticos), Teologia (conhecimento das práticas do catolicismo popular e dos livros sagrados) e Curandeirismo (conhecimento de ervas e benzimentos para o combate de males físicos e males espirituais);

Para fins da configuração das características do personagem *José Maria* será utilizado duas fontes para a montagem dele. Primeiramente a suposto foto atribuída ao monge José Maria de data desconhecida. Nessa foto, o suposto monge está cercado por três moças (uma à esquerda e outras duas à direita). A partir dessa imagem (figura 2), podemos atribuir algumas das características físicas do personagem a ser criado, pois ao que parece trata-se de um homem de 35 a 45 anos de idade, de média estatura (1,60 a 1,70 m de altura) aparentando possuir certa robustez física e apresenta porte bastante altivo, aparentando estar bem à vontade em relação ao ato de ser fotografado.



Figura 2. Suposta monge José Maria, Autoria e data desconhecida.

Fonte: MultiRio.

Para a elaboração dos conjuntos de habilidades sociais e místicas utilizar-se-á dos registros escritos de Demerval Peixoto e aqueles escritos pelos frades franciscanos ao período do conflito. Sendo assim, a sua ficha irá ser constituída da seguinte maneira como segue abaixo na figura 3. Para a constituição de suas informações gerais, como foi falado existe muito pouco de realmente concreto e assim descreveu-o Peixoto (1919):

Valendo-se da supersticiosa convicção dos sertanejos, em 1912, o ex-soldado do exército, depois desertor do Regimento de Segurança do Paraná, Miguel Lucena de Boaventura, a imitação daquele asceta e cognominando-se José Maria de Santo Agostinho, arregimentara os crédulos do monge então desaparecido (PEIXOTO, 1919, p. 63).

Levando em consideração essas informações é possível estabelecer que apesar de não fazer mais parte das instituições militares mencionadas, pode-se deduzir que esse possua um bom manejo de armas de fogo (Nível 04) e de armas brancas (Nível 03) e levando em consideração as informações presentes na imagem (Figura 1) é possível verificar que apesar de possuir uma compleição bastante imponente, provavelmente essas qualidades físicas declinaram com o passar dos anos o que justificaria os níveis de Força e de Vigor já um pouco deteriorados (Nível 02 para ambas).

	<i>Guerra Santa Cabocla</i>		
Nome do Personagem:	Monge José Maria - Miguel Lucena de Boaventura(?)	Gênero:	Masculina
Idade:	C. 35 anos	Raça (como se identifica):	Desconhecido
Origem:	Desconhecida	Profissão:	Desertor da Polícia Militar do Paraná; Curandeiro e místico
Habilidades (10/7/5)			
Habilidades Físicas (5)			
Força	[2]		
Vigor	[2]		
Habilidade - Armas brancas	[3]		
Habilidade - armas de fogo	[4]		
Habilidades Sociais (7)			
Carisma	[4]		
Lábia	[3]		
Oratória	[3]		
Política	[4]		
Habilidades Místicas (10)			
Força de Vontade	[5]		
Misticismo(visões/sonhos)	[2]		
Teologia	[2]		
Curandeirismo	[5]		
Pontos de Vida			

Figura 3. Ficha do NPC Monge José Maria.

Fonte: do próprio autor.

Das habilidades sociais é possível através das fontes impressas determinar algumas características apontadas que são interessantes para a elaboração da ficha do personagem. Foquemos inicialmente na questão do Carisma. De acordo com Padre Cletus Espey:

José Maria – eis o seu nome – um egresso da cadeia de Palmas, dava-se por curandeiro e médico milagroso; conseguia muito movimento em torno de si. Aproveitando-se da ignorância e da credulidade do povo usava a máscara da piedade, fazia novenas públicas, organizava procissões, distribuía orações supersticiosas e procurava por toda forma passar por taumaturgo divinamente abençoado (ESPEY in STULZER, 1983, p.41)

Conclui-se que José Maria era uma pessoa bastante carismática e habilidosa no uso dos conhecimentos relacionados à religiosidade popular, o que leva a conclusão que dentro do jogo podemos estabelecer que o seu carisma (Nível 04) e assim também podemos através desse trecho verificar que ele era um excelente vendedor de sua própria imagem, o que determina que os seus dotes em Lábia e Oratória também sejam acima

da média (Nível 03).

Porém, cabe ressaltar que mesmo que esteja sendo feito a montagem do personagem em conformidade com as fontes impressas feitas na época do conflito, não podemos deixar de discutir o fato de essas fontes colocarem José Maria como o grande vilão causador do conflito e que não passava de apenas um “espertalhão dos novos tempos” (PEIXOTO, 1919 p. 64) que visava apenas obter o favor das moças e obter dinheiro fácil através da credulidade da população cabocla para a criação de uma farmácia popular, mas que, ao final, virou um local de distribuição de rezas feitas pelo próprio monge e copiadas e vendidas a quem desejasse. Essa discussão da imparcialidade das fontes históricas escritas pelos vencedores e o silêncio dos vencidos será feito adiante na parte da própria discussão teórica desse trabalho.

Para encerrar a parte referente às habilidades sociais cabe citarmos o escrito de Frei Rogério Neuhaus, importante frade franciscano em missão na região serrana de Santa Catarina, dando as razões pelas quais o então Miguel Lucena de Boaventura foi liberado do cárcere na cidade paranaense de Palmas:

[...] tinha sido preso, por algum crime. O prefeito (PALMAS-PR), porém, teve pena dele, restituindo-lhe a liberdade. O rapaz astuto, então mudou seu nome de Ventura, em José Maria, vindo para o lado do Uruguai. Mais tarde mudou-se para a fazenda dos srs. Cipriano de Almeida e Francisco de Almeida. Foi procurado por muita gente que queria remédios. Ele não os distribuía, mas apenas receitava, parando cerca de 2 meses na dita fazenda. (NEUHAUS in STULZER, 1983, p. 33)

Peixoto (1919, p. 123) também aborda a questão do monge possuir boas relações com alguns políticos locais que lhe forneciam proteção e outorgavam-lhes favores tal como a libertação de prisão e até mesmo o ato que provocou a saída de José Maria em direção ao Irani foi motivada pelo fato do monge participar de uma festividade religiosa na cidade de Curitiba e não ter recebido as súplicas do mandatário local, o coronel Francisco Albuquerque, provocando-lhe a ira do potentado.

Esses fatores elencados pelas fontes impressas podem determinar que as relações estabelecidas entre o monge e os políticos locais eram bastante próximos e capazes de selar a paz e de provocar a guerra, o que levou a estabelecer que a sua habilidade em Política era bastante elevada (Nível 04), além de, claro, assim como o monge João Maria de Jesus (antecessor de José Maria) a questão da rejeição à ordem republicana vigente também estava presente em suas prédicas, o que, de acordo com Stulzer (1983, p. 34), os franciscanos de Lages assim escreveram:

Pessoas influentes consideram uma honra convidá-lo a uma visita. O chefe político e superintendente de Curitiba destacou comitiva para levar-lhe um convite e e preparou-se com os habitantes locais para recebê-lo da maneira mais festiva.[...] O nosso profeta achou a hora azada para proclamar, à margem do Taquaruçu, a monarquia, cujo cetro foi colocado nas mãos dum certo Manuel Alves d’Assunção, aclamado como Rei D.Manuel I.[...]Como

Cristo conquistara o mundo com 12 apóstolos, também o quer fazer José Maria com os escolhidos, ignorantes da vida moderna e dos progressos na arte de guerra.

Sobre as habilidades místicas/religiosas, José Maria destacava-se como um grande curandeiro e aquele que era extremamente convencido de suas próprias prédicas apesar de não possuir os conhecimentos religiosos considerados necessários para isso – o que determinaria a sua baixa pontuação em Teologia (nível 02) como atesta Stulzer:

Prega ao povo a palavra de Deus, não porém pelas Escrituras como João Maria, - seus conhecimentos religiosos parecem ser parcos – mas transmitia o que, iluminado, recebia em telegramas diários, todo o dia e toda hora, diretamente de Deus, como afirmava. Dotado de tal clarividência e amigo íntimo do Altíssimo não admira que seu prestígio cresça e em medida igual a devoção por ele (STULZER, 1983,p. 34).

Apesar de ter sido um homem considerado um verdadeiro santo pela população, José Maria não era conhecido -ou não foi mencionado nas fontes – sobre possíveis visões e/ou sonhos por eles vivenciados o que resultou, para fins da elaboração de sua ficha a baixa pontuação em Misticismo (Nível 02). A grande reputação de curandeiro alcançada por José Maria fez com que muitos iniciassem a andar juntamente com ele para onde quer que fosse, sendo que, muitos desses foram desalojados de suas terras pelas ações de jagunços a mando dos coronéis locais e da empresa construtora da Ferrovia São Paulo-Rio Grande, a *Southern Brazil Lumber Company*. Estava feito o barril de pólvora, bastava apenas a faísca para a guerra de origem social, mas com grande apelo religioso/místico ocorresse, porém, muitos que seguiam o monge José Maria apenas queriam curar seus corpos e suas almas e, por essas razões seguiam-no onde quer que fossem, mesmo que, posteriormente, fossem vistos como invasores (o caso da expedição paranaense liderada pelo Coronel João Gualberto que resultou na sangrenta e infame batalha do Irani) e posteriormente como fanáticos. Porém, esses homens e mulheres dos sertões não entendiam o porquê o governo lhes movia seu exército contra os seus representantes de sua fé, conforme Cletus Espey relata que:

Disto eu tive prévio entendimento ao hospedar-me numa viagem pastoral, no Taquaruçu, na casa do senhor Praxedes Gomes Macedo, que fora apóstolo, e no Irani tivera ferimentos. Numa de nossas conversas de amigo, explicou-me a injustiça que lhes fizera o Governo. [...] Nós queríamos tratar o nosso corpo doente com José Maria e praticar a nossa religião católica romana, como os padres nos ensinaram e fazer comunitariamente as nossas orações. [...] Tivemos grandes gastos, tudo nós mesmos pagamos, não roubamos, nem usamos de violência contra um nosso semelhante. [...] Seria isto contra as leis da Nação? (ESPEY in STULZER, 1983, p.42)

A sua fama de curandeiro e o fato de manter as críticas ao governo republicano e aos representantes da Igreja Católica, além de claro de incentivar os seus seguidores no vindouro combate do Irani dizendo-lhes que estavam com o corpo fechado e que o exército

não o poderia vencer eles (Idem, *ibidem*, p. 38) , leva-nos a concluir que o nível de Força de Vontade é bastante elevado, assim como a sua fama de curandeiro, o que, inclusive, motivou os combatentes caboclos do Contestado a resistirem às constantes investidas do Exército e dos grupos de vaqueanos, apesar das grandes desvantagens materiais que eles enfrentaram.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A figura de José Maria é bastante controversa dentro da memória e da historiografia do Contestado, porém é possível estabelecer algumas características notáveis de sua trajetória, tais como: o conhecimento sobre ervas medicinais e métodos de cura da medicina popular; uma forte identificação com a tradição religiosa dos monges andarilhos que percorriam a região no final do século XIX e início do século XX; e a presença carismática da personalidade de José Maria o que lhe permitia a circulação em diferentes círculos sociais.

Ao passo que o jogo desenrolasse, é possível aos alunos estabelecerem as razões pelas quais as pessoas do Contestado acreditavam e possibilita através da interpretação do personagem *José Maria* por parte do professor uma maior aproximação do próprio personagem histórico tão vilipendiado pelas fontes impressas de sua época e posteriormente reproduzidas pela própria historiografia do conflito.

De acordo com Thomé (1999, p. 129), o desconhecimento sobre o seu passado e a sua morte prematura não permitiu ouvir sua própria versão dos fatos por ele próprio, sendo assim, restou-lhe apenas um único papel: aquele de “vilão da História” (*Idem, ibidem*). Essa visão vilanizada de José Maria já era muito presente nas fontes da época, seja nos meios militares, nas narrativas dos franciscanos alemães e também, obviamente, na imprensa e nos processos judiciais derivados do conflito, em especial na Batalha do Irani. Segundo Peixoto (1919), o suposto monge tinha nome e sobrenome: Miguel Lucena de Boaventura. Além disso tinha também um passado obscuro como “ex-soldado do exército, depois desertor do Regimento de Segurança do Paraná” (PEIXOTO, 1919, p. 63).

Apesar disso, não há fontes que comprovem que de fato Miguel Lucena de Boaventura era o Monge José Maria. Portanto, entre diferentes versões que constam nas fontes e na historiografia, a trajetória de vida pregressa do monge José Maria continua “sendo um ponto de relativa nebulosidade na História do Contestado” (KUNRATH, 2020, p. 61). Sendo assim, resta aos historiadores obter informações sobre a trajetória desse personagem-chave através das fontes históricas produzidas por seus antagonistas, sendo necessário, assim, aplicar o método benjaminiano de “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 1987, p. 225), resgatando do silêncio as vozes dos vencidos.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em consideração a importância da atuação do monge José Maria na região do Contestado e no período anterior ao início da guerra, convém não somente resgatar a sua memória que foi vilanizada por seus contemporâneos e reproduzida por muitos estudiosos *a posteriori* como também proporcionar aos alunos e professores uma perspectiva da história que não apenas ouve as vozes hegemônicas dos vencedores através da criação de um personagem de *RPG* que será o personagem- central de uma das sessões do jogo e através desse resgate provocar o questionamento da memória como algo sólido e imutável, fazendo defeitos na memória como Albuquerque Junior (2012,p.37) defende como um dos papéis primordiais da história e conseqüentemente também para o ensino de história nesses tempos tão conturbados e cheios de intolerância e ódio disseminado.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Durval Muniz. **Fazer defeitos nas memórias:** para que servem o ensino e a escrita da história? In: Gonçalves, Marcia de Almeida et all (org.). Qual o valor da história hoje? Rio de Janeiro: FGV, 2012

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política:** Ensaios sobre literatura e história da cultura, obras escolhidas vol. 1, Trad. Sergio Paulo Rouanet, 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense. 1987.

KUNRATH, Gabriel Carvalho. **Não tivemos outro jeito, ou morríamos ou nos defendíamos:** uma análise acerca da Batalha do Irani (1912). Dissertação (Mestrado) — Programa de PósGraduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2020.

PEIXOTO, Dermerval. **A Campanha do Contestado:** episódios e impressões. Rio de Janeiro: [s.n.], 1920.

STULZER, Aurélio. **A Guerra dos Fanáticos (1912-1916).** *Petropolis: Editora Vozes, 1983*

THOMÉ, Nilson. **Os Iluminados:** personagens e manifestações místicas e messiânicas no Contestado. Editora Insular, 1999.

O NOVO VALE DOS IMIGRANTES: O CONFLITO ENTRE ECONOMIA E CULTURA

Data de aceite: 23/07/2021

Alexandre Lima de Oliveira

Universidade Federal de Santa Catarina UFSC,
Curitibanos / Graduando

Francine Soares de Almeida

Universidade Federal de Santa Catarina UFSC,
Curitibanos / Graduando

Karen Wesseler Jung

Universidade Federal de Santa Catarina UFSC,
Curitibanos / Graduando

Daniel Granada da Silva Ferreira

Universidade Federal de Santa Catarina UFSC,
Curitibanos / Centro de Ciências Rurais

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo abordar a temática em relação a mudança no nome da região antes conhecida como, Vale do Contestado para Vale dos imigrantes, e tratar especialmente as implicações que esta decisão tem causado nas populações que vivem nesta região, não somente nativos da terra, mas também muitos imigrantes que tiveram grande participação no desenvolvimento histórico, cultural e também adotaram condutas de vida e crenças de caboclos da região. A pesquisa tem sido realizada através de revisões bibliográficas para estudo da história e a busca por relatos de pesquisadores, historiadores, professores e cidadãos da região. A importância da história da Guerra do Contestado na vida das pessoas que vivem no Planalto Catarinense faz com que seja necessário a análise mais cautelosa dessa

mudança, visto que afeta de forma direta na identidade cultural dos povos do Contestado, ferindo não somente suas histórias, mas como suas crenças. A Instância do Governo Regional do Vale do Contestado (IGR) afirma que o novo nome exercerá um maior atrativo turístico para a região, promovendo o desenvolvimento econômico desses municípios, além da mudança, também a exclusão de algumas cidades. Por outro lado, o Grupo de Investigação sobre o Movimento do Contestado (GIMC) citam suas opiniões para reversão deste processo, alguns apontam esta atitude como “vender a região” para título econômico relacionado ao turismo. A pesquisa faz parte de um projeto sobre cultura e identidade do planalto catarinense e por isso traz a importância de saber a opinião dos povos que ali vivem, trazer os debates, justificativas e projetos implementados.

PALAVRAS-CHAVE: Vale do Contestado. Vale dos Imigrantes. Guerra do Contestado. Cultura. Identidade.

1 | INTRODUÇÃO

O artigo foi escrito pela equipe do Projeto Culturas do Campo: as identidades de gerações, que tem como objetivo utilizar a arte e os meios de divulgação e comunicação a fim de expandir a cultura do campo. Desta forma promover a valorização das raízes e relembrar as identidades culturais do Planalto Serrano Catarinense, no qual muitas pessoas circulam e onde a Universidade está inserida. Visamos com isso a valorização das identidades regionais e o

resgate histórico da identidade social da região, levando o passado em consideração para compreensão do contexto atual, com vistas à construção de um futuro mais inclusivo e tolerante. Trata-se de uma pesquisa exploratória multimétodos, que será realizada através de pesquisa bibliográfica e documentação, realização de entrevistas, fotos, vídeos sobre as identidades culturais da região de Curitiba e do Planalto Catarinense.

Passado o centenário do início da maior Guerra Civil do Brasil, nesta região dos estados de Santa Catarina e Paraná onde ocorreu a Guerra do Contestado evidencia-se um subdesenvolvimento em relação às demais regiões dos estados. Nota-se de acordo com dados publicados pelos órgãos estaduais que a região do Vale do Contestado não conseguiu acompanhar o padrão de desenvolvimento das outras regiões, apresentando os menores índices de qualidade de vida dos estados. As razões por trás dessas diferenças no Índice De Desenvolvimento Humano podem ser muitas, como a falha nas políticas públicas em integrar o Planalto Catarinense, a distância da Capital em Florianópolis, ou a concentração histórica de riquezas nas mãos de poucos. O Índice de Desenvolvimento Humano tem como critérios indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita), e é, portanto, um bom indicador da qualidade de vida na região. Na região, é possível identificar que a segregação entre os descendentes dos coronéis e dos caboclos que levou à Guerra civil se mantém mesmo após 100 anos.

A Guerra do Contestado ocorreu devido a vários fatores, tanto sociais, políticos, econômicos como religiosos e marcou profundamente a memória dos moradores dessa região. Além disso, foi fundamental para a delimitação dos limites dos estados de SC e PR e da formação territorial das cidades da região. Essa importância faz com que ser morador do Vale do Contestado seja parte da identidade cultural das pessoas do Planalto Catarinense. A memória da Guerra se mantém viva nessas cidades, com museus, monumentos e, principalmente, nas histórias contadas entre as gerações.

No dia quatro de julho de 2019, a decisão proferida pela Instância do Governo Regional do Vale do Contestado (IGR), que mudou o nome da região turística para Vale do Imigrante causou grande repercussão. Autoridades, historiadores, pesquisadores, professores e cidadãos da região do contestado se sentiram ignorados e tiveram suas identidades culturais, de acordo com seus depoimentos, desrespeitadas pela mudança. No centro do debate, coloca-se uma disputa entre o campo “cultural” e o “econômico”. A notificação da mudança escolheu esconder o passado, em que muitas mortes ocorreram numa Guerra Civil, em prol de valorizar a imigração europeia que teria um maior atrativo turístico. Seria essa a alternativa para alavancar o desenvolvimento econômico da região do Planalto Catarinense? A Instância do Governo Regional do Vale do Contestado parece pensar assim. Além disso, a exclusão de muitos municípios que não teriam a capacidade de acolher os turistas do novo Vale dos Imigrantes aumentou ainda mais o descontentamento popular.

21 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A região do Vale do Contestado 104 anos após a Guerra é composta por uma grande parcela da população nos limites da pobreza. O plantio de pinus substituiu as centenárias araucárias que são ponto de referência da região, transformando a paisagem da região num deserto verde. Segundo Mengue (2015) o reflorestamento com o uso de *Pinnus spp.* além de influenciar nos ecossistemas e diminuir a biodiversidade do local, prejudicam a saúde dos habitantes. O cultivo de pinus transforma as propriedades, antes usadas para produção de alimento e subsistência, agora integradas no cultivo dessa planta invasora.

Para exemplificar a disparidade entre cidades do Vale do Contestado com o restante do estado, vamos utilizar os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil sobre a cidade de Timbó Grande, localidade da última batalha da Guerra Civil. Com sete mil habitantes, a pequena cidade possui 46% da população vulnerável à pobreza. Logo, podemos comparar com a média do estado de Santa Catarina, que possui mais de 6 milhões de habitantes com apenas 12% da população vulnerável à pobreza. Nota-se que políticas públicas ineficientes têm deixado de lado as cidades do Planalto Catarinense, que não possuem o mesmo desenvolvimento e qualidade de vida do restante do estado.

Nesse sentido, a justificativa para a decisão da mudança para Vale dos Imigrantes foi acima de tudo econômica. A Instância do Governo Regional do Vale do Contestado (IGR) afirma que o novo nome exercerá um maior atrativo turístico para a região, promovendo o desenvolvimento econômico desses municípios. Além disso, a exclusão de algumas cidades que não teriam o mesmo padrão para acolher os visitantes foi justificada, e a nova região incluída no Mapa do Turismo 2019.

Com base no contexto histórico da região e de todo seu processo de desenvolvimento, pesquisadores, historiadores, antropólogos, geógrafos e cientistas sociais do Grupo de Investigação sobre o Movimento do Contestado (GIMC) citam suas opiniões para reversão deste processo de mudança de nome e de desmembramento de cidades. De acordo com Pinheiro (2019), esta mudança tem apenas um objetivo econômico que é o turismo. Portanto, nada mais falso do que negar e excluir parte da história para “vender” a região. Esta tentativa de se impor uma identidade à força, desvaloriza parte dos povos que contribuíram ao longo de todo o contexto histórico e moldagem da região.

Outro fato argumentado pelo Grupo de Investigação sobre o Movimento do Contestado (GIMC), é a questão de que muitos dos imigrantes, principalmente alemães, italianos e poloneses que viviam nesta região, adotaram condutas de vida e crenças de caboclos da região. De acordo com Welter (2007) esta ênfase no modo de vida desses povos mantém tradições e culturas hierárquicas que podem ser vistas até hoje em nosso dia-a-dia. Como, por exemplo, a devoção aos monges João Maria Agostini, João Maria de Jesus e José Maria, que segundo as crenças, percorriam a região realizando milagres, profecias, curas e confortaram pessoas por onde passavam. João Maria de Agostini (1801-

1869) foi um monge italiano conhecido por seus métodos de cura com ervas, rezas e água benta, também pregava profecias e para muitos até realizava milagres. Anastás Marcáf, conhecido como João Maria de Jesus, outro monge que habitou a região do planalto catarinense, de origem francesa, declarava que recebia em sonhos, as profecias de guerras e castigos de Deus, seguia os ensinamentos de Jesus, também realizava curas e confortava famílias pobres. Miguel Lucena Boaventura, terceiro monge famoso que tivera passado pela região, chamado de José Maria Agostinho, dizia ser a reencarnação do primeiro, e em outras ocasiões, irmão do segundo. Brasileiro, ex-militar, realizava os mesmos métodos de cura dos outros monges.

De acordo com Ana Paula Flores, responsável pela secretaria da empresa catarinense de turismo SANTUR, no artigo escrito no Jornal Comunidade (2019) a Instância de Governança Regional (IGR), órgão responsável pela deliberação de todas essas mudanças, é aberta a todos os municípios, basta demonstrar interesse na participação. Segundo Ana: “Foram realizados diversos debates e audiências acerca do tema, com o objetivo de proporcionar melhor segmentação do turismo no Estado”. A presidente da IGR “Vale dos Imigrantes” Dirlei Barbieri Rofner argumentou sobre o antigo anseio de conseguir a aprovação para a divisão da região.

Segundo a Instância de Governança Regional (IGR), a pauta sobre as mudanças foi liberada com antecedência. Para os coordenadores do GIMC, é insuficiente e não justifica o problema da participação social na deliberação. Afirma ainda que o resultado fez parte de uma dinâmica contando com apenas representantes de 20 dos 50 municípios da região, e que os representantes que deliberaram eram na sua maioria empresários do turismo. Desta forma o GIMC deseja que seja anulada a decisão de denominação da região e que retorne o nome de “Vale do Contestado”.

O professor do curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL) Nilson Cesar Fraga criou um dossiê para denunciar estas mudanças. De acordo com Fraga (2020), que estuda a região e a Guerra do Contestado há 25 anos, acredita que com esta denúncia e com amplas discussões será possível reverter a situação. De acordo com Bastos (2019), em entrevista para o site de notícias NSC Total, Fraga citou “Esta mudança não é apenas grave: é vergonhosa para Santa Catarina. A partir do momento em que o Estado, sendo multicultural e multi plural, se permite eliminar um grupo formador de sua população para garantir uma ideia que é eminentemente fruto de uma colonização europeia, configura-se um atentado contra a formação do povo catarinense.” Esta citação foi retirada da página “A semana” em 03 de dezembro de 2019.

A presidente da Santur, Flavia Didomenico, numa publicação para o site do Governo de Santa Catarina (2019), enalteceu a união dos municípios envolvidos juntamente com o trabalho desenvolvido pela IGR na busca pela profissionalização e construção do turismo como um produto, que possa trazer também benefícios econômicos. “Com essa ação, a Santur busca fomentar o processo de fortalecimento das políticas públicas de turismo no

Estado”, afirma.

De acordo com a SANTUR (2020) com a criação do Vale dos Imigrantes, Santa Catarina passa a contar com 13 regiões turísticas reconhecidas pelo Ministério do Turismo (MTur), formalizando o cadastro de 177 municípios catarinenses. Criado a partir do desmembramento da antiga região Vale do Contestado, o Vale dos Imigrantes reúne 25 municípios do Meio-Oeste de Santa Catarina. Já a nova região Caminhos do Contestado reúne quatro municípios que têm sua história ligada à Guerra do Contestado: Itaiópolis, Mafra, Major Vieira e Porto União.

Com a nova divisão turística, as mesmas terras marcadas pela Guerra do Contestado perdem seu reconhecimento histórico e passam a ser chamadas de Vale dos Imigrantes. O prefeito de Curitiba, José Antônio Guidi revelou que foi pego de surpresa com a decisão e que o sentimento é de repúdio. “É a nossa identidade cultural e ela não pode ser desmembrada por nenhum acordo turístico”, declarou.

Para Associação dos Municípios da Região do Contestado (AMURC), a mudança também foi recebida com indignação, principalmente pela falta de conversações sobre o assunto. O secretário executivo da Amurc Valdir Tagliari, acrescentando, ainda, que em nenhum momento a Associação foi consultada para qualquer discussão sobre a mudança.

No plenário da Assembleia Legislativa, o deputado Nilso Berlanda comentou sua desaprovação sobre a perda do nome da região. “Devemos considerar a história da nossa região, do nosso povo, que tanto sofreu com as batalhas que por ali passaram. Desconsiderar esse movimento histórico e original é tentar apagar a memória da nossa brava gente. Não houve debate, não houve consulta. A nossa vontade e a vontade do povo é que permaneça o Vale do Contestado”, discursou.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A região do antigo Vale do Contestado, cuja população mantém viva a história da Guerra Civil que marcou gerações, é perceptivelmente mais pobre e subdesenvolvida quando comparada ao restante do estado de SC. A falha do Governo estadual em integrar esta região e auxiliar no seu desenvolvimento prejudica a população que sofre com várias dificuldades. Esse sentimento de pertencimento ao povo do Contestado faz parte da identidade cultural das pessoas que vivem no Vale, que valorizam a cultura e as tradições e ajudam na preservação da memória da Guerra no imaginário regional.

Dessa forma, a IGR afirma que a criação do novo Vale do Imigrante trará um maior influxo de turistas e desenvolvimento econômico para a região. Além disso, a exclusão de alguns municípios que não teriam a mesma infraestrutura para acolher os turistas foi justificada, e a nova região incluída no Mapa do Turismo de 2019. De fato, a região por ter se tornado menor implicará em uma maior concentração e fonte de atração para os turistas. A decisão seria a forma que o Governo estadual encontrou de ajudar no desenvolvimento

da região.

Em contrapartida, a decisão polêmica gerou críticas por parte de pesquisadores, professores e da população em geral que se sentiu excluída da decisão. Grupos de defesa do Vale do Contestado argumentam que o nome faz parte da identidade cultural da população da região, e que motivos econômicos não justificam esta mudança. Segundo o GIMC, a marca do Contestado, além de referenciar a história local, é inclusiva agregando vários grupos étnicos, como os imigrantes, os caboclos e os negros que fizeram parte desse conflito. A valorização do imigrante por motivos econômicos se traduz numa tentativa de apagar esses grupos desfavorecidos em favor de valorizar a influência europeia. Este cenário traz a pergunta: o descendente europeu atrai mais turistas do que a verdadeira história regional, rica em sua pluralidade de elementos, como o caboclo e os indígenas originários desta terra? Sempre aquilo que vem de fora, a cultura do exterior, a língua, os costumes têm mais interesse por parte dos brasileiros do que os elementos encontrados no nosso próprio país. A valorização do local faz parte do patriotismo, que pode e deve ser ensinado aos brasileiros, a fim de valorizar mais a identidade cultural do nosso país e sua história.

Surgiram alguns comentários de cidadãos intrigados pela decisão em uma publicação do facebook da página Curitibanos - Santa Catarina. Francielle Schweitzer (2019) citou “É lamentável o acontecido. Infelizmente não se tem real valorização a nossa história. Puxão de orelha mais que merecido. Infelizmente, perdemos mais isto pelo desinteresse. Quem sabe agora, possamos inclusive, contar com mais ênfase e orgulho esta história da qual fazemos parte, começando pelas escolas, nossos filhos, nosso povo. História esquecida e pouco valorizada [...]”. Este foi o comentário de uma cidadã na postagem (Curitibanos é excluída do Vale do Contestado) retirado da página Curitibanos - Santa Catarina do facebook.

De acordo com Bastos (2020) o dossiê elaborado por Fraga foi entregue ao Ministério Público e está sendo analisado na 1ª Promotoria de Justiça de Joaçaba. Também foram entregues cópias para deputados estaduais e da bancada catarinense em Brasília. Com esta mobilização, a expectativa é de que a denúncia e a ampla discussão revertam a decisão.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Guerra do Contestado, que ocorreu na região do Planalto Catarinense conhecida como Vale do Contestado, passados 104 anos do conflito ainda permanece viva na memória da população da região. Museus, monumentos e áreas de peregrinação estão espalhados pelos municípios onde ocorreram as batalhas, promovendo a valorização do episódio histórico. Mais do que uma Guerra, o Contestado faz parte da identidade cultural dessas comunidades, que sofrem as injúrias de falta de investimento estatal e desenvolvimento

econômico da região.

A Instância do Governo Regional do Vale do Contestado (IGR), no dia 4 de julho de 2019 anunciou a mudança do nome da região do Vale do Contestado para Vale dos Imigrantes. A nova região, que desmembra várias cidades que anteriormente faziam parte do Vale do Contestado, foi criada com o objetivo de fazer desta área um ponto turístico, possibilitando maior desenvolvimento econômico. A decisão pegou de surpresa historiadores, autoridades e a população em geral, gerando grande repercussão.

Muitos pesquisadores do assunto não concordaram com a mudança, principalmente devido a ter sido realizada sem a participação popular. Os coordenadores do Grupo de Investigação sobre o Movimento do Contestado (GIMC), insatisfeitos com a decisão, estão realizando um abaixo assinado para tentar reverter a medida. Além disso, o professor do curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Nilson Cesar Fraga criou um dossiê para denunciar estas mudanças. O dossiê foi entregue ao Ministério Público e está sendo analisado na 1ª Promotoria de Justiça de Joaçaba.

A grande mobilização que busca defender a identidade da população do Contestado demonstra, mais do que qualquer outro argumento, a importância que o nome, e da memória social de luta que carrega consigo, tem para essa população. O desenvolvimento econômico para essa região é extremamente necessário, porém outras opções de políticas públicas poderiam ser tomadas sem prejudicar a identidade desses povos. Tal decisão ainda cabe muita reflexão antes de ser aceita pela maior parte da população.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos colegas que contribuíram para a escrita deste artigo. Um agradecimento em especial para o grupo de estudos ASAM - UFSC campus curitibanos pelas sugestões em relação ao nosso trabalho. Agradecemos especialmente o nosso orientador, Prof. Dr. Daniel Granada da Silva Ferreira pelo incentivo e pela dedicação do seu tempo ao nosso projeto de extensão. Também queremos agradecer à Universidade Federal de Santa Catarina e a todos os professores do campus Curitibanos pela elevada qualidade do ensino oferecido.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Ângela. **Mudança do nome perda de área do Vale do Contestado geram críticas de pesquisadores.** NSC total, 2019. Disponível em: <https://www.nsc total.com.br/noticias/mudanca-do-nome-e-perda-de-area-do-vale-do-contestado-geram-criticas-de-pesquisadores?fbclid=IwAR3Ls4JX-yW3VBLzNHHKfcXHS00hVYRBRBUaj4NvTuTdvP31Z_plnmtVdfm>. Acesso em 04 abr. 2020.

FLORES, Ana Paula. **Com Vale dos Imigrantes, Santa Catarina passa a contar com 13 regiões turísticas oficiais.** Jornal Comunidade, 2019. Disponível em: <<http://www.jornalcomunidade.com.br/2.1461/turismo/com-vale-dos-imigrantes-santa-catarina-passa-a-contar-com-13-regi%C3%B5es-tur%C3%ADsticas-oficiais-1.2163113>>. Acesso em: 03 abr. 2020.

FRAGA, Nilson. **100 Anos Da Guerra Do Contestado, A Maior Guerra Camponesa Na América Do Sul (1912/2012): Uma Análise Dos Efeitos Sobre O Território Sul-brasileiro.** 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Nilson_Fraga/publication/282917555_100_ANOS_DA_GUERRA_DO_CONTESTADO_A_MAIOR_GUERRA_CAMPONESA_NA_AMERICA_DO_SUL_19122012_UMA_ANALISE_DOS_EFEITOS_SOBRE_O_TERRITORIO_SUL-BRASILEIRO/links/5622f0ef08aed8dd1944157d.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2020.

MENGUE, Solange Drews Aguiar. **Percepções Sobre Impactos Socioambientais Na Introdução Do Cultivo De Arbóreo De Pinus No Município De Canela/RS.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Canela, 2015. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/54586/000855154.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 03 abr. 2020.

PINHEIRO, Paulo Machado, *et al.* **Em Defesa da Memória, da Justiça e da Cidadania das populações do Contestado.** Blogger, 2019. Disponível em: <<http://simpociocentenriointestado1912-2012.blogspot.com/2019/11/em-defesa-da-memoria-da-justica-e-da.html>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

WELTER, Tânia. **O Profeta São João Maria Continua Encantando no Meio do Povo.** Florianópolis, 2007.

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/timb%C3%B3%20grande_sc>. Acesso em: 03 abr. 2020.

APÓS criação do Vale dos Imigrantes, Santur atualiza Mapa do Turismo de Santa Catarina. Governo de Santa Catarina, 2019. Disponível em: <<https://www.sc.gov.br/noticias/temas/turismo/apos-criacao-do-vale-dos-imigrantes-santur-atualiza-mapa-do-turismo-de-santa-catarina>>. Acesso em: 03 abr. 2020.

REGIÃO “Vale dos Imigrantes” é lançada na busca por uma gestão eficiente do turismo. Santur, Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina, 2019. Disponível em: <<http://www.santur.sc.gov.br/index.php/informacoes/noticias/5127-regiao-vale-dos-imigrantes-e-lancada-na-busca-por-uma-gestao-eficiente-do-turismo>>. Acesso em: 03 abr. 2020.

O PATRIMÔNIO CULTURAL E INDUSTRIAL PRESENTE NO MUSEU HISTÓRICO E ANTROPOLÓGICO DA REGIÃO DO CONTESTADO

Data de aceite: 23/07/2021

Lara Lima Felisberto

Universidade do Oeste de Santa Catarina
UNOESC
Videira

Merilena Alves de Lima Bueno

Universidade do Oeste de Santa Catarina
UNOESC
Videira

Juliana Aparecida Biasi

Universidade do Oeste de Santa Catarina
UNOESC
Videira

RESUMO: A Guerra do Contestado foi um importante acontecimento que envolveu os estados do Sul do Brasil no período de 1912 até 1916. Muitos são os fatores que acarretaram nos acontecimentos da Guerra. Dentro desses eventos, pode-se destacar a construção dos trilhos da Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande, responsável por trazer os imigrantes à essa região do país e influenciar a contestação de território pelos povos já presentes no local, além de impactar no posterior desenvolvimento cultural e industrial. A cidade de Caçador (SC) abriga um significativo acervo desse período no Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado. O objetivo desse artigo é analisar o acervo presente no Museu e entender de que forma ele ilustra o patrimônio cultural e industrial da região do Contestado, para isso utilizou-se metodologia exploratória e descritiva e concluiu-

se que o acervo apresenta grande diversidade cultural e deve ser preservado como herança para as próximas gerações.

PALAVRAS-CHAVE: Contestado, Patrimônio Cultural, Patrimônio Industrial, Patrimônio Ferroviário.

1 | INTRODUÇÃO

Entende-se como patrimônio cultural todo o instrumento edificado ou palpável responsável por transmitir uma história de determinada cultura e período. Por sua vez, o patrimônio industrial trata de elementos pertencentes ao período da revolução industrial responsáveis por transmitir valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Quando se refere à Santa Catarina, a visibilidade patrimonial de maneira nacional aconteceu a partir do projeto Roteiros Nacionais de Imigração, lançado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2007. O estado abrange uma diversidade de patrimônios atrelados à imigração europeia decorrente na maior parte de seu território, os quais deixaram sua marca através de edificações, legado industrial, objetos, tradições, culturas, entre outros (PISTORELLO, 2020).

O atual Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado (MHARC) é um dos exemplares arquitetônicos presentes no estado, na cidade de Caçador, que edifica a herança

deixada pelos povos formadores da região, colonizadores ou populações que já habitavam a área, bem como as marcas da Guerra do Contestado e a influência causada pela implantação da Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande (EFSPRG).

O objetivo desse trabalho é analisar o patrimônio cultural e industrial deixado pela inserção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande na cidade de Caçador – SC, assim como analisar o acervo presente no Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado, antiga Ferroviária Rio Caçador e identificar qual é a sua herança cultural. Para isso utilizou-se metodologia exploratória e descritiva, a qual visa analisar o acervo e comparar com referências bibliográficas para elucidar o resultado da identificação patrimonial presente na obra.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O patrimônio cultural e industrial

A palavra patrimônio deriva do latim *patrimonium*, que se tratava do conjunto de bens que pertencia ao *paterfamilias* (o pai da família) e que eram transmitidos aos seus sucessores. Essa ideia implica no conceito de herança, a qual é responsável por carregar a continuidade, entrega e recebimento de uma tradição ou cultura (MENDES, 2012). Entretanto, nem todos os vestígios do passado podem ser enquadrados como patrimônio. O legado patrimonial faz parte de uma seleção consciente que mostra o que uma determinada população deseja guardar para o futuro. Desta forma, ocorre uma escolha cultural conjunta sobre o que será deixado de herança para as próximas gerações (SILVA, 2000). A definição do termo patrimônio cultural alcançou significativa discussão nos últimos tempos, principalmente no mundo ocidental. O conceito refere-se aos grandes monumentos artísticos do passado e fatos que destacam uma civilização, que traz a conclusão de que o patrimônio é: “o conjunto dos bens culturais referente às identidades coletivas” (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006, p. 1).

É necessário também uma compreensão histórica para entender o que leva algo a ser considerado patrimônio cultural. Entender o imaterial é importante para que a memória do objeto seja transmitida com seu real significado. Quando se trata de patrimônio, outra categoria significativa é a que aborda o patrimônio industrial. A definição de patrimônio industrial teve sua elaboração na Carta de Nizhny Tagil (2003) pelo Comitê Internacional de Preservação do Patrimônio Industrial (TICCIH, 2003), o qual elucida que o patrimônio industrial abrange os vestígios da cultura industrial que apresenta um valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Dentre essa definição encontram-se maquinários, fábricas, oficinas, meios de transporte, entre outras estruturas ligadas à indústria (BIASI *et. al.*, 2019).

Kühl (2006), afirma que o patrimônio industrial e o cultural estão diretamente

relacionados, visto que a preservação dos bens históricos industriais vai muito além de apenas de conservar uma edificação ou objeto, mas também de interpretar o contexto de transformação que determinada edificação causou no local inserido e quais são as memórias e testemunhos que o objeto analisado quer transmitir. Em Santa Catarina, a preservação do patrimônio acontece por meio de uma parceria entre o Iphan (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e a FCC (Fundação da Cultura Catarinense). O objetivo dessas instituições é garantir a preservação da cultura e do legado deixado pelas civilizações surgidas a partir da colonização Europeia e das etnias afro-brasileira e indígena (ALTHOFF, 2008).

2.2 A revolução industrial e a guerra do contestado

No início do século XX, a Europa apresentava um expressivo desenvolvimento tecnológico e industrial, sendo ainda maior na segunda fase da Revolução Industrial do século XIX. A arquitetura inserida nesse contexto refletiu essas transformações no modo como era produzida e observada. Nesse cenário, ocorreu o desenvolvimento de novos materiais, métodos de construção, paradigmas e formas arquitetônicas (FERREIRA, 2012). Nesse contexto, o governo brasileiro iniciou a inserção de estradas ferroviárias, fomentado pelo mesmo desejo de progresso e inovação. Entretanto, devem-se observar as diferenças ao continente europeu. O Brasil apresentava como destaque a produção agrícola desde o início do período colonial, portanto os modelos ferroviários eram importados de seus países de origem e foram inseridos ao meio de uma sociedade rural e escravocrata, contribuindo para a dispersão de território desses povos, que salienta a contradição dos sistemas sociais e econômicos. Esse fator estimulou também as revoltas dessa população (FINGER, 2013).

O Meio Oeste de Santa Catarina demonstra as raízes de uma colonização de diversos povos, como os advindos do continente europeu e os habitantes que já estavam fixados no território, como as tribos indígenas. A chegada desses povos à região, deu-se por alguns fatores, porém pode-se destacar o início da construção da Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande (EFSPRG), pela empresa *Brasil Railway Company*, a qual tinha objetivo interligar a antiga província de São Paulo aos estados do sul do Brasil. Esses imigrantes, advindos tanto do exterior como de estados brasileiros, junto com os povos que já habitavam a região, auxiliaram na construção das estradas e fixaram-se nas cidades do Meio Oeste catarinense. Entretanto, para que a realização dessa ferrovia acontecesse, foi necessário a expulsão dos povos que viviam às margens dos trilhos, principalmente na cidade de Caçador (SC) (ESPIG, 2016).

Após esse acontecimento, a população se mobilizou para reivindicar seu território, tomado pelo governo, o que levou ao início da Guerra do Contestado. A qual se caracteriza por um conflito armado envolvendo os povos que habitavam as margens dos trilhos e as tropas do exército brasileiro. As principais batalhas aconteceram nos estados de Santa Catarina e Paraná, abrangendo os municípios paranaenses: Rio Negro, Itaiópolis, Timbó,

Três Barras, União da Vitória e Palmas e os municípios catarinenses: Lages, Curitiba, Campos Novos, Canoinhas e Porto União.

Além de se tratar de uma disputa de territórios, a Guerra do Contestado assume também um forte caráter político, o qual motivava a revolta dos caboclos que habitavam a região, sobre o capitalismo das empresas estrangeiras que atuavam na instalação da estrada de ferro, assim como citado por Ribeiro e Lino (2021):

Portanto, a cultura material resultante da instalação de empreendimentos capitalistas na região em questão, a exemplo da Estação Ferroviária, é compreendida como objeto de reprodução do poder, adquirindo uma dimensão ativa e ideológica dentro deste contexto histórico. Sua destruição pelos sertanejos teve por objetivo a obtenção de uma autonomia frente aos projetos empregados pelo governo na região contestada (RIBEIRO; LINO, 2021, p. 12)

O caráter religioso da guerra também é de demasiada importância. Existiram três Monges de destaque: João Maria Agostini, João Maria de Jesus e José Maria Agostini. Entretanto, o destaque à guerra dá-se ao Monge José Maria, o qual tornou-se líder religioso do movimento dos habitantes da região da ferrovia e foi o responsável por conduzir a batalha do Irani, uma das mais importantes da Guerra do Contestado. Nota-se que esse movimento religioso está relacionado ao fato de o povo se apegar ao sobrenatural para os livrar dos conflitos que estão prestes a acontecer (NETO, 2020). Uma das consequências desse processo místico foi a formação de redutos ou cidades santas, lugares nos quais os seguidores do Monge se agrupavam, desenvolviam crenças e elaboravam estratégias para desafiar as autoridades governamentais (RICHTER, 2013).

As autoridades, por sua vez, realizaram ataques a população, procurando dispersar os redutos por meio de expedições militares. As batalhas da guerra são marcadas por um expressivo caráter violento com a dominação de áreas extensas do estado pelos rebeldes (RICHTER, 2013). O último conflito da Guerra do Contestado aconteceu em dezembro de 1915 e foi comandado pelo Capitão Euclides de Castro. Nele, o último líder dos rebeldes foi capturado e a batalha foi considerada uma das mais violentas de toda a guerra (VALENTINI; RADIN, 2012). A vitória foi dos colonizadores e das forças militares do governo. Foi assinado o tratado de Limites que efetivava a colonização no Oeste e Meio Oeste Catarinense, fixando a atual configuração do território (BITTENCOURT, 2012).

2.3 A ferroviária rio caçador e o museu do contestado

A cidade de Caçador (SC) é um dos municípios do Meio Oeste catarinense, localizado na região denominada de Vale do Rio do Peixe (Figura 1). O nome do município deu-se devido a Francisco Correa de Mello, um dos primeiros habitantes do local, que tinha como costume lutar contra feras através da caça, por isso o nome em Caçador surgiu em sua homenagem. A população estimada (2020) é de 79.313 habitantes e a área de unidade territorial de aproximadamente 983,424 km² (IBGE, 2020).



Figura 1. Localização do município de Caçador no estado de Santa Catarina.

Fonte: Abreu, 2006.

A história da Ferroviária Rio Caçador inicia-se em 1887, junto com o projeto da Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande (EFSPRG) pelo engenheiro João Teixeira Santos, a extensão dos trilhos resultaria em 1.403 km de extensão e partiria de Itararé (SP) até Santa Maria (RS), passando por municípios dos estados do Paraná e Santa Catarina. No estado de Santa Catarina, a malha ferroviária percorre a margem do Rio do Peixe em três quartos de sua extensão, cortando o território conhecido como “Contestado”.

Em 1 de maio de 1910 foi inaugurada a estação Rio Caçador (Figura 2), em Caçador (SC), para abrigar o trecho da EFSPRG que cortava a cidade. A configuração inicial da estação (Figura 3) contava com uma edificação de madeira de pinho e imbuia de dois pavimentos, os quais consistiam em espaço de bagagens/cargas, vestibulo/sala de espera, plataforma de embarque, plataforma de acesso e casa do agente no andar superior. No ano de 1940, a edificação foi tomada por um incêndio e, em seguida, construída novamente em alvenaria e com um pavimento.



Figura 2. Fachadas da antiga Ferroviária Rio Caçador.

Fonte: Acervo Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado de Caçador (1934)

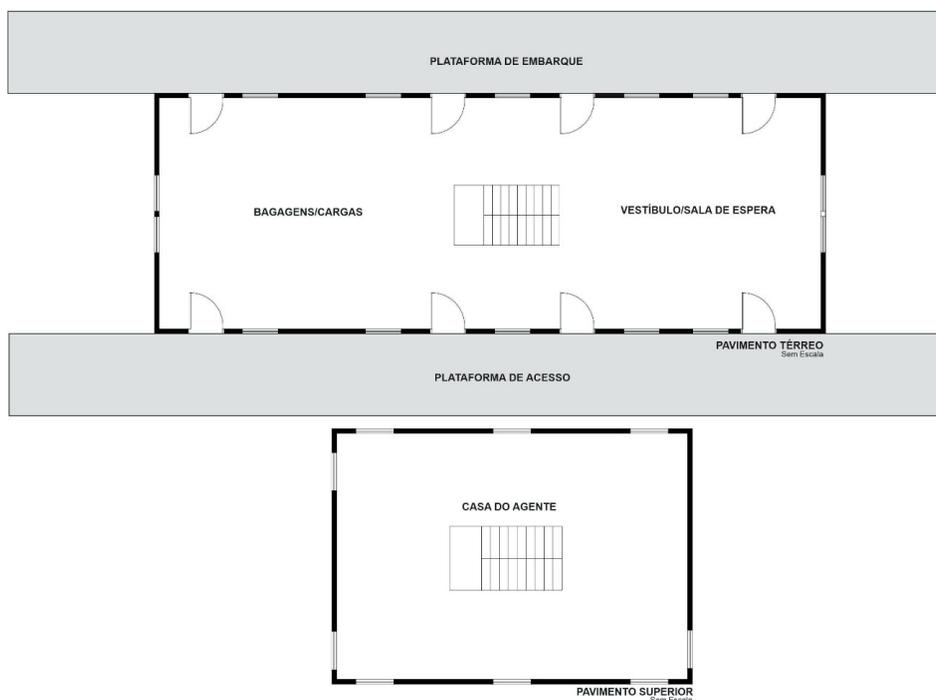


Figura 3. Configuração da antiga Estação Ferroviária Rio Caçador.

Fonte: As Autoras, 2021.

3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A análise apresentada a seguir assume caráter exploratório e descritivo, o qual consiste em realizar a revisão bibliográfica para compreender o tema pesquisado e posteriormente produzir a descrição da análise. Segundo Lakatos e Marconi (2013), as pesquisas exploratórias e descritivas são realizadas para descrever completamente um

determinado fenômeno por meio de análises empíricas e teóricas. Para a pesquisa a seguir, foi utilizado como objeto de estudo o atual Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado presente na cidade de Caçador – SC, realizando a análise de seu atual acervo e comparando com o contexto histórico estudado, o objetivo é compreender qual é o patrimônio industrial e cultural presente no acervo que remonta à colonização e a Guerra do Contestado.

As etapas da pesquisa aconteceram da seguinte forma: Revisão Bibliográfica: para a familiarização do tema foram realizadas pesquisas em livros e demais bibliografias *on-line* os quais objetivam compreender o que é patrimônio e o que foi a Guerra do Contestado, bem como a maneira que aconteceu a construção da Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande (EFSPRG) e a Estação Ferroviária Rio Caçador; Estudo do Acervo: Realizar a análise do acervo presente no atual Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado, réplica da Estação Ferroviária Rio Caçador para compreensão do patrimônio presente. Devido à pandemia da Covid-19, não foi possível realizar análise *in loco*. Entretanto, foi disponibilizado pela administração do museu material suficiente para a realização dos resultados; Descrição da análise: Realizar a descrição do acervo presente no local e estabelecer relação com o patrimônio material e imaterial cultural e industrial.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A construção do Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado aconteceu em 1986 em terreno cedido pela RFFSA, tendo como principais idealizadores o Padre Thomas Pieters e o historiador Nilson Thomé. A construção do exemplar aconteceu a poucos metros de distância da antiga Ferroviária Rio Caçador. Com o objetivo de preservar a memória da colonização presente e os acontecimentos da Guerra do Contestado que levaram à atual formação étnica e territorial do município de Caçador, em 1985 foi iniciada a construção da réplica da antiga Estação Ferroviária Rio Caçador (Figura 4). Em sua construção foi utilizada madeira de pinho e imbuia, material de abundância na região.



Figura 4. A Construção da Réplica da Estação Ferroviária Rio Caçador.

Fonte: Acervo Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado de Caçador (1974).

4.1 O Patrimônio Cultural, acervo Interno

O museu representa o maior acervo cultural do Contestado, contando com um espaço de aproximadamente 460 m². A disposição interna é mostrada nas Figuras 5 e 6. Em seu interior, o acervo foi dividido em etapas significativas da colonização, que se dispõem da seguinte forma:

- a) Sala de Curiosidades: Logo após a recepção, a sala de curiosidades expõe maquetes/réplicas das mais significativas obras de caçador como a Prefeitura Municipal, a Ponte Bortolon, a Estação Ferroviária e a Catedral São Francisco de Assis.
- b) Sala Thomas Pieters: Expõe acervo lítico e cerâmico da cultura indígena regional, dentre os objetos estão: pedras, assoadas humanas, fotos, pedaços de cerâmica, esculturas em pedra, materiais usados para caça e artefatos artesanais. Thomas Pieters foi um dos fundadores do Museu do Contestado e também um dos responsáveis por resgatar a cultura indígena no local.
- c) Sala Achilles Stenghel: Local responsável por expor peças que contam a história da antiga Estação Ferroviária, entre o acervo estão disponíveis materiais como: os contratos assinados pelo governo e a companhia Brasil Railway Company, imagens que registram o processo de construção, objetos utilizados na construção (teodolito), mobiliários da estação, livros de registro ferroviário, peças de vagões e locomotivas, telégrafo, bonés de ferroviários, entre outros. Achilles Stenghel foi o engenheiro responsável pela Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande, por isso essa ala do museu leva o seu nome.
- d) Sala Esperidião Amin: Contém acervo da Guerra do Contestado, expõe armas utilizadas pelas forças militares, facões de pau utilizados pelas tropas da população

para defesa, bonecos dos personagens da Guerra, entre outros. O local ainda conta com a maior obra artística sobre a Guerra: uma pintura em painel do artista plástico Heidy Assis que ilustra momentos marcantes das batalhas do Contestado. O exemplar apresenta 12 metros de comprimento e 2,75 metros de altura.

e) Sala Vitor Kurutus: Ala que expõe os objetos pertencentes aos primeiros imigrantes da região. O local conta com diversidade de utensílios de uso cotidiano, como a máquina de lavar roupa manual, louças, ferros de passar roupa, fogões, além de cartas, instrumentos musicais, rádios, máquinas para uso da agricultura e equipamentos profissionais como cadeira de dentista, mobiliário de barbearia, carteira escolar, entre outros. Os objetos ilustram um período pós-guerra, no qual os colonizadores fixam-se no território e expandem suas atividades.

f) Sala Nilson Thomé: Localizada no piso superior, é destinada para as exposições de curta duração, atividades educacionais e apresentações culturais.

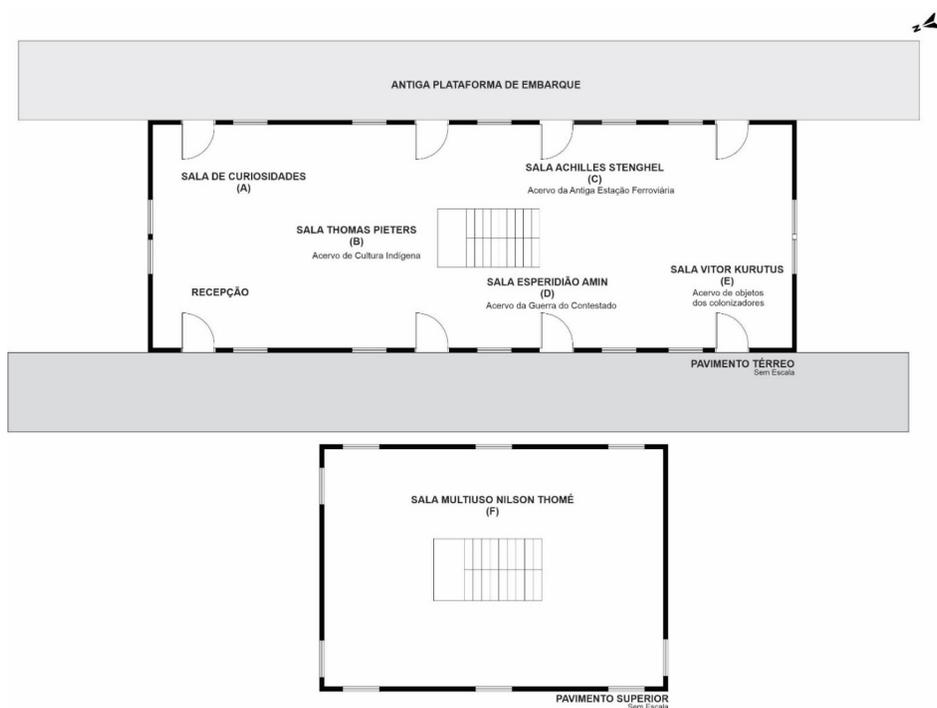


Figura 5. Disposição de Ambientes no Museu do Contestado.

Fonte: As Autoras, 2021.



Figura 6. Acervo Interno do Museu do Contestado.

Fonte: Crestani, 2021.

Levando em conta que patrimônio cultural é considerado toda herança deixada como meio de expressar uma determinada formação social, é visto que o Museu do Contestado abriga um grande acervo que demonstra a memória cultural da formação do território catarinense. O fato de expor objetos indígenas elucida a maneira que os primeiros povos se comportavam nas terras de Caçador. Seguindo para a memória ferroviária, que demonstra como as transformações se iniciaram para um nível de expansão territorial e industrial, acarretando os acontecimentos e conflitos da Guerra do Contestado. E, por fim, o seu término que delimitou territórios e permitiu que os imigrantes fixassem moradia nas terras catarinenses. Essa sequência de fatos ilustrada pelo acervo do museu, faz parte da formação cultural de uma população e por isso deve ser preservada como legado para as gerações futuras.

4.2 O Patrimônio Industrial: Acervo Externo

Ao lado do museu, existe uma plataforma de embarque do ano de 1908, utilizada no trecho a partir de 1910. Logo em seguida estão trilhos fabricados na Europa, por volta de 1908, neles está exposta a maior peça do acervo: uma locomotiva Mogul “Maria Fumaça” (Figura 7), de fabricação de 1908, sua utilização no trecho aconteceu a partir de 1910. Junto a ela estão dois vagões: um de passageiros e outro para fins administrativos.



Figura 7. Pataforma de embarque, trilhos e locomotiva Mogul.

Fonte: As Autoras, 2021.

Considerando a importância que a construção da EFSPRG teve no desenvolvimento industrial e territorial dos municípios do Meio Oeste catarinense e sua influência em acontecimentos que desencadearam memórias coletivas para uma civilização, além de ser a responsável por trazer os primeiros imigrantes, o qual também exercem um profundo impacto na industrialização do local. Desta forma, considera-se que o legado configura um importante patrimônio industrial.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o contexto histórico presente nos acontecimentos da Guerra do Contestado, bem como a influência da construção da EFSPRG para os desenrolares da mesma, é possível concluir que a relação entre esses eventos resultou na formação do território e cultura dos municípios atingidos.

A preservação do patrimônio cultural e industrial que o Museu Histórico e Antropológico do Contestado apresenta é de suma importância, visto que, além de mostrar a memória de uma civilização por meio de objetos, ele também traz um caráter imaterial, que mostra as heranças deixadas por costumes e tradições que foram se modificando ao longo das décadas e impactadas por acontecimentos como a Guerra e a construção da Ferrovia.

AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem Letíssia Crestani, museóloga do Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado, por ceder imagens do acervo e contribuir com material pertinente à pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALTHOFF, FR. Políticas de preservação do patrimônio edificado catarinense: a gestão do patrimônio urbano de Joinville. **Repositório UFSC**. Dissertação Mestrado. Florianópolis, 2008.

BIASI, Juliana Aparecida et al. Resgate histórico: a arquitetura ferroviária em Videira – SC. **Revista de Arquitetura IMED**, Passo Fundo, v. 7, n. 2, p. 161-180, abr. 2019. ISSN 2318-1109. <https://doi.org/10.18256/2318-1109.2018.v7i2.3170>.

BITTENCOURT, Adgar. *Adeodato vacê é o nosso “último” chefe*: Guerra do Contestado, uma visão holística. 1. ed. Editora do Autor, 2012. 232 p

ESPIG MJ. Turmeiros, Ferrovia e Guerra: A Construção do Trecho Sul da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande e o Movimento do Contestado (1908 – 1915). In: *Contestado: 100 Anos De Uma Guerra Sem Fim*. Cap. 03 p. 55 – 84, 2016.

FERREIRA, Bruna Daniela Caleiro - Arquitetura industrial em Coimbra no século XX: a zona industrial da Pedrulha. Coimbra: [s.n.], 2012.

FINGER, Anna Eliza. Um século de estradas de ferro: arquiteturas das ferrovias no Brasil entre 1852 e 1957. 2013. 465 f., il. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) —Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

IBGE. Município de Caçador. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/cacador/panorama>

KÜHL, Beatriz Mugayar. Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação. **Patrimônio.Revista Eletrônica do IPHAN**, São Paulo, n. 4, 2006. Disponível em: <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=165>. Acesso em: 20 abr. 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MENDES, Antonio Rosa. **O Que É Patrimônio Cultural**. 1. ed. Olhão, Portugal: Gente Singular, 2012. 48 p.

NETO, BC. Importância do messianismo para a guerra do contestado (1912 – 1916). **Geographia Opportuno Tempore**. Londrina, v. 6, n. 2, 2020.

PISTORELLO, DANIELA. Iphan e Fundação Catarinense de Cultura: políticas para o patrimônio cultural do imigrante europeu em Santa Catarina na década de 1980. **An. mus. paul.**, São Paulo, v. 28, d2e53, 2020

RIBEIRO T, LINO JT. A Resistência Sertaneja na Guerra do Contestado: Reflexões Sobre o Ataque À Estação Ferroviária São João dos Pobres, 1914. *Revista Grifos – Unochapecó*. Edição Vol 30, Núm 52, 2021.

RICHTER, F. A. A Guerra do Contestado: elaborações e transformações na Memória e Patrimônio Cultural. In: XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH - conhecimento histórico e diálogo social, 2013, Natal-RN. XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH - conhecimento histórico e diálogo social, 2013.

VALENTINI, DJ; RADIN JC. A Guerra do Contestado e a expansão da colonização. **Revista Esboços**. Florianópolis, v. 19, n. 28, 2012. Dossiê Centenário do Contestado

SILVA, EP. Patrimônio e Identidade. Os Desafios do Turismo Cultural. **Antropológicas**. n. 4. 2000.

ZANIRATO, Sílvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 251-262, 2006.

OS HABITANTES DA GUERRA DO CONTESTADO (1912 – 1916): UMA ANÁLISE SOBRE O USO DO TERMO “CABOCLO” NA LITERATURA SOBRE O CONFLITO

Data de aceite: 23/07/2021

Nathan Marcos Buba

Doutorando em História, Universidade Federal de Santa Catarina UFSC
Florianópolis

RESUMO: Um dos principais conflitos do século XX em território brasileiro foi a Guerra do Contestado (1912 – 1916). O combate abrangeu uma fatia predominante do território não litorâneo do estado de Santa Catarina, sendo reflexo para a situação precária de vários indivíduos, tendo a região do Contestado o IDH mais baixo de Santa Catarina. Desde o início do conflito, foram produzidos relatos que descreveram os motivos da guerra, bem como o perfil da população que enfrentava a força nacional e estadual. A denominação mais recorrente para os rebeldes foi a de “caboclo”, permanecendo até a atualidade na literatura acadêmica a respeito da Guerra do Contestado. O que proponho no presente estudo, é realizar uma análise sobre a denominação de “caboclo” na região do Contestado utilizando como ponto de referência o uso do termo no sudeste brasileiro e na região amazônica. Não pretendo com isso encontrar uma definição ao “caboclo” no Contestado, mas procuro demonstrar a complexidade de sentidos que o termo carrega, bem como a heterogeneidade da população envolvida no conflito que ficou conhecida com essa denominação. Desta forma, pretendo atentar para uma tendência de muitos pesquisadores que abordam o conflito, de reificar,

buscar uma homogeneização do “caboclo” na região do Contestado. Sendo assim, não tenho como objetivo encontrar uma resposta para o uso do termo nos escritos sobre a Guerra do Contestado, mas sim, que a presente pesquisa faça lançar questionamentos, debates, perguntas e críticas sobre a utilização do “caboclo” nos estudos futuros sobre o conflito.

PALAVRAS-CHAVE: Caboclo, contestado, miscigenação.

1 | O BRASIL E O “CABOCLO”

No Brasil, o termo “caboclo” é utilizado de diversas formas e possui inúmeros significados. Deborah de Magalhães Lima destaca duas etimologias para a palavra caboclo: a primeira deriva do tupi *caa-boc*, que significa “homem que vem da floresta” e a segunda origina-se do tupi *kari'boka*, que quer dizer “filho do homem branco (1999, p.09). Entretanto, Deborah de Magalhães Lima em suas pesquisas na região amazônica, enfatiza a primeira hipótese como mais provável, pois na região norte, primeiramente, o “caboclo” foi utilizado como sinônimo de indígena. Já na região sul do Brasil, Aujor Ávila da Luz destaca que a “mistura do branco com o índio dando o mameluco, ou melhor, o curiboca”, fez-se de modo exclusivo e numa escala enorme durante os séculos XVI E XVII: era o cruzamento do homem branco com a mulher índia” (LUZ, 1999, p.66).

Analisando apenas a etimologia da

palavra caboclo no Brasil, é possível encontrar divergências. Essa discrepância não fica restrita à etimologia. Em grande parte do território brasileiro, o termo “caboclo” é empregado como: grupo étnico, expressão popular, categoria de classificação social, “mistura racial”, categoria relacional, entidade das religiões de matrizes africanas como a Umbanda e utilizado até mesmo para definir os participantes de um conflito, como aconteceu com a Guerra do Contestado (1912 – 1916). Analisar essa diversidade é que pretendo a seguir.

21 O “CABOCLO” NA REGIÃO AMAZÔNICA

Uma das regiões brasileiras que encontramos a utilização do termo “caboclo” em grande escala é a amazônica, empregada em diversos contextos e para vários indivíduos que não se reconhecem como um grupo. Deborah de Magalhães Lima em seu estudo destaca as diversas definições que o termo “caboclo” possui na Amazônia. Para a autora, “caboclo” é empregado no modo coloquial, como categoria de classificação social e na literatura acadêmica para abordar os pequenos produtores rurais de ocupação histórica, entretanto, ambos os casos mencionam pessoas que não se incluem nas definições, sendo o “caboclo” geralmente aplicado ao outro (LIMA, 1999, p.05).

Carmen Izabel Rodrigues destaca que “o caboclo é uma categoria de alteridade, que fala sempre do outro, como também, não é um ser ou uma essência, mas uma categoria de representação” (RODRIGUES, 2011, p.122). Michael Chibnik enfatiza que “caboclo” na situação amazônica remete aos nativos “puros e civilizados” e também as pessoas que portam alguma descendência indígena-européia, entretanto o termo é também sempre vinculado às pessoas de classe mais baixa da região (CHIBNIK, 1991, p.168).

O termo utilizado como uma categoria de classificação social na Amazônia inclui as dimensões geográficas, raciais e de classe. Segundo Deborah de Magalhães Lima, o “caboclo” é conhecido como um dos “tipos” regionais do Brasil, representando a região amazônica e reconhecido por parte dos brasileiros como o indivíduo característico dessa região (LIMA, 1999, p.06). Entretanto, diferente dos outros “tipos” regionais, tais como o gaúcho e sertanejo que constituem representações mais restritas, o “caboclo” também é uma categoria de “mistura racial”, sendo o resultado da miscigenação do indígena com o branco.

Como categoria relacional, o “caboclo” na Amazônia “identifica uma categoria de pessoas que se encontra numa posição social inferior em relação aquela de quem o classifica” (LIMA, 1999, p.06). Desta forma, o termo é aplicado geralmente ao outro. Portanto, o locutor se diferencia do “caboclo” para exaltar o seu aspecto mais urbano, branco ou de maior *status* financeiro. Kathryn Woodward destaca que o processo de identificação depende do outro para se realizar, no qual é manifestado pela diferença e sustentado pela exclusão, desta forma, surgindo o “outro” (WOODWARD, 2000, p.09). Tomaz Tadeu da Silva, sobre os processos de identificação, salienta que a identidade não está separada

da diferença, sendo elas inseparáveis (SILVA, 2000, p.75). Roberto Cardoso de Oliveira também menciona o “outro” na questão dos processos de identificação, destacando que na diferença é que acabamos dando sentido a nós e aos outros (OLIVEIRA, 2006). Dessa forma, como categoria relacional, o termo “caboclo” geralmente é utilizado como a barreira que separa o locutor de quem ele entende que está em condições sociais mais baixas em relação a si, ressaltando também um “outro” para afirmar quem ele é e expressar a sua condição de superioridade.

Na literatura acadêmica sobre a Amazônia, o termo “caboclo” é utilizado para destacar uma “categoria social fixa, ao invés de relacional: campesinato histórico da amazônica”. Na antropologia, por exemplo, as pesquisas sobre o “caboclo” não são extensas, sendo as principais obras escritas nos anos de 1950 por Charles Wagley e Eduardo Galvão que utilizaram o termo para se referir à população rural amazônica. Entretanto, na década de 1980, alguns pesquisadores como Forewaker, 1981; Weinstein, 1983; Sioli, 1984; Bunker passam a traduzir o termo como o campesinato amazônico nativo. Todavia, essas abordagens trazem alguns problemas, como reificar ou homogeneizar como “caboclo”, grupos distintos de pessoas, em diferentes condições e historicidades, como também empregar a estes indivíduos um termo pejorativo.

Sobre o “caboclo” na Amazônia, Deborah de Magalhães Lima destaca que o termo *caboclo* evoca vários significados, sendo os principais relacionados a noções de geografia (Amazônia, interior, rural), de descendência e “raça” (indígena, mestiça), das hierarquias e relações sociais (conquista ibérica, submissão, a relação de dívida e de crédito no aviamento, o par patrão & freguês) – todas ligadas à história da ocupação europeia da Amazônia. Entre esses significados, predomina o sentido pejorativo do termo, decorrente da representação negativa do indivíduo ou grupo que ocupa uma posição social inferior. Embora haja também uma valorização positiva – no folclore, que retrata o caboclo como “o homem da terra”, e em cultos de possessão, em que aparece como “espírito forte” (Boyer, 1999b) – o estereótipo predominante é negativo. Corresponde a figuras como o “matuto” e o “caipira” do interior sulista. Por esse motivo, qualquer referência ao termo não pode ser inteiramente inocente, pois sempre remete à conotação pejorativa – de domínio público, apreendido pelo senso comum –, ao ponto do nome mesmo não ser senão excepcionalmente usado como autodenominação. A forma singela e humilde de pôr a mão no peito e anunciar, como reconhecimento de inferioridade, “*eu sou apenas um caboclo*” dirige-se especificamente a um interlocutor branco, rico ou de outra região que não a Amazônia (LIMA, 1999, p.26). Não se pretende aprofundar na questão sobre o “caboclo” no norte do Brasil, apenas destacar a complexidade e as várias definições que esse termo reúne em uma mesma região. Como destacado por Deborah de Magalhães Lima, o “caboclo” tem conotações similares entre as regiões, ora algumas definições são distintas, como é o caso do sudeste brasileiro.

3 | O CABOCLO NO SUDESTE BRASILEIRO, O JECA TATU

Assim como na região amazônica, a denominação “caboclo” também é empregada no sudeste. As duas regiões têm similaridades sobre as definições do termo, sendo aplicado também para designar a população pobre e rural. Contudo, na extensão sudeste do Brasil, o “caboclo” ficou marcado pelo personagem de Monteiro Lobato chamado Jeca Tatu. Este personagem ultrapassou as fronteiras da literatura, se espalhou para os comerciais, teatro, cinema, e principalmente para a música. Em contraste com a Amazônia, que é raro a autoidentificação como “caboclo”, no sudeste o termo é ambíguo, podendo ser empregado de modo pejorativo, como também exaltado por aqueles que se identificam como “caboclo”.

Monteiro Lobato além da sua atividade como escritor, também desempenhou a função de administrar a fazenda do seu falecido avô. Nesse período, em 1911, como fazendeiro, passa a escrever cartas a seu amigo Godofredo Rangel, instrumento por onde contava suas experiências pessoais e profissionais. Através dessas correspondências é que identificamos as primeiras menções do escritor e fazendeiro ao “caboclo” (AZEVEDO, 2012, p.24). Nas suas primeiras alusões ao “caboclo”, Monteiro Lobato destaca-o como a “praga da terra” ou o “piolho da terra”, desaprovação que gira em torno da coivara praticada pelos camponeses e agregados das fazendas. É necessário compreender as cartas, pois Monteiro Lobato realizava ao mesmo tempo as atividades de escritor e fazendeiro, dessa forma, acreditava que a literatura tinha um papel social de intervenção e suas atitudes de leitor e escritor permeava esse eixo. Entretanto, isso se prolongou em seus primeiros escritos públicos sobre o Jeca Tatu, por exemplo, no artigo intitulado “Uma velha praga”, publicado em 12 de novembro de 1914 no jornal o Estado de São Paulo. Nesse escrito, Monteiro Lobato continua sua reclamação sobre as queimadas nas práticas de plantio. De acordo com o escritor

O responsável por tal despautério era o caboclo, uma espécie de homem baldio que vivia à beira da civilização, agregado às fazendas. Nascia o personagem que, em novo artigo publicado dois meses depois, a 23 de dezembro, no mesmo jornal, sob o título “Urupês”, receberia a alcunha de Jeca Tatu. Aquela figura fraca, desprovida de força de vontade e senso estético, feia e grotesca, viu se largamente ampliada neste segundo artigo. Nele, Lobato acentuou a ignorância e a preguiça do habitante do interior [...], aquele que vivia do que a natureza dava, sem gastar energia para alcançar qualquer objetivo de vida (AZEVEDO, 2012, p.30).

Vários artigos de Monteiro Lobato como esse, foram reunidos e publicados em formato de livro em 1918, recebendo o título de Urupês, obra com bastante circulação até os dias atuais. Urupês foi responsável pela grande repercussão do Jeca Tatu e dos estereótipos vinculados ao habitante pobre e rural do sudeste brasileiro. Em vários momentos do livro, Monteiro Lobato destaca o “caboclo” como uma categoria de classificação social, conceito que consiste em uma agregação artificial de pessoas baseadas na identificação de atributos comuns compartilhados por indivíduos que não se engajam necessariamente

em um relacionamento social em razão dessa similaridade. Os atributos que definem uma categoria social podem ser biológicos, sociais ou culturais (LIMA, 1999, p.08). Deste modo, o “caboclo” nos escritos de Monteiro Lobato geralmente é o pobre, ignorante, descendente do indígena, atrasado, o empecilho para o desenvolvimento, o elemento que não se encaixa no futuro da nação, sempre dominado pela preguiça. Isso pode ser percebido nesse trecho do livro *Urupês*:

Seus remotos avós não gozaram maiores comodidades. Seus netos não meterão quarta perna ao banco. Para quê? Vive-se bem sem isso. Se pelotas de barro caem, abrindo seteiras na parede, Jeca não se move a repô-las. Ficam pelo resto da vida os buracos abertos, a entremostrarem nesgas de céu. Quando a palha do teto, apodrecida, greta em fendas por onde pinga a chuva, Jeca, em vez de remendar a tortura, limita-se, cada vez que chove, a aparar numa gamelinha a água gotejante. Remendo... Para quê?, se uma casa dura dez anos e faltam “apenas” nove para ele abandonar aquela? Esta filosofia economiza reparos (LOBATO, 2012, p.12).

No trecho acima da obra *Urupês* é possível perceber o destaque que o autor emprega à preguiça do “caboclo”, sendo ela de acordo com o escritor, a principal responsável pela não ascensão social dessa população, pois em conformidade com o trecho destacado, o Jeca Tatu vive em condições semelhantes ao seu avô e seu neto terá o mesmo destino. O culpa da preguiça para justificar a enorme desigualdade social no Brasil não está restrita apenas ao contexto mencionado, ela se encontra em todos os períodos e regiões brasileiras, escondendo toda uma política opressora e com benefícios a classe mais alta.

Em vários momentos, o autor menciona o “caboclo” como irresponsável que transgride as leis, no qual apela para todo o tipo de álibi, geralmente usando a sua religiosidade (LOBATO, 2012, p.12). Nesses relatos do escritor, é possível verificar que mesmo sofrendo uma forte opressão, a população rural mais pobre encontrava maneiras de resistir ao poder dos grandes fazendeiros e a elite local. O álibi descrito por Monteiro Lobato, é um exemplo do que James C. Scott denomina de forma cotidiana de resistência camponesa (SCOTT, 2002, p.125).

Nos registros de Monteiro Lobato sobre o “caboclo” é possível apontar algumas semelhanças entre o uso do termo no sudeste e no norte do país, sendo utilizado como categoria de classificação social para apontar as pessoas mais pobres, rurais e mais afastadas da modernização. Desta forma, “o caboclo é aquele que está nas franjas, nas fronteiras da modernidade, o que estava antes da modernidade, o que é, de certo modo, contra a modernidade” (RODRIGUES, 2011, p.125).

Esses escritos sobre o “caboclo” e o Jeca Tatu tiveram grande repercussão no sudeste brasileiro. O personagem não se fixou na literatura, mas virou peça de teatro, filme (interpretado por Amácio Mazzaropi em 1959), comercial (Biotônico Fontoura), personagem de televisão (interpretado por Moacir Franco no programa “A praça é Nossa”) e também na música (por exemplo, Tristeza do Jeca). Isso fez com que o Jeca Tatu e seus estereótipos

entrassem no imaginário das pessoas acerca da população rural do sudeste brasileiro. Por outro lado, Carmen Lúcia de Azevedo destaca que também o Jeca Tatu “materializou um sentimento que trazíamos dentro de nós e cujas raízes repousavam em uma velha paisagem rural, habitat da alma brasileira, [...] uma espécie de fuga do real, transpondo consigo a tristeza e o riso” (AZEVEDO, 2002, p.12).

Dessa forma, na região sudeste o “caboclo” pode ser visto como um modo de vida, como um *habitus* indicado por Pierre Bourdieu, que procurava um conceito que preenchesse “a necessidade empírica de apreender as relações de afinidade entre o comportamento dos agentes e as estruturas e condições sociais” (SETTON, 2002, p.62). Pierre Bourdieu define *habitus* como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações - e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas, que permitem resolver os problemas da mesma forma, e as correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidas por esses resultados (BOURDIEU, 1983, p.65).

À vista disso, o “caboclo” na região sudeste pode ser empregado e compreendido como um modo de vida, um *habitus*, que consiste em expressar o diálogo, a troca constante e recíproca entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo das individualidades. *Habitus* é então concebido como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano (SETTON, 2002, p. 63). Esse *habitus* “caboclo” é ambíguo, ao mesmo tempo em que ele carrega uma série de estereótipos pejorativos, vinculados à ignorância, preguiça, má higiene, também apresenta pontos positivos. Algumas pessoas se autodenominam como “caboclos”, “caipiras”, “Jecas” no sudeste brasileiro e destacam os pontos positivos desse modo de vida, como a humildade, tranquilidade, empatia e generosidade. Esse *habitus* se encontra em oposição ao morador dos grandes centros urbanos, que geralmente são apresentados pelas pessoas que se identificam de “caboclos”, como egoístas, arrogantes e soberbas. Em vista disso, segundo Ernesto Laclau, a construção do processo de identificação está baseada no ato de excluir e incluir, estabelecendo dois polos resultantes, sendo utilizado por oposições binárias (LACLAU, 1990). Nesse caso, a oposição é entre o sujeito que nasceu na zona rural e o indivíduo que nasceu na zona urbana.

Como destacado, o termo “caboclo” assim como na Amazônia é empregado de diversas formas, sendo ele uma categoria de classificação social, de “mistura racial”, empregado geralmente à população pobre, rural e heterogênea. Todavia, a região sudeste se difere devido a uma maior autoidentificação das pessoas com o termo. Caboclo também significa um modo de vida humilde, rural e tranquilo. Em Santa Catarina, como nos casos já apresentados, o “caboclo” terá diversas definições, algumas semelhantes às regiões

sudeste e norte e outras distintas devido à historicidade da região.

4 | O “CABOCLO” EM SANTA CATARINA E A GUERRA DO CONTESTADO

Em Santa Catarina o termo caboclo é utilizado em várias situações, como para a população pobre rural, para mencionar uma categoria de “mistura racial”, em que é empregado para as pessoas que tem um tom de pele mais escuro. Também, o termo se difere em território catarinense, devido a Guerra do Contestado (1912 – 1916), onde os indivíduos envolvidos no conflito ficaram conhecidos como “caboclos”.

A região que ocorreu o conflito ocupa grande parte do estado de Santa Catarina, abrangendo o planalto norte, a região serrana e boa parte do oeste do território catarinense. Os primeiros a ocuparem o local foram os povos Guarani, Kaingang e Laklãnõ/Xokleng. Posteriormente, no século XVIII, esse território foi cortado pelo Caminho das Tropas, resultando na fixação de grupos de pessoas ao longo do curso, como também nas primeiras vilas e fazendas de invernada e criação de gado. De acordo com Maurício Vinhas de Queiroz, as pessoas que se fixaram na região do Contestado nesse período eram antigos estancieiros empobrecidos de origem paulista e portuguesa, “criminosos”, antigos camaradas das tropas de burro e os “forros administrados”, esses últimos são destacados pelo autor como “os ancestrais dos futuros caboclos” (QUEIROZ, 1981, p.25). Oswaldo Rodrigues Cabral salienta que “agregados e mestiços livres” dos domínios rurais paulistas, onde se encontrava em número excedente, passaram a incorporar então o contingente populacional da região do Contestado (CABRAL, 1979, p.88). Marli Auras enfatiza que também se fixaram na região, pessoas oriundas da Guerra do Paraguai (1864-1870), Revolução Federalista (1883) e Farroupilha (1885), aumentando com isso o contingente populacional (AURAS, 2001, p.25).

A partir da primeira metade do século XIX, começam a chegar os primeiros imigrantes de origem europeia, que também passam a incorporar a população da Serra Acima. Conjuntamente, no início do século XX, um representativo número de pessoas que trabalhavam na Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, oriundos das regiões sudeste e nordeste, não foram reconduzidos a seus locais de origem pela empresa responsável pela obra. Esses indivíduos não tiveram melhor alternativa do que se fixar na região. Grande parte dessa massa heterogênea que ocupou a faixa interiorana de Santa Catarina se rebelou em 1912 contra a ordem vigente, a opressão do poder local dos coronéis, do estado e do capital privado, culminando no conflito chamado como Guerra do Contestado. As pessoas envolvidas no conflito foram classificadas desde os primeiros escritos com a denominação de “caboclo”.

Os primeiros registros sobre essa população foram realizados por meio dos militares, dos médicos e demais pessoas que estiveram envolvidos no lado repressor do movimento, como também pela imprensa. De acordo com Paulo Pinheiro Machado essa

população - desde as primeiras crônicas na imprensa, no relatório dos militares, médicos e de autoridades políticas - era tratada como um povo ignorante, desprovido de civilidade, despreparado para qualquer política de modernização, preso às superstições e guiado por charlatães e exploradores de sua fé alheia (MACHADO, 2012, p.16).

Nessa situação, o “caboclo” é representado de forma semelhante às outras regiões, principalmente ao Jeca Tatu, ambos são apresentados em oposição à modernização, seja nas práticas religiosas, na alimentação, quanto nas vestimentas. Na região do Contestado, a definição do “caboclo” em oposição à modernização é uma das principais formas encontradas. Por exemplo, o filme com mais destaque acerca do conflito, intitulado de “Guerra dos Pelados” (1970) de Sylvio Back, atribui destaque a essa oposição, principalmente na cena em que um “caboclo” interpretado por Stênio Garcia resolve lutar contra uma locomotiva.

Na literatura sobre a Guerra do Contestado, durante muito tempo permeou sobre as obras denominações pejorativas, como: rebeldes, selvagens, aberrantes, criminosos, fanáticos, jagunços e bandidos (VALENTINI, 2012, p.07). Até a década de 1960, o principal conceito que foi utilizado para mencionar os “caboclos” na região do Contestado era o “fanatismo”. Esse conceito foi empregado pra “expressar uma condição mental irracional, um comportamento ligado à loucura” (MACHADO, 2012, p.18). Como exemplo desse período, podemos analisar a obra “Os Fanáticos: crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos” (1952) de Aujor Ávila da Luz. Em sua obra, o autor procura justificar a Guerra do Contestado por meio do fanatismo e desequilíbrio dos “caboclos”. Repetidamente ao longo do livro, Aujor Ávila da Luz destaca o caboclo como produto da miscigenação e defende o “branqueamento” da população.

O grosso da população brasileira sendo o produto do cruzamento de três raças e não havendo ainda “o tipo étnico de brasileiro único”, esta intervenção constante do homem branco no caldeamento, faz as duas principais subformações caminharem para um tipo mais uniforme, mais claro e de melhores atributos, que é o pardo, em que o sangue negro está mais diluído e o caboclo em que se apagam, mais depressa ainda, os traços característicos do aborígene.[...] E no decorrer destes quatro séculos de miscigenação já houve tempo suficiente para este processo de estabilização. (LUZ, 1999, p.70). O “mito das três raças” foi e ainda é utilizado como símbolo nacional da formação do Brasil. Todavia, Darcy Ribeiro em seus escritos faz um crítica a uniformidade étnica brasileira, segundo o autor “essa unidade básica não significa nenhuma uniformidade” (RIBEIRO, 1995, p.21). Benedict Anderson entende nação como um tipo de comunidade imaginada, que necessita de símbolos e narrativas que buscam uma unidade, uma estabilização da identidade, onde “independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal” (ANDERSON, 2008, p.34). Dessa maneira, a miscigenação é apontada muitas vezes como evento tranquilo, escondendo uma política geralmente

pautada na desigualdade e na exploração.

A partir da década de 1960, ganha destaque na literatura do Contestado os trabalhos de Maurício Vinhas de Queiroz, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Duglas Teixeira Monteiro. Essas obras passam a utilizar outras fontes como a memória e o testemunho oralmente transmitidos do lado rebelde do conflito e trazem novos questionamentos. Por exemplo, Maurício Vinhas de Queiroz, é o pioneiro em apontar que a causa do conflito teria ocorrido devido a condição social dos “caboclos” (QUEIROZ, 1981, p.249). Todavia, em substituição ao conceito “fanático” como forma de abordar o comportamento dos “caboclos”, Maurício Vinhas de Queiroz, “utiliza o conceito de “messianismo”, em sua vertente weberiana – baseada na *anomia social*” (MACHADO, 2012, p.17). Nesse processo, os rebeldes teriam passado por “um processo de perda de identidade (*anomia*) e passaram a reagir contra o mundo externo através de um “autismo”, um comportamento que o próprio autor chama de patológico” (MACHADO, 2012, p.17). Paulo Pinheiro Machado enfatiza que o conceito de messianismo é apenas uma forma mais acadêmica de chamar os envolvidos no conflito de “fanáticos” (MACHADO, 2012, p.17).

A obra destacada como um marco na literatura do Contestado é a de Duglas Teixeira Monteiro. O autor desconsidera os conceitos de fanatismo, messianismo e a relação dos “caboclos” com uma *anomia social*, afastando os rebeldes de um caso patológico. O trabalho desse autor teve grande impacto na historiografia seguinte, por ajudar a demolir o muro da intolerância e da arrogância urbanas, que só conseguia ver “ignorância”, “fanatismo” e “carências” no mundo sertanejo. A partir da obra de Duglas, o mundo sertanejo passa a ser visto pelo que efetivamente foi, pelo que construiu e pelo que acreditava (MACHADO, 2012, p.18). Posteriormente à obra de Duglas Teixeira Monteiro, bem como aos novos aportes teóricos e metodológicos da Antropologia, História e Sociologia e a aproximação das áreas, o evento foi analisado de diversos ângulos, multiplicando a diversidade de propostas para abordar o conflito, como a participação dos indígenas, das mulheres e dos negros. À vista disso, novos questionamentos foram surgindo, aumentando significativamente a literatura acadêmica sobre a Guerra do Contestado.

Entretanto, mesmo após os avanços na pesquisa sobre o conflito, o termo “caboclo” é ainda utilizado para mencionar os rebeldes, sendo aplicado até mesmo nos títulos das obras. Marli Auras intitulou a sua obra mais famosa como “Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla” (2001); Paulo Pinheiro Machado deu o título de “História, Memória e Historiografia” (2012) para seu artigo publicado em um livro sobre o centenário da Guerra do Contestado. Atualmente os pesquisadores sobre o evento raramente dão destaque sobre quem é o “caboclo” em seus trabalhos, geralmente ele é em essência, o participante do conflito.

Todavia, em obras que não tem objetivo de abordar o conflito, mas que mencionam o “caboclo” da região, é possível encontrar outras definições ao termo. Para Arlene Renk (2006) e Eunice Sueli Nodari (2009), que realizam as suas pesquisas em alguns

municípios do oeste de Santa Catarina, o “caboclo” é um grupo étnico. As autoras utilizam as definições de Fredrik Barth que menciona grupo étnico como uma forma de organização social, sendo fundamental, entre outras coisas, para “designar uma população que possui um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros, como constituindo uma categoria que pode ser distinguida de outras categorias de mesma ordem” (BARTH, 2000, p.31-32). Como um grupo étnico, as autoras definem o “caboclo” na oposição com os “de origem” (italianos e alemães). Essa abordagem precisa ser compreendida com atenção. Ambas as autoras pesquisam regiões com contextos muito específicos, se diferindo de grande parte da região do Contestado. Por exemplo, no planalto norte catarinense (também região do Contestado), o termo é empregado como um *habitus*, onde até mesmo alguns descendentes de imigrantes alemães, italianos, poloneses, ucranianos são vistos como “caboclos”, é o que Fernando Tokarski chama de “europeus acaboclos” (TOKARSKI, 2008, p.249).

Não se tem como objetivo apontar se nos casos pesquisados por Arlene Renk e Eunice Nodari, o “caboclo” é ou não um grupo étnico. Procuo destacar apenas que suas obras contextualizam apenas uma fatia do imenso território que é conhecido como Contestado, existindo, portanto, em toda essa região diversos contextos e múltiplos modos do termo “caboclo” ser empregado. Devemos nos atentar com isso e afastar de nossos escritos uma homogeneização, uma reificação do “caboclo” no Contestado. Recentemente, foi lançando o videodocumentário Terra Cabocla (2015) dirigido por Márcia Paraíso e Ralf Tambke. O filme conta com a participação de inúmeros pesquisadores sobre o Contestado que procuram definir o que é o “caboclo”. Como foi possível perceber com as análises já apontadas nesse trabalho, múltiplas foram as definições dos estudiosos da temática.

Entretanto, também participam do longa-metragem, pessoas que se autodenominam como “caboclos” e que reivindicam uma faixa de terra e melhores condições de vida. Essas pessoas justificam as suas requisições pela perda do território pelas medidas governamentais e principalmente pela barbárie contra o sertanejo pobre na Guerra do Contestado. Desta, forma, o termo “caboclo” que foi dirigido de forma pejorativa para a população envolvida no conflito, agora passa a ser um conceito usado por grupos da população rural pobre da região do Contestado, para reivindicar melhores condições. À vista disso, é possível constatar nesse grupo um processo que Miguel Alberto Bartolomé chama de etnogênese.

Também já se qualificou de etnogênese o ressurgimento de grupos étnicos considerados extintos, totalmente “miscigenados” ou “definitivamente aculturados” e que, de repente, reaparecem no cenário social, demandando seu reconhecimento e lutando pela obtenção de direitos ou recursos. Em outras oportunidades, recorreu-se ao mesmo conceito para designar o surgimento de novas comunidades que, integradas por migrantes ou seus descendentes, reivindicam um patrimônio cultural específico para se diferenciarem de outras sociedades ou culturas que consideram diversas de sua autodefinição social, cultural ou racial (por exemplo, grupos migratórios interestatais ou

comunidades afro-americanas). A etnogênese, ou melhor, as etnogêneses referem-se ao dinamismo inerente aos agrupamentos étnicos, cujas lógicas sociais revelam uma plasticidade e uma capacidade adaptativa que nem sempre foram reconhecidas pela análise antropológica (BARTOLOMÉ, 2006, p.40).

Esse processo de etnogênese, autodenominação como “caboclo” e a reivindicação por direitos está dando os primeiros passos, porém, é mais uma abordagem diferente acerca do “caboclo” em Santa Catarina.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O termo “caboclo” como apontado nos casos da região sudeste brasileira, Amazônia e em Santa Catarina, pode apresentar muitas definições, sendo uma categoria de classificação social, relacional, de “mistura racial”, um *habitus* e até mesmo ser um grupo étnico. No caso catarinense, o “caboclo” apresenta uma particularidade, pois foi o termo usado para se referir aos participantes de um dos maiores conflitos na América do Sul, a Guerra do Contestado. Mesmo para mencionar esses indivíduos o termo “caboclo” pode ser empregado de múltiplas formas. Desta maneira, proponho que os pesquisadores que abordam a Guerra do Contestado e seus desdobramentos empreguem uma maior atenção ao falar sobre a população envolvida no conflito, bem como, se afastem de definições que possam reificar um conceito tão amplo e heterogêneo.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Tradução de Denise Bottman.

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado: a organização da Irmandade Cabocla**. 4.ed. - Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2001.

AZEVEDO, Carmen Lucia de. **Jeca Tatu, Macunaíma, a preguiça e a brasilidade**. 2012. 166 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BARTH, Fredrik. **O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. **As Etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político**. Mana, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p.39-68, abr. 2006.

BOURDIEU, Pierre. Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. A Campanha do Contestado. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

CHIBNIK, Michael. Quasi-ethnic Groups in Amazonia. *Ethnology*, Pittsburgh, v. 30, n. 2, p.167-182, abr. 1991.

LIMA, Deborah de Magalhães. **A construção histórica do termo caboclo**: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. *Novos Cadernos Naea*, Belém, v. 2, n. 2, p.5-32, dez. 1999.

LOBATO, Monteiro. **Urupês**. São Paulo: Biblioteca Azul, 2012.

LUZ, Aujor Ávila da. **Os Fanáticos**: Crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos. 2. ed. Florianópolis: Ed. Ufsc, 1999.

MACHADO, Paulo Pinheiro. O Contestado e o mundo caboclo: História, Memória e historiografia. In: VALENTINI, Delmir José; ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro. **Nem fanáticos, nem jagunços: reflexões sobre o Contestado (1912 - 2012)**. Pelotas: Ed. Ufpel, 2012.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século**: Um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades renegociadas**: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. Ufsc, 2009.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Caminhos da Identidade. Ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo**. Editora Unesp: Paralelo 15, 2006.

QUEIRÓZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social**: a Guerra Sertaneja do Contestado (1912 - 1916). São Paulo: Ática, 1981.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: A formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no Oeste de Santa Catarina**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2006.

RODRIGUES, Carmem Izabel. Caboclos na Amazônia: a identidade na diferença. **Novos Cadernos Naea, Belém**, v. 9, n. 1, p.119-130, jun. 2011.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O índio e o mundo dos brancos**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

SCOTT, James C.. **Formas cotidianas da resistência camponesa**. Raízes, Campina Grande, v. 21, n. 1, p.10-31, jan-jun. 2002.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu**: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 01, p.60-70, maio - agosto 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

TOKARSKI, Fernando. Os polacos na Guerra do Contestado. In: ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro. **A Guerra Santa revisitada: novos estudos sobre o movimento do Contestado**. Florianópolis: Ed. Ufsc, 2008. p. 249-281

VALENTINI, Delmir José; ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro. **Nem fanáticos, nem jagunços: reflexões sobre o Contestado (1912 - 2012)**. Pelotas: Ed. Ufpel, 2012.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: A perspectiva os estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

PERFIL SÓCIOECONÔMICO E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NAS UNIDADES DE TRIAGEM DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Data de aceite: 23/07/2021

Mariana da Silva Barreto

Estudante Engenharia Química, Universidade do Oeste de Santa Catarina UNOESC
Joaçaba

Eduarda de Magalhães Dias Frinhani

Professora, Universidade do Oeste de Santa Catarina UNOESC
Joaçaba

Renata Fornari

Estudante Engenharia Civil, Universidade do Oeste de Santa Catarina UNOESC
Joaçaba

RESUMO: Nas cidades brasileiras é comum que a coleta seletiva, separação e reciclagem de materiais sejam realizadas, informalmente, pelos catadores autônomos, ou de forma organizada, por meio de associações e cooperativas de catadores. Com o objetivo de conhecer o perfil socioeconômico e as condições de trabalhos dos catadores das duas unidades de triagem de resíduos sólidos urbanos do município de Joaçaba-SC, foram realizadas visitas, registro fotográfico e entrevista com os catadores e responsáveis pelas unidades de triagem. Foram obtidas informações sobre a infraestrutura utilizada, processos realizados e função dos indivíduos nas unidades de triagem e a situação socioeconômica dos catadores. Os dados obtidos mostram que os homens são maioria nesta atividade; na Unidade A, 60% têm ensino fundamental ou médio incompleto, enquanto na

Unidade B, apenas 40%. Nas duas unidades, 60% dos entrevistados são casados e suas rendas familiares variam de R\$ 800,00 a R\$ 3000,00, sendo que 60% dos catadores da Unidade A recebem bolsa família e apenas 20% dos catadores da Unidade B recebem o benefício. Na unidade B, 40% dos catadores afirmaram realizar essa atividade desde a infância. Nas duas unidades a separação dos resíduos é realizada de forma manual, sem a utilização de esteiras ou mesas, equipamento de proteção individual (EPIs) inadequados ou inexistentes. Os resultados indicam que há necessidade de melhorar as condições de trabalho dos catadores, com maior participação da prefeitura municipal nas associações, garantindo qualidade e valorização do trabalho dos catadores e segurança ambiental para o município.

PALAVRAS-CHAVE: catadores, resíduos sólidos, coleta, separação, reciclagem.

1 | INTRODUÇÃO

Os resíduos sólidos urbanos (RSU) englobam os resíduos domiciliares: os originários de atividades domésticas em residências urbanas e resíduos de limpeza urbana: os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana. A destinação adequada de resíduos sólidos é um problema mundial, que se agrava com o crescimento populacional, aumento da população urbana e do poder aquisitivo, associado ao estilo de consumo da sociedade em geral.

Segundo Monteiro (2001) e Silva et al (2016), no gerenciamento integrado de resíduos sólidos são preconizados programas da limpeza urbana, enfocando meios para que sejam obtidos a máxima redução da produção de lixo, o máximo reaproveitamento e reciclagem de materiais e, ainda, a disposição dos resíduos de forma mais sanitária e ambientalmente adequada, abrangendo toda a população e a universalidade dos serviços. Essas atitudes contribuem significativamente para a redução dos custos do sistema, além de proteger e melhorar o ambiente.

Silva e colaboradores (2016) reforçam que para atendimento das condições mínimas de gerenciamento, recomenda-se: a segregação dos resíduos deve ser realizada de modo que não ocorra a mistura de resíduos de classes diferentes, estudar a possibilidade de substituição dos materiais perigosos, por outros de menor periculosidade; estudar práticas de medidas preventivas e efetivas; criar coleta seletiva de materiais recicláveis; elaborar manual de boas práticas em manejo de resíduos sólidos; criar procedimentos básicos e adequados para o correto gerenciamento dos resíduos sólidos.

A lei 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, prevê a elaboração do Plano Nacional de Resíduos Sólidos e define uma certa responsabilidade compartilhada entre cidadãos, governos, setor privado e sociedade civil organizada pela gestão ambientalmente correta dos resíduos gerados por eles. É importante que o cidadão repense e reveja o seu papel como consumidor.

Ainda de acordo com a lei 12.305/2010, serão priorizados no acesso aos recursos da União os Municípios que: optarem por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos e implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

Observa-se que no município de Joaçaba, contrariando o previsto no PNRS, os catadores de materiais recicláveis não foram inseridos adequadamente no processo. Os mesmos se organizaram em algumas associações, porém as mesmas apresentaram problemas, como: apoio adequado do poder municipal; baixa adesão dos catadores (muitos continuam trabalhando de forma autônoma); infraestrutura e logística inadequadas; informalidade; condições precárias de higiene e segurança nas atividades realizadas, dentre outras.

Diante do exposto, esse trabalho teve como objetivo realizar um diagnóstico das condições de trabalho dos catadores nas unidades de triagem de resíduos sólidos urbanos no município, a fim de proporcionar melhores condições para a realização das atividades, com conseqüente valorização dos resíduos obtidos, proteção da saúde pública e da qualidade ambiental.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O município de Joaçaba conta com duas unidades de triagem de resíduos sólidos urbanos: a ACOMAR - Associação de Catadores de Materiais Recicláveis e a Recoplástico, as duas são localizadas na Rua Pedro Santchuck, Bairro Clara Adélia, Joaçaba – SC. Na descrição das atividades e dados, os centros de triagem serão denominados Unidade A e Unidade B.

Foram realizadas visitas as duas unidades de triagem e realizado registro fotográfico e entrevistas semiestruturadas com o responsável por cada centro de triagem, para levantamento de informações referente a: estrutura física (características do galpão, setores e equipamento); estrutura organizacional (número de associados e suas funções), forma de remuneração, processo de triagem e comercialização (destino e periodicidade da comercialização dos materiais), condições de segurança e higiene (uniformes, equipamentos de proteção individual e coletiva), além de um espaço para comentários e sugestões.

A fim de conhecer a situação econômica e social dos catadores, realizou-se uma entrevista com cinco colaboradores de cada unidade de triagem, para levantamento de informações referente a: renda mensal escolaridade, quantidade de pessoas que moram em sua casa, tempo de profissão, uso de EPIs, condições de saúde devido ao trabalho como catador e se recebeu treinamento para realizar sua atividade.

Foram utilizadas técnicas de coleta e construção de dados constituídas por um questionário direcionado aos catadores com perguntas objetivas, entrevista semiestruturada e observação. A aplicação dos questionários na forma de entrevista semiestruturada foi realizada de forma presencial pela equipe de pesquisadores. A pesquisa foi submetida ao CEP - Comitê de Ética em Pesquisa e aprovada de acordo com o parecer 3.958.573 em 07/04/2020. Para a avaliação e a interpretação dos dados utilizou-se a análise de conteúdo, tabulação dos dados através do programa Excel®.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Centros de triagem de RSU no município de Joaçaba

A Unidade A utiliza um galpão de 240 m², sem banheiro e cozinha e um terreno a céu aberto que funciona como depósito. Os colaboradores utilizam a cozinha e banheiro da casa do responsável pela associação, localizada no mesmo terreno do galpão. Os equipamentos disponíveis nesta unidade são: 12 tambores, dois *containers*, duas balanças, duas prensas e uma camionete. O responsável por essa Unidade informou que o pagamento do aluguel do barracão, e as despesas de água e luz são pagas pela Prefeitura Municipal de Joaçaba (PMJ) desde 2013.

A Unidade B possui sede própria, um galpão de 357 m², divididos em: área para

separação dos resíduos, área para prensagem, escritório, dois banheiros e uma pequena cozinha e um terreno a céu aberto, que funciona como depósito. Os equipamentos disponíveis nesta unidade são: duas prensas, uma balança, uma empilhadeira, um caminhão baú, quatro *containers* e dois veículos. Possui acesso à internet. Além da isenção do valor do IPTU, essa unidade não recebe nenhum outro auxílio financeiro da prefeitura. Na Figura 1 podem ser observadas as sedes das duas unidades de triagem de resíduos sólidos.



Figura 1. Sede das unidades de triagem de resíduos sólidos do Município de Joaçaba.

Fonte: dos autores.

Nas duas unidades são realizados os processos de triagem, enfardamento, pesagem e venda dos resíduos sólidos recicláveis. Cada associação possui entre oito e nove associados/colaboradores, que são responsáveis pelo serviço de triagem e prensagem do material. O número de associados que comparece para a atividade varia semanalmente. O presidente/coordenador é responsável pela pesagem, venda, atividades administrativas e pagamentos dos associados.

No município de Joaçaba, a coleta dos resíduos recicláveis fica à cargo da empresa de uma empresa terceirizada, contratada pela prefeitura, a TOS – Tucano Obras e Serviços. A entrega dos resíduos recicláveis aos centros de triagem ocorre diariamente para as duas associações. É seguido uma política de entrega que intercala semanalmente os horários, sendo que uma associação, recebe-se os resíduos apenas às 11 h, enquanto a outra, os resíduos recicláveis são entregues às 17 h. Na outra semana, o horário inverte para as duas, e assim segue sucessivamente.

Além dos resíduos recebidos coletados e entregues pela TOS, alguns associados praticam a coleta autônoma, utilizando o veículo próprio da associação, quando há solicitação de empresas ou outras demandas. A triagem dos resíduos é realizada de forma precária, não são utilizadas esteiras ou mesas de auxílio ao trabalhador. Os resíduos são dispostos em montes e separados manualmente por classe (papéis, papelão, plásticos PET e PEAD, metais: alumínio, ferro e aço) e, em seguida, depositados em *bags* (sacos de rafia que comportam até 300 Kg) e armazenados nos barracões, como pode ser

observado na Figura 2.



Figura 2. Disposição dos resíduos para segregação na Unidade B.

Fonte: dos autores.

Na Unidade A, o material separado por classe é temporariamente armazenado em *bags*, até atingir a quantidade mínima para ser prensado. Os fardos são comercializados quinzenalmente e o lucro obtido é dividido entre os associados, proporcionalmente a quantidade de resíduos separados. Na Unidade B, os resíduos segregados são pesados antes da prensagem, e os colaboradores são pagos proporcionalmente, semanalmente. A prensagem e enfardamento dos resíduos é realizada por outro grupo de colaboradores, que recebem o pagamento por quilo de material prensado. Na Figura 3, à esquerda, pode ser observada a pesagem do material não prensado; no centro, a prensagem do material; e ao lado direito, os fardos armazenados à céu aberto.

O resíduo sólido separado, prensado e enfardado é comercializado para centros de triagem maiores, uma vez que a maioria das empresas que compram materiais reciclados estabelecem uma cota mínima de material para compra. A periodicidade de comercialização dos materiais é entre 7 e 15 dias, ou conforme lotação máxima do depósito. Segundo Castilhos Jr. et. al, (2013), o atravessadores são o principal destino dos materiais coletados e isto deve-se a várias razões: quantidade de materiais insuficientes para a comercialização com as indústrias, devido à falta de espaço para armazenamento ou à necessidade urgente de dinheiro; ausência de indústrias compradoras de materiais nas proximidades dos grupos de catadores; falta de estrutura organizacional entre (e nas) entidades de catadores capazes de aumentar o volume de materiais coletados, aumentando, por consequência, o poder de barganha perante às indústrias; disponibilização de caminhões pelos atravessadores para transporte dos materiais, sem custos financeiros à organizações, ao contrário das indústrias que deixam o custo de transporte por conta destas.



Figura 3. Pesagem dos resíduos, prensagem e armazenamento dos fardos.

Fonte: dos autores.

Os responsáveis pelas unidades de triagem informaram que mensalmente são separadas aproximadamente 14 toneladas de resíduos. Sendo que aproximadamente 70 - 78% correspondem a papel e papelão, seguido de plásticos (aproximadamente 11 - 21%) e metal (0,7 a 12%). As unidades não comercializam vidro, que quando recebido, são considerados rejeitos e destinados ao aterro sanitário municipal. Os entrevistados comentaram que recebem muitos materiais recicláveis misturados com resíduos orgânicos. Essa prática, desvaloriza o resíduo reciclável e aumenta o custo do processo, pois surge a necessidade de enviar os rejeitos ao aterro sanitário municipal.

Considera-se que a falta de segregação adequada dos resíduos na fonte geradora e sua disposição em dias contrários aos destinados para esse fim, como as principais falhas na coleta seletiva municipal. Os entrevistados consideram que a triagem e comercialização poderiam ser mais rentáveis se a população estivesse consciente de seu papel no gerenciamento correto dos resíduos sólidos urbanos e realizasse a segregação e destinação adequada dos seus resíduos. É fundamental a participação da sociedade nas questões relacionadas à disposição final dos resíduos sólidos, passando por um processo de educação ambiental e campanhas de esclarecimento que culminem no aprimoramento da segregação dos resíduos na fonte geradora.

Após separação dos materiais recicláveis, os rejeitos (materiais que não são recicláveis) são depositados na área externa das unidades de triagem, em contêineres e *bags* e posteriormente são coletados pela TOS (Figura 4) e enviados para ao aterro sanitário localizado no município de Erval Velho. A Unidade B paga à PMJ pelo serviço

de retirada dos rejeitos e envio para o aterro sanitário. As despesas da Unidade A com a retirada dos rejeitos ficam a cargo da Prefeitura Municipal.



Figura 4 Rejeitos depositados ao ar livre (esquerda) e coleta realizada pela empresa contratada pela prefeitura municipal.

Os entrevistados consideram que um outro fator que afeta de forma negativa a atuação das associações de catadores no município de Joaçaba é a coleta realizada por catadores autônomos, que não fazem parte das associações citadas anteriormente. Essa coleta é realizada em camionetes/caminhões em mau estado de manutenção, ou carrinhos de mão, bicicleta ou carroças tracionada pelo próprio catador. Eles circulam diariamente em horários estratégicos para coletar os materiais recicláveis de maior valor comercial antes da empresa TOS.

Observou-se que na coleta informal, os veículos trafegam lotados de materiais recicláveis e param em meio a via pública, para coletar dos resíduos, atrapalhando o trânsito. Os catadores costumam acumular os resíduos ao lado dos contêineres para posterior coleta, rasgam as embalagens para escolher os melhores resíduos, e muitas vezes não dispõem os rejeitos de forma adequada e espalham sacos de lixo abertos e sujeira pelas ruas. Na Figura 5 podem ser observadas a realização de coleta por catadores não pertencentes as associações.

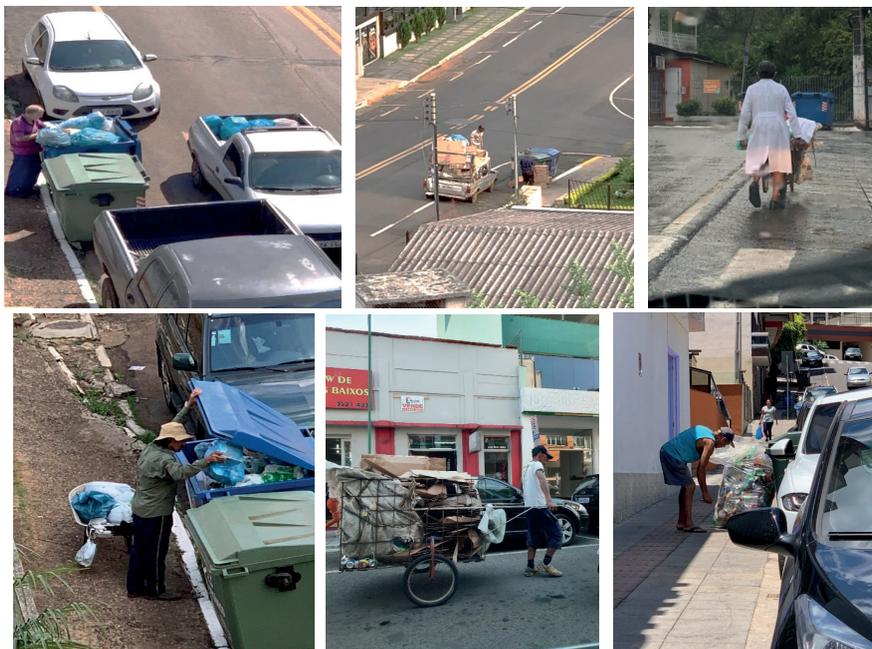


Figura 5. Catadores realizando a coleta irregular de resíduos recicláveis.

Fonte: dos autores.

Uma pesquisa feita por Jacobi e Besen (2011), apontou que a maioria dos catadores trabalha de forma independente em condições precárias de segurança e de saúde pelas ruas das cidades brasileiras. Os catadores ficam expostos a longas jornadas de trabalho e a riscos para a saúde. Andam pelas ruas revirando os sacos de lixo, realizando a catação em péssimas condições sanitárias, mexendo nas lixeiras sem equipamentos de proteção, carregando peso e expondo-se a riscos à saúde. De acordo com o PNRS, a coleta seletiva informal pode ser definida como uma coleta realizada por catadores autônomos dispersos pela cidade cuja quantidade de resíduos não é contabilizada pelos órgãos municipais. Geralmente, esses resíduos são vendidos para os sucateiros que comercializam diretamente com as indústrias.

De acordo com a lei 12.305/2010, serão priorizados no acesso aos recursos da União os Municípios que: optarem por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos e implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda. É necessário realizar uma inclusão social destes catadores autônomos para fazerem parte das cooperativas de triagem. Assim, o trabalho passará a ser formalizado, tornando as associações mais fortes e organizadas, coletando todo o resíduo reciclável sem informalidades à parte.

Segundo Ribeiro e Besen (2007), os programas em parceria com catadores

organizados enfrentam dificuldades de ordem técnica (falta de capacitação), organizacional (organização do trabalho e baixa implementação da prática cooperativista) e econômica (competição pelo material reciclável, ausência de remuneração pelos serviços prestados pelos catadores) e carecem tanto de inserção institucional com base em instrumentos legais que garantam sua continuidade quanto de indicadores que possibilitem seu monitoramento e aprimoramento na perspectiva da sustentabilidade socioambiental e econômica.

3.2 Perfil socioeconômico e condições de trabalho

As entrevistas realizadas com os catadores das duas unidades de triagem tiveram como objetivo traçar um perfil socioeconômico, a fim de compreender a situação em que vivem e trabalham. Os principais resultados obtidos nas entrevistas realizadas nas unidades de triagem foram organizados no Quadro 1. Pode-se observar que a maioria dos catadores são do sexo masculino, o grau de escolaridade predominante é o Ensino Fundamental Completo. Na associação B, 40% dos entrevistados relataram trabalhar como catador desde criança. Na associação A, 60% dos entrevistados afirmaram nunca terem exercido outra atividade, além do trabalho como catador.

O tempo médio de exercício como catador é de 9 anos para 60% dos catadores entrevistados, sendo que 70% informaram terem exercido outras profissões, como: varredor de rua, servente de pedreiro, empregada doméstica, auxiliar de limpeza, serviços gerais em indústria alimentícia. O número de pessoas por residência variou de uma a sete, sendo que os catadores casados, possuem uma média de 3,5 filhos. A renda familiar variou entre R\$ 800,00 e R\$ 3.000,00 entre os catadores, sendo que pelo menos 50% desde valor é obtido na atividade como catador. De todos os entrevistados, 60% recebem bolsa família.

Dados	Unidade A	Unidade B
Idade, anos	19 – 45 Média 35,8	18 a 55 Média 32,8
Gênero	60% masculino	80% masculino
Escolaridade	20% ensino médio 60% ensino fundamental ou médio incompleto 20% ensino fundamental incompleto	20% Ensino médio 40% ensino fundamental ou médio incompleto 20% ensino fundamental incompleto 20% não soube informar
Estado civil	60% casados	60% casados
Nº pessoas na residência	2 a 6 Média 3,6	1 a 7 Média 3,4
Renda como catador, R\$	500,00 a 1.200,00 20% não informaram	500,00 a 1.100,00 40% não informaram
Renda familiar, R\$	800 a 3.000,00 40% não informaram	1.000,00 a 2.000,00 40% não informaram
Bolsa família, R\$	60% recebe	20% recebe

Contribui com a previdência social	40% contribui	20% contribui
Tempo de trabalho como catador	80% entre 8 – 12 anos 20% menos de 1 ano	20% entre 5 – 7 anos 80% não informou

Quadro 1. Principais dados obtidos na entrevista individual a cerca do perfil dos catadores.

Fonte: dos autores.

Castilhos Jr. et al. (2013) observou que a variação de renda verificada entre os catadores de uma mesma organização é decorrente do número de horas trabalhadas, do ritmo de trabalho e da quantidade e qualidade do material encontrado por cada um. Como cada tipo de material tem um preço diferente, outro fator que reflete na remuneração dos catadores é o preço de venda. Os materiais coletados também sofrem com a heterogeneidade e suas características, tais como grau de limpeza e compactação, o que influencia o preço de compra. Os responsáveis pelas unidades de triagem informaram que o número de colaboradores varia diariamente, com o máximo de 8 a 9 pessoas por unidade de triagem. No dia da entrevista estavam presentes cinco colaboradores, além do responsável, em cada unidade. Dos catadores entrevistados, 20% possuem veículo próprio e os utiliza para se deslocar até a associação; 50% vão caminhando para o trabalho; 20% recebem carona do responsável pela unidade de triagem e 10% moram no local de trabalho.

Os catadores têm dinâmica de trabalho muito própria, o que afeta a realidade das organizações. Assim, enquanto alguns catadores seguem uma rotina diária de trabalho, outros são menos regulares, trabalhando uma quantidade diária de horas bastante variável, ou, até mesmo não trabalhando em alguns dias. Por isso, a maioria das organizações de catadores adota políticas de pagamento aos indivíduos proporcional à produção de cada um, evitando pagamentos uniformes (CASTILHOS Jr. et. al, 2013). A função de cada catador na unidade de triagem não é bem definida, exceto para aqueles que operam as prensas, sendo dois homens em cada uma na Unidade B e um homem na Unidade A. A maioria dos catadores afirmam que trabalham no que há necessidade para o dia, como: separação, desmanche e organização dos resíduos.

Como as entrevistas foram realizadas presencialmente nas unidades de triagem, observou-se na ocasião que a maioria dos trabalhadores não utilizava equipamentos de proteção individual (EPI) no exercício das atividades. Os principais EPis observados foram luvas de borracha e devido a pandemia, alguns utilizavam máscaras de tecido. Na entrevista, 60% dos colaboradores da Unidade A afirmaram usar luvas e 10% luvas e protetor auricular. Na unidade B, 60% afirmaram usar luvas durante as atividades. Os EPis são adquiridos pelos colaboradores. Os responsáveis pelas unidades afirmaram que os colaboradores não costumam utilizar EPis, devido ao calor ou à menor agilidade proporcionada por eles. Os catadores declaram nunca terem sofrido acidente de trabalho grave, nada além de pequenos cortes e arranhões, assim como nunca tiveram nenhum

problema de saúde decorrentes da sua atividade nas associações.

Em relação a realização de treinamentos para o exercício das atividades, 40% dos entrevistados afirmaram terem recebido treinamento, sendo que 20% foram treinados pelos responsáveis pela unidade de triagem. Os entrevistados afirmaram que gostariam de receber treinamento adequado, principalmente nas funções que exigem o uso de equipamentos. Considera-se que além do treinamento para operação de prensas, empilhadeira e balanças, é necessário treinamento sobre a importância do uso de EPIs, ergonomia, prevenção de acidentes, valorização dos resíduos e outros.

Quando indagados sobre as melhorias que poderiam ser realizadas nas cooperativas, os catadores relataram que gostariam de receber mais maquinário, como prensa e esteira, fornecimento de equipamentos de segurança. Também sugeriram que o caminhão da TOS passasse nos horários e dias combinados, pois os catadores alegam que eles se atrasam ou passam em um dia que não foi acordado; que a população contribuísse mais com a separação dos resíduos, evitando a mistura de materiais recicláveis com resíduos orgânicos e dispondo os resíduos recicláveis em *containers*, nos dias estipulados pela prefeitura municipal.

A adoção de contêineres na cidade de Joaçaba foi implementada em 2018, sendo 200 contêineres de 1.000 litros cada um. Em 2020 foram disponibilizados mais 200 contêineres na área central do município, sendo 100 para lixo orgânico e 100 para a coleta seletiva. Esta iniciativa é um grande avanço na coleta seletiva do município, e quando respeitados os horários de disposição, diminui-se o acúmulo de resíduos no ambiente, proporcionando uma cidade mais limpa. Como os contêineres possuem tampa e ficam fechados, isto impede que o odor se espalhe e reduz a proliferação de insetos e o acesso de animais, bem como protege o resíduo de serem levados pela água da chuva, evitando o entupimento dos esgotos. Castilhos Jr. et al. (2013) confirmam a necessidade de ajuda aos catadores, tanto por parte da comunidade na separação dos materiais recicláveis, como por parte da prefeitura na divulgação da coleta realizada pelos catadores e apoios diversos à entidade; a necessidade de se incentivar mais o cooperativismo e a formação mais adequada dos catadores.

Em razão da pandemia do Coronavírus, Covid-19, foi questionado se ocorreram alterações nas atividades, sendo que 30 % dos entrevistados observaram redução da quantidade de resíduos recebidos nas unidades de triagem, o que impactou na renda mensal. De acordo com 80% dos entrevistados, a frequência dos catadores ao trabalho também diminuiu. As medidas de prevenção contra a Covid-19 não estavam sendo adotadas por todos os catadores dentro das unidades de triagem, como observou-se em uma das visitas feitas nas cooperativas. De acordo com os dados levantados, apenas 50% dos catadores utilizam máscara no local do trabalho; 30% utilizam máscaras apenas quando frequentavam lugares onde o uso é obrigatório e 20% afirmaram não utilizar máscaras. Nenhuma das unidades possuía álcool em gel para utilização dos trabalhadores. O auxílio

emergencial liberado pelo Governo Federal sob o estado de calamidade pública no valor de R\$ 600,00, foi solicitado e recebido por 60% dos catadores ou por algum membro da família e 20% solicitaram o auxílio e não receberam.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levantou-se as informações referentes às condições de trabalho e situação socioeconômica dos catadores de resíduos sólidos urbanos nas duas unidades de triagem do município de Joaçaba, traçando o perfil destes indivíduos. Os resultados da pesquisa demonstram a necessidade da implantação de campanhas educativas, visando a sensibilização e a conscientização da população para a prática da separação de materiais recicláveis ainda nos domicílios. Desta forma, a população passará a participar mais ativamente do gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos, minimizando a mistura de resíduos recicláveis aos orgânicos e, conseqüentemente, melhorando a qualidade do trabalho dos catadores de materiais recicláveis.

Os catadores de materiais recicláveis exercem uma atividade importante, mas rejeitada socialmente. As condições de trabalho dos catadores nas cooperativas são precárias e insalubres. O exercício desta atividade é consequência do baixo grau de escolaridade e a falta de oportunidades de formação profissional específica, o que conseqüentemente dificulta a inserção destas pessoas no mercado de trabalho formal.

Os resultados desta pesquisa demonstram a necessidade de maior participação dos órgãos municipais na organização das associações existentes e inclusão dos catadores autônomos neste processo. Observou-se também a necessidade de treinamentos para uma melhor gestão do negócio, valoração dos resíduos segregados e valorização do trabalho dos catadores; orientação quanto ao uso de EPIs, utilização de equipamentos e adoção de práticas mais seguras e ergonômicas; realização de campanhas de conscientização da população, visando melhorar as condições de trabalho, garantindo segurança e qualidade das atividades realizadas, maior inserção social, proporcionando uma vida melhor e mais digna aos catadores, e ao seu ambiente de trabalho.

AGRADECIMENTOS

Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (UNIEDU). Secretaria de Estado da Educação – SED/SC.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n. 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 agosto 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 04 mar. 2020

CASTILHOS JUNIOR, Armando Borges de et. al. Catadores de materiais recicláveis: análise das condições de trabalho e infraestrutura operacional no Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n.11, p. 3115-3124, 2013.

JACOBI, Pedro Roberto; BESEN, Gina Rizpah. Gestão de resíduos sólidos em São Paulo: desafios da sustentabilidade. **Estudos avançados**, v.25, n.71, p 135-158, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v25n71/10.pdf>. Acesso em 04 mar. 2020.

MAGERA, M. C. **Os empresários do lixo: análise interdisciplinar das Cooperativas de reciclagem de lixo**. 2ª ed. Campinas, SP: Átomo, 2005

MONTEIRO, José Henrique Penido et al. **Manual de Gerenciamento Integrado de resíduos sólidos**. Rio de Janeiro: IBAM, 2001. Disponível em: <http://www.resol.com.br/cartilha4/manual.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2018.

RIBEIRO, H.; BESEN, G.R. **Panorama da Coleta Seletiva no Brasil: Desafios e Perspectivas a Partir de Três Estudos de Caso**. INTERFACEHS, São Paulo, v. 2, n. 4, ago. 2007.

SILVA, I. L. S.; RÊGO FILHO, A. T. C.; SOUZA, S. S.; LEMOS, E. J. S. **Plano de gerenciamento de resíduos sólidos da construção civil: um caso em Santarém Pará**. Brasil, Porto Alegre, 2016. Disponível em: http://www.abes-rs.uni5.net/centraldeeventos/_arqTrabalhos/trab_20160919144717000000782.pdf Acesso em 04 mar. 2020.

PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS E IMIGRANTES: A EXPERIÊNCIA DO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA CÂMPUS CAÇADOR

Data de aceite: 23/07/2021

Bianca Gonçalves Sousa de Moraes

Professora, Instituto Federal de Santa Catarina
IFSC
Caçador

David Ferreira Severo

Professor, Instituto Federal do Paraná IFPR
Palmas

Diogo Moreno Pereira Carvalho

Professor, Instituto Federal de Santa Catarina
IFSC
Caçador

Marta Ferreira da Silva Severo

Técnica em Assuntos Educacionais, Instituto
Federal do Paraná IFPR
Palmas

Mayara Tsuchida Zanfra

Professora, Instituto Federal de Santa Catarina
IFSC
Caçador

Patricia Frangelli Bugallo Lopes do Nascimento

Professora, Instituto Federal de Santa Catarina
IFSC
Caçador

RESUMO: Este artigo se volta para a problemática do refugiado/imigrante e seu processo de integração à sociedade local, focando especificamente no município de Caçador, localizado na região do Contestado Catarinense. São produzidas articulações

teóricas que recorrem às contribuições da Linguística Aplicada e do Método Paulo Freire para pensar programas de extensão elaborados no contexto do IFSC/Caçador, com vistas a atuar nesse processo de integração, especialmente de imigrantes haitianos que chegam ao município. O artigo revela a fertilidade da articulação do Português como Língua de Acolhimento (PLAc) com o método Paulo Freire para a construção de ações voltadas à integração do imigrante. É com base nesse diálogo teórico que, no IFSC/Caçador, foram construídas ações em projetos de extensão desenvolvidos de 2018 a 2020 que atenderam imigrantes chegados ao município. Tais ações consideraram o uso da língua em seu contexto social, sensível às demandas do imigrante em uma lógica de favorecimento da construção de conhecimentos considerando aspectos socioculturais, profissionais, interculturais e contribuindo para a construção de uma autonomia do imigrante por meio da língua.

PALAVRAS-CHAVE: Refugiado/imigrante. Português como Língua de Acolhimento. Método Paulo Freire. Contestado.

1 | INTRODUÇÃO

A redução das desigualdades e as reflexões sobre os processos migratórios são desafios veementes no que tange à região do Contestado Catarinense, com foco no município de Caçador. Este artigo visa trazer algumas reflexões sobre estas questões na atualidade ao observar o fluxo de imigrantes haitianos e sua relação com a língua portuguesa compreendida

como fator de integração importante à sociedade brasileira.

O processo migratório em questão pode ser observado a partir de 2010, quando começa a vir ao Brasil um grande número de imigrantes haitianos, seja pela fronteira do Acre, seja pelo estado do Amazonas. Esse fluxo migratório intenso foi ocasionado pelos terremotos que assolaram o Haiti naquele ano, deixando um rastro de destruição no país e um saldo de cerca de 250 mil mortos. Segundo Zeni e Filippin, a vinda de haitianos para o Brasil tem sido apontada como “a maior onda imigratória ao país” dos últimos em cem anos de nossa história” (2014, p. 13).

Nesse contexto, eles chegaram ao país como refugiados no sentido humanitário, sejam refugiados de maneira geral, por motivos econômicos, sejam classificados como deslocados por motivos ambientais (ZENI & FILIPPIN, 2014). Falando o crioulo, língua nativa haitiana, foram se distribuindo por vários estados brasileiros em busca de oportunidade de trabalho e segurança para si e suas famílias. Dentre as trajetórias migratórias no estado de Santa Catarina, encontra-se o município interiorano de Caçador, no Contestado Catarinense.

Sobre as dificuldades encontradas pelos imigrantes, Felipe Silva e Duval Fernandes (2018) escreveram um trabalho sobre os desafios enfrentados por estes no processo de integração à sociedade brasileira. Eles revelaram que há vários problemas no processo de inserção desses sujeitos: a falta de estrutura para acolhimento, o domínio da língua portuguesa e as questões ligadas ao preconceito, ao racismo e à xenofobia. Contudo, o dado mais revelador da pesquisa se refere à falta de emprego para os migrantes que vêm ao Brasil, sendo este o resultado do desconhecimento da cultura e da língua local, os quais interferem no processo de integração social.

Diante dessa barreira enfrentada na integração dos imigrantes para aquisição da língua portuguesa e exercício da comunicação, muitos deles, na cidade de Caçador/SC, por iniciativa própria ou por intermédio de representantes da Cáritas Diocesana de Caçador/SC, começaram a procurar o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) - Campus Caçador, para fazer cursos de Português. Naquele momento, o Campus não oferecia nenhum curso de Português para imigrantes, desse modo, um dos caminhos viáveis foi oferecer cursos de extensão, a partir de 2015 e até 2017, intitulados “Curso de Extensão Língua Portuguesa e Cultura Brasileira para estrangeiro” sob a coordenação da professora Luana de Gusmão Silveira com atuação de vários docentes do IFSC.

Cabe explicar que entendemos a integração, neste trabalho, sob a perspectiva de Ager & Strang (2008), que criaram uma estrutura conceitual definindo os componentes principais de integração. De acordo com os autores, para se alcançar uma integração bem sucedida é necessário o alcance de 4 domínios de integração: (1) Marcadores e meios, (2) Conexão social, (3) Facilitadores e (4) Fundação. Dentro de cada domínio de integração encontramos meios que dão suporte ao alcance da integração. O primeiro domínio, Marcadores e meios, engloba emprego, moradia, educação e saúde,

considerados recursos importantes para o envolvimento ativo em uma nova sociedade. O segundo domínio, Conexão social, aborda pontes sociais, vínculos sociais e ligações sociais, explicando a integração como um longo processo de mão dupla, de acomodação mútua, considerando meios de conexão entre refugiados e membros da comunidade. O terceiro domínio, Facilitadores, envolve o Conhecimento de língua e cultura e Segurança e estabilidade, no qual os autores veem domínios que podem facilitar a integração local. A tradução e interpretação auxiliam nos primeiros momentos de estabelecimento local, mas poder falar a língua principal da comunidade é central para o processo de integração. Além da necessidade dos estrangeiros de compreensão das expectativas culturais.

Ter uma sensação de segurança pessoal também foi visto como um facilitador, pois, se os imigrantes não se sentem seguros em uma determinada área, ou se há casos de violência e ameaças, sua percepção de comunidade é determinada, e eles acabam não se sentindo integrados. Por fim, o último domínio, Fundação, fala sobre Direitos e Cidadania, o qual possui bastante controvérsia, pois o sentido de identidade de uma nação incorpora alguns valores, os quais moldam a forma como esses conceitos são abordados. De qualquer forma, esses conceitos são fundamentais na compreensão e prática da integração.

Compreendida a ótica de integração adotada neste trabalho, em 2018, o curso de extensão foi reformulado para “Curso básico de Português para estrangeiro” e “Oportunidades de alfabetização para imigrantes/refugiados em Caçador/SC”, sob coordenação do professor David Ferreira Severo, visando se tornar um programa de extensão desenvolvido com imigrantes e refugiados de origem principalmente haitiana, com financiamento de editais internos do Instituto Federal de Santa Catarina. Na verdade, trata-se de um trabalho integrado por uma equipe diversificada: professores/as do IFSC de várias áreas do saber, além do apoio constante da Cáritas e do SENAC do município de Caçador/SC. A extensão visa ser um programa pois vai além do ensinar português, ao realizar trabalhos de ajuda humanitária e cooperação com outras instituições para a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho.

Para fins deste artigo, temos por objetivo explorar os fundamentos teóricos utilizados nos projetos de extensão desenvolvidos a partir de 2018, compreendendo os imigrantes de origem haitiana como um público muito heterogêneo, composto por pessoas com nível superior, pessoas ainda não alfabetizadas ou outras com o nível fundamental. O grande desafio era integrar níveis tão variados exigindo uma perspectiva diferente de ensino de língua, considerando as especificidades do público-alvo, que representava um contingente de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Desse modo, baseamo-nos no arcabouço teórico da Linguística Aplicada e utilizamos o Português como Língua de Acolhimento (PLAc), por ela pressupor o uso da língua em contexto social. Utilizamos também a metodologia Paulo Freireana, no processo de alfabetização e letramento dos imigrantes, por entendermos que seria um processo pedagógico voltado para os fenômenos linguísticos pragmáticos que circulam no seio da

sociedade, o que auxiliaria na apropriação dos imigrantes ao pleno exercício da cidadania.

21 A LINGÜÍSTICA APLICADA E O PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA

A opção política por ensinar de uma maneira e não de outra envolve escolhas que têm a ver com nossa concepção de ensino, e neste caso de língua/idioma, com a ideia do que é o outro (o imigrante, o estrangeiro ou o refugiado). Isso porque sabemos que as relações entre língua e identidade são marcadas, em nossa sociedade, pelas relações de poder que constituem os campos discursivos (FOUCAULT, 2005). Desse modo, com o cenário de grande mobilidade, linguística e culturalmente diversificado, as mudanças conjunturais econômicas e sociopolíticas abrem caminho a novos públicos, a novos contextos de ensino-aprendizagem. Assim, é necessário delimitarmos por que optamos por uma concepção de Língua de Acolhimento e não pelo ensino de Português como Língua Estrangeira (PLE), compreendendo a Linguística Aplicada ao abordar as questões relativas à linguagem e ao seu ensino, conforme demonstrou Moita Lopes:

Trata-se de pesquisa aplicada no sentido de que centra primordialmente na resolução de problemas de uso da linguagem tanto no contexto da escola quanto fora dele [...]. A LA é uma ciência social, já que seu foco é em problemas de uso da linguagem enfrentados pelos participantes do discurso no contexto social, isto é, usuários da linguagem (leitores, escritores, falantes, ouvintes) dentro do meio de ensino/aprendizagem e fora dele (por exemplo, em empresas, no consultório médico, etc.) [...]. Coloca-se o foco na linguagem da perspectiva uso/usuário no processo da interação linguística escrita e oral. [...] Deve dar conta dos tipos de competências e procedimentos de interpretação e produção linguística que definem o ato da interação linguística. [...] O foco neste tipo de pesquisa é no processo de uso da linguagem [...]. Em resumo, a LA é entendida aqui como uma área de investigação aplicada, interdisciplinar, centrada na solução de problemas de uso da linguagem, que tem um foco na linguagem de natureza processual, que colabora com o avanço do conhecimento teórico (MOITA LOPES, 1996, p. 19-22).

Os teóricos da LA estão preocupados com a descrição e reflexão das questões relacionadas ao uso, ao ensino-aprendizagem de uma língua (seja a língua materna ou estrangeira), seus processos sociocognitivos e culturais. Nessa perspectiva, conforme Queiroz (2012), a Linguística Aplicada discute questões relativas ao ensino/aprendizagem de línguas materna e estrangeira, aquisição, tradução, formação de professores de línguas, discurso, lexicologia, gêneros, aprendizagem e interação, identidade, linguagem e novas tecnologias, alfabetização, letramento, educação bilíngue, relação entre linguagem e trabalho, metodologias de ensino, etc.

No interior deste campo de análise linguística, encontram-se duas perspectivas de ensino: o Português como Língua Estrangeira (PLE) e o Português como Língua de Acolhimento (PLAc), embora reconheçamos que há outras terminologias que proporcionam

outros olhares epistemológicos para esse campo de pesquisa e atuação, como por exemplo: Português como Língua Adicional (PLA); Português para Falantes de Outras Línguas (PFOL); Português como Língua Não Materna (PLNM) e Português como Língua de Herança (PLH). Neste trabalho, entretanto, adotamos o PLAc para discutir uma perspectiva de estudo diferente de PLE, sobretudo, considerando o cenário migratório que o Brasil está vivenciando nos últimos anos.

Pensando no PLE, segundo Almeida Filho (2011), o ensino de português para falantes de outros idiomas existe no Brasil desde o período colonial, com o objetivo de catequizar a população indígena, inicialmente, e depois os africanos escravizados. Já a prática do ensino moderno, em oposição ao português como imposição colonial, tem como marco inicial a publicação do livro “Português para estrangeiros”, de Mercedes Marchand, no ano de 1957 (MARCHAND apud ALMEIDA FILHO, 2011). Por conseguinte, o ensino de PLE moderno no Brasil coincide com o ensino de inglês e com as teorias sobre abordagem, método e aquisição de línguas que vigoraram em diferentes épocas (é interessante que a Linguística Aplicada se desenvolve nesse contexto, de ensino de outra língua).

Para Rezende, o aumento do interesse por PLE,

em termos institucionais e pedagógicos, teve fundamentalmente três razões principais: i) a internacionalização das universidades, que multiplicou o número de alunos intercambistas no Brasil; ii) o crescimento econômico brasileiro, que fez com que muitas empresas estrangeiras enviassem funcionários e executivos para o Brasil para aprender português e estreitar os laços comerciais; iii) a chegada de imigrantes refugiados - sobretudo de países como o Haiti e a Síria - que, ao migrarem para o Brasil, sentiram a necessidade de aprender o idioma falado no país (REZENDE, 2018, p. 873)

Em síntese, essa terminologia (PLE) tem sido usada para fazer referência à modalidade linguística ensinada a falantes de outras línguas, ou seja, a indivíduos que não têm o português como língua materna - ou primeira língua (L1). Ainda nesta perspectiva, segundo o Dicionário de Termos Linguísticos, de Xavier e Mateus (1990), a língua estrangeira seria uma língua não nativa do sujeito e por ele aprendida com maior ou menor grau de eficiência. A língua estrangeira, então, seria a segunda língua (L2), aquela que vem depois da língua nativa. O PLE, e suas variantes, é voltado geralmente ao público intercambista, por exemplo, ou para imigrantes que não se caracterizam por deslocamentos forçados.

3 | A OPÇÃO PELO PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO (PLAc) NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO

Para Lopes e Diniz (2018), Português como Língua de Acolhimento (PLAc) é uma ramificação da subárea de Português como Língua Adicional (PLA):

integrante, portanto, da área de Linguística aplicada - que se dedica à pesquisa e ao ensino de português para imigrantes, com destaque para deslocados forçados, que estejam em situação de vulnerabilidade e que

não tenham o português como língua materna. Seu objetivo é a produção e circulação de saberes linguísticos-discursivos que, em última instância, contribuam para produzir e democratizar mobilidades e multiterritorialidades, fazendo face a processos de reterritorialização precária (LOPES; DINIZ, 2018, p. 3).

É interessante destacar que alguns teóricos preferiam usar PLA a PLE (antes do surgimento do PLAc aqui no Brasil), justamente na perspectiva da aprendizagem de diferentes línguas. Essa distinção indica uma concepção política de ensino de língua ao público de migração forçada. Assim, é possível problematizar, por exemplo, de uma criança haitiana que está aprendendo português na escola, ao mesmo tempo em que com seus pais, em casa, ela aprende o crioulo haitiano. Então, qual seria a língua materna desse falante? O português ou o haitiano? No Haiti, essa circunstância é ainda mais interessante, pois a maioria das pessoas que vão à escola vivem num contexto multilíngue, porque além do crioulo (que é a língua falada), ao chegar à escola, a criança tem de estudar o inglês, o francês e o espanhol, ou seja, estudar várias línguas ao mesmo tempo. Então, qual seria o PLE desse sujeito? Ou poderíamos dizer que ele adquiriu a L1, L2 ou L3?

Desse modo, realmente a terminologia de Língua Adicional parece ser um termo mais apropriado, porque pressupõe a aprendizagem de uma língua a mais, em vez de se fazer referência ao PLE. Contudo, com o desenvolvimento dos estudos em Linguística Aplicada, o PLA acabou desdobrando-se em PLAc, que se dedica ao ensino de Português para imigrantes, com destaque para os indivíduos deslocados (seja por problemas ambientais, seja por questões de guerras, crises, dentre outros), geralmente em situação de vulnerabilidade social, que não tenham o Português como língua materna.

Desse modo, o PLAc tem sido utilizado para fazer referência ao ensino do português para imigrantes de crise no Brasil (GROSSO, 2010; LOPES, 2016). A expressão “língua de acolhimento” surge, primeiramente, no contexto português após o aumento dos movimentos migratórios para Portugal, procedentes de países do leste europeu e dos continentes africano e asiático (PEREIRA, 2017). A terminologia surge então nesse contexto, dentro de um programa denominado “Português Acolhe”, segundo Grosso (2010), em Portugal, mas ela também acaba sendo usada no Brasil para se referir ao ensino de Português para a migração forçada que vem ocorrendo nos últimos anos.

Ainda segundo Grosso, as necessidades comunicativas estão ligadas às necessidades de integração em várias frentes para o público imigrante, desde o domínio profissional, a compreensão dos direitos e deveres e o exercício pleno da cidadania. É nesta perspectiva que a comunicação na língua-alvo e o conhecimento da legislação dos países de chegada são elementos indispensáveis, porém, dentro de um modelo de sociedade intercultural, conforme defende a autora:

o conceito de língua de acolhimento aproxima-se da definição dos conceitos de língua estrangeira e língua segunda, embora se distinga de ambos. É um conceito que geralmente está ligado ao contexto de acolhimento, expressão

que se associa ao contexto migratório, mas que, sendo geralmente um público adulto, aprende o português não como língua veicular de outras disciplinas, mas por diferentes necessidades contextuais, ligadas muitas vezes à resolução de questões de sobrevivência urgentes, em que a língua de acolhimento tem de ser o elo de interação afetivo (bidirecional) como primeira forma de integração (na imersão linguística) para uma plena cidadania democrática. (GROSSO, 2010, p. 74)

Na língua de acolhimento, são privilegiadas áreas que promovem o conhecimento sociocultural, o saber profissional, a consciência intercultural, as relações interpessoais, bem como a partilha de saberes que favoreça o diálogo intercultural, entre o imigrante e o povo acolhedor. Nessa mesma linha de raciocínio, Silva e Costa (2020) reconhecem que o PLAc baseia sua metodologia numa cultura de ensino participativa, que respeita os processos de (re) construção identitária dos sujeitos.

A situação de vulnerabilidade do imigrante haitiano não é homogênea, pois, muitos desses imigrantes, devido às crises em seu país, passaram por situações de perda de todos os seus meios de vida, e vêm ao Brasil para recomeçar, apresentando problemas ao nível de sobrevivência. Essa situação de vulnerabilidade extrema torna-se ainda mais complexa quando se observa o desconhecimento da língua e dos códigos sociais e culturais do país de destino.

Em seu país de origem, essas pessoas são de classes sociais diversas, com graus de escolarização diferentes, e que trazem consigo conhecimento escolarizado ou não, e sua cultura, que deve ser valorizada em sala de aula e nas diversas situações discursivas. Por isso, um ensino voltado para as questões apenas instrumentais da língua em si (como no PLE), pareceu-nos menos eficiente do que ensinar a língua em contextos mais reais de interlocução. Em nossas experiências de extensão, procuramos desenvolver situações de interação do cotidiano, como a ida ao supermercado, o percurso do itinerário de transporte público na cidade, situações do dia a dia do trabalho, ou seja, um ensino de Português focado no uso da língua no seu cotidiano.

Para quem pretende trabalhar com PLAc é preciso fazer esse exercício de alteridade, porque esse é um tipo de metodologia de ensino de língua que se pauta no exercício de cidadania, na compreensão dos direitos e deveres dos imigrantes no Brasil, na elaboração de um currículo para inserção no mercado de trabalho, ou seja, na integração do imigrante à realidade local, de modo que ele seja capaz de sair da situação de vulnerabilidade em que se encontra.

Este modo de ensino-aprendizagem de Português para imigrantes/refugiados no Brasil considera a variedade de repertórios linguísticos e culturais desses sujeitos e reconhece a Língua portuguesa não mais como a língua do “outro” (do nativo), mas como uma língua a mais no repertório desses alunos, visando a autonomia do sujeito por meio da língua, conforme se refere Paulo Freire (1967).

4 | PLAC E A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO LINGÜÍSTICA EM PAULO FREIRE

Em *Pedagogia do oprimido* (1970), Paulo Freire inicia o seu livro com uma dedicatória que ficou mundialmente famosa, na qual dedica: “aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam.” Essa frase precisa ser localizada em seu contexto de origem, o Brasil das décadas de 1950 e 1960, quando ele se referia às grandes massas de trabalhadores analfabetos que aspiravam melhores condições de subsistência num país que oprimia os seus nacionais.

É possível relacionar a citação de Freire também ao contingente histórico de imigrantes e refugiados contemporâneos justamente porque estamos tratando de um grupo “minoritarizado” no país, para usar uma expressão de Maher (2007). Para a autora, “minoritarizado” é um termo usado no lugar de minoria, sem o sentido demográfico, para se referir a um grupo composto por poucas pessoas em comparação a um grupo maior. Usar minoritarizado no lugar de minoria é uma escolha para enfatizar que isso é uma consequência de processos sociais, históricos, econômicos e políticos que levaram esse grupo a estar nessa condição, isso é, a ocuparem uma posição em que estão destituídos de certos direitos e/ou estão em relação de desvantagem perante outros grupos.

Mas por que os imigrantes deslocados forçados estão em certa desvantagem social em comparação com outros grupos de imigrantes no país? Isso acontece principalmente por dois motivos: pelos processos de imigração dessas pessoas e pela vulnerabilidade, advinda tanto desses processos, quanto de outras questões. No primeiro caso, os deslocados forçados, como os refugiados e imigrantes de crise, são geralmente motivados a migrarem por outros motivos mais fortes do que aquelas pessoas que planejam o seu itinerário; ou aqueles que migram para trabalhar num outro lugar porque receberam uma oportunidade de emprego. Geralmente, os imigrantes deslocados chegam ao país de destino, muitas vezes, sem um projeto prévio de migração. E a vulnerabilidade social dessas pessoas advém justamente do fato de que muitas delas enfrentam problemas econômicos, e até psicológicos, provocados por esses mesmos processos de migração forçada (MILESI; MARINUCCI, 2015). É importante mencionar que, quando falamos em vulnerabilidade, há diversos fatores que influenciam, por exemplo, o gênero da pessoa, a religião, a etnia. Mas, no geral, os imigrantes deslocados forçados podem ser considerados mais vulneráveis e, portanto, um grupo minoritarizado.

Considerando as peculiaridades dos refugiados e imigrantes, temos situações que demandam um pouco mais de atenção, pois, historicamente os migrantes negros e pobres são tidos como indesejáveis no Brasil (MENEZES, 1996). Nesse contexto, o PLAc seria uma estratégia política de reconhecer um ensino de língua voltado para a realidade das minorias de imigrantes no país, balizados em dois pilares importantes da educação linguística Paulo Freireana, quais sejam: a) politização desses imigrantes, ressaltando o empoderamento desse grupo que precisa conhecer os seus direitos e deveres; b) o conhecimento da cultura

local, ou seja, a integração dentro do contexto brasileiro, sem abandonar as suas raízes histórico-culturais.

Pela natureza interdisciplinar da Linguística Aplicada, acreditamos que a concepção de educação popular proposta pela pedagogia Paulo Freireana pode ser um expediente importante para o ensino de PLAc para os imigrantes e refugiados. Nessa perspectiva, uma das principais inovações do Método Paulo Freire de letramento foi produzir materiais específicos para a alfabetização de adultos, numa época em que as cartilhas eram bem infantilizadas. Trata-se de uma metodologia dirigida a adultos, com palavras e temas para adultos, com uma problemática social, pensando a educação como cultura e política, na medida em que seu método não ensina apenas a decodificar o código, mas também tem a intenção de levar a pessoa a ler criticamente a realidade objetiva (BRANDÃO, 1981).

A metodologia de Freire está integrada com a cultura, com o mundo em que o educando vive para ler as palavras. Nesse método, a ênfase está na mudança de consciência para formar novas ações. A perspectiva Freireana é fundada no princípio do diálogo, ou seja, não há quem saiba mais ou saiba menos; há, sim, saberes diferentes. Em seu método, Paulo Freire trabalhava com a utilização de palavras e temas geradores para o desenvolvimento dos círculos de leitura (como eram chamadas as aulas). Tais situações deveriam ser selecionados do próprio contexto social no qual os alfabetizandos estavam inseridos e não pelo educador em seu gabinete. A alfabetização não deve ser em linha vertical, de cima para baixo, do educador para o educando, mas do educador *com* o educando, horizontalmente (FREIRE, 1963).

Em *Educação como prática da liberdade* (1967), Freire expõe de maneira conceitual e sistemática o seu Método de ensino de língua. Um exemplo prático utilizado pelo autor ocorre quando se coloca a palavra “trabalho” ou a palavra “salário” para serem desdobradas; elas não estão ali ao acaso, mas foram usadas tanto para desenvolver o processo de alfabetização dos educandos, como também para despertar a tomada de consciência dos sujeitos participantes do processo.

Na prática, o método propõe que o processo de alfabetização ocorra a partir da elaboração de algumas fases ou passos, a saber: a) o levantamento do universo vocabular dos grupos com quem se trabalhará; b) a escolha das palavras selecionadas do universo vocabular pesquisado; c) a criação de situações existenciais típicas do grupo com quem se vai trabalhar e; d) a elaboração de fichas-roteiro que auxiliem os coordenadores de debate no seu trabalho. É preciso destacar que as palavras selecionadas eram retiradas do contexto de vida dos alfabetizandos pela equipe de Paulo Freire em um trabalho de pesquisa na comunidade, antes mesmo da ministração dos círculos de cultura. A experiência de alfabetização desenvolvida por Freire revela que o processo de aprendizagem é mais significativo quando ele parte do conhecimento que os estudantes já têm, a fim de adquirir o conhecimento que ainda precisam aprender.

De maneira esquemática, Gadotti expõe que o “Método Paulo Freire” consiste de

três momentos dialética e interdisciplinarmente entrelaçados:

a) a investigação temática, pela qual aluno e professor buscam, no universo vocabular do aluno e da sociedade onde ele vive, as palavras e temas centrais de sua biografia; b) a tematização, pela qual eles codificam e decodificam esses temas; ambos buscam o seu significado social, tomando assim consciência do mundo vivido; e c) a problematização, na qual eles buscam superar uma primeira visão mágica por uma visão crítica, partindo para a transformação do contexto vivido (GADOTTI, 1996, p. 80)

Foi com amparo da Linguística Aplicada, do PLAc e nessas etapas do processo de alfabetização proposto por Freire que as oficinas de extensão com os imigrantes foram pensadas e desenvolvidas.

5 | PARA NÃO CONCLUIR: AS OFICINAS DE EXTENSÃO COM OS IMIGRANTES

Os trabalhos foram realizados por meio da extensão universitária, iniciando-se em 2018 e com incentivo de fomento do próprio IFSC, mas em parceria com várias instituições da cidade de Caçador/SC, a saber: o Centro Educacional Marista (CESMAR), a Cáritas Diocesana e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), que ao longo dos anos vêm auxiliando de várias formas, seja cedendo os espaços físicos para as aulas (como é o caso das duas instituições religiosas), seja oferecendo parceria com cursos profissionalizantes, no caso do SENAC.

Considerando a necessidade de inclusão social dos imigrantes/refugiados, em sua maioria haitianos/as, propusemos extensões cujo objetivo foi oferecer oportunidades de alfabetização a fim de ampliar os níveis de letramento daqueles sujeitos (SEVERO & CASALI, 2019). Isso porque o domínio da linguagem é condição *sine qua non* para que eles se apropriem dos códigos e culturas das esferas sociais, de modo que possam transcender a seu próprio meio ambiente. Em nossas experiências com os migrantes, de fato, dentre os obstáculos enfrentados, o principal é o domínio do idioma, pois sem isso eles ficam excluídos de qualquer possibilidade de comunicação e inserção nas práticas sociais de usos da linguagem (SOARES, 2000).

Nesta perspectiva, procuramos aproximar as aulas de Língua portuguesa na linha do acolhimento, procurando integrar as necessidades pragmáticas dos imigrantes e refugiados em suas necessidades cotidianas de interação social, de conhecimento da cidade, da cultura local e nacional brasileira; das oportunidades de trabalho; dos direitos e deveres dos imigrantes; dos costumes da região, enfim, o ensino de língua com uma abordagem comunicativa e intercultural, além da perspectiva humanizadora que o PLAc procura proporcionar.

Desse modo, não nos guiamos por um ensino de língua estrangeira meramente adicional, mas pelo princípio acolhedor e de integração desses imigrantes. Um exemplo foi o trabalho interdisciplinar com o SENAC a partir da necessidade de inserção laboral

dos cursistas, pois, durante as aulas, surgiu a demanda de incluir cursos de formação para o trabalho, principalmente para as mulheres que, numa das aulas de produção de currículos, relataram as dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Na oportunidade, o SENAC ofereceu, respectivamente, os cursos de “Limpeza residencial e empresarial” e o de “Manicure e pedicure”, os quais foram realizados concomitantemente com as aulas de Português.

Assim o PLAc, subsidiado pela perspectiva da Linguística Aplicada e em Paulo Freire, mostrou-se como um arcabouço teórico-metodológico mais adequado para a condução do programa de extensão, visto que essa escolha possibilitava a uma prática que considerasse o uso da língua em seu contexto social, um processo voltado para o exercício da cidadania, pensado na autonomia por meio da língua, buscando atender às necessidades de integração dos imigrantes/refugiados em situação de deslocamentos forçados.

REFERÊNCIAS

AGER, A.; STRANG, A. Understanding integration: a conceptual framework. **Journal of Refugee Studies**, v. 21, n. 2, 2008, p.170. Disponível em: <<https://academic.oup.com/jrs/article/21/2/166/1621262>>. Acesso em: 26 abr. 2021.

ALMEIDA FILHO, J. C. P. **Dimensões comunicativas no ensino de línguas**. Campinas: Pontes, 2011.

BRANDÃO, C. R. **O que é Método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Traduzida por Luiz Felipe Baeta .Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FREIRE, P. Conscientização e Alfabetização: uma Nova Visão do Processo. **Revista de Cultura da Universidade do Recife**. Recife, n.4, p. 5-71, 1963. Disponível em: http://forumeja.org.br/df/sites/forumeja.org.br/df/files/est.univ_.pdf. Acesso em: 18 out 2020.

_____. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1967.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Ed. 68ª. São Paulo: Paz e Terra, 2019 [1970].

GADOTTI, M. (Org.). **Paulo Freire: uma biobibliografia**. São Paulo: Cortez, 1996.

GROSSO, M. J. dos R. Língua de acolhimento, língua de integração. **Horizontes de Linguística Aplicada**, v. 9, n.2, p. 61-77, 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/horizontesla/article/view/886>. Acesso em: 30/03/2021.

LOPEZ, A. P. de A. **Subsídios para o planejamento de cursos de Português como língua de acolhimento para imigrantes deslocados forçados no Brasil**. Dissertação (Linguística aplicada) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, p. 261. 2015. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/RMSA-AJTNHQ/1/disserta__o_poslin_ana_lopez_2016.pdf. Acesso em: 01/04/2021.

LOPEZ, A. P. A.; DINIZ, L. R. A. Iniciativas Jurídicas e Acadêmicas para o Acolhimento no Brasil de Deslocados Forçados. **Revista da Sociedade Internacional Português Língua Estrangeira**, Brasília, Edição especial n. 9, 2018. Disponível em: file:///C:/Users/Marta/Downloads/IniciativasJuridicaseAcademicasBrasileirasparaoAcolhimentodelmigrantesDeslocadosForados.pdf. Acesso em: 02/04/2021.

MAHER, T. M. A educação do entorno para a interculturalidade e o plurilingüismo. In: KLEIMAN, A. B.; CAVALCANTI, M. C. (orgs.) **Linguística Aplicada**: suas faces e interfaces. Campinas: Mercado de Letras, 2007. p. 255-270.

MENEZES, L. M. **Os indesejáveis**: os desclassificados da modernidade. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

MILESI, R.; MARINUCCI, R. Mulheres migrantes e refugiadas a serviços dos direitos humanos dos outros. In: MILESI, R.; ANDRADE, P. C. (Orgs.) **Cadernos de debates Refúgio, Migrações e Cidadania**. Brasília: IMDH/ACNUR, 2015 (Caderno de Debates V.9)

MOITA LOPES, L. P. **Oficina de Linguística Aplicada**: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem. Campinas: Mercado das Letras, 1996.

PEREIRA, A. **Educação multicultural**. Lisboa: ASA, 2003.

QUEIROZ, É. K. R. **Linguística Aplicada ao Ensino**. Belo Horizonte: Editora UNIMONTES, 2012.

RESENDE, M. **Notas sobre o ensino de português como língua estrangeira: aspectos universais e particulares** – das línguas e dos falantes. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:baxkuql87w8J:www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/download/3958/8/22371/+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Disponível em: 05 jul. 2021.

SEVERO, David.; CASALI, Luiza. Oportunidade de Alfabetização para Imigrantes/Refugiados em Caçador/SC. **Seminário de Pesquisa, Extensão, Ensino e Inovação (SEPEI)**. Chapecó: SC, 2019, p. 1100-1104. Disponível em: arquivos.ifsc.edu.br/comunicacao/anais_sepei_2019_.pdf. Acesso em: 04/04/2021.

SILVA, F. R.; FERNANDES, D. Desafios enfrentados pelos imigrantes no processo de integração à sociedade brasileira. In: BRASIL. **Caderno de debates Refúgio, Migrações e Cidadania**. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2018.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SILVA, F. C.; COSTA, E. J. O ensino de Português como Língua de Acolhimento (PLAC) na linha do tempo dos estudos sobre o Português Língua Estrangeira (PLE) no Brasil. **Horizontes de Linguística Aplicada**, ano 19, n. 1, p. 135-150, 2020. Disponível em: periodicos.unb.br/index.php/horizontesla/article/view/24117. Acesso em: 30/03/2021.

XAVIER, Maria F.; MATEUS, Maria H. M. **Dicionário de termos linguísticos**. 2 vols. Lisboa: Edições Cosmos, 1990.

ZENI, K., FILIPPIM, E.S. Migração Haitiana para o Brasil: Acolhimento e Políticas Públicas. **Revista Pretexto**, ano 2014 - abr./jun, Belo Horizonte: v. 15, n. 2, p. 11 – 27. Disponível em: <http://revista.fumec.br/index.php/pretexto/article/view/1534>. Acesso em: 20/04/2021.

CAPÍTULO 22

PROTAGONISMO DISCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA OPORTUNIDADE PARA A DESCOBERTA DA AUTONOMIA

Data de aceite: 23/07/2021

Ana Claudia Viero

Pós-Graduada em Interdisciplinaridade e Práticas Pedagógicas na Educação Básica, Secretaria Municipal de Educação
Caçador

Patricia Frangelli Bugallo Lopes do Nascimento

Professora, Instituto Federal de Santa Catarina
IFSC
Caçador

Eduardo do Nascimento Karasinski

Professor, Instituto Federal de Santa Catarina
IFSC
Caçador

RESUMO: Este estudo teve por objetivo demonstrar práticas pedagógicas que possibilitam e estimulam a participação ativa de crianças de dois anos de uma escola municipal de Caçador/SC, viabilizando os princípios relativos à autonomia e o exercício do protagonismo na construção do conhecimento. Com isso, observar se as práticas pedagógicas utilizadas sustentam ou impedem a participação autônoma e o protagonismo das crianças frente às suas aprendizagens. A coleta de dados se deu a partir da observação na execução de duas oficinas, tendo como tema as cores, realizadas com crianças de dois anos de idade e da aplicação de um questionário aos pais destas crianças, bem como relatos de experiências dos mesmos, utilizando, assim, o método qualitativo. As análises apontam que as

experiências vivenciadas de forma ativa pelos discentes, apropriadas com autonomia, liberdade e criatividade, colaboram para o desenvolvimento da criticidade dos alunos, propicia o aumento de negociações, estimula a prática da democracia e garante o direito das crianças à cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: Autonomia. Protagonismo discente. Educação infantil. Práticas pedagógicas.

1 | INTRODUÇÃO

A concepção de autonomia infantil vai além da visão simplista do “fazer sozinho”, segundo Koerich e Mosimann (2009), trata-se de considerar a autonomia infantil como uma postura crítica da criança frente ao mundo que a circunda, na resolução de problemas, na construção do seu pensamento e conhecimento com vistas à emancipação do sujeito. Por isso, é primordial buscar o interesse das crianças bem pequenas como elemento norteador da organização das práticas educativas, explorando suas possibilidades expressivas, muitas vezes não-verbais, em situações cotidianas da educação infantil. Primeiramente, é preciso reconhecer a criança como um sujeito completo, agora no presente. Um ser humano capaz de se comunicar verbal e não-verbalmente, que expressa suas emoções, desejos e curiosidades. Diante disso, deve-se orientar a criança como protagonista das ações, dona de uma curiosidade investigativa que merece ser aguçada, permitindo a ela aproveitar

todas as situações interativas e exploratórias das quais participa para construir os seus conhecimentos (RAMOS, 2010).

De acordo com Freire (1996, p. 59), “saber que devo respeitar a autonomia do educando exige de mim uma prática coerente”. Entender as necessidades e capacidades da criança, mudar as relações do pensar e do agir dela, consolidando práticas que respeitem suas condições é considerado um grande desafio, um processo de desconstrução e construção que demanda estudos e força de vontade de toda equipe escolar. É possível notar no cotidiano das instituições da educação infantil, uma característica recorrente pela prática de “atividades fotocopiadas”, nas quais cabe às crianças pintar ou colar dentro dos limites das ilustrações. Não raras vezes, o trabalho não tem continuidade e o professor termina o que o aluno começou. Portanto, é urgente quebrar paradigmas enraizados no contexto educacional e social, partindo de alguns questionamentos. Como formamos sujeitos autônomos na educação infantil? Que concepção de autonomia os professores trazem junto às suas práticas pedagógicas? A autonomia se restringe ao oportunizar que as crianças se vistam, calcem seus sapatos e façam sua higiene sozinhas?

Vygotsky (1984), fala sobre a necessidade pedagógica de se ampliar a experiência da criança, a fim de que uma base suficientemente sólida para a atividade criadora seja construída. Quanto mais ricas e diversificadas forem as experiências e as interações da criança com outros sujeitos e objetos, maiores serão suas possibilidades criadoras, porque maior será o material que sua imaginação poderá dispor na construção de algo novo. “A função imaginativa depende da experiência, das necessidades e interesses daqueles nos quais se manifesta” (VYGOTSKY, 1984, p. 3). Para auxiliar na imaginação, criatividade e ludicidade, o professor de educação infantil conta com um grande aliado, o espaço físico. Este deve ser visto como um “educador auxiliar”, que ao mesmo tempo que cuida da segurança das crianças também desafia, incentiva e provoca a aprendizagem. Pode haver na sala materiais como: caixas, instalações, tendas, tapetes, almofadas, jogos de manipulação, elementos da natureza, bonecos, brinquedos de construção, trapos de pano, bolas de tamanhos e materiais diversos, entre outros objetos (BARBOSA e HORN, 2001, p. 76).

Fazer da sala de aula e dos espaços da escola, um terceiro educador é fundamental para o processo de autonomia da criança. Ao escolher onde, com quem e como brincar, ao explorar conforme o seu interesse e ter a liberdade para modificar objetos de lugares, a criança está fazendo escolhas o tempo todo. Segundo Barbosa e Horn (2001), a organização do cotidiano escolar deve ser o resultado da leitura de um grupo de crianças a partir de suas necessidades, ou seja, deve ser norteadas pela observação de suas brincadeiras, do que mais gostam de fazer, dos espaços que preferem estar, daquilo que lhes chama mais atenção, além de considerar a inserção de seu contexto sociocultural e o suporte da proposta pedagógica da instituição. Conseqüentemente, é preciso planejar a prática pedagógica com maneiras de incentivar a participação dos educandos, integrando-os no

processo de ensino aprendizagem, respeitando seu tempo e valorizando seus saberes. Para Costa (2000), ações como esta na escola fazem com que a criança adquira e amplie seu repertório interativo, aumentando sua capacidade de interferir ativa e construtivamente em seu contexto escolar e socio comunitário. Portanto, este artigo tem por objetivo analisar práticas pedagógicas nas quais crianças de dois a três anos podem exercer sua autonomia, tornando-se protagonistas no processo educativo.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho se caracteriza por uma pesquisa de abordagem qualitativa de natureza exploratória. Abordou-se o tema cores, selecionado levando-se em consideração os campos de experiências da Base Nacional Curricular Comum e as diretrizes curriculares da Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe. As oficinas foram executadas no Centro Municipal de Educação Infantil Elmar Pereira Rosa, localizado no bairro Alto Bonito, município de Caçador, no estado de Santa Catarina, vinculado à rede municipal de educação. Esse centro atua com 137 crianças, de 0 a 3 anos e 11 meses, sendo que, participaram desta pesquisa 16 alunos de 2 a 2 anos e 11 meses, da turma do Berçário II B.

Durante quinze dias, foram realizadas duas oficinas. Nestas oficinas os alunos estiveram em contato com dois artistas: o espanhol, Joan Miró e o americano, Jackson Pollock. As crianças apreciaram as obras “Collage” e “Number 1”. Estas obras foram selecionadas para as oficinas devido à sua constituição, a qual facilitou a utilização de materiais variados com possibilidades de manipulação, explorando cores, texturas, superfícies, planos, formas e volumes. Além disso, as obras oportunizam uma expressão em cores e formas simples que podem ser facilmente assimiladas pelas crianças, permitindo a exploração e resolução dos desafios propostos. As obras selecionadas podem ser vistas na figura 1.

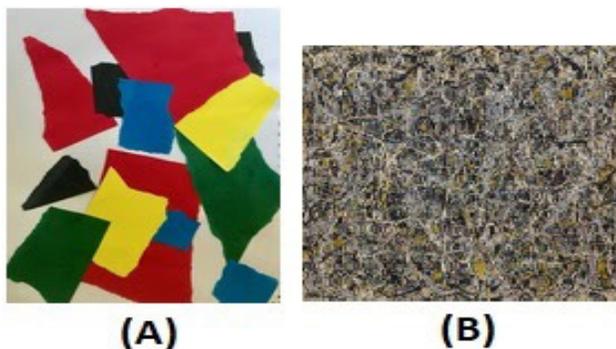


Figura 1. (A) “Collage” de Joan Miró e (B) “Number 1” de Jackson Pollock.

Fonte: (A) www.criandocomapego.com/joan-miro-para-criancas-projeto-de-artes/collage-joan-miroprojeto-de-artes-04/; (B) <https://www.moca.org/collection/work/number-1>.

A cada dia iniciava-se as oficinas com uma “roda da conversa”, que consiste em toda a turma sentar-se ao chão, tatames ou cadeiras e conversar a respeito do que irá acontecer naquele dia. A professora faz a chamada cantada, as crianças se identificam por meio de fotografias, conta-se quantos alunos estão presentes, quantos faltaram, conversa-se sobre o tempo e o assunto a ser explorado.

A primeira oficina trabalhada foi sobre a obra “Collage” de Joan Miró. A professora mostrou uma imagem do artista, falou brevemente sobre a vida dele e mostrou imagens de onde nasceu e viveu o artista. Em seguida, a obra do artista espanhol foi apresentada. A professora incentivou os alunos a falarem a respeito do que viam, contribuindo no processo de construção do conhecimento com o grupo. As crianças foram questionadas quanto às cores presentes na obra. Então, a professora sugeriu que, coletivamente, contassem quantas vezes cada cor aparece na obra. Também foram feitas relações quanto às cores que apareciam em cima ou embaixo uma das outras, perto ou longe, maior ou menor e quais foram as mais usadas. Disponibilizou-se papéis e tecidos, um pedaço de cartolina, tampas de potes com cola dentro para uso coletivo e pincéis individuais. Após isto, os trabalhos produzidos ficaram em exposição na parede da sala, fixados com velcro onde todos tinham acesso, inclusive para mudarem de lugar se assim desejassem.

A segunda oficina diz respeito à apreciação da obra “Number 1” do artista americano Jackson Pollock. Similarmente como apresentado anteriormente, as crianças tiveram contato com o artista por meio de imagem e apresentação da professora. Enquanto realizavam a leitura da imagem, as crianças eram questionadas quanto às formas e cores que mais chamavam a atenção. Em seguida, a professora trouxe ludicidade à aula, incentivando-os a brincar de ser artista plástico. Dentro de uma tampa de caixa grande havia uma folha de papel e algumas bolinhas de gude, a criança escolhia três ou quatro cores de tinta, colocava um pouco de cada cor sob a folha e movimentando a caixa, formavam-se riscos quando as bolinhas passavam por cima das tintas. Para a realização desta tarefa, foi necessário o auxílio da professora para segurar a caixa, mantendo o equilíbrio e transmitindo segurança. No entanto, a escolha das cores e a direção dos movimentos, partiram das crianças. Ao término do trabalho, a professora incentivou os alunos a compartilharem suas obras com os demais. Em seguida, os trabalhos foram expostos na parede, na altura das crianças para que pudessem movimentá-las mudando o lugar das mesmas.

Foram considerados como critérios de avaliação e observação para o desenvolvimento das oficinas: perceber se as crianças demonstraram curiosidade, como e quais descobertas fizeram, observar a segurança ou insegurança que as mesmas demonstraram ao fazer escolhas e perceber como as crianças agem para resolver possíveis conflitos, relacionados ao tema proposto. As observações foram anotadas em diário de campo após cada atividade realizada.

Ao final das oficinas os pais e a comunidade escolar foram convidados a visitar a exposição de trabalhos produzidos pelas crianças. As famílias puderam visitar a escola,

observar os trabalhos, pedir informações e tirar dúvidas com o corpo docente. Anteriormente, as famílias receberam, via agenda escolar, um questionário semiestruturado a respeito da autonomia de seus filhos. Com o questionário propõe-se verificar se há incentivo por parte da família para que a criança supere desafios, se é ofertada à criança possibilidades de escolhas, se os adultos responsáveis valorizam o progresso da criança e se oferecem condições ao desenvolvimento da criança. As questões propostas foram: 1) Percebeu se a criança está menos dependente do adulto na realização de atividades cotidianas? 2) Permite e encoraja seu filho a fazer pequenas escolhas no dia-a-dia? 3) Considera importante para o desenvolvimento infantil a realização de tarefas de forma autônoma? 4) Quando a criança não consegue concluir uma tarefa como você lida com isso? 5) Prepara um ambiente para que a criança possa explorar? Destes, seis responderam e entregaram a pesquisa. Durante a mostra dos trabalhos, foi possível fazer as mesmas perguntas a outros quatro pais, os quais não haviam respondido o questionário.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na “roda de conversa”, as crianças puderam se expressar, interagir com as professoras e com seus pares, desenvolver a sua fala e promover a socialização. Nesse sentido, Ryckebusch (2011) têm apontado a importância desta etapa como um momento privilegiado para a promoção da socialização, do desenvolvimento de afetividades, da construção de vínculos e da constituição de sujeitos criativos.

De forma lúdica, a professora lançou o desafio: “Agora, quem quer brincar de ser artista como o Miró?” A grande maioria, ergueu os braços empolgada, dizendo: “eu!” É por meio da brincadeira que a criança se desenvolve porque tem toda riqueza do aprender fazendo, naturalmente, sem pressão ou medo de errar. Como afirma Queiroz e Martins (2002), nos jogos e brincadeiras a criança age como se fosse maior que a realidade, isto contribui de forma intensa e especial para o seu desenvolvimento.

No decorrer das oficinas observou-se que as crianças demonstraram satisfação em rasgar as folhas, além do interesse pelas cores. Notou-se que, embora as crianças soubessem os nomes das cores, não souberam identificá-las. Portanto, este momento foi importante para construção deste conhecimento, partindo do princípio que “as instituições de educação infantil devem organizar suas práticas pedagógicas a fim de garantir oportunidades para que as crianças sejam capazes de ampliar seus conhecimentos, assim como suas possibilidades de expressão” (FERRI, 2009, p. 12). Depois disso, uma cor de cada vez foi apresentada. Em seguida perguntava-se onde o artista havia retratado aquela cor na obra. Notou-se que a maior parte da turma conseguiu fazer a relação entre o nome das cores e a imagem, identificando-as na obra após os apontamentos. Enquanto os alunos criavam suas obras, a professora passou novamente questionando quais cores estavam sendo selecionadas. Neste momento as respostas foram corretas, relacionando as cores

aos seus nomes. Criar uma atmosfera comunicativa que insira a criança no universo discursivo numa posição de informantes, reconhecendo-as enquanto sujeitos socialmente competentes e, dessa forma, abrindo perspectivas para elas assumirem uma postura de interlocução ativa, mostra-se fundamental para o aprendizado.

Quando a professora perguntou: “O que o Pollock desenhou?”, algumas crianças responderam: “Uma cobra”, referindo-se ao animal cobra, baseado nas linhas criadas pelo artista. A obra com um emaranhado de linhas, cores e texturas, provoca emoções variadas e traz a necessidade de significar através do concreto um pensamento ou um sentimento. Sobretudo, a proposta de leitura de uma imagem, surge como uma provocação. Neves (2013) diz que, o desafio em ser protagonista da construção do seu próprio conhecimento, por menor que seja, possui papel fundamental na capacidade que a criança irá adquirir para gerar conflitos internos e externos, essencial para o desenvolvimento de autonomia, quando desafiadas.

O desafio maior das oficinas foi dividir a tampa do pote com cola, sendo que alguns alunos quiseram só para si. Logo, houve a necessidade de intervir e lembrá-los quanto ao uso coletivo. Koerich e Mosimann (2009) dizem que, assim como o sujeito se constitui a partir das relações com outros seres e com o mundo, a autonomia também é construída nessas relações, quando as crianças assumem a autonomia como uma forma de ser e estar no mundo e nas relações que estabelecem com os seus pares. Após orientação, houve uma única situação em que o aluno recusou pegar o pincel com cola para concretizar a experiência. A educadora então, sugeriu que ele escolhesse um colega para ajudá-lo nesta tarefa. Feito isso, a professora pediu para a colega escolhida, se poderia demonstrar como havia manipulado o pincel, a cola e o papel. A criança começou a passar a cola por todo papel, enquanto era observada pelo colega. A professora ofereceu outro pincel à criança que apenas observava, a mesma aceitou e prontamente finalizou a tarefa. Por trás desta cena percebe-se o desenvolvimento da empatia, da comunicação, da confiança no outro, em si e no ambiente. Também se desenvolveu a capacidade de resolver problemas e enfrentar desafios. É preciso observar e perceber quando uma intervenção é necessária, sem destituir a criança de seu poder intrínseco.

Percebeu-se que a turma ficou muito à vontade ao fazer escolhas quanto às cores que usariam, de que forma e em quais espaços da cartolina colocariam os papéis. Algumas colavam e descolavam diversas vezes. Somente através do trabalho livre, a criança reconhece e desenvolve seus interesses, seu talento e criatividade, tornando-se protagonista do processo educativo e não mero reproduzidor (MONTESSORI, 1949).

Ao término dos trabalhos, a professora incentivou as mesmas a mostrarem sua arte aos demais. Os colegas aplaudiram e disseram: “Ficou lindo!”, “Parabéns!” Costa (2000) diz que, o protagonismo enquanto participação genuína vai resultar num ganho de autonomia, autoconfiança e autodeterminação. As crianças criaram as suas próprias obras de arte infantil e tiveram a possibilidade de escolha do local de fixação de seus trabalhos,

como visto na figura 2.



Figura 2. Exposição das obras produzidas pelas crianças.

Fonte: de próprio autor.

Isto possibilitou um posicionamento na organização e autonomia diante as tomadas de decisões. Assim, torna-se possível reconhecer suas potencialidades para interagir com as pessoas e com os eventos sociais que ocorrem. Em suas ações, as crianças demonstraram aproveitamento da situação interativa para expressar ativamente seus interesses e posicionamentos com diferentes manifestações sociocomunicativas. Costa (2000) diz que, educar para participação é criar espaços, possibilitando ao aluno o conhecimento de si próprio. No momento posterior realizou-se a exposição dos trabalhos para visitação dos pais e comunidade escolar. Lenz e Herber (2013) destacam que quanto mais visível tornamos a aprendizagem das crianças, mais chances de fazer com que todos participem. A visibilidade e a transparência dos trabalhos estão ligadas a um convite para que os pais e a comunidade escolar possam se sentir incluídos.

A partir daí, foi possível analisar alguns aspectos relacionados à participação dos familiares no desenvolvimento da autonomia das crianças por meio do questionário proposto. As respostas à questão 1 foram predominantemente positivas, como por exemplo: “Sim, come sozinha, toma água sozinha, calça os sapatos, ajuda a tirar a roupa, toma banho sozinha, esfrega o corpo e os cabelos, lava os brinquedos sujos e os guarda”. “Sim, ela quer ir sozinha para a sala, desce do carro e já dá tchau”. “Sim, ele diz o que quer e não aceita outra coisa”. Conclui-se que os pais perceberam o desenvolvimento e realização de algumas atividades de forma autônoma dos seus filhos no cotidiano a partir

das atividades escolares.

As respostas à questão 2 também foram predominantemente positivas, como por exemplo: “Sim, descer de uma balança, um degrau de escada ou até uma refeição diferente”. “Sim, o que vai usar, o que deseja comer, brincar com os meninos maiores, se deseja passear com suas tias, o desenho que gosta”. “Mais ou menos, tem coisa que ela quer fazer e é perigoso, daí não deixo. Portanto, conclui-se que os pais também permitem que seus filhos façam escolhas autônomas, exceto em casos que há perigo obviamente.

Novamente as respostas são positivas em sua maioria para a questão 3, por exemplo: “Sim, para que aprenda o valor das coisas, que se torne independente e corajoso, sabendo que devemos agir e fazer as coisas sempre e nunca desistir, pois às vezes ele erra mas saberá tentar outra vez”. “Sim, na vida tem que saber se virar, agradeço vocês professoras que ajudam meu filho no desenvolvimento dele”. No entanto, em alguns casos, observou-se que os pais consideram ser ainda necessário auxiliar os filhos na execução das atividades, como na resposta: “Ele ainda é pequeno, ajudo em tudo”. Por tratar-se de crianças bem pequenas não há completo desenvolvimento cognitivo, logo é senso comum a necessidade em auxiliar, pois a criança não conseguirá executar a atividade igual ao adulto. Nesse sentido, os pais podem desestimular o desenvolvimento da autonomia da criança.

As respostas para a questão 4 também corroboram essa possibilidade antes posta, visto que, ao não conseguirem realizar uma atividade os pais tendem a fazer junto com a criança, ao invés de incentivar e orientar que ela tente superar novamente o desafio, como observa-se nas seguintes respostas: “Ela chama um adulto e depois chora. Geralmente ajudamos ela a concluir o que começou”. “Ele fica nervoso e eu ajudo”. “Faço junto com ela”. “Agrado e mostro como fazer”. Por outro lado, em poucos casos os pais incentivaram uma nova tentativa, como por exemplo: “Incentivo para que ele não desista e tente novamente”.

Por último, as respostas para a questão 5 foram predominantemente negativas, como por exemplo: “Não, ela faz o que mais gosta, brincar com bolas e carrinhos”. “Não, pois não tenho muito tempo, mas deixo ele a vontade para ele conhecer vários ambientes e objetos”. “Não, dou os brinquedos dela”. “Ele fica só atrás de mim e brinca com o que tiver por perto”. Constata-se uma incisiva dificuldade, em geral, os pais não possuem preocupação em organizar espaços para que as crianças possam desenvolver sua autonomia, deixando somente a encargo da escola esse papel, se e quando proposto pelo educador.

Diante das respostas obtidas, a colaboração entre pais e professores é fundamental no acompanhamento dos progressos que a criança realiza na construção de sua autonomia. O fato de o adulto confiar na capacidade da criança é transmitido na sua postura corporal e sua linguagem gestual e verbal, como no relato da criança querer ir sozinha até sua sala, demonstrando confiança no ambiente escolar, bem como, nos adultos que a cercam. Ela tem respeitadas suas preferências individuais e ao sentir que é ouvida e compreendida no que quer comunicar, sua autoconfiança é fortalecida. Quando isso ocorre, o adulto

oportuniza que a criança desenvolva aprendizagens relacionadas à autonomia. Os relatos dos adultos que participaram da pesquisa apontam que, em casa, as crianças buscam sua autonomia nas escolhas que fazem, da forma como conduzem suas brincadeiras e na interação com adultos.

Para Freire (1996) o conceito de autonomia é compreendido como um processo resultante do desenvolvimento do sujeito, que se relaciona ao fato dele tornar-se capaz de resolver questões por si mesmo. Contudo, apesar de existir esta percepção, os pais tendem a não contribuir de maneira sistemática para a construção da autonomia das crianças. Primeiro, quando surgem dificuldades na realização de atividades pelas crianças, os adultos tendem a fazer por elas. Segundo os adultos não organizam e planejam espaços para estimular a criança a desenvolver sua autonomia fora do espaço escolar.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar no desenvolvimento da autonomia das crianças não é tarefa fácil, tão pouco se esgota nas análises aqui apresentadas. Esta pesquisa reafirma que não basta a escola abrir espaços de atuação dos educandos e educadores, é preciso que se forme para a autonomia, que se promovam mediações capazes de favorecer a conscientização do que se faz e do porquê se faz. Logo, para que seja possível desempenhar esse papel é necessário que o professor tenha compreensão da necessidade ao desenvolvimento de práticas educacionais mais efetivas para autonomia, visto que os sentidos e significados atribuídos à ela, interferem em sua maneira de agir. Segundo Petroni e Souza (2019) a autonomia se dá de forma subjetiva e é produzida nas e pelas relações estabelecidas entre os atores escolares.

É evidente que, conforme se oferecem elementos, as próprias crianças vão construindo e refutando as suas hipóteses, formando um pensamento autônomo, tornando-se protagonistas de seus conhecimentos. A autonomia se constrói, gradativamente, quando são oferecidas oportunidades e situações de aprendizagem que desafiam a criança e impulsionam o seu desenvolvimento, conferindo-lhe maior segurança e liberdade nas suas tomadas de decisões. O fato das crianças serem participantes efetivas desse processo, não significa que tenham construído esse conhecimento sozinhas. A importância da linguagem e do meio social que ocupam nos processos de aprendizagem também é determinante.

A partir da prática pedagógica adotada neste trabalho durante as oficinas, pode-se afirmar que a autonomia deve ser encorajada na educação infantil, pois, além de decisiva para a formação da personalidade da criança, ela é imperativa ao fazer e ao pensar a evolução das estruturas mentais defendidas por teóricos que se propuseram a estudar o desenvolvimento humano como Vygotsky (1984). O ambiente propiciado à criança pelo adulto, se constitui como recurso primordial para que seu desenvolvimento ocorra. A criança só conseguirá alcançar as fases finais da construção das estruturas cognitivas condicionada

aos estímulos que o ambiente físico e social lhe promover. Isto é, dependendo da qualidade dos problemas que a criança encontra cotidianamente e outros que lhe introduzimos de modo planejado, favorecendo sua autonomia. Ao mesmo tempo em que o meio exerce influência e é fundamental para a constituição do sujeito, esse sujeito também constitui o meio. Conseqüentemente, destaca-se a necessidade de ampliar a participação dos pais nesse processo, organizando e incentivando situações que possibilitem às crianças exercitarem sua autonomia.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M.C.S.; HORN, M.G.S. Organização do espaço e do tempo na escola infantil. In: BROTTTO, F.O. **Jogos cooperativos: o jogo e o esporte como um exercício de conveniência**. Santos: Projeto Cooperação, 2001.

COSTA, A.C.G. **Protagonismo Juvenil: Adolescência, Educação e Participação Democrática**. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

FERRI, M.B. Ensino de Artes para crianças: caminho para a autonomia ou adaptação? **Revista online de Política e Gestão Educacional**, n. 7, p. 105–118, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KOERICH, L.; MOSIMANN, A.C. A organização do espaço: traçando caminhos para trabalhar com a autonomia, a afetividade, as brincadeiras e o movimento. **Zero-a-seis**, v. 11, p. 48-76, 2009.

LENZ, A.M.S.; HERBER, J. Feira de Ciências: um projeto de iniciação à pesquisa. **Destaques Acadêmicos**, v. 5, p.69-75, 2013.

MONTESSORI, M. **Mente Absorvente**. Rio de Janeiro: Portugália, 1949.

NEVES, R.S. **O desenvolvimento cognitivo**. Brasil escola, 2013. Disponível em: <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/o-desenvolvime-nto-cognitivo.htm>> Acesso em: fev. 2019.

PETRONI, A.P.; SOUZA, V.L.T. As relações na escola e a construção da autonomia: um estudo da perspectiva da psicologia. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, p. 355-364, 2010.

QUEIROZ, T.D.; MARTINS, J.L. **Pedagogia Lúdica: Jogos e Brincadeiras de A a Z**. São Paulo: Rideel, 2002.

RAMOS, T.K.G. **A criança em interação social no berçário da creche e suas interfaces com a organização do ambiente pedagógico**. Tese de Doutorado. Recife: UFPE, 2010.

RYCKEBUSCH, C.G. **A “roda da conversa” na Educação Infantil: Uma abordagem crítico-colaborativa na produção de conhecimento**. 2011. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2011.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

SALTOS DA HISTÓRIA: PERMANÊNCIAS DO CONTESTADO EM GODOFREDO DE OLIVEIRA NETO

Data de aceite: 23/07/2021

Natan Schmitz Kremer

PPGSP, Universidade Federal de Santa
Catarina UFSC
Florianópolis

Alexandre Fernandez Vaz

EED/PPGICH, Universidade Federal de Santa
Catarina UFSC
Florianópolis

RESUMO: No artigo buscamos analisar, pela chave do paradigma indiciário de Ginzburg, como o romance de Godofredo de Oliveira Neto, intitulado *O Bruxo do Contestado*, se posiciona sobre o movimento homônimo. Na análise percebemos que, mais do que elaborar o *Contestado* em si, o autor parte de um deslocamento às imagens de São João Maria e à *Guerra dos Pelados* para situar sua prosa durante a ditadura de Vargas, como deslocamento ficcional que se constrói em oposição à ditadura civil-militar que assolou o país a partir de 1964, mostrando, neste deslocamento, em chave benjaminiana, que sob um Estado de exceção nem os mortos estão a salvo.

PALAVRAS-CHAVE: Godofredo de Oliveira Neto; *O Bruxo do Contestado*; Ditadura civil-militar.

1 | INTRODUÇÃO: PERMANÊNCIAS

As permanências do *Contestado* não são tema novo de análise. Receberam destaque em

uma série de pesquisas tanto na História quanto na Antropologia, que o atualizaram em plano político, pensando em suas reverberações em movimentos sociais contemporâneos (MACHADO, 2013), ou em plano simbólico, ao analisarem a presença do espírito do *Contestado* em comunidades territoriais atuais (WELTER, 2013).

Também em dimensão estética, muito depois de 1916 encontramos a produção de obras que buscaram dar forma àquela experiência social, como o romance *Geração do Deserto*, de Guido Wilmar Sassi ([1964] 2012), ou o longa-metragem de Sylvio Back, *A guerra dos pelados* (1971), inspirado nesse romance. Estes objetos, construídos como algo próximo à ficção histórica, guardam, porém, um lugar de construção do presente no qual se inserem. No romance de Sassi lê-se recorrências à oposição ao capitalismo presentes já em suas primeiras obras, os contos de Piá (1953) e de Amigo Velho (1955). Na película, a oposição à ditadura aparece como pano de fundo não da ação, senão em seu espírito, como mostra Back (2013) ao referir-se aos cortes pelos censores de passagens cruciais sobre o direito à terra.

Se essas obras se inserem em um movimento que retira o *Contestado* do passado e o coloca como problema do presente, deve ter sido na obra de Godofredo de Oliveira Neto que o empreendimento se radicalizou. Especialmente em *O Bruxo do Contestado*, o autor parece se

apropriar do caráter messiânico do movimento, o que o aproxima ao conceito benjaminiano de História, pelo messianismo também ali presente, assim como pelos deslocamentos e pelos saltos, para expressar suas permanências. Neste sentido, mais do que narrar, pela literatura, o outro lado da História, a história dos vencidos, leva a questão a um extremo no qual

no se trata sólo de no olvidar ni de evitar la repetición; se trata, tanto para burlar el olvido como el retorno de lo terrible, de reparar el daño allí donde fue hecho o, por lo menos, que la visión de la herida pretérita no se limite a ser una advertencia para el futuro sino una forma de hacer presente el pasado como dimensión intelectual y sensible" (SARLO, 2003, s. p.).

Mais do que uma contra-narrativa, as Teses de Benjamin (2019) sobre o conceito de História frisam a presença do passado no presente – desde sua emergência como lampejo até a redenção, igualmente no presente, de seus mortos. Em uma história que dá saltos, interessam menos as continuidades e mais as associações entre eventos que são elaborados em forma de imagens que surgem “ao sujeito histórico no momento do perigo” (BENJAMIN, 2019, p. 11). Este parece ser, argumentaremos, o mote de O bruxo do Contestado.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para elaborarmos estas questões, partimos do paradigma indiciário desenvolvido por Carlo Ginzburg (1989), ao pensar o lugar da falha, do erro, do equívoco na construção de uma metodologia para a História. Desta forma, o que o autor encontra nas pistas do romance policial, nos atos falhos da psicanálise e nas cópias de obras pictóricas auráticas é uma possibilidade de denúncia que se dá por indícios que se escondem no corpo do objeto. É buscando os vestígios que compõem a obra de Godofredo que buscamos ler sua obra como um deslocamento histórico que demonstra as permanências do Contestado ao longo do século XX.

Começamos as páginas seguintes refletindo sobre como algumas imagens do movimento são formuladas no romance de Godofredo, que se passa no começo da década de 1940, ao correr da ditadura de Vargas, no Oeste de Santa Catarina. Na sequência, nos deteremos em três imagens de Machado de Assis que emergem no corpo do texto. Finalizamos com uma breve comparação com Em Liberdade, de Silviano Santiago ([1981] 1994), buscando sustentar que a obra de Godofredo se coloca como um romance sobre a ditadura civil-militar de 1964.

3 | GERD, FRAU BERTHA, GDD

Embora O Bruxo do Contestado seja apresentado como um romance sobre a Revolta dos Pelados, entre 1912 e 1916, no Oeste de Santa Catarina, esta caracterização dada

pela quarta capa do livro não é suficiente. A guerra que emerge em suas páginas é a 2ª, Mundial; o Estado brasileiro é o da primeira ditadura, a de Vargas; e o texto que se entrega ao leitor, assinado por Tecla, a personagem ficcionalizada por Godofredo de Oliveira Neto como escritora do romance, é concluído em 1981, em São Paulo.

O Contestado que emerge nas páginas de Godofredo é aquele do conflito, que se coloca quando de uma ameaça – seja em plano individual, subjetivo, como no caso de Gerd (e de Tecla, que veremos depois) e de Frau Bertha, seja no plano coletivo, como no caso do Grupo de Defesa da Democracia, o GDD. Neste sentido, o que a obra faz é, ao partir do presente, dar forma a vozes que constroem discursos sobre a história. É neste momento de imprecisões – a 2ª Guerra Mundial, a ditadura de Vargas, o posicionamento nacional de apoio ao Eixo e as proibições das línguas alemã e italiana nas comunidades do interior de Santa Catarina – que se desenha um deslocamento dos discursos dos personagens, no corpo ficcional, ao Contestado.

Numa narrativa de muitos personagens, Gerd Rünnel é o protagonista. Casado com Juta, têm uma filha, Rosa. Ela, com alguma deficiência cognitiva, é fonte da angústia do pai que, ao mesmo tempo em que a abomina (“se fosse na Alemanha ou no Contestado não seria assim!” [OLIVEIRA NETO, 1996, p. 19], referindo-se a dois espaços nos quais, segundo ele, crianças com deficiência seriam assassinadas após o nascimento), tenta amá-la. Esta tentativa parece se construir numa imagem traumática que persegue o personagem desde a infância. Ele, que nascera em 1900, viu a mãe, Sônia, morrer sete anos depois, de cólera. Foi quando o pai, Erich, se juntou a Joanna, a madrasta: “Gerd trazia as pernas marcadas pelas sovas com vara de marmelo (...). Às vezes, após sessão de surra, Joanna passava a vara para Erich, que continuava a tarefa” (OLIVEIRA NETO, 1996, p. 20). A perda da mãe, assim como as surras do pai e da madrasta, sob efeito do álcool, fez da infância de Gerd um período de violência; decorre disso, inclusive, o suicídio de seu irmão, Alfonso, ainda adolescente.

Quando em 1914 seu primo Rodolfo junta-se ao Contestado Gerd passa a sonhar também com o movimento: “Diziam que nos campos do Irani e no arraial de Taquaruçu, no Contestado, graças ao monge José Maria, só havia fartura e alegria” (OLIVEIRA NETO, 1996, p. 20). Rodolfo, porém, tinha já seus vinte anos; Gerd, aos 14, não o acompanhou. O desejo de fugir e juntar-se aos seguidores do Monge continuam, mas, ao correr de dois anos, o movimento é aniquilado pelo Estado, restando a ele apenas uma imagem do passado.

Gerd, que nunca experienciou o Contestado, mas que viu nele uma possibilidade de fugir das surras do pai e da madrasta, começa a balizar sua vida sob esta experiência que nunca existiu, mas que lhe funda um senso de “bem” e de “mal”. “Você não merece o Contestado” (OLIVEIRA NETO, 1996, p. 94), diz à esposa no meio de uma briga; “Quando isso aqui for igual aos campos do Contestado, eu esfolo esse macaco leproso” (OLIVEIRA NETO, 1996, p. 54), pensa após o confisco de sua vaca pela polícia com o pretexto de

que o leite alimentaria soldados brasileiros em guerra na Europa; no Contestado, dos rios correm leite e as montanhas são de beiju. Nesta imagem que inventa para si coloca-se a esperança de uma vida que nunca teve, pouco importando propriamente o Contestado, senão a projeção dos conflitos que o acometem como sujeito – a repetição do alcoolismo paterno, a perda da mãe, do irmão e do primo, a filha deficiente – e que, junto ao Monge, seriam sanados. É então que começa a formular uma imagem de que em Alto Dourado, onde mora, existiria um novo movimento messiânico: “O Gerd disse [afirma Juta, sua esposa] que nos campos do Irani, no Contestado, não tinha nada disso. Ele jura que agora a paz celestial vem pra cá” (OLIVEIRA NETO, 1996, p. 70).

É também por um elemento do passado que Frau Bertha, em movimento contrário, se opõe à memória da Guerra dos Pelados. “O pai nunca devia ter ido combater os fiéis na Guerra do Contestado, mãe” (OLIVEIRA NETO, 1996, p. 35), diz Dieter à Bertha. Foi a trabalho, ela responde. Em um esquema impreciso de venda de armas tanto para os caboclos quanto para o Estado que buscava controlar a ocupação das terras, o pai se vê aprisionado pelos “bandidos” (os Pelados) e, após ficar mais de um mês em suas mãos, volta doente dos pulmões, enfermidade que se manteve até 1921, quando morre. É ao Contestado que Frau Bertha culpa pela morte do marido, aquele reduto em que “se reuniam fanáticos, comunistas precoces e loucos (...). O comunismo ia triunfar na Rússia e no Contestado” (OLIVEIRA NETO, 1996, p. 35), afirma. A partir deste trauma, a morte do marido, ela empreende uma defesa do pangermanismo e do Reich. “Temos que colaborar para a expansão da Alemanha, dizia Bertha” (OLIVEIRA NETO, 1996, p. 113). Como em Gerd, embora ao contrário, defende a partir de uma constatação pessoal uma construção discursiva sobre os Pelados que não se preocupa exatamente com a história, senão com a invenção de um espaço no qual possa projetar suas infelicidades – no caso de Bertha, o Contestado surge em oposição ao nazismo de Hitler e a construção de uma Alemanha desterritorializada, destinada àqueles que detêm o sangue, como sua imagem de felicidade. Segundo a doutrina do *Blut und Boden* (sangue e terra), haverá de ser território alemão onde houver sangue germânico.

São elementos semelhantes que se referem à Alemanha de Hitler que levam alguns jovens, inclusive Dieter, filho de Bertha, a se reunir no Grupo de Defesa da Democracia (GDD), em oposição ao nazismo. A aproximação de Dieter se dá pela homossexualidade “escondida, cada vez mais dificilmente” (OLIVEIRA NETO, 1996, p. 39), assim como o caso de Elsa, judia que, nas palavras de Gerd, tinha “o cabelo ruivo amarrado atrás, os olhos negros, a pele rança. ‘Como a daquela raça de porco que diziam ser o que havia de melhor pra fazer criação’” (OLIVEIRA NETO, 1996, p. 85). É Elsa quem elabora a imagem do movimento defendida pelo GDD. Em uma das reuniões da agrupação antinazista ela profere uma palestra na qual se refere ao caráter messiânico de movimentos como o Contestado, mas também à Guerra de Canudos. Ao se opor ao coronelato e à marginalização e miserabilidade da população, avança as possibilidades de uma sociedade

mais justa. Refere-se ainda aos documentos que atestam as relações entre o Contestado e a possibilidade da construção de “um país [independente] com um regime de governo socialista” (OLIVEIRA NETO, 1996, p. 121) no Sul do Brasil. Termina sua fala comentando sobre uma conferência que seria ministrada, na semana seguinte, sobre “movimentos de libertação dos escravos no Brasil, cuja importância a história oficial insiste em ignorar” (OLIVEIRA NETO, 1996, p. 125).

Os três posicionamentos que correm as páginas do romance de Godofredo pouco atentam ao movimento como fenômeno – algo bastante diferente da obra de Sassi ([1964] 2012) – mas expressam sensibilidades provocadas pela 2ª Guerra Mundial e a sua recepção nas comunidades de colonização alemã e italiana no interior de Santa Catarina. Neste sentido, a evocação ao Contestado surge mais como forma de lidar com o presente do que com uma elaboração da história local; estes discursos, que se apoiam na Guerra dos Pelados, expressam mais que nada os dilemas enfrentados pelos personagens. Quem complexifica a questão é Gerd.

4 | TRÊS IMAGENS DE MACHADO DE ASSIS (E UMA DE FLAUBERT)

Na imagem que Gerd evoca do Contestado surgem elementos diversos. O primeiro se trata de uma relação com a mãe, personagem pouco presente na obra.

Gerd se ajoelhou, chorou, soluçou. E as recordações voltaram-se para a pessoa que ele retirara da sua cabeça. Os gestos doces da mãe, o sorriso, o afeto, a blandícia, a dedicação, os beijos, as carícias nos cabelos dele, o abraço apertado e os afagos à disposição – sempre que ele quisesse! – encheram-lhe os olhos. Tinha afastado a mãe do pensamento para poder dedicar-se inteiramente a ela, um dia. Para ficarem juntos no Contestado (OLIVEIRA NETO, 1996, p. 131)

A passagem começa a delinear o Contestado como fuga nas afirmações de Gerd. Se pela adesão do primo Rodolfo ao movimento ele vislumbra e inventa uma possibilidade de rompimento com a família (que nunca se concretiza), é para este lugar que reserva as memórias da mãe, aquela que, quando de sua morte, deixa o filho à mercê do pai. Enquanto nesta cena aparecem imagens de uma fuga à esperança no Contestado, ela guarda, também, o medo da repetição da violência paterna. Em outra cena vemos que, após os policiais confiscarem Stille, a vaca leiteira de Gerd, ele a obtém de volta subornando o delegado de polícia. A necessidade de ter a vaca se dá por Rosa, a filha, sentir desmedida falta do animal com o qual passava horas a ver estrelas. Quando ele consegue reaver a vaca, porém, esta morre – pouco se sabe da causa, talvez um tropeço que a fez ser perfurada com o facão no rancho. Com a tristeza de Rosa, Gerd consegue comprar uma filha de Stille, que passam a chamar de Eva. Certa vez, Gerd entra no rancho e vê Rosa com o facão na mão:

Desta vez Rosa tinha nas mãos o facão. O olhar dela de fogo: ameaçador, de

bicho do mato! Gerd pensou ver pêlos escuros crescendo no corpo daquela mulher; viu a madrastra gritando, os lanhos nas pernas do menino, a varanda da casa onde tinha passado a infância, o irmão enforcado (...). Saiu à fula do rancho, quebrou um galho do pessegueiro ao lado e voltou.

Rosa ali, imóvel.

A primeira varada pegou o pescoço, a segunda o peito, a terceira as pernas, a quarta o braço, com os quais a filha tentou esconder o rosto, a quinta cortou-lhe profundamente a face direita. Rosa caiu, balbuciando: pai! pai!, e saiu do rancho de quatro, recebendo, ainda, uma dezena de golpes violentos nas costas. Juta viu a cena. Armou-se de uma pá para defender a filha, clamando por Deus, gritando para que Gerd parasse e chamando-o assassino. As visões ensurdeciam-no. Ele viu com nitidez os monges José e João Maria fitando-o da serra do Taió com olhar severo e censurador, uma mulher falando com Cristo, o reino da paz desabando, o praça que lhe confiscou a vaca Stille arrasando casas, matando velhos e crianças, chicoteando com uma vara de pessegueiro o primo de cabeça raspada. O único projeto de vida de Gerd era passado e desmoronava (OLIVEIRA NETO, 1996, p. 153)

Na passagem mais que nada está o lugar da repetição do comportamento do pai e o desmoronamento da imagem de paz projetada no Contestado. Ao adotar para si, contra a filha, o comportamento antes exercido pelo pai, Gerd mostra a falsidade da fuga que projetara nos Pelados. Aquele reino de paz no qual voltaria aos cuidados da mãe vê desmoronar. É aqui que aparece uma primeira imagem de Machado de Assis.

Um dos motivos dos lapsos de raiva de Gerd contra Rosa se dá pela desconfiança de que ela não seria sua filha biológica. Esta dúvida, que se generaliza a homens diversos, intensifica-se quando se refere a Victor, vizinho que, embora naturalizado austríaco, é de ascendência italiana. Como mostrou Roberto Schwarz (1991) em seu estudo sobre Dom Casmurro, as desconfianças de Bentinho sobre o adultério de Capitu falam de um relacionamento entre o filho das classes dominantes (o pai era fazendeiro e deputado) com a parentela que circunda este centro de poder, a vizinha que depende financeiramente dos favores da família, embora apreenda para si os cálculos da vida das elites e possa com Bentinho se casar. Mas, diferentemente de José Dias, outro agregado, Capitu logra construir para si uma esfera da individualidade que se afasta da “composição imaginária” característica destes circunscritos, o que resulta em uma série de desconfianças posteriores por parte do marido. “Capitu”, escreve Schwarz (1991, p. 95), “não só tem desígnios próprios, os quais consulta, como tem opinião formada e crítica a respeito de seus protetores, e até da religião deles”. O dilema sobre a paternidade que perpassa o romance aparece como expressão paranoica de classe, em que Bento, mais do que buscar a prova derradeira da traição da esposa, desloca a pergunta para saber se a traição de Capitu se dá na vida adulta ou se já existiria um germe dela na adolescente pela qual se apaixonara. Se a desconfiança da paternidade em Machado mostra a falsidade da conciliação de classes ao final do XIX, expressando, pela questão privada, a estrutura político-econômica do país, algo sobre a integração entre ascendentes alemães e italianos no Sul do Brasil aparece

guardado nas desconfianças de Gerd sobre a paternidade de Rosa. Ele diz:

Não sei por que o Victor vai nas festas, Juta. É católico. Festa do Espírito Santo na igreja dele eu não vou. E você sabe que os católicos são diferentes. Não trabalham! Acham que vão para o céu dando esmolas e praticando a caridade! Não é porque a gente faz coisas boas que a gente tem a salvação. Quem faz boas ações é porque já é bom. Não adianta fazer boas coisas se a gente não é bom. Seria mentira. A Frau Bertha sempre fala isso. E estar sempre rindo, como ele, é pecado. Cristo não riu. (OLIVEIRA NETO, 1996, p. 79-80)

O que se coloca em sua fala é a relação entre protestantismo e ascese estudada por Max Weber (2004). Como mostrado pelo autor, o espírito do capitalismo em seu estabelecimento histórico está marcado por um controle corporal que responde às experiências do protestantismo ascético e que além de uma ética do trabalho coloca-se sobretudo como contenção do corpo para que, na terra, se garanta o reino dos céus. Daí ser pecado o riso de Victor, aquele de quem desconfia ser o pai de Rosa; cabe à ascese protestante uma racionalização das ações para a confirmação da eleição divina, pouco tempo sobrando à conversa mole e ao riso. O que começa a aparecer por Gerd é uma concepção que, embora não se aproxime de uma defesa da Alemanha nazista (como no caso de Bertha), produz uma espécie de elogio a um componente racial correto que não se expressa apenas fenotipicamente: não basta ser branco, o italiano católico é alvo da raiva do alemão protestante.

Novamente, as concepções de Gerd se afastam do espírito messiânico do Contestado, que abandona uma religião formal e põe na prática um sincretismo católico com práticas populares, entrando em conflito inclusive com o catolicismo institucionalizado, romano (AURAS, 2015). O próprio romance de Godofredo denuncia constantemente, sem afirmar esta oposição, certa falsidade na imagem inventada por Gerd. Após a morte de Victor – provável assassinato não desvendado – lê-se que “alguns lembravam que no Contestado se realizavam dois batizados: um pelo monge, com as pessoas amigas e colegas de trabalho como padrinho, e outro, oficial, pelo padre da igreja, com o coronel como ‘dindo’. Pouco a pouco só ia valendo o primeiro” (OLIVEIRA NETO, 1996, p. 122): a religião institucionalizada perde seu espaço, ampliando a relação messiânica com os Monges.

As projeções que nutre sobre o Contestado seguem a demonstrar sua falsidade quando Gerd se refere à população indígena: “O filho do Oscar preferiu construir a casa longe da estrada porque tem vergonha da mulher [mestiça de índio com branco]. Ela passa o dia lá entocada comendo banana petiça” (OLIVEIRA NETO, 1996, p. 135), “Índio de uma merda! Filho de uma vaca! Seu macaco sujo!” (OLIVEIRA NETO, 1996, p. 142), “Gerd voltou para casa abatido e exausto. ‘No novo reino de paz e justiça do Contestado não vai poder ter índio, não são gente’, pensou” (OLIVEIRA NETO, 1996, p. 144).

Os dilemas que envolvem a população indígena pela perspectiva de Gerd se

fundam no fato de ele trabalhar numa serraria que extraía madeira de reservas ambientais dos Xokleng; sua raiva decorre de uma cena na qual acaba preso pela extração ilegal a mando da serraria. Mais que nada, a passagem mostra uma contradição: em sua invenção do Contestado Gerd busca criar ao mesmo tempo um movimento messiânico protestante, branco, a partir de uma experiência histórica de catolicismo popular, mestiço (mestiçagem imagetivamente capturada na obra de Back ao trazer a população local como figurante do longa-metragem [BACK, 2013]). Essa imagem contraditória ganha forma no romance: “Quando Gerd voltava a se dirigir à família era para dizer a Juta que ele devia ir ver Frau Bertha. ‘Mulher de grande respeito e muito boa comigo’, balbuciava (...). ‘Um dia isso aqui vai se transformar nos campos do Irani do Contestado, você vai ver!’” (OLIVEIRA NETO, 1996, p. 31). A passagem imediata da bondade de Bertha, que defendia o nazismo, ao retorno do Contestado, mostra algo das deformações desta ilusão da fuga inventada por Gerd.

Guarda-se aqui uma segunda imagem de Machado de Assis, que aparece por meio de Flaubert. Alguns dos membros do GDD decidem incendiar uma casa na qual se reuniam apoiadores do nacional-socialismo, em resposta a uma invasão que este grupo teria realizado à sede do GDD. Dieter se opõe com o seguinte comentário: “A decisão sobre o incêndio foi tomada a meu malgrado. Respeito, mas tenho o direito de me pronunciar. Parece que alguns aqui estão atacados de bovarismo” (OLIVEIRA NETO, 1996, p. 167). A questão se complementa por uma cena anterior, envolvendo a mãe de Dieter:

Frau Bertha teve, depois de viúva, um grande amor: Ênio Guido Espinelli. Por conta das juras de câmara e alcova, dizia – contrariando as suas afirmações mais correntes – que era importante que alemães e italianos se unissem na construção de um país forte. (...) (Ele ofereceu-lhe, como presente de aniversário, em 17 de dezembro de 41, Madame Bovary. Ela adorou o livro). (OLIVEIRA NETO, 1996, p. 37).

É por um deslocamento afetivo marcado pelo livro de Flaubert como presente que Frau Bertha desloca-se de seu ideal germânico, colocando a possibilidade da união entre descendentes de alemães e italianos.

Vem de Madame Bovary, de Flaubert, a ideia de bovarismo à qual Dieter se refere. Como mostra Maria Rita Kehl (2018), é sobre o desejo de ser outro que se funda o conceito ilustrado por Emma Bovary. Neste desejo moderno que vai da ascensão de classes à construção de uma esfera individual marcada pela conquista do próprio destino, guarda-se um pé na possibilidade da paranoia – tema que deve ter sido mais bem elaborado esteticamente no Brasil por ninguém menos que Machado de Assis (Kehl, inclusive, dedica-se à comparação de alguns temas entre Flaubert e Machado). Parece ser para associá-lo à paranoia e, com isso, falar de Gerd e das falsidades da imagem que este cria, que Godofredo emprega o conceito de bovarismo em suas páginas, pela voz de Dieter. Nas palavras de Kehl (2018),

O paranoico é um sujeito que não tem dúvidas e não admite incoerências, ambiguidades, hesitações no pensamento e na ação. Não que não tenha dúvidas sobre si mesmo, as quais podem inclusive estar na origem da crise paranoica, mas seu sistema consiste em responder a essas dúvidas através da construção de uma certeza invulnerável – portanto, delirante. Ora: de certa forma, as respostas que o laço social espera do sujeito supostamente *autônomo* e senhor de suas próprias representações (do mundo e de si mesmo) se parecem muito com as tais certezas invulneráveis do paranoico (KEHL, 2018, p. 19).

É de forma indireta, portanto, que Godofredo coloca em xeque as certezas que Gerd nutre sobre a fuga. Uma consequência pode ser vista na terceira imagem de Machado de Assis, aquela produzida por Tecla, a personagem escritora, narradora do romance.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS: TECLA

A relação de Tecla com a história narrada se dá pela lembrança. Após a surra de Gerd na filha, Rosa, Juta e ela vão à casa dos Jonhasky, família proprietária de fábricas na região. Juta passa a trabalhar na casa dos Jonhasky, também nela residindo com a filha Rosa. Esta é a casa da família da ainda menina Tecla, filha dos empregadores de Juta.

Já nos anos 1960, morando no Rio de Janeiro, Tecla participa de movimentos de oposição à ditadura civil-militar inaugurada em 1964, o que a leva ao exílio na Suécia, residindo depois na Dinamarca e, por fim, nos Estados Unidos da América. Em Nova York, descobre-se em uma doença terminal, o que faz com que volte ao Brasil em 1981 para terminar o manuscrito de um romance, que abandona em um casarão prestes a ser demolido. O manuscrito é o texto de *O Bruxo do Contestado*, encontrado por um anônimo que o publica conforme encontrado, intercalando os capítulos da história com folhas manuscritas a lápis nas quais Tecla tece comentários sobre a produção do texto e fala de seu exílio ocasionado pela perseguição por parte do Estado ditatorial.

O mais interessante parece ser, porém, sua atuação no país antes do exílio. Ela, que pertencera a uma organização trotskista, foi mandada ao Rio de Janeiro, onde escrevia panfletos distribuídos em bares e restaurantes. Eles deveriam, porém, ser assinados para dar maior veracidade. “Pensei no Bruxo do Contestado e suas visões. Era o apelido de Gerd. Lembrei-me do apartamento da Praia do Flamengo, e os panfletos foram assinados por O Bruxo do Flamengo. Eu também tinha o meu universo e as minhas visões” (OLIVEIRA NETO, 1996, p. 15).

O *Bruxo do Contestado*, que já soava ao *Bruxo do Cosme Velho*, alcinha pela qual Machado de Assis é conhecido, ganha ainda mais peso quando deslocado ao *Bruxo do Flamengo*, bairro da mesma cidade do escritor. Na verdade, Machado ocupa um lugar importante na prosa de Godofredo, reaparecendo em livros diversos. É o caso do romance *Marcelino Nanubrã*, o manumisso (OLIVEIRA NETO, 2000), no qual, ao ficcionalizar os anos da ditadura de Vargas em Florianópolis, o autor adota a ironia machadiana para criar

uma prosa que tensiona as relações entre a capital catarinense e o Rio de Janeiro. Esta aproximação retorna anos depois nos contos de Ilusão e Mentira (OLIVEIRA NETO, 2014), nos quais, ao partir de personagens de Machado, Godofredo inventa novas histórias, atualizando aquelas personagens – Adamastor, de Ideias de Canário, e Lalinha, de Dom Casmurro (SANTIAGO, 2014). O que as questões provocadas por O Bruxo do Contestado parecem evocar no conjunto da obra de Godofredo é uma primeira apropriação aos escritos do Bruxo do Cosme Velho que terá recorrências em sua prosa posterior. E este primeiro deslocamento a Machado, feito por uma narradora que rememora os anos de chumbo no país, recorda algo do escrito por Roberto Schwarz no prefácio à 2ª edição de sua peça A lata de lixo da história (2014, p. 7-8):

A ideia de transformar *O alienista* de Machado de Assis numa sátira à ditadura de 1964 estava no ar. Havia um paralelo óbvio entre o terror espalhado por Simão Bacamarte – o cientista maluco e sinistro que infelicitava a pacata Itaguahy – e o regime antipopular dos militares, com seus ministros da Fazenda que metiam medo e disciplinavam o país para o capital. Nelson Pereira dos Santos percebeu as possibilidades artísticas da comparação, da qual tirou um filme agoniado e interessante, *Azyllo muito louco*. Em espírito parecido, houve tentativas também de adaptação para o teatro, entre as quais a minha. O que todos procurávamos era o respaldo de um clássico nacional acima de qualquer suspeita, além de remoto no tempo, que deixasse desarmada a censura e possibilitasse a crítica ao Estado policial.

É curioso que também Tecla se refira a Nelson Pereira dos Santos e a sua adaptação cinematográfica de Vidas Secas, de Graciliano Ramos. Foi por um deslocamento a Graciliano que Silviano Santiago ([1981] 1994), no romance Em Liberdade, aproximou sua obra – que se passa durante o governo (indiretamente) eleito de Vargas, antes do golpe de 1937 – à ditadura civil-militar de 1964. Quando em liberdade, o Graciliano ficcionalizado por Silviano empreende uma pesquisa sobre o suposto suicídio de Claudio Manuel da Costa, no interior de Minas Gerais, ainda na Inconfidência Mineira, no século XVIII, que produz uma associação com as falsas afirmativas (imagéticas) do suicídio de Herzog a obnubilarem o assassinato do jornalista pela ditadura civil-militar. Silviano, mineiro residente no Rio de Janeiro, desloca-se ao estado natal durante o período Vargas para dar forma à ditadura de 1964; Godofredo, catarinense residente no Rio, parece encontrar no Contestado a imagem do passado local para situar sua prosa também durante a segunda ditadura de nossa história. Se aquele, O Bruxo do Flamengo, havia sido o pseudônimo adotado por Tecla para assinar seus folhetins políticos, este, O Bruxo do Contestado, é a forma que Godofredo encontra para inserir seu romance como prosa de oposição à ditadura civil-militar.

Se a hipótese estiver correta, vem deste movimento do presente a paranoia de Gerd, o protagonista: como esperar a elaboração do sujeito sob um Estado de exceção? Como mostrou Benjamin (2019), na História nem os mortos estão a salvo. Parece ser neste ínterim em que o romance O Bruxo do Contestado assume seu caráter messiânico: é ao se deslocar à ditadura de Vargas e à 2ª Guerra Mundial que Godofredo pode fazer uma

crítica à ditadura civil-militar, mostrando como a história morre quando a ela não olhamos. Como escreveu Benjamin (2019, p. 12), “só terá o dom de atíçar no passado a centelha da esperança aquele historiador que tiver apreendido isto: nem os mortos estarão seguros se o inimigo vencer. E esse inimigo nunca deixou de vencer”. É assim que, na ditadura de 1964, Godofredo se desloca ao cenário da ditadura de 1937 para mostrar o quanto os mortos da história estão à mercê do que a eles se fizer enquanto o Estado de exceção torna-se Estado permanente. A paranoia de Gerd, que apaga a história e retira do Contestado o lado político do movimento, nada parece além de uma certeza falsa da história que responde à política ditatorial e às paranoias e perversões que lhe são inerentes. É o que mostra Sylvio Back (2013, p. 427) quando, ao referir-se aos cortes que sofreu A Guerra dos Pelados pela censura em 1970, escreve:

Era imposta a ablação de cenas-chave em que os fanáticos, sob o comando de seu líder, Adeodato, invadem a serraria da Southern Lumber and Colonization Company: em meio à destruição do escritório, e enquanto os demais rebeldes destroem o local, Vitorino (Zózimo Bulbul) descobre documentos que podem ser títulos de propriedade ou contratos de compra e venda de madeira, e começa a gritar (rasgando-os um a um): “Chega de pobreza! Chega de pobreza! Fora co’s gringo! A terra é nossa! A terra é nossa! Vingança!”. Sem comentários.

O romance de Godofredo, assim como a película de Back, mostra como o passado não está a salvo e pode, pelas forças do presente, ser pervertido. Não pode haver integridade aos mortos da história enquanto a exceção se colocar como regra.

REFERÊNCIAS

A GUERRA DOS PELADOS. Longa metragem. Direção de Sylvio Back, 1971.

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado**: a organização da irmandade cabocla. 5ª ed. Florianópolis: EdUFSC, 2015.

BACK, Sylvio. Como filmar o Contestado durante a ditadura militar. In WEHLING, Arno et all (Orgs.). **Cem anos do Contestado**: memória, história e patrimônio. Florianópolis: MPSC, 2013.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. **O anjo da história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

KEHL, Maria Rita. **Bovarismo brasileiro**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Uma constelação de concentrações: a tradição de “São João Maria” e movimentos rurais no Sul do Brasil. In WEHLING, Arno et all (Orgs.). **Cem anos do Contestado**: memória, história e patrimônio. Florianópolis: MPSC, 2013.

OLIVEIRA NETO, Godofredo. **O bruxo do Contestado**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

OLIVEIRA NETO, Godofredo. **Marcelino Nanmbrá, o manumisso**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

OLIVEIRA NETO, Godofredo. **Ilusão e mentira**: as histórias de Adamastor e de Lalinha. Rio de Janeiro: Batel, 2014.

SANTIAGO, Silviano. **Em liberdade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SANTIAGO, Silviano. Prefácio. In OLIVEIRA NETO, Godofredo. **Ilusão e mentira**: as histórias de Adamastor e de Lalinha. Rio de Janeiro: Batel, 2014.

SARLO, Beatriz. Moral de las imágenes. In **Página 12**, 28 de dezembro de 2003. Acesso em 14 de maio de 2021, disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/libros/10-877-2003-12-28.html>

SASSI, Guido Wilmar. **Piá**. Florianópolis: Edições Sul, 1953.

SASSI, Guido Wilmar. **Amigo Velho**. Florianópolis: Edições Sul, 1955.

SASSI, Guido Wilmar. **Geração do deserto**. 5ª ed. Porto Alegre: Movimento, 2012.

SCHWARZ, Roberto. A poesia envenenada de Dom Casmurro. **Novos estudos**, nº 29, março de 1991.

SCHWARZ, Roberto. **A lata de lixo da história**: chanchada política. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WELTER, Tânia. Encantando no meio do povo. A presença do profeta São João Maria em Santa Catarina. In WEHLING, Arno et al (Orgs.). **Cem anos do Contestado**: memória, história e patrimônio. Florianópolis: MPSC, 2013.

SIMBOLOGIA CEMITERIAL NO CONTESTADO: LINGUAGEM, ARTE E RELIGIOSIDADE PROPOSITIVAS TEÓRICAS

Data de aceite: 23/07/2021

Alcimara Aparecida Föetsch

Professora, Universidade Estadual do Paraná
UNESPAR
União da Vitória

RESUMO: Arquivo testemunhal e elemento inegavelmente necessário à toda paisagem cultural comunitária, o cemitério transcende sua função utilitária primordial quando explorado à luz da simbologia e da semiótica. Linguagem, arte e religiosidade constituem apenas alguns olhares possíveis, mas que revelam e descortinam práticas rituais, expressões culturais e sincretismos plurais expressos na última morada, no lugar de repouso eterno. Disto partindo, nos propomos a dialogar com a simbologia cemiterial presente na região do Contestado evidenciando, teoricamente, aspectos materiais e intangíveis em forma de objetos, elementos e rituais cuja significação funciona como gatilho e extensão da memória, sugerindo uma reflexão sobre o campo santo para além do assombro e do temor midiático. Defendemos a categorização do cemitério enquanto patrimônio cultural das comunidades a partir do direito à memória e da Educação Patrimonial, elencamos perspectivas conceituais e sugerimos dimensões de análise empírica destes lugares de memória.

PALAVRAS-CHAVE: Contestado; Simbologia Cemiterial; Patrimônio.

1 | INTRODUÇÃO

Ao tomar o cemitério enquanto objeto de contemplação, reflexão e investigação torna-se indispensável considerar o campo das representações, o que somente se torna possível se calibrarmos nosso olhar para a simbologia e a semiótica, num contemplar de privilegiados. Acreditamos que o cemitério possui atributos comunicativos e o percebemos enquanto grandioso teatro que retrata cenas da vida humana nos dispondo a analisar teoricamente as manifestações múltiplas desse espaço de sociabilidades na região do Contestado, a partir da arte, da linguagem e da religiosidade.

Para tanto, é necessário adentrar o campo dos significados, dos sentidos e dos valores percebendo o caráter funcional e simbólico que não está na materialidade, mas no espetáculo performativo. Investigamos a representação tumular e o altar, sua arquitetura, estilo construtivo, jardim funerário, discutindo protestos, expressões e regionalismos neste palco de consagração e prestígio. Analisamos as habitações familiares e a nuclearização do espaço após a morte, discutimos o retrato mortuário, as fotografias e a representação da imagem ideal por meio da personificação visual. Percebemos as oferendas e os presentes “do outro” para os falecidos, suas expressões e significados que se sacralizam aos serem presenteados e evidenciam a diversidade

cultural e religiosa presente.

Apreciamos a botânica funerária, viva ou representada, sua linguagem cromática e sensível que esconde a morte na beleza do túmulo, são afetos sensoriais para além de elementos decorativos com papel essencial de significado e comunicação. Por fim, notamos os recordatórios, despojos e relicários cujas recordações guardam valor afetivo dos falecidos, são informações dos ofícios em vida, referências ao passado experienciado e significações de notoriedade.

Dessa maneira, acreditamos que imagens e objetos que compõe a simbologia funerária e constituem o invisível fazem do cemitério um lugar de comunicação, cuja linguagem artística e religiosa permite falar dos mortos e dos acontecimentos passados como se fossem tempo presente, do longínquo como se fosse próximo e do escondido como se fosse manifesto. Assim, intentamos a categorização dos cemitérios enquanto patrimônio dos lugares, os consideramos fruto de distintos momentos históricos e reveladores de conjunturas sociais sendo, portanto, cenários culturais no Contestado.

Estando sob a guarda e proteção da Igreja ou do Poder Público, a sobreposição de suas camadas revela a ritualização do luto e a teatralidade da morte: são epitáfios, dizeres, iconografias, mensagens, saudações, imagens, estilos construtivos tumulares, adornos, recordatórios e relicários que revelam as práticas performativas atreladas à signos materiais que podem ser evidenciados pela Educação Patrimonial, propositiva relevante à valorização do planalto Norte-catarinense e da região Sul-paranaense.

2 | SIMBOLOGIA CEMITERIAL: PROPOSIÇÕES TEÓRICAS

“O cemitério é o grande leito destinado ao repouso eterno dos filhos de Eva, em peregrinação pela superfície do orbe terraqueo, grandioso teatro, onde se representam as cenas da vida humana, cercadas do falso brilho com que se adornam os vaidosos, a ponto de esquecerem que todos os homens são iguaes perante a lei da criação” (BAPTISTA, s./d., p. 21).

Acreditamos que o cemitério comunica com a sociedade por meio de uma relação simbólica e projetiva que transcende sua função utilitária básica, a de depósito de restos humanos. Os objetos e elementos materiais dispostos no mobiliário funerário acionam o campo intangível das emoções e das memórias, porém “significados, sentidos, valores, memórias, identidades e emoções não estão nos objetos, mas nas pessoas que lhes atribuem” (TAVARES, RIBEIRO e BRAHM, 2019, p. 28). Dessa maneira, a alma não é imanente ao objeto (que é inanimado), “seria vão buscar nos objetos o sentido dos objetos” (MENESES, 1998, p. 91), no entanto, estes servem, à bem da verdade, na qualidade de gatilhos, mediadores, “extensões de memória” (CANDAU, 2014).

Disto partindo, compreendemos que a memória dos objetos está em seu valor identitário, emocional, informacional e documental, uma vez que estes são inseridos em esquemas interpretativos, nos quais a “arte funerária é um tipo de construção repleta

de simbolismo” (BORGES, 2002, p. 172), sendo uma forma de representação que está ligada “à cosmovisão de determinado contexto histórico, ideológico, social e econômico, interpretando a vida e a morte. Essa interpretação pode ser feita através de um conjunto de símbolos ou de uma obra narrativa, utilizando-se materiais variados” (REZENDE, 2007, p. 57), pois a “cidade dos mortos emite toda uma simbologia, figurativa ou não, uma arquitetura e uma estatuária, nas quais se refletem os novos afetos familiares e uma consciência diversa da imortalidade” (VOVELLE, 1997, p. 29).

Pomian (1985) coloca que os objetos do mobiliário funerário são sacrificados para serem oferecidos aos mortos e nos apresenta importantes questionamentos: Isso significaria um colecionar de objetos para se expor ao olhar? Por mero e puro prazer estético? Quem seriam esses “expectadores visuais” (p. 63). Na continuidade das provocativas interpelações, questiona para que e para quem servem esses objetos e se o intuito seria uma exposição ou uma decoração (!?). Catroga (2010) responde que:

[...] a progressão da campa individual, do jazigo, do epitáfio, da estátua e, por fim, da fotografia (relembre-se que a descoberta da fotografia – essa nova ilusão da paragem oval e sépia do tempo – é contemporânea da revolução cemiterial romântica) deve ser vista como uma consequência iconográfica dos novos imaginários, quer estes apontem para fins escatológicos, quer se cinjam à memória dos vivos. E, para que a simbólica do cemitério (a localização) lhes correspondesse, a materialização dos signos exigiu a fixação do cadáver (isto é, um monumento), de modo a ser nítida e inequívoca a evocação (a imagem, o símbolo, o epitáfio narrativo) e a identificação do ausente (a epigrafia onomástica). (p. 169).

Tavares, Ribeiro e Brahm (2019) destacam que os elementos cemiteriais são “artefatos culturais concebidos ao mesmo tempo com caráter funcional e simbólico que, ao longo da história, a sociedade produziu para expressar seus sentimentos diante da morte” (p. 27), ressaltando que “a memória social de materializa por meio da utilização de símbolos identitários, que por sua vez constroem os lugares de memória (p. 135). Estes mesmos autores, na trilha dos escritos de Pomian (1997) ao investigar o campo relacional entre objeto e sujeito no sentido dos semióforos, destacam que no caso das simbologias “transgredimos a realidade concreta do objeto (o cenário cemitério) e adentrarmos no campo do subjetivo - do invisível” (p. 51), agregando o espectro simbólico, em outras palavras, “os objetos enquanto semióforos são responsáveis por trazer o que está longe para perto, a morte para a vida, o ausente para o presente, o que está no vácuo do esquecimento para a luz das recordações” (TAVARES, RIBEIRO e BRAHM, 2019, p. 52). Nestas proposições, o semióforo consiste em “alguma coisa ou algum acontecimento cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica, por seu poder para estabelecer uma mediação entre o visível e o invisível” (CHAUÍ, 2000, p. 09).

Daí entram os ritos, aqui “entendidos como condutas corporais, mais ou menos estereotipadas, às vezes codificadas e institucionalizadas, que exigem um tempo, um espaço cênico e um certo tipo de actores: Deus (ou os antepassados), os oficiantes e os

fiéis participantes do espetáculo” (CATROGA, 2010, p. 165). Os rituais são protagonistas do drama e do consenso que os unifica, possuem eficácia simbólica e performativa, com efeito dentro do horizonte da crença, visto que o símbolo funerário “é metáfora de vida e convite a uma periódica ritualização revivificadora; ele é para ser vivido e ajudar a viver, oferecendo-se assim como um texto, cuja compreensão mais afectiva (a dos entes queridos) mobiliza, antes de mais, toda a subjectividade do sobrevivente” (p. 172).

Catroga (1999) indica uma série de símbolos comumente presentes em túmulos e que trazem uma mediação religiosa ou não, sendo que “encontra na cruz a expressão suprema” (p. 113) da cristandade. Ele cita, por exemplo, o anjo da fé como parte desta visão católica e ainda a subida da alma para o paraíso na imagem do anjo, o pássaro com asas, o sol alado, a barca, a chave, a ampulheta alada, a mulher ascendendo. Menciona também símbolos da “marcha do tempo: o crânio, a tibia cruzada, as foudes da morte, as gadanhas, as tochas invertidas [...] a ampulheta partida [...], o relógio” (idem). Costa (2016) ao refletir sobre as obras de arte a partir do espaço funerário, conceitua afirmando que todo objeto “resultante de uma intenção, representativa e/ou expressiva, realizado com preocupações estéticas que, desse modo, envolva o belo e os sentimentos que suscita nos seres humanos, pode constituir uma obra de arte” (p. 08), acrescentando que é:

[...] possível buscar na obra de arte significados mais aprofundados, desde a decodificação do tema, os aspectos alegóricos ou mitológicos e sua simbologia até a investigação de novos meios perceptivos e reflexivos, dirigidos à abertura de novas possibilidades expressivas. No discurso associável às obras, a descrição dos elementos formais constitui a iconografia, e a **interpretação de seus significados simbólicos, a iconologia**. (COSTA, 2016, p. 09 – destaque nosso).

Nisto evidencia-se e destacamos o papel da iconografia que, por sua vez:

[...] é o estudo de ícones e símbolos artísticos, e as famílias costumam escolher as figuras alegóricas mais representativas de seus sentimentos em relação à pessoa falecida, com referências à sua bela passagem pela vida, ou para registrar a dor causada por sua ausência. Arte tumular ou funerária é o nome dado a essas representações realizadas com finalidades memoriais e honoríficas, que se ligam diretamente ao contexto histórico, ideológico, social e econômico no qual essa pessoa viveu e morreu. (COSTA, 2016, p. 10).

A partir deste olhar analisamos os **túmulos e os altares**, compreendendo que o “túmulo é o cofre em que se arrecadam as preciosas cinzas do heroe, do benemerito da patria, do sempre chorado chefe de família” (BAPTISTA, s./d. p. 03). Catroga (2010) coloca que:

[...] o túmulo deve ser lido como uma totalidade significativa que articula dois níveis bem diferenciados: o invisível (situado debaixo da terra) e o visível [...] camada semiótica tem por papel encobrir o cadáver, transmitindo às gerações vindouras os signos capazes de individuarem e ajudarem a re-presentação, ou melhor, a re-presentificação do finado. E é por causa dessas características que é lícito falar, a propósito da linguagem cemiterial, de uma

Reis (1991) ao versar sobre o espaço sagrado do morto, ou seja, o lugar da sepultura, destaca que uma das formas mais temidas de morte era a morte sem sepultura certa e o "morto sem sepultura era dos mais temidos dos mortos. [...] Na Polônia da segunda metade do século XIX, os afogados representavam a categoria de mortos mais frequentemente transformados em 'demônios'" (p. 171). Neste sentido, afirma o autor, que era importante morrer em terra firme, para ser enterrado em um local sagrado.

Catroga (2010) coloca que depois das propostas iluministas que expulsaram os mortos do território dos vivos surgiu uma nova afetividade que se manifestou na crescente personificação funerária e numa maior dramatização da perda e do luto, segundo ele a "sensibilidade romântica irá explicitar o sofrimento causado pela morte do outro, e a sepultura - tal como outrora na velha Roma - impôs-se como o palco central do culto" (p. 176). Gómez (1993) coloca que a função das sepulturas é a de "transmitir a las generaciones venideras el recuerdo del difunto, dejar marcado en el tiempo quién fue en vida y hacerlo sobrevivir através de una poética de la ausencia" (p. 288).

Valladares (1972) ao analisar a arte e a sociedade brasileira por meio dos cemitérios afirma que era "e sempre foi, desejo do abastado, distinguir-se através de uma marca perene, de um objeto de consagração - o túmulo" (p. 280), acrescentando que o supérfluo faz parte do processo de diferenciação social, notadamente quando se almeja prestígio para o nome da família. No mesmo sentido, Santos (1997) destaca que é próprio dos monumentos, como os dos cemitérios, comunicar um conteúdo ou um significado de valor, visando recordar um fato ou personalidade, pois "não somente assinala a condição social ou econômica dos proprietários mediante o luxo, como também repetindo símbolos de prestígio que se tomam emprestados dos monumentos-modelos" (p. 119). Valladares (1972) fala, ainda, sobre o enaltecimento dos materiais locais na construção dos túmulos e sepulturas, para ele em "quase todos os cemitérios encontram-se túmulos construídos com materiais típicos da localidade, parecendo propósito de enaltecimento regionalista" (p. 453).

O túmulo, portanto, ou o "monumento tumular se torna lugar de memória, sua edificação oportuniza o direito à memória, à imortalização do sepultado na terra" (BASTIANELLO, 2010, p. 98). Valladares (1972) ao se referir aos protestos no túmulo, coloca que em "quase todas as necrópoles há exemplos de inscrições que denunciam e protestam a morte violenta, ou o sofrimento moral ligado ao fim da vida do sepultado" (p. 605), que, segundo ele corresponde "a uma forma de vingança" (idem), numa ideia de protesto lapidário.

Percebemos uma tendência à nuclearização da família após a morte num ideário de unidade e continuidade, são as **habitações familiares**. As sepulturas passam a ter uma nova concepção funcional, a da "sepultura como habitação familiar" (URBAIN, 1978,

p. 91). Neste sentido, Valladares (1972) destaca que, também nos cemitérios, as “famílias usuárias que tratam suas capelas como se fossem prolongamentos de suas próprias casas, levando para os jazigos os mesmos arranjos decorativos que o seu nível cultural lhes permite refletir” (p. 583). Wenczenovicz (2007) ao estudar os imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul, coloca que:

O sepultamento, no mais das vezes, ocorria em espaço já adquirido pela família. Geralmente, era escolhido o lugar onde a pessoa residia ou nas proximidades, de modo a facilitar o transporte e também garantir sempre a presença da família em datas previstas para as homenagens ao falecido. O cemitério era a segunda morada da família, onde descansavam em lugar comum muitas gerações que a morte, enfim, não conseguiu separar. É a vinculação a essa segunda existência que torna a família indissolúvel. (p. 231).

Catroga (2010) explica que a morada do morto é vista também como a “casa’, e que a sepultura, tal como a casa da família (dos pais, dos avós), tenha passado a ser o outro centro privilegiado de identificação e de filiação de gerações” (p. 168-169), ressaltando que “todas essas necessidades simbólicas fizeram da necrópole um *analogon* da cidade dos vivos” (p. 169). Nunes (2018) ao investigar em sua Tese de Doutorado em Educação o bilinguismo português/polonês na constituição disposicional e na prática buscando traçar perfis sociológicos de descendentes de poloneses no município de São Feliciano, no Rio Grande do Sul, revela que uma “visita ao cemitério dos poloneses em Dom Feliciano revela que isso era uma prática comum, pois são inúmeros túmulos antigos com a escrita em polonês e que mantém a tradição de sepultar várias pessoas da mesma família em jazigos” (p. 200).

Catroga (2010) coloca que o núcleo forte de reconstrução é a família, que produz um sentimento de pertença e auto-reconhecimento de parentesco, pois “pode dizer que a filiação é uma fidelidade a um patrimônio simbólico, cujo último fim é a reprodução do próprio grupo familiar” (p. 174). Motta (2010), estudando a questão dos cemitérios oitocentistas brasileiros no final do século XVIII, coloca que “nos túmulos acumulavam-se os cadáveres, cada um conservando parte de sua individualidade, invocando lembranças comuns, memórias genealógicas, pois os túmulos passaram a ser também habitações familiares” (p. 56).

Também no campo das simbologias cemiteriais, tem-se a relevância **do retrato mortuário**, associado à máscara da imagem ideal. As fotografias mortuárias surgiram na Europa a partir do século XVIII, no entanto “o custo de pinturas e máscaras mortuárias era alto; logo a fotografia se tornou a forma mais barata e oportuna” (BONI, 2011, p. 293). Ruby (1995) destaca que “retratos fotográficos em túmulos são conhecidos do início da era do daguerreotipo até os dias presentes e logicamente seguem a ideia do retrato mortuário. A vasta maioria destas imagens retratam o falecido vivo e sozinho. Raramente as imagens mortuárias ou de funerais são usadas” (p. 142-143). Borges (1995) coloca

que “a proliferação da imagem fotográfica em um mesmo túmulo, encontrada atualmente, chega a transformar alguns deles num verdadeiro álbum de família público, com o qual se pode até traçar a árvore genealógica da família” (p. 177).

A fotografia deve retratar a tranquilidade e a paz do fotografado, fixando uma imagem ideal “uma espécie de máscara de eterna presença pela paz que emanava [...], uma espécie de boa morte e de sua presença eterna junto ao Senhor e no olhar para os seus ainda vivos” (KOURY, 2001, p. 68). Soares (2007) coloca que o retrato mortuário ou as fotografias fúnebres são representações de pessoas já sem vida, ao passo que os retratos ou fotografias cemiteriais constituem as fotografias realizadas em vida, mas que passam a representar os corpos sepultados e adornar as sepulturas. No entanto, embora “atualmente os retratos mortuários causem desconforto e até alguma aversão, isso não acontece com os retratos presentes nos cemitérios, pelo simples motivo de que neste caso as fotografias representam os mortos quando ainda estavam vivos” (SOARES, 2007, p. 122). O mesmo autor destaca que “pode-se pensar que a necessidade de se preservar a imagem do morto, produzindo a sua representação, ou seja, sua efígie, seu retrato, decorre principalmente da intenção de enfrentar a dor da perda” (p. 19), preenchendo vazio e lutando contra o esquecimento.

Almeida (2011) coloca que à fotografia, ao retrato mortuário e às fotografias gravadas em porcelana “será atribuído o poder de evocação, realismo, precisão e fidelidade revestindo-a de uma aura que ultrapassa a função ornamental. Trata-se da cristalização do desejo de evocar, personificar e memória daquele que não se encontra mais no mundo físico” (p. 10) e cuja representação visual é congelada por um instantâneo, evidenciando expressões de jovialidade, seriedade, inocência, sobriedade, respeito, autoridade. São estímulos à visitação, ao culto e à celebração da memória, simbolizam presença do ausente.

Elementos marcantes também na simbologia cemiterial são as **oferendas e os presentes** “do outro” para o falecido. Trata-se de alegorias, pinturas, vitrais, artesanato, que “objetivam transmitir informações transcendentais ao significado literal presente nos objetos representados [...] por meio da linguagem figurativa” (COSTA, 2016, p. 10). Pomian (1985) ao se referir às oferendas, destaca que estas ao se tornarem oferendas adquirem um valor sagrado, sacralizam-se os presentes como pedras, pedras, tecidos, joias, objetos artísticos. Valladares (1972) versa sobre a pintura nos cemitérios brasileiros e sugere uma conceituação ampla ao afirmar que na “largueza dêsse conceito, a pintura pode ocorrer mediante o uso de materiais insólitos e utilizáveis apenas por sua inerência colorística, percívvel ou não” (p. 283), ou seja, uma simples alteração de cores em qualquer superfície com propósitos estéticos.

Motta (2010) explica sobre os anjos e os arcanjos adultos que, mediadores entre céu e terra, “ocuparam posição privilegiada na decoração tumular” (p. 63). Suas fisionomias comumente retratam tristeza, alegria, êxtase, saudade, inconformismo, esperança, desolação, romantismo, ao passo que suas expressividades no movimento,

em especial das asas, simboliza repouso (fechadas) ou voo (abertas, inclinadas). O mesmo autor ainda fala sobre a figura feminina no cemitério, ressaltando que foi no início do século XX como resultado de uma dimensão mais laicizada da arte tumular que se iniciou a “ênfase nas figuras femininas” (p. 63) destacando que inclusive “os anjos, fiéis guardiões dos túmulos, passaram a ser representados de forma mais humana, adquirindo maior volume sob o pretexto de realçar as curvas do corpo feminino” (idem), como as pietás, sofredoras, piedosas, Nossas Senhoras. Além destes, outros demais símbolos são encontrados no espaço cemiterial, como a ampulheta que representa o passar do tempo; as asas cuja designação incluem-se os anjos, arcanjos, serafins e querubins; os Santos que simbolizam a devoção do ser ali sepultado, relacionada à imagem colocada sobre o túmulo, representando a proteção da alma pelo santo devotado; as coroas que podem aparecer sob diversas formas, inclusive como atributo de diversos santos, representando a vitória e a soberba; a Cruz Latina que reflete a sorte e a esperança, representando o sacrifício e o sofrimento - a morte através da crucificação de Cristo; os vasos, sendo que existem algumas formas de se utilizar este símbolo: o vaso vazio representa o corpo sem alma; o vaso com lírio representa a anunciação (mensagem do Anjo Gabriel a Maria sobre o mistério da encarnação); o vaso com óleo santo, que não é comum em locais a céu aberto, representa a glória e a paz; e por fim, o vaso com um pássaro pousado na borda que representa a eterna felicidade; a tocha que carrega o fogo que simboliza a traição, desta forma, representa a paixão; e, ainda o próprio mausoléu que materializa a magnitude, a grandeza e o luxo.

No entanto, dentre todas as simbologias cemiteriais existentes, a botânica funerária, viva ou representada, possui linguagem própria e singular. A linguagem cromática, formas e odores, buscam não só esconder a morte sob a beleza das flores e plantas, mas também dar significado ao espaço. Vão do túmulo aos espaços coletivos, do jardim funerário ao parque do campo santo. Fernández (1993), ao propor um diálogo acerca da botânica funerária, coloca que:

La vegetación de un cementerio cumple funciones muy distintas a las de un parque público o de un paseo. Un jardín fúnebre es un lugar al que acuden personas angustiadas por la pérdida de un ser querido y retornan para recordarlo en algún momento. Además de los aspectos paisajísticos de la vegetación, és preciso tener en cuenta en las intervenciones en estos jardines los efectos sensoriales que van a producir en los visitantes y en dotario de un simbolismo, que en gran medida, puede enriquecer este entorno” (p. 89).

E acrescenta ainda que os símbolos que a vegetação pode representar podem ser classificados da seguinte forma: “simbólica del color, de la forma, de la fragancia, de la inmortalidad, de la paz, de la humildad, del recuerdo, del amor, de la virtud curativa, de las luces y sombras, de la brevedad de la vida, etc. (idem, p. 91)”. Fernández (1993) ainda acrescenta algumas interpretações: a cor verde transmite paz e serenidade (o verde é a cor da regeneração da primavera, por isso simboliza também a imortalidade da alma); os

ciprestes são símbolo de nível de santidade, são usados em oferendas e adornos, é planta perene e aromática; a thuya é símbolo de vida; as palmeiras são símbolo de imortalidade, símbolo dos vencedores, do triunfo do bem sobre o mal, triunfo da vida e recompensa eterna; a usência de plantas espinhosas representa paz, tranquilidade e quietude; a vegetação herbácea simboliza humildade, como hiedra e violeta; o simbolismo da recordação se representa pela sempre-viva (*Helichrysum stroechas*), de flores amarelas, a cor representa a luz que anuncia a glória celeste e as flores continuam bonitas depois de secas (aí sua simbologia); as plantas medicinais, como as malvas; e ainda, a cor amarela simboliza luz, representada nos tajetes, cravo de morto, calêndulas; sendo as cores adequadas mais adequadas o azul e o violeta.

Em seu texto, “*Lo que susurran las flores del cementerio*”, Ángel Enrique Salvo Tierra (2020) destaca que no cemitério encontramos vários símbolos e, dentre eles, flores e plantas desempenham um papel essencialmente mensageiro, afirmando que “las causas finales del jardín funerario, arte y naturaleza se integran en pos de un mensaje común: el eterno retorno. Así, los conceptos de sueño eterno y renovación de la vida han sentado las bases, en todas las culturas, del arte jardinístico funerário” (s./p.). O autor ainda exemplifica:

El símbolo viático más antiguo que podemos encontrar tallado en mausoleos de nuestras necrópolis es el fruto de la adormidera, siempre usado en los rituales funerarios, incluso en las culturas prehistóricas ibéricas, como símbolo de un deseado dulce sueño eterno. Ese deseo es precisamente el origen del significado de la palabra cementerio. El origen etimológico es la palabra griega koimitirion, la habitación del sueño eterno (s.p.).

Valladares (1972) relatava que neste período “o recurso colorístico da decoração da arte tumulária, largamente usado, realiza-se com a flor de matéria plástica” (p. 288), acrescentando que estas funcionam como “elemento de ligação de tôdas as classes sociais, desde o túmulo de milionários até a marca atributiva dos enterrados da vala comum. Raros são os sepultados que escapam dêste inexorável elemento decorativo” (idem).

Por fim, a simbologia cemiterial também pode ser interpretada a partir das **reliíquias, despojos, recordatórios, relicários**, que possuem valor para o próprio falecido, que não foram a ele apresentados, mas que representam seu passado, sua identificação, seu ofício em vida. Estes, para Pomian (1985) representam não só o sagrado, mas também o passado. Valladares (1972) esclarece que é possível encontrar em vários cemitérios “o nome da família gravado de acordo com o logotipo que celebrizou algum produto industrializado de sucesso: marcas de chapéus, de tecelagem, sapatos, etc. Este fato tem uma certa significação.” (p. 583). Segundo o autor, corresponde a um sinal de nobilitação social, como uma emblemática e versando sobre a questão das pinturas na arte funerária brasileira, acrescenta que “verifica-se a existência, em tôda área de nosso trabalho, de túmulos com representações, desenhadas ou pintadas, de cenas da vida do morto, em trabalho cotidiano, ou em atos solenes e religiosos, como ocorre noutros países, ricos

nesse tipo de arte popular, tradicionalizada” (p. 289).

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reminiscências associadas aos campos santos do Paraná e de Santa Catarina, na região do Contestado, os elevam à condição de cenários de encontro e sociabilidade, espaços de homenagem e resistência, saudosismo, distanciamento e ausência. Neste sentido, os cemitérios, espaços de mediação concreta perante a morte, são vivíssimos em práticas sociais e os compreendemos enquanto artefatos materiais, campos teatrais de comunicação, de valor artístico e religioso. Sugerimos, neste texto, perspectivas e dimensões de análise que, a partir destas considerações teóricas, podem embasar ou originar estudos acerca da simbologia cemiterial no Contestado.

Catroga (2010) nos coloca que os símbolos organizam nosso campo imaginário, escrevem um círculo de sacralidade que torna o cemitério “uma espécie de santuário” (p. 171), elemento difusor de um “fazer recordar”, lugar de memória. É justamente neste sentido que o defendemos sua patrimonialização educativa, para além da função religiosa e sanitária, mas como legado cultural público do Contestado. Independentemente de sua localização e origem, seja cemitério eclesiástico, religioso, público, carneira, ossuário, sepulturas individuais ou coletivas, torna-se urgente sua inclusão nas pautas culturais de reconhecimento, valorização e patrimonialização.

Talvez pudéssemos, inclusive, falar de “lugar patrimonial” (CANDAU, 2010, p. 52) visto que que o cemitério é, além de tudo, uma instituição cultural com vida, movimento, ressonância. Tavares, Ribeiro e Brahm (2019) consideram que “os processos de preservação devem se ocupar justamente da vitalidade dessas reminiscências, pelo desejo de memória, mediados pelas afetividades” (p. 14), que Nora (1993) chama de “aura simbólica”. Dessa maneira, é preciso que o cemitério seja visto enquanto um patrimônio com identificação, a aceitação coletiva do bem patrimonial para além do jurídico, é documento onde o intangível é cristalizado pela dimensão material da cultura, pois os “objetos que compõe um patrimônio precisam encontrar ressonância junto ao seu público” (GONÇALVES, 2007, p. 214-215) e existe no cemitério um potencial mediador e, uma forma interessante, seria por meio da dimensão pedagógica de seu patrimônio e das ações preservacionistas. É possível, portanto, que a necrópole se apresente como bem cultural, reflexo de um pensamento histórico, registro de memórias de luta e de guerra, espaço de saber técnico-artístico, repositório da identidade social e, assim sendo, espaço privilegiado para uma Educação Patrimonial. A ausência propositiva de estudos de caso neste texto intenta justamente provocar e suscitar novos olhares e narrativas uma vez que o Contestado é celeiro produtor de lugares de memória.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. das G. de. Imagens fotográficas – a presença do ausente. **Anais**. XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo: julho de 2011.

BAPTISTA, A. M. **Revista de Monumentos Sepulchraes**. v. 1, f.1. Lisboa, 1868.

BASTIANELLO, E. M. T. Os monumentos funerários do Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé e seus significados culturais: memória pública, étnica e artefactual – 1858 -1950. **Dissertação** (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) Universidade Federal de Pelotas. Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Pelotas, RS, 2010.

BONI, P. C. **Fotografia: múltiplos olhares**. 1ª ed. Londrina: Midiograf, 2011.

BORGES, M. E. Arte funerária: representação da criança despida. **Revista História**. São Paulo, 14, 1995. (p. 173-187).

BORGES, M. E. **Arte Funerária no Brasil (1890-1930) ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto**. Belo Horizonte: Editora c/Arte, 2002.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.

CATROGA, F. **O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911)**. Coimbra: Minerva, 1999.

CATROGA, F. O culto dos mortos como uma poética da ausência. *In: ArtCultura*. Uberlândia, v. 12, n. 20, Jan./Jun., 2010. (p. 163-182).

CHAUÍ, M. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Perceú Abramo, 2000.

COSTA, M. A. B. da. (Org.). **Conservação de bens tumulares: caderno dirigido aos concessionários**. São Paulo: Limiar, 2016.

FERNÁNDEZ, A. I. Botánica funeraria. *In: Una Arquitectura para la Muerte*. I Encuentro internacional sobre los cementerios contemporaneos. Junta de Andalucia – Consejería de Obras Publicas y Transportes. Actas: Sevilla, 1993. (p. 89-94).

GÓMEZ, A. A. La sepultura, monumento que construye la memoria de la vida. *In: Una Arquitectura para la Muerte*. I Encuentro internacional sobre los cementerios contemporaneos. Junta de Andalucia – Consejería de Obras Publicas y Transportes. Actas: Sevilla, 1993. (p. 285-290).

GONÇALVES, J. R. S. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

KOURY, M. G. P. (Org.). **Imagem e memória: ensaios de antropologia visual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

MENESES, U. T. B. de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, 1998. (p. 89-103).

MOTTA, A. Estilos mortuários e modos de sociabilidade em cemitérios brasileiros oitocentistas. *In: Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 16, n.º. 33, jan./jun. 2010. (p. 55-80).

NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*. v.10, 1993. (p.07-28). Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>, acesso em 30/09/2020.

NUNES, R. B. O bilinguismo português/polonês na constituição disposicional e na prática: perfis sociológicos de cinco descendentes de poloneses no município de Dom Feliciano/RS. 254 f. **Tese** (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2018.

POMIAN, K. Coleção. *In: Enciclopédia Einaudi*. 1. Memória-História. Porto: Imprensa Oficial – Casa da Moeda, 1997 (p. 51-86).

REIS, J. J. **A morte é uma festa**: rituais fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REZENDE, E. C. M. **Cemitérios**. São Paulo: Nécropolis, 2007.

RUBY, J. **Secure the shadow**: death and photography in América. USA: The MIT Press, 1995.

SANTOS, A. C. M. Entre a destruição e a preservação. *In: SCHIAVO, C.; ZETTEL, J. (Orgs.). Memória, cidade e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997. (p. 115-125).

SOARES, M. A. P. Representações da morte: fotografia e memória. **Dissertação** (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

TAVARES, D. K.; RIBEIRO, D. L.; BRAHM, J. P. S. **Cemitério e Museu**: Aproximações eletivas. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

TIERRA, A. E. S. **Lo que susurran las flores del cementerio**. Disponível em: https://theconversation.com/lo-que-susurran-las-flores-del-cementerio-141578?utm_source=facebook&utm_medium=bylinefacebookbutton&fbclid=IwAR0gZx4BVg4fpCfpGUzrLcykDVyNOnWUswqXjvYj41pXNrGh1SiZrecNk, acesso em 17/09/2020.

URBAIN, J-D. **La Societé de Conservation**: Etude sémiologique des cimetières d'Occident. Paris: Payot, 1978.

VALLADARES, C. do P. **Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros**: um estudo da arte cemiterial ocorrida no Brasil desde as sepulturas de igrejas e as catatumbas de ordens e confrarias até as necrópoles secularizadas. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

VOVELLE, M. **Imagem e imaginário na História**: fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX. São Paulo: Ática, 1997.

WENCZENOVICZ, T. J. Luto e silêncio: doença e morte nas áreas de colonização polonesa no Rio Grande do Sul (1910-1945). **Tese de Doutorado**. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2007.

SUCESSO DA ATER EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO DO CONTESTADO EM SANTA CATARINA: CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA A PARTIR DE UMA REDE DE ATORES

Data de aceite: 23/07/2021

José Antônio Louzada

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS
Porto Alegre

Guilherme Radomsky

Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS
Porto Alegre

Marcelo Antônio Conterato

Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais, e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS
Porto Alegre

RESUMO: Este estudo tem como objetivo analisar a política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para assentamentos de reforma agrária na região do Contestado em Santa Catarina (SC), entre o período de 2012 e 2017. A orientação teórica que permeia esta pesquisa passa pela abordagem das ideias de sucesso e fracasso em projetos de desenvolvimento suscitada por David Mosse (2005) e a problematização entre teoria e prática dos projetos levantada por Olivier de Sardan (2001). A metodologia é de abordagem qualitativa, descritiva e com análise de conteúdo, além de

contar com aporte de uma revisão de literatura. Os resultados demonstram que a política analisada foi sendo readaptada por seus atores envolvidos, desde o momento da idealização até a implementação. Esse processo foi construído por uma rede de atores para que o sucesso da política fosse alcançado, ainda que os atores estivessem em constante vigilância para resistir e sustentar a política pública, sobretudo, em processo de crise política. Em síntese, a política pública de ATER para assentamentos em SC demonstrou que a construção coletiva da política foi um fator decisivo para que as reivindicações das famílias assentadas fossem atendidas, num processo semelhante à políticas do lugar.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento. Antropologia. Rede de atores. Políticas do lugar Contestado.

1 | INTRODUÇÃO

A antropologia do desenvolvimento é uma área do conhecimento que pode proporcionar um conjunto de questionamentos e reflexões críticas que envolvem as políticas públicas e os projetos de desenvolvimento. Nesse sentido, há uma arcabouço teórico que contribui com discussões alternativas a um desenvolvimento que, em primeira instância, parece seguir uma linearidade estritamente exitosa e sem fracassos. É a partir dessa lente de análise que este estudo se propõe a olhar a política pública de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para assentamentos de reforma agrária

na região do Contestado em Santa Catarina (SC).

Nesta pesquisa, tomamos como referenciais, para contribuição nas discussões as ideias e conceitos dos antropólogos David Mosse (2005) e Olivier de Sardan (2001), os quais fizeram estudos de projetos de desenvolvimento. O primeiro traz à tona a reflexão de sucesso e fracasso dos projetos, o segundo discute os desencontros entre teoria e prática dos projetos, além da questão do populismo metodológico, que é desejável ao conhecimento científico a partir de reflexões críticas dos atores.

As discussões de sucesso e fracasso em políticas públicas de desenvolvimento foram objetos de reflexão e pesquisa abordados por David Mosse (2005) em suas pesquisas antropológicas realizadas na Índia. Nas palavras do autor “[...] minha preocupação não é se, mas como um projeto é bem-sucedido (e depois sem êxito); como o sucesso é feito e gerenciado” (MOSSE, 2005, p. 158, tradução nossa). Ainda, o autor continua:

[...] o sucesso no desenvolvimento não é apenas uma questão de medidas de desempenho; trata-se também de como interpretações particulares são feitas e sustentadas socialmente. Não se trata apenas do que um projeto faz, mas também como e para quem fala, quem pode acreditar nisso (MOSSE, 2005, p. 158, tradução nossa).

Para realizar seus estudos etnográficos, Mosse recorreu ao aporte metodológico de Bruno Latour (2012) a partir do conceito de redes, passando a mapear o projeto e suas ideias, bem como as inter-relações que as levam para o sucesso ou o fracasso. Assim, o sucesso ou o insucesso de um projeto vão estar associados ao quão intensos ou fracos são os laços dessas redes, ou seja, o êxito está vinculado à existência de uma rede com laços fortes, enquanto o insucesso está ligado a uma rede enfraquecida (MOSSE, 2005). Enquanto existe uma comunidade coesa em torno da ideia de que os projetos estão demonstrando bom desempenho, pode-se dizer que ele é bem sucedido.

Por outro viés analítico, Olivier de Sardan (2001) também procura, tal qual Mosse, estabelecer análises de projetos e programas de desenvolvimento a partir dos processos que o constituem, como são organizados e quais seus efeitos. Interessa-nos que o autor faz uma crítica aos projetos de desenvolvimento dotados de populismo ideológico *vis a vis* ao populismo metodológico. Esse último tipo de populismo é desejável para o conhecimento científico propondo reflexões críticas a partir do que falam e como agem os atores, ao passo que o populismo ideológico – típico dos estudos de participação – romantiza “os de baixo” invisibilizando as críticas. Aliado a isso, o autor tece críticas aos dogmas dos tecnocratas que desenvolvem o projeto:

O mundo do desenvolvimento está enfrentando uma enorme lacuna entre discursos e práticas: o que se diz de um projeto de desenvolvimento, projetá-lo, configurá-lo, formatá-lo ou modelá-lo, financiá-lo, legitimá-lo, pouco tem a ver com o que projeto se torna na prática quando atinge seus destinatários. Os antropólogos, portanto, desempenham um papel permanente de 'lembrete ao real': 'você anuncia isso, mas acontece aquilo, que é uma coisa bem diferente'. Eles diagnosticam e descrevem os 'desvios', que negam quase

sempre declarações oficiais (OLIVIER DE SARDAN, 2001, p. 733, tradução nossa).

Em uma interpretação ampla de desenvolvimento, Mosse (2005) traz a reflexão de que há um processo de retroalimentação entre a política e a prática e que, portanto, a desarticulação dessa última pode provocar o fracasso de um projeto. Nesse sentido, o autor afirma que:

O desenvolvimento procede não apenas (ou principalmente) da política para a prática, mas também da prática para a política. Da mesma forma, a falha no projeto não é a falha em transformar projetos em realidade; mas a consequência de uma certa desarticulação entre práticas, seus modelos de racionalização e estruturas políticas abrangentes (MOSSE, 2005, p. 182, tradução nossa).

Assim, amparado nesses pressupostos, a reflexão suscitada por Mosse (2005) pode trazer à luz alguns questionamentos acerca da política pública de ATER para assentamentos de reforma agrária na região do Contestado em SC: como e para quem a política de ATER se dirigiu e o que foi feito para que ela tivesse crédito? Diante disso, este estudo tem como objetivo analisar a política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para assentamentos de reforma agrária na região do Contestado em Santa Catarina, entre o período de 2012 e 2017.

A política de ATER na região do Contestado em SC foi construída por uma rede de atores, entre eles as famílias assentadas, os extensionistas rurais da prestadora de serviços de ATER, a Cooperativa de Trabalho e Extensão Rural Terra Viva (COOPTRASC), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Assim, mapear o papel e contribuição de cada ator é um processo fundamental para compreensão dos meandros envolvidos nessa política pública.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa tem uma abordagem qualitativa, do tipo descritiva e com análise de conteúdo. Caracteriza-se como qualitativa, pois se trata de um estudo heterodoxo no momento da análise dos dados, além de demandar compreensão analítica, criativa e intuitiva (MARTINS, 2004). O estudo é descritivo, uma vez que, apresenta uma aproximação da realidade pesquisada (SAMPIERI; COLLADO; LÚCIO, 2006). Quanto à análise de conteúdo, esta “[...] é uma técnica de pesquisa e, como tal, tem determinadas características metodológicas: objetividade, sistematização e inferência” (GERHARDT *et al.*, 2009, p. 84). Ademais, este estudo teve uma revisão de literatura referente à antropologia do desenvolvimento, focada, sobretudo, em estudos dos antropólogos David Mosse (2005) e Olivier de Sardan (2001).

O objeto de estudo desta pesquisa compreende os assentamentos de reforma

agrária localizados na região do Contestado em Santa Catarina. Foi nessa região que ocorreu a Guerra do Contestado, que teve por objetivo a disputa por terras entre os estados de Santa Catarina e Paraná, entre os anos de 1912 e 1916. Esse território foi habitado por indígenas guaranis que foram expulsos por fazendeiros (alguns descendentes da Guerra dos Farrapos), esses últimos criavam gado em meio à paisagem de araucárias, erva-mate e abundância de água do Rio do Peixe e do Rio Iguaçu (TOTA, 1983). A Guerra teve sua situação acentuada pela construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul. Nesse processo, destaca-se o conflito resultante da aliança entre as empresas norte-americanas e o Governo brasileiro, os quais massacraram os caboclos, que tiveram seus recursos naturais e terras expropriados.

A região do Contestado Catarinense compreende um conjunto de assentamentos dos Núcleos Operacionais (NOs) de ATER – assim designados na chamada pública por reunir assentamentos de municípios próximos com características semelhantes – a seguir: Rio Negrinho, Canoinhas, Santa Terezinha, Timbó Grande, Curitibaanos, Caçador, Fraiburgo e Campos Novos. Estes NOs compreendem, dentro da região do Contestado, um conjunto de 1372 famílias assentadas (SIGRA, 2015). A coleta de dados para a pesquisa dessa região foi realizada a partir de consulta em documentos da política pública de Assistência Técnica e Extensão Rural para assentamentos de reforma agrária do estado de Santa Catarina. Nesse sentido, foram analisados a chamada pública de ATER lançada em 2012, os termos aditivos dessa chamada pública (2013 a 2016) e os relatórios de atividades coletivas (reuniões, cursos, dias de campo, unidades demonstrativas e intercâmbios) realizadas pela prestadora de serviços, a Cooperativa de Trabalho e Extensão Rural Terra Viva (COOPTRASC).

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção tem por objetivo apresentar os resultados e discussão, que envolvem as mudanças e os atores da política pública de ATER para assentamentos de reforma agrária na região do Contestado em SC.

3.1 Mudanças entre as ideias e a prática (e vice-versa) da política de ATER

A estrutura organizacional da chamada pública de ATER foi amparada em metas definidas a priori pelos técnicos do INCRA e organizadas a partir de um planejamento anual para a implementação por parte da prestadora de serviços. Nesse caso, o contrato previa que ao final de todo ano se fizessem avaliações para planejar e readaptar as metas, dentro de um período de cinco anos, prazo de vigência da política. Essas metas eram compostas por ações para serem desenvolvidas a partir de metodologias de extensão rural, sejam a partir de métodos individuais, sejam grupais. A chamada pública para assentamentos de reforma agrária em SC tinha com objetivo geral “[...] garantir a segurança alimentar

e nutricional; a inserção no processo de produção de forma estruturada, sob a ótica do desenvolvimento rural sustentável das famílias assentadas no estado” (INCRA/SC, p. 5, 2012).

Dentre as metodologias individuais de extensão rural, o contrato orientava a implementação da política a partir de visitas técnicas e atendimentos de escritório, ambas focadas no atendimento *tête-à-tête* entre técnicos e famílias assentadas, a fim de potencializar as demandas dessas últimas. Por outro lado, as metodologias grupais estavam centradas em ações coletivas, como reuniões, as chamadas Reuniões de Interesse da Coletividade (RICs), cursos, dias de campo, Unidades Demonstrativas (UDs) e intercâmbios. Essas ações coletivas eram desempenhadas, no mínimo, por dois técnicos junto a um grupo de famílias assentadas, com o objetivo de capacitação ou tratar de uma temática que fosse do interesse do coletivo (reuniões). Portanto, percebe-se, no primeiro momento de operacionalização da política pública, seu caráter *top down* (de cima para baixo), visto que, as ações desenvolvidas já vinham moldadas pela chamada pública elaborada pelos técnicos do INCRA e, prontamente, foram implementadas pelos técnicos extensionistas da cooperativa.

Ao contrário do que se imaginava (na visão da burocracia estatal), começaram a ser levantadas demandas e ações – tanto por parte das famílias quanto por parte dos técnicos extensionistas – que não estavam previstas no *script* do contrato. Logo, o que fazer diante dessa situação, para manter em vigência a política e, ao mesmo tempo, contemplar as demandas emanadas das vozes dos atores que estavam na ponta da política pública? Essa é uma incógnita a ser refletida a partir da passagem: “[...] o projeto pode mudar da ideia para a realidade e da realidade para a ideia” (MOSSE, 2005, p. 157, tradução nossa). Nesse contexto, a política pública de ATER foi sendo readaptada a partir da reformulação das metas, as quais foram redirecionadas à convergência das ações das metodologias individuais e grupais que foram remodeladas com base nas realidades dos técnicos e famílias.

As questões apontadas por Olivier de Sardan (2001) também nos auxiliam na análise das mudanças que ocorrem nas políticas públicas, no momento que o autor afirma que as questões planejadas no início do projeto podem ter seu curso mudado, conforme o projeto vai sendo executado na prática. Muitas são as alterações que podem ocorrer entre a idealização da política pública pela burocracia estatal até o momento da implementação pelos e entre os atores que estão na ponta da política. No caso da política de ATER em SC, situações empíricas apontaram que metas do contrato foram modificadas a partir da interação entre os extensionistas rurais e famílias assentadas.

Com a intenção de evidenciar a questão de mudança do projeto das ideias para a prática, narramos um episódio de uma visita técnica emblemática – realizada em parceria entre um dos autores deste artigo com seu colega agrônomo extensionista – em um NO da ATER da região do Contestado, para ajustar o instrumento de coleta de informações de

um diagnóstico. Na oportunidade, o colega extensionista comentou, tanto no escritório da ATER quanto na viagem aventureira – muitos balanços no carro pela grande quantidade de buracos na estrada com trechos pedregosos e arenosos – até a moradia da família assentada, que a mesma se encontrava em condições precárias de sobrevivência.

Ao chegarmos no lote de residência da família, fomos bem acolhidos por uma senhora de 31 anos de idade, e tão logo meu colega me apresentou e perguntou da situação de seu esposo doente, o qual estava acamado. Nesse mesmo instante que a senhora conversava conosco e, ao mesmo tempo, varria o terreiro, fomos surpreendidos no diálogo com a chegada dos três filhos do casal: uma menina, de 12 anos, e seus dois irmãos mais novos. Um deles estava montado no cavalo que os acompanhava, carregado de bolsas de carvão vegetal, enquanto o outro irmão acompanhava a menina que vinha a frente do animal, puxando-o. Eu confesso que fiquei apavorado e “perdi o chão” quando me deparei com aquela cena, pois as crianças estavam com seus corpos completamente encarvoados. Nessa situação, a senhora nos comentou que a sobrevivência da família vinha da renda do carvão vegetal e do Bolsa Família, este concedido pelo Governo federal. Ao nos despedirmos da família, as crianças sorriam, e me chamou a atenção a cena da menina com seu sorriso inocente, em contraste com um vaso de flor onze-horas que teimava em florir, embora já fosse fim da tarde. Esta cena alimenta as esperanças de que, apesar de todas as dificuldades, as políticas públicas podem fazer a diferença para a transformação da vida das pessoas, ainda que possa ser ínfima. Este relato não se trata de um ato denunciante, mas ao contrário, evidenciar que situações semelhantes a essa nem sequer são imaginadas quando as políticas públicas são idealizadas e planejadas, sobretudo, por burocratas estatais despreparados, ou mesmo previstas no momento da implementação.

Essa situação nos faz refletir sobre o papel da política pública de ATER e seus (des)encontros. Na viagem de retorno ao escritório, meu colega narra-me “que não há nada o que orientar na área produtiva para essa família” e que se sentia impotente diante de uma situação dessas, e ainda lamentava de que, diante dessa situação, “o que menos exercia era a função de agrônomo, sendo mais psicólogo para tentar manter a autoestima da família”. Ele também comentou que essa família se enquadrava na “área social” da ATER e que a família já fora encaminhada para a assistência social do município para que medidas cabíveis e necessárias fossem tomadas ao assessoramento e acompanhamento. Aliás, essas divisões na ATER entre área produtiva, social e ambiental, tal qual prevista nos manuais e normativas da política têm um sentido meramente burocrático e pouco operacional, na tentativa de orientar uma política menos voltada à área produtiva (hegemônica) e com um olhar mais voltado a área social e ambiental, com a justificativa de composição de equipes multidisciplinares. Não negamos aqui os poucos avanços a partir dessa divisão, embora o enfoque à área produtiva seja predominante. Contudo, a divisão não faz sentido se não for acompanhada de uma estratégia totalizante e inter-relacionada

da área produtiva, social e ambiental.

Ainda, destacamos que muito mais que equipes multidisciplinares é imprescindível a demanda e a adaptação nos projetos por equipes interdisciplinares, ou quiçá, com uma orientação transdisciplinar ou pluriversitária. Para Boaventura de Souza Santos (2005), o princípio que organiza o conhecimento pluriversitário é a sua aplicação prática. “É um conhecimento transdisciplinar que [...] obriga a um diálogo ou confronto com outros tipos de conhecimento, o que o torna internamente mais heterogêneo e mais adequado a ser produzido em sistemas abertos menos perenes e de organização menos rígida e hierárquica” (SANTOS, 2005, p. 29-30). Não se trata aqui de discutir qual o melhor método, mas de refletir sobre outras formas de conhecimentos que são demandadas da realidade, a qual os contratos não dão conta de prever. E, tampouco, as organizações de ensino brasileiras – poucas são as que têm avançado – estão atentas para se readequar e transformar “os velhos métodos de ensino” orientados no modelo produtivista e difusionista de extensão rural, ambos oriundos da ciência eurocêntrica e norte-americana. Novamente, aqui, essas questões nos remetem às reflexões de Mosse (2005), que afirma que as práticas da política retroalimentam a teoria e vice-versa.

3.2 Construção do sucesso da ATER pela rede de atores

Neste seguimento, também nas metodologias grupais podem ocorrer eventos não previsíveis dentro do contrato de ATER. O projeto de ATER em questão previu algumas metas com propostas coletivas que, na prática, estavam deslocadas do cotidiano das famílias. Nesse sentido, em outro episódio, acompanhei uma reunião com um grupo de famílias e colegas extensionistas, em que se discutiam as metas previstas no contrato para incentivar a cadeia produtiva da bovinocultura de leite na região do Contestado, mas por outro lado, as práticas das famílias eram voltadas, em especial, à cadeia produtiva das hortaliças, da erva-mate, da apicultura e do carvão vegetal da bracatinga (*Mimosa scabrella*). Esta é uma planta nativa da região Sul do Brasil (em especial, Paraná e Santa Catarina) que tem o manejo autorizado pelo Conselho Nacional de Meio ambiente (CONAMA) e pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA). A bracatinga é muito utilizada em SC como matéria-prima para as produções de carvão vegetal e também o mel de melato, um tipo de mel especial rico em nutrientes.

Durante essa reunião relatada, muitas foram as críticas tecidas a nós (equipe técnica) pelas famílias assentadas que, com razão, discordaram da estratégia de ATER voltada ao leite (embora essa atividade contemplasse algumas famílias), ao passo que demandaram ações direcionadas para outras atividades produtivas (hortaliças, erva-mate, apicultura e carvão), pois essas sim eram desempenhadas no dia a dia dos assentamentos. Para reforçar esses argumentos, era presente na fala das famílias os discursos da produção de tomate na região do Contestado, especialmente no município de Caçador, este se destacando como maior produtor de tomate convencional do estado. Ao mesmo

tempo em que é produzida na região com uma elevadíssima carga de insumos químicos e agrotóxicos, essa atividade também coexiste com a da erva-mate, apicultura e carvão vegetal, as quais não levam insumos químicos ou consomem uma ínfima quantidade, sendo que essas atividades são favorecidas pelas condições climáticas, de vegetação e clima da região.

Ainda, sobre a produção de tomate convencional, nas muitas atividades da ATER que participei, não raro, ouvia lamentações e reclamações das famílias assentadas que afirmavam que “não valia a pena plantar tomate, porque o que colhiam era praticamente só para pagar os altos custos dos insumos”, além de necessitar de um alto emprego de mão de obra em praticamente todo o ciclo, levando-as a contratar mão de obra temporária ou recorrer às trocas de serviços com os vizinhos. Por outro lado, as culturas da erva-mate, apicultura e a atividade do carvão, garantiam uma maior estabilidade de renda às famílias, comparada à renda obtida com a cultura do tomate (mais suscetível às variações climáticas, pragas e doenças e aos preços do mercado), e o emprego da mão de obra nessas atividades, era mais concentrado no plantio e na colheita dos produtos.

A partir dessas evidências do emprego de metodologias individuais e coletivas na ATER fica explícito a contradição provocada pelo modelo do projeto a ser seguido na implementação da política pública (*top down*). Em contrapartida, os atores envolvidos na ponta da política pública, sobretudo, as famílias assentadas, reivindicaram por readaptações no projeto e passaram então a pressionar, tanto os técnicos extensionistas (que no campo representam o poder do Estado) quanto o gestor do contrato, o INCRA, para alterações na política. Percebe-se que, então, os técnicos ocupam espaços de mediação relevantes para articular as relações entre a teoria e a prática das políticas. Assim, em concordância às proposições de alterações na política pública, o INCRA, a COOPTRASC e representantes de famílias assentadas acordaram as mudanças necessárias ao projeto de modo que propuseram alterações na proporção quantitativa das metas do contrato, essas passando então a serem definidas em até 50%, em comum acordo entre técnicos e famílias assentadas. Essas metas receberam o nome de “metas regionais”, pois poderiam ser construídas a partir das demandas locais das regiões das famílias e, portanto, implementadas sob uma perspectiva *bottom up*, ou seja, “desde os de baixo”. Desse modo, as metas regionais eram destinadas a “[...] dar vazão ao planejamento regional de acordo com as prioridades elencadas nos diálogos com as famílias” (INCRA/SC, 2016, p. 23). Os outros 50% ainda continuaram a ser definidos pelo INCRA e foram chamadas de “metas estaduais” e eram objetos semelhantes a serem implementados em todas as regiões, e por vezes, sem muito diálogo, com os atores da política pública, ou seja, com uma orientação *top down*. Nesse sentido, as metas estaduais traziam em algumas de suas orientações “[...] a universalização dos serviços de ATER; as estruturas de controle social do Programa de ATER; [...] dar vazão aos Programas e ações institucionais do INCRA e parcerias com outras instituições” (INCRA/SC, 2016, p. 2).

Outro elemento que contribuiu na orientação das metas regionais, construídas pelos atores diretamente envolvidos na política de ATER de SC, foi o instrumento Sistema Integrado de Gestão Rural da ATER (SIGRA). Com o aporte desse sistema se adotou uma estratégia de *feedback*, uma vez que as informações levantadas pelos técnicos com as famílias (quem são, como vivem, o que produzem e como produzem) foram sistematizadas e compartilhadas nas reuniões e espaços coletivos. Isso suscitou reflexões, pois as famílias puderam “enxergar-se” no momento que as informações passaram a permear os debates e também a contribuir para atender as demandas acordadas entre técnicos e famílias. Desse modo, esse processo de (des)construção incide expressivamente para dar outros sentidos a política pública de ATER que, a partir de então, passa a considerar esse *feedback* de informações, interpretações e proposições de seus atores sem cair em “achismos” ou mesmo propostas descoladas das realidades dos atores da ponta da política pública. Não se trata, conforme afirma Olivier de Sardan (2001), de populismo ideológico, mas metodológico, isto é, valorizar o contexto e os saberes dos destinatários das políticas públicas. Essas questões que sustentaram a política de ATER, a partir das metas regionais e metas estaduais, indicam que passos foram dados na construção de uma política que fosse na contramão de um estilo de política vertical ou *top down* ou, nas palavras de Olivier de Sardan (2001), de fato alternativas ao desenvolvimento.

Diante dessas transformações ocorridas na política pública de ATER para a reforma agrária em SC, e com a proposta de dar um sentido equilibrado à definição das metas do contrato (50% de metas regionais e 50% de metas estaduais), mantidas as críticas, é inegável o reconhecimento dessa experiência na tentativa de dar outros sentidos e significados na busca por trilhar um caminho diferenciado (do *top down*) na construção de uma ATER mais autônoma e emancipadora. Assim, pode-se inferir que o sucesso dessa política se deu ao atrelamento a uma rede de atores que se engajaram na “construção social” do projeto. A Universidade (UFSM) tinha interesses, sobretudo, na extensão com o uso do SIGRA, o INCRA desejava qualificar a política pública, a COOPTRASC almejava garantir a prestação continuada de serviços de ATER às famílias assentadas, as famílias estavam interessadas em receber assessoria técnica voltada as suas atividades, e o MST tinha interesses em propor estratégias políticas e de desenvolvimento aos assentamentos a partir das informações que os dados poderiam evidenciar. E essa parceria deu certo, porque atores com diferentes interesses, mas tratando da mesma política, de modo convergente, dialogaram para construir outras estratégias para qualificação da política pública de ATER.

A experiência de política pública de ATER (re)construída a partir das reivindicações das famílias assentadas em articulação com os técnicos extensionistas e outras organizações da região do Contestado, como cooperativas e poder público local, remete a uma construção de políticas do lugar (*politics of place*). Esse conceito proposto por Gibson-Graham (2004) fomenta uma estratégia de políticas formuladas a partir do lugar, das demandas reivindicadas pelos atores locais. Essas autoras analisaram o caso de mulheres

de favelas (*slums*) na Índia que se organizaram em torno da luta por reivindicação de moradia. Nesse seguimento, as mulheres se organizaram cotidianamente não somente para conquistar moradias, mas na construção de outros sujeitos que se envolveriam na construção, habitação e reprodução em um espaço social politizado (GIBSON-GRAHAM, 2004).

Outro exemplo que pode ser considerado como políticas do lugar é a pesquisa realizada por Benvegnú (2017) com sementes crioulas no município de Canguçu no estado do Rio Grande do Sul (RS). Em tal estudo o autor aponta que a experiência do milho crioulo contribuiu para que ocorresse a manifestação de políticas do lugar, uma vez que, as práticas e conhecimentos locais estão interligados: “[...] Sementes crioulas podem facilmente circular entre reciprocidades/mercados/reciprocidade, e desempenham papéis econômicos e afetivos para muitas famílias” (BENVEGNÚ, 2017, p. 128). Este autor ainda faz uma crítica às sementes híbridas e transgênicas, as quais têm um fim puramente mercadológico, pois são comercializadas como *commodities* no mercado especulativo global.

Assim, no momento em que as famílias assentadas da região do Contestado demandaram, via política de ATER, ações voltadas às atividades de horticultura, erva-mate e apicultura estariam reinvidicando políticas do lugar? Há indicativos favoráveis a esse questionamento, pois no momento de suas reivindicações, também as fizeram a partir de outros sentidos que remetesse as suas práticas, essas emanadas a partir de suas realidades e cotidianos. Embora, essas demandas estivessem imersas em contradições, sobretudo, pela opção da produção de tomate sob cultivo convencional com altas cargas de agrotóxicos (reflexos do capitalismo global), ainda assim podiam optar por desempenhar uma atividade que remetesse as suas práticas locais.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para assentamentos de reforma agrária em Santa Catarina na região do Contestado, vigente entre 2012 e 2017, com base no arcabouço teórico da antropologia do desenvolvimento, traz outros sentidos e reflexões acerca do desenvolvimento e das políticas públicas. Em um primeiro momento, não basta interpretar uma realidade de modo estanque sem considerar o processo histórico e as transformações ocorridas no tempo-espaço em que os atores sociais estão inseridos. Ademais, acreditamos ser necessário discernir a base epistemológica que orienta, desde as ideias até a implementação da política pública ou o projeto, na tentativa de construção de alternativas ao desenvolvimento. E por fim, e não menos importante, a ousadia dos atores da ponta da política pública em não se adaptar a modelos prontos, sobretudo, orientados por concepções euro-americanas, mas que busquem outros caminhos para construções autônomas e emancipadoras, semelhantes

a políticas do lugar. Assim, amparados nessas questões procuramos identificar, discutir e refletir sobre a política pública de ATER para assentamentos de reforma agrária na região do Contestado em SC.

Em suma, a política pública de ATER para assentamentos de reforma agrária em SC, e na região do Contestado, pode ser considerada uma “experiência de sucesso”, nas palavras de Mosse (2005). Uma rede de atores foi articulada para que tal política lograsse êxito, envolvendo a prestadora de serviços de ATER, a COOPTRASC, o INCRA/SC, a UFSM, o MST e as famílias assentadas. A convergência de interesses específicos e a construção de espaços de diálogo e instrumentos como o SIGRA, além daqueles estabelecidos pelo contrato, deram outros sentidos para que a política pública trilhasse um caminho que viesse a qualificá-la. Entretanto, a política teve seu ciclo exitoso interrompido a partir de 2017 (assim como outras políticas vigentes), quando não mais foi renovado o contrato de ATER, no momento em que a presidenta Dilma Rousseff, legitimamente eleita, sofreu um golpe e foi deposta do cargo. Contudo, fica um questionamento para reflexão a partir dessa experiência: um caso de sucesso de política pública sustenta-se por si mesmo? Neste caso, parece que o sucesso da política pública está vinculado não somente ao momento de implementação, mas também na capacidade de resistência e articulação em rede dos atores em momentos de crises políticas.

REFERÊNCIAS

BENVEGNÚ, V. C. **As sementes do lugar: políticas locais e desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul meridional**. 2017. 152 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Dissertação de mestrado. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/168626>. Acesso em: 15 dez. 2019.

GERHARDT, T. E. *et al.* Unidade 4 – Estrutura do projeto de pesquisa. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T (Orgs.). Métodos de pesquisa. UAB/UFRGS, Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. **Série Ensino a Distância**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009.

GIBSON-GRAHAM, J. K. Violence of development: two political imaginaries. **Development**, Basingstoke, v. 47, p. 27–34, 2004.

INCRA/SC. Superintendência Regional do INCRA em Santa Catarina – SR (10). **Termo de referência para renovação dos contratos de ATER, Contrato/SC 7.000/2012 e Contrato/SC 8.000/2012 entre INCRA/SC e COOPTRASC. V Termo Aditivo**. Vigência 11/03/2016 a 10/03/2017. São José/SC, 2016.

_____. Superintendência Regional do INCRA em Santa Catarina – SR (10). **Chamada pública de ATER/SC, Nº 01/2012, Lotes I e II, Processo nº 54210001518/2011-85**. São José/SC, 2012.

LATOUR, B. **Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede**. Salvador: EDUFBA, 2012.

MARTINS, H. H. T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2021.

MOSSE, D. **Cultivating development: an ethnography of aid policy and practice**. London: Pluto, 2005.

OLIVIER DE SARDAN, J. P. Les trois approches en anthropologie du développement. **Revue Tiers Monde**, 2001, 168, p. 729-754. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/tiers_1293-8882_2001_num_42_168_1546. Acesso em: 29 dez. 2019.

SAMPIERI, R. H; COLLADO, C. F; LÚCIO, P. B. **Metodologia da pesquisa**. São Paulo, MeGrall – Hill, 2006.

SANTOS, B. S. A Universidade no Séc. XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. **Educação, Sociedade & Culturas**, 23, p. 137-202. 2005.

SIGRA. Sistema Integrado de Gestão Rural da ATEs – Programa de ATER/SC. **Banco de dados 2015**. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria, 2015.

TOTA, A. P. **Contestado: A guerra do novo mundo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CAPÍTULO 26

TERRITORIALIDADE CABOCLA E DESENVOLVIMENTO NA PERSPECTIVA DA JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

Data de aceite: 23/07/2021

Gabriela Haswany de Almeida

Discente da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná UFPR
Curitiba

Katya Regina Isaguirre-Torres

Docente da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná UFPR
Curitiba

RESUMO: A Guerra do Contestado foi um conflito agrário ocorrido entre 1912 e 1916 na região que hoje forma o sudoeste do estado do Paraná e o noroeste do estado de Santa Catarina. Foi marcada pela brutalidade dos atos de expulsão do povo caboclo de suas terras e da reação do exército frente aos movimentos de resistência. Hoje, as cidades que se desenvolveram a partir dos redutos sofrem com elevados índices de pobreza, desemprego e violência. Este trabalho visa, portanto, a partir da historicidade da guerra, dados coletados e dos conceitos de justiça socioambiental, territorialidade e função social da terra, repensar de forma crítica o direito humano ao desenvolvimento sustentado pelo Direito, reconhecendo que não há como se falar em direito ao desenvolvimento sem falar do direito à terra.

PALAVRAS-CHAVE: Contestado; Justiça Socioambiental; Desenvolvimento.

1 | INTRODUÇÃO

A Guerra do Contestado foi um conflito agrário que teve início em 1914 com a colonização tardia do planalto catarinense. Até o final do século XIX a região era povoada por povos originários e foi paulatinamente ocupada pelo processo de expansão da atividade pecuária entre os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. Entretanto motivado pela necessidade de afirmar seu domínio sobre o território, o Estado brasileiro fez valer sua soberania por meio da construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, concedendo a iniciativa em 1905 à Brazil Railway Company, entidade privada estrangeira, concessão para construção além de parte destas terras para colonização e exploração madeireira. Tendo em vista a vasta floresta de araucárias e outras madeiras nobres naturais da região, imigrantes majoritariamente italianos, poloneses e alemães vieram para compor a mão de obra na exploração madeireira. Tais fatores levaram à brutal expulsão dos povos que ali residiam.

Em tempos anteriores, meados de 1890, peregrinava pelos planaltos serranos o monge João Maria, descrito como homem simples que semeava palavras de respeito e resistência. Assim, com a desestruturação da vida campesina presente na região pelas ações do Grupo Farquhar, as palavras do monge João Maria e de seu sucessor, José Maria motivaram

os caboclos a lutar pela permanência nas terras e pela sua cultura, desencadeando a Guerra Santa do Contestado que ocorreu entre 1912 a 1916. A Guerra do Contestado foi um movimento de resistência dos caboclos contra as forças armadas brasileiras pelo direito de permanecer nas suas terras. Terras que hoje encontram-se abandonadas pelo governo ou nas mãos de latifundiários e conglomerados econômicos contrariando o princípio da função social da terra em detrimento do povo caboclo e camponês.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O tema-problema do presente trabalho consiste em a partir da experiência da Guerra do Contestado e considerando a territorialidade vivida pelos povos da região, compreender as dimensões do conflito em sua historicidade para então analisar qual seria o seu aprendizado para repensar o modelo de desenvolvimento na perspectiva da justiça socioambiental. São etapas de desenvolvimento do trabalho destacar a importância da territorialidade vivida pelo povo caboclo da região sob a perspectiva do marco teórico da justiça ambiental para em seguida repensar o direito humano ao desenvolvimento.

Como objetivos específicos, o trabalho busca resgatar elementos da historicidade da Guerra do Contestado, bem como compreender o conceito de justiça ambiental para, no final, tratar da necessidade de repensar o modelo de desenvolvimento dominante a partir da referência da função social da terra. A metodologia utilizada para a produção deste trabalho foi a revisão bibliográfica e a consulta à legislação.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Movimento de Justiça Ambiental teve início nos Estados Unidos na década de 1980 e se distanciou da antiga visão hegemônica que considerava a crise ecológica como uma consequência compartilhada fruto da ação individual de cada ser humano, para reconhecer que os riscos ambientais são desigualmente divididos por raça e renda (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 18; RAMMÊ, 2012, p. 17). Sob esta ótica surgiu o conceito de racismo ambiental, que representa a adoção de políticas públicas ambientais que prejudiquem de modo desigual determinados indivíduos e comunidades. Entende-se portanto, que o racismo ambiental trata-se de uma forma de discriminação institucionalizada que não precisa ser intencional para ser reconhecida (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 20; RAMMÊ, 2012, p. 18). Hoje a experiência norte-americana ganhou o mundo sob contornos mais amplos abarcando “todos os conflitos socioambientais, cujos riscos sejam suportados de forma desproporcional sobre populações socialmente vulneráveis ou mesmo sobre os países ditos de Terceiro Mundo” (RAMMÊ, 2012, p. 23).

É, então, com base nessa crítica que vai além do conceito de desenvolvimento comumente associado à produtividade e ao progresso capitalista, incorporando na discussão também a necessidade de proteção ambiental e distribuição igualitária dos

recursos naturais, que surge o conceito de ecossocialismo como “uma escolha que propõe uma política econômica visando às necessidades sociais e ao equilíbrio ecológico e, portanto, fundada em critérios não-monetários e extra-econômicos” (Löwi, 2009, p. 35).

No Brasil, por sua vez, o movimento socioambiental teve início a partir do processo histórico de redemocratização do país após o fim da Ditadura militar em 1984 e foi consolidado com a promulgação da Constituição de 1988, com destaque para o Art. 225 que trata sobre o direito das presentes e futuras gerações ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado. Ainda, teve sua temática fortalecida pelo advento do conceito de desenvolvimento sustentável promovido pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, (ECO-92) (SANTILLI, 2005, p. 12). Conforme Juliana Santilli:

O socioambientalismo foi construído a partir da ideia de que as políticas públicas ambientais devem incluir e envolver as comunidades locais, detentoras de conhecimentos e de práticas de manejo ambiental. Mais do que isso, desenvolveu-se a partir da concepção de que, em um país pobre e com tantas desigualdades sociais, um novo paradigma de desenvolvimento deve promover não só a sustentabilidade estritamente ambiental – ou seja, a sustentabilidade de espécies, ecossistemas e processos ecológicos – como também a sustentabilidade social – ou seja, deve contribuir também para a redução da pobreza e das desigualdades sociais e promover valores como justiça social e equidade. Além disso, o novo paradigma de desenvolvimento preconizado pelo socioambientalismo deve promover e valorizar a diversidade cultural e a consolidação do processo democrático no país, com ampla participação social na gestão ambiental (SANTILLI, 2005, p. 14)

Ante o exposto, uma das consequências lógicas do Movimento por Justiça Socioambiental é, portanto, a contestação do modelo de desenvolvimento capitalista que orienta a divisão espacial das atividades econômicas e sua produtividade, representando, desta forma, um movimento de resistência ao questionar o uso dos recursos naturais e a sua finalidade:

Até aqui o modelo de desenvolvimento tido como ambientalmente perverso viria se mantendo porque configurou um padrão sócio político que sobrecarrega de malefícios à saúde e ao bem-estar às populações destituídas de recursos financeiros ou políticos. Os partícipes do Movimento acreditam que protegendo os despossuídos da concentração dos riscos se estará criando resistência à degradação ambiental em geral, posto que os impactos negativos não poderão mais ser transferidos, como de praxe, para os mais pobres. A propensão de todos os atores sociais a identificar e eliminar as fontes do dano ambiental tenderá, conseqüentemente, a se intensificar. Acredita-se ser legítima a discussão ambiental majoritária tendo por base a preocupação com a economia dos recursos ambientais - água, solo fértil, florestas. Mas, numa perspectiva de justiça e democracia, agrega-se a essa preocupação um questionamento quanto aos fins pelos quais esses recursos estão sendo usados. (ACSELRAD, MELLO; BEZERRA, 2009, p. 27-28).

Trata-se, portanto, de um novo paradigma de desenvolvimento ecossocialista

baseado no diálogo intercultural e reconhecimento da dignidade humana em contraponto ao antigo paradigma que promovia o capitalismo expansionista, baseado na lógica de dominação (SANTILLI, 2005, p. 14-15). A partir deste conceito entende-se, então, que as políticas públicas ambientais só podem ser consideradas sustentáveis e justas quando incluem as comunidades locais e promovem uma repartição socialmente justa e equitativa dos benefícios derivados da exploração dos recursos naturais (SANTILLI, 2005, p. 15).

Dentre estes recursos, para este trabalho, se analisa a terra na condição de sustentáculo da vida, devendo como tal, ser reconhecida como direito humano fundamental vez que o acesso à terra é fator essencial para efetivação do direito ao desenvolvimento. Tendo em vista estes conceitos e experiência do Contestado como referência, a partir da transformação da terra em propriedade marcada pela promulgação da Lei Brasileira de Terras de 1850, houve um violento processo de apropriação fundiária por parte da elite brasileira, que comandava a organização política e econômica do território motivada pelo avanço do liberalismo no final do século XIX e início do século XX.

Neste período, à parcela vulnerável da população foi designada a escolha entre a subordinação na categoria de trabalhador ou a posse dos chamados “campos sujos”, territórios que pela sua natureza não carregavam valor econômico. No entanto, após limpos e trabalhados, estes camponeses tornaram-se vítimas do processo de grilagem e acabaram expulsos da sua terra. Na região Contestada, após ser concedido pelo Estado trecho para construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande e suas faixas marginais na extensão de 15km de cada lado para colonização e industrialização para a Brazil Railway Company, a empresa acelerou o processo de expulsão dos posseiros destas terras.

Estes posseiros aliaram-se ao monge José Maria, visto como sucessor de João Maria, tido como curandeiro dotado de poderes sobrenaturais, que pregava o evangelho a seu modo e proclamava a monarquia como Lei de Deus, pois aqui a posse pacífica para subsistência era aceita. Em resposta a este movimento, a elite catarinense ordenou que tropas fossem ao encontro do Monge e seus seguidores a fim de dissipar a organização que se formava. Apesar disso, o ataque do governo apenas fortaleceu o espírito de luta e resistência dos caboclos que passaram a se unir em redutos conhecidos como Cidades Santas, onde propagaram a irmandade e o comunismo caboclo segundo “quem tem mói, quem não tem mói também e no final todos ficarão iguais”. Conforme apontam historiadores, o conflito armado perdurou de 1914 a 1916 e foi marcado por fortes investidas militares do Estado brasileiro que atacava com a força de canhões e metralhadoras, cercando os redutos e impedindo a passagem de alimentos, formando o que Auras define como sendo “verdadeiros campos de concentração” de um povo que tinha pouco mais que facões para se defender (AURAS, 1995, p.132).

Embora o conflito armado tenha acabado em meados de 1915 quando pela disparidade de forças entre os militares e o Exército Santo resultou na rendição dos caboclos sobreviventes, de acordo com os dados levantados para o estudo da fome na

região do Contestado pelos pesquisadores da geografia Vanessa Ludka, Nilson Fraga e Thiago da Silva Melo junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (MDS), ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Censo Agropecuário e da Produção Agrícola Municipal e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a região que uma vez foi palco da Guerra do Contestado hoje está abandonada pelo poder público e apresenta os maiores índices de pobreza dos estados de Santa Catarina e do Paraná (LUDKA, 2016, p. 196; MELO, 2017, p. 138).

Conforme explica a professora Vanessa Ludka, a pobreza pode ser genericamente definida como “a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada” (LUDKA, 2016, p. 62). Em sentido mais amplo, Amartya Sen em sua obra “Desenvolvimento como liberdade” explica que a pobreza não deve ser entendida apenas como a baixa renda, mas como fator impeditivo do indivíduo gozar plenamente de sua liberdade e privativo do alcance de suas capacidades básicas, e como tal pode resultar em morte precoce, subnutrição e outras morbidades, analfabetismo, desemprego, etc. (SEN, 2001, p. 22).

Neste sentido, de acordo com os dados do MDS e IDH coletados por Ludka do censo do IBGE de 2010, os municípios considerados centros regionais como Videira (30,77%), Porto União (31, 29%), Caçador (36,25%) apresentam em média índices de pobreza próximos aos 30%, porém destaca que a presença de poucas pessoas com alta renda acaba por mascarar esses dados que são calculados *per capita*. Já as cidades periféricas como Lebon Régis (38,70%), Três Barras (39,86%), Timbó Grande (41,56%) e Calmon (43,47%) apresentam índices de pobreza próximos ou superiores a 40% (LUDKA, 2016, p. 137-138).

Tendo em vista o conceito de pobreza proposto por Amartya Sen, a professora analisa o problema da fome na região para corroborar os altos índices de pobreza:

Em estudos realizados na região, foi possível constatar que a fome conjuntural foi marcante no período da Guerra do Contestado, a fome estrutural está presente atualmente, pois a falta de recursos para a aquisição de alimentos e a ausência persistente de uma alimentação adequada é a realidade de muitas famílias daquela região. A fome crônica também é a realidade de muitas famílias, pois muitas delas comem menos do que deveriam para desenvolver seu organismo e levar uma vida saudável. E a fome oculta ou invisível é a mais presente, pois muitas famílias não ingerem as vitaminas necessárias para manter uma vida saudável (LUDKA, 2016, p. 61).

Ainda, conforme dados do Cadastro Único, úteis porque informam os números de famílias consideradas baixa renda, isto é, que recebem até meio salário mínimo por pessoa (MELO, 2017, p. 139, nota de rodapé), no ano de 2015 na cidade de Irani, 47,4% da população estava cadastrada. Já Matos Costa (88,8%), Timbó Grande (60%) e Lebon Régis (65,7%) apresentaram o dado alarmante de que mais da metade da população está cadastrada. Enquanto isso, cidades como Curitiba (35,6%), Caçador (26,7%) e Porto União (25,9%) que receberam maior número de imigrantes, hoje apresentam-se como

centros de desenvolvimento regional (MELO, 2017, p. 139).

Desta forma Melo conclui que a promessa de modernização e desenvolvimento da região além de não ter sido cumprida, acabou por provocar a desordem no território. Neste ponto, importa ainda destacar que o antigo trajeto da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande do Sul foi concedido à empresa América Latina Logística em 1998, que por considerá-la economicamente inviável suspendeu o tráfego de trens e desativou completamente a linha (MELO, 2017, p. 138).

No entanto, apesar das disparidades sociais a região foi transformada numa porção de destaque no contexto sulista pelo desenvolvimento da indústria madeireira extrativista e produtora de celulose, seguida pela pecuária e agricultura, com destaque para a monocultura de tabaco (LUDKA, 2016, p. 81). Hoje nota-se na região, a forte presença de indústrias frigoríficas e multinacionais derivadas destas primeiras atividades “como se o avançar do capital estrangeiro nunca tivesse cessado” (LUDKA, 2016, p.153).

Um bom exemplo disso é que o estado de Santa Catarina, com destaque para a área contestada, é ainda hoje o maior produtor de pinus, cultivados em monoculturas extensivas sob a falsa bandeira do reflorestamento que ignora a vegetação nativa e em nada auxilia para o melhoramento dos índices da região, vez que a mão de obra somente é necessária durante o período de plantio e corte (MELO, 2017, p. 140-141).

Apesar disso, as indústrias de celulose continuam a receber investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) mesmo apresentando uma média de rentabilidade por hectare cultivado muito menor que a das produções camponesas, conforme dados do IBGE de 2014. Enquanto a silvicultura apresenta média de rentabilidade de 1.299,85 R\$/ha, ficando em 21º lugar, os primeiros lugares apresentam, respectivamente, médias iguais a 89.831,10 R\$/ha na produção de tomate, 48.000,00 R\$/ha na produção de maçã, 25.563,85 R\$/ha na produção de cebola, 24.000,00 R\$/ha na produção de pera e 22.307,70 R\$/ha na produção de pêssego (MELO, 2017, p. 142-143).

Assim, conforme conclui a professora Vanessa Ludka, se o subdesenvolvimento é um subproduto do desenvolvimento na qualidade de “uma derivação inevitável da exploração econômica colonial ou neocolonial” (LUDKA, 2016, p. 126), o que se observa na região do Contestado é uma crise estrutural e sistêmica caracterizada pela ausência de direitos básicos como acesso à terra e alimentação adequada, vez que a terra e o próprio alimento dentro da perspectiva capitalista (neo)liberal foram transformados em mercadoria (LUDKA, 2016, p. 194).

Desta forma, Ludka e Melo concluem que a Guerra do Contestado ainda não acabou visto que seus desdobramentos ainda podem ser percebidos a partir dos elevados índices de pobreza e pessoas em situação de vulnerabilidade na região (LUDKA, 2016, p. 199; MELO, 2017, p. 140). Tendo em vista o conceito de justiça socioambiental, elucidado anteriormente nota-se que uma situação de injustiça, dentre outros fatores, importa no impedimento de acesso aos recursos naturais que promovem a qualidade de vida e a

dignidade humana a certas comunidades tradicionais, grupos de trabalhadores, grupos raciais e populações pobres, marginalizadas e vulneráveis.

Ante o exposto, não é difícil perceber a ocorrência de uma injustiça socioambiental que se perpetua na região contestada através da manutenção do modelo latifundiário de monoculturas que favorece o enriquecimento de uma pequena parcela em detrimento de uma população que sofre diretamente pelos danos ambientais e pela pobreza. No caso em discussão, observa-se que a política de desenvolvimento aplicada pelo estado brasileiro visando a industrialização e colonização da área contestada, representou na época uma verdadeira política de impedimento do acesso à terra e exclusão étnica que foi sistematicamente mantida pelo avanço do neoliberalismo.

Neste sentido, Marco Aurélio Saquet aponta a relação dialógica entre desenvolvimento e território, pois ao entender o território como uma construção social a partir das diferentes formas de uso e apropriação do espaço geográfico resultantes dos processos históricos e das relações de poder (SAQUET, 2011, p. 9), reconhece que o uso capitalista do território através dos processos de produção, da circulação de bens e pessoas, da valorização do capital e da reprodução da força de trabalho lhe dá forma e significado (SAQUET, 2011, p. 7-8). E, a partir desta noção de território o autor define as territorialidades:

As territorialidades, conforme estamos pensando a abordagem territorial, significam, sucintamente: a) relações sociais, de poder, no âmbito multidimensional; b) intencionalidades, objetivos e metas; c) apropriação simbólica e concreta do espaço geográfico; d) práticas espácio-temporais-territoriais, como sínteses das relações sociedade-natureza. Isso significa considerar as processualidades histórica e relacional, ao mesmo tempo, na formação de cada território e no movimento mais amplo de desterritorialização e reterritorialização, subsidiando de maneira consistente e sistemática a discussão e construção de planos e projetos de desenvolvimento territorial. (SAQUET, 2011, p. 10)

Desta forma, o autor conclui que a problemática do desenvolvimento precisa ser compreendida a partir das relações existentes entre os espaços (SAQUET, 2011, p. 10), valorizando os processos sociais, econômicos e culturais da sociedade local, priorizando a autonomia das instituições públicas locais para que haja efetiva contribuição para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e para dignidade humana (SAQUET, 2011, p. 11-12).

Assim, tendo em vista o reconhecimento da relação direta entre territorialidade e cultura, explica Anibelli, deve-se portanto igualmente reconhecer que dentro de um único Estado existem diferentes manifestações de poder, as quais “clamam por constelações de juridicidades diferenciadas, cada qual em seu território específico, que está em constante modificação, opondo-se ao direito territorial do Estado” (ANIBELLI, 2009, p. 95), entendido pelo direito de forma simplista como um espaço delimitado, controlado e imutável sobre o qual o Estado exerce o poder soberano (ANIBELLI, 2009, p. 94).

Aqui, partindo novamente da experiência do Contestado e desta concepção de

territorialidade a autora explica:

O território socioambiental do Contestado é formado por diferentes povos, considerados atores sociais, que por meio da luta e da reivindicação de seus direitos, em prol do respeito ao seu modo de vida e de seus costumes, manifestados pelo poder de pressão exercido frente ao Estado, emergiram nesse cenário como 'novos' sujeitos de direito. Os novos sujeitos de direito do Território do Contestado caracterizam-se pelos camponeses (assentados e acampados), indígenas, ciganos e quilombolas, que convivem lado a lado com a velha aristocracia latifundiária. Todos esses grupos sociais (povos), pertencem ao mesmo território e nele coexistem e interagem, compondo um mosaico socioambiental (ANIBELLI, 2009, p. 82).

Desta forma, nota-se que os povos originários e camponeses que habitavam o oeste catarinense foram cruelmente expulsos de suas moradias com base em uma política desenvolvimentista que negava a sua existência e sua cultura para esvaziar a terra que havia se tornado mercadoria.

Neste ponto, importa lembrar que durante o processo de colonização, a terra na América Latina deixou de ser sustentáculo da vida para servir como meio de produção e abastecimento a baixo custo dos mercados externos. Conforme aponta Marés a promessa capitalista de criar na Europa um Estado de Bem Estar Social que se preocupasse em cuidar do cidadão, dando-lhe saúde, estudo, trabalho mesmo nos tempos de crise, paz e velhice digna, tudo mantendo o direito individual à propriedade privada, dependia da divisão justa da terra em parcelas que garantissem a sobrevivência e a produtividade, enquanto às colônias era destinada a produção em massa por meio de latifúndios monoculturais baseado na exploração da terra, da mão de obra barata “onde as promessas de Bem Estar Social deveriam ser trocadas por paternalismo e autoritarismo caudilhesco na América, e opressão colonial direta na África” (MARÉS, 2003, p.83).

Desta forma, vivemos hoje no século XXI as consequências deste modelo consumista exagerado reproduzido pelo capitalismo que transformou os recursos naturais em bens, relacionando a utilidade do bem ao seu valor de troca (MARÉS, 2015, p.58). E é nesse contexto utilitarista que a terra se insere de uma maneira peculiar, pois ela não se esgota após a produção e nem seu valor é agregado ao produto. Assim, diferentemente de outros bens, o valor da terra passa a ser diretamente relacionado ao seu potencial produtivo e como tal, deve estar vazia, uma vez que tudo aquilo que a sobrepõe -seja natural, construído ou a própria presença humana- reduz essa potencialidade e, conseqüentemente, o seu valor (MARÉS, 2015, p.58).

Assim, a natureza, os povos originários e tradicionais que habitam a terra e dela retiram seus sustento e manifestam sua cultura, são colocados na categoria de “obstáculo nefasto para a mercadoria terra”, uma vez que sua existência reduz o máximo aproveitamento, reforçando o argumento de que quanto mais vazia melhor (MARÉS, 2015, p. 59). E, por não terem reconhecida a posse do território em que vivem, esses povos são alvos de políticas desenvolvimentistas que ou negam sua existência ou buscam integrá-

los na sociedade capitalista de modo a transformá-los em trabalhadores sob a promessa que um dia se tornarão proprietários. De um modo ou de outro, cumpre-se o objetivo de esvaziar a terra. Conforme Marés:

As guerras camponesas nada mais foram do que a reação a esta violência. Pequenas lutas quando os camponeses eram surpreendidos desorganizados, e longas guerras quando conseguiam união e organização, como Contestado e Canudos. Os camponeses e posseiros não viviam vida luxuosa, é verdade, mas era farta e possível. Além disso, a ameaça de arrancá-los da terra onde viviam era uma condenação ao desterro, porque simplesmente não tinham outro lugar para viver. O único caminho que lhes restava era a luta. Portanto, estas guerras não tiveram um inimigo previamente estabelecido, não tinham um ideário político e a única razão da luta era manter a vida e a posse da terra. Foram os governos e o latifúndio, por sua iniciativa e vontade, que os declararam inimigos e os combateram (MARÉS, 2003, p. 105).

E, nos dias de hoje, a terra que foi motivo do conflito, encontra-se abandonada pelo governo ou nas mãos de latifundiários e conglomerados econômicos que persistem em reproduzir valores liberais em detrimento da qualidade de vida e da dignidade humana não só do povo caboclo, mas de todos que nela vivem, demonstrando na prática aquilo que aponta Marés em sua obra “A função social da terra” de que nada adianta existir no direito a ideia de função social se esta não altera nem restringe o direito de propriedade, passando então ao status de letra morta (MARÉS, 2003, p. 91).

Embora embeleze o discurso jurídico, a introdução ineficaz mantém a estrutura agrária íntegra, com suas necessárias injustiças, porque quando uma propriedade não cumpre uma função social, é porque a terra que lhe é objeto não está cumprindo, e aqui reside a injustiça. Isto significa que a função social está no bem e não no direito ou no seu titular, porque uma terra cumpre a função social ainda que sobre ela não paire nenhum direito de propriedade (MARÉS, 2003, p. 91).

Portanto, ao trazer as noções de justiça socioambiental e territorialidade (e com esta o direito à terra) para a noção do direito humano ao desenvolvimento, nos afastamos do ideal teórico de que os direitos humanos são universais e por consequência todos são portadores dos mesmos direitos, para nos aproximarmos da proposta de Joaquín Herrera Flores de que a todos devem ser oferecidos os instrumentos para concretização destes direitos a partir do reconhecimento da história, das lutas e da cultura de cada povo (FLORES, 2009, p. 38 - 42).

Ainda, tendo em vista a história da Guerra do Contestado e seus desdobramentos na organização socioeconômica dos municípios da região demonstrados no capítulo anterior, não se pode negar que a injustiça socioambiental sofrida pelo povo caboclo naquela época, permanece através da concentração fundiária por latifundiários e conglomerados econômicos que destroem o meio ambiente por meio da substituição da mata nativa por monoculturas, contribuindo com suas riquezas apenas para mascarar os índices sociais, enquanto o povo privado de sua terra passa fome.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, resta claro que a Guerra Santa do Contestado foi na verdade, uma revolta camponesa contra as forças opressoras das políticas de desenvolvimento do Estado que buscavam colonizar o território brasileiro à semelhança da Europa, traduzindo-se numa verdadeira política de exclusão étnica. Porém, embora mais de um século tenha se passado desde o final do conflito, estudos da geografia demonstram que a guerra favoreceu a institucionalização da relação de poder capitalista que contrapõe o latifundiário rico ao posseiro pobre, resultando no prejuízo do desenvolvimento socioeconômico das pequenas cidades que se desenvolveram a partir do conflito, que hoje sofrem com elevados índices de pobreza, fome e desemprego. Dessa forma, partindo do conceito de justiça socioambiental que dispõe que os recursos naturais e os custos de sua exploração devem ser igualmente repartidos por todos os membros da sociedade independentemente de raça ou classe, resta clara a situação de injustiça socioambiental sofrida pelos descendentes da guerra que hoje sofrem com o impedimento de acesso à terra, ao trabalho e sua subsistência.

E, a partir desta constatação, nota-se que apesar de o direito ao desenvolvimento ser reconhecido como um direito humano fundamental, sua concretização depende do reconhecimento do direito à terra e à territorialidade dos povos, pois assim retira-se a terra da categoria de propriedade individual para colocá-la novamente na qualidade de sustentáculo da vida, como fator essencial para permitir o desenvolvimento dos povos e suas culturas. Caso contrário, este direito continuará a ser apenas um marco teórico sem se reproduzir na realidade.

Assim, finalizo este trabalho lembrando que conforme disse Joaquín Herrera Flores, “revoltar-nos é assumir o testemunho da história”, é manter viva a esperança de defesa da vida frente a “nossa perigosa tendência à passividade e ao abandono da luta” (FLORES, 2009, p. 54). Lembrar da Guerra do Contestado é, portanto, lembrar da nossa história e reconhecer as injustiças sociais sofridas até hoje é o primeiro passo para corrigi-las.

REFERÊNCIAS

ANIBELLI, Mariana Baggio. **Contestado: um território socioambiental**. Dissertação (Mestrado em Direito). Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, p. 130, 2009.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

FACHIN, Melina Girardi. **Direito Humano ao Desenvolvimento: Universalização, Resignificação e Emancipação**. Tese (Doutorado em Direito). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, p. 484, 2013.

FLORES, Joaquín Herrera. **A Re(invenção) dos Direitos Humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

FRAGA, Nilson Cesar. **Mudanças e permanências na rede viária do contestado: uma abordagem acerca da formação territorial no sul do Brasil.** Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná, p. 187, 2006.

GILBERT, Jérémie. **Direito à terra como direito humano: argumentos em prol de um direito específico à terra.** Revista Internacional de Direitos Humanos, ed. 18 (p. 121 - 143), 2013

LÖWY, Michael. **Ecosocialismo e planejamento democrático.** Crítica Marxista, n.28 (p.35-50), 2009.

LUDKA, Vanessa Maria. **Contestado, a fome e a pobreza com permanência da guerra: cenários paradoxais no sul do Brasil.** Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, p. 222, 2016.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912 - 1916.** Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, p.498, 2001.

MARÉS, Carlos Frederico; **A função social da Terra.** Porto Alegre; Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.

MARÉS, Carlos Frederico. **Terra mercadoria, terra vazia: povos, natureza e patrimônio cultural.** Revista InSurgência, Brasília: ano 1, vol. 1, n.1. (p 57 -71), jan./jun, 2015.

MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da Reforma Agrária na região do Contestado Catarinense.** Revista Nera, Ano 20, Nº 35, 2017.

RAMMÊ, Rogério Santos. **Da justiça ambiental aos direitos e deveres ecológicos: conjecturas político-filosóficas para uma nova ordem jurídico-ecológica.** Caxias do Sul: Educus, 2012.

SANTILLI, Juliana. **SOCIOAMBIENTALISMO E NOVOS DIREITOS: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural.** São Paulo: Editora Peirópolis, Instituto Socioambiental (ISA) e Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), 2005.

SAQUET, Marco Aurélio. **O desenvolvimento numa perspectiva territorial, multidimensional e democrática.** Resgate - Revista Interdisciplinar de Cultura. Vol. XIX, Nº 21 (p. 5-15), jan/jun, 2011.

SAQUET, Marco Aurélio; BRISKIEVICZ Michele. **Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial.** Caderno Prudentino de Geografia, Nº 31, Vol.1. (p. 3-16), 2009.

SEN, Amartya. **Development As Freedom.** USA: Oxford University Press, 2001.

TERRITÓRIO E TENSÕES DE TERRITORIALIDADES: UM DEBATE SOBRE O PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL DO CONTESTADO

Data de aceite: 23/07/2021

Marcia Chmura

Acadêmica do Curso de Geografia,
Universidade Estadual do Paraná UNESPAR

Diane Daniela Gemelli

Professora Adjunta do Curso de Geografia,
Universidade Estadual do Paraná UNESPAR
União da Vitória

RESUMO: Buscamos a compreensão do território construído a partir do processo de expansão geográfica do capital e, portanto, das relações de poder que se assentam em relações dialéticas, isto é, na manifestação territorial de conflitos/disputas e nas resistências ou r-existências tecidas pelos sujeitos sociais. Inicialmente, apresentamos um breve debate sobre o conceito de território na ciência geográfica e na sequência discutimos as tensões de territorialidades que se erguem no Contestado, sobretudo, a partir do processo de expansão das relações de produção capitalistas. Discutimos os elementos das territorialidades que dão sentido ao modo de vida caboclo e aquelas próprias do sistema do capital. Por fim, indicamos que os processos hegemônicos não se estabelecem sem lutas, resistências e r-existências. Deste modo, o fazer territorial se assenta em conflitos e disputas que se estabelecem a partir de diferentes e contraditórias relações de poder.

PALAVRAS-CHAVE: território, territorialidades, Contestado.

1 | INTRODUÇÃO

Neste artigo objetivamos refletir a respeito de alguns elementos teóricos que dão sentido ao conceito de território na ciência geográfica. Com isso, esperamos trazer à luz a abstração que dá sentido à concretude dos processos de formação territorial no Contestado e que se desdobram em tensões de territorialidades. Já adiantamos que não faremos uma revisão bibliográfica profunda sobre o debate teórico-conceitual, de modo que não é nossa intenção apresentar tudo aquilo que foi construído ao longo do tempo em torno do conceito de território e da polissemia de interpretações existentes. Dito isso, deixamos demarcado nosso ponto de partida para que o/a leitor/a acompanhe o movimento do nosso pensamento, qual seja, a compreensão do território construído a partir do processo de expansão geográfica do capital e, portanto, das relações de poder que se assentam em relações dialéticas, isto é, na manifestação territorial de conflitos/disputas e nas resistências ou r-existências tecidas pelos sujeitos sociais.

Assim, se faz necessária ampliar a compreensão do território, para além de uma mera delimitação, longe apenas do estatuto político-administrativo. O território é, portanto, contradição e movimento, temporalidade e territorialidade, apropriação e dominação. Em vista disso, o território não é palco, cenário,

suporte, limite. O território é condição e imperativo para a existência social, ao mesmo tempo em que é produzido e transformado por relações sociais de poder.

21 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este texto foi construído tendo por base os processos metodológicos traçados no projeto de pesquisa “A formação territorial do Contestado: processos, conflitos e resistências”. Os passos metodológicos se assentam em metodologias qualitativas, envolvendo levantamento bibliográfico, trabalhos de campo e realização de entrevistas com os sujeitos da pesquisa.

Estruturamos a condução teórico-metodológica com a intenção de analisar a formação territorial do Contestado em três eixos de investigativos, sendo: a) os processos de expansão capitalista; b) os conflitos territoriais; c) a construção de resistências. Portanto, partimos do entendimento de que a compreensão da formação do território passa pela dialética de três elementos que se atravessam e que possuem expressão geográfica: relações de poder – conflitos – resistências. Na sequência apresentamos um esquema explicativo que mostra a combinação contraditória (atravessamento) destes processos sociais e que serão discutidos no decorrer do texto, ainda que seja uma análise em construção.

Organizamos este texto em duas partes. A primeira, busca trazer o debate teórico sobre o conceito de território com a intenção de apresentar o debate que sustenta a compreensão dos processos de formação do territorial do Contestado, que serão mais bem discutidos na segunda parte, quando nos debruçamos sobre a análise das tensões de territorialidades.

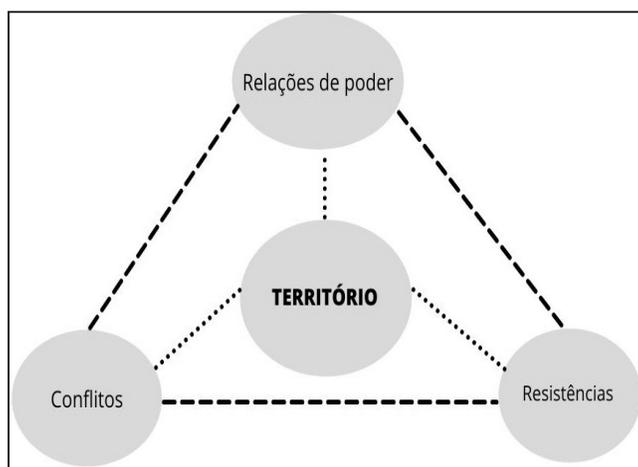


Figura 1. Território: o fazer teórico-metodológico da pesquisa.

Fonte: Gemelli (2021).

3 I ALGUNS ELEMENTOS PARA O DEBATE SOBRE TERRITÓRIO

A primeira consideração que se faz necessária diz respeito ao entendimento de que espaço geográfico e território não são sinônimos, embora o território esteja contido no espaço. Assim, de acordo com Raffestin (1993) o espaço é a realidade inicial dada, isto é “o espaço é a categoria da ordem, e o território é sua materialidade” (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 45), de modo que “usa-se a categoria do espaço quando se quer atingir a compreensão do todo, e usa-se a categoria do território quando se quer apreender um ponto singular do todo” (MOREIRA, 2016, p. 211).

Nesse sentido, Moreira (2016, p. 214) pondera que “toda análise territorial é por princípio uma análise espacial”. No entanto, para o autor, a compreensão do espaço geográfico parte da análise estrutural enquanto o território assenta-se na análise conjuntural. Assim, o autor apresenta o debate sobre estrutura e conjuntura, dizendo que,

[...] entende-se por estrutura o conjunto dos fundamentos centrais de um ente total, como uma sociedade, uma formação espacial ou uma temporalidade da história; por conjuntura, entende-se a manifestação momento a momento do modo existencial da estrutura. [...] Isto significa que toda análise de conjuntura implica ir aos fundamentos seminais da estrutura que reflete, já que toda conjuntura é conjuntura de uma estrutura (MOREIRA, 2016, p. 214).

Portanto, o debate sobre o território que apresentamos neste texto se vincula à análise conjuntural do Contestado que se estabelece a partir de uma condição estrutural, qual seja o processo de expansão das relações de poder e de produção capitalistas. Com isso, “são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território” (OLIVEIRA, 2002, p. 74).

Para Calabi e Indovina (1973, p. 01) “a organização do território não é um prius, mas deriva do capital e do seu processo” e, em vista disso, se fundamenta nas leis gerais de funcionamento do modo de produção e de suas contradições inerentes, quais sejam, a reprodução constantemente ampliada do capital, o processo de separação trabalhadores/as x meios de produção, o conflito capital x trabalho e o monopólio da terra a partir da constituição da propriedade privada. Moreira (2016, p. 217) também adverte que “o espaço e o território são, antes de tudo, um complexo de localizações”, esse entendimento é importante pois comporta a manifestação da totalidade a partir da relação entre universalidade e singularidade, de modo que “ler o território é ler, assim, o espaço a partir das singularidades locacionais de referência” (MOREIRA, 2016, p. 217).

As singularidades que dão sentido ao território precisam ser consideradas como algo em movimento no tempo-espaço e à luz dos grupos sociais que a instituem. Sendo assim, “os territórios não são substâncias a-históricas e que são sempre inventados e, como tais, realizam concretamente os sujeitos históricos que os instituíram” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 161). Dito isso, compartilhamos do entendimento do autor ao

afirmar que sociedade e território são indissociáveis.

É recorrente na literatura que o elo entre sociedade e território se dá por meio das territorialidades tecidas por relações de poder. Para Porto-Gonçalves (2006, p. 179) “os territórios não existem a não ser pelas relações sociais e de poder que os conformam e, assim, sempre afirmam os sujeitos sociais que por meio deles se realizam”. Nesse sentido, de acordo com Raffestin (1993) compreende-se que o território se forma a partir do espaço e ganha sentido por meio de processo de apropriação/produção, isso é, quando os atores/ sujeitos territorializam o espaço, para o autor o território se torna um local de relações que se “inscreve num campo de poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 144), de modo que,

O poder se manifesta por ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que estabelece, os dois polos fazem face ao outro ou se confrontam. As forças de que dispõem os dois parceiros (caso mais simples) criam um campo: o campo do poder. [...] O campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

Raffestin (1993) indica a existência do “Poder” e do “poder”, um com inicial maiúscula que deriva das ações e da soberania do Estado que se manifestam “por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos. “É o poder visível, maciço, identificável” (RAFFESTIN, 1993, p. 52). Neste caso, trata-se da vertente, política ou jurídico-política, apontada por Haesbaert (2004, p. 91), a primeira refere-se “às relações espaço-poder em geral”, enquanto a segunda diz respeito “às relações espaço-poder institucionalizadas”.

Já o poder com inicial minúscula “é parte intrínseca de toda relação” (RAFFESTIN, 1993, p. 52), de modo que “visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas” (RAFFESTIN, 1993, p. 58). Esta concepção se aproxima da vertente cultural, apontada por Haesbaert (2004, p. 91), quando o “território, é visto, sobretudo, como o produto de apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido” e também da vertente econômica, isto é “o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais na relação capital-trabalho” (HAESBAERT, 2004, p. 91).

Entendemos que embora as contribuições de Haesbaert (2004) sejam relevantes para o debate, não é possível, ao menos para o estudo em questão, separar as dimensões cultural e econômica, como se fossem momentos estanques do fazer social e da abordagem territorial. Deste modo, compreendemos que o território se constitui e é constituído pela totalidade das relações sociais e pelo sentido de disputa/conflitos estabelecidos entre as diferentes formas de apropriação e de dominação e, portanto, de manifestação das relações de poder. Sendo assim, o território “é a cena do poder e o lugar de todas as relações” (RAFFESTIN, 1993, p. 58). Nessa perspectiva, Raffestin (1993) associa o território a ideia de trunfo, de vantagem, de possibilidade. De modo que o território é prerrogativa para a

existência social e para a manifestação das diferentes, complexas e contraditórias relações de poder. O território, “é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo de ação dos trunfos” (RAFFESTIN, 1993, p. 59-60).

Haesbaert (2007) também assevera que sob qualquer acepção o território precisa ser analisado vinculado ao poder, conforme pondera o autor não se trata necessariamente do “poder político”, mas do poder enquanto manifestação implícita de práticas de dominação e, portanto, vinculadas ao valor de troca, ou ainda do poder enquanto significado de apropriação, marcado pelo valor de uso e pelas marcas do processo de existência social. Como o próprio Haesbaert (2004, p. 102) indica, “o poder não é um objeto ou coisa, mas uma relação, e que esta relação, ainda que desigual, não tem um ‘centro’ unitário de onde emana o poder”. Nesse contexto é proeminente avançar no debate no sentido de compreender o território enquanto totalidade concreta, movimento contraditório. O território não é palco, não é suporte, não é mera base física.

O território é uma categoria *espessa* que pressupõe um espaço geográfico que é apropriado e esse processo de apropriação - territorialização enseja identidades - territorialidades que estão inscritas em processos sendo, portanto, dinâmicas e mutáveis, materializando em cada momento uma determinada ordem, uma determinada configuração territorial. [...] Estamos longe, pois, de um espaço-substância e, sim, diante de uma tríade relacional território-territorialidade-territorialização. A sociedade se territorializa sendo o território sua condição de existência material (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 230).

Entender o território como condição de existência material e de apropriação social é central para a análise dos processos que conformam o Contestado e que provocam “tensões de territorialidades” (PORTO-GONÇALVES, 2002). Dessa maneira, evidencia-se as contradições do movimento da sociedade e do modo de produção, à medida que o processo de expansão das relações de produção capitalistas coloca uma lógica de existência territorial como superior às demais, condição que denota nas territorialidades em conflito e que se manifestam na forma como grupos com diferentes territorialidades se apropriam da natureza, da terra e como estabelecem as relações sociais.

Embora o autor mencionado pareça colocar num primeiro plano a dimensão material do território, afirma “que os homens e mulheres só se apropriam daquilo que faz sentido; só se apropriam daquilo a que atribuem uma significação e, assim, toda apropriação material é, ao mesmo tempo, simbólica” (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 230). Daí reforçamos a necessidade de compreensão do território enquanto totalidade, sem necessidade de reforçar a todo momento os aspectos materiais ou imateriais, até porque, por certo, estes não se separam de forma estanque, ao contrário, são condição de existência do todo e, portanto, dão sentido, significado e existência real ao território.

Assim, é importante recuperar o raciocínio de Haesbaert (2007, p. 21) à luz das

contribuições de Lefebvre, ao relatar que “enquanto espaço-tempo vivido, o território é sempre múltiplo, diverso e complexo”, isto é, enquanto condição de existência o território é apropriado por diferentes grupos sociais que tecem suas territorialidades numa relação dialética que é, por certo, relacional e temporal.

[...] o território é relacional não apenas no sentido de ser definido sempre dentro de um conjunto de relações histórico-sociais [...] de incluir uma relação complexa entre processos sociais e espaço material [...] o sentido relacional do território é a percepção de que ele não implica uma leitura simplista de espaço como enraizamento, estabilidade, delimitação e/ou fronteira. [...] Justamente por ser relacional, o território é também movimento, fluidez, interconexão – em síntese e num sentido mais amplo, temporalidade (HAESBAERT, 2004, p. 101).

Diante da abordagem relacional do território na qual se inserem as relações e os processos sociais, as diferentes manifestações do poder e a dimensão temporal, acreditamos que a territorialidade expressa tais dimensões e dá sentido real ao território, ao passo que “pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo” (RAFFESTIN, 1993, p. 160). Assim, não existe território sem territorialidade, de modo que “a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral” (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

As territorialidades e, portanto, o território se explica por aquilo que contêm, ou seja, por um conjunto de relações marcadas pelo valor de uso ou pelo valor de troca, por processos de apropriação ou de dominação, pela condição de existência social ou como recurso para a acumulação de capital.

Haesbaert (2007) atesta que o território enquanto valor de uso, múltiplo, diverso e complexo assume uma perspectiva unifuncional quando ordenado pela lógica capitalista hegemônica e, portanto, pela produção de valores de troca. Não se trata de um território homogêneo do ponto de vista da sua forma, mas uma busca pela uniformização das relações, dos processos e dos significados do fazer territorial atribuídos ao movimento expansivo capital, à produção de valores de troca, ao território enquanto trunfo para a reprodução ampliada do capital e a sociedade transformada em força de trabalho. No entanto, ainda que exista um processo hegemônico de manifestação das relações de poder, Haesbaert (2007) nos lembra que o território é conformado pela multiplicidade de poderes provenientes dos múltiplos sujeitos envolvidos. Nessa perspectiva, Santos (2000) refere-se ao território enquanto recurso (sujeitos hegemônicos) e ao território como abrigo (sujeitos hegemonzados).

Assim, “valor de uso e valor de troca não podem ser equivalentes” (RAFFESTIN, 1993, p. 34), e é destas diferentes valorações que decorrem as tensões, os conflitos e as disputas. Portanto, o território é formado no tempo-espaço por relações de poder que decorrem dos processos hegemônicos e por aquelas que provêm das lutas de resistência

ou de r-existência, para tratar de um termo cunhado por Porto-Gonçalves (2006, p. 165) que representa “uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage, a partir de um topoi, enfim, de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico. Na verdade, age entre duas lógicas”.

4 I AS TENSÕES DE TERRITORIALIDADES, O MODO DE VIDA CABOCLO E A EXPANSÃO GEOGRÁFICA DO CAPITAL

As tensões de territorialidades se apresentam no Contestado de forma mais representativa quando do estabelecimento de conflitos territoriais entre territorialidades com componentes valorativos antagônicos. Trata-se, sobremaneira daquilo que compõe, de um lado, o modo de vida caboclo e, de outro, a expansão geográfica do capital. Deste modo, entendemos que diante do fazer das relações de produção capitalistas os conflitos territoriais se constituem enquanto produto e resultado das tensões estabelecidas pela lógica da luta de classes e pelas diferentes racionalidades econômicas expressas nas incompatíveis concepções, por exemplo, dos modos de vida e do capital. Sendo assim, o território se conforma no encontro entre os conflitos e as resistências ou r-existências que se constitui tendo como centralidade as disputas envolvendo o controle da terra-território. Para tratarmos do modo de vida caboclo precisamos nos referir a pelo menos quatro elementos que formam a territorialidade cabocla no Contestado, trata-se da natureza, da terra, do trabalho e da devoção a São João Maria. Como já indicamos anteriormente é fundamental que a análise se dê enquanto totalidade e não na condição de coisas que se manifestam em separado.

Dito isso, entendemos que o modo de vida caboclo representa uma forma de ser e existir no mundo, permeada por relações sociais e de poder constitutivas de valores de uso e que, portanto, possuem expressão territorial por meio da manifestação das territorialidades. Deste modo, é no acesso à natureza (terra-floresta) que se garante a reprodução das relações de trabalho enquanto dimensão concreta da existência social e a devoção a São João Maria se revela enquanto parte desta totalidade, à medida que é um elemento basilar do entendimento do lugar social que a população cabocla ocupava e, até mesmo, de uma leitura e consciência de classe que colocava o acesso à terra-território como condição elementar para a existência e produção da territorialidade cabocla.

Deste modo, em Gemelli (2018) indicamos que a natureza não é mera base geográfica, mas é condição concreta da produção social do território e da existência social dos homens e das mulheres. Para tanto, é fundamental que o conceito de natureza seja ampliado, para que seja compreendido a partir das diferentes relações sociais de poder que se estabelecem temporalmente e que são constitutivas de saberes e epistemes.

Impossível não refletir sobre o mundo caboclo e os sistemas de saber por eles estabelecidos, para fazerem da floresta seu modo de existência. Os alimentos, sobretudo o pinhão, para o consumo humano e de animais, a

colheita e beneficiamento da erva-mate para preparar o mate, bebida que ajudava a aquecer e suportar o frio do planalto no inverno, a madeira que servia para a construção das casas e dos paióis, a lenha e a grimpá/sapé utilizadas para o preparo do fogo, e ainda a fertilidade do solo assegurada pela dinâmica da floresta (GEMELLI, 2018, p. 162).

Diante disso, o modo de vida, a sociabilidade, a existência e, portanto, a territorialidade de caboclos e caboclas dependia da natureza, isto é, da floresta em pé e de tudo aquilo que poderia fornecer. Com isso, a territorialidade cabocla se mostrava incompatível com a territorialidade capitalista, expressa no projeto de exploração madeireira e na apropriação privada da terra implantado pela *Lumber* em coaduno com o Estado brasileiro.

Assim, para a territorialidade cabocla a natureza é extensão das relações sociais que constroem e que garantem a existência social a partir do trabalho e da relação com a terra, ao passo que para a territorialidade capitalista a natureza é vista como recurso, potencial econômico e de mercado, meio de produção a ser dominado por determinados grupos sociais enquanto se nega o acesso a outros. Com isso, respectivamente, o valor de uso e o valor de troca dão sentido às territorialidades ao passo que configuram o território.

Gallo (1999), apresenta os aspectos que consideramos elementares ao modo de vida caboclo e, portanto, à territorialidade cabocla, indica que é regulado por valores que se sustentam no sistema de trabalho comunitário, que gera regras de convívio social caracterizadas pelas noções de justiça e solidariedade, permeadas por conteúdos religiosos.

O Caboclo/Cabocla, como termo e como Ser(es), deve ser compreendido como uma identidade de origem camponesa que se constituiu a partir da mestiçagem étnico-racial entre europeus (espanhóis e portugueses), negros e indígenas. Desta forma, (o) Ser Caboclo/Cabocla na região do Contestado é um estado de espírito, uma herança secular dos habitantes mais originais, podendo ser representado pela forma de falar, de pensar o mundo, de dividir a comida com o próximo, do reconhecimento da figura do Monge João Maria, no aquecer o corpo com uma cuia de chimarrão, no degustar uma quirera com carne de porco, no pinhão assado na chapa ou na grimpá, ser caboclo ou cabocla no Contestado é viver sobre o modo de vida herdado dos antepassados regionais e manter viva a chama da justiça e da bondade, algo tão característico do povo simples contestadense (FRAGA, 2016, p. 38).

Tendo em vista as contribuições dos autores que tratam dos componentes valorativos do modo de vida caboclo, em Gemelli (2018) indicamos que a roça cabocla sintetiza o fundamento da territorialidade da cabocla. Assim, destacamos alguns elementos que se configuram em torno da roça cabocla, tais como, os significados da terra e do trabalho, a produção e o abastecimento de alimentos destinados ao autoconsumo das famílias, da comunidade e à comercialização, a roça que não se separa da criação de animais, muitos deles, como porcos e galinhas criados à solta e que compunham a base da alimentação da população. Além disso, destaca-se a sociabilidade e os laços comunitários construídos a partir do trabalho coletivo, da ajuda mútua e dos mutirões organizados com a colaboração

dos vizinhos.

Nessa combinação de elementos a roça cabocla representava a negação à degradação do trabalho e ao monopólio privado da terra, ou seja, ao trabalho e a terra enquanto valores de troca impostos pela racionalidade da expansão geográfica do capital. Sobre os componentes valorativos da roça cabocla destaca-se a contribuição da sequência.

Em parte alguma da área, devido ao rigor do clima, se plantava mandioca, arroz ou banana. [...] O milho é aqui o centro da lavoura, consorciado ao feijão e por vezes à abóbora e à melancia. Semeia-se em outubro, com o auxílio de chuços que só se distinguem dos paus-de-cavar usados pelos índios por serem providos de uma ponta de ferro. Em terrenos virgens ou muito férteis, o feijão é plantado junto ao milho. A partir de janeiro, pode-se colher o feijão preto grande, mas somente em março é que se tem o feijão verdadeiro. A colheita do milho principia em maio, embora só a façam tão cedo aqueles que tem pressa. Deixadas na roça as espigas até apanhar a geada, depois não ficam sujeitas a gorgulho. Além disto, nem toda gente dispões de paiol bastante. Vai-se tirando do pé à medida das necessidades (VINHAS de QUEIROZ, 1966, p. 28-29).

Ao tratar dos cuidados necessários com o preparo da roça, Vinhas de Queiroz (1996) destaca a importância do *pixuru* ou *puxirão*, “que se configura como definidor do trabalho enquanto valor de uso” (GEMELLI, 2018, p. 188).

Os trabalhos da roçada costumam-se fazer por volta de junho, - o que tem o inconveniente de coincidir com a época mais própria para o corte do mate, porém é o tempo melhor para abater a floresta. Se se trata de uma tarefa abrumadora para um homem só, acontece ao sertanejo de Serra-Acima recorrer, como noutras partes do Brasil, ao trabalho amigo e voluntário dos vizinhos. O auxílio aqui se denomina *pixuru*: vinte ou trinta homens, animados pelo espírito de cooperar, entre ditos chistosos e cantorias, deitam abaixo num só dia, alegremente, coisa como dois alqueires de mata. Deixam de pé as árvores maiores, depois, só no mês de agosto é que se toca fogo em tudo. Setembro se trabalha na enxada, e o chão fica disposto para a sementeira próxima (VINHAS de QUEIROZ, 1966, p. 30-31).

“O ato de trabalhar, para os caboclos e às caboclas, era um momento de ajuda, de risadas e cantorias” (GEMELLI, 2018, p. 188), de modo que adquire centralidade “o imbricamento entre trabalho, diversão e religiosidade, o qual muito mais do que uma reunião de trabalho, era o elemento fundamental de um ambiente complexo, racional e demarcado pela solidariedade e pelo igualitarismo” (TOMPOROSKI, 2013, p. 67-68). Nesse contexto, a religiosidade não se separa dos demais elementos do modo de vida e das territorialidades caboclas. Auras (2001, p. 47) se refere a práxis religiosa enquanto “possibilidade concreta pela qual o rebelde de Serra Acima, poderia dar vazão ao seu protesto e marcar sua presença efetiva, ainda que momentânea, no interior do quadro de correlação de forças localmente em vigor”. Para a autora o discurso proveniente desta representação religiosa dava conta de explicar as relações sociais nas quais se inseriam o mundo caboclo e aquilo que chamamos de tensões de territorialidades.

Os caboclos e as caboclas, cansados, desacreditados, e imbuídos de um sentimento de revolta pelos abusos que sofriam, uniram-se na crença do catolicismo popular, aderindo às pregações do monge São José Maria, que os incentivou a lutar pelos seus direitos – a fé inabalável se constituiu como fator de coesão popular camponesa que os manteve em guerra civil durante quatro anos (FRAGA, 2016, p. 32).

A ruptura das territorialidades caboclas se dá com a expansão das relações sociais e territorialidades próprias ou que compõe a racionalidade contraditória do modo de produção capitalista, de modo que “a crescente importância econômica da terra exigiu o avanço da institucionalização da propriedade privada. Nesse processo, não havia lugar para o caboclo-posseiro” (AURAS, 1991, p. 227). Fraga (2006) indica o rompimento do mundo de livre como sendo o embate ou a as tensões de territorialidades que se manifestam no Contestado. Com isso, o ponto de inflexão ou a mudança de sentido se dá com

[...] o rompimento do mundo livre do período colonial e imperial (a terra e a vida) para um mundo de controle social e espacial em conformidade com a nascente República Federativa do Brasil. Diferentemente do século XIX, o XX marcará o advento da República e dos donos da(s) terra(s), que estabelecerão controle, imposto pelo poder político de então, exercendo um domínio regional que teve por base ideias “de fora” e modernas (FRAGA, 2006, p 27-28).

Os processos territoriais que provocam as tensões de territorialidades envolvem a construção de uma ferrovia que passou a ligar Itararé (SP) à Santa Maria da Boca do Monte (RS). Para viabilizar a construção desse eixo ferroviário o governo brasileiro concedeu à empresa que adquiriu o direito de construção, *Brazil Railway Company*, 15 quilômetros de terras para cada lado da linha tronco, dando o direito da exploração da erva-mate e dos pinheirais nativos, seguindo-se com a venda de lotes/colônias a imigrantes europeus.

Para se apropriar do potencial de mercado dos maciços florestais existentes, a *Brazil Railway Company*, comandada pelo Grupo do norte-americano Percival Farquhar, cria uma empresa acionária, a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, que instala madeireiras/serrarias onde hoje são os municípios catarinenses de Três Barras e Calmon e, como lembra Vinhas de Queiroz (1966), a partir de 1915, organiza em lotes e começa a vender a colonos estrangeiros terrenos ao longo da estrada de ferro, depois que deles tinham sido expulsos os posseiros e antigos proprietários, que em grande medida era a população cabocla que há gerações habitava o território Contestado.

Para se estabelecer a Lumber precisou de terras vazias, e estas terras não eram um “sertão inabitado”, como se propalava. Construída a ferrovia, era preciso retirar das terras concedidas ao Grupo Farquhar, homens e mulheres que nelas viviam há décadas. Para isso, a Lumber constituiu o que foi denominado de “Corpo de Segurança”, que teve um papel decisivo na expulsão/desterreamento dos caboclos e das caboclas que habitavam as terras concedidas, enquanto parte do pagamento pela construção da ferrovia. A empresa ainda exerceu papel importante no processo de limpeza étnica, que continuou no pós-guerra com as ações dos “esquadrões da morte”,

consistindo na desagregação/desestruturação do modo de vida caboclo pela incorporação do imigrante europeu (GEMELLI, 2018, p. 107).

As tensões de territorialidades apresentam seu ápice no deflagrar da Guerra do Contestado (1912-1916), que resultou na afirmação das territorialidades hegemônicas em detrimento a quase eliminação do povo caboclo, ainda que isso não tenha se dado sem lutas, resistências, r-existências e algumas vitórias da população cabocla durante os quatro anos do conflito com o Exército brasileiro. Assim, as terras onde se estabeleciam a reprodução do modo de vida e as territorialidades caboclas passam a ter outro componente valorativo associado aos objetivos da reprodução ampliada do capital.

No pós-guerra, a expressão territorial das territorialidades capitalistas se materializa na terra enquanto monopólio/direito exclusivo de alguns sujeitos/empresas, no trabalho enquanto significado do valor de troca, e, portanto, na separação homem/mulher-natureza que indica a ruptura entre trabalho concreto e meios de produção e entre terra-território enquanto centralidade para a existência social da população cabocla. Deste modo, as tensões de territorialidades resultam naquilo que Gemelli (2018, p. 26) entende como processo de degradação da natureza e do trabalho “enquanto premissa da (com)formação territorial do Contestado [...] elemento/fenômeno do movimento sociometabólico da expansão geográfica do capital no Território Contestado”.

Ao passo que a terra é regulada por outros preceitos, ou seja, pela propriedade privada, pelo direito jurídico e não pelo sentido da vida, se estabelece o significado da degradação da natureza e do trabalho no Contestado, que, portanto, não se caracteriza como um fenômeno recente, tão pouco dissociado, ou seja, a apropriação capitalista da natureza provoca também a apropriação do trabalho enquanto mercadoria, de modo, que a transformação do trabalho concreto em trabalho abstrato ocorre associada à degradação da natureza por meio da terra mercadificada (GEMELLI, 2018, p 28-29).

Portanto, entendemos que as transformações territoriais que ocorrem no Contestado, com mais ênfase, a partir dos processos que provocam a Guerra do Contestado, fazem parte de um contexto mais amplo que tem por objetivo a expansão geográfica do capital. O fundamento que está na centralidade destes processos é o controle da terra-território, a partir de diferentes configurações do mundo vivido que adquirem sentido e significado embasados nas territorialidades de apropriação ou de dominação.

Deste modo, tais processos não ficam restritos à Guerra. Ao passo que são desdobramentos da universalidade das relações de produção capitalistas se estendem ao longo do tempo-espço, no pós-guerra e na atualidade. Com isso, queremos dizer que o território Contestado passou e tem passado por transformações, por disputas e por conflitos que contribuem para explicar sua formação a partir do estabelecimento das territorialidades e das tensões existentes que são dadas pelos contraditórios elementos valorativos.

Dito isso, podemos indicar que um elemento importante que tem levado a transformação do território Contestado e o estabelecimento de tensões de territorialidades

tem sido a territorialização e expansão das monoculturas, especialmente das florestas artificiais de pinus. O fundamento permanece centrado nas disputas pelo controle da terra-território, que se desdobra na concentração fundiária, na negação à terra-território para um conjunto de sujeitos sociais e na impossibilidade de estes reproduzirem seus modos de vida.

Em contrapartida, nenhum processo se faz hegemônico sem tensões. As lutas, resistências e r-existências continuam, contraditoriamente, explicando o fazer territorial no Contestado. Há outras configurações territoriais possíveis, como aquelas tecidas por sujeitos sociais, homens e mulheres, que lutaram e lutam por um pedaço de terra e que se organizaram e organizam em acampamentos e assentamentos de reforma agrária ou ainda aquelas construídas pelo campesinato ou por demais grupos sociais que se reconhecem como povos e comunidades tradicionais e que veem na terra um fundamento para manutenção da vida em suas múltiplas dimensões, para a produção de alimentos e para a existência social.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo nos propusemos em debater alguns elementos que envolvem a formação territorial do Contestado, para tanto apresentamos nosso entendimento sobre o conceito território, vinculado à dialética das relações de poder que se manifestam em conflitos e processos de resistência. O território é um todo em movimento, sendo a expressão da sociedade em movimento e dos constantes embates no estabelecimento de territorialidades e de processos de territorialização.

Diante disso, a dimensão temporal se mostra essencial para a análise e compreensão da formação territorial, que é algo sempre em construção a partir das manifestações das relações de poder, entendidas a partir das contribuições de Porto-Gonçalves (2006) naquilo que denomina de “tensões de territorialidades”. Nesse sentido, apresentamos alguns contornos da territorialidade cabocla e da territorialidade do capital, destacando os elementos valorativos contraditórios e que se expressam, respectivamente, nos sentidos e significados territoriais do valor de uso e do valor de troca, sobretudo, naquilo que concerne a apropriação ou dominação da terra-território.

Entendemos que as tensões de territorialidades se apresentam, sobremaneira, no Contestado a partir da ruptura do modo de vida da população cabocla ocasionado por um conjunto de processos vinculados à ordem hegemônica do capital e que se manifestam na expansão geográfica das relações de produção capitalistas que denotam ao início do século XX, tais como: a construção de um eixo ferroviário, a concessão das terras de posse à exploração madeireira e aos projetos de colonização e a expulsão da população cabocla da terra-território. Estes processos levaram a eclosão da Guerra do Contestado (1912-1916), provocando profunda transformação territorial e a quase eliminação da população cabocla.

As tensões de territorialidades atravessam as diferentes transformações territoriais que se manifestam no Contestado no pós-guerra e na atualidade. Os conflitos por terra-território permanecem e as expressões das diferentes territorialidades continuam conformando o fazer territorial. Ainda que existam processos hegemônicos em torno da dominação da terra, dialeticamente também comparecem as resistências tecidas pelos sujeitos sociais que herdaram o modo de vida dos caboclos e das caboclas e que veem na terra-território uma condição de existência social e de reprodução do modo de vida marcado pela relação sociedade-natureza cheia de sentidos e significados no que diz respeito à vida em suas múltiplas determinações e às dinâmicas socioeconômicas e socioculturais.

Por fim, enfatizamos que estas reflexões são parte de um projeto de pesquisa que se propõe em compreender o processo de formação territorial do Contestado a partir do descortinamento dos processos de expansão capitalista, dos conflitos territoriais e da construção de resistências. Assim, outras reflexões devem se somar à essa para que possamos compreender a formação do território Contestado enquanto totalidade contraditória da manifestação das relações sociais de poder no tempo-espço.

AGRADECIMENTOS

À Fundação Araucária (FA) pelo financiamento destiando à execução do projeto de pesquisa “A formação territorial do Contestado: processos, conflitos e resistências”, submetido ao Edital: CP 20/2018 PPP - Programa de Infraestrutura para Jovens Pesquisadores Programa Primeiros Projetos – PPP (Convênio CNPq/Fundação Araucária), Chamada Pública 20/2018, e firmado no Convênio 058/2020 - FA/Unespar.

REFERÊNCIAS

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado**: a organização da Irmandade Cabocla. 4ª edição. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

AURAS, Marli. **Poder oligárquico catarinense**: da Guerra dos “Fanáticos” do Contestado à “opção pelos pequenos”. (Tese de Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991.

CALABI, Donatella.; INDOVINA, Francesco. Sobre o uso capitalista do território. In: **Archivio di studi urbani e regionali**. Veneza, anno IV, n. 2, junho 1973. (Mimeografado)

FRAGA, Nilson Cesar. **Mudanças e permanências na rede viária do Contestado**: Uma abordagem acerca da formação territorial no Sul do Brasil. (Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

FRAGA, Nilson Cesar. A guerra do contestado como crime contra a humanidade: o direito à terra e à vida - (in)certezas sobre o mundo caboclo. In. FÖETSCH, Alcimara Aparecida; GEMELLI, Diane Daniela; Buch, Helena Edilamar Ribeiro (org.). **Geografia do Contestado: 50 anos de fazer Geográfico**. Curitiba: Íthala, 2016.

GALLO, Ivone Cecília D'Ávila. **O Contestado**: o sonho do milênio igualitário. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

GEMELLI, Diane Daniela. **“Onde planta o pinus não dá mais nada”**: degradação da natureza e do trabalho no Contestado e a necessidade da reunificação homem/mulher-natureza (terra-trabalho). (Tese de Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.

HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do território. In: Ribas, Alexandre Domingues; Sposito, Eliseu; Saquet, Marco Aurélio (Org.). **Territórios e Desenvolvimento**: Diferentes Abordagens. Francisco Beltrão: Editora da UNIOESTE, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia** (UFF), v. 17, p. 19-45, 2008

MOREIRA, Ruy. **A geografia do espaço-mundo**: conflitos e superação no espaço do capital. 1. Ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.) **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da Geografia às Geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: Ana Esther Ceceña; Emir Sader. (Org.). **La guerra infinita**: hegemonía y terror mundial. Buenos Aires: Clacso, 2002,

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECENA, Ana Esther. **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: Clacso. 2006. p. 151-197.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS, Milton. O papel ativo da geografia: um manifesto. **Anais XII Encontro Nacional de Geógrafos**, Florianópolis, 2000.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**: Limites explicativos, Autocrítica e Desafios teóricos. (Tese de Livre Docência em Geografia do Trabalho). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **O polvo e seus tentáculos**: A *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* e as transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940. (Tese de Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. **Messianismo e conflito social**: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916). – Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: O RETRATO DE UMA REALIDADE A SER ENFRENTADA

Data de aceite: 23/07/2021

Andrea Alves Cavalet

Assistente Social, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe UNIARP
Caçador

Hillevi Maribel Haymussi

Professora do curso de Serviço Social,
Universidade Alto Vale do Rio do Peixe
UNIARP
Caçador

RESUMO: O presente artigo faz a exposição de pesquisa efetivada em instituições da cidade de Caçador/SC, sobre o cometimento de violência contra as mulheres, objetivando analisar tal ocorrência entre os anos de 2018 a 2020. Para o desenvolvimento deste trabalho, utilizou-se a pesquisa de campo, bibliográfica e documental com o objetivo de fazer referência a temas que envolvem a temática violência contra a mulher, elegendo-se a pesquisa qualitativa na perspectiva do método crítico dialético, com a utilização de recursos quantitativos, para a aplicação do estudo. Para a coleta de dados, utilizaram-se dados documentais das instituições Associação Maria Rosa (AMAR), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), e Delegacia de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso (DPCAMI). No período estudado, ano de 2018 a julho de 2020, por meio dos dados institucionais, constatou-se um número elevado de ocorrências de violência contra as mulheres praticados por pessoas

próximas, ou seja, aquelas que criaram vínculos com elas, transformando o vínculo de uma relação afetiva, em violência. Em Caçador, no período pesquisado, totalizaram-se 1.563 casos de violência contra a mulher. Os tipos de violência mais evidenciados são ameaças seguidas de agressões físicas e psicológicas.

PALAVRAS-CHAVE: Violência. Violência contra a mulher. Caçador.

1 | INTRODUÇÃO

A questão central orientadora da presente pesquisa foi analisar sobre o cometimento de violência contra as mulheres na cidade de Caçador por meio de uma investigação realizada em instituições da cidade de Caçador, de janeiro de 2018 a julho de 2020, estabelecendo um perfil dessas mulheres e analisando as principais formas de violência.

Aqui, a questão da violência já se evidencia desde os tempos iniciais de seu surgimento, como se pode exemplificar a partir da Guerra do Contestado, momento no qual se passou a criar uma cultura de dominação e de exploração, que, também, afetou as mulheres. Essa cultura permeada de valores, igualmente as influências, pois muitas delas ainda vivem sob o sentimento de medo, permanecendo submissas aos homens. Mas, nesse processo histórico que é sempre carregado de contradições, surgiu uma grande mulher chamada Maria Rosa, que desempenhou o papel de liderança entre os

sertanejos, desmistificando, em sua época, a submissão das mulheres aos homens. Esta mulher emprestou seu nome a uma das únicas instituições de Santa Catarina que acolhe vítimas de violência: a Associação Maria Rosa (AMAR) de Caçador, que se destaca em seu trabalho pioneiro na região.

O interesse em elaborar o trabalho com esta temática iniciou-se em 2018 quando da elaboração de projeto de pesquisa para o artigo 170 (bolsa de estudo de pesquisa), oportunizado pelo Governo do Estado de Santa Catarina através da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). Sob diversas formas, a violência contra as mulheres sempre esteve presente, em menor ou maior intensidade, em todo o processo histórico da sociedade. Apesar de muitos avanços conquistados na sociedade em relação aos direitos da mulher, muitos, na sociedade, ainda vêm como responsável pelas agressões à própria mulher. Assim sendo, apontou-se como problema desta pesquisa: quais as violências evidenciadas contra mulheres na cidade de Caçador/SC no período de janeiro de 2018 a julho de 2020? Percorrendo-se como objetivo geral, analisar a violência contra a mulher na cidade de Caçador entre os anos de 2018 a 2020. A contribuição que este trabalho trará para a sociedade é extremamente positiva, pois a pesquisa dessa natureza comprovou os índices verificados no município, servindo de base aos setores do município que promovem ações e políticas públicas à prevenção.

Uma das manifestações, que remonta aos tempos iniciais da civilização, e que se acentua nos últimos séculos, é a violência contra a mulher. Essa é consequência das desigualdades sociais que refletem o modelo econômico e político que se estabelece na sociedade. Assim, desenvolver uma análise crítica sobre a situação da violência contra as mulheres é uma ação política, em que a preocupação, para além do eu, é com o mundo, com o mundo das mulheres, é falar dos grilhões que as aprisionam. As mulheres, desde os tempos mais remotos, sofreram grandes restrições no tocante à forma como foram tratadas, muitas vezes, como anomalia ou como um ser inconcluso. À mulher, nesses tempos, era incumbida a função destinada a cuidar da casa, da família, cuidar do marido e de reprodução. De acordo com Bacelar (2018),

a mulher era um ser destinado à procriação, ao lar, para agradar o outro. Durante o desenvolvimento das sociedades, a história registra a discriminação homem-mulher, principalmente em relação à educação. Ao atribuir aos homens a condição de donos do saber e às mulheres o papel feminino, subordinado ideologicamente ao poder masculino, a história vem salientar as desigualdades (BACELAR, 2018, p. 16).

No que se refere à violência contra a mulher, o artigo 2 da Convenção de Belém do Pará (1994, p. 1) assim se posiciona:

entende-se que a violência contra a mulher abrange a violência física, sexual e psicológica:

a. ocorrida no âmbito da família ou unidade doméstica ou em qualquer relação interpessoal, quer o agressor compartilhe, tenha compartilhado ou não a sua

residência, incluindo-se, entre outras formas, o estupro, maus-tratos e abuso sexual;

b. ocorrida na comunidade e cometida por qualquer pessoa, incluindo, entre outras formas, o estupro, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, seqüestro e assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais, serviços de saúde ou qualquer outro local; e

c. perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra.

No Brasil, em 2006 promulgou-se a Lei Maria da Penha nº 11.340, a qual entrou em vigor no dia 7 do mês de agosto. Esta lei veio assegurar às mulheres brasileiras direitos contra a violência praticada contra elas. A Lei Maria da Penha (2006, p. 1), em seu capítulo I: da violência doméstica e familiar contra a mulher, explana sobre como se configura a violência contra a mulher, sendo:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: (Vide Lei complementar nº 150, de 2015)

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.

Antes da existência Lei Maria da Penha a mulher vivenciava/aturava diversas agressões diárias, mesmo já existindo, à época, lei para defender o direito dos cidadãos, entretanto não existia uma lei específica para defender o direito das mulheres. Conforme a Lei Maria da Penha nº 11.340 (2006, p. 1) no seguinte artigo se estabelece:

art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

No processo evolutivo da sociedade, as mulheres começaram a tomar consciência

de si e de seu papel, de sua escravidão e iniciam processos de organização. A organização das mulheres, enquanto movimento feminista, surgiu na América do Norte/Estados Unidos na década de 1960. Após esse período, o movimento se expandiu por todo o Ocidente com um discurso de libertação da mulher e de emancipação (MARQUES; XAVIER, 2018). De acordo com Rodrigues e Costa (2015),

no século XX, o movimento feminista se espalhou pelo mundo com manifestações como: queima de sutiãs em praça pública e libertação da mulher com a criação da pílula. Multiplicaram-se as palavras de ordem: “Nosso corpo nos pertence!” “O privado também é político!” “Diferentes, mas não desiguais!” (COSTA, 2015, p. 6)

Embora muitas lutas e esforços de mulheres, grupos organizados da sociedade civil tenham conquistados direitos no mundo todo, o número de agressões tem aumentado assustadoramente. Muitas são as autoras que têm se debruçado sobre a relação da violência contra a mulher e o patriarcado, em especial, dentre outras, Heleieth Saffioti (1987; 1992a; 2004b), autora brasileira. Afirma Neto (2019) que,

patriarcado vem da combinação das palavras gregas pater que significa pai e arkhe que significa origem ou comando. A palavra “patriarcado” traduz-se literalmente a autoridade do homem representada pela figura do pai (NETO, 2019, p. 1).

No gênero feminino, significa dominação do homem sobre a mulher, essa ser submissa àquele, havendo desigualdades nos espaços sociais, principalmente na relação familiar (MIGUEL, 2017). De acordo com Balbinotti (2019, p. 242), “o termo designa também toda estrutura social que nasça do poder do pai”. Afirmando essa argumentação, Saffioti (2016) escreve que o patriarcado está a serviço da classe dominante e de seus interesses, sendo construído historicamente e ligado à opressão das mulheres nas sociedades atuais.

Esses aspectos presentes na realidade se entrelaçam com a violência contra mulheres, pois o sistema capitalista as desfavorece, os homens persistem no patriarcalismo, gerando a opressão sobre elas e muitas ficam dependentes financeiramente por não trabalharem, sendo por desemprego, cultura, por obrigação do companheiro ou outras expressões da questão social. Dessa forma, aceitam a violência contra si, pois não têm condições de se separarem, realidade que acomete, igualmente, mulheres de família burguesa, as quais não querem dividirem o patrimônio mantendo o status familiar (MONTEIRO, 2019). Para Saffioti (2004, apud SILVEIRA; COSTA, 2019), a dominação patriarcal e a exploração capitalista não se separam, pois

[...] destaca que, apesar dos progressos femininos na busca por emancipação, a base material do patriarcado não foi destruída. A despeito dos avanços femininos na conquista dos espaços públicos e de uma divisão de papéis mais igualitária no espaço doméstico, a mulher ainda é a principal responsável pelos cuidados com o lar e com a criação dos filhos. A ideologia patriarcal continua bastante enraizada no imaginário coletivo. Por isso, muitos homens têm dificuldade de assimilar funções no âmbito familiar que culturalmente

são destinadas às mulheres. Ao mesmo tempo, as mesmas encontram empecilhos na conquista de espaço no âmbito público. São discriminadas, menosprezadas e julgadas (SILVEIRA; COSTA, 2019, p. 2).

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A investigação realizada teve como suporte teórico/metodológico investigativo o método crítico dialético. De acordo com Netto (2009), quando se começa a defrontar com um objeto de estudo com o real aparente, o cientista visualiza as mediações, suas diversas determinações e vai reconstruindo o objeto por processos de abstração, de racionalidade. A imediaticidade, o fenômeno aparente, é assim pensado, desmontado e entendido em suas relações para reproduzi-lo como concreto pensado (NETTO, 2011).

Os procedimentos metodológicos não se dividem em etapas isoladas, mas representam a organização, a forma/planejamento do que será pesquisado. Pode-se explicitar a unidade possível em processo, que se deram na forma de aproximações: Revisão bibliográfica e construção das primeiras categorias teóricas que respaldarão as análises; Identificação das instituições receptoras de denúncias de violência contra a mulher; Solicitação de permissão nessas instituições para acompanhamento das informações e declaração de sigilo de proteção de nomes e termo de consentimento; Elaboração de planilhas para coleta de dados; Reuniões constantes entre acadêmica e professor orientador; Obtenção de dados de acordo com o estabelecido nos objetivos; Seleção, análise e interpretação dos dados; Elaboração de sínteses.

A parte de pesquisa de campo relaciona-se à obtenção de dados documentais fornecidos por instituições de Caçador que atendem a casos de violência contra a mulher. Obtiveram-se tais dados mês a mês, no período de 2018 a julho de 2020, sendo estruturados e tabulados com o intuito de permitir a análise estatística/quantitativa. Por fim, analisaram-se e confrontaram-se os dados obtidos com os elementos teóricos, que permitiram tecer análises dos dados alcançados em uma realidade específica com realidades mais generalizantes.

Já os objetivos específicos foram: identificar o número de casos verificados de violência contra a mulher no CREAS, na AMAR e na DPCAMI entre os anos 2018 a julho de 2020; identificar o perfil das mulheres acometidas de violência; identificar quais as violências mais ocorridas nas instituições; e, identificar quem são os violadores e sua faixa etária.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em Caçador, no período pesquisado, 2018, 2019 e 2020, totalizaram-se 1.563 casos de violência contra a mulher. No ano de 2018, houve 1.212 casos de violência, sendo que, nesta totalização, 249 foram mulheres atendidas pela psicóloga na DPCAMI, atendidas no

CREAS e acolhidas na AMAR; 963 foram boletins de ocorrência efetivados durante o ano, sendo analisados separadamente. No ano de 2019, registraram-se 227 casos de mulheres vítimas de violência atendidas pela psicóloga na DPCAMI, atendidas no CREAS e acolhidas na AMAR, sem se coletarem os boletins de ocorrência. De janeiro a julho no ano de 2020, houve 124 casos de mulheres que registraram boletins de ocorrência na DPCAMI, sendo atendidas no CREAS e acolhidas na AMAR. Ressalta-se que, a diferença discrepante de totalizações: 2018: 1.212; 2019: 227; e, janeiro a julho de 2020: 124, deve-se ao fato de que em 2018, a forma como foram coletados os dados diferencia-se de 2019, onde neste ano de 2019 não foram considerados os boletins de ocorrência, e sim, o material que foi disponibilizado pela DPCAMI, ou seja, apenas os atendimentos registrados pela psicóloga. Em 2020, considerado os meses, somente de janeiro a julho.

De acordo com os dados apontados na pesquisa, o número de casos verificado de violência contra a mulher em Caçador, em 2020, nos meses de fevereiro, março e maio, aumentou se comparado aos mesmos meses de 2019. Relacionando esses dados com os dados nacionais publicados, notam-se dados contraditórios. Por exemplo, dados publicados por Veneral (2020) referenciam que:

Em tempos de pandemia, os números de violência doméstica cresceram ainda mais, o que é motivo de preocupação para os estados e para o Governo Federal. De acordo com dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH), houve um aumento médio de 14,1% no número de denúncias feitas nos primeiros quatro meses de 2020 em relação ao ano passado. No entanto, o mês de maior destaque foi abril, que, comparado ao mesmo mês no ano passado, teve 37,5% de aumento (VENERAL, 2020, p. 1).

Já a autora Schuengue (2020),

Apesar do aumento do número de casos, os dados mostram redução no número de denúncias, seja por receio da mulher em denunciar, diante da proximidade do agressor, ou por medo de descumprir as medidas de isolamento social. Esses dados, que demonstraram redução das denúncias, preocuparam autoridades de diversos países, e medidas foram tomadas para facilitar a realização de denúncias e proteger as mulheres de episódios de violências. Em países como Itália, Espanha e França, o governo destinou quartos de hotéis para servirem de abrigo temporário para mulheres vítimas de violência, permitindo que estejam seguras e isoladas. Alguns aplicativos foram adaptados para realizarem denúncias, inclusive o whatsapp (SCHUENGUE, 2020, p. 1).

Verifica-se que o período de maior ocorrência de casos de violência contra a mulher em Caçador foi o ano de 2018. Se comparados os dados colhidos no ano de 2020 nos meses de janeiro a julho em relação a 2019 e a 2018, nos mesmos meses, percebe-se que, também, houve uma diminuição de casos de violência contra a mulher.

Em relação ao perfil das mulheres vítimas de violência, nos anos 2018 e 2019, o estado civil correspondeu ao maior número de vítimas como amasiadas, e, no ano de 2020, como solteiras. Houve um aumento expressivo no estado civil casada das mulheres no ano

de 2020, o que se pode atribuir ao isolamento social devido à incidência da pandemia. Em relação ao estado civil amasiada, os números foram constantes nos três anos pesquisados. No ano de 2020, os estados civis evidenciaram-se predominantemente em relação aos anos anteriores. Em relação à faixa etária, em 2018, 2019 e 2020, nas mulheres vítimas de violência, apresentou-se maior concentração entre 14 a 29 anos, sendo que a faixa etária em que há mais ocorrências indica entre 14 a 61 anos.

Os tipos de violência mais registrados são a ameaça seguida da violência psicológica e física, verificando-se, também, a patrimonial, a moral e sexual. Em 2020, aparecem nos dados três tipos de violência não constatados nos dados pesquisados em 2018 e 2019, quais sejam vias de fato, perturbação da tranquilidade e maus tratos. A ameaça de acordo com o Código Penal, é “ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave” (BRASIL, 1940, p. 1). Esse tipo de violência foi a mais evidenciada durante os três anos seguida da violência física, psicológica e moral. Nos boletins de ocorrência da DPCAMI, em muitos, constava que a ameaça ocorre por motivos de o ex não aceitar o término do relacionamento. De acordo com Souza (2016),

São muito comuns os relatos de homens que não aceitam o fim do relacionamento e terminam perseguindo suas ex-companheiras, ligando insistentemente, fazendo postagens abusivas em redes sociais, procurando conhecidos, indo até seus locais de trabalho (SOUZA, 2016, p. 1).

A violência sexual pode ocorrer em qualquer situação, mas em todas as suas formas a mulher é obrigada, forçada ao ato. Ressalta-se que a violência sexual, a qual é muito evidenciada em outras regiões do país, aqui em Caçador, apresentou baixa expressividade. Será que não ocorre ou não é denunciada? De acordo com Lourenço (2008, p. 18), “na maioria das vezes, estas violências não ocorrem de maneira isolada, mas sim concomitantemente, sendo praticado mais de uma violência ao mesmo tempo”. O número de violência é maior do que o número de casos, pois uma mulher sofre vários tipos de violência.

Nos anos de 2018 e de 2019, evidenciou-se maior número de violadores concentrando-se na figura do ex-amásio, seguido pelo amásio, marido e ex-marido. Já no ano de 2020, o maior número de violadores concentrou-se nos ex-maridos e maridos, isso também, talvez, pela proximidade do isolamento social devido à pandemia. Mas houve um aumento significativo do agressor filho. Em 2019 e 2020, a faixa etária mais identificada dos violadores, foi de 30 a 45 anos, seguida de 14 a 29 anos e de 46 a 61 anos. Pelos dados apontados, há uma evidência maior de agressores como sendo pessoas que são do convívio das mulheres vitimizadas, próximas às vítimas e da família. Também, de acordo com Safiotti (2004),

Na família, na escola e em outras instituições ensinam-se as crianças a não aceitar convites, doces e outros presentes de estranhos. Raramente uma mulher, seja criança, adolescente, adulta ou idosa, sofre violência por parte de estranhos. Os agressores são ou amigos ou conhecidos ou, ainda, membros da família. Isto é muito claro em casos de abuso sexual, crime no

qual predominam parentes. Na violência de gênero, teoricamente podendo ter como agressor tanto homem como mulher, na prática a prevalência é, com uma predominância esmagadora, de homens, parentes, amigos, conhecidos, raramente estranhos (SAFIOTTI, 2004, p. 92).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a violência contra a mulher na cidade de Caçador/SC entre os anos de 2018 a julho de 2020 diante do problema proposto: quais as violências evidenciadas contra mulheres em Caçador? Para se chegar ao objetivo proposto, realizou-se pesquisa de campo em instituições de Caçador receptoras de casos de violência contra a mulher. Nessas, no CREAS, na AMAR e na DPCAMI, coletaram-se os dados entre os anos de 2018 a julho de 2020, mês a mês, por meio das informações institucionais.

A metodologia proposta se mostrou adequada e suficiente para efetivar todos os procedimentos almejados. Os dados em consonância com os objetivos específicos foram quantificados e analisados qualitativamente, proporcionando a visibilidade da violência cometida contra as mulheres na cidade de Caçador, ou seja, que ela se manifesta de forma contundente, sendo muito expressiva para uma cidade que possui uma estimativa de quase oitenta mil pessoas, sendo as mulheres “50.48% da população” (CAÇADOR ONLINE, 2010, p.1).

A pesquisa se limitou a três instituições com casos notificados, mas os estudos e pesquisas apontam que muitas mulheres se calam diante das violências sofridas, especialmente se o agressor for uma pessoa da família, o que foi comprovado pela pesquisa. As formas de violência cometidas contra as mulheres mais encontradas confirmam aquelas apontadas pela literatura, isto é, ameaça, violência psicológica, física e patrimonial, sendo as mais evidenciadas na pesquisa. Tais violências têm motivações de duas ordens: social e individual. Entre as mulheres vítimas de violência, evidenciou-se pela pesquisa que elas se encontram numa faixa etária muito jovem, embora tenha havido notificações na faixa etária de mais idade. Esta pesquisa demonstrou que a realidade tão divulgada nas mídias sociais, em jornais, em debates sobre a violência cometida contra as mulheres no mundo e no Brasil, também é evidenciada em uma cidade de médio porte, como Caçador.

Em relação às limitações da pesquisa, no seu desenvolvimento, deparou-se com algumas questões que, de certa forma, interferiram no processo de coleta de dados. Dentre essas, faz-se necessário destacar: no decorrer da coleta de dados, percebeu-se que alguns boletins de ocorrência de violência contra a mulher encontravam-se duplicados, ocasionando um erro na contabilização estatística, conforme afirma pela delegada Patrícia Zimmermann (2020 apud RABELO, 2020, p.1), “os dados usados até o ano passado não eram precisos porque havia duplicidade. A mesma ocorrência registrada na Polícia Civil,

muitas vezes também era registrada na Polícia Militar”.

No ano 2018, os dados coletados na DPCAMI foram obtidos através dos dados repassados pela psicóloga, de seu atendimento às mulheres vítimas de violência e os de boletins de ocorrência com apenas algumas informações para analisá-los separadamente. No ano 2019, os dados coletados na DPCAMI obtiveram-se por meio dos dados repassados pela psicóloga, de seu atendimento às mulheres vítimas de violência, sem os boletins de ocorrência. No ano 2020, os dados coletados na DPCAMI foram obtidos através dos boletins de ocorrência, realizando-se leitura de cada boletim. Percebe-se que, em cada ano, os dados da DPCAMI foram repassados de forma diferente.

Além disso, no período de obtenção dos dados, na DPCAMI, observou-se algumas lacunas pelo fato de que os boletins poderiam ser mais bem organizados para evitar duplicidade de dados, observando-se, em alguns casos, incoerências entre o que foi relatado e o que foi constado no boletim como tipo de violência. Nesses casos, há uma diferença entre a totalização de dados obtidos através dos boletins de ocorrência, contrapondo-se ao depoimento relatado por quem atendeu a vítima e o próprio depoimento dessa. Na AMAR e no CREAS, as mulheres que são atendidas realizam o boletim de ocorrência na DPCAMI, portanto, duplicam-se os dados na somatória dos dados coletados na DPCAMI, AMAR e CREAS. Ressalta-se, do mesmo modo, que, nos períodos de 2018 e 2019, no mês de dezembro, não se coletaram os dados devido ao período de férias. Os resultados da pesquisa foram encaminhados para as instituições que proporcionaram a realização da pesquisa.

Propõe-se, a partir disso, a possibilidade de ampliar a divulgação sobre a violência contra mulheres na cidade, acionando todos os conselhos municipais existentes a fim de que se crie uma rede de enfrentamento e de proteção à mulher. Sugere-se, também, um amplo trabalho em escolas com a participação de equipes multiprofissionais para trabalharem sobre a violência cometida contra mulheres no âmbito escolar. A escola é o local onde as crianças e jovens constroem as suas referências, suas concepções de homem e de mulher. Um trabalho com os homens também seria uma possibilidade de desmistificar o machismo, ainda tão presente na sociedade, com o intuito de construir novos valores. Os homens, de igual forma, poderiam ser atendidos em políticas públicas. Essas medidas, se tomadas, poderiam, para além de atender as mulheres vítimas de violência, desencadear estratégias para a prevenção da violência.

A realização desta pesquisa oportunizou a ampliação da compreensão sobre a violência cometida contra as mulheres, de sua relação com a totalidade social, com seus determinantes da formação do patriarcado, da relação desse com o capitalismo, da condição da mulher na trajetória histórica, de suas lutas e de suas conquistas, que foram se constituindo em legislações em sua defesa e proteção. Possibilitou-se, ainda, conhecer, na particularidade dos dados das instituições pesquisadas, sobre a questão da violência contra a mulher em Caçador, sendo essa realidade é um grande desafio tanto para as

mulheres vítimas de violência, quanto para os profissionais que atendem essa demanda. Não basta somente atender esse segmento, ou melhor, é necessário compreender todos os determinantes que afetam a vida dessas mulheres.

Almeja-se que este trabalho possa contribuir com todos para a compreensão da temática, suscitando novas discussões, novos estudos com o intuito de dar maior visibilidade a essa questão extremamente importante para todas as mulheres rumo ao rompimento de sua condição diante das profundas desigualdades vividas. O desafio está colocado.

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e ao governo do Estado de Santa Catarina pela disponibilidade de bolsa pesquisa para realizar este trabalho.

REFERÊNCIAS

BACELAR, Jocilene Teles. **O Direito Trabalhista da Mulher no Brasil**. Monografia (Pós-graduação em Direito e Processo do Trabalho) – Faculdade Baiana de Direito e Gestão. Salvador/BA, 2018, 63 p. Disponível em: <http://portal.faculdadebaianadedireito.com.br/portal/monografias/Jocilene%20Teles%20Bacelar.pdf>. Acesso em: 9 out. 2020.

BALBINOTTI, Izabele. A violência contra a mulher como expressão do patriarcado e do machismo. **Revista da ESMESC**, ISSN 2236-5893 (eletrônica), v.25, n.31, p. 239-264, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://www.revista.esmesc.org.br/re/article/view/191/165>. Acesso em: 15 out. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996**. Promulga a Convenção Inte-ramericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm. Acesso em: 4 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei No 2.848, de 7 de dezembro De 1940**. Rio de Janeiro, 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 25 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006**. Lei Maria da Penha. Coíbe a violência Doméstica e familiar contra a Mulher. Brasília: Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm. Acesso em: 10 jun. 2020.

IBGE divulga números finais e Caçador tem 70.735 habitantes. Caçador Online, 2010. Disponível em: <https://www.cacador.net/noticias/geral/2010/11/29/censo-ibge-divulga-numeros-finais-e-cacador-tem-70-735-habitantes-12683>. Acesso em: 9 out. 2020.

LOURENÇO, Sandra. **Violência conjugal**: materialização das ações profissionais na área da saúde. 2008. 202 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/106091>. Acesso em: 6 nov. 2020.

MARQUES, Melanie Cavalcante; XAVIER, Kella Rivetria Lucena. A gênese do movimento feminista e sua trajetória no Brasil. In: **VI Seminário CETROS e MUNDO do TRABALHO no BRASIL: desafios para a classe trabalhadora**. 22, 23, 24 de agosto de 2018 – UECE 2018, 14 p. Disponível em: http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-51237-16072018-192558.pdf. Acesso em: 30 set 2020.

MIGUEL, Luis Felipe. Voltando à discussão sobre capitalismo e patriarcado. **Revista Estudos Feministas**. vol.25 no.3 Florianópolis Set/Dec. 2017, p. 1219-1237. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2017000301219&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 7 out. 2020.

MONTEIRO, Liliانا Lopes. **Por que tantas mulheres não denunciam a violência doméstica?**. Lifestyle, 2019. Disponível em: <https://www.noticiasao minuto.com/lifestyle/1212316/por-que-tantas-mulheres-nao-denunciam-a-violencia-domestica>. Acesso em: 21 ago. 2020.

NETO, Carlos. **Significado de Patriarcado**. 2019. Disponível em: <https://www.significados.com.br/patriarcado/>. Acesso em: 02 out. 2020.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método na teoria social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 667-700.

PATRIARCADO-capitalismo: Heleieth Saffioti a partir de "A Ideologia Alemã". LavraPalavra, Clipping de Notícias da SENAPRO-PCO, 2016. Disponível em: <https://lavrpalavra.com/2016/02/12/patriarcado-capitalismo-heleieth-saffioti-a-partir-de-a-ideologia-alema/>. Acesso em: 09 jun. 2020.

RABELO, Juliana. **Santa Catarina: cinco mulheres sofrem violência doméstica a cada hora**. Portal Catarinas, 2020. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods5/santa-catarina-cinco-mulheres-sofrem-violencia-domestica-a-cada-hora/>. Acesso em: 2 out. 2020.

RODRIGUES, Valeria Leoni; COSTA, Flamarion Laba da. **A importância da mulher**. [2015?] 28 p. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/729-4.pdf>. Acesso em: 28 set 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo, Moderna. 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos tempos. 1992a.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo. 2004b.

SCHUENGUE, Nathalia. **Violência contra a mulher cresce durante pandemia de covid-19**. Portal Pemed, 2020. Disponível em: <https://pebmed.com.br/violencia-contra-a-mulher-cresce-durante-pandemia-de-covid-19/>. Acesso Em: 03 out. 2020.

SILVEIRA, Clara Maria Holanda; COSTA, Renata Gomes da. **Patriarcado e capitalismo: binômio dominação-exploração nas relações de gênero**. Google Scholar. [2019?]. Disponível em: https://scholar.google.com/scholar?sxsrf=alekk03m042nreslwhbjpxz8yajt3mvza:1593483568958&gs_lcp=cgzwc3ktywiqazieccmqjzieccmqj1clwfjebmdac2gacab4ayab1ggiafsjkgefmc43ljgyaqqgaqqqadnd3mtd2l6&uact=5&um=1&ie=utf-8&lr&q=related:as4eta2lim37cm:scholar.google.com/. Acesso em: 29 jun. 2020.

SOUZA, Luanna Tomaz de. **Onde não procurar a paz**: a perturbação da tranquilidade na Lei Maria da Penha. Empório do direito, 2016. Disponível em: <https://emporiododireito.com.br/leitura/onde-nao-procurar-a-paz-a-perturbacao-da-tranquilidade-na-lei-maria-da-penha>. Acesso em: 13 set. 2020.

VENERAL, Débora. **Violência contra a mulher e covid-19**: a dupla pandemia. Ecodebate, 2020. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2020/08/21/violencia-contra-a-mulher-e-covid-19-a-dupla-pandemia/>. Acesso em: 28 out. 2020.

SOBRE O ORGANIZADOR

EDUARDO DO NASCIMENTO é natural de Mafra/SC. É licenciado em Docência para Educação Profissional e Tecnológica na área de Materiais e Processos Industriais, pelo IFSC em 2019, trabalhou em um estágio de pós-doutoramento na UFRG, Porto Alegre/RS em 2016, recebeu o título de doutor em Ciência e Engenharia de Materiais pela UDESC, Joinville/SC em 2015, com período sanduíche na UPV, Valência/ESP em 2013. É professor no IFSC, Caçador/SC e realiza pesquisa e desenvolvimento de materiais nanocompósitos poliméricos, compósitos poliméricos a partir da reciclagem de resíduos industriais e embalagens plásticas multifuncionais. É pesquisador na educação profissional e tecnológica atuando em aspectos da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, em saberes e formação docente e em metodologias de ensino por meio de projetos. Atualmente, é líder do grupo “rede Contestado de divulgação e popularização de ciências” o qual tem foco na identidade popular do Contestado como meio de pertencimento e compartilhamento de valores para estímulo da cidadania para a redução das desigualdades. Participou da produção do documentário “Águas Santas” como coordenador e compositor da trilha sonora.

REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

